

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

ANDRÉ FONTAN KÖHLER

ANTES QUE CAIA!:
Patrimônio histórico e turismo em Igarassu, Pernambuco.

**SÃO PAULO
2005**

ANDRÉ FONTAN KÖHLER

ANTES QUE CAIA!:

Patrimônio histórico e turismo em Igarassu, Pernambuco.

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo

Campo de Conhecimento:
Transformação do Estado e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Garcia Durand

SÃO PAULO
2005

Köhler, André Fontan

ANTES QUE CAIA!: Patrimônio histórico e turismo em Igarassu / André Fontan

Köhler. - 2005.

406 f.

Orientador: José Carlos Garcia Durand.

Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Patrimônio histórico – Pernambuco. 2. Turismo cultural - Pernambuco. 3. Política cultural. 4. Pernambuco – Política cultural. I. Durand, José Carlos Garcia. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 379.85(813.4)

ANDRÉ FONTAN KÖHLER

ANTES QUE CAIA!:

Patrimônio histórico e turismo em Igarassu, Pernambuco.

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo

Campo de Conhecimento:
Transformação do Estado e Políticas Públicas

Data de aprovação:

___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Garcia Durand (Orientador)
FGV-EAESP

Prof^a Dra. Regina S. V. Monteiro Pacheco
FGV-EAESP

Prof^a Dra. Mirian Rejowski
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho a meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, pelo apoio incondicional concedido, José Carlos Garcia Durand, Fernando Luiz Abrucio e todas as outras pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização desta dissertação.

É um barroco sugestivo e nítido. A porta principal ladeada por colunas duplas, é de efeito inesquecível. Pelo interior os trabalhos de talha dourada e jacarandá-mármore de Lisboa e objetos do culto são preciosos. A igreja com suas duas torres domina a praçuela silenciosa, com permanente ar de vida colonial.

Luís da Câmara Cascudo, a respeito da Igreja de São Pedro dos Clérigos

RESUMO

Lida-se aqui com turismo como alternativa para sustentação material do patrimônio histórico e artístico brasileiro. O turismo é visto, pois, como instrumento possível de uma política pública mais ampla que precisa ser urgentemente colocada em ação para minorar as perdas derivadas da deterioração que ameaça a maior parte dos bens tombados.

Acompanhando a história da política patrimonial no Brasil, mostra-se como as instâncias oficiais criadas para a proteção tenderam em geral a isolar-se do conjunto da administração pública, configurando o que a moderna análise de *public policies* chama de **insulamento burocrático**. No caso do patrimônio, um insulamento resguardado pelo prestígio da cultura erudita e pela legitimidade de arquitetos e historiadores, que compõem sua elite dirigente.

A consequência, como não poderia deixar de ser, tem sido as perdas freqüentes de participação no orçamento e a incapacidade de seus técnicos de dialogar com interlocutores de outras áreas de governo e da iniciativa privada, de modo a sondar fontes alternativas ou complementares de recursos e reverter o quadro generalizado de deterioração.

Para não se exagerar nos efeitos positivos esperáveis do turismo, oferece-se um panorama comparativo do segmento do turismo cultural no estrangeiro, a partir da literatura especializada. Como, essa literatura, relativamente aos países avançados, ao contrário do que ocorre no Brasil, faz bom uso da economia da cultura e de estatísticas confiáveis e minuciosas dos fluxos turísticos, ela constitui uma referência inestimável para se pensar esse ramo de prestação de serviços sem preconceito nem otimismo exagerado.

O foco empírico desta dissertação é o sítio histórico de Igarassu, inscrito em um circuito que também inclui Itamaracá, Recife e Olinda. A trinta km ao norte de Recife, em Igarassu se encontra um conjunto de edificações seiscentistas de alto valor artístico. Esse valor histórico, aliado ainda à beleza natural, contudo, não têm bastado para atrair o interesse dos vários elos do negócio turístico, nem para motivar a população e a prefeitura a adotar uma ação mais enérgica e conseqüente, a fim de que se chegue a um regime de visitação mais demorado e economicamente favorável.

Em suma, para o turista, Igarassu é apenas um ponto no caminho da praia (Itamaracá), que não merece parada acima de quinze minutos, nem um gasto *per capita* superior a dois ou três reais. A receita turística não cobre pois o custo de manutenção do patrimônio, podendo ser qualificada de predatória e regressiva.

O texto mostra, por fim, um elenco de recomendações e propostas capazes de reverter esse quadro tão negativo, uma vez que sua intenção é colaborar para a melhoria de qualidade da ação de governo em nosso país.

Palavras-chaves:

Patrimônio histórico; turismo cultural; política pública; Pernambuco.

ABSTRACT

This master dissertation deals with tourism as an efficient solution to the problem of the material preservation of Brazilian historical and artistic heritage. Tourism is seen here as a possible instrument inside a larger policy that should be implemented in order to reduce the losses that result from the deterioration threatening most registered cultural monuments.

We give evidence showing that, all along the history of cultural heritage policy in Brazil, the official instances meant to protect this heritage have generally tended to detach from the rest of public administration. The resulting configuration of this policy can therefore be described, following public policy analysis, as one of **bureaucratic insulation**. In the case we deal with, insulation has been defended by the prestige of high culture and by the exclusive legitimacy of architects and historians, who constitute the ruling elite of this policy.

As obvious consequences to that, historically, the budget of this policy has been reduced, and its technicians have proved incapable to enter into a dialogue with interlocutors from other branches of government or from private sector, therefore making it impossible to reach alternative or complementary sources of funding, and to reverse the general tendency towards deterioration of the cultural heritage.

Yet, so as not to exaggerate the positive effects that may be expected from tourism, we propose to present a wide comparative panorama of activities of cultural tourism in foreign countries, through a review of literature in that field. Indeed, this literature, when it deals with developed countries, makes a consequent use of economics of culture and of trustworthy and detailed statistics, contrary to what we see in the works that deal with these questions in Brazil. It therefore constitutes an indispensable reference for whom wishes to apprehend that service branch without preconceived ideas, nor excessive optimism.

The empirical focus of this dissertation is the historical site of Igarassu, which is part of a tour also including Itamaracá, Recife, and Olinda, in Pernambuco state. Thirty kilometers North of Recife, Igarassu proposes a series of artistically highly valuable sixteenth century buildings. However, this historical value, associated with the natural beauty of the site, has not been sufficient to attract or even interest any part of the tourism industry, nor to move the

population or the city council to adopt a more energetic and consequent policy in order to succeed in making tourists stay and spend more on the site.

On the whole, for the average tourist, Igarassu is no more than a passing point on the way to the beach (Itamaracá), and doesn't deserve a more than fifteen minutes stop, nor spending more than two to three Reais *per* head. The resources deriving from this "tourism" do not cover up the maintenance costs of the cultural heritage we study as an example, and can therefore be described as simply predatory and regressive.

As a conclusion, the text develops a series of recommendations and propositions that may turn this negative situation into a more positive one, the aim of this dissertation being to contribute to the improvement of public action quality in our country.

Key words:

Historical heritage; cultural tourism; public policy; Pernambuco.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Principais atrações turísticas naturais de Igarassu.	170
---	-----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – Capela de Nossa Senhora da Conceição	174
FOTO 2 – Capela de Nossa Senhora da Piedade.	175
FOTO 3 – Igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem	175
FOTO 4 – Igreja de Nossa Senhora das Dores.	176
FOTO 5 – Igreja de São José.	177
FOTO 6 – Engenho Gongagary.	177
FOTO 7 – Engenho Monjope.	178
FOTO 8 – Sítio histórico de Igarassu.	179
FOTO 9 – Aspecto do entorno do sítio histórico de Igarassu.	180
FOTO 10 – Casario da Praça da Bandeira.	182
FOTO 11 – Casario da Praça Marechal Deodoro.	183
FOTO 12 – Casario da Ladeira do Livramento.	183
FOTO 13 – Casario da Ladeira dos Santos Cosme e Damião.	184
FOTO 14 – Pátio dos Santos Cosme e Damião.	186
FOTO 15 – Igreja dos Santos Cosme e Damião.	186
FOTO 16 – Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus.	187
FOTO 17 – Igreja de Nossa Senhora do Livramento.	188
FOTO 18 – Casario histórico da Praça Marechal Deodoro.	190
FOTO 19 – Capela de São Sebastião.	190
FOTO 20 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia.	191
FOTO 21 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.	191
FOTO 22 – Casa de Câmara e Cadeia.	192
FOTO 23 – Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu.	205
FOTO 24 – Alça de estacionamento de veículos na parte alta do sítio histórico.	273
FOTO 25 – Estacionamento irregular de veículos.	274
FOTO 26 – Comércio ambulante no Pátio dos Santos Cosme e Damião.	276
FOTO 27 – Resultado do endereço www.igarassu.com.br .	285
FOTO 28 – Única sinalização do sítio histórico de Igarassu.	292
FOTO 29 – Museu Histórico de Igarassu.	304
FOTO 30 – Calçada da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.	343
FOTO 31 – Aspecto da Ladeira dos Santos Cosme e Damião.	344

FOTO 32 – Rampa para acesso de carros em frente à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.	344
FOTO 33 – Calçamento histórico em extinção, em frente ao Convento do Sagrado Coração de Jesus.	346
FOTO 34 – Entrada e escadaria da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.	346
FOTO 35– Ladeira do Livramento.	347
FOTO 36 – Buracos e matagal na Ladeira do Livramento.	347
FOTO 37 – Caminho entre o Pátio dos Santos Cosme e Damião e Igreja e Convento de Santo Antonio.	348
FOTO 38 – Cruzamento das Ladeiras dos Santos Cosme e Damião e Rua Marechal Hermes da Fonseca.	349
FOTO 39 – Passagem da Ladeira dos Santos Cosme e Damião a Rua Marechal Hermes da Fonseca.	349

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Captação de recursos via leis de incentivo à cultura (R\$) - (1996-2005).	82
GRÁFICO 2 - Captação de recursos via leis de incentivo à cultura por Regiões (R\$) - (1996-2005).	83
GRÁFICO 3 - Evolução da chegada de turistas internacionais no período 1965-2003 (em milhões).	105
GRÁFICO 4 - Evolução das receitas geradas pelo turismo internacional no período 1965-2003 (em US\$ bilhões).	106
GRÁFICO 5 - Evolução da população residente em Igarassu (1950-2000).	162
GRÁFICO 6 - Composição do PIB de Igarassu (2002).	163
GRÁFICO 7 - Participação de Igarassu no PIB do Estado de Pernambuco (%).	164
GRÁFICO 8 - Taxa global de desemprego total na Região Metropolitana do Recife (jan/2001 - set/2005).	165
GRÁFICO 9 - Entrada de turistas estrangeiros no Brasil (1970-2003).	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução do orçamento disponibilizado para investimentos - IPHAN (1995 - 2004).	36
TABELA 2 - Monumentos históricos listados sob tutela federal - França: Número de inscrições por década - (1840 - 1990).	54
TABELA 3 - Monumentos históricos registrados sob tutela federal - França: Número de inscrições por ano - (1962 - 1993).	55
TABELA 4 - Monumentos históricos listados necessitando de reparos urgentes (1) - França.	59
TABELA 5 - População residente no Bairro do Recife (1910-1991).	71
TABELA 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e outros indicadores: Município de Igarassu.	166
TABELA 7 - Principais destinos do turismo doméstico no Brasil - 2001.	167
TABELA 8 - Arrecadação de bilheteria no Museu Histórico de Igarassu (R\$) - (2001-2004).	302
TABELA 9 - Arrecadação de bilheteria na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu (R\$) - (1995-2003).	353

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH/PE - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco
APETURR - Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico
ATLAS - European Association for Tourism and Leisure Education
BANDEPE - Banco do Estado de Pernambuco
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BN - Banco do Nordeste
CNPc - Conselho Nacional de Política Cultural
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DPSH/PCR - Departamento de Preservação de Sítios Históricos da Prefeitura da Cidade do Recife
EIU - Economic Intelligence Unit
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco
EUROPA NOSTRA - Pan-European Federation for Heritage
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FRESS - Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva
FUNCULTURA - Lei de Incentivo à Cultura do Estado de Pernambuco
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco
FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
ICOMOS - International Commission on Monuments and Sites
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MES - Ministério da Educação e Saúde Pública
MHI - Museu Histórico de Igarassu
MIC - Ministério da Indústria e Comércio
MinC - Ministério da Cultura
MTur - Ministério do Turismo
NATIONAL TRUST - National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty
OMT - Organização Mundial do Turismo
PCC - Polynesian Cultural Center

PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos

PCR - Prefeitura da Cidade do Recife

PIB - produto interno bruto

PMIg - Prefeitura Municipal de Igarassu

PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste

PROMATA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

RCVB - Recife Convention & Visitors Bureau

REPHAN - Reserva Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SCRA - Sydney Cove Redevelopment Authority

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Pernambuco

Seplan/PR - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SFC - Sistema Federal de Cultura

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SUS - Sistema Único de Saúde

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UNSTAT - United Nations Statistical Commission

URB - Empresa de Urbanização do Recife

ZEIT - Zona Especial de Interesse Turístico

WTTC - World Travel and Tourism Council

WCED - World Commission on the Environment and Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO: CONCEITO, SITUAÇÃO ATUAL E CARACTERIZAÇÃO DA “VERTENTE PATRIMONIAL” NO BRASIL	26
2.1 Princípios e antecedentes da intervenção pública na área patrimonial: República Velha e criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES)	27
2.2 A criação do IPHAN e a formação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional	29
2.3 O IPHAN e o padrão de intervenção pública nos bens culturais edificados	31
2.4 O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH), a criação da FUNDARPE e gestão Aloísio Magalhães no IPHAN (1979-1982)	38
2.5 "Vertente patrimonial" e política pública: desafios para a conservação do acervo tombado	47
3. PROPOSTAS DE POLÍTICA PÚBLICA PARA CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS	60
3.1 Diversidade de valores inscritos em bens culturais edificados	60
3.2 Incentivos fiscais: legislação em favor do patrimônio	65
3.3 Regeneração urbana: recuperação do patrimônio e fomento ao turismo como funções centrais de dinamização econômica	69
3.4 Leis de incentivo: benefícios ao financiamento privado à cultura	80
3.5 Mudanças na sistemática de tombamento e de intervenção no acervo patrimonial	87
3.6 Sistema nacional do patrimônio e transferências compulsórias para a área patrimonial: coordenação e descentralização das políticas públicas de patrimônio	93
3.7 Fomento e regulação do turismo: novo uso para o patrimônio	99
4. TURISMO CULTURAL NO BRASIL E NO MUNDO: A INTERVENÇÃO DE GOVERNO	101
4.1 Conceitos e características do turismo e do segmento de turismo cultural	101
4.2 Origens e crescimento do turismo cultural	110

4.3 Turismo cultural: características, tendências e nichos de mercado	118
4.4 Autenticidade, sustentabilidade, participação comunitária e disputas profissionais em cultura e turismo	126
5 PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA: A IGREJA E CONVENTO DE SANTO ANTONIO, EM IGARASSU	158
5.1 História, características sócio-econômicas e potencial turístico de Igarassu	158
5.2 História da preservação do patrimônio em Igarassu	179
5.3 Igreja e Convento de Santo Antonio: seu restauro a partir de 1985	199
5.4 Igreja e convento de Santo Antônio: exploração turística predatória e excludente	227
6. TURISMO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL NA IGREJA E CONVENTO DE SANTO ANTONIO E SÍTIO HISTÓRICO DE IGARASSU: PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES	366
REFERÊNCIAS	393

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o crescente estado de abandono e deterioração dos bens culturais edificados no Brasil, que representam parte do patrimônio histórico e artístico nacional, a presente dissertação representa uma tentativa de responder a uma seguinte questão básica, que me levou a fazer o Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo da FGV-EAESP. Esta questão é: *como reverter o processo de deterioração e subutilização do patrimônio histórico e artístico nacional*, na forma de bens materiais imóveis e móveis anexos¹, *a partir da ação do poder público*, dentro de políticas, programas e projetos de regulação e fomento cultural ou de atividades correlatas ao patrimônio?

A partir dessa questão básica, focalizaram-se alguns bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após ampla pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada uma experiência de campo. Esta consistiu em entrevistas com ocupantes de posições chaves no universo do turismo e do patrimônio histórico, além de observação participante feita na condição de turista em roteiros que incluíam os bens escolhidos, ou em postos de informação turística, entre outros. Incluiu ainda o acompanhamento de eventos relacionados a turismo e patrimônio, realizados entre maio de 2004 e julho de 2005, no Recife e em São Paulo.

O trabalho está dividido em seis capítulos, resumidos a seguir.

O **capítulo 2** descreve e analisa a intervenção estatal na área patrimonial durante o século XX, delineando, em seu interior, a formação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional. Caracteriza também a ação estatal, a relação do setor patrimonial com outras áreas da burocracia pública e com a sociedade, e traz informações sobre o grau de utilização e o estado geral de conservação dos bens culturais edificados tombados pelo IPHAN.

¹ Ex.: sítios históricos, vilas coloniais, fortes e baterias, igrejas, conventos, capelas e prédios diversos, além de seus acervos, entre outros elementos de relevante valor histórico e/ou arquitetônico.

Além disto, são vistos os principais posicionamentos da vertente patrimonial² a respeito de questões como missão patrimonial, cobrança de ingresso e outras práticas mercantis afins com bens culturais edificados. Discutem-se prioridades de investimento, além de se apontar ameaças e desafios que pesam sobre a intervenção estatal na área.

O **capítulo 3** preocupa-se em descrever e discutir algumas das principais alternativas disponíveis aos gestores públicos dentro de uma política pública de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Através de revisão da literatura e de ações e casos nacionais e internacionais, **seis** formas diferentes de intervenção são abordadas: (1) concessão de incentivos fiscais a serviços de recuperação e conservação de bens materiais edificados ou a associações que tenham esta missão, (2) projetos de regeneração urbana, (3) leis de incentivo à cultura, (4) mudanças na sistemática de tombamento e preservação, (5) criação de um sistema nacional de patrimônio ou de transferências compulsórias para a área patrimonial e (6) fomento e regulação da atividade de turismo cultural que envolva visitas a bens culturais edificados.

Além disto, este capítulo apresenta, em seu primeiro tópico, uma revisão da literatura a respeito dos **distintos valores implícitos em um bem cultural edificado**: valor econômico, valor de existência, valor de opção, entre outros.

A intervenção através do fomento e regulação ao turismo cultural é a alternativa aprofundada no restante da dissertação. Em virtude disto, a proposta é explorada com maior profundidade no capítulo 4.

O **capítulo 4** forma base de referência sobre turismo cultural; discutem-se definições de turismo, cultura e turismo cultural, assim como as origens, bases de crescimento e importância deste segmento de mercado, suas principais características e tendências neste início de século XXI.

² Define-se vertente patrimonial como o conjunto de pessoas preocupado com a recuperação, conservação e utilização do patrimônio histórico e artístico, a partir de perspectiva com elementos comuns, formado por proprietários e responsáveis por bens culturais edificados, historiadores, arquitetos e restauradores especialistas em patrimônio, dirigentes de organizações públicas ou do terceiro setor voltadas a atividades de preservação cultural, entre outros elementos.

Abordam-se os conceitos de autenticidade, sustentabilidade e participação comunitária em atividades de turismo cultural, através de revisão da literatura, experiências nacionais e internacionais e padrão de intervenção estatal no turismo, tanto no Brasil quanto no exterior. **Os principais conflitos entre as áreas de cultura e turismo são analisados a partir das diferenças das visões e objetivos perseguidos por profissionais destas duas áreas; estes conflitos são um dos principais entraves ao desenvolvimento de propostas de turismo cultural.**

O padrão de intervenção estatal no fomento e regulação do turismo vigente atualmente no país é analisado a partir de questões como a formação da imagem turística do Brasil no exterior, criação e desenvolvimento de enclaves turísticos com apoio governamental, descontinuidade e falta de memória administrativa e predominância do composto “sol, mar e praia” na oferta turística brasileira³.

O **capítulo 5** compreende estudo de caso sobre o sítio histórico de Igarassu, com ênfase na Igreja e Convento de Santo Antonio. Abordam-se as políticas públicas de conservação patrimonial do conjunto arquitetônico do sítio histórico de Igarassu e de fomento e regulação do turismo, por parte da Prefeitura Municipal de Igarassu (PMIg), governo do Estado de Pernambuco e governo federal.

O capítulo analisa o “modelo” de exploração turística em vigor do sítio histórico e na Igreja e Convento de Santo Antonio, lidando com questões como participação da população local, estrutura e modelo de gestão da PMIg, administração da Igreja e Convento de Santo Antonio e outros equipamentos do sítio histórico.

O **capítulo 6** apresenta propostas e recomendações de políticas públicas de regulação e fomento ao turismo e conservação patrimonial no sítio histórico e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu; trata-se, em primeiro lugar, de **transformar esse monumento, de atração secundária da oferta turística de Igarassu em marco e principal atração cultural do Estado de Pernambuco.**

³ O padrão de intervenção estatal do Estado de Pernambuco e da cidade de Igarassu, com algumas comparações com o Recife, é abordado no capítulo 5. Objetiva-se, no capítulo 4, apresentar um panorama geral do caso brasileiro.

Além de explorar alternativas à organização e modo de operação do serviço de guia local, promoção e formatação do “produto turístico” Igarassu, fomento ao artesanato e criação de meios de hospedagem, **discutem-se rapidamente novas formas de regular a intervenção da PMIg nas áreas de turismo e patrimônio**, bem como as dificuldades para se romper com o padrão de intervenção estatal municipal vigente em Igarassu.

O trabalho de campo e a pesquisa documental contemplaram três monumentos históricos: Igreja e Convento de Santo Antonio, com o sítio histórico de Igarassu, Pátio de São Pedro, com a Igreja de São Pedro dos Clérigos, e Conjunto Franciscano do Recife, com a Praça da República e conjunto arquitetônico monumental, composto pelo Teatro de Santa Isabel, Palácio da Justiça e Palácio do Campo das Princesas.

Infelizmente, **não foi possível abordar** os estudos de caso dos dois monumentos recifenses nesta dissertação, **a não ser de forma resumida e comparativa**, em virtude da falta de tempo gerada pelos compromissos acadêmicos do Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo da FGV-EAESP, extensão do trabalho de campo, que contemplou entrevistas e observações participantes nas cidades do Recife, Olinda, Igarassu e São Paulo, e dificuldades na pesquisa documental, já que a procura por determinados documentos desencadeou, em mais de uma ocasião, uma patética e muitas vezes infrutífera peregrinação por diversos órgãos públicos.

As entrevistas e a experiência de observação participante são o suporte empírico desta dissertação. A ausência de memória administrativa em diversos órgãos da PMIg e do governo pernambucano fez com que a reconstrução histórica da intervenção estatal nas áreas de turismo e patrimônio **só fosse possível através de depoimentos de integrantes e ex-integrantes destes órgãos**.

Ao travar contato com funcionários e dirigentes de órgãos públicos de turismo, foi possível perceber a **posição secundária do setor na estrutura de governo**. Turismo continua sendo **prioridade apenas no discurso**. É notável a falta de um corpus de conhecimento sobre turismo, principalmente no caso do segmento de turismo cultural; é baixa a capacidade institucional destes órgãos. Em muitos casos, **cargos importantes são ocupados por pessoas que simplesmente não sabem direito o que é turismo, ou não tem experiência na área**.

Alguns entrevistados mostraram falta completa de imaginação, a ponto de ser incapazes de pensar quaisquer alternativas ao padrão de intervenção estatal vigente.

A literatura acerca de turismo cultural no Brasil ainda é muito reduzida, em comparação com países como Reino Unido, Estados Unidos da América, Países Baixos e Austrália. Não há muita pesquisa sobre distribuição dos benefícios líquidos do turismo por classes sociais, impactos sociais e ambientais da atividade no destino turístico, descrição e avaliação do turismo cultural no Brasil, padrões de exploração do patrimônio histórico e artístico nacional, etc. A costumeira, mas limitada, ênfase em números, tais como taxa de ocupação hoteleira, quantidade de vôos *charter*, número de turistas em períodos ou eventos, como o Carnaval, repetiu-se monotonamente nas entrevistas com funcionários e dirigentes de órgãos públicos de turismo, integrantes do *trade* turístico e imprensa especializada; **poucos entrevistados conseguiram discutir com um mínimo de profundidade o padrão de exploração turística atual.**

O trabalho de campo encontrou não apenas órgãos de conservação patrimonial federal, estadual e municipais “sucateados”, sem recursos humanos, físicos e financeiros, mas integrantes da vertente patrimonial **tomados por uma incrível resignação diante a situação presente**, sendo que propostas de mudança e mobilizações coletivas caíam fora do pensável e não encontram espaço em um quadro de reclamações e ressentimentos.

Por fim, mais dois resultados do trabalho de campo merecem ser destacados. O primeiro é que **turismo cultural, apesar de representar um terço do mercado total, é algo que continua desconhecido** por muita gente que trabalha com turismo ou cultura. Apesar de o turismo cultural começar a ocupar espaço no discurso de dirigentes de órgãos públicos e mesmo de integrantes do *trade* turístico, o fomento e regulação da atividade são quase que reduzidos a como garantir jornadas mais longas de abertura pública de monumentos, quando não **discursos de boa vontade administrativa** que enfatizam a necessidade de recuperar monumentos depredados. Não se sabe quem são os turistas culturais, o que eles desejam, quais os bens mais indicados para serem explorados turisticamente, como reverter parte da renda do turismo para serviços de restauro e conservação, etc.

O trabalho de campo revelou que o padrão de turismo cultural desenvolvido em Pernambuco é – por incrível que pareça – um instrumento de **desvalorização** e deterioração do patrimônio

histórico e artístico nacional edificado. O turismo gera reduzido rendimento financeiro para os monumentos explorados; **trata-os como meros apêndices da oferta turística pernambucana**, deteriora os bens culturais edificados, sem que os intermediários turísticos se preocupem com este fato, **e passa a idéia, em muitos casos, de que R\$ 1,00, ou qualquer “trocadinho” que seja, basta como ingresso.**

O estudo de caso do sítio histórico e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu apresenta algumas deficiências e ausências, em virtude de falta de tempo, escolha de tema e linha de trabalho e falhas e esquecimentos no trabalho de campo. Em primeiro lugar, alguns atores importantes deixaram de ser contemplados no trabalho, como integrantes das secretarias municipais de planejamento, patrimônio histórico e meio ambiente e educação⁴. O ideal era também entrevistar gestores e funcionários de governos passados, mas isto não foi possível por absoluta falta de contatos e referências.

A pesquisa deveria ter contemplado integrantes do *trade* turístico de Igarassu. Não foi possível marcar entrevistas com integrantes da Casa do Artesão e Gavia Beach Resort, por uma clara falta de interesse deles. A pesquisa deveria ter contemplado outras organizações, como a Pousada Porto Canoas, donos de bares e restaurantes no entorno do sítio histórico e agências de viagens.

Por fim, a pesquisa não contemplou um outro segmento promissor do mercado turístico e intrinsecamente ligado à cultura: turismo educacional. O trabalho de campo levantou que os estudantes que visitam atualmente o sítio histórico e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu estudam em escolas públicas e particulares de Igarassu e RMR, não podendo ser, a rigor, classificados como turistas. Mesmo assim, a cidade de Igarassu, por possuir rico passado e estar localizada a poucos quilômetros de destinos como Goiana, Ilha de Itamaracá, Recife, Paudalho e Olinda, certamente terá potencial de atrair parcelas do turismo educacional de outros estados da Região Nordeste ou mesmo do Centro Sul do país, o que não foi devidamente explorado nesta dissertação.

⁴ A função patrimônio histórico foi transferida de turismo para planejamento apenas em 2005.

2. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO: CONCEITO, SITUAÇÃO ATUAL E CARACTERIZAÇÃO DA “VERTENTE PATRIMONIAL” NO BRASIL.

O acervo dos bens materiais produzidos por nossos antepassados, denominado patrimônio histórico e artístico nacional, é documento de identidade da nação brasileira. (...) A subsistência do acervo é o que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos.

Rodrigo Melo Franco de Andrade (MARINHO, 1986, p. 28)

Há uma sutil interrogação: como preservar, quando, onde, de que maneira? Não se pode deixar de incluir a vida. Não há cidade morta, porque se a cidade está morta vira um centro de turismo, e não me parece ser este o nosso objetivo.

Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1997, p. 93)

Se conseguirmos isso, assim como restaurar a confiança das pessoas na ação do IPHAN, não haverá depredações, como no caso dos Profetas do Aleijadinho, em Congonhas, terrivelmente mutilados pelos turistas incultos.

Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1997, p. 187)

Este capítulo propõe-se a formar uma base de referência para o desenvolvimento da dissertação, no sentido de analisar como se deu a formação do conceito de patrimônio histórico e artístico no Brasil, a partir do acervo de edificações de pedra e cal do Brasil Colônia, e quais as origens da atuação da vertente patrimonial no governo federal, ‘encastelada’ no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

São vistos o papel e a legitimidade que a noção de patrimônio apresenta na sociedade brasileira, assim como suas conseqüências sobre o desempenho do órgão federal e sobre o acervo de bens tombados, em termos de seu estado de conservação e utilização atual.

Por fim, são exploradas as opiniões de proprietários e responsáveis por bens culturais edificados, além de outros envolvidos na questão do patrimônio, a respeito de várias questões. Entre elas, a de o que seria, afinal, a missão patrimonial? Ou qual será o futuro da

área patrimonial do governo federal e estadual (Pernambuco), considerando-se as ameaças e os desafios que pesam sobre a intervenção estatal nesta área.

2.1. Princípios e antecedentes da intervenção pública na área patrimonial: República Velha e criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES).

Em primeiro lugar, dado o objeto de estudo desta dissertação, faz-se necessário definir o termo “patrimônio histórico e artístico nacional” e analisar a atuação do IPHAN, responsável pela política de conservação federal desde 1937 e tradicional reduto da vertente patrimonialista brasileira. Para isto, é necessário ver como se deram a formação do conceito e a criação do órgão, a partir das primeiras décadas do século XX, definindo uma presença ainda hoje forte na política para a área.

No início do século XX, não havia um órgão voltado à proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro (COSTA, 1986). A antiga Inspetoria de Monumentos, órgão de proteção surgido na República Velha, funcionava precariamente, com alcance praticamente restrito aos monumentos e museus da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Protegendo bens esparsos sem uma legislação específica, com um reduzido corpo técnico e carência crônica de recursos, este órgão resumia a atuação do governo federal na área de cultura. Além, é claro, da manutenção de alguns museus, como o da Quinta da Boa Vista, e de instituições como a Biblioteca Nacional e a Escola Nacional de Belas Artes.

Em instâncias sub-nacionais, alguns estados possuíam órgãos de conservação de bens culturais edificados. Era o caso de Pernambuco, com sua Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Não é possível fazer uma análise mais detalhada da atuação desses órgãos, em virtude da escassez de fontes documentais e literatura a respeito.

A partir dos anos 1910, alguns arquitetos cariocas, em particular Lúcio Costa, começaram a chamar a atenção para a necessidade de valorização da arquitetura barroca de origem luso-brasileira dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa postura fazia a crítica de estilos arquitetônicos importados, vistos como ecléticos e artificiais, e valorizava a funcionalidade da arquitetura colonial brasileira (DURAND, 1991). A “redescoberta” do Brasil Colônia

reforçou-se pela mesma época com a incursão de modernistas abastados de São Paulo a sítios históricos brasileiros e com as manifestações de alguns intelectuais proeminentes em favor da proteção de acervos coloniais locais, como São Paulo (Ricardo Severo), Rio de Janeiro (José Mariano Filho) e Pernambuco (Gilberto Freyre) (DURAND, 1989).

O período da República Velha também assiste à destruição de importantes monumentos e conjuntos arquitetônicos do Brasil Colônia, dentro de reformas de centros urbanos. A demolição do conjunto de igreja e colégio no Morro do Castelo (1920), no Rio de Janeiro, e da Sé Primacial do Brasil (1933), em Salvador, são exemplos ilustrativos desse processo (TIRAPELI, 1999).

Ao se iniciar o governo Vargas, em 1930, o MES tentou promover uma ampla reestruturação dos departamentos e órgãos da cultura do governo federal, da qual fez parte Rodrigo Melo Franco de Andrade, futuro diretor do IPHAN (COSTA, 1986). Tendo a reforma fracassado, a área cultural do Estado terminou ficando na mesma situação instável e indefinida da República Velha, até que ocorreu a nomeação de Gustavo Capanema como ministro de educação e saúde pública em 1934, cargo no qual ele permaneceria até o fim do Estado Novo, em 1945.

Ao assumir o MES, em 26.07.1934, Gustavo Capanema promoveu uma verdadeira revolução nos conceitos vigentes nas áreas de educação e cultura. Vinculando educação com segurança nacional – com a conseqüente nacionalização do ensino – e estabelecendo a cultura como campo de “construção da alma nacional”, o MES passou a ter entre os seus objetivos a produção dos símbolos do Estado Novo, em substituição à iconografia da República Velha e à do próprio Império do Brasil, e a valorização das letras, das artes e do patrimônio nacional (SCHWARTZMAN, 2000).

O mecenato cultural por parte do Estado, a recuperação e preservação dos monumentos do passado e a glorificação da memória nacional, com ênfase na mitificação dos grandes vultos históricos, foram a tônica da atuação do MES durante a gestão Capanema. Ao analisar a gestão Capanema, é possível observar uma série de pontos que influenciaram a formação do IPHAN, bem como a política cultural de então, e que continuam a influenciar a atuação deste órgão em pleno século XXI.

A ação do MES no período Vargas foi marcada por três características principais na área da cultura (SCHWARTZMAN, 2000). A primeira foi a criação de um órgão (IPHAN) com o objetivo de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico nacional, representado prioritariamente pelos monumentos de pedra e cal, como será visto adiante.

A segunda foi a defesa da nacionalidade brasileira, que, segundo Capanema, estaria ainda em fase incipiente. O desenvolvimento da cultura do país passava, portanto, não apenas pelo incentivo à arte, à música e às letras nacionais, como também pela contenção e eliminação de agentes de culturas e nações estrangeiras, donde a repressão aos núcleos de colonização européia no Sul do Brasil, então sentidos como perturbadores focos de apoio ao nazifascismo.

A terceira foi uma ação cultural direcionada à afirmação do catolicismo tradicional como religião nacional, o culto aos símbolos e aos vultos históricos mitificados, bem como a proteção aos monumentos históricos e artísticos nacionais, em detrimento das manifestações populares e das raízes culturais mais profundas da população.

2.2. A criação do IPHAN e a formação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Dentro da política de Capanema à frente do MES, a criação do IPHAN insere-se na tentativa de restaurar, conservar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, representado principalmente na forma de monumentos de pedra e cal.

A criação do órgão federal e a definição de sua linha de atuação foram marcadas pelo embate entre duas correntes, ambas modernistas, em relação ao conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

A primeira corrente, liderada por Mário de Andrade, defendia um conceito amplo de bem cultural e uma ação abrangente do IPHAN (SCHWARTZMAN, 2000). A ação, de acordo com esta visão, deveria ser direcionada às raízes da cultura brasileira, com foco nas manifestações e no modo de vida popular. Esta corrente rejeitava os conceitos de valorizar a

arte pela arte e a busca de referenciais estrangeiros, apoiando as manifestações artísticas e culturais que proviriam das raízes da cultura popular, adequadas às necessidades sociais da população (ANDRADE, 1982).

A segunda corrente, conforme mostra a história, acabou prevalecendo na direção e orientação que o IPHAN viria a ter, e que, ainda hoje, exerce grande influência no funcionamento do órgão. Baseada no movimento modernista (este movimento era bastante amplo e ambíguo para comportar um grande número de correntes), a orientação do IPHAN seguiu as idéias deste grupo sobre o que é patrimônio histórico e artístico nacional e sobre quais seriam as formas de atuação válidas sobre ele (SCHWARTZMAN, 2000).

Esta corrente relacionava a arquitetura modernista ao modelo de Brasil moderno que o governo Vargas buscava implantar, e, em princípio, seria o repertório desejável para mostrar o país no exterior. Ao mesmo tempo, as técnicas construtivas do Brasil Colônia deveriam ser preservadas, pois comporiam parte importante do passado e mostrariam sua evolução no tempo, devendo pois ser recuperadas e preservadas.

Cabe destacar três pontos interessantes da formulação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional por esta segunda corrente, consolidada na direção do IPHAN por Rodrigo Melo Franco de Andrade por trinta anos ininterruptos (1937-1967) e na escolha, por parte deste, de seu sucessor, Renato Soeiro (1967-1979).

O primeiro ponto é que, ao rotular a arquitetura colonial como histórica e inscrita no passado, criou-se uma forte justificativa para sua recuperação e preservação. No caso específico do IPHAN, o patrimônio a ser recuperado e preservado pelo órgão consistia nos bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico ou de grande valor arquitetônico e/ou escultórico, os chamados monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia (MAGALHÃES, 1997). Isto levou a uma valorização - mais do que de um estilo de arquitetura - de todo o acervo de objetos domésticos ou de trabalho, sacros ou leigos, de núcleos coloniais brasileiros, como Ouro Preto, pertencente aos séculos XVI, XVII e XVIII. No limite, isso acabou gerando um fluxo de procura por objetos de época e a transferência de muitos deles para coleções privadas nacionais e internacionais (DURAND, 1989).

O segundo ponto é que a justificativa para a recuperação e conservação de monumentos históricos relacionou as técnicas construtivas presentes no Brasil Colônia com a arquitetura moderna de influência corbusiana (LONDRES, 2001). Não por acaso, a incorporação do modernismo na área de arquitetura foi feita pelo mesmo grupo preocupado em resguardar os bens culturais representativos do Brasil Colônia, fato raro na história mundial (DURAND, 1989). Em virtude de a arquitetura moderna de influência corbusiana ser tida por muitos como universal, sem laços com a identidade brasileira, a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional acabou por ser uma forma de dar legitimidade à proposta modernista ligada a esta influência internacional e de desqualificar estilos arquitetônicos importados, durante a República Velha, através de revistas de decoração e do repertório eclético que vários mestres de obras de origem imigrante introduziam no Brasil, e que eram desprezados pelos modernistas.

O terceiro ponto é que o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, consolidado ainda no Estado Novo, não conseguiu incorporar a diversidade cultural do Brasil, com critérios de seleção restritivos e uma noção limitada a respeito da formação histórica brasileira e da história da arquitetura nacional (LONDRES, 2001). Com isto, foram focalizados apenas os monumentos de pedra e cal representativos da etnia branca e de sua elite militar, eclesiástica e civil (FALCÃO, 1997), com a marginalização das manifestações populares, do legado das etnias negra e indígena e de estilos arquitetônicos incluídos no ecletismo e no classicismo imperial.

É interessante reproduzir uma parte do famoso Programa de Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937: “O presente número desde logo se ressentir de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes.” (ANDRADE, 1997, p. 22).

Como mostra uma análise da atuação do IPHAN nestes quase setenta anos de funcionamento, o foco em monumentos arquitetônicos não ficou restrito apenas ao primeiro número da revista publicada por este órgão federal.

2.3. O IPHAN e o padrão de intervenção pública nos bens culturais edificados.

O processo de criação do IPHAN estabeleceu as bases de atuação do órgão e formou um conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, com o conceito restritivo de bem cultural edificado visto anteriormente, que conseguiu perpassar todas as mudanças políticas, econômicas e sociais enfrentadas pelo Brasil ao longo do século XX, ainda influenciando o órgão de maneira decisiva em pleno século XXI. Fato ilustrativo disto, a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do órgão (1937-1967) e de seu assessor direto neste período, Renato Soeiro⁵ (1967-1979), talvez marquem *a mais longa continuidade administrativa* presente no Brasil desde o descobrimento, em 1500. Outro exemplo é o caso de Ayrton da Costa Carvalho, que foi superintendente regional do IPHAN em Pernambuco por mais de *quarenta anos ininterruptos*, até 1998, quando faleceu.

Houve por certo nesse longo interregno programas e ações voltados à recuperação, conservação e utilização do patrimônio histórico e artístico nacional com propostas diferentes da concepção tradicional do IPHAN, com destaque para o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH), e a gestão de Aloísio Magalhães à frente do órgão de preservação federal, entre 1979 e 1982, além de avanços recentes, como o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (ampliação do conceito de bem cultural) e o decreto nº 3.551 de 04.09.2000 (bens culturais imateriais). Apesar disso tudo, a ideologia formada nos primeiros anos de atuação do IPHAN continua a permear o instituto, exercendo forte influência sobre seu corpo funcional e sua forma de atuação.

Os trinta anos da gestão Rodrigo Melo Franco de Andrade foram marcados pelo novo conceito em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional. Grande número de bens culturais foi tombado, passando a ser protegido por leis federais – 716 monumentos e obras, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos de cidades. Foram empreendidas pelo IPHAN pesquisas, decifrações e restaurações de documentos de arquivos civis e eclesiásticos de vários estados, elevação à categoria de monumento nacional das cidades de Parati, Mariana e Alcântara, e criação e fomento de novos museus, a exemplo dos

⁵ Sobre a sucessão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, escreve Lúcio Costa: “Apenas a serena, correta e constante dedicação do confiável Soeiro escapou dessas oscilações, daí a escolha dele para sucedê-lo na direção do Patrimônio, tendo Alda Meneses como secretária.” (COSTA, 1986, p. 6).

museus regionais do Diamante (Diamantina, MG), da Inconfidência (Ouro Preto, MG), da Imigração e Colonização (Joinville, SC), além das casas de Vitor Meireles (Florianópolis, SC) e Otoni (Serro, MG), entre diversas outras ações. (ANDRADE, 1986). Trata-se dos ‘anos de ouro’ do patrimônio brasileiro (MARINHO, 1986), ou da chamada fase heróica.

Apesar dos avanços obtidos, a atuação do IPHAN, centrada em monumentos representativos da religião católica, da etnia branca e dos vencedores da história oficial, tornou a política do órgão altamente elitista, excluindo os artefatos produzidos pelas classes populares e a heranças das etnias africanas e nativas. A falta de representatividade da política empreendida pelo IPHAN é considerada como fator de isolamento do órgão dentro do governo federal e da própria sociedade, levando ao seu esvaziamento político, a dotações decrescentes de recursos e a sua incapacidade operacional (FALCÃO, 1984).

O domínio da corporação de arquitetos na sistemática de tombamento e intervenção fez com que estes processos adquirissem diretrizes de caráter estritamente técnico (no sentido arquitetônico), ignorando aspectos sociais e econômicos (FALCÃO, 1984). Ou seja, o tombamento passou a ser, no Brasil, um processo cujos interessados mais diretos – proprietários e governos sub-nacionais, entre outros – nunca conseguiram participar de maneira efetiva, no que Joaquim Arruda Falcão denominou ‘monólogo dos arquitetos’.

De acordo com esta visão, preservar um bem cultural edificado significa restaurá-lo arquitetonicamente, a partir de uma visão de viés museológico (FALCÃO, 1984). Isso ajudou a perpetuar séria indefinição quanto aos usos a dar ao acervo de bens tombados, e a nutrir um enorme distanciamento, dificuldade de contato e incapacidade de negociação entre os técnicos do órgão e os proprietários dos bens, fossem eles pessoas, entidades de governo, igrejas, etc.

Outro ponto importante é que, dada a hegemonia da corporação de arquitetos e a presença de um processo centralizador de decisão, a atuação do IPHAN nunca foi integrada com os numerosos órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio (LONDRES, 2001). Isto reforçou o esvaziamento do órgão e impossibilitou a criação de um sistema articulado nacionalmente de proteção patrimonial; não é à toa que até hoje não exista uma divisão clara de tarefas entre as diversas instâncias governamentais.

Durante o trabalho de campo no Recife, quando foram entrevistados diversos técnicos da superintendência regional do IPHAN em Pernambuco, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e do Departamento de Preservação de Sítios Históricos da Prefeitura da Cidade do Recife (DPSH/PCR), ficou mais do que nunca muito clara a departamentalização da ação patrimonial no Brasil, com raros projetos comuns e falta de foros ou ocasiões de diálogo e troca de experiência, nos últimos trinta anos.

Sobre a forma de intervenção do IPHAN e o domínio da corporação de arquitetos, uma historiadora aposentada do corpo funcional da FUNDARPE, Virgínia Pernambucano de Mello, diz:

O corpo técnico [do IPHAN] que restou foi uma criação de Rodrigo [Melo Franco de Andrade]. Todas as pessoas que dirigiam o patrimônio, por todo o país, eram filhos intelectuais de Rodrigo. Então, este ranço da época heróica permanece ainda hoje. [...] até na valorização de edificações religiosas. Ainda permanece na leitura apenas arquitetônica também, e isto eu acho péssimo, porque basta embonecar, pintar e fazer algumas interferências... Há alguns textos de Joaquim Falcão sobre isto, falando que é o arquiteto o dono da restauração, e apenas ele. Isto é o olhar resultante da ação de Rodrigo e das pessoas que trabalhavam com ele: Dr. Ayrton em Pernambuco, Diógenes Rebouças na Bahia, Kurtz no Rio Grande do Sul, Saia em São Paulo. Saia já era mais leve. Os herdeiros continuaram a mesma coisa, e os escritos de Joaquim Falcão falam sobre isto, a respeito da hegemonia do arquiteto, de achar que é o dono do patrimônio material no Brasil, de que o arquiteto é quem determina o que deve ser feito e tal. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Para ilustrar a falta de relacionamento entre o IPHAN e outros interessados nos bens culturais edificados, relata uma assistente social aposentada da FUNDARPE, Melônia Costa Carvalho, quando de uma intervenção em Igarassu nos anos 1970, dentro do PCH:

Em princípio, os moradores tinham medo, e não queriam receber-me, porque pensavam que nós estávamos ali para multar, reprimir, aquele sentimento de que nós iríamos penitenciar (sic) eles. E, na verdade, a proposta não era esta. Era de convocar, de chamar e de mobilizar a comunidade para uma participação efetiva. [...] Inclusive, o proprietário da padaria estava sofrendo um processo na justiça por parte do IPHAN. E ele não queria nem ouvir falar de patrimônio e muito menos me receber. Ele tinha medo, pensando que a gente iria mudar o uso; se fossem colocadas portas de ficha inteira, como ele conseguiria continuar funcionando como padaria? Então, vimos como poderíamos adequar a restauração do imóvel com a necessidade deste proprietário. [...] Foi muito interessante, de repente o homem ficou agradecido, porque a proposta contemplou a sua necessidade

e a causa saiu da justiça. O problema, eu dizia muito na época, era a falta de esclarecimento. (Entrevista no Recife, 30.06.2005).

Por tudo isto, entre outros fatores, o IPHAN chega ao século XXI esvaziado politicamente, com falta persistente de recursos e não renovação do seu corpo funcional. Ao mesmo tempo, o acervo do patrimônio histórico e artístico nacional encontra-se, de forma geral, em estado calamitoso de conservação e utilização.

A falta de recursos, tanto na recuperação de conjuntos e monumentos degradados quanto na preservação de bens tombados, o desuso do patrimônio protegido e a pouca atratividade desse tipo de bem cultural fizeram com que, em meados dos anos 1990, segundo dados do próprio IPHAN, cerca de 50% dos imóveis históricos sob tutela federal se encontrassem degradados e 25% necessitassem de obras de recuperação. Esta mesma pesquisa indicou, ainda, que aproximadamente dois terços desses imóveis encontravam-se abandonados ou subutilizados (TADDEI, 1998). Ainda de acordo com essa fonte, seria necessário, a época, o equivalente a US\$ 1 bilhão para a recuperação integral do acervo então tombado, bem como o dispêndio de US\$ 50 milhões anuais para sua conservação.

Tendo o início dos anos 1980 como época do último ingresso de funcionários, o IPHAN assistiu, na década seguinte, a uma redução da ordem de 50% do seu corpo técnico, dentro do cenário de que 60% dos funcionários remanescentes podem aposentar-se até 2010 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2005). Além disto, apesar do aumento verificado no investimento do órgão federal nos dois últimos anos, o IPHAN apresenta orçamento disponível para investimento bem aquém das necessidades, como pode ser observado na Tabela 1:

TABELA 1

Evolução do orçamento disponibilizado para investimentos - IPHAN (1995 - 2004)

Ano	Lei Orçamentária (R\$)	Orçamento Disponibilizado (R\$)
1995	9.104.299,00	8.258.940,00
1996	15.358.524,00	7.460.738,00
1997	17.054.251,00	13.150.290,00
1998	12.423.462,00	6.555.855,00
1999	8.071.302,00	12.122.389,00
2000	6.269.951,00	11.305.178,00
2001	6.339.327,00	13.434.787,00
2002	10.439.253,00	10.261.267,00
2003	10.127.571,00	25.667.492,00
2004	17.380.256,00	28.139.339,00

Fonte: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2005.

A insuficiência de recursos e de corpo funcional para recuperação e conservação de edifícios, bem como a falta de diálogo e coordenação com a sociedade e demais responsáveis por bens materiais, acabam produzindo situações insólitas. Tendo eu sido confundido com um técnico do IPHAN - por um membro da confraria de São José do Ribamar, co-responsável pela guarda e manutenção de três igrejas tombadas pelo IPHAN no centro do Recife, por ocasião do trabalho de campo -, dele ouvi o seguinte:

Vocês estão acabando com as igrejas do Recife⁶: não deixaram a confraria [de São José do Ribamar] fazer a reforma do forro da igreja [de São José do Ribamar], e ele caiu. Não estão deixando nós fazermos uma reforma na frontaria da Igreja do Santíssimo Sacramento da Boa Vista, e também não fazem. Quando ela cair, eu quero ver o que vocês falarão a respeito.

[Nesta pausa, esclareci que eu não era do IPHAN, mas apenas um mestrando na FGV-SP, mas não adiantou, continuando ele]:

[...] A confraria [de São José do Ribamar] recolheu dinheiro para reformar o forro da igreja, estava tudo certo, até que veio um técnico do IPHAN e disse que nós não poderíamos fazer a reforma, porque precisava disto, daquilo, e tinha que vir um outro técnico, e tal. O tempo passou, e não veio ninguém. Até que o forro caiu, e eles agora fizeram o que você está vendo [forro

⁶ Em mais de uma ocasião, responsáveis e proprietários de bens tombados pelo IPHAN demonstraram certa irritação ao pensar que eu era um técnico deste órgão. Um tipo de pergunta freqüente que ouvi ao longo do trabalho de campo, tanto no começo de entrevistas quanto em observações participantes, foi, “- Mas você não é do patrimônio, é?”

Isto ilustra também a falta de interesse de outras corporações – administradores, economistas, etc. – pela questão do patrimônio. Sempre se espera que quem estuda patrimônio no Brasil são arquitetos, historiadores ou arqueólogos.

novos, sem aproveitamento da pintura original]; perdemos o teto antigo, e tínhamos dinheiro para reformar. [...] [Na Matriz da Boa Vista] é a mesma coisa. Fizemos um orçamento para limpar e reformar a frente da igreja, recolhemos dinheiro, e o IPHAN disse que não podemos mexer, porque é tombado, é preciso pessoal especializado, e estas coisas. Agora, eles não fazem, e nem deixam a gente fazer. Ter monumento tombado pelo IPHAN é mais ou menos assim: a casa é sua, só que você não pode consertar o telhado, porque o IPHAN não deixa. Mas eles também não fazem. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

A resposta de um clérigo à indagação de uma técnica do IPHAN a respeito de igreja histórica do Recife sob sua guarda, não tombada pelo IPHAN, também é ironicamente exemplar no mesmo sentido:

Um dia, uma moça do patrimônio veio a uma celebração que o bispo celebrou na [nome da igreja] e perguntou a mim, “- Esta igreja é tombada?” Eu respondi que não era não, que quando o patrimônio tomba ela cai mesmo. Se o patrimônio tomba, eu não consigo mais mexer em nada aqui. (Entrevista no Recife, 03.01.2005).

Ou seja, fica claro que as primeiras medidas efetivas de preservação patrimonial no Brasil surgem em um Estado forte, expansionista e autoritário (Estado Novo, 1937- 1945), a partir de um pequeno grupo formado principalmente por intelectuais e arquitetos, interessado em criar uma legislação, localizar e tomba bens de pedra e cal do Brasil Colônia.

Ao mesmo tempo em que se criou um consenso dentro deste grupo de que a atribuição pela guarda, recuperação e conservação deste patrimônio seria primordialmente tarefa do Estado, não houve uma reflexão quanto aos usos possíveis desses monumentos, sua preservação estabelecendo-se sob uma ótica estritamente “cultural”.

Cabe agora, no próximo tópico, analisar duas propostas de intervenção pública na questão patrimonial – o PCH e a gestão Aloísio Magalhães à frente do IPHAN – que adotaram filosofias distintas da presente na atuação tradicional do IPHAN. Isto permitirá analisar as ações e os conceitos alternativos empregados em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional. A criação da FUNDARPE, órgão de conservação estadual pernambucano, insere-se no PCH.

2.4. O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH), a criação da FUNDARPE e gestão Aloísio Magalhães no IPHAN (1979-1982).

A década de 1970 assiste à emergência de duas novas propostas no trato dos bens materiais tombados pelo IPHAN. São visões alternativas à concepção tradicional do órgão de preservação federal, mas que, apesar de algum resultado, não conseguiram mudar de forma efetiva o padrão de atuação do IPHAN.

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos (PCH)⁷, surgiu como uma iniciativa da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR), graças ao apoio decisivo do então secretário João Paulo dos Reis Veloso. Além de contar com a participação do IPHAN em questões técnicas, faziam parte do PCH a própria Seplan/PR, o Ministério do Interior e o Ministério da Indústria e Comércio, através da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Desvinculado da orientação museológica do IPHAN, o PCH tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico e social de localidades pobres do país, que, em geral, tinham grande parte do seu patrimônio preservado em virtude da estagnação econômica pela qual tinham passado. Ao invés de recuperar bens levando-se em conta apenas o valor histórico e artístico dos mesmos, o PCH considerava o potencial turístico de conjuntos e monumentos, com o uso destes bens como instrumento de geração de emprego e renda nas comunidades onde estavam inseridos (MICELI, 1984).

A aplicação de recursos no PCH e a busca de parcerias com proprietários de bens tombados, empresários do setor de turismo e dirigentes públicos eram realizadas através de critérios sociais e econômicos, com o objetivo de tornar o patrimônio recuperado auto-sustentável (o turismo era um elemento fundamental para isto) e de reduzir as desigualdades regionais (as áreas atingidas pelo programa apresentavam baixo desenvolvimento econômico e social).

⁷ O PCH foi criado em maio de 1973.

O PCH tinha também como objetivos, a partir da identificação de carências na área patrimonial, difundir o conhecimento a respeito do valor da conservação de bens culturais edificados, formar mão-de-obra capacitada em serviços de recuperação e conservação e fomentar a descentralização de ações de preservação no Brasil (GASTAL, 2003).

É dentro deste último objetivo que se insere a criação, na primeira metade dos anos 1970, de órgãos estaduais ligados à questão patrimonial, como coloca Rosa Bonfim, arquiteta do corpo funcional da FUNDARPE:

[...] na época da criação da FUNDARPE, havia um programa a nível federal, que era o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.

Perg.: A FUNDARPE trabalhou muito com este projeto?

Resp.: Sim, trabalhou. Praça Marechal Deodoro, em Igarassu, Igreja de Nossa Senhora da Graça, Igreja da Sé, Palácio do Bispo, onde hoje existe o Museu de Arte Sacra, Forte das Cinco Pontas, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Velha: eram obras de vulto, obras grandes. Era um programa que trazia recursos, e muitos recursos, que funcionou bem. Com a extinção deste programa, a coisa entrou em declínio e o governo do Estado nunca teve uma política de recursos. Desde então, a gente vem engatinhando.” (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Ou, como relata uma historiadora aposentada da FUNDARPE, Virgínia Pernambucano de Mello: “Também era um contexto especial. Todas as fundações estaduais de cultura dos principais centros de patrimônio histórico material foram criadas neste mesmo período. Havia um contexto que favorecia isto.” (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Tal afirmativa é confirmada pelo arqueólogo Ulisses Pernambucano de Mello, neto, do mesmo órgão: “Inclusive de financiamento, com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Seplan/PR.” (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

O volume de recursos angariado pelo PCH representou um grande aumento nas aplicações na área patrimonial. A demanda por técnicos, estudos e levantamentos mostrou a precariedade institucional do IPHAN, que vinha atuando com dotações decrescentes de recursos públicos. A participação do IPHAN no PCH, e a conseqüente absorção deste programa pelo órgão em

1979, mostravam claramente a falta de infra-estrutura da única entidade oficial da vertente patrimonial e aprofundou a necessidade de sua reestruturação (MICELI, 1984).

Apesar da importância deste programa em termos de recursos financeiros investidos, articulação entre órgãos federais e estaduais, em diversas áreas de governo, participação da comunidade e presença do turismo como justificativa de investimento e fator de sustentabilidade do patrimônio restaurado, há pouca literatura disponível sobre o PCH. Em virtude disto, o estímulo que o programa deu para a criação de órgãos estaduais de preservação patrimonial será analisado a partir do caso da FUNDARPE.

A FUNDARPE foi criada em 17.07.1973, inicialmente como fundação ligada ao Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE). Posteriormente, ficou subordinada à Secretaria de Cultura, em geral em conjunto com a função turismo, e atualmente encontra-se atrelada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco.

Como relatado acima, por Rosa Bonfim, Virgínia Pernambucano de Mello e Ulisses Pernambucano de Mello, neto, o PCH foi um dos responsáveis pela criação de órgãos de conservação estaduais no início dos anos 1970. Apesar de não ter sido possível identificar literatura específica sobre isto, supõe-se que a Seplan/PR necessitasse formar corpos funcionais nos estados aptos a realizar trabalhos de recuperação e conservação do patrimônio material, além de haver interesse dos estados em captar recursos federais para obras de recuperação, conservação e utilização de seus bens culturais edificados.

De acordo com o projeto PE-011 – agenciamento da Praça Marechal Deodoro e restauração do mercado municipal, da casa nº 83, para instalação da agência do BANDEPE, e das fachadas do casario da Rua Joaquim Nabuco – 80% do valor total desta obra do PCH foi bancado pela Seplan/PR, com contrapartida de 20% do governo estadual (BRASIL, 1976). De acordo com informações recolhidas na FUNDARPE, esta divisão repetiu-se em outros projetos. O projeto PE-011 pretendia restaurar o casario da Praça Marechal Deodoro e o imóvel em questão, além de envolver a comunidade neste processo e fomentar o turismo como fator de dinamização econômica da área. O projeto da Praça Marechal Deodoro será visto com mais detalhes no estudo de caso sobre a Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, no capítulo 5.

No início dos anos 1980, o PCH é extinto, logo após sua incorporação ao IPHAN. Não existem indicações claras na literatura a este respeito; a queda da capacidade de investimento do governo federal, com o fim do “milagre brasileiro”, e a perda de importância da questão dos bens culturais edificados no Brasil, após um período de reflorescimento nos anos 1970, parecem ser os fatores mais prováveis para a extinção do programa.

De acordo com entrevistados do Recife, a extinção do PCH levou ao esvaziamento da questão patrimonial no órgão de conservação estadual pernambucano, com o crescimento, nos últimos anos, das ações de fomento cultural. A passagem, citada anteriormente, de Rosa Bonfim, arquiteta da FUNDARPE, coloca isto de forma clara:

[...] na época da criação da FUNDARPE, havia um programa a nível federal, que era o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. [...] Com a extinção deste programa, a coisa entrou em declínio e o governo do Estado nunca teve uma política de recursos. Desde então, a gente vem engatinhando. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Um advogado da mesma instituição, que cuida dos processos de tombamento no nível estadual, assim se manifesta:

Agora, veja bem, as coisas aqui são as grandes ondas. Nos anos 1970, início dos anos 1980, investiu-se muito em patrimônio; foi a época da Igreja da Sé de Olinda, do Seminário de Olinda, de Igarassu⁸. Depois, vieram os eventos. Primeiro, com as manifestações folclóricas do Estado de Pernambuco. Depois, com este *rock* ‘porra-loca’⁹, que no carnaval ficou em frente ao prédio da Alfândega. (Entrevista no Recife, julho de 2005).

E Virgínia Pernambucano de Mello, historiadora aposentada da FUNDARPE, resume, em sua opinião, o problema do órgão estadual de conservação: “O problema fundamental da FUNDARPE, hoje, é a eventologia (sic).” (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Por fim, para caracterizar o sucateamento e esvaziamento da área patrimonial na FUNDARPE, cabe destacar dois fatos importantes. Primeiro, do total de dotações concedidas

⁸ Além do projeto da Praça Marechal Deodoro, o PCH contemplou obras na Ladeira dos Santos Cosme e Damião e na Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu.

⁹ Refere-se ao movimento *mangue beat*, que tem em Chico Science seu grande ícone.

pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado de Pernambuco (FUNCULTURA), muito pouco é destinado à área patrimonial. A liberação do FUNCULTURA em 2005, por exemplo, contemplou apenas três projetos na área de patrimônio: o Maracatu Elefante, com R\$ 60.000,00, que não é um bem cultural edificado, o Museu Histórico de Brejo da Madre de Deus, com quase R\$ 40.000,00, e a restauração da Igreja de São João dos Militares, para utilização como equipamento educacional, com R\$ 40.000,00. De um total de quase R\$ 10.000.000,00, a área de patrimônio captou menos de 2% das dotações do fundo¹⁰.

Segundo, o corpo técnico do órgão vem sendo progressivamente reduzido ao longo dos últimos anos. Ao ser questionada sobre a reposição dos funcionários que se aposentam no órgão, Rosa Bonfim, arquiteta da FUNDARPE, mostra a dimensão do problema:

Não [há reposição]. O quadro está cada vez menor. Hoje, do quadro permanente, a gente tem dois engenheiros, três arquitetos, um arqueólogo, um restaurador e um desenhista. Não temos mais pesquisadores de história ou assistentes sociais. [...] Há muito tempo que a gente tenta que sejam contratados, ou trazidos de outro órgão, mas é difícil, não é fácil não. [...] Nunca houve um concurso público na FUNDARPE. [...] A educação patrimonial é uma coisa fundamental para a preservação dos monumentos, mas ela não existe; nós não temos nem ao menos equipe para isto. Do quadro permanente, são oito funcionários. Há mais dois arquitetos, que são o diretor e o coordenador, mas eles não são do quadro permanente. E há um desenhista e dois estagiários, que também não são do quadro permanente. Nós já tivemos dezenove funcionários no quadro permanente, inclusive dois pesquisadores de história, não temos mais nenhum, assistente social, não há mais nenhuma, e havia uma educadora, que também não tem mais. Cinco arquitetos e dois engenheiros já dançaram. Ou seja, a equipe está cada vez menor. [...] (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

¹⁰ Tentei obter informações a respeito do histórico de liberações de recursos pelo FUNCULTURA desde a sua criação, em fins dos anos 1990, mas o diretor responsável por esta área na FUNDARPE me disse que não tinha os dados de forma organizada. Logo, não é possível dizer com precisão qual é a participação da área patrimonial nos recursos liberados pelo FUNCULTURA nos últimos anos, mas contatos informais dentro do órgão dão conta de que as ações de fomento cultural quase monopolizam as liberações de recursos.

Ao pedir o processo de um projeto que recebeu recursos do FUNCULTURA ('Refazendo os caminhos de Duarte Coelho', em Igarassu), o diretor disse-me que se surpreendeu com meu pedido, pois nunca alguém havia antes requisitado este tipo de informação. Apesar de o projeto ter recebido verbas do governo estadual (o FUNCULTURA distribui dotações de recursos para os projetos aprovados), o referido diretor condicionou a possibilidade de entrega de uma cópia do material a uma autorização explícita que eu deveria procurar obter na Prefeitura Municipal de Igarassu, a instância que recebeu os recursos.

Ulisses Pernambucano de Mello, neto, arqueólogo do corpo funcional do órgão, mostra-se pessimista em relação ao futuro da área patrimonial na FUNDARPE, ao comentar sobre seu “sucateamento”:

Não apenas no caso de recursos financeiros, mas também humanos e metodológicos. Havia toda uma equipe voltada para a recuperação, mas [hoje não há mais], pois volta a [ênfase] em eventos. Houve uma perda enorme. A FUNDARPE tinha doze arquitetos só na área de preservação, com oito ou dez advogados. Hoje, isso tem sido esvaziado: as pessoas aposentam-se, morrem ou saem do órgão, e não há reposição. A tendência é ladeira abaixo, com a questão do patrimônio avançando cada vez menos.

Perg.: Você vê alguma possibilidade de reverter esta tendência de “ladeira abaixo”?

Resp.: Seria preciso criar a decisão política de reverter isto, que se decida favoravelmente por este caminho. Eu já estou chegando aos sessenta anos, já não sou mais dos otimistas. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) foi criado em 1975 pelo Ministério da Indústria e Comércio (MIC), pelo *designer* Aloísio Magalhães e pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. A atuação de Aloísio Magalhães à frente do CNRC, entre 1975 a 1979, seria o “campo de testes” para as mudanças a serem implementadas na vertente patrimonial, quando de sua nomeação como novo diretor do IPHAN, em 1979 (MICELI, 1984). O centro trouxe idéias inovadoras à área da cultura, principalmente para a vertente patrimonial, com destaque à recuperação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional elaborado por Mário de Andrade no início dos anos 1930 e para a prática de uma ação cultural que visava, principalmente, a valorização das manifestações populares, a busca pelas raízes culturais nacionais e o envolvimento das comunidades na ação cultural (MAGALHÃES, 1997).

Assim como o PCH, o CNRC congregou a participação de diversos órgãos federais, como a Seplan/PR, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Banco do Brasil, entre outros, tendo sido incorporado ao IPHAN em 1980.

Fugindo do elitismo presente na tradicional noção de bem cultural do IPHAN – monumentos de pedra e cal representativos da etnia branca e da sua elite civil, militar e eclesiástica, ou seja, os vencedores da história oficial –, Aloísio Magalhães incorporou a este conceito os bens ecológicos, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber popular, tanto das elites quanto do

povo em geral. Não apenas da etnia branca, mas também da negra e da índia, formadoras do povo brasileiro.

Ao agregar aos bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico ou artístico e aos bens de criação individual espontânea que constituem o acervo artístico nacional (música, literatura, arquitetura, teatro, etc.) uma vasta gama de bens provenientes, em sua maior parte, do saber popular e de uso cotidiano, Aloísio Magalhães tentou contribuir para democratizar o processo cultural, combatendo o elitismo e valorizando a participação das comunidades neste processo.

Outro traço de sua gestão foi a ampliação do conceito de bem cultural e tombamento. O estudo multidisciplinar do caju, um dos projetos mais abrangentes do CNRC, mostra a abrangência do conceito de bem cultural pretendida, bem como a participação de outros órgãos governamentais – disseminação da cultura por todo o governo, e não apenas em órgãos específicos – e a participação ativa da comunidade no projeto (MAGALHÃES, 1997).

Apesar de tudo isto, a gestão Magalhães apresentou dois problemas principais, que viriam a ofuscar os resultados alcançados durante os três anos de trabalho à frente do IPHAN.

Ao ser nomeado para diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães encontrou um corpo de funcionários identificado com os ideais de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo muitos ainda do núcleo original de colaboradores do órgão (MARINHO, 1986). Além disto, o IPHAN apresentava uma estrutura de funcionamento precária, causada pelos anos de abandono e de esvaziamento político (MICELI, 1984).

Em virtude disto, a gestão Magalhães enfrentou vários problemas para operacionalizar seus projetos. As ações de maior destaque do IPHAN durante esta gestão, como o reconhecimento de Olinda e Ouro Preto como patrimônio mundial pela UNESCO e a compra dos Autos da Inconfidência Mineira, podem ser caracterizados mais como atos do próprio Aloísio Magalhães, enquanto pessoa influente dentro do governo federal e respeitado pela comunidade artística por seu trabalho de *designer*, do que como projetos desenvolvidos dentro da estrutura do IPHAN.

O segundo problema da gestão Magalhães foi a perda de força do conceito abrangente de bem cultural e da orientação inovadora do órgão após sua morte, em 1982.

Não conseguindo renovar o corpo funcional do IPHAN nem criar uma nova cultura interna de ação e de definição de bem cultural, os conceitos empregados por Aloísio Magalhães seguiam um processo ‘de cima para baixo’. Com a morte de Aloísio Magalhães, em 1982, a nova orientação proposta por ele para o IPHAN não se sustentou entre o corpo de funcionários. Isto fez com que o órgão voltasse ao seu antigo conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, e continuasse dominado pela corporação de arquitetos. E que, nas décadas de 1980 e 1990, entrasse em crise operacional, com falta de recursos financeiros e de pessoal para cumprir sua função institucional. Como coloca Mario Brockmann Machado, questionando a permanência dos conceitos propostos por Aloísio Magalhães:

É bem verdade que algumas medidas de renovação e arejamento desse projeto de política cultural foram ensaiadas, neste início da década de 80, no âmbito da Secretaria da Cultura do MEC [Ministério da Educação e Cultura]. Foi o período de Aloísio Magalhães, e é de justiça que se destaque o esforço então realizado de recuperação do conceito mais amplo de patrimônio nacional originalmente formulado por Mário de Andrade. No entanto, essa experiência inovadora teve curta duração, não sendo possível saber-se se tais tentativas deixarão o nível do discurso e passarão efetivamente a informar, de maneira permanente, a prática do tombamento de bens históricos e artísticos. (MACHADO, 1984, p. 13).

Além disto, Mario Brockmann Machado, renunciando o que aconteceria nos vinte anos seguintes, coloca:

De qualquer maneira, com a permanência do processo de abertura, tenho para mim que uma política cultural centrada no conceito de patrimônio histórico tenderia a esgotar-se rapidamente. É que a clientela da outra vertente, a da criação do bem cultural (cinema, teatro, música popular, etc.), é muito mais dinâmica, organizada e politicamente ativa, razão pela qual suas demandas terão maior peso no processo de decisão sobre a alocação de recursos das agências que atuam na área cultural. (MACHADO, 1984, p. 13).

Ao longo de todo o trabalho de campo, e também nas pesquisas documentais e bibliográficas, uma coisa que chamou a atenção deste pesquisador foi a quase que completa ausência de políticas, programas e projetos voltados ao patrimônio histórico e artístico nacional (o PCH e

o MONUMENTA BID são exceções que confirmam a regra, até porque surgem fora da estrutura do IPHAN). Em todas as entrevistas com pessoas da área do patrimônio, a tônica do discurso foi sempre a mesma: a atuação e orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Aloísio Magalhães, Ayrton da Costa Carvalho e José Luiz da Mota Menezes, como se a atuação do IPHAN dependesse exclusivamente do seu dirigente máximo, seja em nível federal ou estadual (Estado de Pernambuco).

Continua Virgínia Pernambucano de Mello:

Você já deve ter percebido os tempos do patrimônio histórico no Brasil: a fase heróica, com o tombamento dos principais bens, com Rodrigo, e uma ação mais ou menos estagnada, com obras só de contenção. Depois, nos anos 70, retomou-se a questão do patrimônio, com cada Estado cuidando de seu patrimônio, que foi o período de Aloísio Magalhães também, no final dos anos 70. Então, foi um tempo favorável à questão do patrimônio histórico, quando começou a ser considerado o imaterial também. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Percebe-se que, na área patrimonial, não são políticas públicas, mas sim pessoas, que ainda hoje dominam o debate, com a preponderância das orientações e visões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Além de revelar a fragilidade da vertente patrimonial brasileira, deixa pouco espaço para temas não abordados por nenhum dos dois de forma detalhada, como, por exemplo, propostas de turismo cultural.

Por fim, cabe destacar que a orientação inicial do IPHAN estabeleceu que a responsabilidade pelos bens culturais edificados tombados é do governo federal, sem se discutir como outros agentes poderiam ajudar a manter este patrimônio. Além disto, composto por um corpo homogêneo de funcionários, em termos de formação profissional e ideologia, em um tema pouco interessante a outros grupos sociais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pode ser descrito como um caso de insulamento burocrático dentro do governo federal, pouco disposto a receber influências externas e manter diálogos a respeito dos bens culturais edificados com outros grupos, dentro ou fora do governo.

De acordo com Nunes (1997), insulamento burocrático é a forma através da qual grupos ligados às elites modernizantes tecnoburocráticas e/ou empresariais promovem o desenvolvimento de alguma atividade ou setor em âmbito governamental, protegendo o

exercício da competência técnica nos confrontos inevitáveis com a arena política, caracterizada como reino do clientelismo e do particularismo.

Dentro deste conceito, o IPHAN isolou-se das influências políticas por estas representarem, nas décadas de 1930 e 1940, elementos culturais tidos como ultrapassados: a arquitetura regionalista, eclética e “bolo de noiva”, as manifestações populares rotuladas de arcaicas, entre outras coisas.

O fato de um ministro como Gustavo Capanema ocupar a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública favoreceu o insulamento burocrático do IPHAN. Considerando-se um intelectual no poder, Capanema garantiu o alto grau de tecnicidade e independência do órgão durante a sua gestão (SCHWARTZMAN, 2000).

2.5. “Vertente patrimonial” e política pública: desafios para a conservação do acervo tombado.

Nos tópicos anteriores, questões como a formação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, o padrão de intervenção estatal e o estado de conservação e utilização do acervo tombado foram analisadas a partir do caso brasileiro. Este tópico busca complementar a análise a partir da revisão da literatura internacional, em dois pontos importantes, que ajudam a entender o caso brasileiro, tanto na parte de diagnóstico quanto de busca de soluções para os principais problemas e desafios da área patrimonial.

O primeiro é o pensamento de responsáveis e administradores de bens culturais edificados no Reino Unido, além de outras pessoas envolvidas com patrimônio, em temas como a missão de órgãos patrimoniais, a cobrança de ingresso e outras práticas mercantis em bens culturais edificados e o estabelecimento de prioridades no investimento em patrimônio.

O segundo ponto é a caracterização da vertente patrimonial e da natureza da prática do tombamento, bem como dos próprios bens edificados tombados, que colocam problemas e desafios à função de conservação dos elementos nacionais protegidos por lei.

Garrod e Fyall (2000), a partir da utilização da técnica Delphi, recolheram opiniões de responsáveis e proprietários de patrimônio material, bem como de representantes de organizações, consultores e acadêmicos envolvidos com a questão da conservação do patrimônio, em uma série de questões importantes para a definição de uma política pública patrimonial e para a administração mais efetiva de bens culturais edificados.

A técnica Delphi, desenvolvida no início dos anos 1950, envolve a formação de um painel de especialistas para a discussão de um determinado tema ou resolução de um problema específico, através de sucessivas rodadas de consultas, visando à convergência de opiniões dos envolvidos no processo. Isto é feito, de forma geral, através de formulários enviados por correio, mantendo-se anônimos os participantes.

Alguns pontos ilustram a forma tradicional de pensar de pessoas ligadas ao patrimônio no Reino Unido, revelando que as características mais importantes da vertente patrimonial se manifestam de forma similar em diversas partes do mundo.

Em primeiro lugar, a pesquisa identificou oito elementos vistos pelos especialistas como representativos da função deles no trato dos bens culturais edificados. Ou seja:

- a) conservação: manter o acervo edificado à posteridade;
- b) Acessibilidade: prover meios às pessoas aproveitarem o patrimônio, sem comprometer a capacidade de gerações futuras de também desfrutarem destes bens;
- c) Educação: tornar as pessoas capazes de entender o patrimônio em questão, através da compreensão de sua natureza e significado;
- d) Relevância: fazer com que o patrimônio seja importante para o maior número possível de pessoas, e não para um círculo restrito de entusiastas;
- e) Recreação: entreter os visitantes, provendo uma oportunidade de recreação na visita ao patrimônio;
- f) Sustentabilidade financeira: fazer com que o bem cultural edificado, total ou parcialmente, consiga gerar recursos necessários a sua conservação;
- g) Comunidade local: integrar o patrimônio a ela, garantindo-se que a utilização do mesmo por visitantes externos não venha em detrimento da população local;
- h) Qualidade: fornecer serviços de alta qualidade aos visitantes, no sentido de o patrimônio conseguir competir no mercado turístico atual.

Após a identificação e descrição destas funções, os especialistas foram questionados a respeito do grau de importância de cada uma. Enquanto os elementos conservação, acessibilidade e educação ficaram nas três primeiras posições, em ordem decrescente, com ampla vantagem de conservação sobre acessibilidade, os elementos relevância, recreação e comunidade ficaram em antepenúltimo, penúltimo e último lugar, respectivamente.

Como dizem os autores: “The implication is that the importance of the heritage asset as endowment for future generations is generally considered to outweigh its significance as an asset for contemporary use.” (GARROD; FYALL, 2000, p. 692).

O elemento comunidade local é classificado como o menos importante dentro da missão patrimonial, o que converge com as constantes críticas a respeito da atuação elitista e auto-referida dos órgãos de conservação. Isso confirma, aliás, o dizer de uma arquiteta do IPHAN, a respeito dos problemas com as comunidades locais no processo de tombamento do sítio histórico de Goiana e de conservação da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, no Recife:

A comunidade [de Goiana] tem zero de consciência, e há muitas descaracterizações. Quando começou a se falar do tombamento da cidade, muitos habitantes correram para mexer nas habitações, antes do tombamento. [...] A igreja [de Nossa Senhora do Pilar] já está quase no chão. [...] O problema é que a comunidade depreda a igreja. Ela está dentro de uma favela, e o IPHAN não tem a atribuição de tratar uma favela. Não adianta tratar da igreja sem a definição de uso e com o problema da favela. (Entrevista no Recife, 18.07.2005).

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que o elemento educação é visto como sendo o terceiro mais importante, a recreação tem baixa prioridade para os especialistas. A utilização de bens culturais edificados como atrações turísticas, ou a combinação de educação com diversão – o chamado *edutainment* –, parece não ser visto com algo atrativo, ou mesmo desejado, de ser praticado em bens culturais edificados.

O fato dos elementos relevância, recreação e comunidade local serem os três menos importantes para o painel de especialistas demonstra o conceito restritivo de patrimônio presente nos órgãos de conservação – técnica construtiva e posição dos bens na memória de

determinados grupos sociais –, a falta de ligação entre educação e divertimento e a exclusão da comunidade local do trato com o seu próprio patrimônio, respectivamente.

Em uma proposta de turismo cultural que envolva bens culturais edificados, por exemplo, a pouca prioridade dada aos elementos comunidade local e recreação por parte dos especialistas é uma fonte potencial de desentendimentos e conflitos a respeito da utilização do patrimônio material, já que a atividade turística pode provocar disfunções em elementos como conservação e educação¹¹.

Em segundo lugar, a pesquisa explorou a visão dos especialistas a respeito de tópicos ligados à cobrança de ingressos e outras práticas mercantis em bens culturais edificados. Os quatro elementos citados, cada um subdividido em diversos fatores, encontram-se listados abaixo:

- a) Pressões financeiras: necessidade de gerar receitas próprias, em virtude do aumento dos custos operacionais e da diminuição de financiamentos externos, entre outros fatores;
- b) Competição: aumento da competição por visitantes, causado pelo fluxo de atrações oriundas de dentro e de fora do setor patrimonial;
- c) Perfil do visitante: aumento do mercado para visitas a bens culturais edificados, em virtude de mudanças na composição da população ou da exigência destes consumidores, entre outros fatores;
- d) Administração do acesso: preço do ingresso, estímulo ou desestímulo da demanda, entre outros fatores.

De acordo com os resultados, os quatro fatores mais importantes relacionados à cobrança de ingressos e outras práticas mercantis em bens culturais edificados seriam o aumento dos custos operacionais (pressões financeiras), o aumento da competição por parte de outras atividades de lazer (competição), o menor acesso a financiamentos externos (pressão financeira) e a maior importância de serviços secundários para a geração de renda no monumento (pressões financeiras). Mesmo em um país desenvolvido como o Reino Unido, prevêem-se tempos difíceis para o patrimônio no futuro, em virtude do corte de gastos governamentais nesta área (RICHARDS, 1997).

¹¹ O potencial de conflitos na exploração turística de monumentos históricos e os problemas que a atividade turística pode gerar nos bens culturais edificados são analisados no capítulo 4.

É recente a percepção da necessidade de uma visão economicamente consistente do patrimônio edificado no Brasil; ela surge a partir de demandas de entidades internacionais que financiam projetos no país. Um exemplo disto é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia o Programa MONUMENTA e o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE). Paulo Martins Souto Maior, diretor da área patrimonial da FUNDARPE, diz a respeito do projeto de recuperação do Engenho Monjope, em Igarassu:

Através do PRODETUR II, a gente deu entrada em dois projetos: o Forte de Santo Inácio de Loyola, em Tamandaré, e o Engenho Monjope. O objetivo é que o projeto de recuperação física seja apenas um apêndice do projeto inteiro. O que importa realmente é isto aqui [mostra o plano de gestão do Engenho Monjope], que é justamente a sustentabilidade do Engenho Monjope como um negócio. Isto foi feito por uma consultoria. [...] O Banco do Nordeste fez várias exigências; nós enviamos o primeiro projeto e o banco pediu várias modificações. A gente refez, e esta aqui já é a segunda ou terceira versão. [...] estamos esperando somente chegar o dinheiro do PRODETUR II. [...] Eu confesso que essa parte de economia aqui... são quarenta tabelas e eu tenho dificuldades de entender cada uma, porque a minha parte é obra, orçamento. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Por fim, em terceiro lugar, a pesquisa identificou quais deveriam ser, na ótica dos especialistas, os critérios para estabelecer prioridades de investimento para organizações como o English Heritage (órgão similar ao IPHAN no Reino Unido) e o National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty (organização não governamental voltada à causa preservacionista, com escala de atuação sem similar no Brasil). Os elementos identificados foram:

- a) Importância/significação: prioridades para bens singulares, relevantes (para os visitantes, a comunidade e o país como um todo), com mérito educacional¹², entre outros fatores;
- b) Elementos de risco (perda do patrimônio): bens com risco de dano irreversível, que sofram impacto de visitas e depreciação;
- c) Aspectos econômicos: patrimônio que apresente independência financeira, potencial de geração de contrapartida para investimentos, entre outros fatores;
- d) Considerações de gestão;

Os quatro fatores classificados como mais importantes, em ordem decrescente, são: (1) bens que são mais raros e únicos (importância/significação), (2) atrações que possuem maior tendência a serem permanentemente perdidas, caso não sejam recuperadas (elementos de risco), (3) patrimônio com maior relevância aos visitantes, à comunidade local e à nação como um todo (importância/significação) e (4) bens cuja conservação constante tem maior potencial de economizar recursos de recuperação e conservação no futuro (considerações de gestão).

A partir dos quatro fatores listados como mais importantes pelos especialistas, percebe-se claramente o objeto prioritário de intervenção, a partir da lógica da área patrimonial: *bens culturais edificados considerados únicos, em risco de ruína ou extinção e com grande valor histórico, cultural ou artístico*. Além disto, um grande valor é dado à conservação, como ação que evita a deterioração do patrimônio. Em suma, o valor intrínseco do bem deve dominar a prioridade de investimentos de órgãos públicos e outras entidades ligadas à recuperação e conservação de bens culturais edificados, na visão de pessoal ligadas à área patrimonial.

Cabe destacar mais uma característica importante: dos catorze fatores classificados, a partir dos quatro elementos listados acima, o que foi considerado de menor importância para a definição de prioridades de investimento pelos especialistas foi a probabilidade de um bem cultural edificado gerar recursos para sua própria manutenção futura. Isto chega a ser ambíguo: os especialistas presumem que as fontes de financiamento serão menores no futuro, mas não é dada muita importância, quando da escolha de bens para trabalhos de recuperação e conservação, à capacidade do monumento de gerar receitas para sua manutenção.

Esta visão é o oposto da lógica de programas como o PRODETUR/NE o Programa MONUMENTA, bem como de outros projetos de recuperação do patrimônio histórico. O caso europeu, por exemplo, é exemplar neste sentido. A maior parte dos fundos da União Européia que contemplam serviços de recuperação e conservação do patrimônio histórico – Leader II, Interreg e Phare – submetem seus investimentos a estudos de viabilidade e

¹² Garrod e Fyall (2000) não definem o que é mérito educacional, o que torna o conceito aberto a diversas interpretações.

justificação turística, com a utilização de parte das rendas advindas do turismo cultural para a conservação do património (PATIN, 1999).

Por fim, antes de analisar as diversas alternativas disponíveis aos gestores públicos para a manutenção do acervo patrimonial protegido por lei, objeto de análise do capítulo 3, cabe destacar algumas características próprias da vertente patrimonial e dos bens culturais edificados que colocam desafios e problemas para a intervenção pública. As três principais são a sistemática de tombamento, os baixos ganhos de produtividade em serviços de recuperação e conservação e o paradigma da qualidade máxima sustentado por arquitetos e restauradores.

O caso da França será usado para ilustrar estas três características, com comparações com o caso brasileiro.

A sistemática atual de tombamento tende a expandir de forma indefinida e constante o acervo de bens protegidos por lei federal na França (BENHAMOU, 2003). A partir da expansão do critério de o que legitimamente constitui património histórico e artístico nacional, cada vez mais bens são incluídos nessa classificação, o que aumenta o acervo sob algum tipo de tutela do Estado. A Tabela 2 e Tabela 3 mostram a quantidade de inscrições de bens listados e registrados¹³ como monumentos históricos nos últimos anos, demonstrando a expansão da tutela do Estado nesta área:

¹³ A lei francesa de preservação de monumentos históricos, de 31.12.1913, prevê dois tipos diferentes de tombamento: a listagem de monumentos, para bens cuja preservação é de interesse nacional, a partir de um ponto de vista histórico ou artístico, e o registro de monumentos históricos, para bens não tão importantes como os listados, mas cuja conservação também é desejada. Para mais informações, ver Benhamou (1996).

TABELA 2
 Monumentos históricos listados sob tutela federal - França
 Número de inscrições por década - (1840 - 1990)

Década	Número de inscrições	Total de bens incritos no final da década
1840-49	746	759
1850-59	38	797
1860-69	557	1354
1870-79	169	1523
1880-89	610	2133
1890-99	204	2337
1900-09	1089	3426
1910-19	1503	4929
1920-29	1918	6847
1930-39	1060	7907
1940-49	890	8797
1950-59	543	9340
1960-69	788	10128
1970-79	1139	11267
1980-89	2126	13393
1990-93	695	14088

Fonte: BENHAMOU, 1996.

TABELA 3
Monumentos históricos registrados sob tutela federal - França
Número de inscrições por ano - (1962 - 1993)

Ano	Número de inscrições	Total de bens inscritos no final do ano (1)
1962	214	14774
1963	303	14988
1964	336	15291
1965	101	15627
1966	119	15728
1967	148	15847
1968	278	15995
1969	188	16273
1970	381	16461
1971	381	16842
1972	350	17223
1973	353	17573
1974	480	17926
1975	631	18406
1976	278	19037
1977	456	19315
1978	321	19711
1979	321	20092
1980	322	20413
1981	270	20735
1982	268	21005
1983	235	21240
1984	850	22090
1985	268	22358
1986	739	23097
1987	795	23890
1988	836	24726
1989	615	25341
1990	740	26081
1991	716	26797
1992	762	27559
1993	643	28202

(1) O total de bens registrados não é igual ao número do ano anterior mais o número de inscrições, pois esta forma de tombamento é mais flexível na proteção aos bens culturais edificados do que a listagem.

Fonte: BENHAMOU, 1996.

No Brasil, o fenômeno da expansão contínua do acervo de bens protegidos por lei federal também está presente. Enquanto nos exercícios de 2001 e 2002 catorze processos de tombamento foram concluídos (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2003), nos exercícios 2003 e 2004 vinte e três tombamentos

foram realizados, englobando bens edificados isolados ou com acervos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e patrimônio imaterial (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2005).

A leitura dos processos revela as causas da expansão. Além da contínua identificação e proteção de monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia, ainda o foco da atuação do IPHAN, a expansão do conceito de patrimônio fez com que o órgão tombasse ou registrasse, nos últimos quatro anos, diversos terreiros de cultos afro-brasileiros na Bahia e no Maranhão e um remanescente de quilombo em Minas Gerais, bens representativos da história e cultura da etnia negra. O acervo arquitetônico e urbanístico *art déco* de Goiânia, Estado de Goiás, representativo de um estilo desprezado pelo núcleo original do IPHAN, também foi então tombado. São tombamentos - vale o registro - impensáveis nos primeiros cinquenta anos de atuação do órgão federal.

Não tão presentes no Brasil, mas marcantes na França, o entusiasmo popular com o patrimônio nacional, o acesso a subsídios por parte dos proprietários de bens tombados e o movimento conservacionista são fatores que também provocam a inserção anual de novos bens sob tutela federal naquele país europeu (BENHAMOU, 2003).

O National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty (NATIONAL TRUST) ilustra, no caso do Reino Unido, a força do movimento conservacionista e o entusiasmo popular com o patrimônio. A organização não governamental, voltada à conservação de bens históricos e culturais da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, já era a maior associação do país em número de sócios em fins dos anos 1980, com mais de 1,5 milhão de membros, de acordo com Samuel (URRY, 1996). Atualmente, o NATIONAL TRUST conta com mais de 3,4 milhões de sócios (NATIONAL TRUST FOR PLACES OF HISTORIC INTEREST OR NATURAL BEAUTY, 2005a).

Na França, de acordo com Benhamou (2003), os proprietários de bens listados como patrimônio histórico e artístico nacional beneficiam-se desta classificação através de subsídios e deduções em taxas, o que faz com que o valor dos seus bens seja, tudo o mais constante, maior do que o de bens não listados. Isto gera uma pressão a favor do aumento do

número de bens tombados pelos proprietários de bens com potencial de serem listados, em um típico comportamento *rent seeking*¹⁴.

O entusiasmo popular com o patrimônio nacional é um fenômeno mundial, estando ligado, de acordo com Urry (1996), a elementos tais como o advento do pós-modernismo, a nostalgia e a necessidade de escapar dos problemas do mundo contemporâneo via valorização do passado¹⁵.

Os baixos ganhos de produtividade na área de conservação patrimonial, em comparação com outros setores da economia, faz com que haja um aumento relativo nos custos de recuperação e conservação (BENHAMOU, 1996). Isto acontece em virtude da especificidade de materiais e métodos empregados, muitos não mais produzidos em escala industrial e sem utilidade diante da técnica vigente na construção civil. Ademais, escasseia cada vez mais a qualificação exigida para o trabalho em um monumento histórico, rareando os técnicos especializados. De acordo com Bady, havia 2.550 mestres em cantaria na França em 1970; em 1980, o número caíra a apenas 1.200 (BENHAMOU, 1996).

Como a quantidade e a qualidade de trabalho são parte integrante da qualidade do monumento e do restauro, há pouco espaço para mudanças de tecnologia e aumento de produtividade. Como coloca Benhamou:

For the restoration of the Notre Dame Cathedral in Paris (at a cost of \$2.02 million a year over ten years), the chief architect for historic monuments had to locate 21 different kinds of stone. It took him four years to identify a material which would not be “rejected” by the original building. Obviously, restoration methods were those used by skilled craftsmen. Hi-tech methods could only be used after long and costly research. The laser techniques being used are a case in point. The technique has been perfected to strip and clean stone monuments. The development and prototype cost some \$0.303 billion (valued in 1992). (BENHAMOU, 1996, p. 7).

¹⁴ O comportamento *rent seeking* consiste na utilização do Estado, por parte de uma pessoa ou organização, para melhorar seus rendimentos econômicos individuais, em relação ao que ela conseguiria no mercado.

A pressão de um proprietário para que seu imóvel seja tombado pelo Estado, com o conseqüente acesso a incentivos para serviços de recuperação e conservação, é um típico exemplo de comportamento *rent seeking* na área do patrimônio.

¹⁵ O entusiasmo popular com o patrimônio é um dos fatores ligados ao crescimento do turismo cultural nos últimos anos. O capítulo 4 apresenta uma discussão a este respeito.

Isto também está presente em diversos trabalhos de recuperação de bens culturais edificados brasileiros. A restauração da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, que começou em 1985 e continua até hoje, obrigou a FUNDARPE a montar uma serraria ao lado do monumento para produzir peças de madeira de forma artesanal. A instalação de portas e janelas produzidas industrialmente atentariam contra o caráter histórico e a integridade do monumento, na visão de técnicos do órgão.

Por fim, cabe destacar um fenômeno presente não apenas na área patrimonial, mas também no campo do fomento cultural, como o teatro e a ópera: a escolha das opções mais custosas no campo da restauração de monumentos, dentro dos paradigmas de qualidade máxima e recuperação do bem a qualquer custo (BENHAMOU, 1996).

É interessante notar, por exemplo, que o reconhecimento dado pela Pan-European Federation for Heritage (EUROPA NOSTRA), em forma de prêmios, medalhas e diplomas, para trabalhos nas áreas de patrimônio arquitetônico, paisagens culturais, coleções de trabalhos de arte e sítios arqueológicos, acentua o grau de dificuldade e detalhe nas intervenções empreendidas, em geral lastreadas em extensa pesquisa a respeito do objeto de intervenção, com pouca atenção para seu uso econômico ou mesmo para a sustentação dos trabalhos de recuperação (PAN-EUROPEAN FEDERATION FOR HERITAGE, 2004a).

Estas três características fazem com que a intervenção estatal na área patrimonial seja marcada por problemas e desafios para a manutenção do acervo tombado. No Brasil, como já visto, agravam-se a deterioração e subutilização dos bens culturais edificados. Na França, de acordo com Benhamou (1996), a destinação de parcelas crescentes do gasto público federal para a função de conservação ainda não conseguiu evitar que cresça o número de monumentos históricos a necessitar reparo urgente, nem que se expandam os montantes necessários à recuperação do conjunto de bens deteriorados, como pode ser visto na Tabela 4:

TABELA 4
Monumentos históricos listados necessitando de reparos urgentes (1) - França

Ano	Pertencentes ao Estado	Pertencentes a particulares ou associações	Recursos necessários para a totalidade de reparos urgentes (2) (em bilhões de euros)
1979	160	1719	ND
1986	288	2638	1,267
1993	420	5310	6,363

(1) Reparo urgente é o serviço classificado como indispensável para a segurança do público e do monumento. Refere-se à situações nas quais a sobrevivência do bem está sob risco.

(2) Divididos em cinco anos de intervenções nestes monumentos.

Fonte: BENHAMOU, 1996.

Como fecho do capítulo, vale a pena transcrever um caso anedótico contado em entrevista pelo clérigo responsável por uma das igrejas históricas do centro do Recife. A narrativa veio após a gravação, e retrata algumas especificidades da vertente patrimonial brasileira:

As restaurações do Dr. Ayrton da Costa Carvalho demoravam muito, a Igreja de São Pedro dos Clérigos passou quase vinte anos fechada para reforma, até ser reaberta à população. E se reclamava muito que ele só tinha olhos para esta igreja, e não prestava atenção para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, também tombada pelo IPHAN. As pessoas da irmandade viviam reclamando, e a prefeitura também, pois o calçamento em frente à igreja estava todo esburacado. E, quando falavam com Dr. Ayrton, ele sempre dizia, “- É preciso esperar as pedras portuguesas chegarem, quando elas chegarem o IPHAN vai fazer o novo calçamento”. E não adiantava dizer que não vinham mais pedras portuguesas de navio para o Recife, que os tempos eram outros e tal. [...] Em determinado momento, a prefeitura fez a reforma em um fim-de-semana, sem avisar ao IPHAN e em combinação com a confraria, e colocou um piso cimentado. Quando Dr. Ayrton soube disto e viu o serviço, ele teve um ataque. Foi na prefeitura e disse, “- Vocês querem destruir o patrimônio histórico e artístico nacional? Pensam que eu vou deixar acabarem com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos? O IPHAN vai entrar com um processo e usar o peso da lei contra vocês...”. Então, o responsável por esta obra na prefeitura disse-lhe para não se preocupar, já que aquele calçamento era uma obra apenas provisória, e que, quando as pedras portuguesas chegassem, a prefeitura bancaria todo a reforma do calçamento, sem custos para o IPHAN. [...] Até hoje, você pode passar lá, o calçamento em frente à igreja é cimentado e está todo esburacado novamente. [...]” (Entrevista no Recife, 03.01.2005).

3. PROPOSTAS DE POLÍTICA PÚBLICA PARA CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS EDIFICADOS.

Porque veja bem: o problema não é dinamizar para turismo. Dinamizar para turismo é um indicador só. Eu acho que a gente deveria falar muito mais em dinamizar, em usar no sentido social: o uso comunitário. E uso é uma coisa muito mais ampla. Se no caso preciso de uma restauração de um conjunto em Salvador, ele vai ter um benefício em relação ao melhor ritmo de turismo, ele tem muito mais quando você verifica o revocacionamento (sic) de comunidade em torno daquela área. Você tem outros fatores que são muito mais poderosos, muito mais importantes na definição de uma consciência brasileira sobre bens culturais do que o turismo. Eu daria um 0,0, não sei, à dinamização para o turismo. Não é um demérito em relação ao turismo. É apenas mostrando que a coisa é muito mais profunda do que simplesmente o fator turismo.

Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1997, p. 187).

A forma tradicional de intervenção estatal nos bens culturais edificados no Brasil acarretou crescentes deterioração e subutilização das edificações e acervos protegidos por lei, como visto no capítulo anterior.

Em virtude disto, o presente capítulo apresenta as principais alternativas de política pública voltadas à função de recuperação, conservação e utilização de bens culturais edificados, a partir da revisão da literatura e de experiências nacionais e internacionais. Busca-se compreender as opções que um gestor público dispõe para reverter o estado de abandono e deterioração atual do patrimônio.

Neste sentido, são exploradas seis alternativas, não como ações isoladas ou excludentes, mas como possibilidades de atuação abertas ao gestor público.

Cabe, antes de entrar na análise destas alternativas, examinar os distintos valores implícitos em um bem cultural edificado, no sentido de preparar o campo para a discussão a respeito das diversas políticas públicas voltadas ao patrimônio.

3.1. Diversidade de valores inscritos em bens culturais edificados.

Como visto no capítulo 2, a noção tradicional de patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil, bem como a intervenção governamental nesta área, historicamente não levaram em conta o valor econômico destes bens, preservando-os como elementos representativos da história nacional, a partir da visão de uma corporação profissional: os arquitetos.

O Programa MONUMENTA, que conta com financiamento do BID, contempla a recuperação de sítios e prédios históricos a partir de uma filosofia que tem como pontos principais a sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade do patrimônio (GASTAL, 2003). Fica claro, a partir da proposta do programa, o predomínio do valor econômico como parâmetro de ação e de medição dos resultados alcançados.

A análise da legitimidade de um bem cultural edificado enquanto receptor de recursos públicos para sua recuperação, conservação e utilização deve levar em conta os diversos valores presentes no patrimônio, considerando suas múltiplas facetas e sua importância em diversos campos de significação.

De acordo com Benhamou (1996), o valor de um bem cultural edificado compreende três elementos principais: o **valor de mercado**, ou seja, a capacidade de gerar benefícios econômicos, afetado pelo tombamento, o **valor científico**, como objeto de estudo, e o **valor de comunicação**, que representa o significado social do patrimônio.

Além destes três valores, Benhamou (1996) também considera o **valor de opção**. Ou seja, o quanto o não usuário de um bem está disposto a pagar para garantir, para si e para outros, a possibilidade de utilização futura.

A respeito do valor de opção, Towse (1994) acrescenta a questão das gerações futuras, quando não usuários de um bem ou serviço estão dispostos a pagar para que as próximas gerações tenham o benefício de poder desfrutar estes bens ou serviços. Segundo ela, o valor de opção é particularmente forte na questão do patrimônio material, já que, uma vez destruído, não poderá ser mais restaurado em sua forma original¹⁶.

¹⁶ Towse (1994) sustenta que o grande problema do valor de opção é que a definição do que é patrimônio baseia-se em uma lista arbitrária de um órgão governamental ou nas demandas de grupos de pressão, e não nos valores da sociedade como um todo.

David Throsby sustenta que, de forma geral, os bens culturais edificados possuem dois tipos de valor: valor de uso, através da utilização direta pelo usuário, e valor simbólico. Este último, por sua vez, se subdivide em quatro sub-tipos: **valor de existência** (simples fato de existir, sem a necessidade de nenhum outro tipo de benefício adicional), **valor de opção** (possibilidade de consumo futuro), **valor de preservação** (manutenção do bem para as gerações futuras) e **valor estético e histórico** (estabelecido pela crítica especializada) (GOUVEIA;LIMEIRA, 2005).

A identificação de oito diferentes tipos de valor em bens culturais edificados feita por Lacerda (2002) é útil para orientar a intervenção estatal na área patrimonial. Aliás, de acordo com o plano do Complexo Turístico-Cultural Recife e Olinda, esta classificação está sendo usada para identificar as principais estruturas urbanas de interesse histórico, artístico e natural das cidades do Recife e de Olinda, bem como estabelecer prioridades de investimento.

De acordo com Lacerda (2002), os bens culturais edificados possuem um ou mais dentre oito tipos diferentes de valor: artístico, de antigüidade, histórico, cognitivo, cultural, de opção, de existência e econômico.

O valor artístico revela-se a determinado estilo detectável no bem cultural edificado, a partir de uma análise enviesada pelas exigências e preferências do querer artístico moderno. Em virtude disto, o bem pode ou não apresentar valor artístico para as gerações futuras, já que ele é valorizado a partir do conceito de arte vigente em cada época.

O valor de antigüidade opõe-se a valores contemporâneos, marcando o aspecto não moderno dos monumentos, os defeitos de integridade, a percepção da passagem do tempo e as marcas da destruição causadas pela natureza, com evidências do ciclo de criação e destruição. Este valor opõe-se à conservação do monumento no sentido de reverter o estado de deterioração presente, procurando apenas minorar os efeitos da natureza.

O valor histórico consiste na capacidade do bem caracterizar e fazer lembrar uma época, a partir da representação da evolução da atividade humana e dos modos de vida, desde sua criação. Apesar de o valor histórico basear-se em fatos passados, a atribuição deste valor dá-se a partir de preferências atuais.

Ao contrário do valor de antigüidade, o valor histórico refere-se ao estado inicial do bem cultural edificado, como criação humana. Quanto maior for a conservação de suas características originais, maior será o valor histórico presente do bem, o que leva a que a conservação procure conservá-lo no estado presente, evitando sua degradação.

O valor cognitivo consiste no valor educacional do bem, considerado como instrumento de transmissão de conhecimento e de complemento do processo de aprendizado. Este valor pode desencadear comportamentos econômicos, já que circuitos turísticos e culturais, com visita a bens edificados, geram renda e emprego nas regiões onde se localizam.

O valor cultural consiste na capacidade do bem cultural edificado de solidificar uma identidade comum. Tal simbolismo atua em processos de reconhecimento, rememoração, criação e modificação da identidade coletiva de determinados grupos da sociedade. Por causa disto, o valor cultural é de impossível apreensão pela teoria econômica, centrada nas trocas entre indivíduos.

O valor de opção consiste no quanto um consumidor estará disposto a pagar para a manutenção de um bem sem que haja consumo ou utilização no presente, somente para preservar a possibilidade de consumo futuro. Trata-se de manter um leque de alternativas disponíveis para o consumo futuro, mesmo as que não sejam escolhidas no presente.

De forma geral, o valor de opção aplica-se a bens cujo valor de uso futuro é desconhecido, em virtude da falta de informações disponíveis, e que apresentem risco de irreversibilidade, caso se façam alterações nos monumentos.

O valor de existência consiste na valorização de bens pelo simples fato de existirem, sem que haja qualquer forma de consumo ou utilização. Está ligado a características como singularidade e irreversibilidade do monumento.

Um bom exemplo do valor de existência é o caso das estátuas gigantes de Buda destruídas pelo movimento Taliban no Afeganistão, pouco antes da invasão americana. A perda chocou todo o mundo, mesmo muita gente jamais pretendendo visitar o Afeganistão e conhecer as estátuas.

Por fim, o valor econômico consiste na utilização direta dos bens culturais edificados, em funções habitacionais, administrativas, comerciais e culturais, entre outras. Trata-se da satisfação de uma demanda efetiva, ficando a análise de valor centrada em impactos sobre o emprego e a renda através da utilização do patrimônio.

Cabe destacar, ainda de acordo com Lacerda (2002), que a presença de diversos valores em um mesmo bem cultural edificado (valor de existência com valores de antigüidade, histórico, artístico, cognitivo e cultural, entre outros), além das respectivas inter-ligações, torna a avaliação confusa.

Apesar de reconhecer a diversidade de valores presentes nos bens culturais edificados, bem como a necessidade de considerar cada um deles em uma mesma política pública, a ênfase desta dissertação põe-se no valor econômico do patrimônio. São três os motivos para isto.

Em primeiro lugar, um dos maiores problemas do patrimônio histórico e artístico nacional é o seu baixo grau de utilização, como visto no capítulo 2. Ou seja, mesmo monumentos importantes, como a Igreja de Nossa Senhora do Terço e a Igreja de São Gonçalo, ambas no Recife, passam a quase totalidade do tempo trancadas, sem qualquer tipo de uso.

A utilização de igrejas, casario e monumentos, entre outros, como residências, escritórios, lojas ou pontos turísticos pode gerar receita para o patrimônio e aumentar o leque de interessados na sua conservação, revertendo o processo de degradação.

Em segundo lugar, grande parte do patrimônio tombado encontra-se em áreas com baixo desenvolvimento econômico e social. É o caso de muitas cidades históricas do Nordeste, que possuem rico acervo arquitetônico como legado de atividades econômicas hoje decadentes. Por exemplo, há em muitas cidades decadentes da Zona da Mata pernambucana igrejas, engenhos e casario remanescentes do ciclo da cana-de-açúcar, sem que haja recursos para a conservação deste patrimônio ou iniciativas para sua utilização como fatores de geração de emprego e renda nas comunidades onde estão inseridos, através de uma proposta de turismo cultural.

Por fim, a carência crônica de recursos para a área patrimonial no Brasil coloca em risco mesmo bens impregnados por outros valores. O Pátio do Terço é um espaço importante de reforço da identidade dos afro-brasileiros do Recife e arredores (valor cultural), e também é o lugar onde Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi despojado das ordens sacras para ser executado na Praça das Cinco Pontas (valor cognitivo). Ao mesmo tempo, a Igreja de Nossa Senhora do Terço, que domina o logradouro, é tombada pelo IPHAN e inscrita no livro de belas artes (valor artístico). Apesar de tudo isto, há quase trinta anos logradouro e igreja esperam a concretização de inúmeros projetos de recuperação elaborados para a área e o templo, uma vez que o casario histórico do pátio apresenta avançado estado de deterioração e a igreja corre riscos de perdas irreversíveis, principalmente de sua talha setecentista.

A análise de alternativas de políticas públicas para recuperar, conservar e utilizar o patrimônio histórico e artístico nacional concentra ênfase no valor econômico de bens culturais edificados, sem que isto, de modo algum, possa ser visto como desmerecimento dos demais valores.

As seis alternativas de intervenção abordadas na dissertação são: (1) concessões de incentivos fiscais a serviços de recuperação e conservação de bens materiais edificados ou a associações que tenham esta missão, (2) projetos de regeneração urbana, (3) leis de incentivo à cultura, (4) mudanças na sistemática de tombamento e preservação, (5) criação de um sistema nacional de patrimônio ou de transferências compulsórias para a área patrimonial e (6) fomento e regulação da atividade de turismo cultural que envolvam visitação de bens culturais edificados.

3.2. Incentivos fiscais: legislação em favor do patrimônio.

A criação de leis que incentivem serviços de recuperação e conservação de bens cultural edificados é uma das formas de direcionar recursos para a área patrimonial. Pode envolver a diminuição da tributação sobre materiais usados nos serviços de restauro, o rebate total ou parcial dos custos das obras sobre impostos, taxas e contribuições e a concessão de facilidades a entidades que tenham por missão manter edifícios tombados, através, entre outras maneiras, de renúncia fiscal.

A diminuição da tributação sobre materiais utilizados em serviços de restauro, a exemplo de telhas, tijolos, argamassas e tintas, encerra uma clara vantagem: a redução do custo de restauro não apenas permite que o investimento público contemple maior número de prédios, como também torna o investimento em restauro mais atrativo para quem investe em construção civil, *vis-à-vis* a opção de construir um novo imóvel.

A redução do imposto sobre valor agregado em materiais utilizados em projetos de recuperação e conservação é uma das prioridades da EUROPA NOSTRA, uma das principais organizações voltadas à questão patrimonial na Europa (PAN-EUROPEAN FEDERATION FOR HERITAGE, 2004b). Através de um fórum exclusivo para tratar desta questão, a organização advoga que a recuperação e conservação de bens históricos geram importantes benefícios econômicos, culturais e culturais para a sociedade como um todo, além de serem serviços de trabalho intensivo. Com isto, justifica-se a redução nos tributos cobrados pelo Estado.

Em alguns países do mundo, como o Reino Unido, é comum o Estado criar legislação que favoreça o engajamento de organizações da sociedade civil na tarefa de resguardar o patrimônio histórico e artístico nacional. O NATIONAL TRUST, órgão de conservação do patrimônio da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, é favorecido por uma legislação que permite, entre outras coisas, que um proprietário doe para ele um bem edificado de interesse histórico ou arquitetônico, doando, ao mesmo tempo, os recursos destinados a sua manutenção e conservação. Pode o proprietário continuar morando em sua ex-propriedade, apenas obrigado a receber visitantes e a conservar o imóvel. Como o NATIONAL TRUST não tem fins lucrativos, a propriedade, o capital inicial para a formação do fundo e a renda derivada do mesmo ficam isentos de qualquer imposto (GOUVEIA, 1985).

No exercício compreendido entre primeiro de março de 2004 e 28 de fevereiro de 2005, o National Trust conseguiu captar £ 50,1 milhões na forma de legados, o que representou 15,9% do seu total de receitas (NATIONAL TRUST FOR PLACES OF HISTORIC INTEREST OR NATURAL BEAUTY, 2005b). Além disto, contou com £ 24,3 milhões provenientes de receitas de investimento e £ 19,3 milhões de subvenções e contribuições, grande parte das quais beneficiada pela legislação.

Além disto, as bases populares do movimento de conservação no Reino Unido fizeram com que o National Trust, de acordo com Samuel, fosse considerada a organização com maior número de sócios (mais de 1,5 milhão) no Reino Unido no final dos anos 80 (URRY, 1996). De acordo com os resultados apresentados pela organização para o exercício 2004/2005, o número de sócios superou a marca de 3,4 milhões, representando a rubrica ‘membership’ £ 90,3 milhões, ou quase um terço de sua receita (NATIONAL TRUST FOR PLACES OF HISTORIC INTEREST OR NATURAL BEAUTY, 2005b). Isto demonstra como uma política de renúncia fiscal tem a capacidade de gerar recursos para a manutenção do acervo patrimonial tombado da sociedade civil como um todo.

Por fim, o Estado pode incentivar o restauro de edificações ou acervos através do rebate parcial ou total dos custos da obra nos impostos, taxas e contribuições devidos pelo proprietário ou empreendedor, além de outras compensações.

A cidade do Recife, por exemplo, através da lei nº 16.284, de 22.01.1997, instituiu benefícios como a isenção total ou parcial do IPTU, o direito de construir na área remanescente do terreno e a transferência do direito de construir para os proprietários que realizarem atividades de conservação, reparação ou recuperação e restauro completo de um “imóvel especial de preservação/IEP”, a partir de uma lista elaborada pela prefeitura (RECIFE, 1997). Isto, na prática, provoca efeito similar ao da redução da tributação sobre materiais, vista anteriormente, mas apenas nos imóveis pertencentes a particulares.

Apesar de fugir ao objetivo deste trabalho, cabe destacar alguns problemas e limitações de um política pública de incentivos fiscais à área patrimonial. Em primeiro lugar, grande parte do que é aplicado via incentivos fiscais constitui-se, na prática, em gastos indiretos do Estado, já que, para incentivar que pessoas ou entidades privadas ou do terceiro setor invistam, ele abre mão de tributos. O caso do NATIONAL TRUST, por exemplo, é ilustrativo neste sentido. A lógica de funcionamento da transferência de propriedades e somas de recursos à organização só é permitida por uma legislação que impõe ao governo britânico renúncias fiscais sobre a propriedade e rendimentos financeiros sobre o capital aplicado.

No caso específico do Brasil dois problemas podem ser citados como desafios à implantação de uma política agressiva de incentivos fiscais ao patrimônio. Em primeiro lugar, ainda não existem organizações estruturadas e de escala de operação semelhantes ao NATIONAL

TRUST. A defesa do patrimônio histórico e artístico nacional ainda é restrito à sua ínfima elite cultivada, com fraca base popular; as sérias carências econômicas e sociais em áreas como saúde, educação e segurança alimentar contribuem para que patrimônio, e a cultura de forma geral, sejam vistos como algo supérfluo.

A falta de orientação ao mercado das poucas organizações voltadas ao patrimônio no país também é um fator de limitação, como, de forma sincera e direta, diz Virgínia Pernambucano de Mello, integrante da Associação Centro Vivo, do Recife:

Nós temos que nos articular com outras instituições, e somos ainda muito tímidos nisto em Pernambuco. Em São Paulo, quem encampou a idéia da Viva o Centro foi o BankBoston. [...] Nós aqui não temos ninguém, não temos nenhum patrocinador. Nós agora estamos descobrindo o caminho do patrocínio, mas de forma isolada: CHESF, CDL, mas de forma pontual. [...] Os componentes da Associação Centro Vivo ficam meio intimidados de ir e convidar para uma parceria um dos bancos que tem sede no Bairro do Recife. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

O segundo problema é a baixa visibilidade das políticas públicas de cultura e a falta de prioridade da área patrimonial na agenda pública. Não há, como na área de saúde, uma coalizão que congregue profissionais da área de restauro, funcionários públicos federais, estaduais e municipais e demais envolvidos com a questão do patrimônio para promover mudanças e pressionar a favor de leis de incentivo na área da cultura¹⁷.

A criação de incentivos fiscais para a recuperação e conservação de monumentos históricos é prejudicada, em virtude da pouca importância dada a área. Neste sentido, é ilustrativo o relato de um arquiteto do DPSH/PCR, quando de minha visita para levantar documentos a respeito dos dois imóveis contemplados por estudos de caso e que se situam no Recife:

Quando os proprietários vêm ao DPSH/PCR, nós sempre orientamos a respeito dos benefícios que eles terão por restaurar seus imóveis. [...] Certo dia, um proprietário chegou a Empresa de Urbanização do Recife [URB] reclamando que o que nós tínhamos prometido não valia mais, que a lei tinha mudado e que ele não tinha sido informado. Foi quando a gente descobriu que a Secretaria da Fazenda tinha reduzido os benefícios fiscais para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural [ZEPH] sem nos consultar ou avisar. Eu fiquei impressionado, pois

¹⁷ De acordo com Arretche (2000), a formação de uma coalizão pró-reforma na área da saúde é um dos principais elementos responsáveis pela adesão municipal ao SUS.

restringiram os benefícios de recuperação e conservação ao valor venal do imóvel. [...] Nós fizemos esta solicitação especial em 2003, para mudar a legislação, e não recebemos até agora nenhuma resposta. Fizemos mais uma solicitação agora em 2005, mas também não recebemos nenhuma resposta. [...] Enviamos, e nada. [...] Na prefeitura é assim mesmo, a gente não ganha uma. (Entrevista no Recife, julho de 2005).

3.3. Regeneração urbana: recuperação do patrimônio e fomento ao turismo como funções centrais de dinamização econômica.

A partir do início dos anos 1980, as políticas culturais de cidades de médio e grande porte, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, começaram a se distanciar de princípios exclusivamente culturais para levar em conta questões de desenvolvimento econômico e revitalização física de áreas urbanas degradadas (BIANCHINI, 1999). A tônica destas políticas, tradicionalmente baseada em subsídios de governo, gradualmente volta-se ao investimento público e privado, a partir de justificativas econômicas.

Isto faz com que as políticas culturais, ao invés de se constituírem como algo a parte, a partir do domínio de uma elite cultural ou grupos de pressão, estejam cada vez mais inseridas dentro de estratégias amplas de desenvolvimento econômico, revitalização urbana e construção de imagem de cidades, regiões ou países (VOLKERLING, 1996).

No caso específico do patrimônio, ocorre uma fundamental alteração no significado dos bens culturais, que deixam de ser apenas bens simbólicos, enquanto testemunhos de outras épocas e instrumentos de reforço de identidades nacionais ou locais, para se transformarem em produtos culturais, a partir das necessidades de mercado (LEITE, 2005).

Novos projetos de arquitetura e políticas voltadas ao fomento de festivais e de investimento na área de telecomunicações foram usados nos anos 1990 para promover cidades como Rennes, Hamburgo, Colônia e Montpellier como símbolos de modernidade e inovação (BIANCHINI, 1999). Montpellier, além de investir em projetos de arquitetura e festivais de música, dança e cinema, entre outros, lançou uma campanha agressiva de marketing para atrair firmas e pessoal especializado para as áreas de indústria farmacêutica e informática, entre outras.

Projetos culturais de grande porte, como o Museu Guggenheim, em Bilbao, representam o papel de símbolo de renascimento e dinamismo de cidades afetadas pela decadência da atividade industrial nos anos 1970 e 1980 (BIANCHINI, 1999). Como coloca Harvey (2003), a criação de projetos culturais deste tipo insere-se na tentativa de lugares como Bilbao, Essen, Liverpool e Glasgow em acumular suficiente capital simbólico e marcas de distinção para obter rendimentos financeiros a partir do consumo turístico, especulação imobiliária e atração de capital internacional.

O evento European Cultural Capital é ilustrativo das mudanças que ocorreram na política cultural de países, regiões e cidades nos últimos vinte e cinco anos. Até o final dos anos 1980, o evento tinha um caráter eminentemente cultural, com dois objetivos: fazer com que a cultura da cidade sede do evento fosse acessível a uma audiência europeia e ajudar a criar uma noção de cultura europeia geral (RICHARDS, 1997). A partir de 1990, com a designação de Glasgow como sede, o evento passou a fazer parte da estratégia de cidades para fomentar projetos de regeneração urbana e criar uma imagem de cidade cultural, tendo o turismo como fator chave de atração de investimentos e geração de emprego e renda.

A maior parte dos projetos de regeneração urbana tem o objetivo de transformar áreas decadentes dos centros urbanos em locais privilegiados para atividades de consumo, lazer e diversão, e também em pontos de interesse turístico.

A revitalização de The Rocks, primeiro assentamento europeu na Austrália, localizado a poucos quilômetros do atual centro financeiro de Sidney, transformou uma área decadente e ocupada por parcelas da população mais pobre da cidade na segunda atração turística mais visitada de Sidney. A partir dos anos 1970, com a criação de um órgão de revitalização e administração exclusivo para a área, as edificações antigas foram recuperadas e adaptadas para abrigar estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes, meios de acomodação e pequenas lojas. Além de ser transformado em um ambiente de entretenimento, compras e lazer, The Rocks é um dos lugares mais visitados por turistas na Austrália (WAITT, 2000). O patrimônio edificado da área serve não apenas para atrair interessados nos bens culturais edificados, mas também como moldura para outras atividades de lazer, dentro de uma estratégia de desenvolvimento baseada no consumo, e não mais na produção.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife, cujo primeiro documento data de 1987, apresenta rara continuidade administrativa, em comparação com outros projetos do mesmo tipo no Brasil. O Bairro do Recife, objeto da intervenção, apresentava avançado grau de deterioração de seu patrimônio edificado, baixo dinamismo econômico e perda progressiva da população (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1992). A Tabela 5 mostra o esvaziamento residencial do Bairro do Recife ao longo do século XX:

TABELA 5
População residente no Bairro do Recife (1910-1991)

Ano	Número de habitantes
1910	13.204
1913	5.146
1923	3.206
1970	1.670
1980	604
1991	566

Fonte: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1992.

A partir da análise do potencial da área, o plano estabeleceu que o Bairro do Recife poderia ser local privilegiado, dentro da cidade, para atividades de serviços empresariais modernos e pessoais, turismo, atividades culturais e de lazer (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1992). Atualmente, encontram-se instalados no bairro diversos equipamentos culturais, sedes de grandes bancos e empresas, um *shopping center*, empresas de informática e bares e restaurantes diversos¹⁸.

O Programa MONUMENTA é a primeira tentativa de promover uma política de regeneração urbana de âmbito nacional, concentrada em centros históricos decadentes de cidades com expressivo patrimônio material tombado pelo IPHAN.

¹⁸ A Rua do Bom Jesus e arredores, logradouro que concentrou grande parte dos investimentos no bairro em meados dos anos 1990, encontra-se esvaziada, em virtude de o pólo de bares e restaurantes não conseguir manter o movimento e um clima de “efervescência cultural” dos primeiros anos de funcionamento. Isto, inclusive, é uma das principais críticas do *trade* turístico pernambucano dentro da argumentação de que a cidade do Recife não apresenta opções de lazer acessíveis aos turistas.

Apesar disto, outras partes do Bairro do Recife apresentam alto grau de dinamismo econômico e aproveitamento de espaços urbanos antes deteriorados, a exemplo do Porto Digital, que concentra

O Programa MONUMENTA é o maior acordo financeiro da história da área patrimonial brasileira, com investimentos previstos da ordem de US\$ 200 milhões, sendo 31,25% do BID, 31,25% dos governos federal, estaduais e municipais alvos da intervenção e o restante de investimentos da iniciativa privada, induzidos através de ações do poder público (LEITE, 2005).

A proposta consiste na recuperação de sítios e prédios históricos a partir de quatro pontos principais: sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade do patrimônio (GASTAL, 2003). Até em virtude da nova postura em relação ao patrimônio, o Programa MONUMENTA foi desenvolvido fora da estrutura do IPHAN, com a utilização de gestores externos. Como coloca uma arquiteta do IPHAN, o papel do órgão resume-se a assegurar a qualidade das obras físicas: “A participação do IPHAN no MONUMENTA concentra-se nos monumentos restaurados, com o ateste da qualidade do serviço. [...] Quem cuida do MONUMENTA no Recife é a PCR, você pode ter mais informações sobre o programa com eles lá.” (Entrevista no Recife, 18.07.2005).

O Programa MONUMENTA apresenta algumas características inovadoras no trato do patrimônio no Brasil. Em primeiro lugar, a escolha dos bens culturais edificados objeto de intervenção não se dá apenas pelo valor histórico ou artístico dos mesmos, mas, principalmente, pela capacidade do patrimônio de gerar rendimentos econômicos que sustentem sua conservação e promovam a revitalização de seu entorno.

Intimamente ligado à questão da sustentabilidade, os bens culturais edificados devem ser atrativos, no sentido de, após restaurados, terem potencial de sediar atividades culturais e de lazer e entretenimento, sendo passíveis de consumo turístico.

Neste sentido, a proposta esclarece que os investimentos em monumentos públicos sob tutela estadual ou municipal devem apresentar taxa de retorno real igual ou superior a 12% ao ano, da mesma forma que bens culturais edificados particulares (GASTAL, 2003).

Nancy Nery, diretora de projetos especiais da URB da PCR, explica como funciona o financiamento do Programa MONUMENTA para imóveis particulares:

Até o final deste mês estaremos lançando o edital de recuperação de imóveis privados, financiado pelo MONUMENTA.

Perg.: É uma espécie de programa MONUMENTA II?

Resp.: Não, faz parte do plano de trabalho do MONUMENTA. O programa seleciona os imóveis, através de uma comissão especial de seleção. Os recursos são destinados exclusivamente para a fachada e coberta, e o proprietário tem, depois de concluir a obra, seis meses para começar a pagar. Há uma coisa interessante: paga-se ao Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, então não é a fundo perdido para o proprietário, mas para nós sim. (Entrevista no Recife, 14.07.2005).

O conceito de sustentabilidade adotado pelo BID compreende dois requisitos complementares entre si. O primeiro é que o investimento em patrimônio deve ser rentável, ou seja, gerar valor econômico igual ou superior a uma taxa de retorno pré-estabelecida. Os recursos do BID não são a fundo perdido, o que faz com que os imóveis restaurados tenham que gerar recursos para pagar pelo financiamento do restauro.

O segundo é que os recursos gerados pelo patrimônio devem ser, em parte, reinvestidos nos próprios bens culturais edificados, através de um fundo de revitalização, como mostra a passagem citada acima da entrevista com Nancy Nery. A formação de um fundo local destinado à conservação dos monumentos, na ótica do programa, acontece a partir dos proprietários dos imóveis históricos da área, do governo municipal, via aumento de arrecadação provocado pelos investimentos, e dos gestores dos próprios monumentos, via receitas de bilheterias, vendas de produtos, etc. (TADDEI, 1998).

Na cidade do Recife, o alvo de intervenção do Programa MONUMENTA é a Igreja da Madre de Deus, no Bairro do Recife, junto com seu entorno, composto por uma área caracterizada, em meados dos anos 1990, como degradada e desabitada, com a maior parte dos imóveis arruinados (TADDEI, 1998). De acordo com dados da PCR, acontece no Recife a maior bem sucedida parceria entre o programa e a iniciativa privada, já que o investimento privado é três

vezes maior do que o oriundo do BID e dos governos federal, estadual e municipal¹⁹. O investimento do Programa MONUMENTA na cidade do Recife consiste em R\$ 9,4 milhões, dos quais R\$ 7,2 milhões são oriundos do BID e R\$ 2,8 milhões de contrapartida municipal.

Os projetos de regeneração urbana de cidades médias e grandes, estruturados a partir da recuperação e utilização de bens culturais edificados de centros urbanos decadentes, tem efeitos positivos e negativos para a manutenção do acervo patrimonial tombado.

Programas de regeneração urbana conseguem, em muitos casos, carrear vultosos recursos para a área patrimonial, em volume superior ao das fontes tradicionais de financiamento. O orçamento disponibilizado pelo IPHAN para investimentos, no período 1995-2004, foi de R\$ 136.356.275,00, volume bem inferior de recursos ao que o Programa MONUMENTA pretende mobilizar: US\$ 200 milhões.

Outro ponto positivo é a tentativa de fazer com que os bens culturais edificados sejam auto-sustentáveis economicamente, ou seja, que consigam gerar receitas para sua própria manutenção. Em uma conjuntura de diminuição dos gastos com a função patrimonial em diversos países (GARROD; FYALL, 2000), o estímulo à geração de receitas próprias e fundos voltados à conservação do acervo físico de bens é uma opção à diminuição do investimento estatal na área.

O Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, por exemplo, pode ser uma alternativa atrativa ao esvaziamento e à falta permanente de recursos do DPSH/PCR.

Os programas de regeneração urbana também podem servir para aumentar a visibilidade do patrimônio e o número de pessoas e instituições preocupadas e interessadas em sua conservação. A utilização de prédios históricos como bares, restaurantes e pontos de comércio varejista provoca nas pessoas o sentimento de que o patrimônio é útil como bem econômico, gerando uma atitude favorável a sua preservação. Isto pode ocorrer até com pessoas pouco interessadas na questão, mas que apreciam ver uma igreja colonial barroca do século XVIII como pano de fundo de um passeio no centro histórico da cidade.

¹⁹ A recuperação do prédio da antiga alfândega e a instalação de um *shopping center* na edificação (Paço Alfândega) foram ações feitas exclusivamente com recursos privados. Isto explica a predominância do capital privado nas obras fomentadas pelo Programa MONUMENTA no Recife.

Os programas de regeneração urbana desenvolvidos a partir dos anos 1980 são alvo de várias críticas na literatura internacional, em questões como objetos e áreas alvo de intervenção, público beneficiado, posição e participação da população local e soluções adotadas. Faz-se, a seguir, um breve resumo das principais críticas.

Os programas de regeneração urbana tendem a concentrar o investimento público em áreas reduzidas da cidade, em geral centros urbanos decadentes, marginalizando bairros periféricos e retirando recursos de conservação de bens culturais edificados menos importantes na ótica destes programas. Em Glasgow, o programa de regeneração iniciado no final dos anos 1980 dotou o centro da cidade de equipamentos culturais e melhorou a infra-estrutura urbana e as condições ambientais, ao mesmo tempo que bairros periféricos continuavam a sofrer processo de deterioração quando vista a qualidade de vida de seus residentes (BIANCHINI, 1999).

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife, complementado pela intervenção do Programa MONUMENTA, concentrou os investimentos federais, estaduais e municipais nesta área nos últimos dez anos, não apenas no que diz respeito ao patrimônio material, mas também em serviços urbanos básicos como limpeza, segurança e manutenção de equipamentos urbanos. Como coloca Gilvandro Coelho, ministro da Ordem Terceira de São Francisco e principal responsável pela Capela Dourada²⁰:

[...] Ao contrário, o Bairro de Santo Antonio²¹ está desaparecendo, está desprezado. Todo o bairro está assim. O comércio já desapareceu, saiu daqui, ninguém mais vem aqui fazer compras. Agora, estão pretendendo renovar a região da Rua Nova... mas eu acredito que o conjunto franciscano da Ordem Terceira possui atrações suficientes para justificar a vinda de um turista ao Recife, apenas para nos visitar. [...] Quem mantinha mais ou menos este museu aqui era o Edifício São Francisco, perto daqui...

Perg.: A irmandade possui um edifício, aluga salas comerciais e a renda dos aluguéis vem para o museu...

²⁰ A Capela Dourada fica no bairro de Santo Antonio e é considerada por muitos o principal bem cultural edificado do Recife. Faz parte do Conjunto Franciscano do Recife.

²¹ O Bairro de Santo Antonio é o segundo mais antigo do Recife. Trata-se do bairro com maior número de bens culturais edificados tombados pelo IPHAN na cidade.

Resp.: Sim, mas atualmente 50% das salas comerciais para alugar estão vagas. Este é um dos resultados da degradação do Bairro de Santo Antonio. (Entrevista no Recife, 21.12.2004).

A nota “De Veneza, o mau cheiro”, publicada na coluna *Non Stop* do Jornal do Comércio de 09.06.2005, merece ser citada na íntegra, pois resume a concentração de recursos no Bairro do Recife e a noção de abandono do restante do centro histórico:

Quem vê o eternamente “em revitalização” Bairro do Recife se pergunta quando, de fato, locais também centrais e igualmente importantes historicamente (como os bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista) serão contemplados com ao menos uma demão de tinta. Sujos e caóticos, os locais citados, que poderiam perfeitamente estar em qualquer folheto turístico promocional da cidade, ainda esperam por projetos que demoram a sair do papel para estarem à altura do primo rico, o Bairro do Recife. Segundo a diretora de Programas Especiais da Empresa de Urbanização do Recife, Nancy Nery, estes locais devem começar a melhorar de cara com a assinatura de um pacote de ações emergenciais entre o governo municipal e Clube de Diretores Lojistas (CDL). Entenda-se por emergenciais ações básicas como limpeza de canaletas e do lixo das ruas. “- Esses locais também estão dentro de um plano maior de revitalização, que compreende onze bairros da cidade. O projeto do plano, orçado em R\$ 157 mil, deve ficar pronto em sete meses e está entrando em processo licitatório”, diz. Tudo isto, no entanto, ainda depende de muitas assinaturas para acontecer. Enquanto isso, após sair da ilha formada por prédios e futuramente por policiais²² que será o Bairro do Recife, o turista e o morador se deparam com um centro empobrecido e com odor muito semelhante aos malcheirosos canais de Veneza. E fica aí nossa semelhança com a cidade italiana. (MORAES, 2005).

Questionada se o plano emergencial do Bairro do Recife recebeu prioridade em relação ao plano emergencial do Bairro de São José²³, Nancy Nery relata:

²² Fabiana Moraes, editora da coluna, refere-se ao projeto de transformar o Bairro do Recife em uma Zona Especial de Interesse Turístico (ZEIT), que prevê a transformação do bairro em uma ilha de segurança e limpeza para os turistas, com a maior concentração de policiais militares por metro quadrado da cidade.

²³ O plano emergencial do Bairro de São José foi feito pela URB a partir das demandas do comércio varejista do bairro, entregues à PCR através da Câmara de Diretores Lojistas do Recife (CDL). Elaborado em outubro de 2004, o plano ainda não foi divulgado nem saiu do papel. Paulo Monteiro e Frederico Leal, integrantes da CDL, afirmaram em entrevista que as requisições dos comerciantes referem-se a melhorias no calçamento, iluminação e limpeza urbana em diversos pontos do Bairro de São José.

O plano emergencial do Bairro do Recife, de acordo com Nancy Nery, partiu de um levantamento minucioso desta área, feito pela URB em 2004. O plano começou a ser implementado no início de 2005, e conta com ações de melhoria da infra-estrutura urbana e uma programação de eventos voltada

Sim, até por conta deste processo de investimento inicial, que alavancou uma atividade turística em um bairro antes totalmente abandonado e degradado. Hoje, o bairro tem uma dinâmica própria. A gente fez um levantamento da quantidade de atividades que o bairro tem, e não só de atividades para os turistas. [...] Ele não deixa ainda de ser um símbolo da história da cidade e referência nacional. Foi onde os holandeses passaram mais tempo²⁴, e nós temos um projeto de dar visibilidade à muralha que eles construíram. Então, ele recebe uma atenção especial e é onde acontecem grandes eventos. [...] (Entrevista no Recife, 14.07.2005).

Outra crítica recorrente aos programas de regeneração urbana diz respeito ao processo de segregação social e econômica que eles ensejam. De acordo com Leite (2005), a recuperação de áreas centrais, a partir de serviços e produtos destinados aos segmentos mais afluentes da sociedade e ao consumo turístico, produzem uma elitização destes espaços. Neste sentido, os estilos de vida de uma classe média urbana transformam estas áreas em ilhas de segurança e lazer, excluindo classes sociais mais pobres através do critério da renda (possibilidade de consumir)²⁵.

A criação de distritos culturais, a partir da concentração de equipamentos e eventos culturais em determinada área da cidade, produz o deslocamento dos residentes e pequenos negócios locais e aumenta o custo dos aluguéis e de moradia na área. Com isto, estes distritos culturais tendem a privilegiar grupos mais afluentes da sociedade, ao passo que restringem as

ao público de turistas. Além da URB, participam do plano as secretarias municipais de cultura e de turismo e esportes da PCR.

²⁴ O Bairro de Santo Antonio foi o centro do Brasil Holandês, local onde Maurício de Nassau construiu os palácios de Friburgo e da Boa Vista, o Forte Ernesto, o primeiro observatório das Américas e diversas outras obras inovadoras para a época. A revitalização do Bairro do Recife fez o poder público e o *trade* turístico “esquecerem” o papel que Santo Antonio teve entre 1630 e 1654, bem como o último resquício material deste período: os painéis de azulejos holandeses na parte superior do claustro do Convento de Santo Antonio.

²⁵ O atual presidente da EMPETUR, Kléber Dantas, advoga, desde o início de sua gestão (início de 2005), que a melhor maneira de desenvolver a atividade turística nas cidades do Recife e Olinda é através de zonas controladas de segurança e limpeza, destinadas ao consumo turístico.

O projeto das denominadas Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZEITs) contemplam a demarcação de áreas para o desenvolvimento turístico, com policiamento e serviços de limpeza intensivos e programação cultural voltada ao turista, entre outras ações. A única ZEIT criada até o final de julho de 2005 foi a do Bairro do Recife, apesar do plano original prever que as ZEITs do sítio histórico de Olinda, do Aeroporto Internacional dos Guararapes e do Terminal Integrado de Passageiros seriam criadas no primeiro semestre de 2005.

oportunidades de consumo e desenvolvimento cultural por parte dos antigos habitantes locais (BIANCHINI, 1999).

Por fim, uma crítica comum aos processos de regeneração urbana diz respeito à pouca participação da população local neste tipo de projeto, principalmente no caso das pessoas que vivem nas áreas alvo da intervenção urbana. Pressões de grupos de interesses políticos e financeiros, bem como soluções prontas de agências financiadoras internacionais, podem gerar exclusão social e não participação popular nos rendimentos econômicos e nos processos de reinterpretação e comercialização da cultura local.

De acordo com Gastal (2003), a partir de entrevista com Luiz Antônio B. Custódio, técnico do IPHAN, a primeira intervenção do BID na área patrimonial deu-se na cidade de Quito, onde o plano de recuperação do patrimônio local partiu de conceitos nacionais, foi coordenado por uma arquiteta equatoriana e acompanhado por um plano de participação popular. Na visão de Custódio, além da participação local, o projeto deu certo porque os seus responsáveis nacionais souberam impor-se às exigências do BID.

No caso do Programa MONUMENTA, o elemento participação popular está ausente, e não houve espaços para discussão e modificação do programa por parte das cidades participantes (GASTAL, 2003).

Os projetos de regeneração urbana utilizam a cultura como componente de dinamização econômica, através do fomento ao turismo e às indústrias culturais. Além disso, a criação de uma imagem positiva da cidade e de um ambiente favorável aos negócios passa pela criação de uma vida cultural dinâmica, que consiga atrair mão-de-obra qualificada e, consequentemente, indústrias de capital intensivo.

De acordo com Harvey (1999), a partir do estudo de caso de Barcelona, as oportunidades de capturar rendimentos econômicos por parte de grandes grupos econômicos geram dois problemas básicos para a própria cidade e sua população local. O primeiro é que a pressão por auferir rendimentos a partir da cultura local pode levar à destruição da própria cultura, como se faz sentir na capital catalã: grandes lojas multinacionais substituem o comércio de base local, a valorização de áreas do centro desloca a população local para as periferias e os

constantes congestionamentos na cidade provocam pressões no sentido de abertura de grandes rodovias no tecido urbano marcado por edificações históricas.

O segundo problema refere-se à construção da cultura que será ‘empacotada’ e comercializada pelos órgãos oficiais de turismo, instituições culturais e empresários envolvidos na exploração das marcas culturais da cidade. A exclusão da questão da escravidão e do comércio de escravos em Albert Docks (HARVEY, 1999) e a depuração do passado de The Rocks, na Austrália, a partir de uma ótica eurocêntrica e patriarcal (WAITT, 2000), são exemplos que levantam a questão de quem merece construir e se beneficiar da escolha de determinado tema ou perspectiva como representativa da cultura local, entre múltiplas alternativas e interpretações disponíveis²⁶.

O Programa MONUMENTA representa uma transferência importante de recursos para a recuperação e conservação do patrimônio nacional, em um volume previsto muito superior ao que o IPHAN consegue investir anualmente. Apesar disto, há um grande atraso na liberação de recursos. De acordo com os planos iniciais do Ministério da Cultura, a implantação do programa seria feita em três anos, com a mobilização de US\$ 200 milhões (TADDEI, 1998). Após cinco anos de iniciado, no início da presidência de Lula, menos de 10% dos recursos previstos tinham sido aplicados (US\$ 9,29 milhões, em uma média de US\$ 1,86 milhão por ano), com a maior parte das etapas previstas no documento original não sendo cumpridas.

No Recife, a partir de informações recolhidas na URB, a recuperação da Igreja da Madre de Deus encontra-se com 51% de sua obra física concluída e 38% de recursos executados, após a assinatura do convênio com a PCR no ano 2000. Outras obras e ações, como a recuperação e reforma do Conjunto Chanteclair, a reurbanização de diversas ruas do entorno e a formação de um fundo de revitalização, estão em fase inicial ou ainda não saíram do papel.

De acordo com Nancy Nery e técnicos que trabalham com o Programa MONUMENTA, não há previsão de um MONUMENTA II, nem discussão a este respeito.

²⁶ A construção de uma narrativa e representação cultural a partir da escolha seletiva de elementos da cultura local liga-se, em vários aspectos, às questões de autenticidade em turismo e o papel de diversos grupos sociais, econômicos e políticos na comercialização das marcas distintivas de uma cidade, região ou país. Estes pontos são discutidos no quarto tópico do capítulo 4 com maior profundidade.

Por fim, o Programa MONUMENTA concentra-se em poucas áreas degradadas de centros históricos (Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, etc.) ou em sítios históricos importantes (Olinda, Ouro Preto, etc.), a partir de inversões vultosas de recursos financeiros. A questão de monumentos isolados e bens inseridos no meio rural não é contemplada, assim como trechos urbanos e sítios históricos com rico acervo patrimonial, como os bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista, no Recife, e o sítio histórico de Igarassu são ilustrativos neste sentido.

O padrão de intervenção e a necessidade de altas inversões financeiras fazem com que o Programa MONUMENTA restrinja-se a uma pequena parte do patrimônio histórico e artístico nacional. Apesar de ser um programa de regeneração urbano válido, que recupera bens edificados valiosos, promove a dinamização de centros urbanos decadentes e tem o potencial de fomentar o turismo cultural no país, é necessário buscar outras alternativas de políticas públicas para reverter o processo de degradação e sub-utilização dos bens culturais edificados brasileiros.

3.4. Leis de incentivo: benefícios ao financiamento privado à cultura.

A análise das leis de incentivo à cultura poderia ser incluída no segundo tópico deste capítulo – Incentivos fiscais: legislação em favor do patrimônio –, já que estes instrumentos operam a partir de legislação federal, estadual e municipal. A base para fomentar o investimento privado em cultura é, na maior parte das vezes, a renúncia fiscal por parte do Estado.

A importância que as leis de incentivo assumiram na política pública de cultura, nos debates a respeito da área e no financiamento a projetos no Brasil, a partir de 1995, incentivou a reserva de um tópico exclusivo para a análise desta alternativa de política pública.

A primeira lei federal de incentivos fiscais à cultura no Brasil foi instituída na gestão Sarney, sendo conhecida como Lei Sarney. Sem contar com critérios de aplicação de recursos, a Lei Sarney nunca pôde ser devidamente avaliada, em virtude do extravio do registro de suas aplicações (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997). Ela foi revogada em 1990, acusada de permitir e facilitar fraudes, apesar de dois inquéritos administrativos ou judiciais não terem conseguido apontar as supostas irregularidades (MOISÉS, 1998).

A gestão Collor, além de revogar a Lei Sarney, extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria de Cultura. Após a passagem de diversos secretários pela pasta, a substituição de Ipojuca Pontes por Sérgio Paulo Rouanet marca uma nova etapa da intervenção estatal na área cultural brasileira. É criada uma legislação específica para o incentivo ao investimento privado na área da cultura, a partir das demandas do setor artístico e produtores culturais, denominada Lei Rouanet.

No período 1992-1994, o volume de recursos mobilizado pela Lei Rouanet foi inferior a 6% do total disponibilizado como renúncia fiscal pelo governo federal (R\$ 250 milhões). A ampliação do limite de desconto de 2% para 5% do imposto devido pelas empresas patrocinadoras, a desburocratização de procedimentos para a captação de recursos e o estímulo à formação de um mercado de intermediação de projetos fizeram a lei deslanchar a partir de 1995, com expressivos aumentos no número de empresas optantes pelo sistema de mecenato privado e no volume financeiro investido entre 1995 e 1998 (MOISÉS, 1998).

De forma sucinta, a sistemática das leis de incentivo à cultura pode ser explicada a partir da oferta e demanda de projetos culturais aptos a receber patrocínio via Lei Rouanet ou Lei do Audiovisual. Do lado da oferta, o Ministério da Cultura recebe propostas de artistas, produtores culturais, institutos e fundações. Após avaliação por parte do ministério, com a participação de representantes da sociedade civil e de áreas culturais, alguns projetos ficam habilitados a captar recursos no mercado através das leis citadas anteriormente.

As empresas ou pessoas físicas que decidem patrocinar um projeto cultural apto a captar recursos via Lei Rouanet ou Lei do Audiovisual podem abater do seu imposto de renda o valor total ou parcial do desembolso efetuado. Além disto, as pessoas jurídicas podem, em alguns casos, computar o valor gasto no patrocínio como despesa operacional, reduzindo a base de cálculo de impostos a pagar.

A utilização de leis de incentivo à cultura no Brasil já gerou prolongado debate sobre seus pontos positivos e negativos. Talvez o principal ponto positivo seja o volume de recursos destinado à cultura via leis de incentivo. Isto ajudou a reverter o processo de esvaziamento da área cultural no governo federal, iniciado em meados dos anos 1980 com a criação do Ministério da Cultura e aprofundado na gestão Collor.

O volume de investimentos captados pela Lei Rouanet e Lei do Audiovisual já foi, em alguns anos, superior ao disponibilizado pelo orçamento federal para investimento. O Gráfico 1 ilustra o volume de recursos captados através destas duas leis no período 1996-2005²⁷:

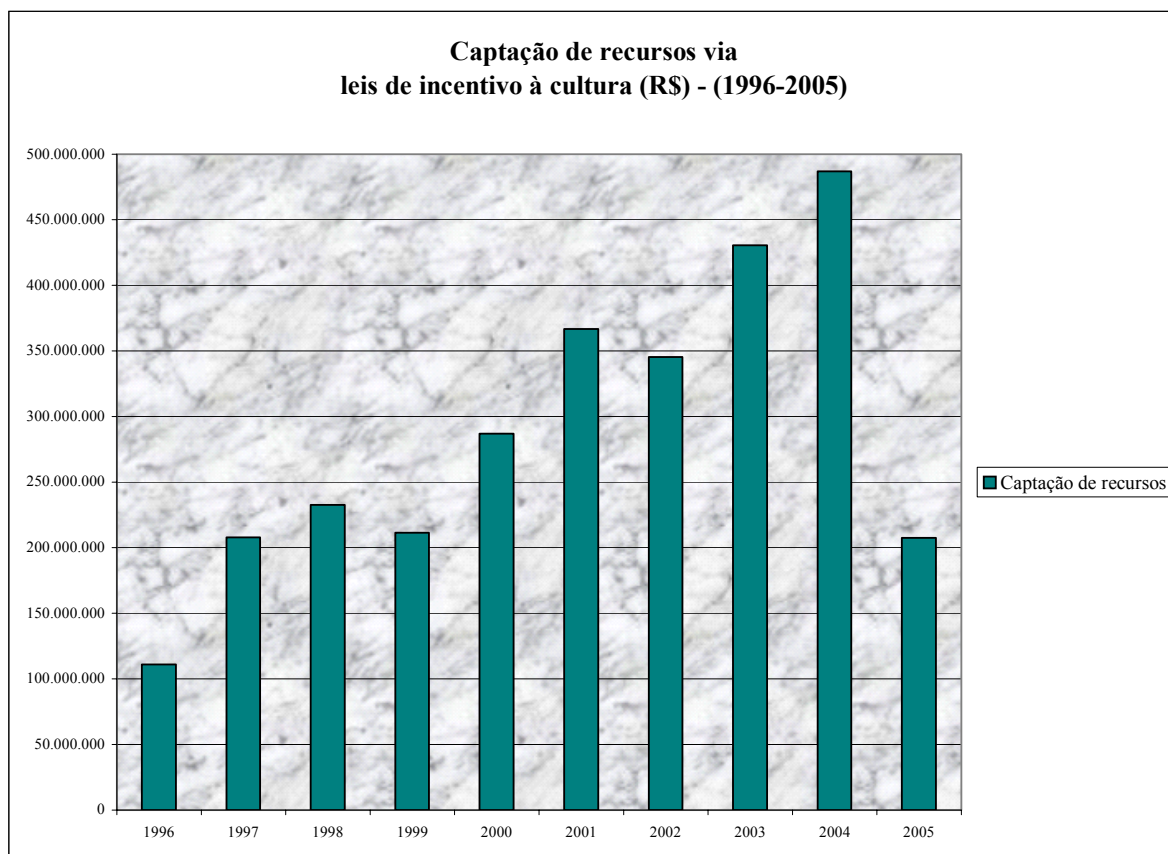


Gráfico 1 - Captação de recursos via leis de incentivo à cultura (R\$) - (1996-2005).
Fonte: BRASIL, 2005a.

Outro ponto positivo foi fomentar, entre os empreendedores culturais, a necessidade de se pensar projetos nesta área não apenas através de um ponto de vista exclusivamente ‘cultural’. A lógica da análise de custo e benefício vigente no mercado e a consideração de facetas comerciais e políticas presentes em projetos culturais passaram a fazer parte da agenda de artistas, intermediários e produtores culturais, dentro da necessidade de se conseguir patrocínio privado para seus projetos (DURAND, 2000).

Os recursos captados através das leis de incentivo à cultura concentram-se, desde que entraram em vigor, nos dois estados mais ricos do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro. No

²⁷ O volume de investimentos do ano de 2005 refere-se ao captado até 29.08.2005.

período 1998-2005, os dois estados receberam 71,3% do total captado através destas leis. O Gráfico 2 mostra o volume de recursos captados pelas cinco regiões do país entre 1998 e 2005²⁸, caracterizando a concentração dos projetos na Região Sudeste do Brasil:

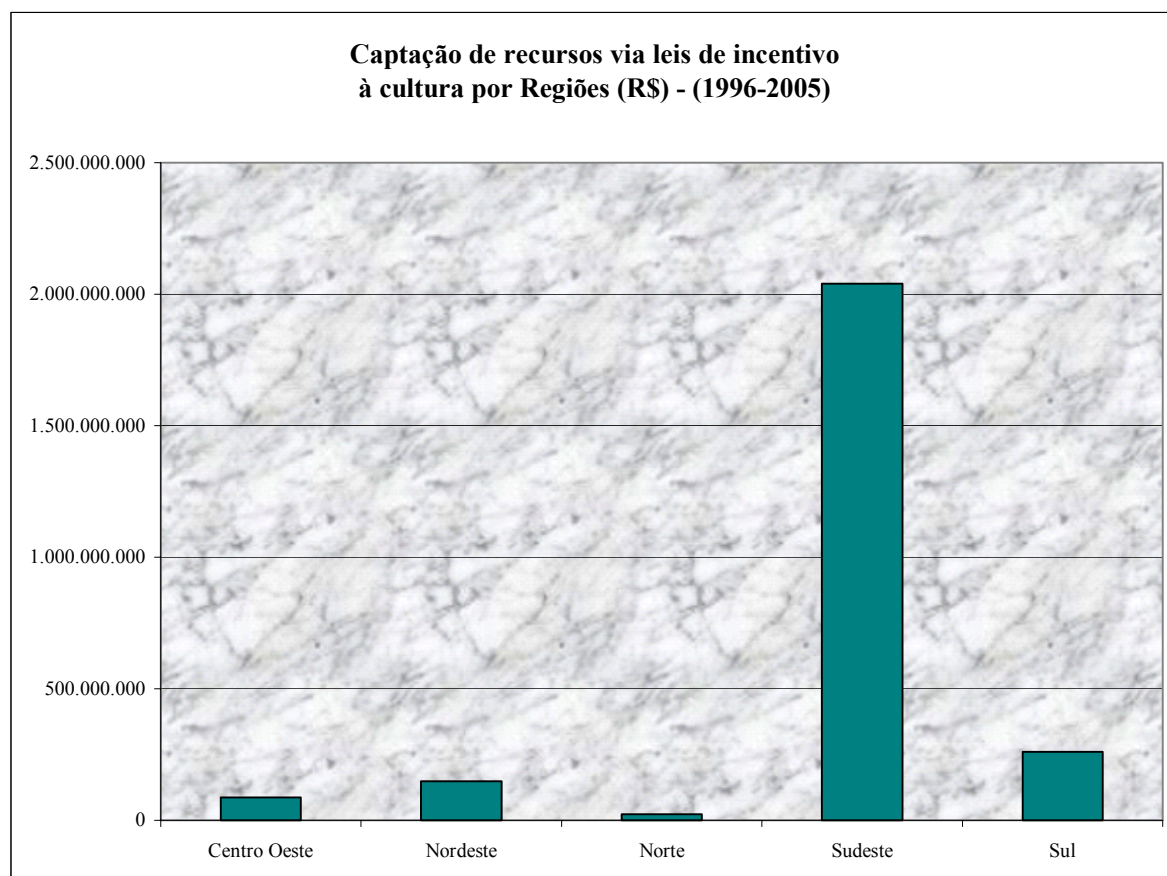


Gráfico 2 - Captação de recursos via leis de incentivo à cultura por Regiões (R\$) - (1996-2005).
Fonte: BRASIL, 2005b.

Outro fenômeno comum às leis de incentivo à cultura é a concentração da captação de recursos em áreas voltadas ao fomento cultural (teatro, cinema, música e eventos diversos), em detrimento de projetos de preservação patrimonial. A área de patrimônio cultural conseguiu captar apenas 17,7% do total de recursos disponibilizados no período 1996-2005²⁹.

²⁸ O volume de investimentos do ano de 2005 refere-se ao captado até 24.08.2005.

²⁹ O Ministério da Cultura divide a captação de recursos em sete áreas culturais: artes cênicas, audiovisual, música, artes plásticas, patrimônio cultural, humanidades e artes integradas.

Os projetos na área de patrimônio cultural possuem, de forma geral, características de preservação patrimonial, enquanto as outras seis áreas recebem prioritariamente projetos de fomento cultural.

Após um pico de 20,2% do total de recursos captados em 2003, a área de patrimônio cultural respondeu por apenas 18% e 16,7% do investimento fomentado pelas leis de incentivo à cultura em 2004 e 2005, respectivamente³⁰.

Outra crítica refere-se ao sistema de escolha de projetos culturais estabelecido pelas empresas privadas. Guiadas, em muitos casos, por princípios puramente mercadológicos, a partir da visibilidade e rentabilidade do projeto, a captação de recursos não leva em consideração o mérito cultural dos projetos culturais (DURAND, 2000).

Este sistema de escolha é um dos responsáveis pela concentração de recursos nas regiões mais ricas do país e em determinadas áreas culturais. No primeiro caso, em virtude da presença de um mercado consumidor de bens culturais mais desenvolvido e da possibilidade de maiores ganhos de imagem por parte do patrocinador. No segundo, em virtude das atividades de fomento cultural custarem menos, aparecem mais na mídia e fazerem parte do padrão de consumo da classe média de grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro (apresentações de teatro, exposições de cinema, exposições, etc.).

Outra crítica às leis de incentivo à cultura refere-se ao modo de atuação de algumas empresas, principalmente grandes bancos nacionais e internacionais. Através de institutos culturais próprios, que levam seus nomes, estas organizações criam, financiam e administram planos de atividades que maximizam seu retorno fiscal, de imagem e financeiro (DURAND, 2000). Ao financiarem suas próprias ações, estas entidades excluem artistas e produtores independentes de seus projetos culturais.

As leis de incentivo à cultura não serviram para complementar o financiamento e a elaboração de políticas públicas na área cultural. No período 1995-2002, houve uma função de substituição, com a transferência de responsabilidades para a iniciativa privada sem a devida regulação estatal. Como coloca Botelho (2001):

[...] hoje, o financiamento a projetos assumiu o primeiro plano do debate, empanando a discussão sobre as políticas culturais. [...] Mesmo quando se transferem responsabilidades para o setor privado, isso não exclui o papel regulador do Estado, uma vez que se está tratando de renúncia fiscal e, portanto, de recursos públicos. (BOTELHO, 2001, p. 77).

³⁰ O volume de investimentos do ano de 2005 refere-se ao captado até 29.08.2005.

Uma arquiteta do IPHAN, representante da vertente patrimonial pernambucana, consegue resumir as principais críticas às leis de incentivo à cultura de forma sucinta:

Eu não gosto da Lei de Mecenato, pois não vem nada para o IPHAN. O governo federal não tem ordem de prioridade, então o empresário investe onde ele quer. [...] O problema também é que se gasta muito em um único projeto e deixam o resto, que não tem visibilidade, à míngua. [...] O mecenas ainda diz que o dinheiro é dele, quando, na verdade, é dinheiro público. [...] Os recursos ficam no Centro Sul, em virtude da concentração de recursos lá, e o Norte e Nordeste ficam à míngua. (Entrevista no Recife, 18.07.2005).

A lei de incentivo à cultura do Estado de Pernambuco (FUNCULTURA) apresenta problemas similares aos encontrados na legislação federal. Há uma concentração de recursos na Região Metropolitana do Recife e em determinadas áreas culturais, voltadas ao fomento cultural. Além disto, o FUNCULTURA é utilizado mais para substituir do que complementar a política pública estadual de cultura.

A passagem citada abaixo, da entrevista com Paulo Martins Souto Maior, diretor da área patrimonial da FUNDARPE, ilustra bem as características do FUNCULTURA:

Perg.: Dividindo a intervenção na área cultural em fomento e preservação, o que vem sendo priorizado nos últimos anos, aqui na FUNDARPE?

Resp.: No ano passado, foram destinados quase R\$ 10.000.000,00 para projetos particulares [refere-se a verba liberada pelo FUNCULTURA]. [...]

Perg.: Quando você pega os recursos empregados não só do FUNCULTURA, mas também do tesouro estadual, o que vem recebendo prioridade, nos últimos anos?

Resp.: Nós temos dez áreas aqui [divisão de áreas do FUNCULTURA]; então, quem receberá dinheiro, quais serão as áreas? Este é um grande problema que nós temos aqui, porque não sabemos quais são as áreas prioritárias. [...]

Perg.: [...] na última liberação [do FUNCULTURA], houve apenas três projetos na área de patrimônio: (1) o Maracatu Elefante, de R\$ 60.000,00, que não é edificado, (2) o Museu Histórico de Brejo da Madre de Deus, que são quase R\$ 40.000,00, e (3) a restauração da Igreja de São João dos Militares, com a sua utilização como equipamento educacional, de R\$ 40.000,00. Pareceu-me muito pouco, em relação a outros projetos em áreas como teatro e etc. Parece-me que as corporações ligadas a dança, teatro e

música estão muito mais estruturadas do que pessoas ligadas ao patrimônio...

Resp.: Sim, estão muito mais. A quantidade de projetos que nós recebemos de teatro, de música e de eventos é muito maior, inclusive um dos objetivos do fórum foi justamente divulgar o FUNCULTURA no interior do Estado. Temos dois problemas principais, em termos gerais: a maioria dos projetos é na Região Metropolitana do Recife. O pessoal do interior tem pouco conhecimento do FUNCULTURA. [...] Segundo, especificamente para a área da gente, nesta diretoria, eu às vezes fico muito triste, pois a quantidade de projetos (é muito pequena) e eles são muito deficientes.

Perg.: São muito ruins?

Resp.: Não é que o conteúdo do projeto seja ruim.

Perg.: A instrumentalização do projeto é ruim?

Resp.: Por um lado, isto mostra que os formulários ainda são deficientes, mas, a partir do ano que vem, os formulários serão todos eletrônicos. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

A falta de dinamismo e preparo dos responsáveis por bens culturais materiais, subentendida em diversos trechos da entrevista com Paulo Martins Souto Maior, fica clara na entrevista com um advogado da mesma instituição, responsável pelos processos de tombamento estaduais. Apesar de não se referir especificamente ao FUNCULTURA quando comenta o comportamento de responsáveis por bens culturais edificados, fica clara a falta de interesse em promover o patrimônio e manter um relacionamento com o órgão estadual de conservação:

Agora, o pessoal do patrimônio é muito parado, muito complicado. Nós fizemos um material de divulgação de Pernambuco alguns anos atrás e falamos com José Pimentel³¹ para tirarmos uma foto representando a Paixão de Cristo. Ele colocou uma série de atores que faziam a peça em um ônibus, foi até Fazenda Nova e posou para fotografias junto com os atores. Neste mesmo projeto, eu não consegui tirar fotos de duas das principais igrejas barrocas do Recife, porque a Cúria Metropolitana e uma irmandade me disseram que não podiam pagar hora extra para sacristão. [...] Você pode olhar o FUNCULTURA; só dá teatro, dança e livro, não tem quase nada de patrimônio. (Entrevista no Recife, em julho de 2005).

³¹ Ator pernambucano responsável pela organização da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém e pela atuação no papel de Jesus Cristo por mais de vinte anos. Cabe destacar também que Fazenda Nova, distrito do município de Brejo da Madre de Deus, onde se dá a encenação, fica somente a uns duzentos quilômetros do Recife.

O Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) da PCR concede a empresas públicas e privadas benefícios até o limite de 1% da arrecadação municipal. Os projetos aprovados ficam aptos a captar recursos junto à iniciativa privada que recolhe ISS à cidade do Recife (RECIFE, 2005).

No período 2002-2005, de um total de cento e vinte projetos aprovados, apenas um destina-se à preservação de patrimônio material – trata-se do restauro da coleção de pinturas da Escola de Belas Artes. No valor de R\$ 34.600,00, este projeto representa 0,98% do valor total disponibilizado para captação de recursos pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

O debate e análise das leis de incentivo à cultura, nos planos federal, estadual e municipal, são importantes para corrigir as inúmeras falhas presentes na legislação e na sistemática de aprovação de projetos, para que haja maior soma de recursos à área patrimonial. O estabelecimento, por parte do poder público, de uma lista de prioridades e incentivos para a descentralização geográfica dos investimentos e redirecionamento de recursos para a área de patrimônio cultural traria benefícios para parte importante do acervo tombado nacional.

Basta lembrar, neste sentido, que grande parte dos bens culturais edificados protegidos por lei federal localiza-se em cidades de baixo desenvolvimento social e econômico, cujo acervo retrata a passagem de um ciclo econômico importante, mas distante, na história do país.

Em virtude de já existir literatura relativamente abundante a respeito dos diversos aspectos das leis de incentivo à cultura, tanto no Brasil como certamente no exterior, a dissertação não contemplará este objeto de estudos de forma mais profunda³².

3.5. Mudanças na sistemática de tombamento e de intervenção no acervo patrimonial.

A sistemática de tombamento em países como França e Brasil é um dos principais desafios à intervenção estatal na área patrimonial, como visto no último tópico do capítulo 2.

³² Para mais informações a respeito das leis de incentivo à cultura no Brasil, ver Durand, Gouveia e Berman (1997), Moisés (1998), Durand (2000), Botelho (2001), Recife (2005), Brasil (2005a) e Brasil (2005b).

O conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, baseado em monumentos de pedra e cal do Brasil Colônia representativos da etnia branca e de sua elite militar, civil e eclesiástica, fez com que centenas de igrejas barrocas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX fossem protegidas por leis federais em todo o país. Ouro Preto, primeira cidade a ser designada “patrimônio cultural da humanidade” pela UNESCO, conta com sete capelas e quinze igrejas barrocas tombadas pelo IPHAN. Também neste estilo arquitetônico, a cidade do Recife possui três capelas e quinze igrejas protegidas por lei federal, enquanto que Goiana tem uma capela e oito igrejas sob a tutela do IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

De acordo com Benhamou (1996), estima-se que o serviço federal de proteção francês conduza ou apoie seis mil projetos de restauração ou manutenção em monumentos protegidos por leis federais anualmente. O aumento de recursos públicos para a área patrimonial, como foi visto anteriormente, não consegue reverter a crescente deterioração do acervo de bens tombados pelo Estado francês.

Mesmo monumentos tombados que constituam atrações turísticas têm dificuldades de arcar com os custos de manutenção patrimonial e estrutura de visitação necessários. A maior parte dos palácios do Vale do Loire, na França, não consegue receber mais do que cinquenta mil visitantes anuais, e muitos não chegam à marca de oito mil pessoas no ano (BENHAMOU, 1996).

O tombamento integral de um imóvel (fachada, coberta e espaços internos) produz um aumento nos custos de recuperação e manutenção de sítios históricos e bens culturais edificados, além de colocar em risco a possibilidade de utilização contemporânea do patrimônio histórico e cultural.

As estruturas dos bens culturais edificados, construídas a partir de padrões de demanda e utilização pretéritos, não conseguem atender à qualidade e velocidade das demandas contemporâneas, a partir de transformações culturais e funcionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974). A proteção integral de um sítio histórico ou conjunto de edificações tem o potencial de esterilizar economicamente setores inteiros do

tecido urbano, ao acarretar custos elevados de conservação e utilização econômica do acervo tombado.

Benhamou (2003), em uma pesquisa sobre o mercado imobiliário de Paris, aponta que a presença de monumentos históricos está positivamente correlacionada ao valor de mercado do metro quadrado, enquanto em Londres esta correlação não se estabelece de forma clara³³. Além da presença de generosos incentivos por parte do Estado, os proprietários franceses beneficiam-se de um padrão de proteção que engloba, de forma geral, apenas a fachada e a cobertura das edificações. No Reino Unido, a legislação prevê o tombamento integral dos bens culturais edificados, recomendando a manutenção da integridade do monumento e a utilização na sua função original³⁴.

O problema da expansão constante do conjunto de bens tombados pode ser em parte solucionado, ou pelo menos minimizado, por meio do estabelecimento de normas e procedimentos para a revisão do acervo protegido por leis federais, estaduais e municipais e para a regulação da inclusão de novos bens. Isto permitiria que a proteção se concentrasse nos exemplares mais representativos dos diversos estilos artísticos que marcam a trajetória de um país, região ou cidade, ao invés de englobar tudo que foi produzido em um estilo considerado legítimo por parte do Estado.

A limitação da ação estatal a um acervo patrimonial reduzido evitaria a dispersão de recursos em um amplo número de bens culturais edificados tombados, como acontece no Brasil atualmente. Como diz uma arquiteta do IPHAN:

Neste ano de 2005, todas as liberações de verba foram para projetos emergenciais. Foram R\$ 29.000,00 para a Igreja e Convento de Santo Antonio em Sirinhaém, em virtude do rompimento de uma tesoura, R\$ 5.000,00 para uma imunização na Igreja Matriz da Boa Vista, R\$ 100.000,00 para trabalhos de recuperação parciais na cobertura e assoalho da Igreja de Nossa Senhora do Amparo em Goiana, R\$ 100.000,00 para a cobertura da Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus em Igarassu e

³³ Uma pesquisa do The Royal Institution of Chartered Surveyors e do English Heritage (espécie de IPHAN inglês) aponta que a valorização depende muito da composição do acervo patrimonial tombado de cada área.

³⁴ Os padrões de tombamento presentes nos dois países e o registro de aproximadamente 40.000 edificações tombadas na França e de 500.000 no Reino Unido dão uma idéia do custo de manter o acervo patrimonial protegido por lei no segundo caso.

R\$ 115.000,00 na forma de material – madeira, telhas e tijolos – para a Igreja e Convento de Santo Alberto de Sicília, também em Goiana³⁵. (Entrevista no Recife, 18.07.2005).

No Brasil, enquanto processos de tombamento são concluídos anualmente, a retirada de bens do acervo protegido por lei federal é algo absolutamente extraordinário. Mesmo edificações arruinadas ou saqueadas, com perda de elementos artísticos relevantes e em estado avançado de degradação, continuam inscritas nos livros do tomo do IPHAN. Processos de destombamento são exceções que confirmam a regra: a retirada do Forte do Buraco da lista, em meados do século XX, deveu-se à necessidade de ampliar a Escola de Aprendizes Marinheiros do Recife, o que gerou a obliteração parcial da edificação. Mas nem tudo está perdido: graças aos apelos de intelectuais pernambucanos ligados à vertente patrimonial, o IPHAN estuda a possibilidade de tombá-lo novamente (ou o que dele sobrou).

A utilização de monumentos históricos muitas vezes não é viável sem que ocorram mudanças em sua estrutura interna, que permitam ao bem suportar funções e atividades contemporâneas (BENHAMOU, 2003). O conceito de *property rights*, onde um bem pode possuir apenas um proprietário, mas ter atributos pertencentes a duas ou mais pessoas, é utilizado para defender o conceito de “*façadism*” na proteção e conservação do acervo patrimonial.

O *façadism* parte do princípio de que a fachada e coberta de uma edificação tombada pertencem ao público, enquanto o seu interior é de uso e interesse privado. De acordo com esta argumentação, a legislação de preservação cultural deve proteger apenas os elementos externos de uma edificação, permitindo que o seu interior seja adaptado de acordo com as necessidades do proprietário. Preserva-se, assim, a característica histórica de edifícios e sítios históricos, não os ‘congelando’ através de um tombamento rigoroso que dificulte o desenvolvimento de atividades econômicas contemporâneas (BENHAMOU, 2003).

A perda definitiva de valores culturais e a transformação de um acervo patrimonial em patrimônio de fachada são duas críticas presentes no discurso da vertente patrimonial às soluções de destombamento e *façadism*.

³⁵ Os cinco bens culturais edificados citados pela arquiteta são edificações religiosas de estilo arquitetônico barroco. Em todos os casos, trata-se de obras que não resolvem os problemas estruturais de nenhum destes cinco monumentos históricos.

A retirada de bens do acervo protegido por lei pode levar à perda de valores culturais de forma permanente, já que a destruição de uma edificação é irreversível. O destombamento de bens culturais edificados pode colocar em risco o estoque de valores simbólicos ou o potencial econômico do patrimônio de um país, já que a escolha do que deve ou não ser tombado baseia-se em valores contemporâneos, mas constrói o acervo patrimonial do futuro³⁶.

A principal crítica ao *façadism* é que ele constrói um patrimônio de fachada, estéril, voltado apenas ao uso econômico do bem. Isto, de acordo com Munsters (1997), detrai a autenticidade do bem cultural, já que a fachada e cobertura são os únicos elementos históricos que sobram após as obras de renovação urbana empreendidas. O processo de renovação urbana da cidade de Bruges, na Bélgica, capitaneado por grandes cadeias hoteleiras internacionais e outras atividades ligadas ao turismo, resultou na destruição de diversos prédios históricos e em reformas que mantiveram apenas as fachadas como elemento histórico.

Assustados com este processo de renovação urbana empreendido por interesses exógenos à comunidade, os moradores fundaram um movimento chamado ‘SOS for a livable Bruges’, destinado a controlar o fluxo turístico e pôr fim à perda de elementos históricos da cidade via demolições e *façadism* (MUNSTERS, 1997).

Em geral, o conceito de *façadism* já é empregado na proteção a diversos monumentos e sítios históricos pelo IPHAN e por outros órgãos de conservação estaduais ou municipais no Brasil. O processo de tombamento do casario histórico do Bairro do Recife e sítio histórico de Igarassu contempla apenas as fachadas e cobertas das edificações, salvo monumentos isolados. Em alguns casos, como o casario de taipa de pilão de Santana do Parnaíba, a

³⁶ Esta discussão baseia-se em grande parte no valor de opção presente nos bens culturais edificados, como visto no primeiro tópico do capítulo 3. Por exemplo, o crescimento da atividade de turismo cultural no Brasil pode fazer com que bens degradados e sem utilização econômica venham a ter importância fundamental na geração de emprego e renda em determinadas regiões do país.

O destombamento extensivo de bens culturais edificados, com a conseqüente destruição de monumentos históricos gerada pela possibilidade de usos mais rentáveis em um horizonte de curto e médio prazo, prejudicaria o desempenho da atividade turística no futuro.

preservação de sítios históricos compreende também o interior das edificações³⁷. Com base na literatura existente a este respeito, não se pode calcular precisamente o que representaria a adoção generalizada do conceito de *façadism* no caso brasileiro.

Atualmente, encontram-se protegidos por legislação federal 1.013 bens, sendo 79 sítios urbanos com cerca de 21.000 imóveis (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2005). Encontram-se ainda sob proteção legal seis bens imateriais (registrados), 9.930 sítios arqueológicos e 250.000 objetos museológicos. A retirada de parte destes bens da lista de proteção do IPHAN poderia gerar efeitos diversos; o objeto de estudo desta dissertação não contempla uma discussão mais profunda a este respeito, mas vale a pena discutir brevemente alguns possíveis resultados da revisão da lista de bens culturais sob tutela do IPHAN.

A diminuição do acervo poderia direcionar maior quantidade de recursos à recuperação e conservação dos imóveis e monumentos mais representativos dos diversos estilos artísticos característicos da evolução histórica brasileira, ou de maior significado para os grupos sociais formadores do país. Ou, dada a noção de patrimônio ainda hegemônica do IPHAN, carrear os recursos para um seletivo conjunto de monumentos de pedra e cal, de acordo com a orientação formadora do órgão.

O baixo valor econômico e alto custo de manutenção de grande parte do acervo destombado poderia gerar uma onda de destruição dos bens culturais excluídos da tutela estatal, principalmente através da especulação imobiliária. A diminuição do acervo tombado poderia fragilizar a já pouco representativa vertente patrimonial brasileira, pondo em xeque a sua legitimidade enquanto receptora de recursos públicos para funções de recuperação e conservação.

Apesar de considerar a discussão importante e necessária no caso brasileiro, esta dissertação não contempla uma discussão detalhada sobre *façadism* e mudanças na sistemática de tombamento. Antes, preocupa-se em analisar alternativas de atividades econômicas que

³⁷ A preocupação com a conservação integral do casario de Santana do Parnaíba, no Estado de São Paulo, deveu-se a uma ação da prefeitura municipal, e não à orientação específica do IPHAN. Para mais informações a respeito do projeto de recuperação do casario de taipa de pilão de Santana do Parnaíba, ver Pedrotti (2005).

envolvam o patrimônio e com potencial de carrear recursos para a recuperação e conservação dos bens edificados.

3.6. Sistema nacional do patrimônio e transferências compulsórias para a área patrimonial: coordenação e descentralização das políticas públicas de patrimônio.

Os últimos quatro tópicos deste capítulo analisaram diferentes políticas públicas voltadas à recuperação, conservação e utilização do patrimônio histórico e artístico nacional.

Este tópico analisa duas propostas concretas de intervenção estatal na área do patrimônio histórico e artístico nacional. Trata-se da construção de um sistema nacional de cultura, que engloba a área de preservação patrimonial, e a proposta de direcionar recursos para o acervo de bens tombado pelo IPHAN a partir do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é dever da União, estados e municípios, em uma situação de competência concorrente. O texto legal não especifica os deveres de cada ente federativo, nem divide as atribuições dos setores público e privado.

A partir de meados dos anos 1990, começou-se a discutir dentro do IPHAN a necessidade de se criar um sistema nacional de preservação. Este sistema, na ótica do órgão, permitiria integrar as ações entre os diversos órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), mais a iniciativa privada e as organizações não governamentais que atuam na área do patrimônio, evitando-se a duplicidade de esforços e a divisão de funções (TADDEI, 1998).

Tendo isto em vista, diversas propostas foram elaboradas, com o objetivo de coordenar o trabalho das diversas entidades e grupos de interesses em questões ligadas ao patrimônio. A criação de uma comissão gestora local em cada cidade com área tombada pelo IPHAN e de uma câmara de reabilitação urbana no governo federal, bem como a promoção de programas de desenvolvimento institucional das cidades patrimônio mundial e das cidades patrimônio nacional, são algumas destas propostas (BRITO, 2002). Infelizmente, nenhuma delas saiu ainda do papel ou produziu qualquer resultado.

No início de 2005, o Ministério da Cultura (MinC) criou o Sistema Federal de Cultura (SFC), com a finalidade de coordenar as ações de outros ministérios e órgãos do governo federal na área cultural. Além disto, o MinC pretende que o SFC transmita aos órgãos estaduais e municipais de cultura as linhas de atuação das diversas políticas setoriais federais (patrimônio cultural, museus, fomento, etc.) (BRASIL, 2005c; BRASIL, 2005d).

Também através do decreto nº 5.520, de 2005, o MinC reformou o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), com a finalidade de articular as ações dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais de cultura com a sociedade civil, na forma de grupos que representam distintos interesses culturais da sociedade brasileira (BRASIL, 2005c).

O SFC e a reforma do CNPC são, de acordo com o MinC, a base para a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Objetiva-se, com o SNC, coordenar e articular as ações de fomento e preservação cultural entre as três instâncias de governo – União, estados e municípios –, além de inserir a sociedade civil na política pública de cultura, através de sua participação na definição de prioridades de investimento e no controle e acompanhamento das metas programadas (BRASIL, 2005c; BRASIL, 2005e).

O projeto de lei complementar nº 157, de 2000, propõe a criação da Reserva Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (REPHAN) para os municípios do interior do Brasil que possuam bens culturais tombados pelo IPHAN. O projeto prevê que 0,5% dos recursos do FPM, retirados das capitais de todas as unidades da federação, sejam aplicados exclusivamente em programas de recuperação e preservação do acervo tombado. Caberia ao IPHAN orientar e acompanhar a aplicação dos recursos da REPHAN pelos municípios beneficiados, apesar de a lei não ser clara a respeito de como se daria esta regulação.

A vigência da REPHAN foi limitada a seis anos, tempo e recursos suficientes, de acordo com o projeto, para recuperar o acervo tombado pelo IPHAN.

Após passar pela Comissão de Educação e Cultura em 25.11.2003, o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação em junho de 2004. Nesta comissão, a justificativa para a aprovação do projeto deve-se à importância econômica do patrimônio histórico e artístico nacional (de acordo com o voto do relator), e não por justificativas propriamente culturais.

Após ser aprovado pelas duas comissões com algumas mudanças no texto original, o projeto ainda aguarda votação em plenário.

O secretário municipal de turismo, cultura e esportes de Igarassu no período 2000-2004, Márcio Rodrigues, vê a REPHAN como uma das soluções para a manutenção do patrimônio histórico e artístico nacional e o fomento ao turismo cultural. Apesar da importância dada ao projeto, ele não consegue falar muito a respeito, e se confunde em relação à fonte de recursos da reserva:

Eu coloco como a grande dificuldade do turismo em Igarassu a manutenção do patrimônio histórico. Para se restaurar e conservar, o custo é muito caro, e nós precisaríamos de uma ajuda maior dos governos federal e estadual, que sempre colocam que não dispõem destes recursos. Por estarmos no município, a secretaria é o órgão mais próximo do povo e o mais cobrado. Existe um projeto de lei do deputado Eduardo Campos para que as cidades que possuem patrimônio tombado tenham um percentual de imposto federal ou do ICMS maior³⁸, para que possamos ter recursos garantidos para a conservação e restauração dos monumentos. [...] Eu creio que o projeto de lei será aprovado, pois ele tem um apelo muito grande para a conservação da memória nacional. [...] (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

A construção institucional em curso no MinC, com a criação do SFC, reforma do CNPC e discussões a respeito do SNC, é de difícil avaliação, pois ainda não produziu resultados visíveis. O MinC começou a celebrar protocolos com estados e municípios para a implantação do SNC, mas a maioria destes acordos ainda não está em fase operacional. Não foi possível, no trabalho de campo, recolher qualquer comentário de pessoas ligadas à questão patrimonial no IPHAN, FUNDARPE, DPSH/PCR ou Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu (com exceção de Márcio Rodrigues) sobre o SNC, CNPC ou SNS. Não existe ainda o que se poderia denominar de política nacional de patrimônio (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2005).

A análise de alguns elementos e informações a respeito do processo de criação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) fornece um quadro de referência útil para examinar as propostas de criação da REPHAN e do Sistema Nacional de Cultura, na parte que concerne à área de preservação cultural. Algumas características encontradas na política

³⁸ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência compulsória do governo federal para todos os municípios do Brasil.

pública de saúde anterior a 1988 ainda são visíveis nas políticas públicas culturais. O relato de uma pesquisadora da área de saúde é esclarecedor neste sentido:

[...] até 1988, as atribuições das esferas de governo, nessa área, não estavam claramente estabelecidas e, de modo geral, observava-se a existência de competências concorrentes – que davam lugar a redes paralelas de serviços – bem como a ausência de planejamento e, correlatamente, de políticas coordenadas de saúde³⁹. (ABRUCIO; COSTA, 1999, p. 115).

A Constituição de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade de definir competências exclusivas e complementares para as três instâncias de governo, promovendo a descentralização dos serviços de saúde através da coordenação do governo federal. O sistema foi regulamentado pela lei orgânica da saúde, que regula os princípios constitucionais correspondentes, pela lei nº 8.080, que vincula descentralização e municipalização, e pela lei nº 8.142, que regulamenta a participação da comunidade no SUS e a sistemática de transferências intergovernamentais na área de saúde (ABRUCIO; COSTA, 1999). Todas as três leis são de 1990.

A emenda constitucional nº 29, de 2000, regulamenta a vinculação orçamentária do SUS, estipulando que estados e municípios têm de investir 12% e 15% de seus recursos orçamentários anuais na área da saúde, respectivamente. À União, cabe investir recursos em igual volume ao aplicado no ano anterior, com acréscimo de 5% em relação à variação real do produto interno bruto (PIB). Há outros detalhes no cálculo do investimento do governo federal na área de saúde que fogem ao objeto desta dissertação.

De acordo com Abrucio e Costa (1999), a estruturação do SUS é positiva e inovadora na descentralização das ações de saúde em virtude da implementação gradual, negociada e coordenada pelo governo federal.

Arretche (2000) aponta que a municipalização na área da saúde, a partir da lógica de funcionamento do SUS, conseguiu obter elevado grau de consenso na agenda de reformas do governo federal nos anos 1990. A formação de uma coalizão pró-reforma articulada e estável,

³⁹ A falta de definição de atribuições específicas das três esferas de governo, a existência de competências concorrentes e a ausência de planejamento e de políticas coordenadas parecem fazer parte do diagnóstico da política pública cultural em pleno século XXI.

apta a discutir as principais propostas para a área e com elevado grau de mobilização, foi um dos fatores que reforçaram a adesão dos municípios ao SUS.

Ainda segundo Arretche (2000), a participação dos governos locais em projetos de descentralização, como o SUS, dá-se a partir da avaliação dos custos e benefícios de participar ou não do processo, com base em análises políticas, administrativas e financeiras.

Ou seja, o sistema nacional de saúde funciona a partir de alguns conceitos e elementos básicos: descentralização das ações, com coordenação nacional, vinculação orçamentária e comprometimento de receitas para a área da saúde via legislação, evitando interferências de grupos políticos no poder, e presença de coalizão pró-reforma articulada, que defende ativamente os interesses setoriais.

O trabalho de campo entrevistou técnicos e dirigentes da área patrimonial federal, estadual (Pernambuco) e municipal (Recife e Igarassu), bem como responsáveis por bens culturais edificados no Estado de Pernambuco. Apesar de todos, sem exceção, reclamarem da falta de verbas, apenas Márcio Rodrigues, secretário de turismo, cultura e esportes de Igarassu no período 2000-2004, citou o projeto de lei que cria a REPHAN. A maior parte das entrevistas com integrantes da vertente patrimonial foi marcada pela falta de posicionamento a respeito de meios e projetos necessários à reversão do esvaziamento da questão do patrimônio no Brasil.

A falta de discussão a respeito deste esvaziamento fica clara na entrevista com Virgínia Pernambucano de Mello:

Perg.: Há um consenso entre os técnicos que trabalham na FUNDARPE e na conservação de bens culturais edificados a respeito do esvaziamento da questão patrimonial no Brasil?

Resp.: Embora trabalhemos na mesma área, nos conhecemos inclusive no IPHAN [nos anos 1970], nunca conversamos sobre isto, nunca se fez esta pergunta que você está fazendo⁴⁰. Eu acho que os problemas sociais e

⁴⁰ Ela se refere a seu próprio marido, Ulisses Pernambucano de Mello, neto, arqueólogo da FUNDARPE.

econômicos, e a questão política, são mais presentes na gestão da coisa pública⁴¹. (Entrevista no Recife, 06.07.2005)

A dependência de decisões políticas para reverter o esvaziamento da questão patrimonial no Brasil, enquanto ações independentes e fora da influência de técnicos e dirigentes desta área, também está presente no discurso de alguns entrevistados. Segundo Ulisses Pernambucano de Mello, neto:

Aloísio [Magalhães] vinha revirando coisas que já existiam, que já estavam colocadas, mas, em determinado momento, houve a decisão política de se fazer as coisas, de se investir em patrimônio. Nos anos 1990, nós vimos isto na Bahia. Independentemente dos partidos e das pessoas, houve um momento em que ocorreu a decisão política de se investir nisto, percebeu-se que o patrimônio histórico era, antes de mais nada, um gancho para se ganhar dinheiro. Então, deixou de ser uma despesa para ser um investimento. De alguma forma, nós ainda estamos vivendo a fase da despesa. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

A falta de mobilização política dos integrantes da vertente patrimonial é bem caracterizada na entrevista com uma arquiteta do IPHAN:

O IPHAN é um órgão eminentemente técnico. [...] Você não pode tratar do patrimônio de uma nação ao bel sabor. [...] A lógica da política é para se eleger no próximo ano. [...] A equipe do IPHAN não tem articulações políticas, o trabalho interno é de formiguinha. Nós não temos contatos com pessoas de fora⁴². (Entrevista no Recife, 18.07.2005).

A inexistência de uma coalizão pró-reforma na área patrimonial, a falta de estrutura e capacidade institucional do IPHAN para coordenar um sistema nacional de patrimônio e a pouca importância dada, pela própria vertente patrimonial, a um projeto de lei que institui uma vinculação orçamentária para projetos de recuperação e conservação do acervo de bens tombados mostram as dificuldades de se implementar efetivamente um sistema nacional de patrimônio no Brasil.

⁴¹ É interessante notar como integrantes da vertente patrimonial caracterizam o patrimônio histórico e artístico nacional como uma área única, separada da sociedade. Virgínia Pernambucano de Mello descaracteriza a política patrimonial como algo envolvida com questões políticas ou envolvida de algum forma com os problemas econômicos e sociais presentes na sociedade.

⁴² Pelo conteúdo geral da entrevista, as “pessoas de fora” englobam políticos, gestores municipais de cidades com patrimônio tombado pelo IPHAN, técnicos da FUNDARPE, etc.

O projeto de lei complementar nº 157, de 2000, não conta sequer com o interesse e mesmo conhecimento de um dos principais grupos beneficiados pela legislação – técnicos e dirigentes de órgãos oficiais de preservação patrimonial – o que dificulta ainda mais a sua aprovação em plenário e efetiva implementação. A vinculação orçamentária, um dos alicerces de funcionamento do SUS, não consegue receber a devida atenção da vertente patrimonial às vésperas, de acordo com o MinC, da instituição do Sistema Nacional de Cultura.

3.7. Fomento e regulação do turismo: novo uso para o patrimônio.

Como o próprio título da dissertação antecipa, o fomento e regulação estatal de atividades de turismo que envolvem bens culturais edificados é a alternativa de política pública que será analisada com mais profundidade neste trabalho. A revisão da literatura acerca de turismo cultural, a análise de experiências nacionais e internacionais, e os resultados do trabalho de campo empreendido nas cidades do Recife, Igarassu e São Paulo serão analisados nos próximos capítulos.

Cabe apontar os dois principais motivos para a escolha deste objeto de estudo, bem como as duas hipóteses que guiaram parte da revisão da literatura e do trabalho de campo.

O turismo é uma das atividades econômicas mais dinâmicas do mundo, com expressivo crescimento no número de chegadas internacionais e receitas geradas por este deslocamento de pessoas nos últimos cinquenta anos⁴³. Dentro desta atividade, o consumo de elementos culturais como parte da experiência de viagem, na forma de equipamentos e atrações culturais, é uma das principais tendências de mercado.

Diversas localidades têm utilizado elementos culturais ou para atrair novos segmentos do mercado turístico, ou para reforçar produtos tradicionais, como os itinerários de sol, praia e mar, e mesmo para reduzir a sazonalidade da demanda turística.

⁴³ Diversos países experimentaram, neste mesmo período de tempo, crescimentos expressivos em seus mercados domésticos. A evolução do turismo doméstico no Brasil será vista no capítulo 4.

O desenvolvimento do turismo cultural em uma área pode provocar tanto a geração de recursos para recuperar e conservar o patrimônio local, quanto a deterioração dos bens culturais convertidos em atrações turísticas. Apenas uma forte regulação pública tem o poder de evitar que o turismo destrua os próprios elementos culturais necessários a seu desenvolvimento.

A partir de uma revisão inicial da literatura nacional e internacional sobre turismo cultural, bem como o levantamento das principais características da vertente patrimonial brasileira, foram elaboradas duas hipóteses que guiaram o trabalho de campo empreendido no Recife, Igarassu e São Paulo.

A primeira hipótese é que o consumo e utilização turística de bens culturais edificados no Brasil, a partir dos padrões de exploração turística e administração de monumentos históricos presentes no país, geram poucos benefícios ao patrimônio histórico e artístico nacional edificado e impõem custos que colocam em risco a conservação e integridade do acervo tombado.

A segunda hipótese é que o fomento e regulação da atividade de turismo cultural não depende de programas e projetos que carream vultosos investimentos para as áreas de turismo e patrimônio [como o PRODETUR/NE e o Programa MONUMENTA], para reverter o padrão de exploração turística predatória nos bens culturais edificados. Muito pelo contrário, tais consequências podem ser atingidas uma vez que intervenções de baixo custo congreguem e articulem os diversos atores envolvidos. Assim, seria fomentada a capacidade institucional dos órgãos públicos de turismo e patrimônio, para o desenvolvimento de projetos relacionados à atividade de turismo cultural, e regulado o padrão de comportamento usual do *trade* turístico.

4. TURISMO CULTURAL NO BRASIL E NO MUNDO: A INTERVENÇÃO DE GOVERNO.

The term “tourist” is reserved for unknown people, and the only times I heard it applied to a returning migrant who had not been to the village for a while, it was said in jest, delivered as a feigned insult. (ABRAM, 1996, p. 178).

If the past is a foreign country, nostalgia has made it “the foreign country with the healthiest tourist trade of all” Lowenthal (1985, p. 4), citado em Urry (1996, epígrafe).

Oferece-se aqui base de referência para os três estudos de caso contidos nesta dissertação. O segmento de turismo cultural é analisado em suas origens e expansão, por meio do exame de propostas de intervenção governamental que têm contemplado os bens edificados.

No último tópico justifica-se o uso do estudo de caso, bem como os motivos que levaram a se selecionar como casos a Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, Igreja de São Pedro dos Clérigos, com o Pátio de São Pedro, e Conjunto Franciscano do Recife.

4.1. Conceitos e características do turismo e do segmento de turismo cultural.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a United Nations Statistical Commission (UNSTAT), o turismo consiste na atividade de quem viaja ou permanece em lugar que não seu ambiente normal por não mais do que um ano consecutivo, em razão, entre outras, de lazer ou trabalho (COOPER ET AL, 2001). De acordo com esses autores, o World Travel and Tourism Council (WTTC) estimava, em meados dos anos 1990, que o turismo já seria a maior indústria do mundo, responsável pela geração de 204 milhões de empregos diretos e indiretos e por 10% do produto interno bruto (PIB) mundial.

Ao desqualificar turismo como uma ciência ou disciplina, Tribe (1997) aponta que o termo não se refere a uma metodologia de análise e explicação da realidade, mas a um campo que

tem como objeto os fenômenos provocados pelo deslocamento temporário de pessoas. A partir de extensa revisão da literatura sobre os diversos conceitos empregados para definir o termo turismo, este autor oferece uma definição ampla, que captura a complexa e multifacetada natureza da atividade turística: “[Tourism is] the sum of the phenomena and relationships arising from the interaction in generating and host regions, of tourists, business suppliers, governments, communities, and environments.” (TRIBE, 1997, p. 641).

Esta definição consegue englobar elementos relacionados ao turista (motivação, escolha e satisfação, entre outros), aos negócios (marketing, hospitalidade, recreação), às comunidades receptoras de visitantes (percepção da atividade, impactos sociais, econômicos e culturais), aos ambientes natural e construído, aos governos dos países receptores (medição, regulação, planejamento e fomento da atividade turística) e aos governos dos países geradores do fluxo turístico (efeitos econômicos, sociais e culturais) (TRIBE, 1997).

Cooper et al. (2001) dividem o mercado turístico em três segmentos de mercado, de acordo com o propósito da viagem. O primeiro segmento é “lazer e recreação”, o que inclui férias, esportes, turismo cultural e a visita a parentes e amigos. O segundo segmento é o de “profissional e de negócios”, englobando viagens para participação em reuniões e conferências, missões empresariais, desfrute de viagens de incentivos, etc. O último segmento inclui “estudos e saúde”, entre outros propósitos.

Smith (1989) identifica cinco tipos diferentes de turistas no segmento de turismo de lazer, formado a partir da disponibilidade de tempo para atividades de lazer, disposição de renda discricionária e ocorrência de sanções legais da comunidade de origem para a prática desta atividade.

O primeiro é o “turismo étnico”, voltado ao conhecimento de lugares distantes da civilização e culturas primitivas⁴⁴. O segundo tipo é o “turismo cultural”, voltado a lugares pitorescos e deliciosamente atrasados, na perspectiva dos turistas, marcados por anacronismos e pela ausência de problemas contemporâneos presentes em grandes centros urbanos, como congestionamento, poluição visual, oferta de produtos em série, etc.

⁴⁴ Os conceitos de civilização e cultura primitiva são atribuídos, de forma geral, a partir dos valores presentes em grandes centros urbanos e países de desenvolvimento econômico avançado.

O terceiro tipo é o “turismo histórico”, voltado à glorificação dos fatos e monumentos do passado, com a visita a atrações como museus, catedrais e grandes monumentos. De forma geral, este tipo de turismo desenvolve-se em centros importantes da história mundial, como Roma, Egito, Paris, etc.

O quarto tipo é o “turismo ambiental e ecológico”, voltado à visita de atrações naturais.

O último tipo é o “turismo recreacional”, composto, de forma geral, pelo composto sol, mar e praia. Fazem parte deste tipo de turismo viagens movidas pelo desejo de aventura, prática de esportes e sexo.

Las Vegas simboliza um dos tipos de turismo recreacional: mercado de apostas, apresentações artísticas de nomes famosos no *show business*, prostituição e possibilidade de embarcar em um mundo marcado por outro padrão de moralidade.

Urry, em influente obra a respeito das transformações nas viagens de lazer no mundo contemporâneo (URRY 1996), analisa algumas práticas sociais presentes no desenvolvimento do turismo como atividade de lazer⁴⁵. O turismo consiste no movimento de pessoas para destinos fora de seus ambientes normais de trabalho e residência, para o desenvolvimento de atividades que contrastam com as ações empreendidas em seu dia a dia. Isto caracteriza a atividade turística como um período de exceção, presidido pela intenção, por parte do viajante, de retornar a seu ambiente de origem após um determinado período de tempo, geralmente curto.

O contraste entre as práticas turísticas e as atividades exercidas no dia a dia das pessoas passa, muitas vezes, pela construção do consumo turístico a partir de devaneios e fantasias construídos socialmente, através de TV, revista, rádio e internet. Deste modo, muitos objetos alvo do olhar do turista não são vistos de forma direta, a partir de suas características físicas ou históricas, mas como representações distorcidas da realidade, através de signos pré-estabelecidos.

⁴⁵ Cabe destacar que mesmo no “turismo profissional e de negócios”, não raro acontecem atividades de lazer. Como será visto neste capítulo, uma parcela importante do segmento de turismo cultural é formada por turistas de negócios ou profissionais.

Esses objetos são incessantemente capturados e reproduzidos em fotos, filmes, desenhos e cartões postais, entre outros, gerando incontáveis representações da realidade ou de outras representações⁴⁶. Ao mesmo tempo, turistas e intermediários turísticos buscam incessantemente novos objetos que possam ser alvo desse consumo e olhar, ampliando o conjunto de destinos disponíveis no mercado turístico mundial.

De acordo com Beeho e Prentice (1997), o produto turístico baseia-se essencialmente em experiências intangíveis, a partir dos benefícios, fantasias e interpretações que as atrações possibilitam ao turista desenvolver. As experiências não são algo universal ou padronizado, sendo vividas e interpretadas de forma diferenciada por cada turista, a partir de seus sentimentos, visão de mundo, repertório cultural e concepções.

Em uma pesquisa feita na cidade britânica de South Tyneside, Pocock percebeu que a imagem que os visitantes tinham do lugar era fortemente influenciada por textos de Catherine Cookson, ficcionista popular que escreveu vários livros sobre o local (CHHABRA; HEALY; SILLS, 2003). Os turistas, de forma geral, ficavam satisfeitos com as experiências advindas da visita a South Tyneside a partir de expectativas criadas pela leitura dos romances de Catherine Cookson. Pocock argumenta que isso demonstra o poder que fontes secundárias podem ter de criar expectativas e gerar demanda de visita a um lugar.

A partir dos hábitos dos turistas de comprar lembranças dos lugares visitados, Graburn (1989) resume a importância das experiências intangíveis na atividade de turismo: “Souvenirs are tangible evidences of travel that are often shared with family and friends, but what one really brings back are memories of experiences.”

Os gráficos 3 e 4 mostram a evolução do turismo internacional, em termos de chegadas de turistas internacionais e receitas advindas da atividade, respectivamente:

⁴⁶ Como coloca Goodwin, a respeito do hábito dos turistas de fotografar a reprodução de cenários de uma telenovela inglesa, a revelação das fotos representa o consumo de uma representação de uma representação de uma representação (URRY, 1996).

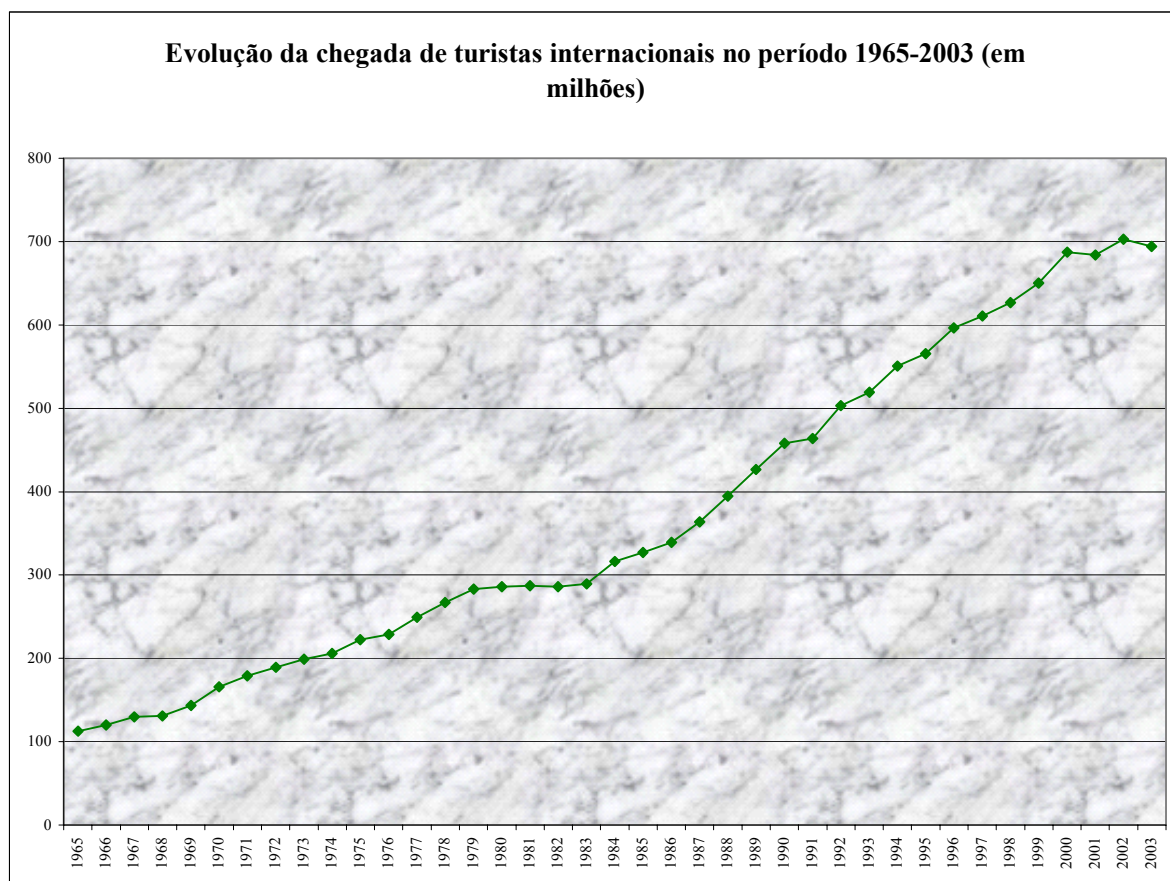


Gráfico 3 - Evolução da chegada de turistas internacionais no período 1965-2003 (em milhões).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, 2004.

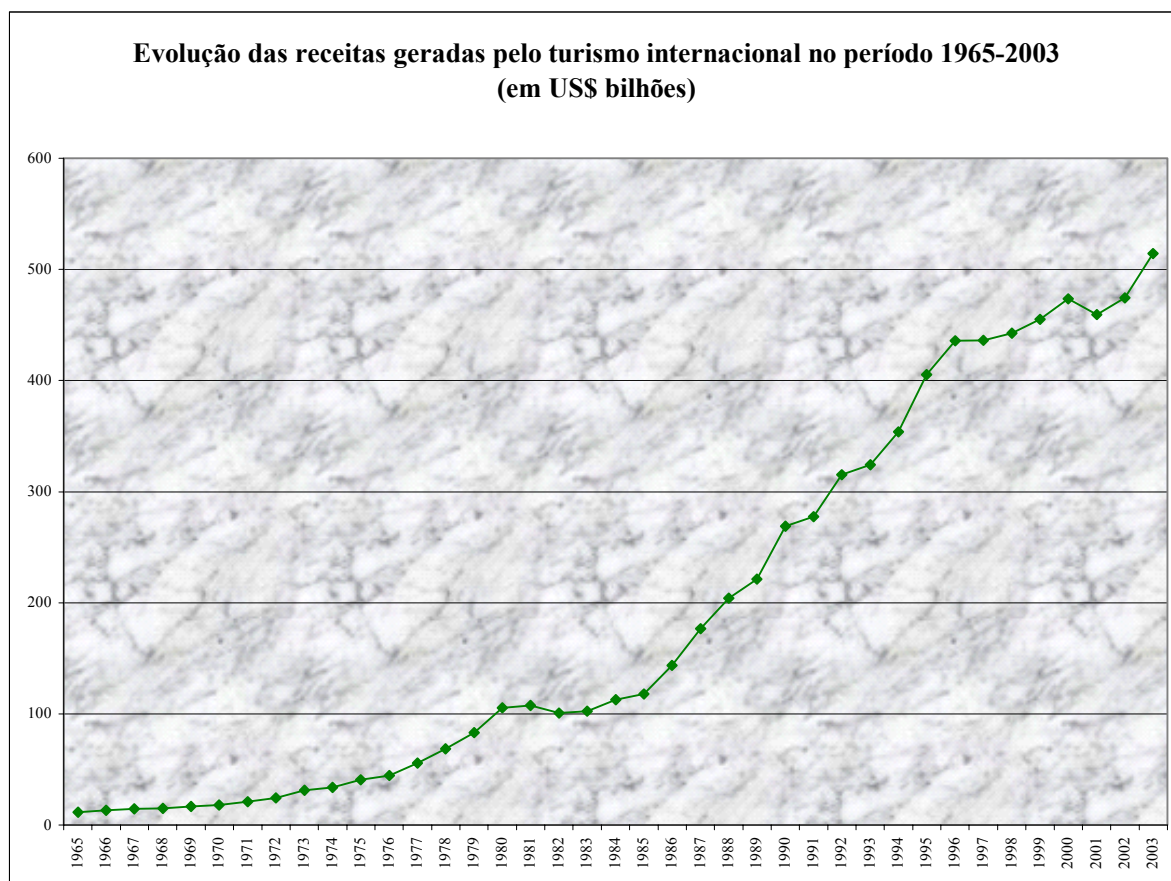


Gráfico 4 - Evolução das receitas geradas pelo turismo internacional no período 1965-2003 (em US\$ bilhões).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, 2004.

A partir do final dos anos 1980, com a emergência do tema turismo cultural na literatura acadêmica, conceitos diversos surgiram para delimitar o novo campo de estudos (BALCAR; PEARCE, 1996).

A revisão dos conceitos de cultura como produto ou processo é útil como introdução à discussão das diversas definições de turismo cultural presentes na literatura.

De acordo com Bennett (1995), o termo cultura pode ser usado para designar um produto ou processo. No primeiro caso, cultura significa o resultado do conjunto de atividades artísticas e culturais, na forma de produtos tangíveis e intangíveis. A cultura consiste em edifícios, músicas, danças, pinturas, festivais, entre outros produtos, gerados pelas diversas áreas culturais.

No segundo caso, cultura assume um sentido antropológico, referindo-se ao modo de vida de uma determinada população. Neste sentido, pode-se dizer que existe uma cultura brasileira, afro-brasileira, paulistana, entre diversas outras.

Pensando cultura como processo, Volkerling (1996, p. 190) coloca: “Culture is that set of socially structured practices by which meanings are produced and exchanged within a group (Crane 1992a, 1992b, 1994; DiMaggio 1978, 1987, 1992; Swidler 1986; Thompson 1990).”

Na literatura acadêmica, podem ser distinguidos dois conjuntos de definições sobre turismo cultural. O primeiro define turismo cultural a partir da demanda (motivos e experiências de viagem), enquanto o segundo foca aspectos da oferta (consumo de atrações classificadas como culturais).

As definições baseadas na demanda apresentam turismo cultural sob o foco das motivações de viagem e experiências pessoais dela oriundas. Neste sentido, não são os atributos de espaços ou objetos, mas interpretação dada à experiência turística, que definem se ela pode ou não ser classificada como cultural. Trata-se de um conceito baseado na demanda por experiências culturais, a partir da agenda pessoal de cada turista.

Silberberg (1995, p. 361) define turismo cultural como: “[...] visits by persons from outside the host community motivated wholly or in part by interest in the historical, artistic, scientific or lifestyle/heritage offerings of a community, region, group or institution.”

A motivação, por parte de um turista, em consumir experiências culturais em determinado destino pode resultar em visitas ao patrimônio edificado local ou na simples observação de como um grupo de pessoas relaciona-se em um bar ou restaurante, através de hábitos como se reunir à mesa para um chá ou café.

Poria, Butler e Airey (2003) afirmam que objetos nunca podem ser vistos de forma direta, mas apenas através de representações marcadas por construções sociais e signos pessoais. Seguindo esta linha, não existiriam histórias ou interpretações autênticas, já que todas as narrativas são subjetivas. Neste sentido, o turismo cultural é definido através da classificação de experiências pessoais como culturais, e não em termos do consumo de objetos e lugares supostamente impregnados de valores históricos, artísticos e culturais.

As definições de turismo cultural baseadas na demanda, ou seja, nas experiências pessoais advindas do consumo turístico, têm como principal ponto positivo levar em conta o fato de os turistas interpretarem o mesmo objeto ou destino de formas diferentes. Como diz Ronaldo Martins, gerente de operações, e um gerente de produtos da Flytour Travel Operator, relatando o comportamento de turistas que visitam Ouro Preto em um pacote de viagens:

Ronaldo Martins: Alguns turistas passam por uma obra de Aleijadinho como se fosse um poste.

Gerente de produtos: Exatamente, como se fosse um poste. Eu já vi um turista passar pela obra de Aleijadinho e dizer, “- Porra, esse cara errou aqui.” [risos] Até levei um susto quando ouvi isto.

Ronaldo Martins: E, se brincar, ainda fala, “- Nossa, está velho, mal conservado. Por que eles trazem a gente para cá?” [risos] (Entrevista em São Paulo, 06.06.2005).

O conjunto de definições de turismo cultural baseadas na demanda apresenta como principal problema a delimitação de o que constituiria atração cultural. A dependência das experiências pessoais dos turistas, com a atribuição de significados a diversos espaços e objetos de forma diferenciada, torna difícil definir o que é e o que deixa de ser uma atração cultural.

O alargamento indefinido dos espaços e objetos havidos por culturais, bem como a natureza “subjetiva” da experiência turística, dificultam a operacionalização do conceito por parte do poder público, em uma proposta de fomento e regulação do turismo cultural em bens edificados.

As definições de turismo cultural baseadas na oferta baseiam-se no consumo turístico de equipamentos e atrações previamente classificados como culturais: sítios e centros históricos, festivais, gastronomia local, centros de interpretação patrimonial, mercados tradicionais, museus, entre outros espaços, objetos e eventos. Trata-se de um conceito baseado na oferta de atrações culturais, previamente classificadas como tal e aptas ao consumo do fluxo turístico.

O conceito técnico de turismo cultural da European Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS) revela o foco no consumo turístico de elementos previamente classificados como culturais: “[Cultural tourism is] All movements of persons to specific

cultural attractions, such as heritage sites, artistic and cultural manifestations, arts and drama outside their normal place of residence.” (RICHARDS, 1997, p. 24).

McKercher e du Cros (2003) definem turismo cultural como o consumo turístico de atrações previamente classificadas como culturais. O conceito de patrimônio cultural da International Commission on Monuments and Sites (ICOMOS) é usado para definir a oferta de atrações culturais de uma cidade, região ou país. Logo, a oferta de atrações culturais consiste em:

Cultural heritage is a broad concept that includes tangible assets, such as natural and cultural environments, encompassing of landscapes, historic places, sites and built environments as well as intangible assets such as collections, past and continuing cultural practices, knowledge and living experiences. Examples of tangible heritage include museums, historical buildings, religious sites and arguably theme parks if they have a heritage focus, whereas intangible heritage includes collections, performance and festivals. They do not include, however, tourist attractions without a clear, recognizable cultural or heritage focus. (MCKERCHER; DU CROS, 2003, p. 48).

A definição de turismo cultural proposta por McKercher e du Cros (2003) parece ser a mais apropriada para o objeto deste estudo, por uma série de fatores. Em primeiro lugar, este conceito de turismo cultural consegue prover uma delimitação razoável do segmento do mercado turístico, sem excluir elementos tangíveis e intangíveis que possam ser classificados como patrimônio cultural.

Em segundo lugar, o objeto de estudo da dissertação – fomento e regulação estatal de atividades de turismo que envolvam bens culturais edificados – contempla edificações previamente classificadas como patrimônio histórico e artístico nacional, independentemente das experiências pessoais advindas da visita turística.

Em terceiro lugar, a expansão dos objetos alvo do olhar do turista (URRY, 1996) e o consumo de experiências diferenciadas a partir da agenda pessoal do turista (PORIA; BUTLER; AIREY, 2003) não impedem a concentração do fluxo turístico em destinos e grandes atrações culturais e a identificação destes objetos e espaços enquanto tal.

A visita à Torre Eiffel, em Paris, compreende o conhecimento de um dos ícones culturais da cidade, a apreciação da obra de engenharia e o cumprimento de uma obrigação por parte de

grande parcela de turistas em estadia ou passagem pela cidade⁴⁷. O monumento possibilita uma miríade de interpretações, atribuições de significado e vivências pessoais diferenciadas a seus consumidores, todos dispostos a pagar o preço do ingresso para entrar na torre e consumir serviços e produtos em Paris em sua passagem ou estadia na cidade.

4.2. Origens e crescimento do turismo cultural.

As origens do turismo cultural no mundo ocidental podem ser traçadas ao século XVII, quando membros da aristocracia britânica viajavam pela Europa continental, principalmente por cidades e sítios históricos ligados à cultura clássica, como parte integrante de sua formação educacional, no que se convencionava chamar de Gran Tour⁴⁸. Esta viagem, de acordo com Towner, era feita em virtude de um duplo objetivo: educação e prazer (RICHARDS, 1997).

Apesar de iniciado no século XVII, o turismo cultural permaneceria restrito a uma pequena parcela da sociedade até os anos 1970 e 1980, quando deixou de ser uma atividade exclusiva de uma elite rica e educada para se transformar em um segmento do mercado turístico mundial.

A partir dos anos 1960, o desenvolvimento do turismo na Europa baseou-se na venda de pacotes padronizados por grandes operadoras de turismo baseadas no norte da Europa (RICHARDS, 1997). A oferta de produtos turísticos tinha pouca consideração com os elementos culturais dos países receptores, e privilegiava o composto sol, mar e praia na promoção de vendas e fomento ao consumo turístico.

⁴⁷ A fama e simbolismo da Torre Eiffel tornam obrigatória a visita ao monumento por parte de determinados grupos de turistas; o consumo turístico da torre representa o comprovante de visita ao país e sinal de classe, distinção e bom gosto.

⁴⁸ Para uma análise das origens do turismo de massa e do consumo de elementos culturais em viagens no caso específico do Japão, ver Chambers (2000).

Urry (1996, p. 33), caracterizando o turismo de massa vigente nos anos 1950 e 1960 no Reino Unido, dá uma idéia do nível de padronização e das experiências disponíveis aos turistas nos *campings* e balneários britânicos:

In this period the holiday experience was remarkably regulated. Even where people stayed in apartments this generally involved the provision of set meals for a week. The holiday was based on the time zone of the week (see Colson, 1926). It was almost impossible to book mid-week. Visitors knew when they were to eat, what they would eat, and exactly how long they were to stay. If people were staying in a holiday camp then much else was organized and indeed “from one camp to the next the mix was identical – the same pattern of entertainment, the same diet, the same type of accommodation, the same weekly routine” (Ward and Heardy, 1986:161).

Nos anos 1970 e 1980, o mercado turístico europeu começa a apresentar sinais de saturação para os pacotes padronizados das grandes operadoras de turismo, voltados à oferta do composto “sol, mar e praia”. Tem início o desenvolvimento de produtos voltados a segmentos específicos de mercado, a partir de grupos etários (jovens, idosos, etc.), destinos (algumas operadoras começam a se especializar em países ou regiões), propósitos de viagens (turismo de aventura, etc.), entre outros. Em um ambiente ainda caracterizado pelo conceito de turismo de massa, a cultura era uma coisa inerente a alguns produtos ofertados, e não um segmento ou nicho de mercado. Apesar disso, o início dessa segmentação do mercado turístico possibilitou o surgimento de novas operadoras de turismo especializadas em propostas de turismo cultural (RICHARDS, 1997).

A partir do final dos anos 1980, o turismo cultural emerge na literatura acadêmica acerca de turismo. Começam a proliferar conceitos, estudos de caso e discussões sobre diversos aspectos relacionados a esse campo de estudos, como capacidade de carga, autenticidade, percepção da comunidade local sobre o desenvolvimento do turismo, etc. (BALCAR; PEARCE, 1996).

A transição para a pós-modernidade⁴⁹ em diversos aspectos da sociedade contemporânea é apontada por uma série de autores como uma das bases de crescimento do mercado de turismo cultural nos últimos vinte anos. Além disto, o desenvolvimento e expansão da oferta de atrações culturais, as mudanças em variáveis sociais e econômicas da população e a necessidade de diferenciação cultural por parte de determinados grupos sociais vêm contribuindo ao aumento do consumo de bens e experiências turístico-culturais de parcela crescente da população.

A pós-modernidade compreende a emergência de um sistema de símbolos e significados cuja principal característica é a ruptura com o caráter estanque das esferas culturais horizontais (pintura, literatura, arquitetura etc.) e verticais (cultura popular, erudita e indústria cultural) (URRY, 1996). A partir da valorização do espetáculo, das características visuais dos objetos e apresentações, em detrimento dos outros sentidos, da reprodução em série de imagens e da integração do público com as apresentações culturais, a pós-modernidade reduz a distância entre objeto cultural e espectador, quebra fronteiras entre diversas instâncias culturais que estavam separadas durante a modernidade e privilegia regimes de prazer e recreação em relação à contemplação de bens culturais a partir de critérios como originalidade ou valor intrínseco.

As experiências turísticas pós-modernas exprimem falta de originalidade e de senso de lugar e profundidade, aceitando inclusive experiências de simulação, nas quais o turista, cercado de cópias e réplicas, almeja alcançar sua própria definição de autenticidade, em um ambiente onde o próprio conceito de realidade fica aberto à discussão (WAITT, 2000). McIntosh e Prentice (1999) afirmam que os parques temáticos com temas culturais permitem que os visitantes construam sua experiência turística a partir de características pessoais, fazendo com que os objetos vistos e a maneira através da qual eles são interpretados sigam interesses estritamente pessoais⁵⁰.

⁴⁹ Foge ao objetivo desta dissertação fazer uma análise detalhada da emergência da pós-modernidade no mundo contemporâneo. O texto limita-se a explorar algumas características da pós-modernidade no que se refere ao novo paradigma cultural, e fazer uma relação disto com a emergência do turismo cultural na sociedade a partir do final dos anos 1980.

A discussão sobre autenticidade em turismo, no quarto tópico deste capítulo, contempla a discussão sobre algumas características da pós-modernidade enquanto novo paradigma cultural.

⁵⁰ Diversos autores, como Urry (1996), Waitt (2000), Chambers (2000) e Ooi (2001), apontam que parques temáticos e festivais com temas culturais fazem uma depuração dos objetos em exposição e

Segundo Urry (1996), a crescente atração pela nostalgia e pela tradição, ilustrada no desenvolvimento de parques temáticos baseados em elementos culturais tangíveis e intangíveis, é uma das características marcantes do advento da pós-modernidade nas sociedades contemporâneas.

O crescimento da oferta de atrações culturais, a partir dos anos 1980, está intimamente ligado às transformações ocorridas nas políticas culturais de cidades de médio e grande porte, principalmente na Europa e nos EUA, como abordado no terceiro tópico do capítulo 3.

Os últimos vinte anos presenciaram a criação de novas atrações no segmento de turismo cultural, a partir de iniciativas do poder público e de agentes privados. Vários países, regiões e cidades ao redor do mundo criaram políticas públicas para fomentar turismo cultural, em um mercado turístico marcado pela crescente competição entre destinos. A Nova Zelândia, por exemplo, conhecida por suas atrações naturais e esportes de aventura, elaborou um programa de fomento ao turismo cultural em diversas regiões do país no final dos anos 1990, no qual patrimônio e cultura local atuam como complemento à principal atração do país, que são suas belezas naturais (COLMAR BRUNTON SOCIAL RESEARCH AGENCY, 200-?).

O fomento ao turismo cultural em estados ou regiões com baixo desenvolvimento econômico e incipiente atividade turística também foi uma das tônicas da intervenção estatal nessa área. O Estado de Queensland, na Austrália, financiou trinta e dois equipamentos e atrações voltados ao turismo cultural no interior do estado, desde pequenos centros de interpretação patrimonial até grandes equipamentos culturais, como museus. O investimento de aproximadamente US\$ 55 milhões no período 2000-2002 contemplou melhoramentos em bens culturais materiais já existentes, construção de equipamentos inteiramente novos voltados ao consumo turístico, sinalização turística da região e atividades de promoção turística. O objetivo do projeto, denominado “Queensland Heritage Trails Network”, é

elementos históricos presentes nas narrativas turísticas, reduzindo os espaços abertos à interpretação do visitante. Trata-se de lugares e eventos que exploram a história e cultura de forma seletiva, com o objetivo de tornar o passado e as características locais acessíveis e palatáveis a uma audiência global. Neste sentido, Ooi (2001) lembra que é necessário analisar a influência dos mediadores e de circunstâncias contemporâneas locais, a fim de se entender a “corrupção” por trás de produtos turísticos baseados em elementos culturais e históricos.

redirecionar parte do fluxo turístico do litoral para cidades do interior do estado (PRIDEAUX, 2002).

A criação de atrações culturais voltadas ao consumo turístico também faz parte de estratégias nacionais de fomento. No início dos anos 1980, Singapura assistiu a uma queda no número de visitantes internacionais e nas receitas advindas do turismo, componente importante do balanço de pagamentos nacional. Com o objetivo de reverter essa queda, o governo nacional elaborou um plano para fomentar o turismo no país, a partir de dois pontos principais: criação de cinco temas turísticos e transformação de lugares com potencial turístico em atrações, a partir dos temas desenvolvidos⁵¹ (TEO; YEOH, 1997).

Dentro do tema ‘Exotic East’, áreas e bens culturais materiais e imateriais que representam a herança de alguns grupos étnicos de Singapura, como os chineses, indianos e malaio, foram transformados em atração, a partir do aproveitamento seletivo de seus elementos culturais e da espetacularização da cultura. Haw Par Villa, tradicional lugar de encontro e centro de referência da comunidade chinesa de Singapura, foi transformado em um parque de diversões com temática cultural, na qual antigos quadros e estátuas que representam a mitologia e a cultura chinesa convivem com espetáculos de som e luz, montanhas russas e outros equipamentos projetados pela Battaglia Associated Incorporated, empresa pertencente à corporação Walt Disney Productions⁵².

O uso do navio Discovery como atração turística da cidade de Dundee mostra vários traços da nova oferta de atrações culturais, no novo paradigma cultural da pós-modernidade. O navio, construído na cidade entre 1899 e 1901, foi comprado pelo *City Council* em 1987⁵³ para ser atração turística em Dundee, fortalecendo o processo de regeneração urbana da cidade, baseado no reaproveitamento econômico de áreas abandonadas do porto, e criando uma nova imagem da cidade. O Discovery simboliza o passado industrial e comercial de

⁵¹ Os cinco temas são ‘Exotic east’, ‘Colonial heritage’, ‘Clean and green garden city’, ‘Tropical island resorts’ e ‘International sports events’.

⁵² “In hope of attracting tourists to Haw Par Villa, Battaglia Associated Incorporated, an offshot of Walt Disney Productions, was commissioned to design the park in such a way as to draw visitors ‘the way Disneyland and Epcot Center are doing in the US’ (The Straits Times 1986b).” (TEO; YEOH, 1997).

⁵³ O navio foi comprado e restaurado pelo Maritime Trust em 1979, funcionando como museu nacional e atração turística em Londres até 1987, quando deixou o Rio Thames em direção a Dundee.

Dundee e promove a cidade como lugar a se visitar, morar e trabalhar⁵⁴ (PRENTICE; GUERIN; MCGUGAN, 1998).

Os prospectos promocionais do Discovery dão ênfase a aspectos como emoção e possibilidade de interação com a história do navio, em detrimento de narrativas e experiências de visitas educacionais. Os panfletos promovem o Discovery como um lugar onde os visitantes podem sentir a emoção de participar de uma excursão à Antártica ou vivenciar o dia a dia em um navio⁵⁵ (PRENTICE; GUERIN; MCGUGAN, 1998). Em frente ao local onde o navio está ancorado foi construído um centro de interpretação patrimonial, onde os visitantes podem ver vídeos e exposições a respeito do navio.

Por fim, a compra do Discovery não foi fato isolado na estratégia de desenvolvimento de Dundee. Em 1985, foi criado o Dundee Heritage Trust, organização voltada à preservação e apresentação do passado industrial da cidade.

Richards (1997) reconhece que variáveis sociais e econômicas como educação, renda, ocupação e idade correlacionam-se positivamente com o consumo de cultura. Por sua vez, um autor como Bourdieu (1974), avançou na compreensão das relações entre o sistema educacional e a reprodução dos esquemas de percepção e de gosto que terminam por definir quem tem ou não tem repertório cultural necessário à decifração de produtos da cultura erudita. Tomando as idéias desses autores, é lícito dizer que indivíduos com nível educacional mais elevado têm maior propensão a consumir novos produtos e experiências culturais, pois têm o repertório necessário à sua decifração, interpretação e apreciação.

A emergência de atrações culturais voltadas às necessidades do mercado, marcadas por aspectos como o recurso à paródia e ao pastiche, à apresentação seletiva de elementos históricos e culturais e o apelo a narrativas turísticas, promovem o turismo cultural junto a grupos sem repertório cultural muito exigente. Apesar disso, existe um amplo conjunto de bens culturais materiais e imateriais que não conseguem ser devidamente aproveitados sem

⁵⁴ A cidade promoveu o slogan “Dundee, City of Discovery” com estes objetivos.

⁵⁵ Alguns termos e passagens presentes na folheteria promocional do Discovery ilustram como a atração turística é vendida e desenvolvida: “excitement”, “spectacular exhibits and special effects”, “experience life below the decks”, “feel the atmosphere”, “meet the men behind the greatest Antarctic adventures”, “feel like one of the shipbuilders” e “mingle with the guests”.

que o turista ou visitante disponha de um mínimo de conhecimento prévio acerca de suas características mais elementares. Os três estudos de caso dessa dissertação, por exemplo, encerram narrativas turísticas e materiais informativos pobres ou inexistentes. Tal precariedade os torna de acesso e apreciação ainda mais difícil por parte de um turista menos cultivado.

As pesquisas de Schuster a respeito do padrão de visitas a museus europeus, principalmente no Reino Unido e na Suécia, e por Heilbrun e Gray sobre a participação da população em atividades artísticas nos EUA mostram que educação é a variável que mais determina o consumo cultural. No caso americano, a diferença de participação em atividades artísticas entre níveis educacionais é cinco vezes maior do que entre faixas de renda (RICHARDS, 1997).

Um gerente de produtos da Flytour Travel Operator, descrevendo em entrevista o comprador do pacote ‘Cidades históricas de Minas Gerais’⁵⁶, diz:

O público brasileiro não está habituado a esse tipo de destino. Quem faz “cidades históricas” hoje são pessoas de um nível mais elevado: muitos professores e estudantes que vão porque a escola pediu, mas sem iniciativa própria. [...] O turismo cultural ainda dá um certo *glamour* ao turismo, como a gente tinha antigamente, pois o transporte era rodoviário e havia um guia especializado, que sabia falar sobre a parte cultural. O circuito das cidades históricas de Minas Gerais é de um nível cultural altíssimo.

Perg.: Trata-se de um público mais rico também?

Resp.: Eu não diria mais rico, ele é mais intelectualizado, tem um nível cultural para assimilar aquilo tudo, para curtir o passeio. Esse pessoal consegue se maravilhar com o que vai encontrar, e não ver uma igreja, uma obra de arte do Aleijadinho e passar por ela como se estivesse passando por uma árvore. Eles vão se encantar com o detalhe que estão vendo, sabem identificar o que estão vendo, o que aquilo representa para a cultura local. (Entrevista em São Paulo, 06.06.2005).

A renda também é fator importante para o consumo de turismo cultural. A disponibilidade de renda pessoal discricionária é um pré-requisito ao engajamento em viagens e consumo de

⁵⁶ O pacote consiste em visitas às principais cidades históricas de Minas Gerais, a saber: Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo, São João del Rey, Tiradentes, entre outras. As principais atrações consistem em exemplares representativos do barroco mineiro, como igrejas, chafarizes, casario colônia, entre outras.

atrações culturais, em um mercado onde até os grandes museus nacionais buscam novas fontes de receitas através da cobrança de ingressos e prestação de serviços complementares (lanchonetes, lojas de lembranças, etc.).

De acordo com Bevers, 50% dos visitantes do Museu Stedelijk, em Amsterdam, são artistas, enquanto que 70% de todos os visitantes de galerias de arte moderna nos Estados Unidos da América possuem algum interesse profissional no campo artístico (RICHARDS, 1997), o que mostra que os produtores de arte também são, de forma geral, grandes consumidores de arte.

De acordo com Bourdieu (1974), o afã do artista em reconhecer como receptor ideal de suas obras outros criadores de bens culturais na mesma área de atuação faz com que ele busque, no conjunto de produtores, a crítica e cumplicidade que seu trabalho merece⁵⁷. Isto leva a uma situação onde o artista depende, para a formação de sua identidade e encaminhamento de sua carreira, daquilo que outros artistas, seus concorrentes, pensam a seu respeito.

O consumo de produtos culturais, principalmente de sua área de atuação, permite ao artista acompanhar as últimas tendências da produção contemporânea, conhecer e revisitar os cânones artísticos, marcar posição e prover meios e informações à socialização com seus pares.

A literatura acadêmica sobre turismo estabelece que as pessoas mais idosas tendem a ter maior interesse pelo passado, pela história e pela cultura de forma geral. Richards (1997) aponta que turistas estrangeiros acima dos 45 anos de idade têm, em proporção maior do que os mais jovens, a intenção de viajar aos Países Baixos para visitar museus, prédios e cidades históricas.

De acordo com Merriman, o aprendizado é, ao mesmo tempo, requisito e motivo para visitas a museus e sítios e monumentos históricos (RICHARDS, 1997). Bourdieu (1974) argumenta que a acumulação de capital cultural, na forma de informações e repertórios capazes de decodificar o significado da produção artística em diversas áreas culturais, é o resultado de elementos como formação educacional, origem familiar e consumo de experiências e produtos culturais.

⁵⁷ Esta lógica está presente no campo da cultura erudita, apresentando outras características na produção popular e no mercado da indústria cultural.

A entrega a experiências culturais específicas e valorizantes é uma das formas de as pessoas reafirmarem seu pertencimento a determinados grupos sociais, acumulando o que ele chama de “capital cultural”.

O consumo de atrações culturais na experiência de turismo não pode assim ser reduzido a uma questão de preferências e motivações pessoais. A necessidade de afirmar o pertencimento a determinado segmento social pode levar um turista a embarcar em atividades culturais que demonstrem sua capacidade de decifrar os códigos da produção cultural alcançando a inteligibilidade daquilo que lhe está sendo mostrado. Trata-se, em grande parte, de um consumo provocado pela necessidade de ingressar em uma classe social ou receber a aprovação de seus pares.

4.3. Turismo cultural: características, tendências e nichos de mercado.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o segmento de turismo cultural já representava 37% do mercado turístico internacional no início dos anos 1990, com crescimento médio anual de 15%, apesar de não haver informações precisas sobre como se chegou a esta estimativa (RICHARDS, 1997).

Diversos estudos demonstram a importância do patrimônio cultural, na forma de bens materiais e imateriais, como motivação de viagem e objeto de consumo por parte do fluxo turístico internacional. O sítio histórico de The Rocks, localizado a poucos quilômetros do centro financeiro de Sydney, foi visitado por mais de 1,2 milhão de turistas estrangeiros em 1996. Trata-se da segunda atração cultural mais importante da Austrália, atrás apenas da Sydney Opera House, com 1,7 milhão de visitas no mesmo ano (WAITT, 2000).

De acordo com Urry (1996), o Reino Unido especializou-se, dentro do mercado turístico mundial, na promoção de elementos que celebram o histórico, o pitoresco e o antiquado, ou seja, elementos representativos do passado⁵⁸. Neste sentido, o patrimônio transformou-se em

⁵⁸ O autor coloca que os americanos costumam referir-se ao Reino Unido como ‘quaint country’ ou ‘old country’.

um dos principais chamarizes do Reino Unido para atrair turistas internacionais (URRY, 1996). Londres, por exemplo, depende de seu extenso acervo cultural material e imaterial, composto por prédios históricos, museus, peças de teatro, exposições, eventos culturais diversos, para continuar sendo uma das cidades mais visitadas do mundo. De acordo com Foley (1997), mais de dois terços dos visitantes de propriedades históricas na cidade são turistas ou excursionistas de um dia⁵⁹.

O desenvolvimento do turismo na Espanha, a partir dos anos 1960, foi baseado na promoção do composto “sol, mar e praia”, fomento à construção de grandes complexos hoteleiros no litoral e inclusão de diversas regiões do país – Costa Brava, Costa Dorada e Costa del Sol, principalmente – na oferta de operadoras de turismo sediadas no norte da Europa.

Apesar de o país ter se transformado em um dos principais destinos turísticos do mundo, a ênfase no composto “sol, mar e praia” gerou, nas cidades e regiões alvo desta exploração, problemas de desemprego sazonal, deterioração do patrimônio edificado e natural⁶⁰, perda de valores culturais⁶¹, etc. (DODD, 1999).

No final dos anos 1980, a Espanha começou iniciativas com o objetivo de atrair maior número de turistas culturais ao país, com a finalidade de redirecionar parte do fluxo turístico do litoral para o interior e minorar os problemas advindos da sazonalidade turística. Neste sentido, a Espanha mudou o seu tradicional slogan turístico em 1992, de “Spain, everything under the sun” para “Spain: passion for life.”⁶² (BOISSEVAIN, 1996).

⁵⁹ Os números de Foley incluem turistas domésticos.

⁶⁰ Talvez o melhor exemplo da perda de patrimônio edificado seja o de Tarragona, que destruiu as muralhas romanas que cercavam parte da cidade para prover mais espaços à construção de hotéis e *resorts*. Nos anos 1990, a cidade reconstruiu as muralhas.

⁶¹ É muito comum turistas hospedados em *resorts* no litoral da Catalunha assistirem danças castelhanas ou andaluzas apresentadas como manifestações culturais locais. Dodd (1989) coloca que este é uma das principais fontes de descontentamento dos catalães com o turismo de sol, mar e praia desenvolvido na região.

⁶² Para mais informações sobre o fomento ao turismo cultural na Espanha, Dodd (1989) apresenta a estratégia de Barcelona para se transformar em importante centro de turismo cultural europeu, e Crain (1996) discute o fomento e exploração turística de um santuário religioso no interior do país.

De acordo com Smith (1989), o Havaí é o protótipo do destino de turismo de massa, com fluxo contínuo de grupos de excursão, viagens de incentivo de empresas e pacotes de viagens baseados em vôos *charter*. Os hotéis seguem padrões ocidentais, fazendo com que o turista se sinta em casa, e grande parte da programação e experiência de viagem é mediada por intermediários turísticos. O composto “sol, mar e praia” é hegemônico no consumo turístico, sendo Waikiki símbolo da atividade no arquipélago.

Apesar destas características, pelo menos metade do fluxo turístico no Havaí pode ser classificado como cultural⁶³. De acordo com Stanton (1989), mais de um milhão de pessoas visitavam o Polynesian Cultural Center (PCC), parque temático que reúne apresentações culturais, artesanato e culinária de sete países e regiões do Oceano Pacífico, em meados dos anos 1980. Com um fluxo turístico de aproximadamente dois milhões de pessoas, não é difícil ver que o segmento cultural representa a maior parcela do mercado deste estado americano⁶⁴.

McKercher (2002), baseado em pesquisa que entrevistou 2.066 turistas internacionais em Hong Kong, concluiu que 33,3% destes visitantes participaram de atividades de turismo cultural durante estadia no arquipélago, número similar à estimativa da OMT para a participação do segmento cultural no fluxo turístico mundial.

De acordo com Hovinen (1995), o turismo no Condado de Lancaster, destino popular de turismo cultural no nordeste dos EUA, apresenta características de turismo de massa, baseado na cultura da comunidade Amish⁶⁵. A exploração turística de atrações culturais reforça a noção, presente em diversos autores, de que o turismo cultural deixou de ser um nicho de

⁶³ A partir do conceito de turismo cultural de McKercher e du Cros (2003), adotado nesta dissertação.

⁶⁴ Cabe destacar, também, que o PCC é a segunda atração cultural mais visitada do Havaí, atrás do U.S.S. Arizona Memorial (STANTON, 1989).

⁶⁵ Há a presença maciça de grupos de excursão e o desenvolvimento de atrações baseadas no patrimônio e tradição locais voltado ao consumo turístico. Grande parte do tradicional artesanato amish já foi substituído por lembranças e produtos industrializados. O número anual de turistas que visita o Condado de Lancaster variou entre 3,5 e 5 milhões de turistas, até meados dos anos 1990.

mercado, voltado a uma minoria rica e educada, e se caracteriza atualmente como um segmento do turismo de massa⁶⁶.

O desenvolvimento de atrações culturais em diversas cidades e regiões da Europa, ávidas por promover a cultura local e capturar parcelas do rendimento econômico gerado pelo mercado turístico, provocou uma situação na qual a oferta de atrações culturais cresceu mais do que a demanda⁶⁷ (RICHARDS, 1997), tornando o mercado crescentemente competitivo.

Além disto, em muitas ocasiões o desenvolvimento de atrações culturais não leva em conta considerações sobre a demanda de turismo cultural existente, por autoridades ou investidores locais considerarem que a cultura de sua cidade ou região é única e que o segmento de turismo cultural é a prova de crises (RICHARDS, 1997; PRIDEAUX, 2002).

A recente expansão no número de pequenos museus na Alemanha fez com que o número médio de visitantes passasse de 40.000 em 1982 a 26.000 em 1992 (ROTH; LANGEMEYER, 1997). Isso coloca sérios problemas para a saúde financeira destas atrações, já que os custos fixos de manter o equipamento têm que ser arcados por um número declinante de visitantes.

Sobre a expansão da oferta de atrações culturais no Reino Unido, o diretor do Science Museum coloca: “You can’t project that sort of rate of growth much further before the whole country becomes one big open air museum, and you just join it as you get off at Heathrow (quoted in Hewison, 1987: 24).” (URRY, 1996, p. 104).

Outra tendência do mercado de turismo cultural é a polarização entre atrações culturais de pequeno porte localizadas em pequenas cidades e zonas rurais, como festivais locais e centros de interpretação patrimonial, e grandes atrações localizadas em centros urbanos importantes, criadas para servir como símbolos de renascimento econômico e cultural e para atrair parcela significativa de turistas (RICHARDS, 1999; BIANCHINI, 1999).

⁶⁶ A noção de turismo cultural enquanto segmento do turismo de massa pode ser visto em autores como Boissevain (1996), Dahles (1996), Stanton (1989) e Richards (1997).

⁶⁷ A partir do banco de dados da European Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS), Richards (1997) mostra que o fluxo de turistas culturais estabilizou-se na Europa entre 1998 e 2003, enquanto o número de atrações não parou de crescer.

A European Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS) realizou uma pesquisa com 6.300 visitantes de 26 atrações culturais da União Européia, distribuídas em nove países do continente⁶⁸ (RICHARDS, 1997). Os resultados apontaram que os turistas culturais têm alto índice de escolaridade, sendo 20% pós-graduados. A faixa etária mais presente entre os turistas entrevistados é a entre 20 e 29 anos, em parte pelo fato da maior parte do fluxo turístico total ser composto por jovens.

Aproximadamente 60% dos turistas classificaram as atrações que estavam visitando como importantes ou muito importantes para a decisão de visitar o destino turístico. Atrações que representam símbolos culturais europeus, como o Palácio dos Doges em Veneza, ou que consistem praticamente no único motivo para visitar o lugar, como Ávila, têm maior peso na escolha do destino por parte do turista. Atrações localizadas em grandes cidades, como a Torre dos Clérigos no Porto e St Paul's Cathedral em Londres, não são individualmente muito importantes para a seleção do destino, mas fazem parte do conjunto de atrações que atraí turistas para estas cidades.

Richards (1997) aponta também que há uma continuidade dos hábitos normais de consumo cultural das pessoas em suas experiências turísticas, e que parte significativa dos turistas culturais é composta por pessoas que trabalham na indústria cultural⁶⁹.

McKercher e du Cros (2003), baseados em pesquisa que entrevistou 1.153 turistas culturais⁷⁰, identificaram cinco nichos de mercado no segmento de turismo cultural, a partir de dois

⁶⁸ A pesquisa da ATLAS entrevistou residentes, visitantes e turistas em atrações culturais como a Torre dos Clérigos (Porto), o Museu do Prado (Madri) e a Neue Pinakothek (Munique). Em virtude disto, não foi feita uma comparação direta entre turistas que consomem e não consomem atrações culturais em suas experiências de viagens. Ser turista cultural foi um pré-requisito para participar da pesquisa.

⁶⁹ Estes dois fatos relacionam-se com a discussão presente no segundo tópico deste capítulo. Cabe destacar que Richards (1997) divide o mercado de turismo cultural em dois grupos: *specific cultural tourists* (57%) e *general cultural tourists* (43%) (RICHARDS, 1999). Segundo ele, 29% de todos os *specific cultural tourists* trabalham em setores da indústria cultural, enquanto que esta percentagem é de 13% para o segundo grupo. Os *specific cultural tourists* são, de forma geral, de nível educacional mais alto, viajam mais e tem maior propensão a escolher o destino em virtude da importância da atração cultural que está sendo visitada no momento da entrevista em relação aos *general cultural tourists*.

parâmetros de classificação: nível de envolvimento do turista com o patrimônio visitado (profundo – superficial) e importância das atrações visitadas na escolha de Hong Kong como destino turístico (alta – baixa).

Turistas com alto envolvimento com as atrações culturais visitadas e que consideram o patrimônio cultural como muito importante ou motivo principal na decisão de visitar Hong Kong são considerados *purposeful cultural tourists*. Este nicho de mercado representa 13,4% do segmento de turismo cultural.

O *purposeful cultural tourist* é o maior consumidor de experiências culturais “desafiadoras”, freqüentando museus e galerias de arte e artesanato, sítios históricos, templos religiosos e mercados públicos menos conhecidos espalhados pelo arquipélago. Interessa-se pelo patrimônio cultural chinês e pela herança da colonização britânica em Hong Kong, e é comprador de passeios organizados de agências de receptivo locais.

Turistas que têm baixo envolvimento com as atrações culturais visitadas e consideram o patrimônio cultural como muito importante ou motivo principal para visitar Hong Kong são considerados *sightseeing cultural tourists*. Este nicho de mercado representa 32% do segmento de turismo cultural.

O *sightseeing cultural tourist* prefere consumir uma miríade de experiências culturais, ao invés de se envolver com alguma atração de maneira mais profunda. Costuma viajar por todo o arquipélago, inclusive ilhas e comunidades remotas, e prefere consumir sítios históricos ligados à herança colonial britânica e a região de Kowloon.

Turistas com baixo envolvimento com as atrações culturais visitadas e que têm o patrimônio cultural local como elemento não importante em sua decisão de visitar Hong Kong são considerados *incidental cultural tourists*. Este nicho de mercado representa 20,9% do segmento de turismo cultural.

⁷⁰ Deste total, apenas 760 entrevistas foram validadas para a análise. Mais de 330 entrevistados foram excluídos do trabalho pois, apesar de se classificarem como turistas culturais, não conseguiram apontar uma única atração visitada de uma extensa lista de bens materiais e imateriais classificados como culturais.

O *incidental cultural tourist* é grande consumidor de atrações localizadas em zonas turísticas, perto de seu hotel, fáceis de consumir e não “desafiadoras” do ponto de vista emocional ou intelectual. Os principais produtos consumidos por turistas deste nicho são o Hong Kong Space Museum e parques temáticos com elementos culturais.

Templos e sítios religiosos são evitados por este nicho de mercado, bem como passeios de agências de turismo receptivo com programação cultural. O motivo de visita a atrações culturais é a “busca de recreação”, sem dar importância ao aprendizado da cultura ou história local.

Turistas com baixo envolvimento com as atrações culturais visitadas e que consideram o patrimônio elemento pouco importante em sua decisão de visitar Hong Kong são considerados *casual cultural tourists*. Este nicho de mercado representa 26,7% do segmento de turismo cultural.

Em muitos aspectos, o comportamento do *casual cultural tourist* é similar ao do *incidental cultural tourism*. Atrações acessíveis, de pouco envolvimento emocional ou intelectual e voltadas à recreação dos visitantes, dominam o consumo deste nicho de mercado. Apesar disto, o *casual cultural tourism* também costuma visitar templos religiosos e explorar mais a região.

Turistas com alto envolvimento com as atrações culturais visitadas e que consideram o patrimônio como elemento sem importância na decisão de visitar Hong Kong são considerados *serendipitous cultural tourists*: 7% do segmento de turismo cultural.

O *serendipitous cultural tourist* é uma anomalia, pois desconsidera o patrimônio cultural de Hong Kong quando da seleção do destino, mas, quando no arquipélago, acaba tendo experiências culturais profundas. Não há um padrão de consumo de atrações neste nicho de mercado; este grupo de turistas é marcado por experiências pessoais, sem um padrão claro de comportamento dentro do nicho.

Os integrantes dos cinco nichos de mercado apresentam motivações, experiências e padrões de consumo do patrimônio cultural de Hong Kong muito diferentes entre si, mas há um

elemento comum entre estes grupos: todos visitam os principais ícones culturais do país, como The Peak, Big Buddha e Hong Kong Cultural Center⁷¹ (MCKERCHER 2002).

Urry (1996) argumenta que a visita a lugares e objetos tidos como únicos e não reproduzíveis, como a Torre Eiffel, o Grand Canyon e o lugar onde John Kennedy foi assassinado, em Dallas, Texas, é uma das formas de consumir experiências turísticas que contrastam com o dia a dia das pessoas. De acordo com o autor, conhecer estes objetos é um sonho de consumo de grande parte das pessoas que vive no mundo ocidental, e a experiência de viagem transforma-se em uma espécie de peregrinação a um centro sagrado de devoção.

A classificação dos turistas culturais em cinco nichos de mercado feita por McKercher e du Cros (2003) baseia-se nos benefícios e motivações advindos do consumo de atrações culturais, a partir da importância dada ao patrimônio cultural na decisão de visitar Hong Kong e do nível de envolvimento com os bens culturais visitados. De acordo com os autores, não há diferença significativa entre os cinco nichos de mercado em nenhuma das variáveis demográficas pesquisadas, com exceção de idade⁷².

Diferenças significativas também não foram encontradas nas características da viagem, a saber:

- a) tempo de permanência do turista no destino;
- b) tempo total da viagem (Hong Kong e outros possíveis destinos);
- c) número de vezes que o turista já tinha visitado anteriormente Hong Kong;
- d) importância de Hong Kong entre os diversos destinos visitados na experiência de viagem;
- e) gasto total do turista.

⁷¹ Isto explica, em grande parte, o investimento feito por países, regiões e cidades ao redor do mundo para criar grandes atrações culturais destinadas ao consumo turístico, com o objetivo de promover a cultura local e capturar parte do rendimento econômico do segmento de turismo cultural. Harvey (1999), Bianchini (1999), Richards (1997) e Urry (1996) apresentam análises e exemplos deste fenômeno.

⁷² Os *sightseeing* e *purposeful cultural tourists* tendem a ser mais velhos, enquanto que os *casual* e *serendipitous cultural tourists* tendem a ser mais novos.

Por fim, McKercher e du Cros (2003) observaram que 22,1% do segmento de turismo cultural é composto por viajantes profissionais ou de eventos, concentrados em dois nichos de mercado: *casual cultural tourists* e *incidental cultural tourists*.

4.4. Autenticidade, sustentabilidade, participação comunitária e disputas profissionais em cultura e turismo.

Não se objetiva fazer aqui extensa e completa revisão da literatura, mas apenas fornecer abertura para questões a serem examinadas nos três estudos de caso. Sempre que possível, as discussões sobre autenticidade, sustentabilidade, participação da população local e conflitos entre turismo e cultura apresentarão exemplos ligados ao turismo cultural e à realidade brasileira ou de países subdesenvolvidos.

A discussão sobre autenticidade em turismo inicia-se com a análise de como os turistas consomem e interpretam as atrações e ambiência do destino turístico, bem como interagem com os locais.

Boorstin, no início dos anos 1960, afirma que os turistas americanos não estão mais em condições de travar contato com a “realidade” em suas experiências de viagem, em virtude da presença de elementos complexos e incompreensíveis à vida moderna. Neste sentido, os viajantes aceitariam e até prefeririam experiências turísticas superficiais e “inautênticas”, que replicassem situações vividas no cotidiano (CHAMBERS, 2000).

Tal preferência leva habitantes locais e intermediários turísticos a criar espaços exclusivos ao consumo turístico, onde o viajante, isolado da comunidade local e da “realidade”, dedica-se a visitar atrações criadas exclusivamente para ele. Ao mesmo tempo, este turista conta com elementos que permitem que ele se sinta em casa, como hotéis e restaurantes que fornecem todas as amenidades encontradas em seu local de residência e trabalho⁷³ (URRY, 1996; CHAMBERS, 2000).

⁷³ Os estudos de Boorstin sustentam que os americanos não conseguem mais ter contato com a realidade de forma direta, recorrendo ao que ele define como “pseudo-eventos”. O turismo, organizado através do conceito de turismo de massa, é um dos principais exemplos de “pseudo-

É possível distinguir duas questões principais na argumentação de Boorstin. A primeira é que existe um ambiente exclusivamente destinado aos turistas, incapazes de travar contato com a “realidade” local. Este lugar não é considerado “real”: trata-se de uma invenção da comunidade local e dos intermediários turísticos, na qual toda a experiência turística é mediada e controlada.

Tal argumentação supõe a existência de uma “realidade”, formada por elementos culturais autênticos, reais e que apresentam significados à população local. As experiências consumidas pelos turistas são classificadas como inautênticas, encenadas, inferiores e desprovidas de significado, pois apenas reproduzem a superficialidade da vida moderna, de acordo com a demanda de um público incapaz de travar contato com a “realidade”.

MacCannell, em meados dos anos 1970, argumenta que a modernidade é marcada por uma vida cotidiana inautêntica e superficial, consequência da expansão dos modos de produção do capitalismo industrial. O autor defende que os turistas não procuram replicar esta falta de autenticidade em suas experiências turísticas, buscando encontrar lugares e situações autênticos, ainda não contaminados pelos malefícios da modernidade e do avanço do capitalismo global (URRY, 1996; CHAMBERS, 2000; MEDINA, 2003).

MacCannell sustenta que a curiosidade do turista retira a privacidade dos habitantes locais, repentinamente transformados em objeto de atração. Isto faz com que a comunidade local, em conjunto com os intermediários turísticos, criem espaços voltados à apresentação de sua cultura aos visitantes, com a exibição seletiva de elementos culturais. Isto permite à comunidade proteger a cultura local, classificada por MacCannell como “autêntica”, e auferir rendimentos econômicos da atividade turística, através de *shows* culturais, venda de artesanato e lembranças, etc (URRY, 1996; CHAMBERS, 2000).

MacCannell chama de “autenticidade encenada” as apresentações voltadas ao turista, valorando-as como algo desprovido de significado para a população local e, portanto, menos

eventos”, onde pessoas conseguem isolar-se do mundo exterior através de experiências inautênticas e superficiais. Para mais informações, ver Boorstin (1961).

“autêntico” do que os elementos culturais não comercializados⁷⁴ (URRY, 1996; MEDINA, 2003).

MacCannell sustenta que o consumo de atrações produzidas para o turismo não se deve à incapacidade do turista de travar contato com a “realidade”, mas à iniciativa da comunidade de criar uma espécie de “zona turística”, que protege a cultura local do olhar de estranhos e possibilita aos habitantes ganhar dinheiro com o turismo.

Boorstin e MacCannell consideram que existe uma cultura autêntica, verdadeira e real, e que a atividade turística fomenta a criação de uma cultura encenada, irreal, comercial e desprovida de significado. Esta cultura é vista como inferior, algo semelhante ao cotidiano das pessoas em uma sociedade marcada pela modernidade e pelo avanço capitalista.

O advento da pós-modernidade nas sociedades contemporâneas coloca em xeque a noção da existência de culturas autênticas, não contaminadas pelos malefícios do capitalismo, e da valorização das influências culturais sofridas pelo turista como simulacros sem significado nem autenticidade⁷⁵.

A valorização do espetáculo, a primazia do caráter visual de objetos e apresentações, a reprodução incessante de imagens e a emergência do pastiche como elemento contextualizado e desprovido de referente histórico reforçam a noção de que não há mais distinções claras entre realidade e representações. Como coloca Urry (1996), uma proporção cada vez maior de elementos que consumimos como “realidade” são representações, marcadas pela espetacularização.

A realidade perde o papel de referência, na medida que a reprodução indefinida de textos e imagens gera representações que aparentam ser mais reais do que a própria realidade (URRY, 1996).

⁷⁴ Para mais informações sobre o conceito de “autenticidade encenada” e suas conseqüências, ver MacCannell (1976).

⁷⁵ O segundo tópico deste capítulo já explorou algumas conseqüências do advento da pós-modernidade nas sociedades contemporâneas, no que se refere ao novo paradigma cultural.

As relações sociais contemporâneas, baseadas em práticas de consumo, transformam elementos da cultura local, impregnados de valores históricos e artísticos, em mercadorias. A comercialização de elementos da cultura e do patrimônio baseia-se na retenção de algumas características próprias, necessárias para conferir identidade e distinção aos produtos, e inserção de componentes culturais globais, tornando estes elementos acessíveis a uma audiência global (LEITE, 2005).

Waitt (2000) defende que a autenticidade não é conceito absoluto, medido a partir de referenciais que representam uma realidade autêntica e estável, mas uma construção social negociada por diversos autores. Chhabra, Healy e Sills (2003) apontam que o patrimônio têm vários criadores, objetivos e consumidores, e que o conceito de autenticidade assume diversos valores de acordo com as visões e interesses dos diversos atores envolvidos no processo de criação, interpretação e consumo de bens culturais.

McIntosh e Prentice (1999) consideram que o visitante de atrações culturais é o principal responsável pela construção da experiência e noção de autenticidade do bem visitado. A agenda pessoal de cada turista, carregada de signos e pré-concepções socialmente construídos, molda a forma como os objetos são vistos e a maneira através da qual são interpretados, num viés estritamente pessoal.

Ooi (2001) argumenta que a apresentação de elementos culturais e históricos em atrações turísticas é feita por mediadores culturais, que selecionam elementos que são mostrados a partir de pontos de vista e valores contemporâneos. Na visão dessa autora, gera-se aí uma “corrupção” no conteúdo de festivais e museus. O governo nacional de Singapura, por exemplo, utiliza os três principais museus do país para glorificar a atuação do partido político que está no poder desde 1959, promovido como principal responsável pelo sucesso econômico nacional e por uma suposta hegemonia cultural do país no sudeste asiático.

De acordo com Waitt (2000), a criação de atrações voltadas ao consumo turístico gera empreendimentos que promovem a história ou cultura de um lugar a partir de uma seleção parcial ou incompleta, manipulada por grupos de interesse econômico, social e político e promovida como experiências autênticas.

A criação, promoção e interpretação turística de The Rocks pelo Sydney Cove Redevelopment Authority (SCRA) demonstram a utilização de um sítio histórico recuperado pelo poder público como instrumento de afirmação de uma narrativa do passado eurocêntrica, patriarcal e oficial, que oculta a contribuição das mulheres, nativos e trabalhadores chineses no processo de construção nacional. Problemas recorrentes no início da colonização da Austrália, como doenças, epidemias, criminalidade e prostituição, também permanecem ocultos de forma deliberada em The Rocks (WAITT, 2000).

A promoção de The Rocks é baseada no conceito de autenticidade, mas os conceitos de “real” e “autêntico” são definidos através de uma interpretação hegemônica da história e cultura local elaborada por uma agência de governo.

Como coloca o autor:

[...] Unlike Disneyland, The Rocks does not trade on the fantasy of simulacra to entertain tourists. Instead, the SCRA employs the official European history of the location and the original building as if they are museum artefacts in order to substantiate claims of authenticity. The objective is to generate a seemingly authentic historical ambience specifically designed to help tourists relax and spend money in the shopping and entertainment facilities. The far more dangerous fantasy that the SCRA has successfully invented and marketed is a commodified version of the past set within the rhetoric of Eurocentric national imaginings. Nevertheless, the reverie is perceived by domestic and international tourists as highly authentic. (WAITT, 2000, p. 857).

A noção presente em autores como MacCannell e Boorstin de que a cultura local, isolada de influências externas como o turismo de massa e o avanço do capitalismo global, é pura e autêntica, repleta de significados para a população local, é contestada por diversos autores.

O desenvolvimento do turismo cultural tem o potencial de recuperar elementos culturais em vias de extinção, valorizar a cultura local e prover meios para grupos sociais marginalizados exercerem um papel ativo na construção da identidade local.

Jeong e Santos (2004), a partir do estudo de caso do Kangnung Dano Festival na Coreia, mostram como a resistência à introdução de elementos externos e promoção do festival como atração turística partem da elite política e econômica da região. Este pequeno grupo, ligado

por traços familiares, utiliza o festival como instrumento de controle social, excluindo grupos sociais e elementos culturais da política de representação da cultura local.

A pressão pela transformação do Kangnung Dano Festival em atração turística não tem origem em atores externos, mas em grupos sociais marginalizados nas representações culturais do evento, por motivos de religião, renda, origem social e gênero. Representantes destes grupos alegam que o fomento ao turismo e a introdução de elementos globais, como apresentações de música hip-hop americana, tornariam o evento mais inclusivo e autêntico. Como diz o representante de uma associação local de artistas:

A recent survey done by the city showed that most Kangnung citizens believe the main resources for the city economy should be culture and tourism. But we will never make it if we stick to the old and dead traditions... I don't think that the young generation believes in spiritual things such as holy mountains and oceans. Who cares? Then why don't we consider vibrant and dynamic culture in present Kangnung society. We can consider pop culture, hip-hop dance and rap music to attract young groups for the Dano festival. (JEONG; SANTOS, 2004, p. 652)

A presença de um número crescente de turistas pode promover a valorização da cultura local e o ressurgimento de tradições e elementos em vias de extinção em uma comunidade. Elementos consumidos pelos turistas podem sofrer um processo de valorização por parte da comunidade, na medida em que caracterizam a cultura local como singular e interessante para estrangeiros (BOISSEVAIN, 1996).

A valorização de aspectos da cultura local por parte de turistas leva muitas vezes os habitantes a uma nova interpretação de sua história e cultura. Elementos antes desprezados passam a ser valorizados, como responsáveis pela atração de visitantes e identificação da cultura local como algo único e de valor (DEITCH, 1989; BOISSEVAIN, 1996; ZARKIA, 1996).

A criação de narrativas e elementos culturais e históricos faz parte da estratégia de diversas regiões do mundo de fomentar o turismo cultural, em um mercado crescentemente competitivo. Em um mundo marcado pela globalização e homogeneização cultural, as tradições inventadas e reinterpretadas funcionam como elementos de diferenciação da oferta

turística e chamarizes para gastos de turistas necessários para prover a sobrevivência e equilibrar o balanço de pagamentos nacional.

Grande parte dos estudos sobre a interação entre turistas e nativos parte de três princípios. O primeiro é que os turistas têm uma cultura superior, e os nativos uma cultura frágil, mais suscetível a influências externas. O segundo é que as mudanças ocasionadas pela interação são geralmente destrutivas à cultura local, com perda de elementos singulares.

O terceiro princípio é que as mudanças promovidas pela interação entre turistas e nativos levam a cultura local a perder seus valores próprios e ingressar em um processo de homogeneização cultural, marcado pelo advento do capitalismo industrial e de uma economia orientada ao mercado (MCKEAN, 1989). Isto desconsidera a possibilidade de um papel ativo da população local na construção de interpretações turísticas, manutenção de características culturais próprias e seleção do que será vendido aos turistas, entre outros aspectos.

Medina (2003) analisa a recuperação de elementos da cultura maia no vilarejo de San Jose Succotz, em Belize, localizado perto das ruínas de uma antiga cidade maia.

A demanda por visitas guiadas pelas ruínas e artesanato de temática maia provocou a revalorização desta cultura em San Jose Succotz, até então em processo de desvalorização⁷⁶.

Em virtude de as fontes internas de informação ser inacessíveis ou estar extintas, sem possibilidade de recuperação, os habitantes locais recorrem a fontes externas para recuperar elementos da cultura maia, como livros acadêmicos e trabalhos de arqueólogos e historiadores nas ruínas perto da cidade. Estas informações são interpretadas de acordo com os interesses da comunidade e as demandas presumidas dos turistas, influenciados pela literatura promocional de grandes operadoras internacionais⁷⁷.

⁷⁶ Elementos culturais como o dialeto maia e a prática de rituais ligados à agricultura praticamente desapareceram da comunidade de San Jose Succotz.

⁷⁷ No caso do artesanato, instituições estrangeiras incentivaram a produção seriada de peças destinadas ao consumo turístico, com o objetivo dos habitantes locais conseguirem capturar parcelas do gasto dos visitantes em San Jose Succotz. Inicialmente, as peças reproduziam elementos encontrados em monumentos e ruínas do México e Guatemala, mas, a pedido dos turistas, as referências foram redirecionadas para as ruínas que se localizam perto do vilarejo de San Jose Succotz. Pesquisadores acadêmicos estimam que a indústria artesanal maia original entrou em colapso há aproximadamente mil anos atrás.

O caso de San Jose Succotz mostra como a atividade turística pode fomentar a valorização de elementos culturais em vias de extinção e vistos como indesejáveis por parte da comunidade local. Mostra também a diversidade de atores presentes na construção de um novo conceito de cultura maia: pesquisadores acadêmicos, habitantes locais, turistas, agências internacionais de desenvolvimento, operadoras de turismo, agências de receptivo, etc.

A participação de diversos atores internos e externos na recuperação e reinterpretação de elementos culturais maias⁷⁸ torna difícil definir o que é autêntico e tradicional, na medida em que influências externas ajudam a construir a cultura e história da população local. Antigos hábitos de desqualificar as origens indígenas passam então a ser condenadas pela população.

Chambers (2000) aponta que a questão da autenticidade está ligada não a critérios pré-estabelecidos do que venha a ser autêntico ou inautêntico, mas à autonomia da população local para decidir questões como padrão de desenvolvimento turístico em sua região, interpretação turística, etc. Neste sentido, a autora coloca:

We need to ask at this point whether there are any criteria by which we can usefully differentiate the authentic from the inauthentic. From my perspective, any such criteria would have to support the idea that authenticity is possible under the conditions of modernity. I remain unconvinced that the real is a thing of the past, or that the past was at any time more real than the present. Accordingly, my sense of the authentic is that it occurs under conditions in which people have significant control over their affairs, to the extent that they are able to play an active role in determining how changes occur in their social settings. [...] In this respect, a community that has the ability to decide to tear down all its historic buildings in order to construct a golf course for tourists is more authentic than is another community that has been prohibited by higher authorities from doing the same thing in order to preserve the integrity of its past. [...] All the same, it reflects upon my suggestion that without significant degrees of autonomy, any notion of authenticity is meaningless.” (CHAMBERS, 2000, p. 98-99).

Como diz Tucker (2001), analisando o turismo em Göreme, na Turquia, o controle da indústria turística por habitantes locais evita que os elementos culturais sejam interpretados e consumidos de forma isolada pela determinação de turistas e intermediários. A participação ativa da comunidade faz com que os desejos e visões dos turistas sobre Göreme sejam

⁷⁸ A própria classificação de elementos culturais como maias é uma questão aberta à discussão.

negociados com a identidade cultural dos habitantes do lugar, gerando atividades turísticas que respeitam o patrimônio natural e cultural da região.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável baseia-se no reconhecimento do desenvolvimento como fator essencial para suprir elementos necessários à vida das pessoas, ao mesmo tempo em que se preocupa em conservar condições para sustentar o desenvolvimento no futuro.

A definição de desenvolvimento sustentável da World Commission on the Environment and Development (WCED), da ONU, reflete a preocupação em conciliar crescimento econômico, no sentido de alcançar eficiência econômica na utilização dos fatores de produção, com a equidade entre grupos sociais presentes na sociedade atual (intrageneracional) e entre as gerações presentes e futuras (intergeracional). Como coloca a WCED: “[Sustainable development is] Development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own need.” (TOSUN, 2001, p. 290).

Os anos 1990 assistiram a um aumento de interesse pelo tema “desenvolvimento sustentável” na literatura sobre turismo, com a proliferação de conceitos sobre turismo sustentável⁷⁹. McKercher, com base em estudos de caso na Austrália, afirma que a falta de uma definição clara sobre este conceito faz com que o *trade* turístico australiano e movimentos conservacionistas advoguem propostas de desenvolvimento sustentável conflitantes entre si, agravando as diferenças entre os interessados no desenvolvimento e conservação das atrações naturais nacionais (GARROD; FYALL, 1998).

Butler fornece uma definição abrangente, que consegue captar as principais características do desenvolvimento turístico sustentável:

[...] sustainable development in the context of tourism could be taken as: tourism which is developed and maintained in an area (community, environment) in such a manner and at such a scale that it remains viable over an indefinite period and does not degrade or alter the environment (human and physical) in which it exists to such a degree that it prohibits the successful development and well-being of other activities and processes. That is not the same as sustainable tourism, which may be thought of as

⁷⁹ Garrod e Fyall (1998) apresentam oito definições de turismo sustentável presentes na literatura, bem como uma discussão sobre como implementar este conceito na prática.

tourism which is in a form which can maintain its viability in an area for an indefinite period of time. (TOSUN, 2001, p. 290).

A partir da necessidade de países, regiões e cidades desenvolverem formas de turismo sustentável em seus territórios, serão aqui analisados alguns problemas do padrão atual de desenvolvimento turístico presente em diversos destinos turísticos do mundo, com ênfase em questões como participação da população, degradação de bens culturais materiais e conflitos entre as áreas de turismo e cultura⁸⁰.

Muitas atrações turísticas constituem exemplos de bens comuns (*common pool resources*), sendo utilizadas por habitantes locais e turistas de forma concorrente. Os bens comuns, no mercado turístico, representam atrações cujo consumo ocorre sem custo para o *trade* turístico ou turistas de forma individual, fazendo com que não haja incentivo ao investimento em sua manutenção ou desenvolvimento.

Os bens comuns fazem com que o consumo por parte de um usuário reduza a utilidade de consumo por parte de outro usuário, em uma atração onde não é possível excluir pessoas do consumo (BRIASSOULIS, 2002).

A utilização de bens comuns gera o que na economia se denomina “tragédia dos condôminos”. Como os usuários não arcam com os custos sociais e econômicos advindos do consumo de um bem, e não há meios de excluir outros usuários deste processo, há o incentivo para aproveitar ao máximo o bem ou atração em questão, com a finalidade de maximizar a utilidade individual proveniente do consumo (VARIAN, 2003).

Não há incentivos para consumir menos da atração, já que ela está disponível ao consumo de todos. A decisão de um consumidor em não consumir acarreta o aumento da utilidade individual de outros usuários e pode não gerar nenhum benefício ao bem comum, já que outros usuários podem aumentar seu nível de consumo em resposta. Da mesma forma, nenhum usuário tem incentivos para investir na manutenção do bem comum, pois todos os outros consumidores se beneficiarão igualmente desse investimento.

⁸⁰ Alguns destes problemas encontram paralelo na discussão sobre autenticidade em turismo, como a participação da comunidade na interpretação turística e utilização de bens culturais materiais e imateriais como atrações turísticas. Nestes casos, a análise será resumida, pelo fato do referencial teórico e diversos casos já terem sido apresentados anteriormente neste tópico.

A praia é um bom exemplo de bem comum. Em qualquer lugar do mundo, ela é espaço público, sendo intolerável a proibição de acesso. A praia é consumida por turistas e habitantes de forma concorrente, como espaço de relaxamento, recreação e interação. A partir de determinado número de freqüentadores, a utilidade individual do consumo da praia diminui com a entrada de novos usuários, em virtude de problemas como congestionamento, falta de espaço na areia, poluição ou barulho.

A caracterização de atrações turísticas como bens comuns faz com que mesmo o *trade* turístico que depende destas atrações para a manutenção do fluxo de visitantes, acabe por não investir em sua manutenção. Isto resulta na destruição, por parte da atividade turística, de elementos necessários a seu próprio desenvolvimento. A utilização como atração turística da Igreja dos Santos Cosme e Damião em Igarassu é bom exemplo.

A igreja é explorada por diversas agências de turismo receptivo pernambucanas, que visitam o monumento no passeio à Ilha de Itamaracá. Ela encontra-se em bom estado de conservação, mas apresenta problemas em alguns elementos artísticos, como as talhas barrocas do altar principal.

Apesar de a igreja ser uma atração turística importante, nenhuma agência de turismo receptivo contribui com recursos para a conservação do monumento⁸¹. Sendo um bem comum, com entrada gratuita, não há maneira de impedir que alguém visite a edificação. Em alguns dias, há congestionamentos na igreja, quando dois ou mais grupos de excursão a visitam ao mesmo tempo.

Caso uma agência de turismo receptivo, como a MARTUR, decida investir recursos na recuperação das talhas barrocas do altar principal do monumento, os gastos nos serviços de restauração têm que ser compensados com uma maior tarifa no passeio à Ilha de Itamaracá, a não ser que a empresa aceite destinar parte de seu lucro a tais serviços⁸². Ao mesmo tempo, todas as outras agências de turismo receptivo, como a LUCK Receptivo, SEVAGTUR e Asa

⁸¹ Diversos integrantes do trade turístico pernambucano – agências de turismo receptivo, guias de turismo, donos de hotéis, entre outros – reclamam que a Igreja dos Santos Cosme e Damião está degradando-se, e que ninguém faz nada a este respeito.

⁸² Neste caso, o investimento em serviços de restauração assume natureza filantrópica.

Branca Turismo, serão beneficiadas com a recuperação de elementos artísticos do monumento, sem necessidade de investir um centavo na Igreja.

O aumento de preço no passeio à Ilha de Itamaracá leva a MARTUR a correr o risco de perder mercado para agências de receptivo concorrentes, que nada investiram, mas que se beneficiam do restauro e conseguem praticar menor preço de mercado. A empresa que investiu na manutenção da atração com características de bem público é assim prejudicada, por arcar sozinha com os custos e não conseguir impedir que os concorrentes igualmente se beneficiem.

Este problema poderia ser resolvido caso todas as agências de turismo receptivo concordassem em investir de forma idêntica na conservação da Igreja dos Santos Cosme e Damião⁸³. O problema é que, caso apenas uma empresa decida não investir, ela conseguirá beneficiar-se do investimento feito pelas outras, abaixar seu preço de mercado ou aumentar sua taxa de lucro. Isto gera um comportamento “free-rider”, em função do qual as empresas aguardam que outras agências de turismo receptivo executem os serviços de recuperação. No final das contas, todas esperam e nenhuma realiza o investimento necessário à recuperação dos elementos artísticos da Igreja dos Santos Cosme e Damião.

Há diversos casos nacionais e internacionais que demonstram que o *trade* turístico é incapaz de reverter processos de deterioração de atrações responsáveis pelo fluxo de visitantes, e muitas vezes é a origem desses processos. O Lago Tahoe foi poluído e teve sua fauna e flora destruídas pelos hotéis construídos em seu entorno, e as barreiras de corais de Barbados, no Caribe, estão sendo destruídas pelos esgotos sem tratamento adequado jogados ao mar pelos complexos turísticos. O hábito nativo de colher plantas e peixes para vender aos turistas colabora para deteriorar as barreiras de corais desta ilha (URRY, 1996).

A presença de fontes termais e uma paisagem considerada das mais bonitas do país gerou um desenvolvimento turístico acelerado em Pamukkale, na região da Capadócia, Turquia, em meados dos anos 1980. A abertura de diversos meios de hospedagem e crescente fluxo turístico arruinaram grande parte das atrações que sustentavam o turismo na região. A extração de água termal de fontes subterrâneas por hotéis e pousadas, bem como a utilização

⁸³ Este investimento poderia levar em conta capacidade financeira, participação de mercado, utilização do monumento como atração turística, entre outros fatores.

de vales e caldeirões para o depósito do lixo sólido produzido nestes equipamentos, gerou erosão e contaminação do lençol freático da região, colocando desafios para a manutenção da atividade turística no longo prazo (TOSUN, 2001).

A Igreja dos Santos Cosme e Damião, a mais antiga igreja remanescente do país, sofre com o excesso de fotografias com uso de *flash* a cada visita de grupos de excursão vindos do Recife e da Paraíba, sem que as agências de receptivo ou guias de turismo se preocupem em coibir a prática. A Catedral da Sé, em Olinda, sofre com a falta de recursos para a conservação de seus bens móveis anexos, mas os guias de turismo de agências, ou mesmo da cidade de Olinda, não se preocupam em incentivar a doação de dinheiro por parte dos visitantes nem coibir o *flash*.

Miller (2001), a partir da utilização da técnica Delphi, recolheu opiniões de diversos especialistas em turismo sustentável sobre o desenvolvimento dessa atividade. Foram considerados especialistas os que haviam publicado, nos dois anos e meio anteriores à pesquisa, artigos em quatro importantes periódicos sobre este tema: *Tourism Management*, *Annals of Tourism Research*, *Journal of Sustainable Tourism* e *Journal of Travel Research*.

Os especialistas indicaram que a indústria deveria ser o grupo mais responsável pelo fomento a práticas de turismo sustentável, mas a incapacidade de auto regulação e a pouca disposição do *trade* turístico em assumir tal responsabilidade fizeram com que os governos nacionais fossem escolhidos como os atores mais indicados para promover atividades de turismo sustentável.

Em muitos países subdesenvolvidos, turismo é um negócio controlado por interesses externos, na forma de grandes cadeias hoteleiras e operadoras de turismo multinacionais sediadas em países desenvolvidos (TOSUN, 2001). Em alguns países, essas empresas internacionais controlam o fluxo de visitantes, a hospedagem e programação de atividades, e até mesmo os crivos de interpretação de atrações e elementos da cultura local, em uma espécie de monopólio da experiência turística⁸⁴.

⁸⁴ Este controle externo do fluxo turístico ocorre também entre regiões de um mesmo país. As áreas menos desenvolvidas de países como México e Brasil têm seu desenvolvimento turístico guiado por empresas sediadas em regiões mais desenvolvidas do país, como será visto adiante.

A hegemonia de atores externos na promoção do turismo deve-se, em geral, à persistente falta de dinheiro e pessoal qualificado para desenvolver propostas de exploração em países e regiões menos desenvolvidas (TOSUN, 2000). A necessidade de desenvolver infra-estrutura básica, como aeroportos, estradas e sinalização turística, e equipamentos como hotéis, pousadas e restaurantes, obriga países e regiões pobres a fomentar a vinda de empresas estrangeiras e contrair empréstimos externos, para implantar obras de infra-estrutura, promover o novo destino turístico e importar conhecimento, na forma de consultores externos e trabalhadores estrangeiros⁸⁵.

Nash (1989) argumenta que os destinos turísticos se sujeitam às demandas dos centros emissores, que têm o poder de definir as atividades a ser realizadas no destino. Neste sentido, o autor argumenta que o desenvolvimento turístico consiste em uma forma de imperialismo, no qual os interesses de países desenvolvidos se impõem aos subdesenvolvidos, a partir de relações econômicas e de poder⁸⁶.

De acordo com Tosun (2001), há evidências que demonstram que as empresas multinacionais são as principais responsáveis pela promoção e direcionamento do desenvolvimento do turismo na Turquia, e que os investimentos em promoção turística do governo nacional têm um impacto pequeno sobre o fluxo de turistas que visitam o país. Números da Economic Intelligence Unit (EIU) mostram que mais de 55% de todos os turistas estrangeiros que visitam a Turquia na verdade compraram um pacote chamado “all inclusive”⁸⁷. A mesma fonte aponta que 60% de todos os turistas estrangeiros chegam ao país através de grandes operadoras internacionais.

Crystal (1989) aponta que o desenvolvimento turístico de regiões como Bali, Java, Sumatra e Toraja foram iniciativas do governo central, aliado a grandes cadeias hoteleiras, operadoras

⁸⁵ A necessidade de recursos externos é acentuada pelo desenvolvimento de propostas de turismo de massa em diversas regiões subdesenvolvidas do mundo, dentro de estratégias de gerar divisas para equilibrar o balanço de pagamentos nacional. Em muitos casos, o desenvolvimento de propostas de turismo de massa parte de consultores externos e agências internacionais de desenvolvimento.

⁸⁶ Segundo este autor, a face mais visível deste imperialismo é a criação de áreas turísticas, voltadas à satisfação das necessidades e expectativas dos turistas. A Costa do Sol, na Espanha, não pode ser compreendida sem se levar em conta os interesses dos turistas do norte da Europa, de acordo com Nash.

⁸⁷ Pacote de viagens que inclui passagens aéreas, traslados, pensão completa e passeios de receptivo.

de turismo e companhias aéreas internacionais, dentro da estratégia de gerar recursos externos à modernização do país, a partir do início dos anos 1960. As comunidades de regiões transformadas em produtos turísticos não tiveram o poder de decidir se queriam ou não participar, ou de que forma se daria o desenvolvimento.

A exploração turística em Toraja é desenvolvida por atores externos à comunidade: os turistas vêm à Indonésia através de grandes operadoras internacionais, compram passeios a Toraja de agências de receptivo sediadas em Jakarta, hospedam-se em Makassar, capital da província, e são acompanhados por guias procedentes de várias regiões do país. A população local acha que o turismo em Toraja possibilita altos lucros a empresas sediadas em Jakarta e quase nada à comunidade de Toraja, onde se desenvolve a atividade (CRYSTAL, 1989).

Desenvolvido por elementos externos à comunidade, o turismo levou à perda de elementos culturais importantes de Toraja. O fomento ao turismo não foi acompanhado por uma política de preservação e resguardo do patrimônio local. O caso mais emblemático são os *tau tau*, estátuas funerárias que reproduzem antepassados dos habitantes, valorizadas pela população local e formalmente reconhecidas como patrimônio cultural da região pelo governo nacional.

O aumento do fluxo turístico, em meados dos anos 1970, gerou a perda de muitos *tau tau* em diversos sítios históricos de Toraja. Diversas estátuas foram queimadas, destruídas ou mutiladas por turistas, como parte de sua “experiência de viagem”. Muitas foram roubadas por colecionadores europeus e americanos, impressionados com sua beleza. Em 1985, muitos *tau tau* já eram vendidos por US\$ 6,000.00 em Los Angeles.

Em sítios históricos como Londa, todas as estátuas tinham sido destruídas ou saqueadas em meados dos anos 1980, e em Santelmo, principal sítio histórico da região, diversos *tau tau* desapareceram. A pena máxima para ladrões de *tau tau*, até meados dos anos 1980, havia sido de três meses de prisão. Crystal (1989) aponta que o desenvolvimento de infra-estrutura e fomento ao turismo, sem uma política clara de preservação do patrimônio cultural local, gerou a perda irreversível de artefatos e manifestações culturais importantes à população.

Hale (2001), analisando o desenvolvimento turístico e as representações em torno do patrimônio na região de Cornwall, afirma que os habitantes locais sempre consideraram a

atividade um domínio de “estrangeiros”⁸⁸. A maior parte dos negócios turísticos é de propriedade de pessoas de fora da região, e a administração de postos de informação turística e edificações, eventos, festivais e centros de interpretação patrimonial, que são atrações, é feita por entidades sediadas em Londres, como o National Trust e o English Heritage. Dessa forma, os habitantes locais sentem-se excluídos dos benefícios do turismo, da interpretação da cultura local e do controle do fluxo de visitantes⁸⁹.

A distribuição de um panfleto em um evento no Restormel Castle, organizado pelo English Heritage em 1999, ilustra bem o repúdio da população local à interpretação turística de elementos da cultura local feito por entidades sediadas em outras partes do Reino Unido:

English Heritage under the watchful eye of English propagandists, carry out their own form of HOLOCAUST DENIAL in order to remove the Cornish dimension from British history. You will not have read about these events before because, like so many aspects of history that show England in a less than flattering light, they are removed from school textbooks by the English National Curriculum's politically controlled culture policy. By presenting faked historical accounts Anglo-extremists can reinforce belief in English monarchical perfection and project a virtuous image of the English state religion. Yet it is a dangerous game for such measures fuel the fires of belligerent English nationalism. (HALE, 2001, p. 190).

A atividade turística em diversas regiões do Brasil é controlada por interesses radicados fora delas. A secretária municipal de turismo de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, afirmou que o turismo na cidade não gera praticamente nada à população local. Os turistas chegam na cidade em ônibus de turismo de operadoras como CVC Viagens e TAM Viagens, visitam o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos e compram lembranças e artigos religiosos nas lojas ao redor do monumento, de propriedade de comerciantes do Rio de Janeiro e São Paulo⁹⁰.

⁸⁸ O termo “estrangeiro”, neste caso, aplica-se a outros habitantes do Reino Unido, inclusive ingleses.

⁸⁹ Hale (2001) levanta a questão da representação de Cornwall pela indústria turística, English Heritage e National Trust apresentar elementos neocolonialistas, satisfazendo as expectativas e desejos de turistas de outras partes do Reino Unido e do mundo.

⁹⁰ Diálogo ocorrido no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em São Paulo, no início de junho de 2005. A secretária municipal aponta como principal problema o controle da quase totalidade do fluxo turístico por operadoras de turismo, que não se preocupam em levar os turistas para outros pontos de interesse da cidade, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ou de venda de artesanato local. Ela diz que a prefeitura não consegue ter acesso aos turistas nem para distribuir o material promocional da cidade, dado o controle exercido pelos guias de turismo das agências de receptivo que trabalham para as grandes operadoras de turismo nacionais.

A promoção do turismo no Nordeste é outro exemplo de desenvolvimento promovido por atores externos, localizados nas regiões mais desenvolvidas do país. As grandes operadoras sediadas no Rio e São Paulo promovem o destino de acordo com seus interesses, vendendo uma imagem composta por praias paradisíacas, noites agitadas, clima festivo, povo hospitaleiro e possibilidade de o turista embarcar em um novo padrão de moralidade⁹¹.

Um gerente de produtos da Flytour Travel Operator diz:

Eu acho que o turismo cultural [na Região Nordeste] não se desenvolve porque a beleza natural sobressai-se muito mais do que a parte histórica. [...] Então, é mais fácil vender o que já está lá pronto, que não precisa de nenhum enriquecimento cultural para se vender, do que treinar, colocar gente capacitada, comprometida com a natureza e integrada à parte histórica. Por exemplo, Porto Seguro deveria ser o alvo em relação à cultura e a história do Brasil. Você tem Santa Cruz Cabralia, onde tudo começou. A parte histórica deveria ser o mais importante, mas o que se vende é molecada de estudante, que pouco se interessa que ali começou o Brasil. Eles vão para lá porque se vendeu uma idéia de que ali é o Caribe brasileiro, onde é tudo liberado e há festa todo dia. (Entrevista em São Paulo, 06.06.2005).

A representação do Nordeste, no material promocional e na propaganda de grandes operadoras sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro, ressalta suas belezas naturais (praias com areias brancas e profusão de coqueiros, barracas e jangadas), hotéis com piscinas e palhoças e mulheres bonitas, geralmente em traje sumário.

Há quase nenhuma diferença na promoção dos diversos destinos turísticos da região, vendidos segundo a fórmula “sol, mar e praia”. Quando há, a diferenciação resume-se a uma

De acordo com Brito (2002), o patrimônio ainda não é visto como um recurso efetivo para o desenvolvimento local por parte dos habitantes de Congonhas do Campo.

⁹¹ Mesmo turistas que não viajam através de operadoras de turismo são alvos das imagens construídas por estas organizações, através da propaganda, contatos com outras pessoas que utilizaram os serviços destas empresas, etc.

De acordo com Sá (2002), a divulgação turística do Brasil no exterior fomenta a prática do turismo sexual no país. A autora cita como exemplo a folheteria da EMBRATUR que, em dado período, enfatizou a sensualidade da mulher brasileira para atrair turistas internacionais, com fotos de garotas usando tangas ou biquínis “asa delta”. A propaganda de televisão da operadora de turismo BRA, por exemplo, mostra mulheres em trajes sumários em praias da Região Nordeste, bem como “professoras” de dança ensinando turistas ritmos “locais” marcados pela sensualidade.

ou outra foto com seus marcos principais, como o Forte dos Reis Magos, em Natal, a Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo, em Olinda, ou o Pelourinho, em Salvador⁹².

A alienação da população local no que tange ao desenvolvimento turístico é outra característica de países subdesenvolvidos. Entre vinte e cinco planos de desenvolvimento turístico pesquisados pela OMT, apenas um contemplava a participação popular por meio de consultas a residentes em áreas turísticas, em Sri Lanka. Entretanto, a implantação do plano não efetivou esta proposta de participação local, que existiu apenas no papel (TOSUN, 2000).

Governos nacionais estabelecem planos e estratégias para desenvolver regiões de turismo, sem se preocupar em envolver ou consultar a população local sobre o processo. A República do Chipre, no início dos anos 1990, estabeleceu um plano para atividades de ecoturismo e turismo alternativo na Península de Akamas, região periférica e subdesenvolvida do país. Foram contratados consultores nacionais e estrangeiros para desenvolver o Blue Plan, que contou com a participação do Banco Mundial, United Nations Development Program, European Investment Bank e Commission of the European Communities (IOANNIDES, 1995).

A população local foi excluída das discussões, por ser considerada inepta a opinar sobre turismo na própria região em que vive. Um dos planejadores responsáveis pelo Blue Plan afirmou que apenas técnicos treinados estariam aptos a pensar propostas de turismo sustentável para a península. Sobre a participação local, disse: “If we leave it for the community to decide what’s best, all we’ll have is chaos.” (IOANNIDES, 1995, p. 590).

O Blue Plan visava criar reservas naturais na Península de Akamas, inclusive em extensas áreas do litoral, impedir a construção de hotéis de médio e grande porte e fomentar atividades tradicionais, como a produção de mel e leite de cabra e ovelha.⁹³ A população local

⁹² Não se pretende, neste tópico, fazer uma análise detalhada do modo de operação das grandes operadoras de turismo nacionais, do processo de formação da imagem da Região Nordeste e da influência de atores da região no desenvolvimento turístico.

Pretende-se, apenas, demonstrar como o padrão de exploração turística de regiões subdesenvolvidas do Brasil sofre influências de atores localizados em partes mais desenvolvidas do país, que escapam ao controle de governos e comunidades locais.

⁹³ O desenvolvimento projetado era de baixa escala, com a previsão de disponibilizar 500 leitos para 10.000 turistas por ano em 2010.

considerou a proposta ruim para os habitantes, pois restringia a atividade turística na península e, na visão deles, os mantinha em um estágio atrasado só para o fascínio e divertimento de turistas oriundos de outros países e das regiões desenvolvidas da República do Chipre⁹⁴.

As pressões dos habitantes e proprietários de terras de Akamas fizeram com que o Blue Plan não fosse implementado. O bispo de Paphos, representante da Igreja do Chipre na região, detentora de 10% das terras em Akamas, deixou claro que não seria difícil congregiar os habitantes locais a fazer uma demonstração contra o governo e, caso fosse necessário, “estragar” todas as terras de propriedade da igreja.

Além do Blue Plan não ser implementado, as discussões e polêmicas sobre o plano atraíram a atenção de vários turistas nacionais e estrangeiros, que passaram a frequentar a Península de Akamas em busca de algo diferente do que é encontrado no restante da República do Chipre. De acordo com Ioannides (1995), isto vem acarretando diversos problemas ao patrimônio natural e cultural da região.

A falta de informações sobre a atividade turística é outro obstáculo à participação da comunidade neste processo. Tosun (2000) argumenta que o Ministério do Turismo e órgãos ligados à autorização e concessão de incentivos a empreendimentos turísticos não são acessíveis à maior parte da população residente em destinos turísticos da Turquia, mas atendem com primazia às elites econômicas nacionais e investidores estrangeiros.

O turismo desenvolvido em muitos destinos tradicionais do Brasil é um elemento estranho a grande parte da população local. O exemplo de Congonhas do Campo, visto anteriormente, mostra como os habitantes têm pouca interação com os visitantes, em virtude do controle exercido pelas operadoras de turismo e agências de receptivo.

⁹⁴ O padrão de desenvolvimento turístico das áreas litorâneas da República do Chipre era visto, pelos habitantes de Akamas, como principal responsável pela riqueza e desenvolvimento presente nestas áreas.

Outro ponto de conflito é que, na mesma época em que foi elaborado o Blue Plan, o governo nacional estudava propostas de criar campos de golfe para fomentar o turismo em outras regiões da República do Chipre, apesar dos crônicos problemas de falta d'água do país.

Maxi Oliveira, diretor de promoção e eventos da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes de Igarassu, resume o que significa turismo para os habitantes da cidade: “O problema, na verdade, é que... [silêncio] O turismo ainda é tido, para a população de Igarassu, como um bicho-papão.” (Entrevista em Igarassu, 05.07.2005).

Esta falta de informações sobre a atividade turística é encontrada também no Recife, uma das cidades mais visitadas do Brasil. O conselho municipal de turismo, formalizado no final dos anos 1980, nunca saiu do papel. A atual proposta, elaborada pelo Instituto ADM&TEC⁹⁵, prevê a participação de quatro tipos de atores:

- a) entidades privadas que atuam no turismo receptivo ou que contribuem para o fortalecimento do setor na cidade;
- b) entidades públicas federais, estaduais e municipais que possam contribuir com o desenvolvimento do turismo na cidade do Recife;
- c) representantes do governo municipal;
- d) personalidades de reconhecido conhecimento sobre turismo na cidade do Recife, de livre escolha do prefeito da cidade.

A proposta do novo conselho municipal de turismo e o Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife ilustram bem a falta de participação da população local nas políticas públicas de turismo da PCR. Não há participação de nenhum responsável por bem cultural

⁹⁵ Este instituto, de propriedade de um ex-presidente da EMPETUR, elaborou o Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife e mais de dez outros estudos e pesquisas sobre turismo para a PCR, entre 2001 e 2005. Todos os trabalhos foram feitos com dispensa de licitação, e renderam mais de R\$ 3.500.000,00 ao Instituto ADM&TEC. Nenhum deles foi disponibilizado ao público, com exceção do último projeto, sobre as consequências dos ataques de tubarões ao fluxo turístico no Recife. Deste, apenas os resultados, de forma sumária, foram discutidos com o *trade* turístico.

Cabe destacar que alguns trabalhos, que custaram centenas de milhares de reais à PCR, consistem de revisões sumárias da literatura ou propostas normativas, sem embasamento teórico ou comparações com experiências nacionais ou internacionais. A quase totalidade de propostas e projetos constantes dos diversos documentos produzidos à PCR nunca saíram do papel.

O projeto “Estudo sobre a potencialidade turística do Pólo Médico da Cidade do Recife” reflete o padrão de qualidade dos trabalhos do instituto. Para medir a qualidade do pólo médico da cidade do Recife, e sua importância dentro do país, as entrevistas foram feitas exclusivamente com quarenta e cinco profissionais que trabalham em unidades de saúde do Recife, que classificaram a cidade como detentora do segundo pólo médico mais importante do país, atrás apenas de São Paulo. A PCR utiliza esta pesquisa para provar e afirmar a importância do pólo médico recifense no Brasil.

edificado⁹⁶ nem de representantes de comunidades atingidas pelo turismo⁹⁷, como as do Bairro do Recife, Brasília Teimosa ou Pina.

Entrevista com Carlos Braga, secretário adjunto de turismo e esportes da PCR, mostra que há muitos projetos e diálogo constante com as grandes agências de turismo receptivo locais, como a LUCK Receptivo e MARTUR. Já no que diz respeito a eventuais contatos entre PCR e responsáveis por bens culturais edificados, Carlos Braga questiona a necessidade:

Sinceramente, André, eu não sei explicar porque este pessoal não foi ouvido. Foram ouvidas as pessoas que trabalham na captação e permanência do turista aqui dentro. Com estas pessoas, nós combinamos as formas de atrair turistas, os mercados a serem trabalhados e o que oferecer dentro da cidade, nos aspectos culturais, históricos, gastronômicos e lúdicos. Agora, ir a um... eu não sei nem como é que se chama, se é um sacerdote ou responsável, não. Não houve este trabalho.

Perg.: Você não acha que esta falta de diálogo pode ser um problema grande para este projeto [roteiros a pé pelo centro do Recife]? Você sabe que o exemplo internacional mostra que isto é uma das coisas que fazem projetos como este não darem certo?

Resp.: Pode até ser, mas eu, sinceramente... eu acho que... [Silêncio] Posso até considerar que houve uma falha, vamos supor, em não procurar os responsáveis por estas igrejas e monumentos, mas não todos. [...] Agora, eu vou inverter e te fazer uma pergunta: o que estes responsáveis sentiram com isto, acham que foi uma falha, que foi um desrespeito, ou o que nós poderíamos adquirir de mais conhecimento ou crescer em informações, se nós tivéssemos ido lá e conversado com eles? (Entrevista no Recife, 07.07.2005).

Mayse Cavalcanti, diretora geral de turismo da cidade do Recife, deixa clara a falta de participação da população local nas políticas de turismo da PCR:

Perg.: Como a população local participa do desenvolvimento do turismo na cidade? O projeto de revitalização retirou do Bairro do Recife parte da população local, de baixa renda e com grande número de prostitutas. Qual é a participação da comunidade do Pilar no desenvolvimento do Bairro do Recife?

⁹⁶ Com exceção da participação de representantes do Arquivo Histórico Judaico, responsável pela Sinagoga Kahal Zur Israel, nas discussões sobre o Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife.

⁹⁷ Com exceção da participação de representantes da Sociedade Cultural Iputinga – Bairro dos Artistas nas discussões sobre o Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife.

Resp.: [Insegurança ao falar] Eu só conheço o orçamento participativo, que é a maneira que a população tem de participar mais ativamente da esfera governamental. A Secretaria de Turismo e Esportes não mantém nenhum contato com as comunidades. (Entrevista em São Paulo, junho de 2005).

Peck e Lepie (1989) dizem que a atividade turística não gera benefícios uniformes para toda a população. Em comunidades do Estado da Carolina do Norte, por exemplo, a população negra não consegue beneficiar-se das oportunidades advindas do desenvolvimento do turismo, trabalhando nas linhas de processamento de crustáceos da região. Ao mesmo tempo, esta população é obrigada a arcar com os custos advindos da presença de visitantes, como aumento da inflação (provocada pelo aumento da demanda, em virtude do consumo turístico) e de impostos provocado pela necessidade manter a infra-estrutura turística, como sistemas de esgoto sanitário e atrações.

A comunidade do Pilar não conseguiu beneficiar-se da valorização do Bairro do Recife iniciada nos anos 1990, em virtude da baixa escolaridade e estigmatização social, mas viu diversos pequenos negócios instalados na Rua do Bom Jesus e entorno, que supriam bens e serviços populares, serem fechados e em seu lugar aparecerem bares e restaurantes voltados a um público afluyente, composto por turistas e recifenses de outras regiões da cidade.

Em muitos países subdesenvolvidos, a regulação e o fomento público à atividade turística baseiam-se em práticas que contribuem para a exclusão da população local e deterioração do patrimônio natural e cultural dos destinos turísticos.

Ioannides (1995) aponta que a política de desenvolvimento turístico da Costa Rica restringe as oportunidades de participação das comunidades locais. As leis de incentivo a empreendimentos turísticos apoiam equipamentos com padrões mínimos de tamanho, o que exclui pequenos negócios montados por habitantes locais, tornando-os menos competitivos no mercado. A demarcação de reservas ecológicas para a prática de ecoturismo restringe atividades tradicionais da população local nas áreas protegidas, como coleta, caça e pesca, sem que sejam dadas compensações ou possibilidades de ingressar no mercado de trabalho de turismo.

As linhas de financiamento ao turismo na Região Nordeste tradicionalmente privilegiaram a implantação de grandes equipamentos, como hotéis e *resorts* de luxo a beira mar em capitais

e balneários⁹⁸. O Banco do Nordeste (BN), através do programa Cresce Nordeste Turismo, oferece linhas de financiamento para a implantação de hotéis, agências de receptivo, restaurantes e empresas de transporte, entre outros empreendimentos, mas a necessidade de oferecer elevadas garantias para ter acesso aos empréstimos do banco torna-os acessíveis a uma pequena parcela da população nordestina⁹⁹.

As políticas públicas de países subdesenvolvidos baseiam-se, de forma geral, no fomento ao turismo de massa, dentro da necessidade de gerar recursos externos para financiar projetos de modernização nacional ou equilibrar o balanço de pagamentos. Isto faz com que órgãos públicos de turismo meçam o desempenho do setor e o grau de sucesso da intervenção governamental através de indicadores como número de empregos (diretos e indiretos) gerado, impacto no crescimento econômico nacional e número de turistas internacionais em visita ao país¹⁰⁰ (TOSUN, 2001).

O discurso de integrantes do Ministério do Turismo no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em junho de 2005, ilustra bem a preponderância conferida a evidências como o número de turistas estrangeiros no Brasil, em relação a discussões sobre a participação da população no turismo ou a sustentabilidade do atual padrão de exploração do patrimônio natural e cultural. Durante todo o evento, em tom triunfal, diversos integrantes do Ministério do Turismo (MTur) afirmaram que nunca se atraiu tanto turistas ao país, com a geração de 1,2 milhão de novos empregos com a atividade no governo Lula, e recordes no fluxo internacional de turistas e receitas externas advindas da atividade em 2005¹⁰¹.

⁹⁸ Muitos hotéis construídos (além de outros não construídos) em cidades como Salvador, Fortaleza e Recife contaram com generosos incentivos da SUDENE, nos anos 1970, 1980 e 1990.

⁹⁹ De acordo com Neusa M. A. Silva, promotora de investimentos do Banco do Nordeste, a instituição exige que o investidor apresente ativos passíveis de hipoteca ou alienação já na consulta do projeto, em valor não inferior a 100% do financiamento requerido. A entrevista foi feita em São Paulo, no início de junho de 2005, durante o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil.

¹⁰⁰ Em países com grande mercado turístico doméstico, como Brasil, Índia e Rússia, o aumento do fluxo interno também é importante.

¹⁰¹ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando assumiu a presidência da república, colocou como meta do governo atrair nove milhões de turistas até 2007.

Outros temas, ligados a questões como sustentabilidade, autenticidade, participação da população local, impactos da atividade no patrimônio natural e cultural, turismo sexual, entre outros, tiveram espaço reduzido e, em certo sentido, periférico no evento.

Em Pernambuco, a evolução do número de turistas que visitam o estado e cidades como o Recife e Ipojuca (Porto de Galinhas) ocupa o maior espaço destinado ao assunto na imprensa local, bem como nas entrevistas com membros do *trade* turístico, como José Otávio de Meira Lins, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/PE), e Danilo Távora Pedrosa, ex-presidente do Recife Convention & Visitors Bureau (RCVB)¹⁰².

A captação de vôos *charter* internacionais, e a comparação com o melhor desempenho de estados vizinhos como Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, são os principais pontos de discussão e móveis de luta entre governo estadual, imprensa e *trade* turístico¹⁰³. José Otávio de Meira Lins, presidente da ABIH/PE, afirma que a saída de Tom Uchoa da presidência da EMPETUR, no final de 2004, deveu-se à sua inabilidade em atrair mais vôos *charter* para Pernambuco:

O conflito entre as duas entidades [EMPETUR e ABIH/PE] já era latente, em virtude de todas estas notícias de vôos [*charter*] que não se concretizavam. [...] Eu fiz um pacto de silêncio com Tom Uchoa, [segundo o qual] ele não colocaria mais nenhuma notícia no jornal. Mas ele não pôde deixar de colocar estas notícias nos jornais, porque ele tinha que sair bonito na foto para o governador Jarbas Vasconcelos. Até que, um dia, eu recebi um telefonema do Jornal do Comércio dizendo que nós tínhamos caído ao quarto lugar na chegada de estrangeiros¹⁰⁴, e perguntando, “A quem o senhor responsabiliza por isto?”, e eu respondi, “A EMPETUR. Se nós já fomos o segundo, já fomos até o primeiro, quando o aeroporto da gente era o melhor do Nordeste e funcionava como o portão de entrada, por que nós estamos em quarto? Culpa da EMPETUR.” Os números da EMPETUR são mentirosos, os números da Infraero são os únicos que não mentem. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

¹⁰² Ambos são proprietários de hotéis no Bairro de Boa Viagem, na cidade do Recife.

¹⁰³ O Jornal do Comércio fez uma série de mais de quinze reportagens, entre 21 de fevereiro e 25 de maio de 2005, denominada “Pernambuco: roteiro do descaso”, com a finalidade de apontar problemas ao desenvolvimento do turismo no estado, como ausência de infra-estrutura, falta de união do *trade* turístico e baixa capacidade institucional de órgãos públicos estadual e municipais de turismo. Uma das principais justificativas para retratar o Estado de Pernambuco e a cidade do Recife como destinos turísticos decadentes é a baixa captação de vôos *charter* internacionais, em comparação com o desempenho da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

¹⁰⁴ Trata-se do número de estrangeiros provenientes de vôos *charter*.

As ações de promoção da EMPETUR e da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR são voltadas ao fomento do turismo de massa, com o objetivo de atrair o maior número possível de visitantes. Parece não haver um público-alvo desejado; o esforço promocional concentra-se em grandes operadoras de turismo nacionais e internacionais, sem iniciativas voltadas ao consumidor final. O que importa, ao que parece, é o número total de turistas que visitam Pernambuco, independentemente do gasto médio diário, número de pernoites ou outras características do fluxo turístico.

José Otávio de Meira Lins, presidente da ABIH/PE, ironiza a indefinição de um público-alvo na promoção turística da EMPETUR:

Falta de planejamento estratégico: qual é o planejamento estratégico que a EMPETUR tem? Vá na EMPETUR e pergunte, não há nenhum! [...] Não se sabe o que é que nós queremos, qual é o mercado-alvo de Pernambuco. Só falta a EMPETUR ir ao Afeganistão captar um turista. [...] Se nós trabalhássemos os Estados vizinhos do Nordeste, já que o turista pode vir de carro, o mercado de São Paulo, que é um mercado cativo, e o mercado português, além de um mercado próximo ao português, que possa utilizar a malha aérea da TAP, única malha aérea internacional que Pernambuco possui, já seria ótimo. E o que chegar de voo *charter* é ótimo também, mas sem que seja gasto muito dinheiro nisto¹⁰⁵. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Questionada sobre a promoção turística da EMPETUR, Ana Beatriz Farias, assessora do diretoria comercial, discorre sobre as feiras de que a entidade participa anualmente:

Nós participamos das feiras internacionais, de acordo com o calendário de feiras internacionais elaborado pela Federação dos Conventions Bureaux, em conjunto com a EMBRATUR, [para definir aquelas de] que nós iremos participar durante o ano. [...] A inscrição em cada evento depende do nosso interesse e do *trade* turístico de Pernambuco. [...] Estando nestas feiras,

¹⁰⁵ A atração de vôos *charter* gera custos para os governos estaduais e municipais, pois as empresas de turismo requisitam recursos para viabilizar os vôos, em geral para atividades de publicidade e propaganda do destino assim como do voo *charter* como produto.

A operadora Blue Brazil, por exemplo, recebeu R\$ 500.000,00 da EMPETUR para viabilizar vôos *charter* de Nova York a Pernambuco, que nunca foram efetivados. A denúncia foi feita por funcionários da própria EMPETUR, insatisfeitos com ameaças de corte de funcionários, conforme matéria em 10.06.2005, no Jornal do Comércio.

Não é possível comparar os gastos com a atração de vôos *charter* e com a participação em feiras e eventos com a promoção dirigida ao público final, pois são informações tidas como confidenciais pela EMPETUR.

surgem operadoras que tem o interesse em fazer um trabalho, geralmente é assim. Por exemplo, existe o plano básico, a partir do qual nós sabemos de quais feiras nós iremos participar...

Perg.: Quais são as feiras-alvo, e os principais públicos-alvo?

Resp.: Há quatro feiras básicas: a Bolsa de Turismo de Lisboa, a FITUR, que é a Feira de Turismo de Madri, a BIT, que é a Bolsa Internacional de Turismo de Milão, e a IBB, que é na Alemanha, em Berlim. Estas quatro são quase que obrigatórias. Destas quatro feiras, aquela em que nós temos maior volume de contatos e de participação é a de Lisboa, em Portugal. Nós fazemos um trabalho de divulgação do produto e de captação de novos investidores para Pernambuco nestas feiras.

Perg.: Quais são as outras atividades de promoção turística no exterior e no mercado nacional?

Resp.: Além destas quatro feiras, estamos indo para uma na Holanda, que é um mercado novo para a gente. A TUI, maior operadora de turismo do mundo, está com um voo *charter* semanal para cá, e com capacidade para aumentar isso. Não queremos que fique em apenas um voo. Este ano será o ano do Brasil na Europa, faremos um evento grande na França [...] O trabalho nacional consiste na participação da EMPETUR nas maiores feiras do país; a CVC faz uma grande feira de turismo, é a primeira de que a EMPETUR participa, logo no início do ano. Uma grande parte do *trade* turístico participa, como hotéis, serviços e receptivo de cada Estado. [...] É uma feira para os vendedores do produto, para as pessoas que trabalham nas agências. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Sobre as críticas à EMPETUR, originadas de setores do *trade* turístico pernambucano e da imprensa de turismo, a atração de vôos *charter* internacionais é o principal argumento de Ana Beatriz Farias para defender o órgão público e sua diretoria:

Há erros e acertos, mas, com certeza, conseguimos acertar muito. Nós temos também os vôos *charter*, captados pela promoção, que já fazem uma grande diferença no Estado: daí Porto de Galinhas lotado, o carnaval também terá muita gente. O desafio ainda é trazer o turista para ficar mais no Recife, mas a cidade tem o perfil de cidade urbana, que não atrai mais o turista de lazer. [...] Tom Uchoa ficou dois anos à frente da EMPETUR; o crescimento na captação de vôos *charter* que nós sentimos agora é fruto do trabalho dele, junto com o diretor comercial Francisco Rosário e o envolvimento dos técnicos. Foi um trabalho muito interessante, que nós estamos colhendo os frutos agora. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Carlos Braga, secretário adjunto de turismo e esportes da PCR, resume a promoção turística do Recife à participação de feiras e eventos. Questionado sobre as principais ações de divulgação turística da cidade, responde:

Dentro da nossa capacidade de recursos, a gente trabalha o calendário da EMBRATUR, em parceria com a EMPETUR e diversos órgãos. São as quatro feiras internacionais tradicionais – BTL, FITUR, ITB e outra –, a FIT na Argentina e as feiras mais importantes nacionais: ABAV, AVIESTUR e *workshops* de operadoras de turismo como a CVC, Shangri-la e Urbi et Orbi. Nós organizamos os *workshops* “Pernambuco visita Brasil”, em parceria com a EMPETUR e o RCVB. [...]

Perg.: Sim, mas são ações muito mais voltadas ao intermediário do que ao público final...

Resp.: Sim, para o agente de viagens e a operadora de turismo. [...] Na parte de feiras, eu posso dizer-te que a secretaria tem um orçamento de R\$ 500.000,00 anual¹⁰⁶. A parte de publicidade varia muito. (Entrevista no Recife, 07.07.2005).

A criação de enclaves turísticos é uma alternativa de política pública presente em diversos países subdesenvolvidos, como, por exemplo, o México. Cancún, uma pequena aldeia de pescadores até 1967, foi desenvolvido como um complexo planejado de hotéis e outros empreendimentos voltados ao mercado turístico internacional, contado hoje com mais de dez mil quartos e 2,3 milhões de turistas por ano (PICK; HETTRICK; BUTLER, 2001).

A criação de enclaves turísticos voltados ao mercado turístico internacional continua sendo uma das prioridades da política econômica e turística mexicana¹⁰⁷. O projeto Bahías de Huatulco, mais recente complexo turístico criado pelo governo federal no litoral mexicano, prevê a criação de trinta mil quartos de hotel e dois milhões de turistas por ano em 2018, quando estiver completamente implantado (PICK; HETTRICK; BUTLER, 2001). A pequena cidade que existia na área do complexo foi obliterada, e os habitantes removidos para uma vila recém construída pelo governo mexicano. Coincidência ou não, ela localiza-se atrás de uma colina, não sendo visível aos turistas que se hospedam nos hotéis do novo complexo.

Paiva (1995) aponta que muitos destes enclaves turísticos geram poucos benefícios à população local, já que os mais importantes equipamentos e serviços turísticos são

¹⁰⁶ A previsão de orçamento da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR é de R\$ 1,5 milhão em 2005.

¹⁰⁷ Cumpre ressaltar que um enclave turístico não consiste apenas de um conjunto de *resorts* e hotéis de alto padrão, mas de uma área onde todo o consumo turístico é planejado e controlado. Em geral, a implantação de enclaves turísticos por órgãos governamentais envolve a remoção da população local e o acesso controlado à zona de desenvolvimento turístico por parte de turistas, trabalhadores e habitantes locais.

controlados por empresas estrangeiras. Citando o caso do México, ela diz que os benefícios à população local são ainda mais reduzidos, em virtude das empresas internacionais empregarem trabalhadores estrangeiros. Tosun (2001) aponta que a possibilidade da indústria turística ter até 20% de seu corpo funcional composto por estrangeiros representa uma das fontes de exclusão da população local dos benefícios gerados pelo turismo na Turquia¹⁰⁸.

O PRODETUR/NE concentrou seus investimentos no Estado de Pernambuco em duas propostas de produtos turístico, ambas desenvolvidas através do conceito de enclave turístico: Bairro do Recife (Rua do Bom Jesus e arredores) e Centro Turístico de Guadalupe. Esta segunda área faria parte do Projeto Costa Dourada, em conjunto com o litoral norte do Estado das Alagoas¹⁰⁹.

Sobre o Bairro do Recife, já abordado anteriormente nesta dissertação, vale a pena transcrever parte dos comentários de Ana Beatriz Farias, assessora da diretoria comercial da EMPETUR, sobre o processo de revitalização em meados dos anos 1990. Ela trabalhou na equipe da prefeitura municipal que iniciou o processo de revitalização da Rua do Bom Jesus e arredores, sendo pessoa de confiança do então prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, atual governador do Estado de Pernambuco.

O discurso de Ana Beatriz Farias deixa claro que o Bairro do Recife foi desenvolvido como área segregada do restante da cidade, com normas de funcionamento e controle dos frequentadores. Ela diz:

Na época em que o Bairro do Recife estava em alta, tínhamos ali vários eventos, como o “Dançando na Rua”, a feirinha de antigüidades e de artesanato, etc. Existia também um cinturão de segurança em volta do bairro, formado por pessoas que participavam da própria URB ou da PCR mesmo, para dar segurança ao local. Você podia estacionar o seu carro longe e ir andando até lá, pois sabia que você estava em uma ilha de segurança e de conforto para quem ia passear ou assistir a um evento. Havia

¹⁰⁸ O autor aponta que os cargos mais importantes e melhor remunerados são ocupados por estrangeiros, sobrando aos habitantes locais trabalhos braçais e mal remunerados.

¹⁰⁹ Não faz parte do objeto de estudo desta dissertação a análise do PRODETUR/NE ou dos projetos do Bairro do Recife e do Centro Turístico de Guadalupe, apenas a caracterização dos dois como propostas de enclave turístico e o papel do poder público nestes projeto, de forma sucinta. O exemplo do Centro Turístico de Guadalupe é instrutivo para demonstrar a baixa capacidade institucional dos órgãos públicos estaduais envolvidos com o fomento ao turismo no Estado de Pernambuco.

também o controle dos pedintes em um trabalho com a LAR – Legião de Assistência do Recife. As crianças do bairro tinham uma assistência para não ficarem ali pedindo. Havia normas de funcionamento no Bairro do Recife, mas tudo isto foi deixado de lado e houve uma invasão total da mendicância. [...] Não existem mais normas de funcionamento no Bairro do Recife, ele está entregue. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

O Centro Turístico de Guadalupe previa a criação de uma zona de desenvolvimento turístico entre as praias de Pontal de Sirinhaém e Ponta dos Mangueiros, divisa com o município de Tamandaré¹¹⁰. Para isto, pretendia-se deslocar a população local da região para áreas próximas ao centro e atrair grandes investidores internacionais, com incentivos como isenção do imposto de renda e de seus adicionais não restituíveis pelo prazo de 10 anos, diferimento do ICMS cobrado na aquisição de máquinas e equipamentos e financiamento de 80% do ICMS devido ao governo estadual nos primeiros quatro anos de funcionamento do empreendimento, com juros de 3% ao ano, e de 70% do ICMS do quinto ao oitavo ano de operação nas mesmas condições. (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 199-). O slogan do projeto era: “Guadalupe: o novo balneário do hemisfério sul. A beleza do Caribe e o exotismo tropical do nordeste do Brasil.”

O Centro Turístico de Guadalupe consumiu mais de US\$ 10,000.00 de recursos do BID e governo estadual, através do PRODETUR/NE, na forma de estradas, saneamento básico e sinalização turística, entre outros investimentos. Projetado em 1990 e com obras de infraestrutura iniciadas a mais de dez anos, o centro nunca recebeu um único hotel ou qualquer outro tipo de empreendimento privado, nacional ou internacional. Um centro de informações turísticas e venda de artesanato, única edificação construída no centro, encontra-se depredado e abandonado, nunca tendo entrado em operação.

José Otávio de Meira Lins, presidente da ABIH/PE, resume as principais críticas ao projeto:

O PRODETUR I tinha uma filosofia e foi aplicado no lugar errado. E já se sabia que ele seria aplicado no lugar errado. [...] O secretário-geral da Organização Mundial do Turismo, que também foi ministro de Turismo do México, esteve aqui quando todo o PRODETUR I em Pernambuco foi formatado e disse, desde o início, “- Isto não dará certo”. Por que ele disse que isto não daria certo? Ele disse que nós cometeríamos o mesmo erro que ele cometeu quando criou Cancún, e isto na frente de todas as pessoas

¹¹⁰ O Centro Turístico de Guadalupe compreendia áreas dos municípios de Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré.

envolvidas de órgãos públicos. [...] Ele disse, “- Eu cometi três erros em Cancun: primeiro, permiti construções verticais altas, e Cancun hoje perde mercado pois os turistas não querem ficar em construções altas. Não permitam construções acima de térreo e primeiro andar. Segundo, não permitam uma ocupação intensiva do solo onde, de uma construção, seja possível ver a outra. E, por fim, não façam o pólo em terras privadas”. Neste último caso, em Cancún, o governo mexicano perdeu doze anos de investimento, não recuperando o que investiu na área nem como contribuição de melhoria. A FONATUR, do governo, montou toda a infraestrutura do balneário e ganhou, no final das contas, apenas umas ações e os donos das terras recolheram a maior parte dos benefícios. No Projeto Costa Dourada, a lógica do investimento foi a mesma; hoje, a infra-estrutura beneficia terras privadas, e os proprietários até hoje acham que a terra que possuem valem uma barbaridade em dinheiro¹¹¹. E nenhum hotel nunca se instalou por lá. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Luís Castanha, atual diretor do PRODETUR/NE II em Pernambuco, descarta a idéia de remover a população da área do Centro Turístico de Guadalupe, como previa o projeto original: “Não pensamos mais em retirar moradores da praia, até por causa do exemplo da Costa de Sauípe (BA), que fracassou porque foi implementada artificialmente.” (Jornal do Comércio, 13.01.2005).

A falta de capacidade institucional da EMPETUR é tema recorrente na imprensa pernambucana e nas reclamações do *trade* turístico local. Jarbas Vasconcelos, governador de Pernambuco, reconheceu, no final do sétimo ano de gestão, as sérias deficiências no órgão público de fomento ao turismo: “É difícil desempenhar um bom papel nessa área [turismo] com essa estrutura arcaica. É preferível atacar isso agora¹¹².” (Jornal do Comércio, 29.12.2004).

Tom Uchoa, presidente da EMPETUR até o final de 2004, defende sua gestão à frente do órgão estadual de turismo da seguinte forma: “Os problemas estruturais, administrativos e de

¹¹¹ É ponto pacífico na literatura sobre turismo que a falta de controle e regulação sobre a propriedade e uso da terra é uma das principais causas de fracasso de planos de desenvolvimento turístico. O exemplo de Cancún, complexo turístico iniciado em 1967, mostra os problemas advindos da falta de regulação por parte do Estado. É interessante notar que, em meados dos anos 1990, um erro tão básico e extensivamente documentado na literatura internacional foi cometido no Estado de Pernambuco, em um programa tido como estruturador à economia local e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

¹¹² O governador referia-se à mudança de presidente da EMPETUR, com a entrada de Kléber Dantas no órgão estadual.

peçoal da EMPETUR são antigos, não surgiram nesses últimos dois anos.” (Jornal do Comércio, 20.02.2005).

Reportagem publicada no Jornal do Comércio, em 20.02.2005, afirma que a EMPETUR consome anualmente R\$ 6,5 milhões com o pagamento de salários e encargos e R\$ 3,6 milhões com custeio administrativo¹¹³. Em 2003, a instituição conseguiu investir apenas R\$ 1,7 milhão em publicidade. A partir de 2004, os investimentos em publicidade passaram a ser confidenciais. O presidente da Bahiatursa, Cláudio Taboada, afirma que a empresa investe anualmente R\$ 10 milhões para promover o estado. O investimento em publicidade turística do Ceará situa-se em torno de R\$ 6 milhões, de acordo com Allan Aguiar, secretário estadual de turismo.

A descontinuidade e falta de memória administrativa são características marcantes de órgãos públicos envolvidos com o fomento ao turismo em Pernambuco, como a EMPETUR, AD/DIPER e Secretaria de Turismo e Esportes da PCR, entre outros. O caso do Projeto Costa Verde é exemplar neste sentido¹¹⁴.

O Projeto Costa Verde foi desenvolvido pelo governo estadual para guiar os investimentos do PRODETUR/NE II no litoral norte do Estado de Pernambuco, bem como fomentar a criação de um consórcio de municípios na região. Com as sucessivas postergações do PRODETUR/NE II, o projeto caiu no esquecimento, sem conseguir nem ao menos formar o consórcio de municípios proposto.

Este documento, elaborado a seis ou sete anos atrás, “sumiu” de todos os órgãos públicos estaduais envolvidos com o projeto. A EMPETUR não possui nenhuma cópia do projeto, nem sabe indicar quem tenha. A bibliotecária, há mais de vinte anos no órgão, disse-me que

¹¹³ O valor das despesas da EMPETUR com pagamento de salários e encargos e custeio administrativo é controverso. A EMPETUR e o sindicato dos funcionários do órgão público já apresentaram valores diferentes. O próprio presidente da EMPETUR, Kléber Dantas, já apresentou três revisões sobre o valor exato da folha de pagamentos do órgão estadual. Como não há indicações de qual valor seja o exato, adotou-se os números apresentados pelo jornalista Jamildo Melo, publicados na imprensa.

¹¹⁴ A descontinuidade de projetos, falta de memória administrativa, baixo profissionalismo e capacidade institucional de órgãos públicos de fomento ao turismo em Pernambuco são questões retomadas no capítulo 5 e 6 desta dissertação, no estudo de caso do sítio histórico e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu e nas propostas e recomendações.

já tinha ouvido falar, mas muitos documentos tinham sido perdidos com a última mudança da biblioteca. Na AD/DIPER, uma funcionária disse-me que todo o acervo da agência tinha sido transferido à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM). Na CONDEPE/FIDEM, a bibliotecária disse-me que deveria haver uma cópia na Secretaria de Planejamento. Uma funcionária da Secretaria de Planejamento recomendou-me falar com Sandra Pagano, gerente de turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes como alguém que poderia fornecer-me uma cópia do documento.

Sandra Pagano disse-me que não havia nenhuma cópia deste documento no órgão, e me indicou a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM)¹¹⁵. A bibliotecária da FIDEM disse-me que nunca tinha ouvido falar do Projeto Costa Verde, e que talvez houvesse uma cópia na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Nesta secretaria, uma funcionária indicou-me a Universidade Católica de Pernambuco, que também não dispunha de nenhuma cópia do projeto.

Com exceção de notícias publicadas na imprensa, a única informação recolhida sobre o Projeto Costa Verde durante o trabalho de campo no Recife e Igarassu consiste na passagem transcrita abaixo, da entrevista com Ana Beatriz Farias, assessora da diretoria comercial da EMPETUR: “Já ouvi falar da idéia do consórcio, mas eu não conheço isto profundamente.” (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

O desenvolvimento de atividades de turismo cultural que envolvam bens culturais edificados têm que prover meios para que os monumentos históricos explorados beneficiem-se do turismo, envolver a população local no processo de desenvolvimento e contar com forte regulação por parte do poder público.

O estudo de caso acerca da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu ilustra um padrão de desenvolvimento longe de cumprir estes três pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável, autêntico e inclusivo do patrimônio histórico e artístico nacional.

¹¹⁵ Os órgãos CONDEPE e FIDEM foram unidos há pouco tempo; ainda há duas estruturas separadas na CONDEPE/FIDEM.

5. PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA: A IGREJA E CONVENTO DE SANTO ANTONIO, EM IGARASSU.

Minha identificação com Igarassu teve início no dia em que Ayrton Carvalho me levou lá para conhecer a pinacoteca que o IPHAN instalara no primeiro andar do Convento de Santo Antonio. [...] Mas o encanto maior foi mesmo a pinacoteca, principalmente por causa dos painéis que, pintados sobre madeira, representam a paixão do Cristo, com os perseguidores do Salvador representados numa linha que lembra Bruegel. E então, aos poucos, devagar, o casario, os conventos, as igrejas e os jardins, o povo e os espetáculos populares de Igarassu foram sendo recriados dentro de mim, dando origem ao misterioso elo, à encantação que hoje me liga inelutavelmente à cidade. [...] esta estranha identificação, o encanto, a ligação indissolúvel que me possui diante dela e que julgo ser parecida com a que havia entre Péguy e Chartres, entre Proust e Combray. Principalmente com esta última, porque era uma cidade forjada pelo sangue e pelo espírito do Poeta, uma fusão de “matéria e memória”, de sonho e realidade.

Ariano Suassuna (TEIXEIRA, 1998, p. 21)

Este capítulo analisa as políticas públicas de preservação patrimonial e exploração turística da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, nas esferas federal, estadual e municipal. O padrão de exploração por parte do *trade* turístico, a administração do monumento e a participação da comunidade local em atividades de turismo e conservação patrimonial são outras questões aqui exploradas.

5.1. História, características sócio-econômicas e potencial turístico de Igarassu.

O nome Igarassu é corruptela de ygara-açú, palavra tupi que significa barco ou canoa grande. A presença constante de navios portugueses e franceses no litoral norte pernambucano, desde os primeiros anos do século XVI, deveu-se ao comércio e tráfico do pau-brasil, utilizado na Europa para tingir tecidos. O colonizador português, ouvindo o termo em expressões de espanto da população indígena, batizou a terra recém conquistada de Igarassu.

No início de 1535, o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, desembarca no Rio Igarassu, acompanhado da família e trazendo suprimento, armas, colonos

e soldados para ocupar o território e assegurar a posse da capitania. Após permanecer um curto período de tempo no hoje denominado Sítio dos Marcos, onde já existia uma feitoria e um pequeno reduto de madeira construídos pelos portugueses, ele organiza uma incursão ao interior do território, disposto a fundar uma vila.

Após percorrer alguns quilômetros pelo Rio Igarassu, o donatário escolhe o sítio onde hoje se encontra a cidade de Igarassu para estabelecer a primeira vila da Capitania de Pernambuco. Após longa resistência dos índios tupis, que ali mantinham “forte e abastada” aldeia, e muito combate, os portugueses conseguem repelir os índios para o interior. A última vitória ocorre em 27 de setembro de 1535, dia dos Santos Cosme e Damião, o que faz Duarte Coelho Pereira ordenar pessoalmente a construção de uma igreja em homenagem aos dois mártires (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974).

Após residir algum tempo em Igarassu, Duarte Coelho Pereira rumo em direção ao sul, onde encontra as Colinas de Marim, ponto considerado ideal para a construção da sede da Capitania de Pernambuco. Após vencer os índios caetés, funda a Vila de Olinda em 1536, sede do governo de Pernambuco até o século XIX (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974).

Neste sentido, Gilberto Freyre considera Igarassu cidade mãe de João Pessoa e Olinda e avó do Recife, lugar onde foi registrada a primeira civilização euro-tropical do Brasil. Mota (1983) escreve a respeito:

Na sessão inaugural de 1983, do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, quando Marcos Vilaça fez excelente conferência sobre os valores de Olinda, que a levaram à categoria de monumento da humanidade, Gilberto Freyre considerou-a filha de Igarassu, levando em conta o começo do regime donatário. E pediu a atenção da assistência para a circunstância de o fato não ser conhecido nas dimensões em que devera sê-lo.

Os historiadores apontam que a Vila de Igarassu desenvolve-se lentamente, não acompanhando o ritmo de crescimento de Olinda e Recife nos séculos XVII, XVIII e XIX. Relatos de viajantes estrangeiros, membros da Igreja Católica, funcionários e autoridades públicas descrevem Igarassu como uma vila acanhada, pequena, cujo único destaque são os

edifícios religiosos, construídos em escala monumental, e os engenhos de cana-de-açúcar, principalmente o Engenho Monjope.

Em 28.02.1893, é criado o município de Igarassu, dentro da nova estrutura política e administrativa brasileira. Igarassu assiste à emancipação de três distritos ao longo do século XX¹¹⁶. Em 1958, Itamaracá, antiga sede da capitania de mesmo nome, torna-se cidade. Em 1982, é a vez de Itapissuma. Por fim, o antigo distrito de Araçoiaba emancipa-se em 1995, após a realização de plebiscito neste sentido.

Atualmente, o município de Igarassu localiza-se na Região Metropolitana do Recife (RMR), em sua nucleação norte. Limita-se ao norte com Goiana e Itapissuma, ao sul com Paulista e Abreu e Lima, a leste com a Ilha de Itamaracá, Itapissuma e o Oceano Atlântico, e a oeste com Nazaré da Mata, Carpina, Paudalho e Tracunhaém. Possui trezentos e seis quilômetros quadrados de área, divididos entre os distritos sede, de Nova Cruz e Três Ladeiras. O sítio histórico localiza-se a trinta e dois quilômetros do marco zero do Recife.

O clima é tropical quente e úmido, As', na classificação climática de Köppen, com chuvas de outono/inverno. O período chuvoso compreende os meses de abril, maio, junho e julho, com pluviometria média anual inferior a 2.000 mm (IGARASSU, 2005a).

Até os anos 1960, Igarassu caracterizava-se como uma típica cidade da Zona da Mata pernambucana, com pequeno núcleo urbano e zona rural dominada pelas culturas de coco-da-baía (região litorânea) e cana-de-açúcar¹¹⁷. A criação da SUDENE, em 1959, possibilitou a instalação de indústrias de grande porte na cidade, como a Ondunorte (papel e papelão),

¹¹⁶ Os primeiros desmembramentos ocorrem no final do século XVIII, quando a Matriz do Paudalho é transformada em Curato, não respondendo mais à Igreja dos Santos Cosme e Damião. No século XIX, as hoje cidades de Nazaré da Mata, Tracunhaém, Limoeiro, Taquaritinga do Norte e Vertentes deixam de ser distritos ou povoados de Igarassu.

¹¹⁷ O município possui duas usinas de cana-de-açúcar: Usina São José e Usina Petribu. A área plantada de cana-de-açúcar em Igarassu foi de 7.448 hectares em 2002 (IBGE, 2002). A cidade de Igarassu foi, durante muito tempo, a maior produtora de coco-da-baía do Estado de Pernambuco. A área plantada de coco-da-baía foi de 1.200 hectares em 2002 (IBGE, 2002). As culturas de coco-da-baía e cana-de-açúcar ocuparam a quase totalidade das áreas destinadas à agricultura em 2002, através de grandes propriedades rurais.

Musashi do Brasil (produtos metalúrgicos), Açonorte (usina siderúrgica) e Unilever (produtos de higiene e limpeza), entre diversas outras¹¹⁸.

Igarassu participou do processo de adensamento populacional das regiões metropolitanas brasileiras, a partir dos anos 1960. O crescimento da população residente em Igarassu deve-se, entre outros fatores, às oportunidades de trabalho geradas pela instalação de grandes indústrias na cidade, o êxodo rural verificado na Zona da Mata pernambucana e a pouca distância do Recife (apenas trinta e dois quilômetros), que faz com que Igarassu seja utilizada como cidade dormitório por muitos de seus habitantes.

A perda de distritos nos anos 1950 (Itamaracá), 1980 (Itapissuma) e 1990 (Araçoiaba) não impediu o crescimento populacional acelerado da cidade nos últimos cinquenta anos. O Gráfico 5 mostra a evolução da população residente em Igarassu entre 1950 e 2000:

¹¹⁸ A instalação da Alumínio Extrusão S/A (atual Alcoa) é considerado o marco da industrialização igarassuense, mas a fábrica encontra-se hoje no município de Itapissuma.

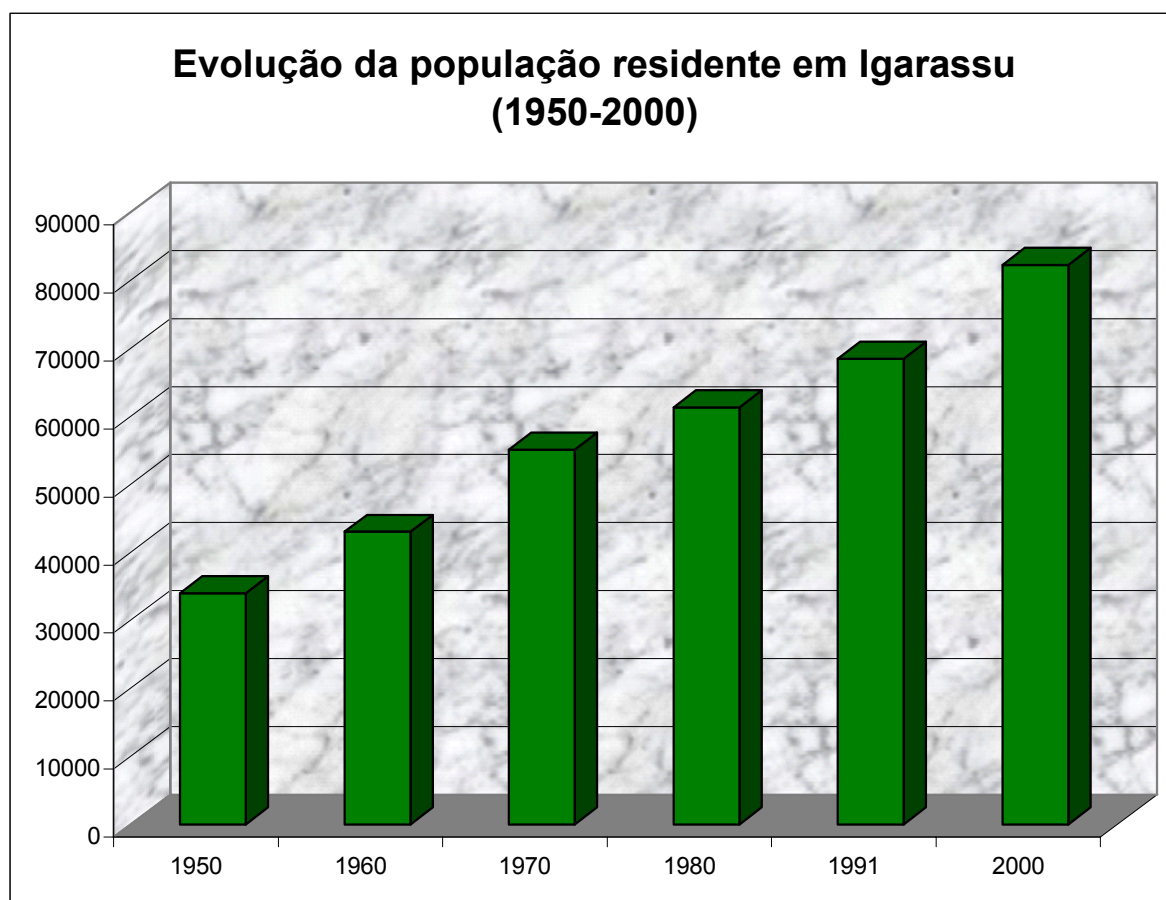


Gráfico 5 - Evolução da população residente em Igarassu (1950-2000).

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO, 1940-.

O crescimento populacional faz com que, a partir dos anos 1970, o entorno do sítio histórico, ainda marcado por remanescentes de mata atlântica, mangues, alagados e coqueirais, começasse a ser invadido por migrantes em busca de melhores condições de emprego e moradia na RMR. Igarassu apresenta três características propícias a invasões: proximidade da cidade do Recife, baixo custo de ocupação e falta de políticas públicas estaduais e municipais que controlem o uso e ocupação do solo urbano (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974). Atualmente, a cidade assiste à criação e crescimento de favelas em diversos pontos, inclusive no entorno do sítio histórico, protegido legalmente pelo IPHAN¹¹⁹.

A composição do produto interno bruto (PIB) municipal reflete a presença de grandes indústrias em Igarassu, localizadas às margens das rodovias BR-101 e PE-41. Praticamente metade da riqueza gerada na cidade provém do setor secundário, como mostra o Gráfico 6:

¹¹⁹ A ocupação irregular do sítio histórico de Igarassu será vista com mais detalhes em outros tópicos deste capítulo.

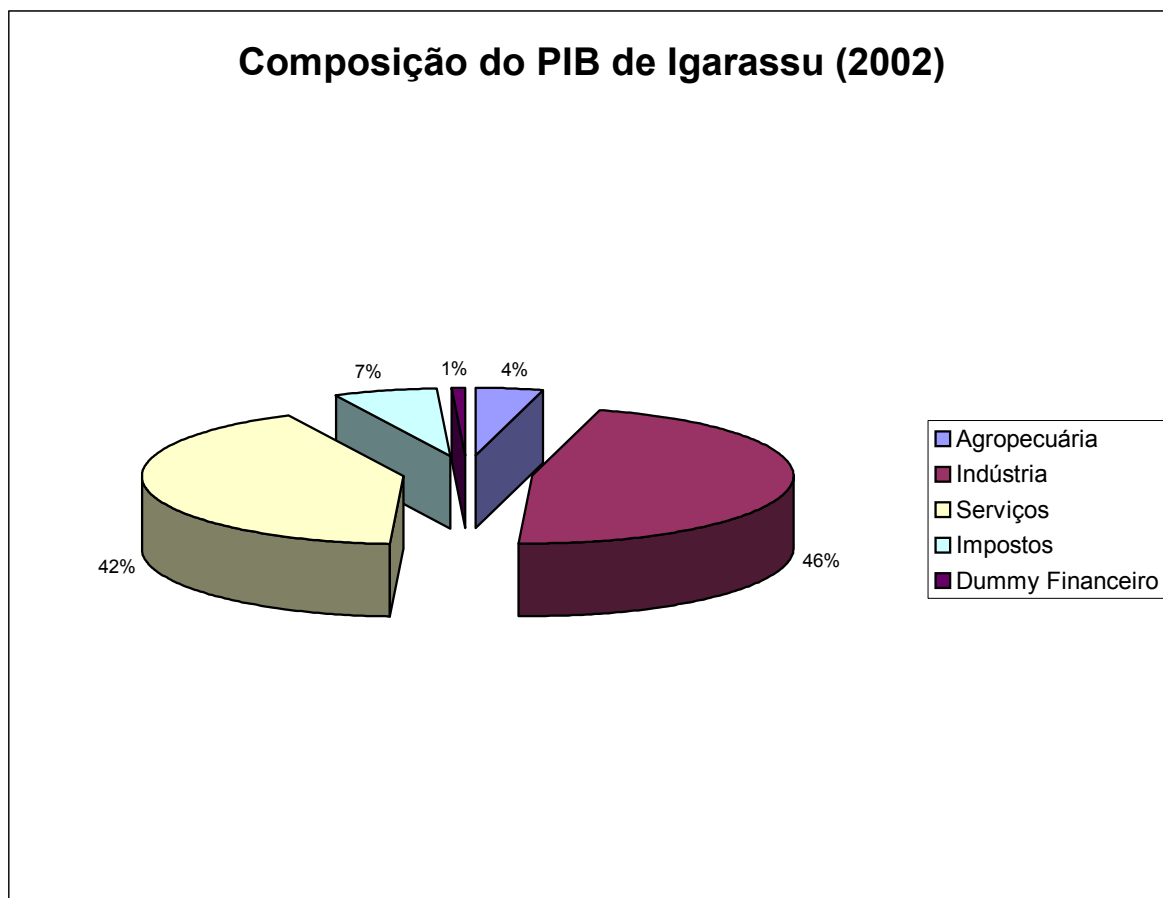


Gráfico 6 - Composição do PIB de Igarassu (2002).

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005.

A evolução do PIB municipal, entre 1999 e 2002, mostra que a cidade não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento de Pernambuco, perdendo espaço dentro da economia estadual¹²⁰. O Gráfico 7 mostra a evolução da participação de Igarassu no PIB de Pernambuco entre 1999 e 2002:

¹²⁰ A análise do crescimento econômico verificado em Igarassu entre 1999 e 2002 foge do objeto de estudo desta dissertação, mas a grande dependência do município do setor secundário pode ser uma das causas da perda de espaço dentro da economia estadual. O maior dinamismo verificado no setor terciário, principal responsável pelo crescimento do PIB nacional nos últimos trinta anos, coloca desafios a cidades muito dependentes de atividades primárias ou secundárias, como Igarassu.

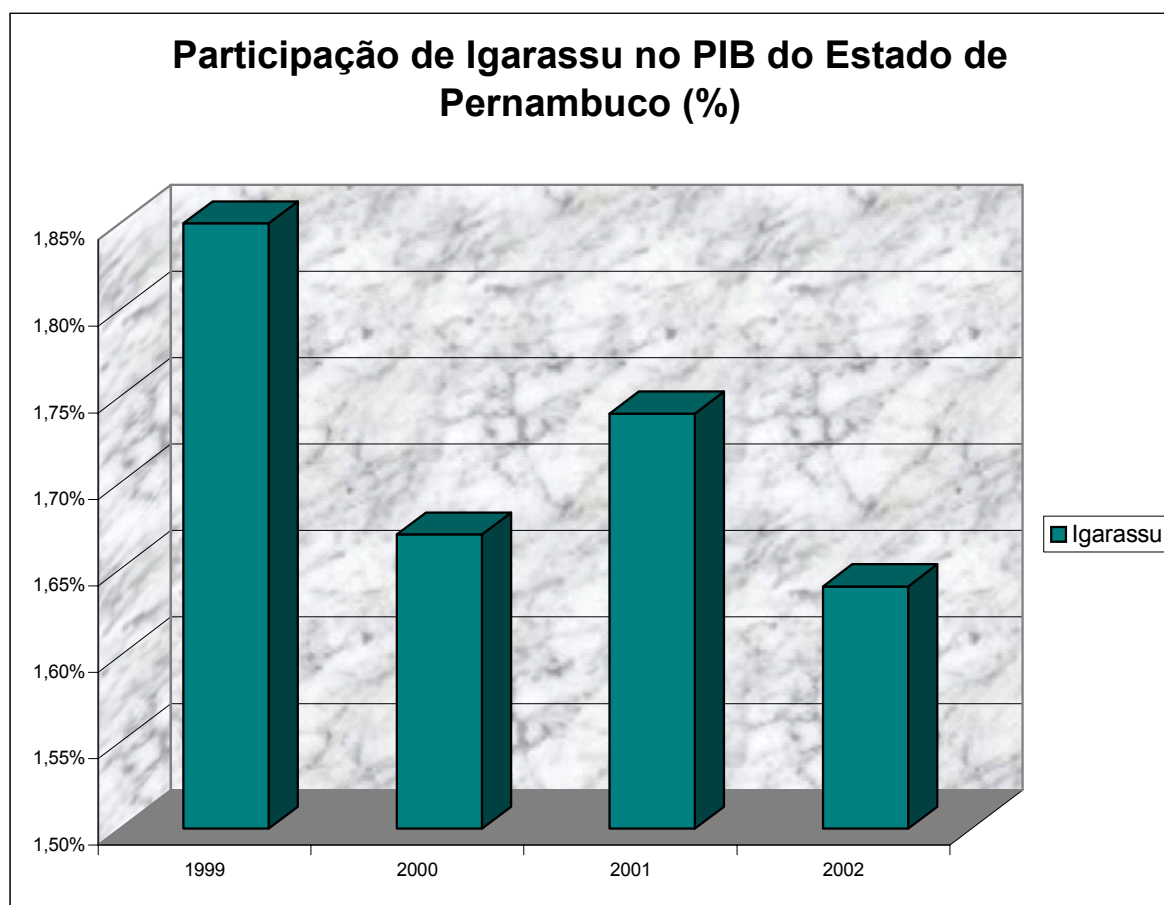


Gráfico 7 - Participação de Igarassu no PIB do Estado de Pernambuco (%).

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005.

O desemprego na Região Metropolitana do Recife (RMR) é o segundo maior do Brasil, atrás apenas do índice encontrado na Região Metropolitana de Salvador. O Gráfico 8 mostra a taxa mensal de desemprego total da RMR entre os meses de janeiro de 2001 e setembro de 2005:

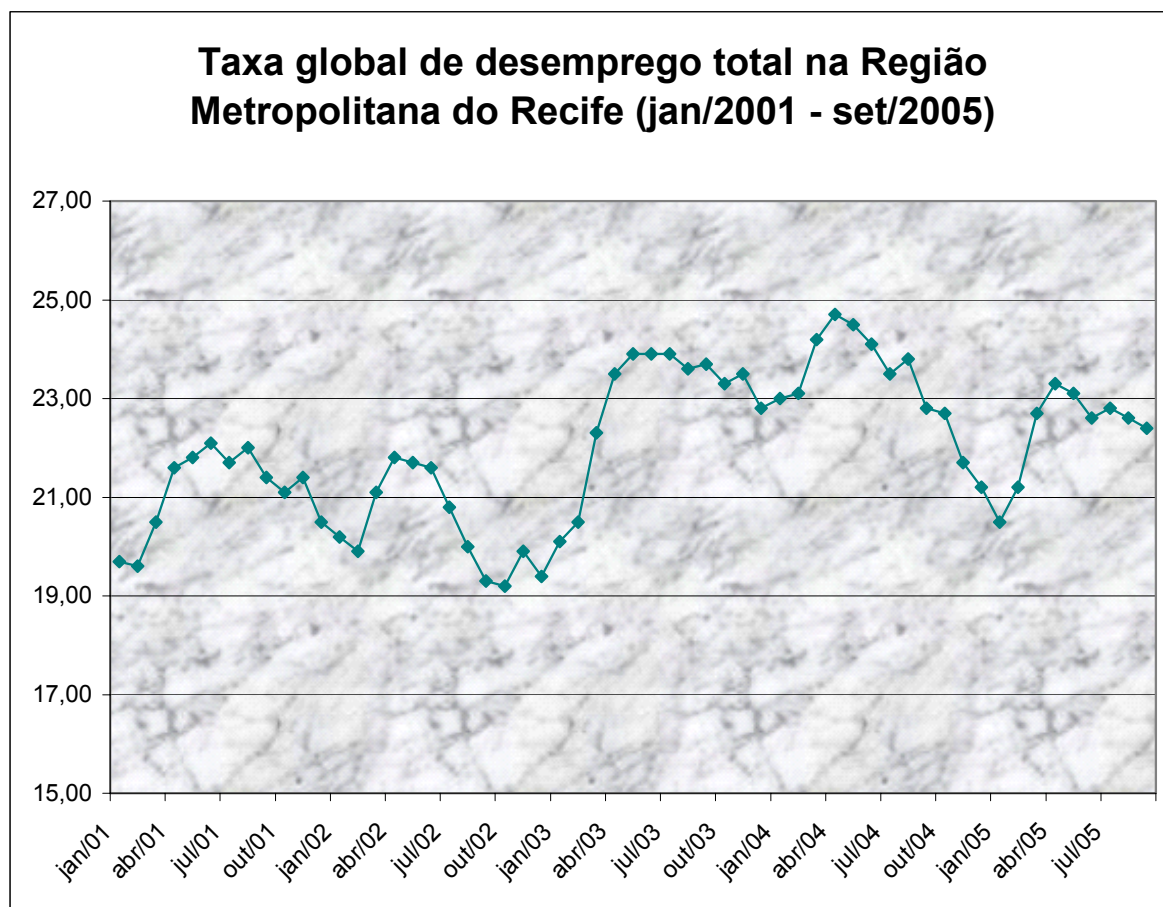


Gráfico 8 - Taxa global de desemprego total na Região Metropolitana do Recife (jan/2001 - set/2005).

Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2005.

O problema do desemprego, presente em toda a RMR, é agravado em Igarassu por duas características da cidade. Apesar de o setor primário representar apenas 4% do PIB municipal, ele ainda é um grande empregador, principalmente no período da safra de cana-de-açúcar¹²¹. Entre os meses de abril e setembro, centenas de cortadores de cana-de-açúcar não conseguem trabalho nas usinas e engenhos da região, sobrevivendo de bicos ou ações de assistência social do poder público federal, estadual e municipal.

A cidade de Igarassu tem sua economia baseada no setor secundário, na forma de grandes indústrias instaladas às margens das rodovias BR-101 e PE-41. Muitas delas são de capital intensivo, gerando poucos empregos. Além disto, os cargos melhor remunerados são ocupados por pessoas residentes em outras cidades da RMR (principalmente no Recife), em virtude da baixa capacitação da mão-de-obra local. O município possui a sétima maior renda

¹²¹ No Estado de Pernambuco, a safra de cana-de-açúcar começa em outubro ou novembro e acaba em fevereiro ou março.

per capita do Estado de Pernambuco, mas isto nem sempre representa boas oportunidades de emprego para os habitantes locais¹²².

A evolução do índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) ilustra avanços nas áreas de saúde e educação do município nos anos 1990, como mostra a tabela 6:

TABELA 6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e outros indicadores
Município de Igarassu

Indicadores	1991	Posição PE	2000	Posição PE
Esperança de Vida ao nascer (em anos)	67,56	5	71,71	7
Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	67,11	16	79,68	10
IDH-M	0,627	15	0,718	11

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2001.

Apesar de melhoras em alguns indicadores, Igarassu apresenta graves problemas econômicos e sociais. Os principais são:

- a) aumento da violência, prostituição e tráfico de entorpecentes, em alguns bairros e no entorno do sítio histórico;
- b) precariedade do sistema de abastecimento d'água e coleta de lixo, cujo resultado mais visível é a crescente poluição do Rio São Domingos. Dos 19.907 domicílios permanentes da cidade, 74% são ligados à rede geral, mas apenas 5% dos banheiros são servidos por esta rede. 95% dos banheiros da cidade são ligados a fossas sépticas ou negras, ou têm as águas servidas despejadas diretamente em logradouros públicos, rios, mangues e alagados;
- c) a maior parte das ruas da cidade não é drenada ou asfaltada, e não conta com calçadas;
- d) alto índice de desemprego, principalmente entre os jovens.

Igarassu possui um dos maiores potenciais turísticos de Pernambuco, por sua localização, importância histórica e presença de elementos naturais e culturais (materiais e imateriais) de interesse turístico na própria cidade e região.

¹²² Em 2002, a renda per capita de Igarassu foi de R\$ 6.511,00, superior à do Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 4.482,00. A renda per capita do Recife, capital do Estado de Pernambuco, foi de R\$ 7.822,00 em 2002.

Em 2001, o mercado doméstico de turismo no Brasil foi composto de 41.350.000 turistas, que geraram gasto total de R\$ 48,4 bilhões. O PIB do turismo, neste ano, foi de R\$ 29,525 bilhões, o equivalente a 2,5% do PIB nacional. O emprego em atividades turísticas foi de 1.304.453 pessoas, correspondendo a 4,83% do emprego nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2002).

O Nordeste possui lugar de destaque no turismo no Brasil. A região teve um PIB turístico de R\$ 9,773 bilhões em 2001, correspondente a 6,5% de seu PIB total. Dos treze principais destinos do turismo doméstico, cinco encontram-se na Região Nordeste, como mostra a Tabela 7:

TABELA 7
Principais destinos do turismo doméstico no Brasil - 2001

Cidade	Região	Fatia do mercado doméstico
São Paulo	Sudeste	4,5%
Rio de Janeiro	Sudeste	3,1%
Fortaleza	Nordeste	2,3%
Salvador	Nordeste	1,9%
Natal	Nordeste	1,7%
Belo Horizonte	Sudeste	1,7%
Porto Alegre	Sul	1,7%
Santos	Sudeste	1,6%
Recife	Nordeste	1,6%
Itanhaém	Sudeste	1,6%
Brasília	Centro Oeste	1,5%
Curitiba	Sul	1,4%
Porto Seguro	Nordeste	1,4%

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2002.

Pernambuco apresentou a sexta maior receita turística do Brasil em 2001, no valor de R\$ 2.993.419,1 mil (turismo receptivo). Com gastos no valor de R\$ 919.441,3 mil (turismo emissivo), o estado apresentou, em 2001, o terceiro maior saldo líquido de turismo do Brasil, no valor de R\$ 2.073.977,8 mil¹²³ (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2002). A cidade do Recife,

¹²³ Estes números referem-se apenas ao turismo doméstico.

maior centro turístico pernambucano, é o nono destino turístico doméstico, com 1,6% do fluxo de turistas em 2001.

O gráfico 9 apresenta a evolução da entrada de turistas internacionais no Brasil, entre 1990 e 2003:

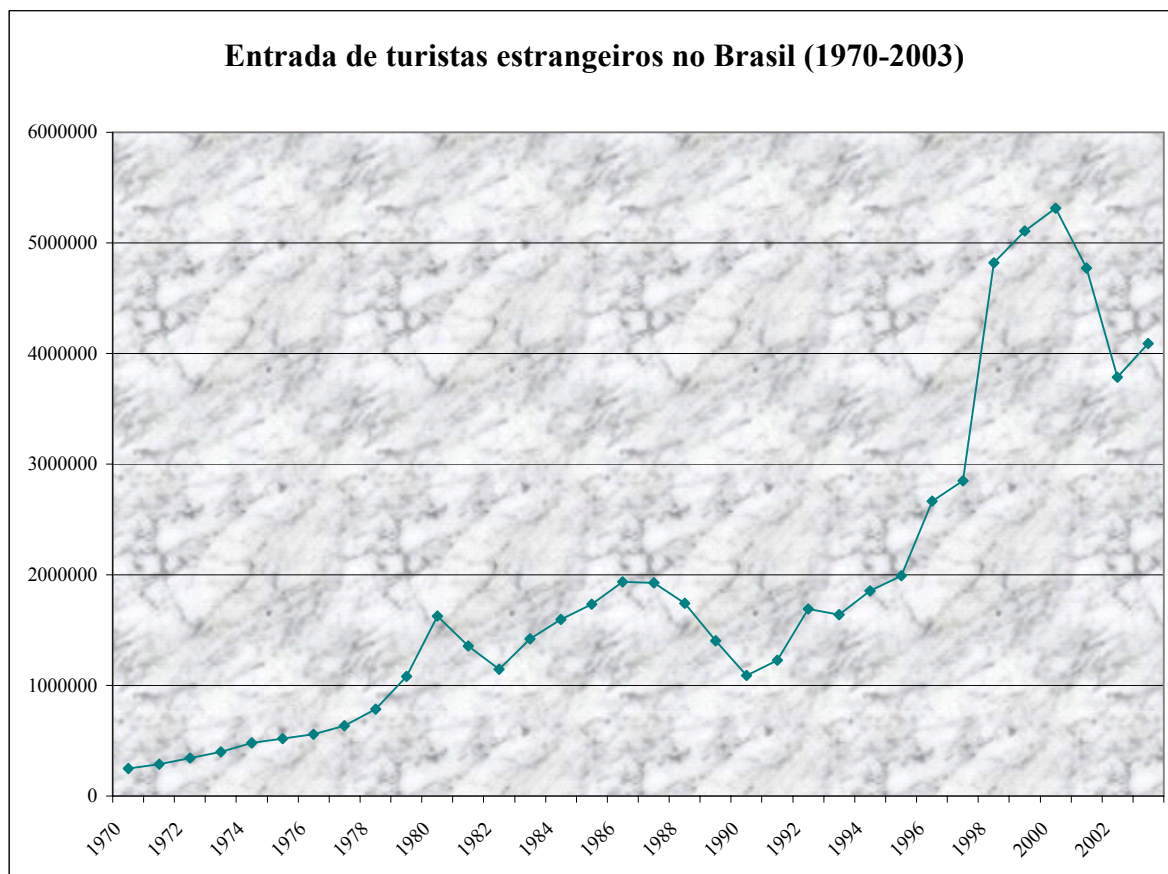


Gráfico 9 - Entrada de turistas estrangeiros no Brasil (1970-2003).
Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, 2004.

A cidade do Recife é o quinto destino turístico mais visitado por turistas estrangeiros no Brasil, recebendo 7,5% do fluxo (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; 2004).

A cidade de Igarassu localiza-se a apenas trinta e dois quilômetros do Recife, com acesso pela BR-101, principal rodovia da Região Nordeste. O trajeto, feito em carro de passeio ou ônibus de turismo, dura menos de uma hora, em rodovias e estradas em bom ou razoável estado de conservação.

Igarassu localiza-se a aproximadamente oitenta km de Porto de Galinhas, segundo maior destino turístico pernambucano, e a menos de cem km de João Pessoa. Mesmo com reduzida oferta de meios de hospedagem, Igarassu pode atrair turistas que se hospedem em um raio de cem quilômetros a seu redor, em passeios e excursões de um dia, organizados por agências de turismo receptivo ou de forma independente. Isto pode gerar gastos em lanches e refeições, compra de artesanato e de ingressos para atrações culturais, guias de turismo, entre outros¹²⁴.

Igarassu possui rico passado: é a primeira vila da Capitania de Pernambuco, e um dos inícios da colonização efetiva do território brasileiro. As cidades de Olinda e João Pessoa foram fundadas por incursões de colonos e soldados portugueses partidas de Igarassu, daí o título de cidade mãe de Olinda e João Pessoa e avó do Recife. A cidade participa de outros momentos importantes da história pernambucana e brasileira, como o período holandês (século XVII) e a Revolução Praieira (meados do século XIX).

Igarassu possui a igreja remanescente mais antiga do país (Igreja dos Santos Cosme e Damião) e um dos catorze exemplares da Escola Franciscana do Nordeste, a Igreja e Convento de Santo Antonio. Trata-se de um dos dois estilos arquitetônicos singulares do Brasil, não encontrado em nenhuma outra parte do Brasil ou do mundo. O conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarassu é tombado pelo IPHAN desde 1972 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

Igarassu localiza-se na nucleação norte da RMR, perto de outras cidades também com grande potencial turístico. As principais cidades, em um raio de apenas trinta e cinco quilômetros do distrito sede, são:

- a) Ilha de Itamaracá: praias, passeios de canoa e catamarã e monumentos históricos (Forte Orange, Engenho São João, Vila Velha, entre outros);
- b) Goiana: praias, ateliês de artistas populares, antigos engenhos de cana-de-açúcas, Museu de Arte Sacra de Goiana e monumentos históricos¹²⁵;

¹²⁴ A cidade possui reduzida oferta de meios de hospedagem. Igarassu conta com apenas um hotel e três pousadas, perfazendo um total de 235 leitos. Não há nenhum meio de hospedagem no sítio histórico de Igarassu (PMIg, 2005).

¹²⁵ A cidade de Goiana é chamada de “relicário pernambucano”, em virtude da presença de inúmeras igrejas barrocas no centro da cidade. São tombados por lei federal a Capela de Santo Antonio

c) Paulista: praias, igrejas históricas e Forte de Pau Amarelo (tombado pelo IPHAN).

Igarassu localiza-se a menos de cinquenta quilômetros das principais cidades da Zona da Mata pernambucana com potencial turístico, como Nazaré da Mata, Vicência, Paudalho e Tracunhaém, marcadas pela presença de antigos engenhos de cana-de-açúcar, cachoeiras, variado artesanato e comidas típicas regionais¹²⁶.

A cidade de Igarassu apresenta elementos naturais e culturais (materiais e imateriais) que formam uma oferta turística diversificada, com elementos de destaque regional, nacional e internacional. As principais atrações naturais da cidade, fora de seu sítio histórico, são descritas no Quadro 1:

Atração Natural	Tipo de atração	Avaliação Guia 4 Rodas 2005
Arquipélago Estuarino Canal Sta. Cruz	Ilhas e arquipélagos	Não avaliada (1)
Ilhota Coroa do Avião	Ilhas e arquipélagos	Duas estrelas (2)
Mirante Natural da Colina 77	Mirantes	Não avaliada
Mirante Natural da Fazenda Zumbi Safari	Mirantes	Não avaliada
Mata da Usina São José	Parques/reservas/estações ecológicas	Não avaliada
Mata Refúgio Ecológico Charles Darwin	Parques/reservas/estações ecológicas	Não avaliada
Praia da Gavia	Praias	Não avaliada
Praia do Capitão	Praias	Duas estrelas
Praia dos Marcos	Praias	Não avaliada
Praias da Ilhota Coroa do Avião	Praias	Duas estrelas (2)
Canal de Santa Cruz	Rios, áreas estuarinas e manguezais	Não avaliada (1)
Estuário do Rio São Domingos	Rios, áreas estuarinas e manguezais	Não avaliada (1)
Estuário do Rio Timbó	Rios, áreas estuarinas e manguezais	Não avaliada (1)
Manguezal Canal Sta. Cruz	Rios, áreas estuarinas e manguezais	Não avaliada (1)
Manguezal Estuário Rio São Domingos	Rios, áreas estuarinas e manguezais	Não avaliada (1)
Manguezal Estuário Rio Timbó	Rios, áreas estuarinas e manguezais	Não avaliada (1)

Quadro 1 - Principais atrações turísticas naturais de Igarassu

Fonte: IGARASSU, 2005.

Nota: Elaboração própria

(1) Algumas destas atrações estão dentro do passeio de catamarã que sai da Praia da Gavia à Ilha de Itamaracá, avaliada com duas estrelas pelo Guia 4 Rodas 2005.

(2) A Coroa do Avião é apresentada como atração de Itamaracá, por ficar mais perto desta ilha do que de Igarassu

(Engenho Novo), Convento e Igreja de Nossa Senhora da Soledade, Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

¹²⁶ Alguns elementos naturais e culturais de interesse turístico, como a Capela do Engenho Bonito, em Nazaré da Mata, não apresentam condições de visitação. Há sérios problemas de infra-estrutura em diversas cidades, como má conservação de estradas, ausência de equipamentos turísticos (meios de hospedagem, bares e restaurantes, postos de informação turística, etc.) e mão-de-obra qualificada. Em geral, as cidades da nucleação norte da RMR são mais preparadas para receber visitantes do que a Zona da Mata pernambucana.

As atrações culturais imateriais consistem em manifestações culturais tradicionais e festas e eventos populares e religiosos. A cidade conta, também, com produção de artesanato. O Inventário do Potencial Turístico de Igarassu não contempla o patrimônio cultural imaterial e a produção artesanal da cidade, o que torna difícil listar tudo que Igarassu tem a oferecer aos turistas.

O artesanato produzido em Igarassu não se distingue do que é encontrado em diversas outras cidades da RMR ou da Zona da Mata pernambucana. A cidade foi um dos maiores centros de produção de objetos de ferro do Brasil Colônia, mas a produção extinguiu-se há muitos anos, sem deixar vestígios¹²⁷.

Jorge Barretto, historiador e diretor do Museu Histórico de Igarassu (MHI), descreve o artesanato de Igarassu:

Igarassu não tem um artesanato próprio, que você reconheça como sendo de Igarassu. Aqui se produz o que gosto de chamar de ‘artesanato genérico do Nordeste’, que abarrotava os mercados onde os turistas param para comprar. Você pode notar, o artesanato vendido na Casa da Cultura é igual ao que você acha em Maceió, João Pessoa, Salvador e Fortaleza. Não há diferença nenhuma. E o artesanato daqui é muito mal feito, não é bem trabalhado.

Perg.: Mas não se tentou estimular o artesanato feito de fibra de coco-da-baía, no final dos anos 1970? A Festa do Coco não tinha uma feira de artesanato para vender a produção local?

Resp.: Sim, chegou a haver um movimento neste sentido, mas a feira acabou e a produção também. Quem produz hoje vende no Recife, Olinda, onde tem turista. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Uma visita à Casa do Artesão, ponto de venda de artesanato no sítio histórico de Igarassu, comprova as afirmações de Jorge Barretto. Não há nada exposto que não possa ser encontrado na Casa da Cultura, Aeroporto Internacional dos Guararapes ou na feira de artesanato da Praça de Boa Viagem, no Recife.

¹²⁷ A produção concentrava-se no Povoado de Pasmado, que não existe mais. As terras onde se localizava o povoado foram compradas por uma usina de açúcar na primeira metade do século XX, que obliterou todas as edificações, com exceção da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Pasmado.

As principais festas e eventos de Igarassu são o Carnaval, São João, Festa dos Santos Cosme e Damião e a “Buscada e Levada” de São Gonçalo, a mais tradicional entre as quatro. As duas primeiras festas são de interesse local, freqüentadas por habitantes de Igarassu e região.

A Festa dos Santos Cosme e Damião e a “Buscada e Levada” de São Gonçalo já foram eventos importantes dentro da oferta turística pernambucana, contando com apoio da EMPETUR. A importância da Festa dos Santos Cosme e Damião é retratada na passagem abaixo, publicada pouco depois da criação da EMPETUR:

O setor de certames da Empresa de Turismo de Pernambuco iniciou os preparativos no sentido de aproveitar a tradicional festa dos Santos Cosme-Damião, anualmente realizada na cidade de Igarauçu, no mês de setembro, como forte atração turística. Especialistas da EMPETUR têm mantido contato com as autoridades da “cidade-monumento”, visando a oferecer facilidades para atrair este ano maior número de visitantes à Igreja dos “santos-gêmeos”, a exemplo do que ocorreu em Itapissuma e Itamaracá por ocasião das ‘buscadas’ de São Gonçalo do Amarante e de Nossa Senhora do Pilar. (Diário de Pernambuco, 12.09.1968).

Sob o título “A grande procissão marítima de Igarassu”, a passagem de artigo publicado na imprensa fluminense, transcrita abaixo, mostra a importância da festa e sua divulgação no Centro Sul do país:

Todos os anos, no segundo domingo de janeiro, Itapissuma, localidade do município histórico de Igarassu, Pernambuco, é cenário de um dos mais belos espetáculos religiosos do Nordeste: a Buscada de São Gonçalo do Amarante, festa que se realiza há mais de cem anos. Destaque no Calendário Turístico de Pernambuco, a Buscada atrai visitantes de diversas partes do Nordeste, romeiros que chegam para participar da procissão marítimo-fluvial. (O Globo, 05.01.1978).

As duas festas perderam importância na oferta turística do Estado de Pernambuco, não recebendo mais apoio financeiro da EMPETUR. A Festa dos Santos Cosme e Damião não recebe mais muitos turistas nem do Recife, conforme depoimentos de guias de turismo e habitantes locais.

Pereira da Costa diz, “Já em 1810, dizia o excursionista Koster (...): ‘Os moradores de Pasmado são célebres pela sua habilidade na execução de obras de ferro, as facas que fabricam são afamadas, pela sua têmpera e bom trabalho artístico.’ (BORBA, 1998).

A “Buscada e Levada” de São Gonçalo continua atraindo turistas e visitantes de diversas partes do Nordeste, mas não recebe mais apoio financeiro da EMPETUR. No final dos anos 1990, já não era considerado um evento de porte na oferta turística do Estado de Pernambuco¹²⁸ (EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO, 1997).

Igarassu apresenta oferta variada de manifestações culturais, testemunhas do sincretismo afro-indígena e da monocultura da cana-de-açúcar da Zona da Mata pernambucana¹²⁹: maracatu, caboclinhos, ciranda, pastoril, marujada, bumba-meu-boi, entre diversas outras. Os principais grupos artísticos da cidade são:

- a) Maracatu Estrela Brilhante, fundado em 1824 e um dos mais antigos do país;
- b) Grupo de Percussão e Dança Obá-Omin (ritmos afro-brasileiros);
- c) Pastoril do Velho Farrista;
- d) Ciranda do Senhor Martinho;
- e) Balé Buscante de Igarassu;
- f) Companhia Nova Geração;
- g) Balé Folclórico de Igarassu.

Todos os bens culturais edificados tombados pelo IPHAN em Igarassu estão no sítio histórico. Há diversos monumentos em outras partes de Igarassu, como antigos engenhos de cana-de-açúcar e igrejas, mas nenhum é explorado turisticamente, a não ser de forma incipiente. Os principais monumentos históricos localizados fora do sítio histórico são descritos a seguir¹³⁰.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição (distrito de Nova Cruz) localiza-se a dezesseis quilômetros do sítio histórico. Construída no século XVIII, apresenta estilo eclético, com traços maneiristas, interior simples e bom estado de conservação. O acesso rodoviário é

¹²⁸ A perda de importância da Festa dos Santos Cosme e Damião e da “Buscada e Levada” de São Gonçalo é, em parte, reflexo do processo de decadência do produto turístico “litoral norte”, verificado nos últimos trinta anos. Isto será visto com mais detalhes em outros tópicos deste capítulo.

¹²⁹ Igarassu localiza-se na RMR, mas apresenta características próprias da Zona da Mata pernambucana.

¹³⁰ A descrição destes monumentos tem como base o Inventário do Potencial Turístico de Igarassu, confeccionado pela PMIg (PMIg) em 2005. A única alteração feita neste trabalho refere-se ao acesso rodoviário do Engenho Monjope, que se encontra em razoável, e não bom, estado de conservação.

pavimentado e se encontra em bom estado de conservação, e a igreja pode ser visitada mediante contato prévio. A foto 1 mostra este monumento histórico:



Foto 1 – Capela de Nossa Senhora da Conceição

A Capela de Nossa Senhora da Piedade (zona rural do distrito sede) localiza-se a pouco mais de dezoito km do sítio histórico. Construída em 1930, apresenta estilo neoclássico, interior simples e bom estado de conservação. O acesso rodoviário é pavimentado e se encontra em bom estado de conservação, e a igreja é aberta uma vez por mês, para a realização de uma missa. A foto 2 mostra este monumento histórico:



Foto 2 – Capela de Nossa Senhora da Piedade.

A Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Pasmado (zona rural do distrito sede) localiza-se a quase nove quilômetros do sítio histórico. Construída na primeira metade do século XVIII, apresenta estilo maneirista e bom estado de conservação. O acervo móvel da igreja encontra-se no MHI, no sítio histórico da cidade. O acesso rodoviário é pavimentado e se encontra em bom estado de conservação. A igreja é monumento estadual tombado pela FUNDARPE e se encontra aberta à visitação. A foto 3 mostra este monumento histórico:



Foto 3 – Igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem

A Igreja de Nossa Senhora das Dores (distrito de Nova Cruz) localiza-se a quinze quilômetros e meio do sítio histórico. Construída em 1888, apresenta estilo barroco, interior simples e bom estado de conservação. O acesso rodoviário é pavimentado e se encontra em bom estado de conservação, e a igreja é aberta à visitação. A foto 4 mostra este monumento histórico:



Foto 4 – Igreja de Nossa Senhora das Dores.

A Igreja de São José (Vila de Araripe) localiza-se a vinte e um quilômetros do sítio histórico. Construída em meados do século XIX, apresenta estilo barroco, possui acervo de imagens antigas, duas delas catalogadas pelo IPHAN, e bom estado de conservação. O acesso rodoviário é pavimentado e se encontra em bom estado de conservação, e a igreja é aberta à visitação. A foto 5 mostra este monumento histórico:



Foto 5 – Igreja de São José.

O Engenho Gongagary localiza-se no povoado de Cueiras, a doze quilômetros do sítio histórico. É formado por casa grande (reformada), moita e capela, que conta com altar em madeira, sacristia com lavabo e cinco imagens, tudo no estilo barroco. O engenho foi invadido diversas vezes pelas tropas legalistas, durante a Revolução Praieira. Apresenta bom estado de conservação, pode ser visitado mediante contato prévio e o acesso rodoviário não é pavimentado, em razoável estado de conservação. A foto 6 mostra este monumento histórico:



Foto 6 – Engenho Gongagary.

O Engenho Monjope localiza-se no distrito sede de Igarassu, a quase seis quilômetros do sítio histórico. As primeiras notícias deste engenho datam de 1600, e em 1679 servia de residência aos jesuítas. Começa a moagem de cana-de-açúcar em 1722, atividade que mantém até o início do século XX.

O conjunto inclui a casa grande, Capela de São Pedro, moita, ruínas do portal do antigo engenho, senzala e outras benfeitorias, como pequenas barragens. Em 1859, Dom Pedro II pernoitou na casa grande do Engenho Monjope. O conjunto arquitetônico encontra-se em avançado estado de deterioração. O acesso rodoviário é pavimentado e se encontra em razoável estado de conservação. A visita ao monumento será explorada no quarto tópico deste capítulo.

O Engenho Monjope é monumento estadual tombado pela FUNDARPE. A foto 7 mostra este monumento histórico:



Foto 7 – Engenho Monjope.

Igarassu possui um dos mais importantes sítios históricos do Brasil Colônia, que apresenta diversos elementos culturais e naturais de interesse turístico. Ele é objeto de análise do segundo tópico deste capítulo.

5.2. História da preservação do patrimônio em Igarassu.

O conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Igarassu é um dos principais testemunhos do Brasil Colônia, na forma de bens culturais edificados de pedra e cal, herança da colonização portuguesa, e remanescentes de vegetação nativa ou introduzida nos primeiros anos da colonização.

O conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarassu foi inscrito no livro arqueológico, etnográfico e paisagístico do IPHAN através do processo 359-T-45, em 10.10.1972 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994). Ele ocupa uma área de 396.202 metros quadrados, da qual o sítio histórico ocupa uma pequena parte. A foto 8 ilustra o reduzido tamanho do sítio histórico, conseguindo capturar praticamente toda sua extensão¹³¹:



Foto 8 – Sítio histórico de Igarassu.

¹³¹ O sítio histórico compreende as edificações que aparecem em primeiro plano, com destaque para as três edificações religiosas que dominam a paisagem, e o casario em torno do largo localizado logo após a ponte sobre o Rio São Domingos. A mancha urbana do alto da foto não apresenta elementos de interesse histórico ou arquitetônico.

Apenas três monumentos históricos não aparecem na foto: a Casa de Câmara e Cadeia e as ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

A presença de mangues, alagados e terrenos com alta declividade fez com que o entorno do sítio histórico demonstrasse certa capacidade de resistência às pressões de ocupação geradas pelo adensamento populacional da RMR e implantação de grandes indústrias em Igarassu a partir dos anos 1960 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974). Isto fez com que o desenvolvimento da cidade de Igarassu ocorresse a partir de diversos núcleos, evitando-se áreas com alto custo de ocupação gerado por obstáculos naturais, ao contrário do que aconteceu com diversas cidades históricas do Nordeste, com adensamento populacional em torno de um único núcleo.

A foto 8 ilustra a presença de abundante vegetação em torno do sítio histórico e em direção ao interior. A foto 9 mostra o domínio dos coqueirais e tabuleiros litorâneos, na área compreendida entre o sítio histórico e Oceano Atlântico¹³²:



Foto 9 – Aspecto do entorno do sítio histórico de Igarassu.

O conjunto paisagístico tombado pelo IPHAN, no entorno do sítio histórico da cidade, é composto de mangues, alagados, remanescentes de Mata Atlântica, coqueirais e tabuleiros litorâneos.

Nas últimas décadas, o entorno do sítio histórico de Igarassu sofreu um processo de ocupação irregular, com a formação de favelas e pequenos núcleos habitacionais. Apesar da

declividade do terreno e ausência quase completa de infra-estrutura urbana, a ocupação desta área é vista como solução de moradia por pessoas provenientes da Zona da Mata pernambucana, em busca de emprego na RMR.

O secretário de turismo, cultura e esportes de Igarassu no período 2001-2004, Márcio Rodrigues, afirma em entrevista que a “favelização” dos arredores do sítio histórico gera problemas de entorpecentes e insegurança na área, antes ausentes.

Diversos habitantes do sítio histórico relatam que o número de assaltos e arrombamentos na área, e em sua vizinhança, aumentou muito nos últimos cinco anos. Isto gerou a proliferação de um elemento antes ausente do sítio histórico de Igarassu: grades e correntes em portas e janelas. A moradora de um imóvel da Praça Marechal Deodoro, com fachada tombada pelo IPHAN, justifica:

Eu coloquei a grade na janela porque Igarassu está igual ao Recife, a violência só faz crescer. [...] Há uns dez anos atrás, isto aqui era uma tranquilidade, agora nós escutamos problemas de roubo e assalto quase toda semana. [...] Já veio um funcionário da prefeitura [municipal de Igarassu] e um do IPHAN dizendo que eu não posso colocar grade, que é patrimônio tombado, que estou errada e tal. Agora, eu perguntei para eles quem garante a segurança do meu pai e minha mãe. Eles são idosos e eu só volto do trabalho depois das 22:00 hs. (Entrevista em Igarassu, julho de 2005).

O casario colonial do sítio histórico de Igarassu é formado por exemplares dos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX. O tombamento do conjunto arquitetônico da cidade contempla apenas a fachada e coberta das edificações, o que faz com que a quase totalidade das casas possua interior adaptado a funções contemporâneas.

O acervo tombado apresenta integridade e harmonia arquitetônica difíceis de se encontrar em outras cidades históricas brasileiras. Não há nenhum exemplar de arquitetura moderna ou contemporânea no sítio histórico; todas as casas são históricas, as mais recentes datadas do início do século XX.

¹³² Infelizmente, as duas fotos retiradas com o objetivo de mostrar a vegetação do entorno de Igarassu queimaram. A foto 9 foi tirada para mostrar a alça feita pela PMIg para o estacionamento dos ônibus de turismo, mas ela mostra um pouco a vegetação do entorno do sítio histórico de Igarassu.

Todos os exemplares estão em bom ou razoável estado de conservação. Poucas casas apresentam pequenas descaracterizações, em virtude da colocação de placas comerciais e grades de ferro em portas e janelas.

A maioria das casas é de arquitetura simples, térrea e com poucos elementos decorativos na fachada. Apenas três casas destacam-se no conjunto: a antiga maçonaria e a agência bancária do BANDEPE, pela verticalidade, e a sede da PMIg, com sua fachada coberta de azulejos portugueses¹³³.

O casario histórico concentra-se em cinco logradouros da cidade: Praça da Bandeira, Ladeira do Livramento, Rua Frei Caneca, Praça Marechal Deodoro e Rua Marechal Hermes da Fonseca. As fotos 10, 11, 12 e 13 mostram o casario do sítio histórico de Igarassu:



Foto 10 – Casario da Praça da Bandeira.

¹³³ Infelizmente, a foto da casa que abriga a sede da PMIg queimou.



Foto 11 – Casario da Praça Marechal Deodoro.



Foto 12 – Casario da Ladeira do Livramento.



Foto 13 – Casario da Ladeira dos Santos Cosme e Damião.

A maior parte do casario histórico da Praça da Bandeira, Ladeira do Livramento, Rua Frei Caneca e Rua Marechal Hermes da Fonseca é de propriedade da PMIg, que mantém no sítio histórico diversos órgãos públicos municipais, como a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e a sede da prefeitura. A sede da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu e a Casa do Artesão funcionam em casas cedidas em comodato pela PMIg¹³⁴.

O casario da Praça Marechal Deodoro é de propriedade particular. Até o início dos anos 1980, predominava o uso residencial, mas a instalação de laboratórios, firmas de engenharia e contabilidade e representações fez com que a maior parte das casas seja hoje ocupada por empresas.

As edificações religiosas de Igarassu, com exceção da Capela de São Sebastião e Igreja de Nossa Senhora do Livramento, possuem uma arquitetura monumental, sendo os principais pontos de referência do sítio histórico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974).

A Igreja dos Santos Cosme e Damião é considerada a mais antiga igreja remanescente do país. Foi construída em 1535, por ordens do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte

¹³⁴ Jorge Barretto, diretor do Museu Histórico de Igarassu (MHI), estima que das quarenta casas existentes nestes quatro logradouros, pelo menos trinta pertencem à PMIg.

Coelho Pereira, em memória da vitória portuguesa sobre os índios tupis, fato que marca a fundação da primeira vila da Capitania de Pernambuco (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974). Atualmente, é a igreja matriz de Igarassu.

Situa-se na parte alta do sítio histórico, ao lado do MHI e em frente à Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, e possui estilo arquitetônico maneirista, com influências barrocas em seu interior. A fachada é simples, com torre e nave única. Há dois altares laterais, além do altar-mor (IGARASSU, 2005a).

Ademais, ostenta dezenas de imagens barrocas, dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Conta ainda com as imagens originais dos santos Cosme e Damião, vindas de Portugal quando de sua inauguração, no início do século XVI. Os altares são de madeira, em estilo rococó, os púlpitos em pedra lavrada e a sacristia possui arcaz, cômodas e lavabo de pedra trabalhada. No altar-mor, há tribunas de jacarandá. O quintal da igreja funciona como mirante, de onde é possível observar a parte baixa do sítio histórico, remanescentes de mata atlântica e parte do distrito industrial às margens da rodovia BR-101.

A igreja possui relíquias dos santos Cosme e Damião, guardadas em seu interior. De acordo com Teixeira (1998), a Igreja dos Santos Cosme e Damião era um dos principais centros de peregrinação religiosa de Pernambuco durante os séculos XVI e XVII. Encontra-se em bom estado de conservação, e é aberta à visitação das 09:00 às 13:00 hs e das 14:00 às 17:00 hs. O acesso rodoviário é pavimentado e em bom estado de conservação. A Igreja dos Santos Cosme e Damião foi tombada pelo IPHAN em 25.05.1951, através do processo 359-T-45 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

A foto 14 mostra o Pátio dos Santos Cosme e Damião, e a foto 15 a Igreja dos Santos Cosme e Damião:



Foto 14 – Pátio dos Santos Cosme e Damião.



Foto 15 – Igreja dos Santos Cosme e Damião.

A Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus começou a ser contruída em 1742; em 1758 foi concluída. É o primeiro convento da Ordem do Sagrado Coração de Jesus no Brasil. Em 1850, a fachada da igreja ruiu, sendo refeita em apenas trinta dias, fato notável à época (IGARASSU, 2005a).

Situa-se na parte alta do sítio histórico, ao lado do Museu Histórico de Igarassu e em frente à Igreja dos Santos Cosme e Damião.

O conjunto arquitetônico é de estilo barroco, com interior simples. Destacam-se quatro imagens em tamanho natural, como a de Nossa Senhora da Conceição. A parte interna do convento encontra-se descaracterizada, com parte condenada pelo IPHAN.

A igreja encontra-se em bom estado de conservação, e é aberta à visitação das 08:00 às 11:30 hs e das 14:00 às 16:30 hs. O convento não é aberto à visitação. O acesso rodoviário é pavimentado e em bom estado de conservação. A Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus foi tombada pelo IPHAN em 25.05.1951, através do processo 359-T-45 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

A foto 15 mostra o Pátio dos Santos Cosme e Damião, sendo possível visualizar a Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus no lado esquerdo da foto. A foto 16 mostra a imponência do conjunto arquitetônico tombado:



Foto 16 – Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus.

A Capela de Nossa Senhora do Livramento foi construída em meados do século XVIII, por iniciativa dos “homens bons” de Igarassu, termo usado na época para designar pessoas ligadas a instituições assistenciais e religiosas, bem como conselheiros da cidade

(TEIXEIRA, 1998). Era a igreja da elite civil e religiosa de Igarassu, motivo que a fez funcionar como matriz durante longo período de tempo.

Situa-se na Praça da Bandeira, ao lado da sede da PMIg. A igreja possui estilo arquitetônico barroco, sendo feita de tijolo manual, pedra e cal. A fachada é simples, composta por porta única, duas janelas e sem torre sineira. O desabamento do telhado, no início do século XX, fez a Capela de Nossa Senhora do Livramento perder seus altares e mobiliário, restando algumas imagens, que se encontram na Igreja dos Santos Cosme e Damião. Encontra-se em bom estado de conservação e não é aberta à visitação. Há missas duas vezes por mês. O acesso rodoviário é pavimentado e em bom estado de conservação. A Capela de Nossa Senhora do Livramento foi tombada pelo IPHAN em 25.05.1951, através do processo 359-T-45 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994)

A foto 17 mostra a Capela de Nossa Senhora do Livramento:



Foto 17 – Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

A Capela de São Sebastião foi construída em 1735, provavelmente em comemoração aos duzentos anos da Igreja dos Santos Cosme e Damião, pelo conselho municipal de Igarassu (IGARASSU, 2005a).

A capela domina a paisagem da Praça Marechal Deodoro. De estilo arquitetônico barroco, com influência maneirista, sua fachada é composta por uma porta, duas janelas e pequena torre sineira lateral. O interior é simples, com altares de pedra.

A igreja encontra-se em bom estado de conservação, e é aberta à visitação em horários variáveis. Há uma missa por semana, às quintas-feiras. O acesso rodoviário é pavimentado e em bom estado de conservação. A Capela de São Sebastião foi tombada pelo IPHAN em 25.05.1951, através do processo 359-T-45 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

Um dos integrantes da Confraria de São Sebastião explica o horário de abertura da igreja:

A igreja fica fechada, pois se deixarmos ela (sic) aberta alguém pode entrar e roubar uma imagem, crucifixo, ou mesmo os pertences de membros da confraria que ficam na sacristia. A confraria é muito pobre, então não podemos pagar alguém para tomar conta. Como quase não vêm turistas para cá, muito raramente chamam a gente para abrir a igreja. [...] É só chamar naquela casa ali, que a mulher tem a chave da igreja. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

A foto 18 mostra a Praça Marechal Deodoro, a partir da Capela de São Sebastião. A foto 19 retrata o monumento tombado:



Foto 18 – Casario histórico da Praça Marechal Deodoro.



Foto 19 – Capela de São Sebastião.

O sítio histórico de Igarassu conta com ruínas de duas igrejas. A Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia foi construída em meados do século XVI, sendo o local de realização dos Autos da Inquisição na então Vila de Igarassu. Durante a invasão holandesa, serviu de quartel-general às tropas holandesas e foi palco de estupros de mulheres locais por parte dos invasores. Após a restauração pernambucana, a igreja foi abandonada pela população, arruinando-se. Resta de pé a parede lateral erguida do lado norte.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída em 1701. Resta de pé parte da parede lateral construída do lado norte, em avançado estado de deterioração.

A foto 20 retrata o que restou da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, e a foto 21 mostra as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos:



Foto 20 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia.



Foto 21 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

A Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu foi construída em meados do século XVIII, sendo a maior de seu gênero no Estado de Pernambuco até a construção da Casa de Detenção do Recife, nos anos 1850. Atualmente, o prédio abriga a Câmara Municipal de Igarassu, e se encontra em bom estado de conservação. É aberta à visitação de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 hs (IGARASSU, 2005a). O acesso rodoviário é pavimentado e em bom estado de conservação. Faz parte do conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarassu, tombado pelo IPHAN.

A Câmara Municipal de Igarassu conta com um vereador perpétuo: Santo Antonio. Pela participação do santo, a Igreja e Convento de Santo Antonio recebe um salário mínimo anual. Como coloca Inaldo Félix, tesoureiro da Associação dos Guias de Turismo de Igarassu: “Santo Antonio é o melhor vereador do Brasil: nunca falta a nenhuma reunião, não rouba e é a menor despesa da câmara municipal. Já quem faz companhia a ele...” (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

A foto 22 mostra a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu:



Foto 22 – Casa de Câmara e Cadeia.

O Sobrado do Imperador foi construído para receber o Imperador Dom Pedro II, em sua segunda visita ao Nordeste do Brasil, em 1859. Com dois pavimentos, apresenta estilo colonial e se encontra em avançado estado de deterioração. Pertence à PMIg, e já abrigou o

fórum da cidade e o MHI. Atualmente, encontra-se fechado à visitação. O acesso rodoviário é pavimentado e se encontra em bom estado de conservação.

Jorge Barretto relata a breve passagem do Imperador Dom Pedro II pela cidade:

O sobrado foi construído para Dom Pedro II, para ele conhecer a cidade e pernoitar [em Igarassu]. Ele veio do Engenho Monjope, e ficou impressionado com o luxo e requinte da casa grande. Então, ao invés de dormir em Igarassu, no sobrado que construíram para ele, Dom Pedro II preferiu passar mais uma noite no Monjope. [...] Construíram a casa e o homem passou duas ou três horas lá. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

O Museu Histórico de Igarassu foi inaugurado em 24.01.1954, na data da rendição dos holandeses na Campina da Taborda. O Instituto Histórico de Igarassu tinha como objetivo reunir, em único lugar, peças, livros e documentos que pudessem contar a história da cidade, do Estado de Pernambuco e, eventualmente, do país. A primeira sede do museu foi no Sobrado do Imperador. Depois de passar por outros lugares, foi instalado em três casas no Pátio dos Santos Cosme e Damião, entre a Igreja dos Santos Cosme e Damião e Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus¹³⁵.

Nos anos 1970, as casas e o acervo do museu foram transferidos à PMIg, dada a incapacidade do Instituto Histórico de Igarassu de manter o museu. Artur Malheiros, em nota de jornal no início dos anos 1970, expõe a situação presente no museu:

Teria, repito, continuado [a escrever sobre o carnaval do Recife], não fôsse o fato curioso de me deparar com a notícia de que o Instituto Histórico de Igarassu fechou suas portas à visitação pública porque seu cicerone entrou de férias. E o presidente da instituição, mostrando que a diretoria não dispõe de meios para contratar um substituto e nem mesmo para a manutenção do museu, admite que, mesmo com a volta do cicerone, a casa continue fechada. (Diário da Noite, 10.01.1972).

As três casas do Museu Histórico de Igarassu (MHI) apresentam estilo colonial, tendo sido construídas no século XIX. Jorge Barretto descreve o acervo do museu:

¹³⁵ Estas informações foram prestadas por Jorge Barretto, diretor do MHI, durante entrevista em janeiro de 2005, na cidade de Igarassu.

Perg.: No que consiste o acervo do MHI?

Resp.: O acervo do museu é um tanto eclético. Consiste de armas, mobiliário, arte sacra, numismática, que não está exposta no momento, pois as moedas ainda estão sendo catalogadas, e temos também documentos e jornais antigos. A maior parte das peças pertence ao século XIX, embora tenhamos peças de outras épocas. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

O MHI cobra R\$ 1,00 de ingresso, e o horário de funcionamento é das 07:00 às 17:00 hs, de segunda a sexta-feira, e das 09:00 às 12:00 hs, aos sábados e domingos. Estudantes de escolas particulares e idosos pagam apenas R\$ 0,50, e estudantes de escolas públicas não pagam ingresso para visitar o museu.

No início dos anos 1970, época do tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarassu pelo IPHAN, o sítio histórico da cidade apresentava diversos problemas de conservação e descaracterização de monumentos e casario. Havia o risco de perda irreversível de bens culturais edificados, e a área sofria com as pichações nas paredes de casas, igrejas e outros monumentos.

Nos últimos trinta e cinco anos, trabalhos de recuperação e conservação do patrimônio material transformaram o sítio histórico de Igarassu em um dos mais bem conservados do Brasil. O Sobrado do Imperador, em avançado estado de deterioração, é uma exceção.

A Casa de Câmara e Cadeia chega ao final dos anos 1970 em péssimo estado de conservação. A restauração inicia-se em 1980, com verbas estaduais e municipais, terminando apenas em 1985, em virtude de problemas com a primeira empresa encarregada do restauro. Parte da edificação correu risco de desabar no início dos anos 1980. A legenda da foto que ilustra matéria sobre os monumentos de Igarassu, retratando o interior da Casa de Câmara e Cadeia, resume a situação do monumento: “O teto do interior da cadeia está em iminência de desabamento, sem solução.” (Diário de Pernambuco, 02.05.1983).

Atualmente, o monumento é utilizado como sede da Câmara Municipal de Igarassu, e apresenta bom estado de conservação.

O conjunto arquitetônico do Museu Histórico de Igarassu (MHI), após décadas sem passar por reformas estruturais, foi alvo de serviços de restauro em 2003 e 2004, a partir de

convênio firmado entre IPHAN e PMIg¹³⁶. Questionado a respeito das fontes de recursos do MHI, Jorge Barretto diz:

Perg.: As únicas fontes de recursos do MHI são a bilheteria e o tesouro municipal?

Resp.: Não, há também os recursos advindos de convênios. (...) Ano passado, nós só fizemos um , que foi o de restauração do prédio do museu.

Perg.: Com quem foi feito este convênio?

Resp.: Fizemos com o governo federal, com o Ministério da Cultura através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] R\$ 124.000,00, em uma restauração que custou R\$ 300.000,00. O restante foi dinheiro verde e branco. A contrapartida do município era de, no máximo, 50% do valor inicial do convênio, que daria R\$ 60.000,00, mas com isto não dava para terminar a obra, pois quando se começou a reformar as edificações e parte do acervo, percebeu-se que a situação era mais crítica do que se imaginava. Com isto, a PMIg fez aportes adicionais, e chegou a bancar mais da metade do projeto. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

Márcio Rodrigues, secretário de turismo, cultura e esportes de Igarassu entre 2001 e 2004, classifica a recuperação do MHI como uma das marcas mais importantes de sua gestão:

Eu foquei muito a minha ação na questão de preservação do patrimônio. Durante este período, a gente conseguiu restaurar totalmente o MHI, que estava em uma situação calamitosa, prestes a ruir, além do mobiliário e de algumas peças. [...] Nós tivemos recursos do Ministério da Cultura e a restauração foi supervisionada pelo IPHAN, que é atribuição deste órgão o restauro de monumentos tombados a nível federal. [...] Poucas cidades do Brasil e de Pernambuco têm sítio histórico tombado. [...]. (Entrevista em Igarassu, 21.07.2005).

O MHI encontra-se aberto à visitação, e em bom estado de conservação.

A Capela de Nossa Senhora do Livramento talvez seja a igreja mais restaurada nos últimos trinta e cinco anos em todo o Brasil. No início dos anos 1970, a igreja é restaurada e transformada em posto de saúde municipal da PMIg (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1974). A equipe de trabalho da Universidade Federal de Pernambuco

¹³⁶ Os serviços de restauro contemplaram, também, algumas peças do acervo. A PMIg não disponibilizou cópia do convênio para análise.

(UFPE), de natureza multidisciplinar, aponta que o aproveitamento da Capela de Nossa Senhora do Livramento para outras funções prejudica a conservação do bem cultural edificado¹³⁷. A comunidade local também não aprovou a nova utilização, como mostra a passagem abaixo:

A Igreja do Livramento, construída em 1774, foi transformada em Departamento de Saúde, o que constitui motivo de queixa por parte dos fiéis. Na gestão do prefeito Clóvis Lacerda Leite, o templo foi totalmente restaurado, o que reforça a tese dos que criticam a omissão, agora, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] O altar é “ornamentado” com materiais pertencentes ao extinto Centro Comunitário de Itapissuma, e ninguém sabe onde estão as imagens religiosas. A igreja é tradicional e fica localizada no Centro Turístico de Igarassu, desempenhando o papel de matriz por alguns anos. (Diário de Pernambuco, 20.06.1974).

No início dos anos 1980, a Capela de Nossa Senhora do Livramento é novamente restaurada, como aponta a passagem abaixo:

A Igreja do Livramento, cuja fundação remonta a 1774, foi também parcialmente restaurada em 1981, mas está fechada – não entregue ainda à comunidade por faltar a instalação elétrica. A Prefeitura pretende nela abrigar o Museu de Arte Sacra de Igarassu, a ser criado ninguém sabe quando¹³⁸.

Em 1986, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento sofre novo projeto de recuperação, fruto de parceria entre governo estadual, PMIg e Fundação Alcoa:

A partir das 10h de hoje, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), órgão vinculado à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Governo do Estado, inaugura, neste município, as obras de restauração das igrejas de Nossa Senhora da Boa Viagem de Pasmado, e de Nossa Senhora do Livramento, com a presença do governador Gustavo Krause. [...] Sobre a Igreja de Nossa Senhora do Livramento, a sua conservação, segundo o presidente da Fundarpe, professor Roberto Pereira,

¹³⁷ A equipe era formada por profissionais das áreas de arquitetura, sociologia, engenharia, assistência social e economia, entre outras. A pesquisa tinha como objetivos realizar um diagnóstico social, econômico e cultural de Igarassu e fornecer subsídios para o modelo de intervenção do PCH na cidade.

¹³⁸ Este museu nunca chegou a ser criado. A Igreja de Nossa Senhora do Livramento continuou a ser utilizada como posto de saúde municipal até meados dos anos 1980. Não foi possível recuperar data e nome da reportagem; este documento foi recolhido nos arquivos da EMPETUR, e está em péssimo estado de conservação.

é o resultado dos esforços conjuntos empreendidos pela instituição, Prefeitura de Itamaracá¹³⁹ e Fundação Alcoa. (...) ¹⁴⁰. (Diário de Pernambuco, 22.10.1986).

Após esta reforma, a Capela de Nossa Senhora do Livramento foi utilizada como cinema, centro comunitário e, por fim, oficina de arte. Recentemente, o prédio voltou ao controle da Arquidiocese de Olinda e Recife, que realiza duas missas por mês no local. Encontra-se em bom estado de conservação.

A Capela de São Sebastião apresentava razoável estado de conservação em meados dos anos 1970 (BRASIL, 1976). Apesar de não ser contemplada oficialmente pelo PCH, o monumento recebeu serviços de restauro por parte de técnicos da FUNDARPE, dentro do projeto PE-011¹⁴¹. Como diz Melônia Costa Carvalho: “Outra coisa que foi feita foi doar, para as pessoas que residiam na Praça Marechal Deodoro e arredores, parte do material que sobrou da restauração da Igreja de São Sebastião, feita dentro deste projeto do PCH.” (Entrevista no Recife, 30.06.2005).

No século XXI, a Capela de São Sebastião volta a apresentar problemas, sofrendo novo processo de restauro. Inaldo Félix diz:

A Capela de São Sebastião tinha um problema no teto, que estava cedendo. Inclusive o teto caiu, mas a própria igreja, junto com a prefeitura e a comunidade, reformou o telhado e ela deveria estar aberta. Eu não sei o motivo de ela ficar fechada, é um mistério para mim. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

A Igreja dos Santos Cosme e Damião, por ser a remanescente mais antiga do Brasil, sofreu uma série de projetos de recuperação e conservação da edificação e acervo móvel por parte do IPHAN nos últimos anos. Encontra-se em bom estado de conservação, com alguns

¹³⁹ Evidente lapso do jornal; a PMIg foi a parceira do governo estadual e Fundação Alcoa no projeto de restauração.

¹⁴⁰ O trecho final da reportagem encontra-se rasurado. Informações coletadas em entrevistas com Jorge Barretto e Inaldo Félix dão conta que a Igreja de Nossa Senhora do Livramento foi utilizada para diversas atividades culturais entre meados dos anos 1980 e 2004. O projeto de restauro contou com verbas da PMIg e Fundação Alcoa, cabendo à FUNDARPE a supervisão dos trabalhos.

¹⁴¹ Agenciamento da Praça Marechal Deodoro e restauração do mercado municipal, da casa nº 83, para instalação da agência do BANDEPE, e das fachadas do casario da Rua Joaquim Nabuco.

problemas nas talhas do altar-mor. No final dos anos 1990, o altar do Santíssimo Sacramento foi recuperado, em uma parceria entre IPHAN e a paróquia local. A PMIg participou do projeto com a recuperação do muro de arrimo, que sustenta os alicerces da igreja, e a troca da instalação elétrica do monumento.

A Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus foi alvo de investimentos do PCH nos anos 1970, quando a igreja foi recuperada. No ano de 2005, a PMIg executou serviços de recuperação da coberta, com recursos próprios. Encontra-se em bom estado de conservação.

O Sobrado do Imperador é o único monumento em avançado estado de deterioração em Igarassu. O prédio foi desocupado pelo fórum da cidade no início dos anos 1970, não sendo utilizado desde então. O prédio aguarda serviços de restauro há mais de trinta anos:

O “Casarão de Igarassu”, a conhecida casa que hospedou D. Pedro II quando de sua visita à histórica cidade, e que mais tarde funcionou como Fórum, encontra-se fechado. A Prefeitura aguarda instruções do Patrimônio Histórico, para iniciar as reformas¹⁴². (Diário de Pernambuco, 28.02.1975).

O casario histórico de Igarassu apresentava uma série de problemas de conservação em meados dos anos 1970. As casas da Praça Marechal Deodoro, por exemplo, encontravam-se descaracterizadas e em estado precário de estabilidade física (BRASIL, 1976). Melônia Costa Carvalho, ex-assistente social da FUNDARPE, descreve a situação encontrada pelos técnicos da entidade em 1976:

Havia um casario, composto de 28 casas e uma praça. Quando nós chegamos, já havia muitas casas descaracterizadas; em uma das casas, onde havia uma pequena padaria, as portas tinham sido substituídas por esteiras de ferro, totalmente descaracterizada. (Entrevista no Recife, 30.06.2005).

Rosa Bonfim, arquiteta da FUNDARPE responsável pela reforma do casario da Praça Marechal Deodoro, diz:

[...] A recuperação das fachadas foi um trabalho exemplar da FUNDARPE. Foi feito com a participação de uma assistente social [Melônia Costa

¹⁴² O quarto tópico deste capítulo analisa as propostas de restauro e utilização turística desta edificação.

Carvalho] e nós conseguimos que todos os proprietários, sem exceção, permitissem a recuperação das fachadas. Foram retirados azulejos e basculantes, e isto são símbolos, no interior, de ascensão social. [...] Até hoje, apesar de não haver fiscalização e de terem colocado placas de anúncios, ainda se mantém, mais ou menos, como na época da conclusão do projeto. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

A maior parte do casario histórico encontra-se, atualmente, em bom estado de conservação. O PCH estendeu sua ação a diversas partes do sítio histórico nos anos 1970 e 1980, e a PMIg conserva o patrimônio sob sua propriedade. Os proprietários particulares são beneficiados pela pintura periódica da fachada de suas casas, financiada pela PMIg ou empresas parceiras. No corrente ano de 2005, todo o sítio histórico será pintado, de acordo com o secretário municipal de planejamento, patrimônio histórico e meio ambiente de Igarassu:

Até o turista mais desatento vai direcionar os olhos para a fachada das pequenas casas de porta e janela de Igarassu. Uma aquarela de cores compõe o cenário de uma das primeiras vilas do País, fundada em 1535 por Duarte Coelho. É que o casario do século 18, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) há mais de três décadas, teve a pintura reforçada. [...] O armazém Orange Tintas e as Tintas Ipiranga doaram o material e a prefeitura pagou a mão-de-obra. (Jornal do Comércio, 27.10.2005).

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu é abordada no terceiro tópico deste capítulo, com a descrição de seu conjunto arquitetônico, paisagístico e histórico e análise do processo de restauração empreendido pela FUNDARPE e, num segundo momento, pela Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS).

5.3. Igreja e Convento de Santo Antonio: seu restauro a partir de 1985.

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu é o terceiro convento franciscano fundado no Brasil, e o primeiro sob a invocação de Santo Antonio. O estilo arquitetônico do conjunto é denominado “Escola Franciscana do Nordeste”, tendo sido identificado por pesquisadores como Robert Smith e Germain Bazin.

A “Escola Franciscana do Nordeste” é o único estilo arquitetônico genuinamente brasileiro, ao lado das obras de Aleijadinho. Ulisses Pernambucano de Mello, neto, lista os catorze exemplares existentes no Brasil:

Vamos começar do Norte: João Pessoa, Igarassu, Olinda, Recife, Paudalho, o Mosteirinho, Ipojuca, Sirinhaém, Marechal Deodoro, Penedo, São Cristóvão, Salvador, São Francisco do Conde, Santo Antonio de Paraguaçu e Cairu. Se não citei todos, estão quase todos¹⁴³. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Virgínia Pernambucano de Mello, historiadora aposentada da FUNDARPE, complementa:

É uma escola no Nordeste já identificada por historiadores, como Germain Bazin, que você conhece, não é? [...] A ordem franciscana é diferenciada aqui no Nordeste, mesmo ela tendo sede em Portugal. Os conventos franciscanos do Nordeste são diferentes dos de outros locais, como do Rio de Janeiro, por exemplo. [...] Eu concordo que seja um estilo arquitetônico único do Brasil, além de Aleijadinho. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Alguns elementos artísticos presentes na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu têm destaque nacional e mundial. Roberto Carneiro da Silva, técnico da FUNDARPE especialista em ajulejaria portuguesa, coloca:

Há um comentário de um historiador português, José [inaudível], um grande historiador na arte de azulejaria portuguesa, que diz que ele conhece toda a parte de azulejaria portuguesa, no Brasil e em Portugal, e que os azulejos do lavabo da sacristia da Igreja de Santo Antonio são os exemplares mais bonitos e mais completos de que tem conhecimento. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

A pinacoteca instalada na antiga sala dos noviços é considerada a mais importante da fase colonial brasileira (TIRAPELI, 1999). Conta com 24 quadros, provenientes da Igreja dos Santos Cosme e Damião, Sé de Olinda e do próprio Convento de Santo Antonio em Igarassu.

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu é um dos quatro monumentos históricos pernambucanos classificados com três estrelas no Guia Quatro Rodas Brasil, junto com o Conjunto Franciscano do Recife (listado como Capela Dourada), Basílica de São Bento

¹⁴³ Os exemplares do Paudalho e Santo Antonio de Paraguaçu encontram-se em ruínas.

(Olinda) e Conjunto Franciscano de Olinda (listado como Convento de São Francisco)¹⁴⁴ (EDITORA ABRIL, 2004).

Freyre (1968a, p. 160) recomenda uma visita à Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu para o visitante que esteja de passagem pelo Recife:

Demorando no Recife, o turista não deixe de ir a Olinda. É a mãe do Recife. Podendo vá também a Iguaçu, que é a avó. Cidade morta, com velhas igrejas e um convento de frades de São Francisco do século XVI – hoje recolhimento de moças, dirigido por freiras – cheio de jacarandás e azulejos velhos, Iguaçu foi um dos primeiros pontos de colonização portuguesa da América.

Freyre (1968b, p. 130) volta a recomendar Igarassu, desta vez para o turista interessado em conhecer Olinda:

De automóvel vai-se facilmente de Olinda não só a Iguaçu – resto de velha e ilustre cidade, com igrejas e um convento de franciscanos dos mais remotos dias brasileiros, que pode ser considerada a mãe de Olinda e a avó do Recife (...) Em Iguaçu não deixe o turista de ver a pinacoteca ali reunida, em ambiente ideal para pinturas religiosas brasileiras do tempo colonial, pela Delegacia, em Pernambuco, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O gerente de produtos da Idéia Tours, agência de turismo receptivo especializada em prestar serviços para turistas estrangeiros no Brasil¹⁴⁵, ressalta a importância da pinacoteca na oferta turística pernambucana:

É um dos destaques de Pernambuco. [...] A pinacoteca é tão importante que agora, de novo, três quadros estão faltando por estarem em uma exposição em São Paulo, e dois anos atrás quatro foram para uma exposição no Guggenheim de Nova Iorque. Os estrangeiros acham que esta pinacoteca é a mais importante de toda a América do Sul. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

¹⁴⁴ Dos quatro monumentos listados com três estrelas em Pernambuco, três pertencem à Escola Franciscana do Nordeste. Os exemplares deste estilo arquitetônico no Penedo (Estado de Alagoas) e João Pessoa são listados com três estrelas também, e o Conjunto Franciscano de Salvador faz parte do seletor grupo de atrações classificadas com quatro estrelas.

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu foi fundada em 1588, sendo o terceiro convento franciscano construído no Brasil e o primeiro sob a invocação de Santo Antonio. A primeira edificação, feita em taipa, foi substituída por construção de pedra e cal entre 1592 e 1594 (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985). O monumento foi invadido em 1632, durante a ocupação batava, no horário da missa. Foi então saqueado, mutilado e alguns franciscanos foram aprisionados. Permaneceu abandonado até 1535, quando foi recuperado pelos religiosos. Em 1539, a Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu é novamente invadida pelos holandeses. Como coloca Pereira da Costa:

O Convento foi ocupado por alguns ministros da religião protestante que foram residir na localidade, os quais transformaram a sua igreja em templo calvinista, e livremente exerceram o ministério da sua seita enquanto durou a dominação batava. (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985, p. 7).

Entre os anos 1650 e 1786, seguem-se trabalhos de reparo dos estragos causados pelos holandeses, recuperação, ampliação, reconstrução e remodelação do conjunto arquitetônico da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu. As últimas obras do conjunto são a pintura do forro da nave da igreja em 1749, assinada por Rabelo (TIRAPELI, 1999), e a construção do cruzeiro existente no adro que precede a Igreja em 1786 (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985). Em 1753, começa a construção da Capela da Ordem Terceira, localizada ao lado da Igreja de Santo Antonio, do lado do Evangelho.

Em meados do século XIX, inicia-se um longo período de decadência. Em 1846, a categoria de sede do noviciado é extinta, com a perda de importância religiosa do conjunto dentro da Igreja Católica¹⁴⁵. Em 1848, a Igreja e Convento de Santo Antonio é invadida por tropas durante a Revolução Praieira, que danificam substancialmente o conjunto (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985). A igreja da

¹⁴⁵ 90% dos clientes da Idéia Tours são europeus, de acordo com o gerente de produtos. Os proprietários são holandeses e fundaram a empresa em 1994.

¹⁴⁶ Há registros de que o clérigo que tinha o cargo de guardião deixa de residir no Convento de Santo Antonio, apenas o visitando periodicamente.

Ordem Terceira, em data incerta, arruina-se, não existindo mais vestígios no local de sua construção.

No início do século XX, a Igreja e Convento de Santo Antonio é abandonada pelos frades franciscanos, permanecendo fechada durante anos. Frei Marcondes, guardião da Igreja e Convento de Santo Antonio no Recife, diz:

A ordem franciscana tem um espírito peregrino; estas igrejas e conventos representam um peso para nós. Gasta-se muito para manter a Igreja e Convento [de Santo Antonio no Recife] funcionando, isto prende muito os frades. [...] Nós entregamos o convento de Igarassu há quase cem anos, porque era de difícil acesso ao Recife. Os frades deixaram o convento e o entregaram à Arquidiocese de Olinda e Recife. [...] Nós não temos mais nada com o convento de Igarassu, agora ele é ocupado por irmãs do Sagrado Coração de Jesus. (Entrevista no Recife, 23.06.2005).

Nos anos 1930, a Igreja e Convento de Santo Antonio foi ocupada por religiosas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, que mantinha uma escola em parte do convento, em conjunto com o governo estadual. Irmã Plácida, atual madre superiora do convento, diz:

Este convento era das irmãs do Bom Pastor, mas elas adoeceram e entregaram à Arquidiocese de Olinda e Recife, porque este convento pertence à arquidiocese. Ele ficou muito tempo abandonado, sem ninguém. Então, Dom Miguel¹⁴⁷ chamou as irmãs do Sagrado Coração de Jesus e nos entregou, na década de 40, acho que em 1942. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu foi tombada pelo IPHAN em 17.05.1938, através do processo 131-T-38 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994). O processo de tombamento contempla o conjunto arquitetônico e paisagístico da área definida pela antiga cerca conventual e o cruzeiro fronteiro.

A Igreja de Santo Antonio é formada por galilé, nave, capela-mor, ambiente atrás do altar, sacristia e lavabo. Segundo Clarival do Prado Valladares, a Igreja de Santo Antonio possui

¹⁴⁷ Dom Miguel de Lima Valverde, então arcebispo de Olinda e Recife.

“dos mais ricos e bem conservados forros de galilé setecentistas no Brasil.” (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985). As paredes laterais da nave são revestidas de azulejos portugueses setecentistas, com três tribunas na parte superior, todas abertas à galeria superior do claustro e guarnecidas com balcões de madeira em estilo rococó. O coro apresenta imponente cadeiral de jacarandá, grade guarnecida por quatro tímpanos em madeira dourada e policromada e a imagem do crucificado.

A nave e capela-mor apresentam forro que narra a vida de São Bernardino, São Diogo, São Pedro e São Nicolau, em pintura assinada por Rabelo. O forro sob o coro é constituído por três painéis com temas da vida de Santo Antonio.

Os altares colaterais não possuem estilo próprio, mas apresentam influências rococó. Os altares apresentam talhas com elementos florais e colunas retorcidas que terminam em pequenos capitéis coríntios. O altar do lado do evangelho suporta a imagem de Nossa Senhora do Ó, e o do lado da epístola, a imagem de São José.

A nave é ligada à capela-mor por arco cruzeiro em pedra lavrada. A base deste arco é coberta por talhas em madeira, que se prolongam nos dois altares laterais. O retábulo da capela-mor apresenta trabalho menos rebuscado do que os altares laterais, com a imagem de Santo Antonio no nicho central, ladeada de Santana Mestra e de São Francisco de Assis. Nos nichos laterais, encontram-se as imagens dos santos Cosme e Damião¹⁴⁸.

A sacristia apresenta paredes revestidas de azulejos portugueses, com motivos alegóricos. O arcaz é de jacarandá entalhado, cujo alçado traz painéis de Santo Agostinho, São Gregório, Santo Ambrósio e São Jerônimo, considerados doutores da Igreja Católica. Ao centro, há um altar de talha dourada com a imagem do crucificado. O forro de madeira, pintado em técnica ilusionista, retrata a glorificação da Virgem Maria.

¹⁴⁸ Apenas a imagem de Santo Antonio encontra-se no altar-mor. As imagens dos santos Cosme e Damião, de Santana Mestra e São Francisco de Assis ainda não foram restauradas, estando expostas na pinacoteca. Neste local, há também uma imagem de São Francisco Xavier, aguardando restauro.

O lavabo de pedra lioz portuguesa possui estilo de transição do maneirismo ao barroco. O lavabo encontra-se em um nicho abobadado da sacristia, revestido por completo de azulejos portugueses setecentistas com motivos bucólicos.

O Convento de Santo Antonio possui dois pavimentos. No primeiro, destaca-se a Capela do Capítulo, que conta com quadros antigos e forro pintado. No segundo pavimento, a antiga sala dos noviços foi transformada em pinacoteca, com a exposição de vinte e quatro quadros de arte sacra do período colonial brasileiro. Há também cinco imagens barrocas, pertencentes à Igreja de Santo Antonio.

Há outras edificações antigas na área definida pela cerca conventual, como a casa do sal e casa da lenha, mas de menor valor histórico e artístico. O cruzeiro original, de 1786, desmoronou nos anos 1990 e se encontra exposto na sacristia. Uma réplica foi construída no local do original. A área definida pela antiga cerca conventual é marcada pela presença de mangue, coqueiros, bananeiras, hortas, jardins e sapotizeiros.

A foto 23 mostra a fachada da Igreja de Santo Antonio e parte do convento, a partir da entrada da cerca conventual:



Foto 23 – Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu.

Não foi possível tirar fotos do interior da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, pois a FUNDARPE tem o direito de imagem do monumento.

Após tomar a Igreja e Convento de Santo Antonio em 1938, o IPHAN realizou um trabalho de recuperação parcial do conjunto arquitetônico em 1952, com o restauro total da fachada principal, demolição de alpendres e transformação dos vãos dailharga da nave, do lado do evangelho, em seteiras (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985). Em 1957, o órgão de proteção federal criou uma pinacoteca na antiga sala dos noviços do Convento de Santo Antonio, com pinturas sacras do período colonial.

Em meados dos anos 1980, a Igreja e Convento de Santo Antonio apresenta avançado estado de deterioração, com risco de perda irreversível de elementos artísticos e de desmoronamento de algumas partes do conjunto¹⁴⁹. A passagem abaixo ilustra o estado crítico de conservação encontrado em 1983:

Atualmente abrigando 70 crianças em regime de semi-internato, o convento é administrado pelas freiras da ordem do Sagrado Coração de Jesus. A falha mais gritante está na instalação elétrica – muito antiga, com fios descobertos próximos a madeiras centenárias, com risco de incêndio – sumária, mal-elaborada, proporcionando péssima iluminação interna. Em dias de festa, é preciso puxar gambiarras de postes, na rua, para melhor iluminar monumento histórico tão importante. Outra série ameaça são as goteiras, ainda não corrigidas ‘devido à complexidade do telhado’, quase todo forrado e com figuras iconográficas de rara beleza. [...] Todo o reboco das paredes está fofo, necessitando de reposição imediata. O altar-mor está seriamente danificado pelo cupim. [...] Os azulejos decorados estão caindo em vários locais, principalmente na sacristia, devido à muita umidade nas paredes. Há portas bem danificadas, que, se forem abertas, dificilmente voltarão à posição de ‘fechada’. [...] Sua última restauração data da década de 50. (Diário de Pernambuco, 02.05.1983).

¹⁴⁹ Os arquivos da FUNDARPE não fornecem muitas informações sobre o estado de conservação da Igreja e Convento de Santo Antonio na primeira metade dos anos 1980, nem sobre o processo de recuperação do monumento, iniciado em 1985. Os períodos mais críticos são 1997-2000 e 2001-2005, já que não há nenhum documento sobre o que aconteceu nestes oito anos de intervenção.

Em virtude da escassez de informações documentais, bem como da fragmentação dos poucos trabalhos e ofícios encontrados no órgão estadual, o processo de restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu será analisado a partir de notícias de jornais e entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente na recuperação do monumento.

Roberto Carneiro da Silva, técnico da FUNDARPE, descreve a situação encontrada na Igreja e Convento de Santo Antonio em 1985:

“Eu participei, digamos assim, de A a Z no projeto de recuperação. Os trabalhos iniciaram em setembro de 1985 e o primeiro passo foi a restauração da área civil. O convento estava bastante degradado, apresentava fissuras, e o trabalho inicial foi a estabilização da edificação como um todo, com a consolidação das partes. Eu fui chamado para lá na questão do revestimento azulejal português, porque eu já tinha experiência de um trabalho realizado no Convento Franciscano de Olinda. Por conta da estabilização das paredes que estavam fissuradas, outras com rachaduras comprometedoras...

Perg.: Havia o risco de desabamento?

Resp.: Não havia risco iminente, mas havia risco se não houvesse a intervenção. Não no conjunto total, mas em áreas pontuais, como, por exemplo, o lavabo da sacristia. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

O Projeto de Restauração e Instalação do Museu do Convento de Santo Antonio fez parte do Programa Especial para a Região Metropolitana do Recife, através de convênio entre a Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, FIDEM e FUNDARPE, que executou o projeto¹⁵⁰ (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985).

O projeto foi proposto em maio de 1985, e as obras na Igreja e Convento de Santo Antonio começaram em setembro do mesmo ano, para a estabilização da edificação.

O projeto previa o restauro do conjunto arquitetônico da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, assim como seu acervo de bens móveis, a saber:

- a) forros: galilé, nave, coro, capela-mor, Capela do Capítulo, sacristia e outros ambientes;
- b) retábulos: altares colaterais, altar-mor e sacristia;
- c) azulejaria: nave, sacristia e lavabo;
- d) tribunas e púlpitos;
- e) grade do coro;

¹⁵⁰ Infelizmente, todas as pessoas entrevistadas na FUNDARPE ou FIDEM não conseguem falar nada a respeito do Programa Especial para a Região Metropolitana do Recife. A biblioteca da FIDEM não possui nenhuma cópia do programa, o que torna inviável sua avaliação.

- f) imaginária dos altares;
- g) vinte e três quadros a óleo sobre madeira;
- h) arcaz da sacristia, com 4 painéis a óleo sobre madeira no alçado (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985).

Previam-se, também, serviços de prospecção arqueológica no conjunto arquitetônico.

O projeto previa transformar parte do monumento histórico em museu, a partir dos quadros a óleo do período colonial brasileiro, já organizados em uma pinacoteca, e do rico acervo de bens móveis existente na igreja e sacristia. As celas em torno do claustro e a sala em cima da sacristia abrigariam o acervo e administração do museu, e a antiga sala do noviciado, que abrigava a pinacoteca, seria reformada para a construção de celas para as freiras da Ordem do Sagrado Coração de Jesus (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985). Isso delimitaria as áreas do museu e de uso privativo das freiras, permitindo o funcionamento independente do equipamento proposto.

Além dos serviços de restauro, o projeto visava dotar o monumento de infra-estrutura turística, com posto de informações turísticas e bilheteria, ponto de venda de artesanato, lanchonete e bateria de sanitários para turistas e visitantes.

O projeto também contemplava a construção de um anexo, em lugar afastado do Convento de Santo Antonio, mas dentro da cerca conventual, composto por quatro módulos: sanitários, salas de aula e recreação para as crianças em regime de externato, lavanderia e garagem. O acesso de automóveis e ônibus de turismo, feito pelo adro, seria transferido para o lado esquerdo do convento, diretamente pela rua (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1985).

Os trabalhos iniciam-se em setembro de 1985, com obras de estabilização da edificação. Em 1989, há redução no ritmo dos trabalhos. Em 1992, os serviços de restauro são paralisados. Roberto Carneiro da Silva, técnico da FUNDARPE, diz:

Houve uma diminuição do ritmo de trabalho, a partir de 1989, por conta de contenção de despesas, mas até ali já tinha sido feito na parte estrutural, de consolidação, em torno de 50 ou 70% do total. Faltou apenas a coberta da nave central, da capela-mor e da sacristia. Não houve uma paralisação total,

mas uma diminuição no ritmo dos trabalhos. Em 1992, houve uma paralisação brusca, porque a equipe técnica específica da área de restauro foi destituída.

Perg.: Foi destituída?

Resp.: Sim, porque houve uma demissão da equipe de restauração de bens móveis e imóveis, ou seja, consolidação de madeiras, restauração de pinturas, policromias, douramento, enfim, das pessoas que trabalhavam no convento; foram 15 ou 16 pessoas. [...] Não houve uma paralisação por assim dizer total, pois ainda hoje a FUNDARPE mantém uma equipe de manutenção no convento. [...] é bom lembrar que o convento já estava de 75 a 80% concluído. O que faltou foi a parte da nave central, com os altares colaterais e o altar mor, que ficou fechada, e uma pequena parte da sacristia. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

O Programa Especial para a Região Metropolitana do Recife é extinto em 1990. Com isto, a continuidade dos serviços de restauro na Igreja e Convento de Santo Antonio é comprometida por falta de verbas (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1993). Em 1993, o monumento histórico estava com 80% de suas obras civis executadas, e 20% de seus bens móveis restaurados.

A prospecção arqueológica é interrompida no início dos anos 1990, em virtude da falta de verbas e pessoal de apoio (serventes), de acordo com Ulisses Pernambucano de Mello, neto. As obras para transformar parte do monumento em museu não saem do papel. O anexo também não é construído, apesar de o projeto do novo prédio ter sido feito pela FUNDARPE e entregue à secretaria estadual de educação e cultura.

Em meados de 1997, os trabalhos de recuperação da Igreja e Convento de Santo Antonio foram reiniciados, a partir de convênio firmado entre FRESS, Fundação Xavier de Salas e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). A FUNDARPE retomou alguns serviços de restauro e prospecção arqueológica no monumento, além de financiar parte dos trabalhos executados por técnicos das outras três instituições.

A segunda fase do restauro, no período 1997-2000, necessitou de R\$ 1,4 milhão, dos quais R\$ 280.000,00 foram financiados pela União Européia, através do Programa Raphaël, e R\$ 150.000,00 pela FUNDARPE. O restante foi captado de empresas públicas e privadas brasileiras, através da Lei Rouanet¹⁵¹.

¹⁵¹ Dados retirados de reportagem publicada no Jornal do Comércio em 27.05.1997.

A falta de participação da população local é uma das principais características do processo de restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio, nos períodos 1985-1993 e 1997-2000. A comparação com o projeto de restauro da Praça Marechal Deodoro e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Velha, Ilha de Itamaracá, fornece uma base de comparação útil.

O restauro do casario da Praça Marechal Deodoro foi feito com recursos do PCH, na segunda metade dos anos 1970. O projeto PE-011 – agenciamento da Praça Marechal Deodoro e restauração do mercado municipal, da casa nº 83, para instalação da agência do BANDEPE, e das fachadas do casario da Rua Joaquim Nabuco – tem como base de atuação o envolvimento da população local, através da participação nos trabalhos de recuperação e do fomento à criação de uma associação de moradores, entre outras ações (BRASIL, 1976). O projeto tinha como objetivos conscientizar a comunidade do valor do patrimônio local e fazer com que ela se organizasse para debater questões comuns, cobrar ações da prefeitura municipal e explorar turisticamente os bens culturais edificados restaurados.

Melônia Costa Carvalho, ex-assistente social da FUNDARPE, explica a abordagem do projeto:

Quando nós chegamos, já havia muitas casas descaracterizadas; em uma das casas, onde havia uma pequena padaria, as portas tinham sido substituídas por esteiras de ferro, totalmente descaracterizada. [...] E nosso trabalho foi feito assim: começamos a mobilizar a comunidade para participar das reuniões, que eram feitas à noite, de acordo com o horário que eles tinham disponível; saíamos do Recife eu, Rosa Bonfim, arquiteta, e o motorista do carro, e lá nós conversávamos com os proprietários das casas. E citávamos, também, outros sítios históricos que não tinham sido descaracterizados. [...] A própria comunidade começou a ficar sensibilizada, querendo e aceitando a proposta da FUNDARPE, que era de restaurar o casario. [...] A abordagem foi feita com todos os proprietários, de maneira individual, era o meu trabalho no projeto.

Perg.: Como se davam estas abordagens?

Resp.: Ia nas casas, convidava para as reuniões, e à noite aconteciam os encontros. E, além disto, nós dávamos o nosso expediente normal lá, em um pequeno escritório que funcionou provisoriamente em uma das casas da Praça Marechal Deodoro, composto de tamboretas e uma mesa simples, até para não contrastar com as condições da comunidade local. [...] A FUNDARPE apresentava a proposta da casa, como era anteriormente. Por exemplo, uma senhora que tinha colocado azulejos coloridos na fachada

simplesmente aceitou, e até pediu que eles fossem retirados da frente da casa, para retornar à feição original.

Perg.: Houve algum trabalho com as crianças da cidade, ou que moravam na Praça Marechal Deodoro?

Resp.: Na própria cidade de Igarassu, enquanto nós fazíamos o trabalho com os donos do casario, tínhamos um trabalho em paralelo com as crianças, chamado 'Igarassu visto pelas crianças'. Recebíamos crianças da cidade, com a finalidade de educar, desde cedo, à valorização e preservação do patrimônio. Eles participavam do processo de restauração, através de trabalhos, peças teatrais, exposição de desenhos, pinturas feitas pelas crianças com material cedido pela FUNDARPE. [...]

Perg.: A população chegou a fazer algum trabalho de restauração?

Resp: [...] Nós tínhamos pedreiros, carpinteiros; havia as pessoas que tinham cursos de especialização, mas, ao mesmo tempo, havia pessoas de Igarassu que trabalharam no processo de restauração, como ajudantes de pedreiro e de carpinteiro, por exemplo. Não nos serviços principais, mas nos de apoio ao pessoal especializado. Outra coisa que foi feita foi doar, para as pessoas que residiam na Praça Marechal Deodoro e arredores, parte do material que sobrou da restauração da Igreja de São Sebastião, feita dentro deste projeto do PCH. (Entrevista no Recife, 30.06.2005)

Rosa Bonfim, arquiteta da FUNDARPE, comenta o projeto na Praça Marechal Deodoro:

Eu acho que foi a primeira investida, pelo menos aqui no Estado, de uma proposta de educação patrimonial...

Perg.: Houve uma continuidade de ações de educação patrimonial em outros projetos da FUNDARPE?

Não, infelizmente cessou. Esta participação da comunidade ainda aconteceu na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Velha, porque a gente tinha no quadro uma assistente social. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

O trabalho de restauração empreendido pela FUNDARPE na Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Vila Velha, Ilha de Itamaracá, é o projeto que mais conseguiu envolver a população nos serviços de recuperação e prospecção arqueológica empreendidos pelo órgão estadual. Melônia Costa Carvalho coloca:

Nós fizemos um trabalho em Vila Velha de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição; esta igreja vivia pichada, estava quase em ruínas. Ela foi restaurada, e, para minha alegria, mais de vinte anos depois, eu estive em Vila Velha e os meninos que trabalharam na restauração cuidam da igreja,

inclusive do altar e tudo; a igreja não tinha nenhuma pichação. Estes meninos varriam a calçada, tinham um zelo pela igreja. [...].

Perg.: Como foi feito o trabalho em Vila Velha? Foi o mesmo esquema de Igarassu?

“Sim, o mesmo esquema. Íamos diariamente para Vila Velha, com Gilberto da Costa Carvalho, filho de Dr. Ayrton da Costa Carvalho, o engenheiro responsável pela obra. [...]. Eu fazia um trabalho, mais uma vez, com as crianças, até porque eu acho que nós temos que começar todo trabalho por este público. O objetivo era mostrar às crianças a importância de preservar o patrimônio, o significado daquela igreja, o valor histórico do lugar, a beleza natural do lugar; ao mesmo tempo, havia aulas destinadas a estas crianças. [...] Nós pegamos as meninas que tinham mais jeito, treinamos, e elas trabalharam na talha barroca do século XVII ou XVIII¹⁵². Era um meio de elas valorizarem o patrimônio. No futuro, elas receberiam os turistas e poderiam dizer, “- Eu trabalhei aqui, ajudei a restaurar o altar da igreja”. (Entrevista no Recife, 30.06.2005).

Ulisses Pernambucano de Mello, neto, comenta o projeto em Vila Velha:

Eu participei durante um ano e meio [do projeto em Vila Velha], praticamente morei lá com a população, mas fazendo a minha área técnica, pesquisas de história e de arqueologia. [...] Primeiro, foi feita a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e, depois, a delimitação de toda a área da vila, onde ela ia antigamente. [...] Tudo isso foi recuperado com a participação da população, eu acho que isto hoje é o que há de mais importante nisso tudo, porque a moçada que participou comigo, de 18, 19 anos, hoje já são homens, mas vários deles conhecem ainda e são capazes de mostrar e perceber o que é a Vila Velha que eles têm. Eu não sei se as crianças de hoje já têm isto, é preciso reiterar estes programas para que a população se assenhere dos próprios bens.

Perg.: Como foi feita a participação da comunidade nos trabalhos em Vila Velha?

Resp.: Houve recursos do próprio Estado para se trabalhar nesta área, nos anos 1980 ainda havia uma equipe dentro da FUNDARPE, nós tínhamos transporte, motorista, fotógrafo, arquitetos, assistente social, etc. Então, a FUNDARPE alugou uma casa e transferiu alguns servidores para ficar em tempo integral lá, e a contratação de pessoal foi feita apenas em Vila Velha, não veio ninguém de fora, a não ser o corpo técnico da FUNDARPE. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Virgínia Pernambucano de Mello, complementa:

¹⁵² O trabalho envolveu a retirada, com pequenas espátulas, de camadas de tinta que cobriam o douramento original.

Havia, também, um projeto da FIDEM de integração econômica do pessoal de lá, que juntava a população toda. [...] As mulheres aprendiam a fazer doces, estas coisas, para vender aos turistas e veranistas que iam visitar Vila Velha, ou mesmo na beira da estrada. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Restaurada na segunda metade dos anos 1980, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição continua em bom estado de conservação, apesar da falta de fiscalização e serviços de conservação da FUNDARPE. A igreja é conservada pelos habitantes do povoado, que varrem a edificação e tiram a poeira dos móveis e talhas barrocas. Dois habitantes entrevistados, ambos na faixa dos trinta anos de idade, participaram do projeto de restauração nos anos 1980, como ajudantes, e ainda conseguem falar sobre a história do povoado e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição¹⁵³.

O casario da Praça Marechal Deodoro apresenta bom estado de conservação, com baixo grau de descaracterização¹⁵⁴. Não foi possível encontrar nenhum habitante que participou do projeto nos anos 1970; todas as pessoas entrevistadas moram ou trabalham no local a partir dos anos 1980.

O Projeto de Restauração e Instalação do Museu do Convento de Santo Antonio não aborda, em nenhum momento, ações de educação patrimonial e envolvimento da população na proposta de intervenção na Igreja e Convento de Santo Antonio (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985). A quase totalidade da mão-de-obra, mesmo a empregada em funções de ajudante e servente, veio de outras cidades, principalmente do Recife, e as poucas ações de educação patrimonial foram pontuais, sem continuidade.

Jorge Barretto, diretor do MHI, fala sobre a primeira iniciativa de educação patrimonial no processo de restauro:

¹⁵³ A narrativa de ambos apresenta degenerações, entretanto. Notar que não houve continuidade nas ações de educação patrimonial, o que faz com que as crianças não valorizem os bens culturais edificados e a história do local da mesma forma que os mais velhos. O próprio Ulisses Pernambucano de Mello, neto, levanta este ponto durante a entrevista:

“Eu não sei se as crianças de hoje já tem isto, é preciso reiterar estes programas para que a população se assenhere dos próprios bens.” (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

¹⁵⁴ Nos últimos anos, alguns proprietários de casas no sítio histórico de Igarassu começaram a colocar grades em portas e janelas, com medo de roubos e arrombamentos.

Na primeira gestão de Jurandir, em meados dos anos 1980, houve um curso de valorização patrimonial, feito em conjunto com a FUNDARPE. Em princípio, trabalhou-se com as crianças do Convento de Santo Antonio, que estavam atrapalhando a reforma do conjunto. Depois, o curso foi dado à população do sítio histórico de Igarassu. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

De acordo com Jorge Barretto, este curso é a origem do serviço de guias avulsos no sítio histórico de Igarassu. Esta questão será analisada com maior profundidade no próximo tópico deste capítulo.

Melônia Costa Carvalho comenta o projeto de restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio, do qual não participou:

Perg.: Foi feito algum trabalho de assistência social na recuperação da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu?

Resp.: Não, eu não participei do projeto.

Perg.: Por quê?

Resp.: Eu acho que é uma questão de administração. A intervenção em Santo Antonio foi outro projeto, eu senti muito, havia muitas coisas que poderiam ter sido feitas com a comunidade. E nós acabamos fazendo do outro lado do rio, na Praça Marechal Deodoro. Êlvio Pollito, que era um grande arquiteto do Recife, precocemente falecido, dizia que a intervenção na Praça Marechal Deodoro era um projeto-piloto para a FUNDARPE. [...] Cada cabeça é um mundo, há pessoas que acham que não precisa...¹⁵⁵ [refere-se à participação da comunidade em um projeto de restauração]". (Entrevista no Recife, 30.06.2005).

Ulisses Pernambucano de Mello, neto, responsável pela prospecção arqueológica do monumento, fala sobre a falta de participação da comunidade em projetos de restauro, e os problemas gerados por esta exclusão:

Perg.: A participação da população, que ocorreu em Vila Velha, está presente na Igreja e Convento de Santo Antonio?

Resp: Não, ainda não está.

¹⁵⁵ A entrevistada colocou, ao final da entrevista, que a função de assistência social não era valorizada por muitos arquitetos da FUNDARPE, que viam este tipo de trabalho como algo desnecessário.

Perg.: Por que não houve um trabalho de assistência social ou educação patrimonial no projeto?

Resp.: É lamentável. No ano passado, chegaram recursos internacionais para Vila Velha, contrataram uma empresa para fazer uma nova ponte de madeira, ela fez a ponte e todo o pessoal veio de fora, não contrataram uma pessoa da área. Sequer de Itamaracá, muito menos de Vila Velha. Então, investem, mas as pessoas não são beneficiadas pelo investimento. Portanto, não valorizam aquele bem que eles têm ali, porque não diz respeito a eles, nem como sobrevivência através da contratação de mão-de-obra temporária. [...] Em Santo Antonio, só as freiras participaram, não houve um envolvimento da comunidade. Alguns foram contratados como operários, mas não houve envolvimento da comunidade nem das crianças. (Entrevista em Igarassu, 06.07.2005).

Virgínia Pernambuco de Mello completa: “Nunca houve o envolvimento da comunidade em Santo Antonio.” (Entrevista em Igarassu, 06.07.2005).

Roberto Carneiro da Silva, técnico da FUNDARPE, descreve a ação de educação patrimonial denominada ‘Desperta Igarassu’, empreendida em 1997¹⁵⁶:

Houve uma preocupação, no reinício dos trabalhos, em 1997, com a educação patrimonial, sob o título ‘Desperta Igarassu’. Foi feita no auditório do centro cultural, no antigo mercado municipal da cidade, o lançamento do projeto de intervenção no monumento, com o que ia acontecer no convento de Igarassu, e a apresentação da equipe técnica, de portugueses, espanhóis e brasileiros, à comunidade. Havia cerca de trezentas pessoas, na maioria professoras de escolas, multiplicadoras, e alguns políticos locais. Foi feito um treinamento que durou todo o dia. Isto foi feito para que as pessoas despertassem para a importância da cidade, do bem propriamente dito e da educação, para que elas conhecessem e cobrassem o que estava sendo feito. Houve em um primeiro momento, tudo bem, mas não houve uma continuação. Ficou aberta ao público a visita, desde que não atrapalhasse a restauração. Eu costumo dizer que a parte de educação patrimonial é fundamental, mas que não fique apenas em ações pontuais. A educação é um processo muito lento. Eu tive o desprazer de ver gente assistindo à missa, na segunda ou terceira missa após a entrega do monumento, com os pés na parede de azulejos. É uma questão de ignorância deles, mas também é uma questão de a gente, da área, fazer um trabalho sistemático de educação para isto. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Rosa Bonfim complementa o colega de FUNDARPE, apontando a insuficiência de quadros do órgão estadual para desenvolver uma proposta de educação patrimonial:

A educação patrimonial é uma coisa fundamental para a preservação dos monumentos, mas ela não existe; nós não temos nem ao menos equipe para isso. Do quadro permanente, são oito funcionários. Há mais dois arquitetos, que são o diretor e o coordenador, mas eles não são do quadro permanente. E há um desenhista e dois estagiários, que também não são do quadro permanente. Nós já tivemos dezenove funcionários no quadro permanente, inclusive dois pesquisadores de história, não temos mais nenhum, assistente social, não há mais nenhuma, e havia uma educadora, que também não tem mais. Cinco arquitetos e dois engenheiros já dançaram. Ou seja, a equipe está cada vez menor. [...] (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Apesar de a Igreja e Convento de Santo Antonio receber mais de 450 menores em regime de externato, não houve ações de educação patrimonial direcionadas a este público. Atualmente, apenas um dos guias que prestam serviços na Igreja e Convento de Santo Antonio frequentou a escola mantida pelas religiosas e PMIg no convento. Ele aprendeu a história do monumento em um curso oferecido pela PMIg, não tendo observado o trabalho desenvolvido pelos restauradores no conjunto arquitetônico. Irmã Plácida, madre superiora do Convento de Santo Antonio, diz:

Durante a reforma, as crianças continuaram vindo para passar o dia, mas ficaram em outro lugar, em um galpão lá atrás. [...]

Perg.: As crianças foram envolvidas, de alguma forma, com a restauração da Igreja e Convento de Santo Antonio?

Resp.: Não, ficaram separadas. [...] Elas não se envolveram com este projeto de restauração, não. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

A comunidade local não conseguiu participar dos serviços de restauro. Mesmo funções simples, como ajudantes e serventes, foram ocupadas por pessoas de outras cidades, principalmente do Recife. Os documentos recolhidos na FUNDARPE a respeito do projeto de recuperação da Igreja e Convento de Santo Antonio não tratam deste assunto em nenhum momento. Irmã Plácida coloca:

Perg.: Alguém de Igarassu trabalhou no processo de recuperação do conjunto?

Resp.: Local mesmo, eu só sei de Manuel, que trabalhou na parte da talha, mas eu não tenho certeza. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

¹⁵⁶ Roberto Carneiro da Silva foi uma das pessoas que participou do 'Desperta Igarassu', representando a FUNDARPE.

A falta de envolvimento da comunidade local gera apatia e desvalorização do patrimônio histórico e artístico local por parte dos habitantes, que não conseguem nem ao menos auferir rendimentos econômicos do processo de restauro. Roberto Carneiro da Cunha conta um fato interessante, que ilustra a falta de valor dado ao patrimônio local por residentes de Igarassu, em virtude da falta de educação patrimonial:

[...] Se ele não conhece, não vai valorizar de maneira nenhuma, mas, a partir do momento em que há este trabalho de educação, ninguém melhor do que a própria comunidade para cuidar do monumento. Os técnicos chegam, restauram e vão para outro local. Sempre que acontecem restaurações, há a necessidade de treinamento e educação para que as pessoas conheçam e passem a valorizar. Por exemplo, a Prefeitura Municipal de Igarassu, durante o processo de restauração, visando melhorar o transporte no centro de Igarassu, removeu todo o calçamento original em pedra e colocou asfalto.

¹⁵⁷

Perg.: Era onde havia o calçamento cabeça-de-negro?

Resp.: Exato, que ia do convento de Igarassu até o início da prefeitura. [...] Isto ainda está na justiça, eu não sei como está o processo. Foi um ato premeditado, com os trabalhos feitos na calada da noite, porque sabiam que, se fizessem durante o dia, os técnicos envolvidos na restauração iriam gritar e parar na hora. Quando eu cheguei no outro dia de manhã, e comentei com o pessoal que estava na frente [da Igreja e Convento de Santo Antonio], “- Mas rapaz, como é que é feito um negócio deste em uma área histórica, quem vem até aqui para ver asfalto?”. Aí, o pessoal respondeu, “- Deixe de ser besta, veja que maravilha que está agora. Antes o carro passava e ficava trepidando, ficou um tapete. E você ainda quer dizer que um prefeito deste é ruim, que está fazendo uma má administração?”. (...) Eu lembro-me que, meses depois, aconteceu isto também em São João del Rey; o prefeito fez a mesma coisa de Igarassu. E eu disse, “- Não, Deus permita que não crie uma epidemia”. (Entrevista em Igarassu, 28.06.2005).

O Projeto de Restauração e Instalação do Museu do Convento de Santo Antonio pretendia transformar a Igreja e Convento de Santo Antonio em atração turística do sítio histórico de Igarassu. O monumento abrigaria um museu, formado pelos quadros reunidos na pinacoteca e pelo rico acervo de bens móveis existente na igreja e sacristia. As celas em torno do claustro e a sala em cima da sacristia abrigariam o acervo e a administração do museu, e a antiga sala do noviciado, então sede da pinacoteca, seria reformada para a construção de celas destinadas às irmãs do Sagrado Coração de Jesus (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de

¹⁵⁷ A PMIg removeu o calçamento cabeça de negro da Rua Marechal Hermes da Fonseca no início dos anos 1990.

Pernambuco, 1985). Haveria uma separação entre as áreas do museu e a de uso privativo das religiosas, permitindo o funcionamento independente do equipamento proposto.

O projeto pretendia dotar o monumento de posto de informações turísticas e bilheteria, ponto de venda de artesanato, lanchonete e bateria de sanitários para os turistas e visitantes. No início dos anos 1990, Ulisses Pernambucano de Mello, neto, propõe a criação de um centro de interpretação patrimonial na Igreja e Convento de Santo Antonio, com a montagem do altar primitivo da igreja¹⁵⁸, exposição do material arqueológico recolhido, planta baixa do conjunto edificado, fotografias dos trabalhos de prospecção arqueológica e roteiro turístico de visita ao sítio histórico de Igarassu (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1991). A instalação de um museu contemplaria, também, a programação visual do conjunto edificado e documentação gráfica de apoio, incluindo um livro sobre o monumento histórico e os serviços de restauro realizados (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1993).

O projeto original também previa a construção de um anexo, composto por sanitários e salas de aula e recreação para as crianças em regime de externato, lavanderia e garagem. O acesso de automóveis e ônibus de turismo seria transferido do adro para o lado esquerdo do convento, com acesso direto pela rua (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985). Isto permitiria retirar as crianças do conjunto arquitetônico tombado, evitando o barulho constante no monumento e provendo melhores condições de aprendizagem às crianças. As obras tornariam o monumento mais acessível aos turistas e visitantes que chegam a Igarassu em ônibus de turismo ou carro de passeio.

O projeto recuperou a estrutura física do conjunto arquitetônico tombado, realizou prospecção arqueológica que permitiu conhecer a evolução arquitetônica do monumento e encontrou diversos objetos arqueológicos, além de restaurar a quase totalidade do seu acervo de bens móveis. Todos os integrantes e ex-integrantes da FUNDARPE que participam ou

¹⁵⁸ O altar primitivo é feito de pedra, datando do final do século XVI. Com a ampliação da Igreja de Santo Antonio, ele foi demolido, e os fragmentos utilizados nas paredes do Convento de Santo Antonio. As obras civis no conjunto arquitetônico recuperaram a maior parte dos fragmentos, sendo possível remontar o altar primitivo. Isto, ainda hoje, não foi feito.

participaram do processo de recuperação da Igreja e Convento de Santo Antonio classificam-no como o mais importante projeto da história do órgão estadual¹⁵⁹.

A quase totalidade das obras de infra-estrutura turística, delimitação do espaço do museu e melhoria da acessibilidade do monumento nunca saiu do papel. O centro de interpretação patrimonial não foi criado. Os fragmentos do altar primitivo da Igreja de Santo Antonio encontram-se espalhados no chão do corredor de entrada do convento, sem placa ou identificação de qualquer tipo. Os objetos arqueológicos não se encontram no conjunto, e não há nenhuma fotografia que mostre os trabalhos de restauração e arqueologia feitos no conjunto arquitetônico tombado.

A planta baixa e o roteiro de visita do sítio histórico de Igarassu ficaram em projeto. O conjunto arquitetônico não conta com placas de direcionamento ou informativas, sendo toda a narrativa turística de responsabilidade dos guias locais.

O posto de informações turísticas também não foi implementado; ainda hoje, Igarassu não possui um local onde o turista ou visitante consiga obter informações acerca de o que valha a pena visitar na cidade e onde comer, comprar artesanato e se hospedar. Há duas lojas na Igreja e Convento de Santo Antonio: uma na galilé, sob direção das irmãs, e outra no claustro, cedida a um artista plástico que, em troca, dá aulas de arte às crianças.

A pinacoteca foi mantida na antiga sala dos noviços, restaurada para este fim. Como as crianças continuam a frequentar o convento, pois as salas de aula e recreação localizam-se ao lado do monumento, o barulho é constante ao longo do dia, principalmente nos horários de recreio¹⁶⁰. A lanchonete foi a única obra de infra-estrutura turística executada no convento, mas não foi entregue completa. De acordo com Irmã Plácida, a ordem teve que terminar alguns serviços para colocá-la em funcionamento.

¹⁵⁹ Os únicos serviços que ainda não foram feitos são trabalhos de recuperação de algumas portas e janelas do Convento de Santo Antonio. A FUNDARPE ainda mantém uma pequena marcenaria ao lado da edificação.

As únicas peças do acervo móvel que ainda não foram restauradas são as imagens dos santos Cosme e Damião, São Francisco de Assis, São Francisco Xavier e Santana Mestra. As peças encontram-se na pinacoteca, e fazem parte do acervo da Igreja de Santo Antonio.

¹⁶⁰ Partes de uma gravação em áudio na Igreja e Convento de Santo Antonio foram perdidas, em virtude do barulho provocado pelas crianças no horário de recreio. O barulho é mais intenso na pinacoteca.

A construção do anexo, composto por sanitários e salas de aula e recreação para as crianças em regime de externato, lavanderia e garagem, nunca saiu do papel. Irmã Plácida diz:

O Dr. José Jorge, que hoje é senador, veio e marcou o terreno, a FUNDARPE fez a planta, e a escola nunca foi construída. [...]

Perg.: Você ainda tem esperança de que este prédio seja construído?

Resp.: Não. Eu fui muito à FUNDARPE procurar esta planta, entregaram na minha mão a segunda via, fiz tudo para a escola ser feita e construída, como estava no projeto de Dr. José Jorge. Fiz uma fita para ele, dizendo que a escola não tinha sido feita, mas ele nunca respondeu. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

Em 1993, Irmã Plácida tenta, pela última vez, efetivar o projeto de construção do anexo. O ofício ao então secretário estadual de educação, cultura e esportes, José Roberto Marques Pereira, ilustra os problemas causados pela indefinição a respeito da construção do anexo:

Vimos pelo presente fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de ajudar na solução de um problema antigo do Convento de Santo Antonio – Igarassu. Desde 1991 foi prometido solucionar ainda na gestão do Dr. JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA que infelizmente caiu no esquecimento.

Trata-se da construção do prédio da escola que já funciona no Convento de Santo Antonio, do pré (primário) à quarta série, visto que não foi construído o espaço para as crianças; segundo o primeiro projeto da Restauração do referido monumento, as crianças ficaram circulando e ocupando o prédio, as áreas internas e as classes improvisadas no claustro, nas salas de trabalho e oficinas, faltando-lhes o ambiente necessário para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

O Projeto foi feito e entregue nesta Secretaria pela FUNDARPE, mas infelizmente não houve a realização do mesmo caindo no esquecimento, embora se tenha lutado sem nenhum êxito.

Por este motivo estamos passando por sérias dificuldades. Mais um ano sacrificado para as crianças, sem terem o seu ambiente para o seu desenvolvimento integral, visto que as mesmas permanecem no Convento das 7h às 17h, é um programa que as irmãs vêm desenvolvendo há mais de dez (10) anos com as crianças carentes da comunidade. [...]. (Ofício enviado pela Associação Mantenedora do Orfanato de Igarassú em 28.04.1993).

As obras de infra-estrutura turística e construção do anexo representavam uma parcela pequena do investimento total do projeto de recuperação da Igreja e Convento de Santo

Antonio. Apesar de não haver um levantamento detalhado sobre isto nos arquivos da FUNDARPE, Rosa Bonfim, Roberto Carneiro da Silva e Ulisses Pernambuco de Mello, neto, afirmam que esta parte do projeto não representaria nem ao menos 5% do custo total. A maior parte dos entrevistados, tanto da FUNDARPE quanto da PMIg, demonstram certo incômodo quando questionados sobre a falta de infra-estrutura turística na Igreja e Convento de Santo Antonio, após um processo que mobilizou milhões de dólares em serviços de restauro. Rosa Bonfim é a entrevistada que consegue colocar a opinião mais clara e direta:

Perg.: O que aconteceu com as obras de infra-estrutura turísticas, previstas na Igreja e Convento de Santo Antonio?

Resp.: A FUNDARPE não dispõe de recursos destinados a esse tipo de coisa. No projeto se indica, é o ideal que a comunidade participe e conheça, mas na realidade, quando se chega na prática, não há recursos para implantar. Este treinamento, que Roberto [Carneiro da Silva] comentou, chegou até a prever uma pantufa para entrar na pinacoteca, protetores para as janelas, mas, na hora de implantar, não houve verbas. Os interessados, que são a prefeitura municipal, a Arquidiocese de Olinda e Recife e o governo estadual, nunca investiram nisto. [...] Eles acham que restaurou, está pronto e não vai estragar mais nunca. E não precisa de manutenção. A prefeitura paga o guia, aí o pessoal fica acomodado. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

A recuperação física do conjunto arquitetônico não foi complementada pela definição de uso e elaboração de um modelo de gestão do monumento. A FUNDARPE, apesar de manter seis funcionários no local, não consegue fiscalizar a utilização do monumento e impedir que obras irregulares comprometam o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado.

Em 1993, é celebrado um convênio entre PMIg, Associação Mantenedora do Orfanato de Igarassu (administradora da Igreja e Convento de Santo Antonio) e FUNDARPE, com o objetivo de disciplinar a exploração turística do monumento histórico e os serviços de manutenção, limpeza e conservação do conjunto arquitetônico e acervo móvel já restaurado. As funções da PMIg seriam administrar os serviços de guia de turismo, recepção e limpeza do monumento, bem como manter livro de registro de visitantes da pinacoteca. A associação administraria a lanchonete, loja de artesanato e indicaria áreas de acesso restrito às crianças e ao público externo.

A FUNDARPE seria responsável pela orientação técnica, treinamento e capacitação dos funcionários da PMIg e guias de turismo alocados no monumento. O órgão estadual deveria

fornecer também roteiros de visita ao monumento e sítio histórico de Igarassu e textos técnicos sobre a Igreja e Convento de Santo Antonio. A FUNDARPE deveria enviar mensalmente técnicos em restauro à Igreja.

O primeiro resultado desse convênio foi o treinamento das irmãs do Sagrado Coração de Jesus, dos jovens que prestariam o serviço de guia de turismo do monumento e dos funcionários da PMIg que trabalhariam na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu. Ulisses Pernambucano de Mello, neto, diz:

Neste convênio de 1993 procurou-se envolver a associação mantenedora do orfanato, deu-se treinamento a algumas irmãs sobre a gestão e o cuidado do bem histórico. [...] Houve um treinamento no convento, com pessoas da área de história e até de psicologia, para fazer os ganchos do passado com o presente. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

Este treinamento, realizado, entre 12 de abril e 3 de maio de 1994, contou com seis dias de aula e uma visita ao Museu do Estado de Pernambuco, localizado no Recife. Os módulos do treinamento são descritos abaixo:

- a) primeiro módulo: relações públicas (Prof. Carlézio Monteiro);
- b) segundo módulo: história (Profa. Virgínia Pernambucano de Mello);
- c) terceiro módulo: arqueologia (Prof. Ulisses Pernambucano de Mello, neto);
- d) quarto módulo: aspectos psicológicos da preservação (Profa. Irma Chaves);
- e) quinto módulo: conservação e manutenção de obras de arte (Profa. Nilze Fontes);
- f) sexto módulo: preservação contra sinistros (Major Alberto);
- g) visita ao Museu do Estado de Pernambuco (Profa. Aruza de Holanda) (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1994?).

Não há documentos nos arquivos da FUNDARPE que descrevam outras ações ou projetos resultantes deste convênio. De acordo com Virgínia Pernambucano de Mello, professora do módulo de história, o treinamento dado em 1994 não teve continuidade. Ulisses Pernambucano de Mello, neto, também não tem conhecimento de outra ação ou projeto resultado do convênio.

Irmã Plácida, que assinou o convênio em nome da Associação Mantenedora do Orfanato de Igarassu, não consegue recordar-se do documento, nem o que a associação deveria fazer. Nenhum entrevistado que trabalha ou trabalhou na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg conhece o documento¹⁶¹.

O próprio diretor da área patrimonial da FUNDARPE, Paulo Martins Souto Maior, exime o órgão estadual da gestão da Igreja e Convento de Santo Antonio:

Perg.: Quem são os responsáveis pela gestão da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu?

Isto cabe ao município. A gente faz a parte física, e depois nós entregamos ao município. Não temos infra-estrutura para gerir estes imóveis. No PRODETUR II, por exemplo, nós vamos entregar o Forte de Santo Inácio, deixaremos o forte novo e entregaremos ao município, dizendo, “- Olhe, a criança agora é sua, é você que vai ter que tomar conta”. No Monjope, faremos a mesma coisa. Nós não temos infra-estrutura para administrar os imóveis, principalmente aqueles que não ficam na área da cidade do Recife.” (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Ulisses Pernambucano de Mello, neto, coordenador do treinamento feito no início do convênio, aponta a descontinuidade das ações empreendidas:

Perg.: As ações de treinamento e visita de técnicos em patrimônio tiveram continuidade após o fim dos serviços de restauro, em 1993 e 2000?

Resp.: Não. Hoje, então, isto é ladeira abaixo mesmo, como é o caso de Vila Velha. A própria população desconhece o que tem. E aí vem aquela história de que só se ama o que se conhece. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

A FUNDARPE mantém seis funcionários na Igreja e Convento de Santo Antonio, mas não consegue fiscalizar a utilização do monumento, nem impedir obras irregulares no conjunto arquitetônico e paisagístico tombado. A Ordem do Sagrado Coração de Jesus construiu, de forma irregular, um prédio ao lado do Convento de Santo Antonio, para abrigar as crianças em regime de externato¹⁶². Irmã Plácida diz:

¹⁶¹ Isto se deve, em parte, à descontinuidade administrativa presente na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg. Esta questão será aprofundada no quarto tópico deste capítulo.

¹⁶² A ordem tentou efetivar a proposta de construção do anexo previsto no Projeto de Restauração e Instalação do Museu do Convento de Santo Antonio até 1993, de acordo com Irmã Plácida. Como o

O Dr. José Jorge, que hoje é senador, veio e marcou o terreno, a FUNDARPE fez a planta, e a escola nunca foi construída. Então, nós construímos aos poucos, com restos de material da FUNDARPE; deve haver ofícios lá pedindo alguma coisa, e todo mundo ajudou. O pessoal de Alphaville¹⁶³, de São Paulo, esteve aqui, ficou admirado de ver este esforço e deu uma contribuição muito boa. A escola daqui é muito boa.

Perg.: Sim, mas este prédio é muito perto do convento, e as crianças nunca saíram de dentro do Convento de Santo Antonio...

Resp.: Eles [técnicos da FUNDARPE] não gostam da nossa escola, porque ela é diferente do ambiente e da estrutura toda, e era para ser feita lá dentro, um pouco recuada.

Perg.: Vocês fizeram algumas obras dentro do Convento de Santo Antonio para suportar o funcionamento desta escola?

Resp.: Sim, fizemos. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

Ulisses Pernambucano de Mello, neto, aponta a falta de fiscalização e regulação de uso do monumento, por parte da FUNDARPE:

Perg.: Eu encontrei um convênio para a gestão da Igreja e Convento de Santo Antonio nos arquivos da FUNDARPE, de 1993. [...] Parece-me que este convênio não foi para a frente. Por quê? Gastou-se muito para restaurar o monumento, mas uma série de obras de infra-estrutura e ações de regulação e gestão do monumento, de baixo custo financeiro e que permitiriam Santo Antonio ter um papel pedagógico e turístico em Igarassu, nunca foram implementadas...

Resp.: O projeto original previa a construção de uma escola do lado de fora, para retirar as crianças de dentro do convento. Hoje, elas vivem ali dentro e dividem este espaço com os visitantes, com a cozinha, criando um tumulto muito grande. Como isto não foi feito, também não se optou integralmente por deixar o convento para atender às crianças. Então, ficou-se sem uma decisão: atende-se em parte e mal as crianças e os visitantes. Porque ainda não houve, e este é um dos grandes problemas nossos, uma decisão. Tome-se uma decisão errada, mas que se decida alguma coisa. Hoje, as freiras estão captando dinheiro estrangeiro, de origem alemã, e construindo clandestinamente, do jeito de que elas querem, dentro do convento. As entidades fiscalizadoras, como a FUNDARPE, por exemplo, não têm capacidade de agir, ou mesmo não têm interesse de agir, em cima destas iniciativas fora do planejamento. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

anexo não saiu do papel, a ordem construiu um prédio ao lado do Convento de Santo Antonio, à revelia da FUNDARPE.

¹⁶³ Trata-se da Fundação Alphaville, de São Paulo.

A FRESS captou recursos da União Européia para o restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio, através do programa Raphaël. Ao contrário de outros fundos da União Européia que contemplam serviços de recuperação e conservação do patrimônio histórico, como o Leader II, Interreg e Phare, o programa Raphaël não submete seus investimentos a estudos de viabilidade e justificação econômica (PATIN, 1999). Os projetos do Programa Raphaël são regidos por critérios estritamente artísticos e se preocupam, também, em formar mão-de-obra para serviços de restauro.

A intervenção da FRESS e da Fundação Xavier de Salas não contemplou a elaboração de plano de gestão, fomento ao turismo, treinamento dos guias de turismo do monumento ou ações de educação patrimonial, concentrando-se no restauro de elementos artísticos do conjunto arquitetônico.

Por fim, o processo de restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu é marcado pela falta de diálogo e coordenação entre as diversas entidades envolvidas no projeto, bem como pela não participação de atores supostamente interessados na utilização do monumento histórico.

O conselho deliberativo da FUNDARPE, quando da proposta do Projeto de Restauração e Instalação do Museu do Convento de Santo Antonio ao Programa Especial para a Região Metropolitana do Recife, contava com dois representantes do setor de turismo: Francisco Austerliano Bandeira de Melo, secretário estadual de turismo, e Elder Lins Teixeira, presidente da EMPETUR¹⁶⁴. Um dos objetivos do projeto era transformar a Igreja e Convento de Santo Antonio em uma grande atração turística de Pernambuco, identificando-a como marco cultural do estado.

Não há menção de diálogo ou participação da EMPETUR no projeto em nenhum documento recolhido nos arquivos da FUNDARPE. A biblioteca da EMPETUR não possui nenhum documento a respeito do monumento; não há registro de qualquer projeto que o órgão estadual de turismo tenha feito na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu. Todos os

¹⁶⁴ Francisco Austerliano Bandeira de Melo foi presidente da EMPETUR nos anos 1970.

entrevistados envolvidos com o projeto de restauro do conjunto arquitetônico dizem não se lembrar de qualquer contato ou ação da EMPETUR no monumento.

A remoção do calçamento cabeça-de-negro da Rua Marechal Hermes da Fonseca, em frente à Igreja e Convento de Santo Antonio, reflete, de certo modo, a falta de participação da PMIg no projeto de restauro. Em todos os documentos encontrados na FUNDARPE, não há preocupação em envolver técnicos de patrimônio ou turismo da PMIg no projeto de restauro e utilização do monumento. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg não possui nenhum documento a respeito do restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio.

A remoção do calçamento cabeça-de-negro foi feita durante a noite, para evitar resistências dos técnicos em patrimônio que trabalhavam no restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio. Ao mesmo tempo em que a FUNDARPE restaurava o monumento para transformá-lo em museu e atração turística, a PMIg destruía uma atração singular da cidade, prejudicando a ambiência do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado.

A Ordem do Sagrado Coração de Jesus construiu uma escola ao lado do Convento de Santo Antonio, em virtude de o anexo proposto pela FUNDARPE não sair do papel. Após a conclusão de salas de aula e recreação para as crianças, a PMIg anunciou a construção de um estacionamento ao lado do convento, para receber os ônibus de turismo que chegam a Igarassu vindos da Paraíba e do Recife. Irmã Plácida lembra:

Sim, fizemos [um prédio para as crianças]. Por isto é que nós tivemos as maiores dificuldades, porque, depois de pronta a nossa escola, a PMIg quis fazer um estacionamento onde tem a escola, mas não pôde fazer. Nós dissemos que eles poderiam fazer o estacionamento, mas fazendo primeiro o projeto da escola. Isto foi no começo da primeira gestão de Yves Ribeiro [1997 ou 1998, provavelmente]. Eles fizeram este projeto e disseram que já tinham não sei quantos mil reais para isto, mas é impossível, não é? Com o dinheiro do projeto do estacionamento, deviam ter feito a escola. Como é que, então, fizeram um projeto destes? Desistiram, não é? Estavam muito animados com isto, mas não saiu. [...] Falaram que o projeto era irregular, que iam falar com a FUNDARPE, mas o estacionamento não saiu. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

Houve conflitos entre FRESS e FUNDARPE e entre FUNDARPE e IPHAN, a respeito de questões técnicas de restauro. Não é objeto desta dissertação avaliar se as janelas de prospecção arqueológica deveriam ficar abertas ou fechadas, por exemplo, questão que gerou

atritos entre técnicos e dirigentes dos órgãos federal e estadual de conservação. Mas cabe ressaltar, por exemplo, que o livro comemorativo da “inauguração” da Igreja e Convento de Santo Antonio, feito em 1998, não cita em nenhuma linha o trabalho empreendido pelo órgão de conservação estadual, passando a impressão de que as entidades européias foram as únicas responsáveis pela recuperação do conjunto arquitetônico. Ulisses Pernambuco de Mello, neto, coloca:

Não, eu só participei de reuniões na fase de chegar recursos materiais do estrangeiro, no sentido de gente e de iniciativa. As instituições vinham de fora, mas captavam dinheiro aqui. [...] Estas instituições que vêm com ‘carta branca’, como foi o caso... eu tive alguns problemas técnica e pessoalmente com eles, porque já vieram com o caso resolvido. [...] Tanto que a FUNDARPE, que é a entidade do Estado de conservação patrimonial, não aparece nas publicações destas instituições. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

O último tópico deste capítulo aborda a administração da Igreja e Convento de Santo Antonio, e a exploração turística do monumento. Elementos presentes no sítio histórico de Igarassu, como o padrão de exploração turística das agências de turismo e as ações de conservação patrimonial e regulação e fomento ao turismo da PMIg, são analisadas para formar padrão de referência e comparação com a situação encontrada no conjunto arquitetônico e paisagístico de Santo Antonio.

5.4. Igreja e convento de Santo Antônio: exploração turística predatória e excludente.

As primeiras propostas de desenvolvimento turístico de Igarassu surgem no final dos anos 1960, com a criação da EMPETUR. Não há nenhum documento oficial na biblioteca da entidade sobre projetos ou ações de fomento ao turismo da cidade nesta época, nem foi possível encontrar funcionários que trabalharam no órgão no final dos anos 1960 ou primeira metade dos anos 1970¹⁶⁵.

¹⁶⁵ A bibliotecária da EMPETUR, que me prestou valiosa ajuda na identificação de documentos sobre a cidade de Igarassu, apontou nomes de pessoas que trabalharam na EMPETUR nos anos 1970, mas sem fornecer formas de se entrar em contato com elas.

Algumas notícias de jornal mostram pronunciamentos de dirigentes da entidade no sentido de aproveitar turisticamente eventos tradicionais da região, como a Festa dos Santos Cosme e Damião e a “Buscada e Levada” de São Gonçalo, dentro da oferta turística do Estado de Pernambuco. A passagem abaixo mostra o tipo de informação disponível sobre a atuação da EMPETUR no final dos anos 1960 e início dos anos 1970:

Preparativos para a realização da “buscada” de São Gonçalo (Itapissuma) e da procissão marítima de Itamaracá, afora as providências, visando a promover em Fazenda Nova (Nova Jerusalém) o já famoso espetáculo sacro, o Drama do Calvário, no mais amplo palco ao ar livre do mundo, são algumas das preocupações imediatas dos diretores da Empresa de Turismo de Pernambuco. (Diário de Pernambuco, 30.12.1967).

Na primeira metade dos anos 1970, Igarassu é eleita pela SUDENE como cidade padrão do desenvolvimento do turismo na Região Nordeste. Os arquivos da EMPETUR não possuem nenhum documento a este respeito, e nenhum entrevistado da PMIg tem conhecimento deste fato¹⁶⁶. As passagens citadas abaixo são tudo o que foi possível encontrar sobre o fato:

Escolhida pela Sudene como cidade-padrão do turismo no Nordeste, Igarassu, a 30 quilômetros do Recife, possui um dos mais autênticos conjuntos arquitetônicos do Brasil. (Diário de Pernambuco, 21.09.1975).

Sobre Igarassu recaiu a escolha da Sudene como a cidade padrão do turismo nordestino e uma de suas grandes atrações é a Matriz dos santos Cosme e Damião, construída em 1535 e a mais antiga do Brasil. (Jornal do Comércio, 15.05.1980).

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg não mantém registro de projetos ou ações de fomento ao turismo, o que torna difícil recuperar o histórico da intervenção municipal na área.

Nos anos 1970, há registros de dois projetos municipais de fomento ao turismo em Igarassu. O primeiro é a idéia de criar um centro de artesanato típico no então distrito de Itapissuma:

¹⁶⁶ Jorge Barretto, diretor do MHI e funcionário da PMIg desde 1977, diz que é muito difícil recuperar qualquer informação a respeito de projetos em Igarassu anteriores à segunda gestão Jurandir Bezerra Lins (1993-1996): “É difícil recuperar o passado em Igarassu. As pessoas [funcionários da PMIg] comentam até Jurandir, depois é muito difícil.” (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Segundo o deputado Ênio Guerra, logo após a Festa Nacional do Coco – agora incluída entre os eventos folclóricos e turísticos do estado – a Prefeitura de Igarassu pretende criar um Centro de Artesanato Típico, promovendo a desapropriação de uma casa às margens do Canal de Santa Cruz, no Distrito de Itapissuma, – atualmente de propriedade da Freguesia de S. Gonçalo do Amarante – e que se adapta plenamente às funções previstas para a nova entidade¹⁶⁷. (Diário de Pernambuco, 02.09.1977).

A Festa do Coco foi criada em 1977, iniciativa da então secretária municipal de turismo, Rosa Maria. O evento teve oito ou nove versões, sendo extinto em meados dos anos 1980. Não há documentos a respeito da Festa do Coco na EMPETUR ou PMIg, e a quase totalidade dos entrevistados que trabalham ou já trabalharam nestas entidades não conseguem falar nada a este respeito. Melônia Costa Carvalho, ex-assistente social da FUNDARPE, trabalhou em Igarassu entre 1976 e 1980, no projeto de recuperação da Praça Marechal Deodoro. Ela diz:

Foi feita uma feira de artesanato, na época havia um prefeito que era muito sensível às questões do patrimônio, Dr. Clóvis Lacerda, que mobilizou muitas coisas para o projeto de revitalização [da Praça Marechal Deodoro]. Ele não criava obstáculos ao nosso trabalho, muito pelo contrário; ele facilitava o nosso trabalho em Igarassu. [...] Essa feira de artesanato ocorreu no tempo do prof. Marcelo, quando se deu muita ênfase às coisas que vinham do coco. E, inclusive, o Dr. Clóvis Lacerda criou a famosa feira do coco, e ele dizia, “- Isto será um dia como é a Festa da Uva no Rio Grande do Sul”. [...] Faziam-se muitas coisas a partir do coco: adornos, bijuterias, entre outras coisas.

Perg.: Mas foi uma coisa que acabou, nunca mais aconteceu...?

Resp.: É verdade. Mesmo depois de nós termos saído de Igarassu, esta feira ainda aconteceu durante muito tempo. Hoje, realmente, não existe mais. (Entrevista no Recife, 30.06.2005).

Jorge Barretto, que trabalha na PMIg desde 1977, ano da primeira edição do evento, coloca:

No final dos anos 1970, nós tínhamos a maior produção de coco de Pernambuco; então se criou a famosa Festa do Coco. Era uma festa com uma feira agrícola. Nós tivemos sete ou oito versões. A feira chegou a tal porte que expositores de máquinas agrícolas vinham expor, e havia a realização de negócios dentro da feira.

Perg.: Quando esta feira acabou?

Resp.: Em meados dos anos 1980. A festa estava programada, mas houve um atentado contra um secretário municipal, que foi baleado e morreu. Isto

¹⁶⁷ Este centro de artesanato típico não foi implementado.

aconteceu quinze dias antes da festa, e ela foi cancelada. E nunca mais foi feita. Ela acontecia no Largo da Matriz.

Perg.: Sim, mas nunca mais se pensou em voltar a fazer a festa?

Resp.: No outro ano também não fizeram, no outro também não, e aí acabou, não teve mais. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Não é possível analisar em profundidade as causas que levaram à extinção da Festa do Coco em Igarassu, após o assassinato de um secretário municipal. Cabe destacar, entretanto, que a expansão da cultura da cana-de-açúcar, no final dos anos 1970, restringiu progressivamente as áreas destinadas ao coco-da-baía em Igarassu¹⁶⁸.

A decadência do litoral norte de Pernambuco como destino de turistas e veranistas pode ser outra causa para o encerramento da Festa do Coco, já que o sucesso da feira de artesanato e comidas típicas dependia do número de visitantes nos três ou quatro dias do evento.

A Festa do Coco incentivou a produção de artesanato em coco-da-baía – cocares, brincos, colares, cestos e tapetes – e de comidas típicas – como alfenins, cocadas, tortas, bolos, sorvetes e canjicas. Jorge Barretto aponta que a festa contava com artesanato diversificado e de qualidade, e também com diversas opções de pratos e quitutes à base de coco.

Após o fim da festa, em meados dos anos 1980, a utilização do coco-da-baía perdeu espaço na culinária e artesanato da cidade. O artesanato produzido em Igarassu é muito similar ao encontrado em outras cidades da RMR e nos principais centros turísticos da Região Nordeste. São poucos os pontos de venda de alimentos à base de coco, nenhum localizado perto do sítio histórico.

O Projeto de Turismo Social Integrado para o Eixo Igarassu/Itamaracá é a primeira tentativa de desenvolver um plano de turismo para a cidade de Igarassu. O projeto traçava estratégias e ações para o desenvolvimento da nucleação norte da RMR, que compreendia as cidades de Igarassu e Itamaracá, nas áreas de turismo e pesca e em atividades correlatas, como produção de artesanato e avicultura (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 1981).

¹⁶⁸ Os incentivos concedidos pelo PROALCOOL motivaram a expansão da cultura de cana-de-açúcar em áreas pouco propícias ao cultivo.

Na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, o projeto considerava a recuperação da pinacoteca instalada na antiga sala dos noviços, mas não previa obras no restante do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado. O objetivo era montar um museu na pinacoteca, com cobrança de ingresso, transformando-a em atração turística do sítio histórico de Igarassu. Previam-se recursos do PCH para a reforma proposta, o que não ocorreu¹⁶⁹.

O projeto previa também reformar o Convento do Sagrado Coração de Jesus, com a criação de uma pousada com sessenta e nove leitos e espaço para eventos e convenções. Seria construído um orfanato, que abrigaria as crianças em regime de externato, e as religiosas ficariam numa parte delimitada do convento. Este projeto também não foi para frente, e o sítio histórico de Igarassu ainda hoje não conta com qualquer meio de hospedagem.

O plano objetivava fomentar a produção de artesanato em Igarassu e Itamaracá, através da criação de associações de artesãos nestas cidades, construção de galpões e realização de feiras de artesanato. Desejava-se melhorar a qualidade dos produtos confeccionados, prover melhor ambiente de trabalho para os artesãos e permitir que eles vendessem as peças diretamente ao consumidor final, cortando a figura do intermediário. O projeto descreve a produção artesanal das cidades de Igarassu e Itamaracá, no início dos anos 1980: “Em geral, o artesanato é de má qualidade, despersonalizado, inexpressivo enquanto produto diferenciado, característico da cultura da região. (...) gera uma renda ínfima e é, quase sempre, uma atividade esporádica.” (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 1981, p. 106).

O projeto também previa, na Ilha de Itamaracá, a criação de alojamentos familiares, restaurantes comunitários, área de *camping*, minigranjas e balneários destinados à população carente da nucleação norte da RMR. A participação comunitária é uma das bases deste projeto, já que a maior parte dos meios de hospedagem e equipamentos turísticos propostos seria administrada por associações de habitantes locais.

¹⁶⁹ A Igreja e Convento de Santo Antonio estava em avançado estado de deterioração e risco de desabamento em algumas partes do conjunto, no início dos anos 1980. Mas o projeto previa intervenções apenas na antiga sala dos noviços.

A quase totalidade das propostas do Projeto de Turismo Social Integrado para o Eixo Igarassu e Itamaracá não saiu do papel. A proposta de reforma e instalação de pousada no Convento do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, é desconhecida até pelas freiras que moram no monumento histórico. O documento não cita, em nenhuma parte, qual seria a participação da FUNDARPE e EMPETUR nas ações propostas de fomento ao turismo e conservação patrimonial.

Os arquivos da EMPETUR guardam documentos de diversos projetos de fomento ao turismo, nos anos 1980, no litoral norte de Pernambuco, principalmente nas cidades de Itamaracá, Igarassu e Goiana. De forma geral, são ofícios, memórias de reuniões e súmulas com duas ou três páginas no máximo. Há também alguns panfletos feitos pela EMPETUR nos governos Marco Maciel/José Muniz Ramos (1978-1982), Roberto Magalhães/Gustavo Krause (1983-1986) e Miguel Arraes/Carlos Wilson (1987-1990)¹⁷⁰.

Os projetos têm algumas características em comum. Em primeiro lugar, propõem a exploração turística de Igarassu, Ilha de Itamaracá ou Goiana, não havendo um projeto que contemple as três cidades como um só produto turístico, na forma de região turística ou roteiro integrado.

Em Igarassu, todos os projetos privilegiam o sítio histórico da cidade, com seus monumentos de pedra e cal, representativos do Brasil Colônia e estilo barroco. As atrações naturais e manifestações culturais da cidade não são consideradas como produtos turísticos. Os bens culturais edificados localizados fora do sítio histórico não chegam sequer a ser citados, com exceção do Engenho Monjope.

O nível de implementação de propostas é baixo; até mesmo ações simples parecem nunca ter sido implementadas. Jorge Barretto, que trabalha na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg desde 1977, diz que nunca ouviu falar de nenhum destes projetos. O projeto Rota da Memória Histórica Pernambucana – Igarassu apresenta, ao longo de três páginas, diversas ações que possibilitariam:

¹⁷⁰ Os panfletos não têm data. É possível reconhecer apenas o período de confecção, em virtude das marcas de governo.

A criação de uma rota histórico-cultural que permita não somente a visitação dos locais e monumentos históricos, como também o pernoite do visitante na tranquila cidade histórica, constituir-se-á em mais um Produto Turístico pernambucano capaz de conquistar correntes nacionais e internacionais. (EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO, 198-?, p. 2).

A análise das ações previstas no projeto mostram o baixo grau de implementação das propostas:

- a) estudo de viabilidade para implantação de restaurantes turísticos em áreas de interesse turístico do município: sem registros na EMPETUR ou PMIg;
- b) estudo de viabilidade para implantação de uma pousada na área histórica da sede do município: sem registros na EMPETUR ou PMIg;
- c) criação de roteiros de visitas aos monumentos selecionados: há panfletos feitos pela EMPETUR, nos anos 1980, com a descrição dos principais monumentos do sítio histórico, mas sem um roteiro de visita e sem identificação com o nome do projeto;
- d) implantação de posto de informações turísticas na área urbana do município: Igarassu nunca teve um posto de informações turísticas;
- e) melhoria dos serviços de recepção do MHI e da pinacoteca do Convento de Santo Antonio: de acordo com Jorge Barretto, a EMPETUR nunca realizou nenhum tipo de treinamento no MHI. Francisco Lima, funcionário da PMIg lotado no Convento de Santo Antonio, diz que o único treinamento sobre o monumento foi feito pela FUNDARPE, em 1994;
- f) implantação do centro turístico municipal no prédio da antiga Câmara, hoje cadeia pública: ação não realizada;
- g) edição de material informativo sobre os pontos turísticos selecionados (folhetos, guia turístico, calendário de eventos, postais, *posters*, fotos, *slides* e reprodução de obras de arte): a EMPETUR chegou a fazer panfletos sobre Igarassu, mas nenhum identificado com o nome do projeto;
- h) treinamento e/ou aperfeiçoamento de pessoal necessário à execução dos serviços receptivos, de alojamento e de alimentação propostos: sem registros na EMPETUR e PMIg;
- i) criação de um centro de arte (embrião do Programa Cidade das Artes): o antigo Mercado Municipal de Igarassu foi restaurado para funcionar como centro cultural,

mas não é possível saber se isto foi resultado do projeto Rota da Memória Histórica Pernambucana – Igarassu.

No final dos anos 1980, o litoral norte entra em processo de decadência enquanto produto turístico. O fluxo de turistas, visitantes e veranistas cai; cessam os investimentos em novos meios de hospedagem e as agências de receptivo pernambucanas diminuem a frequência de passeios à Ilha de Itamaracá, redirecionando o fluxo turístico para Porto de Galinhas, litoral sul do Estado de Pernambuco.

Conforme Márcio Rodrigues:

O grande fluxo de turistas e de pessoas que se deslocaram para o litoral norte para morar e veranejar por um longo período de tempo, sem um retorno de infra-estrutura e de ordenamento urbano e ambiental, causou a deterioração do Paulista e do litoral norte como destinos turísticos¹⁷¹. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Fabiana Moraes, subeditora de suplementos e colunista do caderno de turismo do Jornal do Comércio, aponta os problemas do principal destino do litoral norte pernambucano. Pergunto se há algum destino turístico importante no litoral norte:

No litoral norte, nós já tivemos Itamaracá como destino nacional, que está péssimo, com uma infra-estrutura péssima, muita violência, mas é uma ilha belíssima, a única do Estado de Pernambuco. E há também os arredores de Itamaracá, como Maria Farinha e praias menores, mas que também são muito bonitas. O problema é que não existe infra-estrutura por lá. E, em contraponto, nós temos Porto de Galinhas lotado.

Perg.: Por que o litoral norte foi abandonado pela EMPETUR¹⁷²?

Resp.: Isto é uma pergunta prevista?

¹⁷¹ Yves Ribeiro, prefeito de Igarassu no período 1997-2004, elegeu-se prefeito municipal do Paulista em 2004. Ele levou parte da equipe com a qual trabalhou em Igarassu ao Paulista, inclusive Márcio Rodrigues, que ocupa o cargo de secretário municipal de turismo, cultura, desporto e juventude do Paulista.

O litoral do município do Paulista sofre com a falta de saneamento básico e ocupação irregular da praia. A construção de muros que avançam no mar, passarelas e falta de ruas de acesso à praia para pedestres comprometeram a exploração turística de longos trechos das praias do Pau Amarelo, Conceição e Maria Farinha.

¹⁷² O Jornal do Comércio já havia publicado diversas matérias que abordavam o “abandono” do litoral norte por parte da EMPETUR.

Perg.: Sim. Por quê?

Resp.: Que bom. Inicialmente, “abandonado” não foi bem a palavra, mas hoje em dia ele foi sim. Quando Porto de Galinhas começou a ficar muito famosa – chamar de a melhor escolha é uma coisa muito forte – mas foi mais fácil vender Porto de Galinhas do que abordar um novo, do que melhorar um antigo. Porque Itamaracá antes era como Porto de Galinhas hoje, era conhecidíssima, mas começou a haver problemas no local: violência, presença de presídios, e isto começou a afugentar os turistas. E o setor de turismo do município, na época, não barrou esta imagem ruim que foi passada, e também não melhorou o produto turístico. [...] Itamaracá era um destino turístico maravilhoso, e eu ainda acho que seja. Há Vila Velha no alto, que é lindo, e também é pouco visitado, pois as pessoas vão a Itamaracá e não conhecem Vila Velha. Não é só a EMPETUR que abandonou Itamaracá, os turistas também abandonaram, e isto ocorreu em virtude de questões mais ligadas à infra-estrutura desta cidade mesmo. Ou talvez uma questão de modismo. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Gustavo Luck, sócio da LUCK Receptivo, principal agência de turismo receptivo pernambucana, aponta também que os problemas de limpeza e segurança afastaram os turistas do litoral norte pernambucano. O passeio à Ilha de Itamaracá era o mais vendido da agência até o início dos anos 1990, mas entrou em decadência e é cada vez menos procurado. A pauta de passeios da LUCK Receptivo retrata bem isto. Porto de Galinhas conta com saídas diárias, enquanto que Itamaracá e Igarassu são visitadas apenas às terças e sextas-feiras.

O tipo de exploração turística empregado no litoral norte pernambucano é apontado como uma das causas da decadência do turismo na região. José Otávio de Meira Lins, presidente da ABIH/PE, coloca:

Em primeiro lugar, falta de saneamento básico. Este problema no litoral norte é muito sério. Em Maria Farinha, e em outros pontos do litoral, as praias se acabaram por falta de saneamento básico. [...] Além disto, não se agregou ao produto nada mais do que praia. O SEBRAE-PE fez recentemente um roteiro de cachaça junto com a parte de história; os engenhos da área norte têm até mais tradição do que os localizados na parte sul do Estado. [...] O SEBRAE-PE iniciou a formatação de um produto com os engenhos desta região, mas ele ainda não se agregou com a parte de praia. [...] Nós temos um nó, no Estado de Pernambuco, maior do que o que existe na cidade do Recife, que é o litoral norte. O litoral norte é um problema muito sério, nada foi feito para dar uma identidade ao local, nem se pensou sobre isto. [...] A hotelaria do litoral norte está se acabando, por total falta de tudo. Não há nenhuma perspectiva ao futuro. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Ana Beatriz Farias, assessora da diretoria comercial da EMPETUR, aponta a falta de atrações turísticas acessíveis aos turistas como um dos problemas do litoral norte pernambucano, a partir da comparação com Porto de Galinhas:

Porto de Galinhas, que já tinha uma infra-estrutura semipronta, cresceu nestes últimos dez anos: hoje em dia, nós temos uma super estrutura lá, com *resorts*, pousadas e hotéis cinco estrelas. Além da praia, foram agregados outros atrativos: o turista pode sair e fazer o jipe Safari, ir para cachoeiras, fazer passeios de barco e visitar outras praias, como Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho. Então, existe um complexo de atrativos; o turista fica sete dias em Porto de Galinhas e pode desfrutar de uma série de passeios oferecidos pelo receptivo para os hóspedes dos hotéis. [...] O litoral norte não tem sido destino de hospedagem. [...] Há uma complexidade no litoral norte: existem vários municípios distantes um do outro, em virtude do rio e do mar. De um lado, você tem Maria Farinha, com um hotel âncora, que seria o Amoaras, do outro lado você tem o Gavoa, em Nova Cruz¹⁷³, e você tem o Orange, em Itamaracá. Isto forma um complexo turístico, mas o turista que fica no Amoaras, no Gavoa ou no Orange não tem muito mais o que fazer. Ele vai para o hotel, que não agrega outras coisas ao seu próprio produto, a não ser o passeio de barco. Fica difícil fazer uma venda deste produto, pois cada hotel vende-se isoladamente. A intenção da EMPETUR é criar um produto único. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

O litoral norte tem engenhos importantes do ponto de vista histórico. O Engenho Monjope, em Igarassu, de arquitetura monumental, foi um dos locais onde Dom Pedro II pernoitou em 1859, tendo ele se impressionado com o luxo e suntuosidade¹⁷⁴. Faz parte do conjunto uma capela, casa grande, senzala, moita¹⁷⁵ e outras benfeitorias históricas. O Engenho São João, em Itamaracá, conta com uma das moitas mais antigas do Brasil e é a casa natal do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro do Império. A cidade de Goiana possui mais de vinte engenhos, entre os quais o Engenho Novo é tombado pelo IPHAN¹⁷⁶. Muitos começaram a receber turistas; o Engenho Uruaê, por exemplo, conta com pequeno museu, passeio guiado pela casa grande e capela, restaurante e apresentações culturais, como

¹⁷³ O Gavoa Beach Resort fica no município de Igarassu.

¹⁷⁴ As impressões de Dom Pedro II sobre o Engenho Monjope fazem parte da tradição oral de Igarassu; não foi possível verificar se há algum documento que confirme isto.

¹⁷⁵ A moita é o local de fabrico do açúcar, aguardente, mel de engenho e rapadura.

¹⁷⁶ A Capela do Engenho Novo de Santo Antonio foi tombada pelo IPHAN em 25.10.1938 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1994).

maracatu, forró pé-de-serra e caboclinhos. Todos os funcionários recebem os turistas com vestuário e linguajar de tempos passados.

Apesar disto, o turista que se hospeda em qualquer um dos principais hotéis do litoral norte de Pernambuco tem sérias dificuldades para conhecer um antigo engenho de cana-de-açúcar. Os hotéis não têm informações sobre as atrações da cidade ou região, e Igarassu, Paulista e Itamaracá não contam com postos de informação turística. As agências de receptivo pernambucanas não fazem passeios com saídas dos hotéis do litoral norte, fazendo com que o turista interessado em conhecer o patrimônio local tenha que alugar um carro ou utilizar o sistema de transporte coletivo municipal. Por fim, muitos engenhos não são abertos à visitação, ou não contam com infra-estrutura turística.

O Engenho Canoas é uma das atrações culturais mais visitadas da cidade de Ipojuca. Localizado a poucos quilômetros de Porto de Galinhas, o engenho foi construído poucos anos atrás, apesar de sua aparência de antigo. O proprietário montou um bar, onde serve cachaça e coquetéis feitos da bebida, e uma pequena loja de lembranças, que vende produtos como copos e camisas. O passeio ao Engenho Canoas é vendido por agências de receptivo, sendo divulgado por recepcionistas de hotéis e pousadas, que ganham uma comissão pela venda do passeio.

A narrativa turística apresenta o Engenho Canoas como uma relíquia do século XVI, que ainda hoje faz a moagem da cana-de-açúcar e fabrica produtos como mel de engenho, rapadura e aguardente. De acordo com o proprietário do engenho, a história, apesar de ser em grande parte inventada, é muito apreciada pelos turistas.

A exploração turística de antigos engenhos de cana-de-açúcar em Goiana, Itamaracá e Igarassu, bem como a comparação com o que acontece no Engenho Canoas, em Ipojuca, mostra que o turismo desenvolvido no litoral norte de Pernambuco **sempre se baseou no composto “sol, mar e praia”, apesar da miríade de elementos naturais e culturais (materiais e imateriais) de interesse turístico presente na região.**

Até o início de 2005, o Gavia Beach Resort, localizado na Praia da Gavia, em Igarassu, não fornecia qualquer material ou informação turística sobre o sítio histórico da cidade. Enquanto o *trade* turístico de Porto de Galinhas, ainda nos anos 1990, organizou-se através de uma

associação formal, investiu recursos próprios na divulgação do destino turístico e cobra, de maneira articulada, ações do governo estadual nas áreas de promoção e infra-estrutura, os hotéis e outros empreendimentos turísticos do litoral norte, como marinas, restaurantes e associações de turismo municipais, nunca conseguiram formatar um produto para o litoral norte ou fazer reivindicações conjuntas.

O crescimento do litoral sul como destino turístico, capitaneado por Porto de Galinhas, e os problemas atuais do litoral norte, com a perda de atratividade da Ilha de Itamaracá, fizeram com que a publicidade do Estado de Pernambuco se concentrasse na promoção de Porto de Galinhas como principal destino turístico estadual. Ana Beatriz Farias coloca:

Quando o turista pensa Pernambuco, pensa em Porto de Galinhas; é incrível como isto acontece nas feiras internacionais. [...]

Perg.: Porto de Galinhas virou sinônimo de Pernambuco?

Resp.: Sim, virou quase como sinônimo: Pernambuco é igual a Porto de Galinhas. [...] Porto de Galinhas está recebendo um investimento do Estado em infra-estrutura básica, porque tudo começou muito amadoristicamente lá e a coisa se profissionalizou através da implementação de hotéis de alto nível. Então, precisou haver um investimento na área de saneamento, eletricidade, telefonia, estradas, toda a questão da infra-estrutura. Agora, há o interesse da EMPETUR em se voltar para o litoral norte, junto com a mata norte e o interior, para poder atrair esse público que só vê Porto de Galinhas. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Márcio Rodrigues, ex-secretário de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu e atual secretário de Turismo, Cultura, Desporto e da Juventude do Paulista, diz:

O litoral sul, com Porto de Galinhas, teve todo o direcionamento da mídia e da propaganda do governo estadual. [...] Todos os prefeitos do litoral norte se sentem abandonados e preteridos pela EMPETUR. A grande maioria dos dirigentes deste órgão nos últimos anos é ligada a empreendimentos turísticos instalados em Porto de Galinhas. Os presidentes que passaram são donos de hotéis e pousadas por lá. [...] A folheteria da EMPETUR é toda dirigida para Porto de Galinhas e também ao Recife, que é a capital e eles não têm como retirar. Até Olinda eles praticamente não divulgam, apenas muito pouco. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Inaldo Félix, tesoureiro da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, reclama da falta de apoio do governo estadual ao turismo no litoral norte:

Atualmente, a única propaganda que nós estamos tendo é a boca-a-boca. Existe uma ‘queima’, talvez por parte do [governo do] Estado, do litoral norte, muito forte. Então, de Paulista a Goiana, é como se não fizessemos parte do Estado.

Perg.: Sério? Virou Paraíba?

Resp.: É exatamente isto, vende-se apenas o litoral sul. A própria EMPETUR vende a Coroa do Avião como Maria Farinha, ou então apenas como Pernambuco¹⁷⁷. Ela não vende as cidades do litoral norte pernambucano.

Perg.: Há um foco muito grande em Porto de Galinhas?

Resp.: Hoje, Pernambuco é Porto de Galinhas. O turista, quando chega no Aeroporto Internacional dos Guararapes, vê no *stand* de informações turísticas Porto de Galinhas, Suape, Gaibu, Calhetas e Cabo de Santo Agostinho. Você não vê o litoral norte em nenhum momento, e quando vê é o Forte Orange com a legenda ‘Pernambuco’. Não é colocado que o forte fica em Itamaracá. [...] Em virtude disto, os prefeitos eleitos dos sete municípios do litoral norte estão trabalhando juntos para mudar esta situação¹⁷⁸. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

A análise do material promocional da EMPETUR deixa claro que a divulgação turística nos últimos anos concentrou-se no litoral sul de Pernambuco, com foco em Porto de Galinhas. O caso das reportagens sobre Pernambuco publicadas nas edições 42 e 43 da revista *Viaje Mais* ilustra bem isto¹⁷⁹. Enquanto o litoral sul conta com seis páginas e cinco fotos com as principais atrações de Carneiros, Porto de Galinhas, Maracaípe e Muro Alto, o litoral norte é contemplado com apenas uma página, dedicada à Ilha de Itamaracá (Forte Orange e Projeto Peixe-boi, do IBAMA) e Coroa do Avião. O sítio histórico de Igarassu, ou as cidades de Goiana, Paulista e Itapissuma, não chegam a ser citadas.

¹⁷⁷ Inaldo Félix refere-se, provavelmente, a cartaz feito pela EMPETUR no final dos anos 1990, que apresentava a Coroa do Avião como parte da Praia de Maria Farinha, no município do Paulista.

¹⁷⁸ Trata-se do segundo Projeto Costa Verde, como será visto a seguir.

¹⁷⁹ As reportagens foram pagas pela EMPETUR, Secretaria de Turismo e Esportes da PCR e Paço Alfândega.

A Editora Nova Europa, responsável pela publicação da revista *Viaje Mais*, fez uma edição especial com a reimpressão das reportagens publicadas nas edições 42 e 43, além das propagandas dos três patrocinadores.

Este material é distribuído pela Secretaria de Turismo e Esportes da PCR e EMPETUR em eventos como o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil e o *workshop* Pernambuco visita Brasil.

O Projeto Costa Verde, desenvolvido no final dos anos 1990, pretendia fomentar o turismo nos sete municípios do litoral norte de Pernambuco – Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá e Goiana. Foi firmado um convênio de cooperação técnica entre as sete prefeituras municipais e o governo estadual, que instalou um escritório de planejamento na Ilha de Itamaracá.

O projeto previa investimentos nas áreas de infra-estrutura, implantação de equipamentos turísticos, restauração de monumentos históricos e capacitação de mão-de-obra. A idéia era que os municípios formassem um consórcio, que seria responsável por formatar produtos turísticos e resolver questões como coleta e destinação de resíduos sólidos, transporte, etc.

O projeto foi anunciado como prioridade do governo estadual, como aponta reportagem publicada no Jornal do Comércio:

Jarbas Vasconcelos admite que o governo vai apoiar as ações do Projeto Costa Verde. “É muito importante para o efetivo desenvolvimento daquela área. O turismo é uma saída clara”, diz. Além de apoiar, ele definiu que será considerado prioridade pelo governo uma melhor divulgação dos atrativos desses locais. (Jornal do Comércio, 08.04.1999).

O Projeto Costa Verde previa captar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do PRODETUR II. Não há muitas informações a respeito do Projeto Costa Verde, inclusive nas prefeituras que participaram do projeto. Após algumas ações iniciais, como a instalação de um escritório em Itamaracá, reuniões entre técnicos do governo estadual e representantes das prefeituras envolvidas e alguns *workshops*, o projeto foi interrompido.

A principal causa para a paralisação do Projeto Costa Verde parece ter sido a falta de recursos financeiros. O projeto apontava o PRODETUR II como principal fonte de recursos para ações na área de infra-estrutura e recuperação de monumentos históricos, mas os recursos deste programa só foram liberados ao governo estadual em outubro de 2005. Com isto, as principais obras do Projeto Costa Verde não puderam ser implementadas, gerando desmobilização das prefeituras municipais envolvidas.

Em 2002, o então secretário estadual de desenvolvimento econômico e turismo, Carlos Eduardo Cadoca, anunciou a criação do Circuito Náutico de Pernambuco como a redenção

para o turismo no litoral norte pernambucano. O projeto previa a criação de seis estações de embarque e desembarque de passageiros entre o Marco Zero, na cidade do Recife, e Barra de Catuama, em Goiana, cidade que faz divisa com a Paraíba.

O governo estadual anunciou a entrada em operação do Circuito Náutico de Pernambuco ainda em 2002, e investiu R\$ 7,5 milhões na construção de *piers*, estações de passageiros, estradas de acesso, entre outras obras. A idéia, de acordo com Carlos Eduardo Cadoca, era fazer com que as estações de passageiros e o sistema de navegação fossem geridos pela iniciativa privada, através de um sistema de linhas regulares entre o Recife e os cinco pontos escolhidos do litoral norte.

Fabiana Moraes, questionada sobre o Projeto Costa Verde, tece críticas ao Circuito Náutico de Pernambuco, apontando alguns problemas. Pergunto se ela conhece o Projeto Costa Verde, no litoral norte:

Conheço, o projeto foi criado há muito tempo e não saiu do papel.

Perg.: Ele é antigo?

Resp.: Sim, é antigo. Já ganhou muitos nomes [risos]. Eu já fiz matérias sobre este projeto quando eu era repórter, isto tem uns cinco anos, ou até mais. [Silêncio] Aquela região precisa de projetos e tudo o mais, mas eles ficam apenas no papel. [...] O projeto consistia na construção de *piers*, fomento a passeios náuticos pela região, etc. Depois, o repórter do Jornal do Comércio chegou lá e as bóias estavam jogadas no mar, com gasto do dinheiro público. Quando o Jornal do Comércio foi até lá, o projeto já estava abandonado. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Lúcia Carneiro Leão, proprietária da Marina Barra de Catuama, diz:

A Marina Barra de Catuama vivia cheia de estrangeiros, meu movimento de lanchas era muito grande até uns três anos atrás. De lá para cá, isto tem diminuído. [...] O grande problema destes projetos é que há algumas reuniões, mas com coisas sem muita sustentabilidade. Nós precisamos sentar e não ficar falando sobre projetos, mas sim realizar projetos.

Perg.: Você já foi para alguma reunião destas?

Resp.: Para este Costa Verde não, mas para algumas reuniões na EMPETUR sobre o litoral norte, sim. O problema é que saímos da reunião, e ponto. Estamos no circuito do pólo náutico e está rondando, mas não acontece, não há um planejamento sobre o assunto. É necessário fazer um planejamento

do que é necessário, pois todas são ações pontuais. Surgem os projetos, acabam os projetos e não se vê nada. (Entrevista no Recife, 06.07.2005).

O projeto consumiu R\$ 7,5 milhões para a construção de cinco pontos de embarque e desembarque de passageiros no litoral norte. Três anos depois, nenhuma estação entrou em fase operacional, muitas foram saqueadas e depredadas por falta de policiamento, e o governo estadual ainda afirma, oficialmente, que algumas estações estão prontas para entrar em operação:

[Luis] Castanha¹⁸⁰, contudo, garantiu que as estações de Maria Farinha, da Coroa do Avião e do Forte Orange, em Itamaracá, estão recuperadas, prontas e, mesmo não oficialmente inauguradas, em uso por empresas de passeios turísticos na porção norte do litoral. Infelizmente, a declaração do executivo não condiz com a realidade. Após visitar as obras inacabadas do circuito, a reportagem do JC constatou que elas continuam ociosas, em deterioração e fora de qualquer tipo de operação. Só uma coisa mudou em relação a um ano atrás, quando a reportagem do JC encontrou as estações completamente abandonadas: agora, as unidades de Maria Farinha e de Itamaracá contam com policiamento, o que impede os antigos saques aos materiais usados na construção. Mas a ociosidade é a mesma: “- Temos autorização para impedir a atracagem de qualquer embarcação”, diz um dos policiais militares responsáveis pela segurança das unidades. Na estação de Itamaracá, o pier construído, sem uso ou manutenção, está destruído. “- O pier está quebrado, afundou”, confirma o empresário Sinval Pessoa, diretor de uma marina na ilha que oferece passeios pelo litoral de Itamaracá no trecho do Forte Orange. (Jornal do Comércio, 11.08.2005).

O Circuito Náutico de Pernambuco, previsto para ser operado pela iniciativa privada, mostrou-se inviável. Nenhum empresário se interessou em operar um sistema de linhas regulares, e o governo estadual descartou a possibilidade de operar o sistema. Com isto, mesmo se as estações de passageiros entrarem em operação, o circuito consistirá de passeios nas imediações das estações.

Carlos Eduardo Cadoca, agora deputado federal, disponibilizou R\$ 1 milhão para a conclusão do projeto. Questionado a respeito da manutenção dos investimentos feitos no Circuito Náutico de Pernambuco, caso ele entre em operação, Fernando Jordão, secretário executivo de desenvolvimento econômico e turismo, diz: “Não tenho dúvidas de que o discurso de manutenção no Brasil tem menos importância do que o de construção. É mais difícil conseguir recursos para manter do que para construir”. (Jornal do Comércio, 11.08.2005).

¹⁸⁰ Dirigente da EMPETUR responsável pela conclusão do Circuito Náutico de Pernambuco.

O litoral norte de Pernambuco foi alvo de uma série de projetos de fomento ao turismo, mas, de forma geral, estes projetos não foram implementados, ou não produziram resultados efetivos para a região. Além disto, a maior parte do litoral norte não foi contemplada com recursos do PRODETUR I, que concentrou seus investimentos no Centro Turístico de Guadalupe e Bairro do Recife.

O litoral norte sofreu, desde os anos 1980, com perda de fluxo turístico e ausência de investimento público em obras de infra-estrutura, divulgação turística e recuperação de monumentos históricos de interesse turístico. A região também não recebeu mais investimentos privados em marinas, hotéis e atrações turísticas. O litoral norte conta, por exemplo, com apenas dois hotéis com mais de cem leitos, tendo sido o último inaugurado em 1990¹⁸¹.

Dentro do Programa de Regionalização do Turismo promovido pelo Ministério do Turismo, a EMPETUR criou seis regiões turísticas no Estado do Pernambuco:

- a) pólo Costa dos Arrecifes: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré;
- b) pólo Sertão do São Francisco: Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista;
- c) pólo Luiz Gonzaga;
- d) pólo Matas, Mangues e Engenhos: Paulista, Igarassu, Itamaracá, Goiana, Vicência, Nazaré da Mata, Carpina, Tracunhaém e Lagoa do Carro;
- e) pólo Recife e Arredores: Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes;
- f) pólo Fernando de Noronha: Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

De acordo com Benita Rocktaesschel, coordenadora geral de descentralização do Ministério do Turismo, cada unidade da federação tem autonomia total para definir as regiões, montar os roteiros turísticos e medir a viabilidade de cada um deles. Segundo ela, todos os roteiros apresentados no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em junho de 2005, são viáveis de ser

¹⁸¹ O Gavia Beach Resort, localizado em Igarassu, conta com 262 leitos e foi inaugurado em 1981. O Hotel Amoaras, localizado no Paulista, conta com 225 leitos e foi inaugurado em 1990.

explorados turisticamente, de acordo com avaliação da Chias Marketing¹⁸². Benita Rocktaesschel afirma também que em julho de 2005 haveria uma reunião no Ministério do Turismo para avaliar cada roteiro apresentado no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, mas que as avaliações não seriam divulgadas.

O Pólo Matas, Mangues e Engenhos é formado pelas principais cidades do litoral norte e Zona da Mata norte do Estado de Pernambuco, que apresentam elementos naturais e históricos de interesse turístico ou infra-estrutura de apoio à atividade. A região turística foi formada em 2005; ainda não existem produtos turísticos formatados, ações de divulgação conjunta da região, marcas turísticas ou instâncias formais de diálogo entre as diversas cidades da região e EMPETUR¹⁸³.

Márcio Rodrigues, secretário de Turismo, Cultura, Desporto e da Juventude do Paulista, comenta sobre a natureza vertical, de cima para baixo, de criação das regiões turísticas:

Quando a EMPETUR apresentou as regiões turísticas de Pernambuco, a divisão já tinha sido feita para o Pólo Matas, Mangues e Engenhos. [...] Resta saber se os roteiros do Programa de Regionalização do Turismo serão divulgados, porque se forem está tudo muito bom, embora seja difícil fazer um roteiro envolvendo umas quinze cidades, porque normalmente o turista vem passar três ou quatro dias. [...] Nós não tivemos a oportunidade de propor nenhuma mudança, chegou pronto. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

¹⁸² Entrevista no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil em junho de 2005, na cidade de São Paulo. Optou-se por não transcrever passagens da entrevista, em virtude de quase toda a gravação ter sido corrompida, por problemas na fita de áudio. A passagem citada abaixo, entretanto, resume o posicionamento do governo federal na escolha e montagem das regiões turísticas nas unidades da federação: “Quem tem de trabalhar com os municípios são os estados.”

¹⁸³ O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) elaborou roteiros turísticos na Zona da Mata norte pernambucana, que incluem a cidade de Goiana (que faz parte da Zona da Mata) e algumas atrações de Igarassu. Infelizmente, a ação do PROMATA parece não estar integrada à proposta da EMPETUR de desenvolver seis regiões turísticas no Estado de Pernambuco; os roteiros foram criados por uma consultoria independente, que não se preocupou em desenvolver produtos turísticos que integram o litoral norte com as cidades da Zona da Mata norte.

Os municípios contemplados pelo PROMATA na Zona da Mata norte são Vitória de Santo Antão, Glória do Goitá, Chã de Alegria, Chã Grande, Paudalho, Vicência, Nazaré da Mata, Aliança, Buenos Aires, Carpina, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Tracunhaém, Goiana, Timbaúba, Ferreiros, Condado, Itambé e Camutanga.

A falta de diálogo e coordenação entre os diversos municípios do Pólo Matas, Mangues e Engenhos e EMPETUR ficou clara no *stand* da região no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. Não havia nenhum material ou produto formatado do pólo, apenas iniciativas individuais de cada uma das cidades da região turística.

Em alguns momentos, representantes de cinco cidades entregavam material aos visitantes, enquanto que em outros o *stand* ficou sem ninguém, com falta de material de promoção turística. Maxi Oliveira, após falar sobre a importância do Salão de Turismo – Roteiros do Brasil, reconhece a falta de coordenação presente no pólo. Perguntado sobre o que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu fez no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, obtive como resposta:

O Salão do Turismo serviu como um laboratório para nós, de fato. [...] Nós levamos *folders*¹⁸⁴ e panfletos.

Perg.: O que você achou do Salão do Turismo?

Resp.: Na verdade, nós estamos conhecendo a EMPETUR, as ações da EMPETUR para com os municípios de com potencial turístico. O Salão do Turismo apresentou novos roteiros, e Pernambuco apresentou alguns pólos; Igarassu faz parte do Pólo Matas, Mangues e Engenhos. E por que participar? Primeiro, para saber quais são as ações do Ministério do Turismo para com os Estados e respectivos municípios, e para saber qual é o trabalho que está sendo desempenhado pela EMPETUR para qualificar as pessoas que trabalham com turismo nos municípios. E, também, se é necessária a elaboração de projetos para conseguir apoio federal. [...]

Perg.: Uma coisa que eu notei no Salão do Turismo é que, apesar de haver o Pólo Matas, Mangues e Engenhos, cada município fez seu material e distribuiu de maneira isolada. Ainda não há uma integração?

Resp.: Não, ainda não houve uma integração. Foi muito boa a sua colocação, André. Fica sem sentido trabalhar a questão dos pólos e fazer um trabalho independente. No Salão do Turismo, a participação dos municípios não foi feita de maneira conjunta, e sim de maneira isolada. (Entrevista em Igarassu, 05.07.2005).

A secretária municipal de Lagoa do Carro, entrevistada no evento, afirmou que houve apenas dois encontros entre representantes das cidades do Pólo Matas, Mangues e Engenhos, ambos

¹⁸⁴ Os *folders* são, na verdade, pequenos cartazes com fotografias dos principais monumentos do sítio histórico da cidade: Igreja e Convento de Santo Antonio, Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus e Igreja dos Santos Cosme e Damião.

na EMPETUR, e não houve discussão sobre a formação da região e formatação de roteiros ou produtos, apenas capacitação para a participação no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil¹⁸⁵.

O atual prefeito do Paulista, Yves Ribeiro, afirmou, no final de 2004, que os prefeitos do litoral norte de Pernambuco se uniriam para criar um consórcio turístico¹⁸⁶. A intenção era formatar roteiros que englobassem as cidades da região, promover capacitação de mão-de-obra local e realizar ações de promoção conjunta, além de criar um nome e marca turística da região. O projeto, batizado de Costa Verde, foi lançado ainda em 2004¹⁸⁷. Yves Ribeiro diz:

Ou a Empetur nos ajuda com o turismo no Litoral Norte ou vamos fazer sem eles. Queremos parceria. Não aceitamos que Porto de Galinhas seja a única vitrine do nosso turismo. O litoral norte também é Pernambuco. [...] A idéia é fortalecer o destino como um todo do turismo ecológico na América do Sul. (Jornal do Comércio, 30.11.2004).

Os municípios do litoral norte ainda não formaram um consórcio, não houve formatação de produto ou roteiro turístico que contemple mais de um município da região ou qualquer ação de divulgação conjunta. Nenhum entrevistado que trabalha na EMPETUR, PMIg ou Prefeitura Municipal do Paulista conseguiu prestar informações sobre o andamento do Projeto Costa Verde. Não há um documento formal sobre a proposta; parece que o atual Projeto Costa Verde ainda é uma idéia, ou ação em estado embrionário.

As operadoras de turismo nacionais, sediadas principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, vendem pacotes de viagem à Região Nordeste com foco no composto “sol, mar e praia”. Os destinos ofertados são as capitais litorâneas, como Recife, Salvador e Fortaleza, e balneários famosos, como Porto de Galinhas, Porto Seguro e Pipa (Rio Grande do Norte).

¹⁸⁵ Parece não ter havido controle ou orientação sobre o material distribuído no *stand* do pólo. A Prefeitura Municipal de Vicência levou um informativo da nova gestão municipal, que mostra todas as supostas irregularidades cometidas pelo governo passado e o estado de falência dos serviços de educação e saúde municipais, bem como a situação de penúria financeira da cidade. O Engenho Poço Comprido, único remanescente do século XVIII em Pernambuco, e tombado pelo IPHAN, nem ao menos é citado.

¹⁸⁶ Yves Ribeiro, além de ser prefeito do Paulista, segunda maior cidade do litoral norte, já foi prefeito de Igarassu (dois mandatos consecutivos) e de Itapissuma. Os prefeitos destas duas cidades são afilhados políticos de Yves Ribeiro, o que lhe confere uma posição de liderança dentro do litoral norte.

Os pacotes incluem as passagens aéreas, hospedagem, traslados e um passeio de receptivo, geralmente o *city tour* pela cidade. No caso de *resorts*, não há passeio incluso, dadas as inúmeras opções de diversão que o próprio meio de hospedagem oferece ao turista. Oswaldo Freitas, gerente de operações da Nascimento Turismo, coloca:

Quando um turista busca um cruzeiro marítimo ou um *resort*, muitas vezes ele já tem um plano de alimentação incluído. Já há também atividades esportivas, de lazer, náuticas e eqüestres incluídas. O turista tem a tendência de buscar um produto onde ele irá não apenas descansar, mas também usufruir daquele hotel, porque ele está pagando aquela estrutura montada de *resort*. Uma programação que tire um turista do *resort* para que ele conheça outros pontos daquela região pode fazer com que ele sinta que não está usufruindo pelo que pagou. Na Costa do Sauípe, por exemplo, fica a critério do cliente fazer um passeio a Salvador ou não. (Entrevista em São Paulo, 23.05.2005).

A análise da promoção e material de divulgação de algumas operadoras de turismo nacionais, como Viagens CVC, PNX Travel, Viagens Visual, Nascimento Turismo e Luxtravel Turismo, mostra que todos os destinos vendidos na Região Nordeste, com poucas exceções, baseiam-se no composto “sol, mar e praia”. O material impresso destas operadoras não mostra as atrações turísticas do destino; o foco é o avião moderno de companhia aérea conhecida e os hotéis ofertados, com fotos de quartos, restaurante, área de lazer e, inevitavelmente, da piscina.

O passeio incluído no pacote de viagens não é descrito em detalhe. Muitos panfletos da PNX Travel, por exemplo, sequer citam o passeio incluído no preço do pacote. A folheteria da Viagens CVC, bem como as informações disponíveis no sítio de internet da empresa, dizem sucintamente e de forma genérica o que o turista verá no passeio incluído no pacote de viagem. No panfleto “Recife com a CVC”, lê-se:

Passeio no Recife com duração média de 3 horas, destacando-se as pontes que interligam as diversas ilhas do centro urbano, margeando os Rios Beberibe e Capibaribe, com a magnitude arquitetônica de outrora. Esse percurso inclui visita ao acervo histórico de Olinda, com destaque para seus casarios, praças, ladeiras e igrejas.

¹⁸⁷ O projeto é diferente do proposto pelo governo estadual no final dos anos 1990, apesar de ter o

Virgílio Carvalho, assessor da diretoria da Viagens CVC, deixa claro que o *core business* da empresa é atender a demanda por viagens de clientes de todas as classes sociais, preferências e motivações, através de vantagens em dois componentes principais: preço do pacote e condição de pagamento. A operadora de turismo não trabalha os destinos explorados, apenas os vende de acordo com a imagem que eles possuem no mercado.

Virgílio Carvalho explica porque o produto “Cidades Históricas Mineiras” é o único abalizado no patrimônio cultural local, enquanto as cidades do Nordeste são vendidas a partir do composto “sol, mar e praia”. Pergunto: por que só o pacote Cidades Históricas Mineiras é vendido com base no patrimônio histórico e cultural?:

As outras cidades históricas, como Pirenópolis e Goiás Velho, também poderiam ser, mas é que o pacote tem um enfoque histórico. Quando o turista vai a Goiás Velho, há uma mistura com ecoturismo e turismo de aventura.

Perg.: Mas Goiás Velho não é oferecido. Nas lojas onde fui, só me ofereceram Cidades Históricas Mineiras...

Resp.: Como histórico sim, porque para eles o enfoque do cliente acaba sendo mais para ecoturismo. Os outros destinos, como Diamantina e mesmo Fernando de Noronha, que tem um lado geográfico mais histórico, a importância que ele teve...

Perg.: E as cidades históricas do Nordeste, como o Recife e Salvador, por exemplo?

Resp.: A atração maior do Nordeste como um todo é sol e lazer, não tem este aspecto histórico.

Perg.: Você não poderia vender também as atrações históricas?

Resp.: Não, porque a primeira chamada, quando você fala em Nordeste, já é esta. A verdade é a seguinte: quem sabe o lugar histórico, geográfico ou cultural e quer ir, já sabe onde fica. Ele chega na CVC e diz, ‘Eu quero ir para as cidades mineiras’, ou, ‘Eu quero Goiás Velho’, ou ‘Eu quero o Recife para fazer os roteiros da igreja judaica’, que é um dos roteiros mais recentes. Ele tem que saber isto. (...)

Perg.: Cidades Históricas Mineiras parece ser uma exceção dentro da oferta da CVC, porque você não vende apenas o pacote, vende toda a programação...

Resp.: Cidades Históricas Mineiras sempre foi visto como um destino histórico pelo cliente, e nós não queremos mudar o cliente, queremos apenas que ele viaje.

Perg.: Você não teria demanda para um pacote do tipo “Cidades históricas de Pernambuco” ou ‘Cidades históricas de Salvador e Recôncavo’?”

Resp.: Quando a pessoa for atraída por isto ela sabe; não é a CVC que diz que é histórico, e daí o cliente vai. (...) Minas Gerais está histórica porque ela é conhecida tradicionalmente como as cidades históricas brasileiras. (...) Nós não queremos transformar ninguém.

Perg.: Quando eu fui numa loja CVC, e disse que queria conhecer história e patrimônio, ofereceram-me Minas Gerais. Quando eu perguntei sobre o Recife ou Salvador, eu fui desaconselhado a ir a estes locais, porque não havia muita coisa para se ver. Isto de certa forma não formata a demanda?

Resp.: Se a pessoa quiser ver história no Recife, decidir que quer ir, vai até a loja CVC e compra o pacote, e sabe o que verá. Não modificamos o comportamento de clientes. Se o cliente vier despreparado, continuará despreparado. Não queremos mudar o que o cliente pensa, queremos clientes muito simples. Nós queremos clientes com ou sem experiência. (Entrevista em São Paulo, 30.05.2005).

A visita a algumas agências de viagens e lojas próprias de operadoras de turismo mostra que cidades como Recife, Salvador e até mesmo Olinda, patrimônio cultural da humanidade, não apenas deixam de ser indicadas para um turista interessado em conhecer monumentos e sítios históricos, mas **são mesmo desrecomendadas**. Ao perguntar a Claudemir Mariano, agente de viagens da loja da Viagens CVC no Shopping Pátio Higienópolis, sobre passeios para conhecer cidades históricas, monumentos e manifestações culturais, a resposta do agente foi, “Você quer o pacote aéreo ou rodoviário?”, referindo-se ao produto Cidades Históricas Mineiras.

Perguntei se não havia outro produto da Viagens CVC com atrações históricas ou culturais, e Claudemir Mariano respondeu que o único pacote de viagens vendido era Cidades Históricas Mineiras. Perguntei se não havia atrações históricas e culturais em cidades como Salvador, Recife e João Pessoa, e o agente de viagens desaconselhou-me a comprar estes pacotes: “Estes pacotes são apenas praia. Fora o *city tour*, todos os passeios que você poderá fazer nestas cidades são praia e mar. Para ver coisa antiga, tem de ir a Minas.” (Entrevista em São Paulo, 23.05.2005).

Na loja própria da PNX Travel, no Shopping Pátio Higienópolis, conversei com a agente de viagens Fátima Bahia. Fiz a mesma pergunta: qual o pacote de viagens no qual eu poderia conhecer cidades e monumentos históricos e manifestações culturais. Ela respondeu-me que teria que consultar pacotes de outras operadoras de viagem, pois a PNX Travel não vende pacotes de viagem para as cidades históricas de Minas Gerais.

Pergunto, então, se dentro da lista de ofertas da PNX Travel em um *banner* na agência – Arraial d’Ajuda, Porto Seguro, Natal, Porto de Galinhas, Maceió, Salvador, Recife, Fortaleza, Aracajú, João Pessoa, Serras Gaúchas, Natal com Fernando de Noronha e Caldas Novas (lançamento) –, não havia nenhum destino onde eu pudesse ver prédios antigos, monumentos, casario histórico e igrejas barrocas. Fátima Bahia diz:

É que, como você pode ver, todos os nossos destinos são de praia, com o de Caldas Novas, que é lançamento. Não tem nada de antigo ou histórico para se ver.

Perg.: Mas não há nada de histórico ou cultural em cidades como Salvador e Recife?

Resp.: Recife tem, Recife tem, que é o passeio para Olinda, mas é só este passeio. Não é como Minas Gerais, que tem Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, você todo dia faz um passeio diferente. No Recife, você só tem este passeio para Olinda, não tem o que fazer no resto dos dias. Para quem quer ir para conhecer essas coisas históricas, não serve não.¹⁸⁸ (Entrevista em São Paulo, 23.05.2005).

O litoral norte de Pernambuco não é vendido por nenhuma operadora de turismo com material analisado: Viagens CVC, PNX Travel, Viagens Visual, Nascimento Turismo e Flytour Travel Operator. O cliente que compra um pacote de viagens em qualquer uma destas cinco operadoras de turismo pode conhecer o sítio histórico de Igarassu ou a Ilha de Itamaracá apenas através de passeios opcionais de agências de receptivo ou por iniciativa própria – aluguel de carro, sistema de transporte coletivo, serviços de táxi, etc.

Os pacotes de viagens de operadoras de turismo não oferecem programação, ou seja, o turista não tem um cronograma de atividades e passeios durante sua estadia no destino turístico. O

¹⁸⁸ Este tipo de comportamento foi encontrado em visitas a agências de viagens e lojas próprias de outras operadoras de turismo. Na prática, o agente de viagens trabalha como balconista, ofertando os produtos das operadoras de turismo, e não consegue orientar o cliente a partir de motivações de viagem.

passeio incluído no pacote de viagens ocupa a manhã ou tarde de apenas um dia, e todos os outros passeios são opcionais, cobrados à parte.

Oswaldo Freitas, gerente de operações da Nascimento Turismo, explica que isto se deve às preferências diversas dos turistas:

A pessoa que chega ao Rio de Janeiro tem um *city tour* de apresentação da cidade. Um casal em lua-de-mel ou em uma viagem de férias vai com um objetivo diferente de quem compra o nosso produto para ficar junto com os familiares que moram por lá. A gente apresenta a cidade do Rio de Janeiro com o *city tour*, e depois o turista escolhe o que fazer. [...] Quando uma pessoa busca uma grande capital, ela busca o lazer, mas muitas vezes tem alguns conhecidos, ou quer ficar mais à vontade, curtir a praia, ir a um espetáculo à noite, ao teatro. (Entrevista em São Paulo, 23.05.2005).

Ronaldo Martins, gerente operacional da Flytour Travel Operator, aponta que o foco da competição em preço e a oferta de produtos simples, sem diferenciação e com apenas um passeio inclusivo deve-se ao comportamento do consumidor brasileiro. Ele diz:

Tem uma coisa que complementa muito o que [nome de gerente de produtos] está falando, que é o nosso *know how*: comportamento do consumidor brasileiro. Por que o produto *all inclusive* faz tanto sucesso nos Estados Unidos da América, mas não aqui? Porque o consumidor brasileiro vai muito no ‘me engana que eu gosto’, ele não analisa o custo-benefício.

Perg.: É por isto que não se vende programação no Brasil, vendem-se apenas pacotes de viagem?

Resp.: Exatamente. O produto Maceió, que eu vendo por R\$ 1.000,00 e poderia vender a R\$ 1.200,00 com tudo incluso, faria o cliente ficar feliz da vida: um dia na Praia do Francês, outro no litoral norte, e com um detalhe, você poderia pagar isto em dez vezes, pesando menos no seu bolso. Mas não, o consumidor quer ter a ilusão de comprar um pacote de R\$ 1.000,00, ir para lá, estourar o cartão de crédito e ver outros passageiros comentando sobre os passeios de receptivo: “- Nossa, eu fiz o passeio das piscinas naturais!”, “- Nossa, o litoral norte.” Daí, a esposa diz, “- Compra, estamos em Maceió e não podemos perder.” O que o turista faz? A decisão é absolutamente emocional. Ele compra os passeios, deixa três cheques na mão do receptivo e faz tudo na hora. O turista se deixa contagiar pelo clima e sai comprando tudo que é opcional. É ou não é assim? [gerente de produtos confirma com a cabeça] Todos os concorrentes fazem assim. (Entrevista em São Paulo, 06.06.2005).

Renato Kido, gerente de operações da Viagens Visual, diz:

Nós costumamos colocar passeios agregados, mas hoje a Viagens Visual briga muito por custo. Logo, cada passeio que eu coloco é um custo a mais. E as operadoras estão brigando por preços baixos, entendeu? Então, eu não posso agregar muitos passeios, logo é para deixar como opcional, para ser oferecido aos turistas. (Entrevista em São Paulo, 04.06.2005).

A concorrência entre as operadoras de turismo é baseada, principalmente, no componente preço. Dado que uma operadora não pode ajustar o valor de seus produtos de acordo com sua estrutura de custos, cabe pressionar seus principais fornecedores – hotéis, companhias aéreas e agências de receptivo – a prestar serviços e vender produtos ao menor preço possível. A pressão das operadoras de turismo pela diminuição das tarifas provocou o sucateamento das agências de receptivo em todo o país, com perda de qualidade dos passeios oferecidos (GAZETA MERCANTIL, 2000).

A questão do preço foi detectada em todas as entrevistas com integrantes de operadoras de turismo. Durante entrevista com Renato Kido, cito a questão do sucateamento das agências de receptivo causado pela guerra de preços entre operadoras de turismo, a partir do trabalho feito pela Gazeta Mercantil. Ele então comenta:

É assim, exatamente. Eu brigo muito por custo aqui em São Paulo. São várias operadoras de turismo, umas dez, e uma é concorrente da outra no mesmo produto. Quem tiver o preço mais baixo, o passageiro vai atrás. Se uma empresa vende por R\$ 800,00, outra por R\$ 700,00 e uma terceira por R\$ 600,00, o passageiro vai para a de R\$ 600,00, comprar o mesmo produto. Nós brigamos por preço, então quanto mais eu conseguir enxugar, mais eu terei procura.

Perg.: Mas você acha que isto produziu um sucateamento do receptivo? É uma questão complicada?

Resp.: Você pode ter certeza que vai diminuir a qualidade do atendimento, dos veículos, haverá menos infra-estrutura, menos operacional, e isto acaba dando mais problemas para você. Mas você necessita disto no mercado, senão não vende. (...) Não adianta chegar para o passageiro e dizer, “- Ah, o meu tem qualidade”.

Perg.: Isto gera uma demanda para baixar o preço do produto?

Resp.: Sim. Hoje, o pessoal não vê muito a questão da qualidade e dos serviços, eles querem é preço baixo. Depois, vêm as reclamações¹⁸⁹. (Entrevista em São Paulo, 04.06.2005).

Um gerente de produtos da Flytour Travel Operator, com mais de vinte anos de experiência no mercado, inclusive em outras operadoras de turismo nacionais, resume o relacionamento com as agências de receptivo:

Nós compramos aquilo que temos interesse para enriquecer o produto, com a preocupação de deixá-lo competitivo. E a gente deixa o restante para a agência de receptivo trabalhar, porque o grande interesse é exatamente este. A partir do momento em que negociamos um preço com ela, ela chega em um preço que não dá para ganhar muito. O interesse dela é vender passeios nos outros dias, que é onde a agência vai ganhar dinheiro.

Perg.: Ou seja, você vende o pacote com um passeio muito básico e cabe à agência de receptivo oferecer outros passeios ao turista, que é de onde vem a rentabilidade dela...

Resp.: Exatamente. (...) É uma troca. Eu dou um passageiro para ele, e ele me vende por um preço barato, porque precisa do passageiro que eu levo. Então, eu estou fazendo a minha parte levando o passageiro para ele. A partir deste momento, ele é que vai trabalhar o cliente. (Entrevista em São Paulo, 06.06.2005).

A venda de passeios opcionais é a única maneira de as agências de receptivo sobreviverem e lucrarem, pois os serviços de traslados e passeio incluídos no pacote de viagens têm preços muito baixos (necessários para captação de clientes de operadoras de turismo).

A pauta de passeios opcionais e conteúdo do passeio incluído são de responsabilidade das agências de receptivo locais. A operadora de turismo não cobra comissão sobre o que é vendido aos turistas, e raramente interfere nas opções de passeio e em seus conteúdos.

Gustavo Luck, sócio e diretor da LUCK Receptivo, agência que presta serviços para Viagens CVC, Nascimento Turismo e Viagens Visual, entre outras operadoras, diz, quando

¹⁸⁹ Renato Kido diz que 80% dos pacotes de viagens vendidos pela Viagens Visual são para *resorts*. Segundo ele, o público-alvo da operadora de turismo são pessoas de classe média alta e alta. Mesmo assim, o preço é o principal diferencial de mercado. O entrevistado define assim seu público-alvo: “Eu trabalho muito com *resorts*, independente de onde eles estejam. Por isto, a Viagens Visual tem um público diferenciado, as agências de viagens com as quais a empresa trabalha tem um público de classe média alta e alta. Então, eu vendo muito hotéis cinco estrelas, *resorts*, produtos de charme”. (Entrevista em São Paulo, 04.06.2005).

perguntado: quem é o responsável pelo conteúdo dos passeios de receptivo, quando eles envolvem turistas que compram pacotes de operadoras de turismo: a Luck Receptivo ou a operadora de turismo?

Resp.: Somos nós. O roteiro é pré-estabelecido e passado para as operadoras de turismo.

Perg.: Alguma operadora de turismo já solicitou mudanças nos passeios oferecidos, ou no conteúdo de algum deles?

Resp.: Não, mudança ou alteração nunca aconteceu. Às vezes, inclusão. Mas alteração nunca. [...] Por exemplo, no caso de oferta de passeios para passageiros de navios. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

O Estado de Pernambuco conta com cinco grandes agências de turismo receptivo: LUCK Receptivo, MARTUR Viagens e Turismo, EVATOUR, PontesTur e SEVAGTUR. A LUCK Receptivo, por exemplo, detém aproximadamente 80% do mercado de passeios de receptivo, sendo a agência oficial de operadoras de turismo como Viagens CVC, Nascimento Turismo, Viagens Visual e Flytour Travel Operator, entre outras. A LUCK Receptivo participa das principais feiras internacionais, como a BTL, FITUR e ITB, prestando serviços para operadoras de turismo que trabalham com o público estrangeiro.

A oferta de passeios das cinco grandes agências de receptivo é praticamente igual. Os destinos são os mesmos: *city tour* Recife e Olinda, Tamandaré (praia do litoral sul), Maragogi (praia do litoral norte de Alagoas), Porto de Galinhas, praias do Cabo de Santo Agostinho, João Pessoa, Caruaru e Ilha de Itamaracá. As diferenças são mínimas; a LUCK Receptivo, por exemplo, inclui no preço do passeio às praias do Cabo de Santo Agostinho serviços de buggy e catamarã, e a EVATOUR vende um passeio chamado Recife Cultural, que inclui visitas ao Museu do Homem do Nordeste, Oficina Cerâmica Francisco Brennand e tapeçarias da cidade. Os preços são muito parecidos, e os dias de cada passeio também. O passeio a Itamaracá, por exemplo, é feito às terças e sextas-feiras por quase todas as agências.

A oferta concentra-se no composto “sol, mar e praia”, em produtos consagrados e tradicionalmente ofertados no mercado pernambucano. Marcela Duarte, supervisora da PontesTur, perguntada sobre quem é o responsável, dentro da PontesTur, por estruturar os passeios turísticos oferecidos aos turistas, coloca:

Pernambuco já tem os seus atrativos fixados. Porto de Galinhas é a praia mais visitada do Estado, não só por turistas nacionais como internacionais. Porto de Galinhas é a maior atração que nós temos hoje em Pernambuco, é praia. [...] Existe a opção de traslado, que consiste apenas em deixar o turista lá, ou tem um passeio de um dia, onde há opções de *buggy*, catamarã e um almoço de comida típica. Levamos, também, o turista para conhecer a vila de pescadores do local. A outra praia que é interessante é Boa Viagem. Como eles já estão aqui, não faz sentido fazer um passeio para Boa Viagem. Então, nós fazemos o *city tour* Recife e Olinda, o dia inteiro ou meio dia, e Itamaracá, com a Coroa do Avião e Maria Farinha¹⁹⁰. Então assim, os passeios consistem de praia, Pernambuco é praia. Quando os turistas vêm para o Estado a passeio, eles vêm por conta de praia. Nós temos também Calhetas, Gaibu; nós vamos para todas estas praias do Estado de Pernambuco. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Gustavo Luck, sócio e diretor da LUCK Receptivo diz, a respeito da importância de atrações como igrejas, monumentos, ruas e casario histórico na oferta turística de Pernambuco:

Resp.: As atrações culturais são muito importantes, mas a grande maioria das pessoas que vêm a Pernambuco não procura um turismo histórico. O turista quer conhecer um pouco da história, conhecer os monumentos, mas o grande atrativo, com certeza, é praia.

Perg.: Isto acontece tanto com os turistas nacionais quanto estrangeiros?

Resp.: Não, os estrangeiros procuram um pouco mais de história. Os brasileiros não, eles procuram muito mais a praia.

Perg.: Mas, no caso dos estrangeiros, história vem antes de praia, ou, mesmo eles sendo mais interessados, a praia também vem antes?

Resp.: Eu diria que, mesmo no caso dos estrangeiros, a praia vem em primeiro lugar. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

José Otávio de Meira Lins, presidente da ABIH/PE, tece críticas aos passeios ofertados pelas agências de turismo receptivo do Recife:

Mas veja bem; o roteiro explorado pelas agências de turismo receptivo é muito pobre, é necessário fazer roteiros mais ricos, pois nós temos conteúdo

¹⁹⁰ A cidade de Igarassu não constou na descrição que Marcela Duarte faz do passeio para Itamaracá, apesar de haver uma pequena parada na cidade. Segundo ela, a ênfase deste passeio é para os atrativos de natureza; o turista compra um passeio para a praia, e não para conhecer um sítio histórico. Igarassu funciona apenas como um apêndice de Itamaracá; Marcela Duarte não consegue falar nada sobre esta cidade em outras partes da entrevista.

para isto. (...) As agências de turismo receptivo não estão preocupadas com conteúdo, elas estão preocupadas com o faturamento, elas querem fazer um programa básico. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Fabiana Moraes, subeditora de suplementos e colunista do caderno de turismo do Jornal do Comércio, diz, “Eu acho que as agências de receptivo de Pernambuco têm que diversificar o produto; nós temos locais interessantíssimos de serem visitados, que ficam meio ofuscados pela badalação de Porto de Galinhas.” (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

A falta de inovação também é uma característica marcante da pauta de passeios das grandes agências de receptivo. Quase todos os produtos ofertados foram criados há mais de quinze anos. Os roteiros criados por entidades ou programas como o PROMATA, SEBRAE-PE e Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico (APETURR) ainda não são oferecidos por empresas como LUCK Receptivo, MARTUR Viagens e Turismo e PontesTur. Ana Beatriz Farias, assessora da diretoria comercial da EMPETUR, coloca:

Ainda existe uma deficiência neste ponto, em minha opinião. [...] É muito fácil comercializar o rio que corre para o mar, mas procurar outros caminhos e desenvolver novos produtos, ou retomar antigos passeios (como é o caso de Caruaru), é mais difícil. [...] Existe uma acomodação econômica, já que está fácil de vender...

Perg.: Os turistas já chegam pedindo Porto de Galinhas?

Resp.: Sim, já chegam pedindo Porto de Galinhas, e já pedem Recife e Olinda, que é aquela coisa tradicional. Os guias também já estão viciados naqueles roteiros que estão acostumados a fazer. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Carlos Braga, secretário adjunto de turismo e esportes da PCR, relata as dificuldades da tentativa de implementar roteiros turísticos alternativos na cidade do Recife:

Existem muitas restrições, por parte das agências de receptivo recifenses, em criar novos roteiros. Todos sabem que opções existem muitas, mas que, infelizmente, há um [ênfase na voz] pequeno monopólio aqui dentro, de três ou quatro agências, que ditam quase que... Por exemplo, nós pretendemos instalar roteiros a pé dentro da cidade, mas eles já têm o produto deles; quando a gente propõe um roteiro a pé, eles não compram a idéia, pois já têm suas opções e as vendem facilmente. Eles têm todo o poder da parte receptiva da cidade, quando tentamos criar um novo roteiro, sempre existem algumas dificuldades e restrições. [...] A LUCK Receptivo tem 80% do

mercado, a SEVAGTUR 10% e a MARTUR os outros 10%. (Entrevista no Recife, 07.07.2005).

O setor de agências de receptivo é formado, também, por pequenas empresas, como a Asa Branca, Panorama, Sete Mares, Pan, entre diversas outras. Estas agências, de forma geral, não possuem frota própria, e muitas são pequenos negócios de base familiar. Em uma das agências de receptivo pesquisadas, um casal trabalhava em tempo integral na agência. O marido era guia de turismo credenciado, motorista de ônibus e van e, nos dias sem passeio, atendente.

Os passeios vendidos pelas pequenas agências de receptivo são praticamente iguais aos disponibilizados pelas grandes empresas do estado. O conteúdo dos passeios também é similar, assim como os dias de cada passeio. A única diferença é o preço; enquanto a LUCK Receptivo vende o passeio a Porto de Galinhas por R\$ 33,00, as pequenas agências ofertam o mesmo passeio por R\$ 30,00.

Uma funcionária da Asa Branca resume o mercado pernambucano de agências de receptivo: “As agências de receptivo são iguais, têm o mesmo produto, visam o mesmo turista. O diferencial é preço e fazer contatos com o recepcionista de hotel. Os roteiros são exatamente o mesmo”. (Entrevista no Recife, junho de 2004).

As pequenas agências de receptivo não têm contatos com as operadoras de turismo sediadas no Sul e Sudeste do país, captando turistas para seus passeios através das recepções de hotéis. Os recepcionistas ganham comissão por cada passeio vendido, e tentam direcionar os hóspedes para as pequenas agências de receptivo.

Os recepcionistas de hotéis vendem os serviços das pequenas agências de receptivo com o seguinte argumento: todas as agências são iguais, oferecem os mesmos passeios e trabalham com os mesmos guias e veículos de turismo; então, por que pagar mais? O argumento de vendas de uma recepcionista do Hotel Canariu's de Boa Viagem é ilustrativo neste sentido:

A Panorama oferece os mesmos passeios da LUCK Receptivo, mas é um pouco mais barato. Eu posso reservar para você, eles vêm pegar o hóspede aqui na recepção, você paga no final do passeio e entrega o cupom para o

guia de turismo. O *city tour* faz a mesma coisa: Bairro do Recife, as pontes e Olinda, com o Alto da Sé¹⁹¹. (Entrevista no Recife, junho de 2005).

José Otávio de Meira Lins, proprietário do MarOlinda Residence Hotel e MarOlinda Inn, ambos no Bairro de Boa Viagem, diz:

O hoteleiro não consegue controlar os passeios que são oferecidos a seus clientes. Apenas a recepção é comissionada pelas agências de turismo receptivo, e os balconistas podem, inclusive, não vender para os turistas os serviços de uma agência que ofereça passeios muito bons. [...] É por isto que eu coloquei os telefones de contato no meu guia gastronômico¹⁹², para que os clientes possam ligar para os estabelecimentos que lhes interessarem, caso contrário a recepção bloqueia, pois não recebe comissão destes bares e restaurantes. A recepção quer receber a comissão dela¹⁹³. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Funcionários e dirigentes de agências de receptivo têm dificuldades para descrever o conteúdo dos passeios ofertados. Marta Teixeira, sócia e diretora da MARTUR, descreve o *city tour* Recife e Olinda vendido pela sua empresa:

O passeio dura quatro horas [...] No Recife Antigo, há a Rua do Bom Jesus, com a visita à sinagoga, que é opcional. Fazemos o trajeto da Rua do Bom Jesus caminhando. Há também o Marco Zero, que é um local bem interessante para olhar [...] Depois, fazemos a Praça da República, paramos na Praça da República...

Perg.: Como é este passeio na Praça da República?

¹⁹¹ Os recepcionistas possuem talões das pequenas agências de receptivo, onde anotam o nome dos hóspedes e o passeio comprado. De acordo com Valdir Bezerra Jr, sócio e diretor da Sítio Tour Ecoturismo e Turismo Rural entrevistado no Recife em dezembro de 2004, a comissão paga aos recepcionistas de hotel corresponde a 15% do preço do passeio.

¹⁹² Lista de bares e restaurantes da cidade do Recife confeccionada pelo próprio José Otávio de Meira Lins.

¹⁹³ A prática de receber comissão parte da necessidade dos funcionários de complementar os baixos salários pagos pela hotelaria pernambucana. Em muitos casos, a recepção conta com estagiários, que nem ao menos recebem qualquer tipo de remuneração financeira. O próprio José Otávio de Meira Lins recorre à contratação de estagiários em seus hotéis:

“Segundo ele [José Otávio de Meira Lins], a forma encontrada para capacitar a mão-de-obra e avaliar se ela atende ao perfil desejado foi o estágio. O executivo admite, entretanto, que é tradição do segmento a não-remuneração dos estudantes, que ‘ganham com a experiência e a escola que a empresa representa’. ‘A prática talvez venha da própria crise do setor. Não há disposição nem folga financeira para remunerar os estagiários e não acredito que isso mudará tão cedo’, justifica Meira Lins, que emprega 12 estagiários em seus hotéis, 20% dos quais, ele garante, costumam ser contratados”. (Jornal do Comércio, 31.03.2005).

Resp.: Nós paramos na frente do Palácio do Governo, e o pessoal visita o baobá, que é uma árvore centenária. Eles têm a visualização da parte frontal do Palácio do Governo, do Teatro de Santa Isabel e do Palácio da Justiça.

Perg.: Os turistas não entram?

Resp.: Não, eles só visualizam e não entram, apenas caminham um pouco pela praça. Existe um roteiro que ele embarca novamente no veículo para ir à Capela Dourada, ou eles vão à Capela Dourada andando. Isto depende muito de público para público.

Perg.: Mas, nos dois casos, eles visitam a Capela Dourada?

Resp.: Sim, visitam a Capela Dourada. E, depois, seguimos para a Casa da Cultura. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Os dois *city tours* Recife e Olinda feitos pelo pesquisador através da MARTUR, em junho e julho de 2005, não pararam nem passaram em frente ao Conjunto Franciscano do Recife (Capela Dourada). A visita à Praça da República, em ambas as ocasiões, foi apenas panorâmica; os turistas não tiveram a oportunidade de andar pelos jardins projetados por Burle Marx em meados dos anos 1930.

Num dos passeios, um funcionário não uniformizado da MARTUR chamou meu nome na recepção do hotel. Segui-o, sem direito a um simples “bom dia”, a um carro de passeio, usado para pegar mais dois hóspedes e outro funcionário da empresa em outros hotéis. Com cinco pessoas dentro do carro, perguntei aos funcionários qual seria o roteiro do *city tour* Recife e Olinda, já que não recebi nenhum panfleto a este respeito. Um dos funcionários responde:

Quem cuida do roteiro é o guia, que já está no ônibus. Você pergunte lá, que ele te diz direitinho o que vai fazer hoje.

Perg.: Sim, mas a MARTUR não tem um roteiro pré-estabelecido, com as principais atrações da cidade?

Resp.: Isto depende do guia. Ele vai levar vocês para Recife Antigo, Olinda, estas coisas. (Entrevista no Recife, junho de 2005).

O contato com funcionários de agências de receptivo, em lojas ou via telefone, reforça a noção de que **estas empresas prestam serviços de transporte, e não de turismo**. Os vendedores não conseguem descrever em detalhes os produtos ofertados, e muitas vezes prestam informações erradas sobre as atrações incluídas nos passeios.

O guia de turismo que presta serviços às agências de receptivo tem o poder de manipular o roteiro e as atrações turísticas do passeio, inclusive naquele incluído no pacote de viagem da operadora. Black (1996) aponta que os guias de turismo de Malta **constróem o itinerário turístico a partir da localização de lojas de artesanato e lembranças para turistas, em detrimento das principais atrações naturais e culturais da ilha**, com a finalidade de ganhar comissão sobre as compras.

Nos passeios organizados por agências de receptivo pernambucanas, os passageiros não recebem um panfleto com a descrição do passeio, ou suas principais atrações, e os vendedores destas empresas não conseguem descrever direito o produto que comercializam. Isto possibilita a livre escolha de roteiros e atrações por parte dos guias de turismo, que privilegiam atividades de compra de artesanato em pontos de venda que fornecem comissão sobre os gastos dos turistas.

As agências de receptivo não se preocupam em avaliar a satisfação de seus clientes. Eu fiz passeios em quatro agências de receptivo, e **não recebi nenhum formulário para avaliar o produto comprado; também não houve qualquer outro tipo de preocupação com o retorno**¹⁹⁴.

Minha participação em um *city tour* Recife e Olinda, feito pela LUCK Receptivo em junho de 2005, revela algumas características dos serviços prestados pelos guias de turismo¹⁹⁵. Em primeiro lugar, o guia de turismo não se preocupa em perguntar aos passageiros o que eles gostariam de conhecer no Recife e Olinda, nem em dizer qual será o roteiro do passeio. Não há possibilidade de alterar o roteiro, em virtude de pedidos de turistas. Após ser questionado sobre a programação do *city tour*, o guia de turismo diz:

¹⁹⁴ Numa das minhas viagens a Pernambuco, fui com pacote de viagem da Nascimento Turismo, que inclui os traslados entre o aeroporto e hotel e o *city tour* Recife e Olinda, prestados pela LUCK Receptivo. A agência forneceu um formulário de avaliação dos serviços prestados, inclusive de passeios opcionais. Ao comprar um passeio opcional da LUCK Receptivo sem me identificar, o guia de turismo não deu o formulário para que eu pudesse avaliar a qualidade do passeio.

¹⁹⁵ Nesta observação participante, adotei uma postura ativa, questionando o guia de turismo sobre a programação do passeio, a exclusão de algumas atrações importantes do Recife e Olinda e

Estamos saindo de Boa Viagem, vamos agora para o Recife Antigo e tentar descer na parte antiga da cidade, a primeira parada é no Marco Zero. Vamos seguir a Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus, e retornaremos ao ônibus na Praça do Arsenal. Vamos seguir depois a Olinda. [...] Em Olinda, subiremos com o ônibus para o Alto da Sé e, se a catedral estiver aberta, nós a visitaremos, mas nem sempre ela está aberta. Temos uma parada para compras, de trinta minutos, nas barracas do Alto da Sé, para comprar artesanato. Depois, vamos à Associação dos Artesãos de Olinda, que é um casarão onde nós teremos uma variedade muito grande de artesanato também. Depois, seguiremos até o Largo da Misericórdia e, caso a igreja esteja aberta, nós a visitaremos. Desceremos, então, para a parte baixa da cidade alta em direção à Praça de São Pedro e voltaremos ao Recife. Passaremos pela Praça da República, com parada, e iremos à Casa da Cultura, com mais trinta minutos para compras, e a gente volta para Boa Viagem, onde iremos almoçar. Depois do almoço, deixaremos cada um no seu hotel. Isto terminará lá para as 15:00 hs, 15:30 hs.

Perg.: Nós entraremos na Capela Dourada?

Resp.: Não.

Perg.: Por quê?

Resp.: Não está no circuito, porque nós não pegaremos ela aberta. O horário no qual ela está aberta nós não estaremos passando por lá.

Perg.: E o Convento de São Francisco e o Mosteiro de São Bento, em Olinda?

Resp.: Também não.

Perg.: Quando nós pararmos na Praça da República, por que não entramos na Igreja e Convento de Santo Antonio? Parece-me que ele está aberto...

Resp.: Não. Ela fecha meio dia, então nós fazemos uma coisa ou outra. Há muitas mais coisas para se ver e caminhar dentro do ônibus do que visitar a Capela Dourada. Não está no circuito. [...] A parada na Praça da República é autorizada pelo governo estadual por até cinco minutos. É uma área oficial; às vezes nós nem entramos na Praça da República.

Perg.: É uma pena, as igrejas mais bonitas do Recife nós não iremos visitar [Guia de turismo não responde]. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

As paradas para compras de artesanato e lembranças dominam o passeio nas cidades do Recife e, principalmente, Olinda. A recusa do guia de turismo em visitar a Capela Dourada parte de dois argumentos falsos: a Capela Dourada estava aberta à visitação, quando da

conversando com outros passageiros. Em outros passeios, tive uma atitude mais passiva, observando como o guia de turismo conduz um grupo de turistas no passeio.

passagem pela Praça da República, e tem estacionamento para *vans* e ônibus de turismo, por períodos superiores a cinco minutos.

No Bairro do Recife, eu instigo a vontade de conhecer a Capela Dourada nos outros passageiros: trata-se do apogeu do estilo barroco em Pernambuco; há mais de cem quilos de ouro no monumento, que é classificado com três estrelas no Guia 4 Rodas 2005. O Museu Franciscano de Arte Sacra, ao lado da Capela Dourada, possui as mais belas imagens sacras de Pernambuco, etc. Sob pressão, o guia de turismo concorda em visitar a Capela Dourada antes de ir para Olinda, “esquecendo-se” que ela “está fechada” para visitas e que “não há estacionamento”. Digo a ele:

Eu sou do Recife, moro em São Paulo e vim para Pernambuco de férias. Dentro do pacote, eu recebi o *city tour* de graça. Pernambuco tem três igrejas que são lindíssimas, com três estrelas no Guia Quatro Rodas Brasil: Mosteiro de São Bento, Convento de São Francisco e Capela Dourada.

Resp.: Justamente.

Perg.: Você não acha complicado fazer um *city tour* Recife e Olinda e não visitar nenhum destes três monumentos?

Resp.: Mas, por incrível que pareça, nenhuma agência visita. Eu trabalho há dezenove anos como guia de turismo e poucas vezes fui com turistas para a Capela Dourada, só quando o pacote deles exige que se visite a Capela Dourada. Geralmente, infelizmente, isto só é feito com grupos de estrangeiros. Lá fora, o pessoal tem mais informação. Uma pesquisa feita pelo pessoal da Ordem Terceira de São Francisco da Capela Dourada constatou que 80% dos turistas que visitam a Capela Dourada são estrangeiros. Inclusive, não é programa para brasileiros, eles dizem, “- Não, nós não queremos ir para aí não, vamos embora para a Casa da Cultura ou...”. [...] [O ônibus chega na Capela Dourada] Vamos lembrar que, na visita à Capela Dourada, nós não podemos demorar muito, porque nós temos que ir para a Casa da Cultura e puxar para Olinda. Se a catedral estiver aberta, ela fica aberta até o meio dia¹⁹⁶. [...] A visita à Capela Dourada custa R\$ 2,00 por pessoa, outro motivo que faz as pessoas não quererem vir. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

Tudo isso como justificativa para a exclusão da atração turística do *city tour* Recife e Olinda.

¹⁹⁶ Refere-se à Catedral da Sé, em Olinda. A visita ao Conjunto Franciscano do Recife não impediu que o grupo de turistas visitasse a Catedral da Sé e Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, ambas no Alto da Sé, em Olinda.

No monumento, o guia de turismo reconhece que não sabe falar muito sobre a Capela Dourada ou outras partes do Conjunto Franciscano do Recife. A visita é guiada pelo guia do Museu Franciscano de Arte Sacra, e contempla o claustro do Convento de São Francisco, a Capela Dourada e o museu. Ao lado, encontra-se a Igreja e Convento de Santo Antonio, mas o guia não a cita. Falo para os turistas que existe outra atração ao lado, e o guia, além de não acompanhar os turistas, diz que ela, de vez em quando, é perigosa, pois há muitos pedintes. Fala para os turistas demorarem apenas cinco minutos, pois precisa chegar cedo em Olinda. Na visita à Capela Dourada, o guia do monumento começa a falar sobre a vida dos quatro santos localizados em altares laterais. Esta é a única intervenção do guia de turismo na Capela Dourada:

Eu levei uma carreira de um cachorro uma vez e disse, “- São Roque, São Roque, São Roque”, e o cachorro foi embora, amansou. Parece brincadeira, mas é verdade. [...] Tem algum advogado aí? Nenhum, em geral tem sempre um advogado [um dos altares conta com uma imagem de Santo Ivo, patrono dos advogados]. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

Enquanto as atrações históricas são visitadas em apenas cinco ou dez minutos, as paradas para compra de artesanato duram entre vinte e quarenta minutos, com maior tempo destinado à Casa da Cultura, no Recife. Os guias de turismo recebem comissão pela venda de produtos, de forma quase institucionalizada. Na primeira parada para compras, o guia de turismo diz:

Nós temos aqui barraquinhas, são as barraquinhas do Alto da Sé. Dá, pelo cantinho, ir de uma loja para outra e sair comprando [estava chovendo em Olinda neste momento]. Começando na casa amarela, que tem banheiro, até a última loja na frente. Comprou, não se esquecer do cupom do sorteio. São papeizinhos, que eles vão entregar a vocês, desde que vocês comprem, onde eles colocarão o nome de vocês e do guia. Vocês, no final do *tour*, participarão do sorteio dos brindes que eles irão nos entregar. Quem está comigo, [nome do guia de turismo], quem está com [nome da guia de turismo]. No final do mês, nós devolvemos estes papéis e eles fazem sorteio com a gente, se você quiserem ajudar os guias... Seja aqui nas barraquinhas do Alto da Sé, seja na associação dos artesãos e, depois, na Casa da Cultura. Vamos visitar a catedral. Lá dentro, tem uma caixinha; se alguém quiser deixar algum trocado, algum dinheirinho para a igreja... (Observação participante no Recife, junho de 2005).

Na casa da Associação dos Artesãos de Olinda, no Alto da Sé, o guia de turismo entregou um pequeno monte de papéis para uma funcionária ou associada, que fez contas em uma máquina

de calcular e entregou dinheiro em troca. Isto é feito de forma aberta, apesar de ser ilegal, na frente dos passageiros e outros clientes da loja.

Ainda dentro do Conjunto Franciscano do Recife, seis turistas, em três grupos diferentes, vieram falar comigo sobre a atração, de forma espontânea. Todos ficaram impressionados com o que tinham visto, principalmente com a Capela Dourada e a Igreja de Santo Antonio. Destes seis turistas, três comentaram que era um absurdo o guia não levar os visitantes para aquele local; dois eram mineiros e disseram que, mesmo conhecendo Ouro Preto, a Capela Dourada impressionava pela sua beleza.

No final da excursão, durante a visita à Casa da Cultura e durante o almoço em Boa Viagem, questionei treze turistas a respeito das atrações e atividades do *city tour* Recife e Olinda. Apenas dois turistas argentinos não foram entrevistados, pois mostraram resistência a falar comigo. Destes treze turistas, onze acharam que o Conjunto Franciscano do Recife era o monumento religioso mais interessante do passeio, dentre os que foram visitados – Catedral da Sé, Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia e Conjunto Franciscano do Recife. Do total, oito passageiros acharam que a visita ao Conjunto Franciscano do Recife foi a atração ou atividade mais interessante do passeio, dentro de uma pauta com dez opções – Praça do Marco Zero, Rua do Bom Jesus, Conjunto Franciscano do Recife, Praça da República, Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, Catedral da Sé, barraquinhas do Alto da Sé, Associação dos Artesãos de Olinda, Casa da Cultura e almoço no restaurante Pier.

Um casal de Belo Horizonte descreve suas impressões do Conjunto Franciscano do Recife. Perguntado se gostaram da igreja, o casal responde:

Resp.: [Homem] Nós somos mineiros, temos Ouro Preto, mas a igreja é linda. (...) Não fica nada a dever das igrejas de Ouro Preto, Mariana e aquelas cidades históricas que ficam perto de Belo Horizonte.

Resp.: [Mulher] Ah, sim. Meu Deus, é muito bonito!!!

Resp.: [Homem] É como você falou, é um crime fazer um passeio pelo Recife e não mostrar uma coisa destas aqui. Mesmo para quem é de Minas Gerais, que está acostumado a ver igrejas assim, isto aqui impressiona. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

Um grupo de três amigos gaúchos se coloca desta forma em relação ao Conjunto Franciscano do Recife e paradas para compras no *city tour* Recife e Olinda:

[Natural de Três Forquilhas] Eu achei fantástico isto aqui. Há mais coisas assim para se ver no Recife? O guia só faz levar a gente para barraquinhas de artesanato...

[Natural de Porto Alegre] E todo lugar vende a mesma coisa. O que eu vi aqui, na Casa da Cultura, é o mesmo que tem naquela casa lá em cima [refere-se à Associação dos Artesãos de Olinda].

[Natural de Gravataí] É verdade. Os produtos são até bonitos, mas todo lugar vende a mesma coisa. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

Um casal paulista de idosos diz:

[Homem] Você é arquiteto?

Resp.: Não, administrador público.

Perg.: Eu acho muito interessantes essas coisas antigas, não sabia que havia coisas bonitas aqui no Recife, como em Minas Gerais. No ano passado, nós fomos para Minas Gerais, Aleijadinho e tudo o mais, mas aqui também é muito bonito. [...] Agora, o Nordeste não mostra muito estas coisas. Quando eu fui a Maceió, não tinha um só passeio para ver esta parte mais histórica, era só praia. Maceió também tem coisas assim?

Resp.: Sim, em Maceió, Penedo e Marechal Deodoro, principalmente.

Perg.: Eu só fui em Maceió e na Praia do Francês.

Resp.: A Praia do Francês fica em Marechal Deodoro.

Perg.: E por que não há nenhum folhetinho que diga que a cidade tem igrejas e outras coisas antigas? [...] Eu passei sete dias em Maceió e não vi uma propaganda ou material que dissesse o que a cidade tem. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

A narrativa dos guias de turismo é pobre e marcada por erros e imprecisões, centrada em datas e detalhes arquitetônicos. Algumas atrações importantes e singulares do Recife, Olinda e Igarassu são abordadas de forma superficial; a narrativa oculta elementos que tornam estas atrações interessantes ao turista. O padrão de exploração da Praça da República é o melhor exemplo disto, em virtude de sua importância histórica e paisagística.

A Praça da República é a primeira área verde planejada do país (ROCHA, 2004). No governo de Maurício de Nassau, nos anos 1640, a área onde hoje se localiza o logradouro foi a sede do Brasil holandês, com a construção do Palácio de Friburgo, ou Palácio das Duas Torres. No local, existiu o primeiro jardim zoo-botânico e o primeiro observatório astronômico do Brasil, onde Guilherme Piso fez as primeiras observações astronômicas da América Latina (SETTE, 1987).

A Praça foi também o palco de importantes acontecimentos da Revolução Pernambucana de 1817. Em março deste ano, quando o Capitão Domingos Teotônio Jorge preparava-se para atacar o prédio do Erário Régio, foi feita uma proposta de que, sob palavra de honra, seria respeitada a integridade física dos milicianos que se rendessem e abandonassem o prédio. O acordo foi cumprido, e o local passou a se chamar de Campo de Honra Pernambucano. Após a derrota do movimento, foram condenados à morte e executados no local diversos integrantes da insurreição, como o Capitão José de Barros Lima, o Capitão Domingos Teotônio Jorge, o Tenente Coronel José Peregrino de Carvalho e o Padre Pedro de Souza Tenório, entre outros.¹⁹⁷ (SETTE, 1987).

Burle Marx reformou a Praça da República em 1936, adaptando-a à escala humana, com inspiração do paisagismo de Joseph Paxton. É um dos primeiros trabalhos do paisagista no Brasil (ROCHA, 2004). A presença de Burle Marx no Recife é decisiva para a ruptura com os modelos europeus de paisagismo vigentes, com o emprego da flora autóctone, respeito aos componentes ambientais e à cultura local (MESQUITA, 2004). O acervo vegetal é composto por quarenta e sete espécies em três estratos e cerca de trezentos e cinquenta exemplares de grande porte, com destaque para as palmeiras-imperiais e um octogenário baobá. A praça tem diversas esculturas, como as deidades dispostas ao redor da fonte luminosa, o monumento aos mártires da Insurreição Pernambucana de 1817 e as estátuas de Louis Léger Vauthier e Maurício de Nassau, entre outras (ROCHA, 2004).

Ao redor da Praça da República localizam-se três monumentos históricos de arquitetura monumental. O Teatro de Santa Isabel foi tombado pelo IPHAN em 31.10.1949, através do processo 401-T-49 (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

¹⁹⁷ O logradouro já teve os seguintes nomes: Parque do Palácio de Friburgo (1639), Campo do Erário (1769), Campo de Honra (1817), Praça dos Mártires (1817), Praça, Pátio ou Campo do Palácio (1843), Largo do Paço (1859), Campo das Princesas (1859) e Praça da República (1890).

NACIONAL, 1994). O teatro foi inaugurado em 1850, e é considerado o melhor exemplar da arquitetura classicista imperial e o mais bonito teatro de todo o Império do Brasil (ROCHA, 2004). Rocha (195-?, p. 43) resume a importância histórica do monumento:

Mais do que uma famosa casa de espetáculos, o Santa Isabel é uma verdadeira instituição recifense, ligada à vida cultural da cidade, há mais de um século. Se aqui representou um João Caetano, também recitou um Castro Alves. Se aqui dançou uma Pavlova, também regeu um Carlos Gomes. Do seu palco, Joaquim Nabuco venceu a Batalha da Abolição e Rui Barbosa pregou civilismo.¹⁹⁸

O Palácio do Governo, ou Palácio do Campo das Princesas, foi construído perto do local onde se localizava o Palácio de Friburgo, demolido em 1770. De estilo neoclássico, foi reformado no início do século XX, apresentando, atualmente, estilo eclético (ROCHA, 2004). Foi sede de governo do Império do Brasil nos anos 1850, quando Dom Pedro II visitou o Recife.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco completa o conjunto arquitetônico da Praça da República. Construído entre 1924 e 1930, apresenta estilo eclético fiel ao renascimento (ROCHA, 2004). O monumento destaca-se na paisagem urbana do Recife, pela arquitetura monumental e grandiosidade da construção. Parte do Convento de Santo Antonio, do Conjunto Franciscano do Recife, foi demolido para as obras. O prédio do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi tombado pela FUNDARPE em 31.01.1994 (BORBA, 1998).

O mesmo guia de turismo que falava de São Roque na Capela Dourada apresenta a seguinte narrativa sobre a Praça da República e seu conjunto arquitetônico:

Praça da República: nós temos ali o Teatro de Santa Isabel, de 1845, projetado pelo arquiteto francês Louis Léger Vauthier. Dobrando, do lado esquerdo, vamos ter o Palácio da Justiça, não? De 1888 é o início da construção, ele veio a ser concluído em 1930, para vocês terem a idéia de como demorou. Nossa Senhora!!! A direita, nós temos o Palácio do Campo das Princesas, que é o nosso palácio do governo. É de 1841; há muitos estilos, o que predomina é o neoclássico, mas ele tem outros estilos, daí é o que nós chamamos de eclético, não é? Apesar disto não ser um estilo, ele não tem estilo próprio, é uma mistura de vários. A esquerda, nós temos aqui um baobá. Toda *miss* leu aquele livro, muitos de nós também: O Pequeno

¹⁹⁸ Foi no Teatro de Santa Isabel que Castro Alves, então estudante de direito no Recife, conheceu a atriz Eugênia Câmara e declamou seus mais belos poemas à Liberdade (SETTE, 1987).

Príncipe. [...] A escultura que está à esquerda é a de Maurício de Nassau. Nós temos uma outra escultura dessas no Instituto Ricardo Brennand, em mármore, que é uma cópia dessa aí. Ela foi colocada no ano passado, em outubro, para homenagear os quatrocentos anos de nascimento de Maurício de Nassau. A escultura foi doada pelo governo alemão, pois ele era alemão, de uma família ligada à família de Orange, dos holandeses. Ele foi príncipe de Orange, o Conde Maurício de Nassau¹⁹⁹. A escultura original está defronte à casa dele, que hoje é o Museu Maurício de Nassau na cidade de Haia, na Holanda. [...] No local onde existe o Tribunal de Justiça, e em um trecho da área da Avenida Dantas Barreto, havia o Forte Ernesto. O Forte Ernesto foi demolido para dar lugar ao Palácio da Justiça²⁰⁰. (Observação participante no Recife, junho de 2005).

Uma guia de turismo, a serviço da MARTUR, fala sobre a Praça da República e seu conjunto arquitetônico da seguinte forma, quando questionada se ainda iríamos parar neste logradouro:

Vamos dar uma paradinha, mas eu acho que não vamos descer, porque muitas pessoas estão cansadas e eu não quero perder a Casa da Cultura. [...] Estamos saindo da Ilha do Recife para a Ilha de Santo Antonio. Aqui, nós temos a Matriz de Santo Antonio e a Matriz de São José; esta ilha toda já foi chamada de Ilha de Antonio Vaz. [...] Nós vamos visitar a Praça da República, onde vamos conhecer dois poderes: judiciário e executivo, porque o legislativo está na Ilha da Boa Vista. No Palácio do Governo é onde existia o Palácio de Friburgo anteriormente. Aqui, do lado esquerdo, temos o Palácio da Justiça. [Longo silêncio] Do lado direito, vai aparecer o Palácio do Governo. O nosso governador é Jarbas Vasconcelos, do PMDB, reeleito. Será candidato, nas próximas eleições, ao senado. Do lado esquerdo, vocês podem ver um exemplar considerado pequeno de um baobá; Pernambuco possui nove exemplares de baobá, que é uma árvore de origem africana. E, contrastando com a suntuosidade do baobá, nós temos, um pouco mais à frente, o nosso simples pau-brasil, que é a nossa árvore nacional. A fonte é ardeada por várias deusas, como Diana, Minerva, Artemis, entre outras. E, aqui na frente, do lado esquerdo, nós temos o Teatro de Santa Isabel, que faz uma homenagem a Princesa Isabel. Ela ficou hospedada no Palácio do Governo, por isso que este palácio tem o nome também de Palácio do Campo das Princesas. [...] (Observação participante no Recife, julho de 2005).

As narrativas são sumárias, ignoram elementos de destaque histórico, arquitetônico e paisagístico e cometem muitos erros grosseiros. A mesma guia de turismo, no *city tour* Recife e Olinda, resume as revoluções pernambucanas do século XIX:

¹⁹⁹ O Conde Maurício de Nassau nunca foi Príncipe de Orange.

²⁰⁰ O Forte Ernesto, construído pelos holandeses, foi demolido no século XVII.

Esta avenida aqui é a Cruz Cabugá. Cruz Cabugá foi uma personagem da época de uma de nossas revoluções. Nós tivemos várias revoluções aqui. Tivemos a Guerra dos Mascates, entre a sociedade decadente de Olinda, dos senhores de engenho, que estavam em decadência, e os mascates, comerciantes do Recife, todos de origem portuguesa e alguns ainda com influência dos judeus, que estavam em ascensão. Isto foi a disputa pela capital da capitania. E venceu o Recife, que ficou sendo a capital de Pernambuco²⁰¹. Nós tivemos em 1710 a Guerra dos Mascates, em 1817 outra revolução, e em 1824 uma outra. (Observação participante no Recife, julho de 2005).

A oferta de passeios das grandes e pequenas agências de receptivo pernambucanas contempla apenas um produto no litoral norte do estado: Ilha de Itamaracá, com parada no sítio histórico de Igarassu. Trata-se de um passeio vendido com base nas atrações naturais da Ilha de Itamaracá: praias, passeios de jangada e Coroa do Avião²⁰². A cidade de Igarassu é incluída no passeio, pois se localiza no caminho entre a Ilha de Itamaracá e o Recife. Trata-se de um apêndice, que não faz muita diferença no passeio, de acordo com dirigentes e funcionários de agências de receptivo entrevistados.

O material promocional das agências de receptivo e operadoras de turismo confirmam o foco do passeio na Ilha de Itamaracá. O panfleto “Recife com a CVC”, da Viagens CVC, coloca: “Ilha de Itamaracá: localizada no litoral norte de Pernambuco, além de sua beleza, tem como destaque a famosa Coroa do Avião (banco de areia próximo à praia) e o Forte Orange (construído por holandeses no século XVIII)”.²⁰³

O panfleto “Descubra os encantos de Pernambuco em nossa companhia”, da MARTUR Viagens e Turismo, diz:

Igarassu e Ilha de Itamaracá – Litoral Norte: Descubra a história e encantos de uma ilha tropical, visitando a primeira igreja do Brasil (Séc. XVI), o

²⁰¹ As primeiras batalhas foram vencidas pelas tropas olindenses, que derrubam o pelourinho do Recife e destituíram as autoridades recifenses recém-empossadas. Após muitas pelejas, Portugal envia um novo governador, Félix José de Mendonça, que mantém o predado de vila ao Recife e Olinda como capital de Pernambuco. Recife torna-se capital apenas no início do século XIX.

²⁰² A Coroa do Avião pertence ao município de Igarassu, mas está mais perto da Ilha de Itamaracá. A quase totalidade dos visitantes chega à ilha por meio de jangadas e barcos que saem de Itamaracá. A travessia dura menos de dez minutos.

²⁰³ Material recolhido em junho de 2005, em loja da Viagens CVC no Shopping Frei Caneca, em São Paulo.

engenho São João, o Forte Orange, e aproveite ainda as delícias de um inesquecível passeio de catamarã até a ilhota “Coroa do Avião”²⁰⁴.

Eu elaborei um roteiro de visita a Igarassu, de aproximadamente uma hora, que contempla os seguintes monumentos do sítio histórico:

- a) Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia;
- b) Sobrado do Imperador;
- c) Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus;
- d) Museu Histórico de Igarassu (MHI);
- e) Igreja dos Santos Cosme e Damião;
- f) Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu;
- g) Igreja de Nossa Senhora do Livramento;
- h) Ponte sobre o Rio São Domingos;
- i) Igreja de São Sebastião.

Este roteiro foi apresentado a funcionários e dirigentes de agências de receptivo pernambucanas, como uma opção ao modelo de exploração atual do sítio histórico de Igarassu dentro do passeio à Ilha de Itamaracá. Foi questionado também se era viável desenvolver um roteiro em Igarassu, onde o sítio histórico seria a principal atração. Marcela Duarte, supervisora da PontesTur, diz, quando perguntada se o roteiro, com duração de uma hora, seria viável dentro da programação do passeio de um dia para Itamaracá (que é vendido pela Pontestur), ou se os turistas não trocariam quarenta e cinco minutos de praia para conhecer melhor Igarassu:

Infelizmente, a mentalidade do turista brasileiro é praia. Ele se interessa só por praia. Praia, praia, praia e praia. Até em virtude do clima de Pernambuco e pelas praias que nós temos. Qualquer um que vem para cá quer praia. [...] Quando eles saem daqui, eles vão para todos os museus que existem. Em Paris e na Itália, ele faz um passeio cultural. Agora, ele tem esta mentalidade fora, porque ele tem que dizer que foi no museu tal.

Perg.: Ou seja, o turista tem a obrigação de dizer que foi à Torre Eiffel, senão ninguém acredita que ele foi a Paris...

Resp.: Exato. Aqui não, ele tem que dizer que foi à praia. “- Eu fui para Porto de Galinhas”, “- Eu fui para Fernando de Noronha”, é esta a mentalidade, que eu acho que tem que mudar. Então não adianta fazer um

²⁰⁴ Material recolhido em janeiro de 2005, em loja da MARTUR Viagens e Turismo no Recife.

passaio como este, que é interessante, é a nossa história, que deveria ser divulgado, mas que os turistas não querem ir.

Perg.: E um turista estrangeiro, um português ou holandês?

Resp.: Eu acho que um turista estrangeiro se interessaria por um roteiro destes, pois lá é uma outra mentalidade. Ele perderia meia hora de praia para conhecer melhor Igarassu, apesar de que todo mundo vem para Pernambuco para ir à praia, porque Brasil é praia. [...] Quando vendem Pernambuco, vendem praia e Porto de Galinhas. Então, os turistas chegam no Estado perguntando sobre e querendo conhecer Porto de Galinhas. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Marta Teixeira, sócia e diretora da MARTUR Viagens e Turismo comenta a proposta, quando lhe pergunto o que acha deste roteiro:

Primeiramente, Itamaracá é um passeio que já tem sua atratividade maior quando se fala na questão de ser uma ilha, a Ilha de Itamaracá. Então, muitas pessoas acham até que nós temos que pegar um barco para chegar na ilha, não sabem que uma ponte liga o continente à ilha. [...] Eu acho que Igarassu tem um público específico, mas tem que ser trabalhado em um roteiro para cada perfil de cliente. [...] Não adianta levar o passageiro para um determinado local, se ele tem uma história, mas não tem uma conservação. [...] É como eu falei: sempre foi vendida a imagem de Pernambuco e do Recife como praia. Vende-se muito a questão de praia, e há passageiros que, principalmente aqueles que moram em locais onde não há praias, vêm ansiosos para chegar na praia. Quando eles chegam aqui e nós dizemos que eles visitarão uma pinacoteca, muitos preferem não entrar, e dizem, 'Não, nós vamos chegar na praia só 11:00 hs?' Então, é feita uma votação no ônibus, e o guia atende a maior parte dos passageiros. [...]

Perg.: A MARTUR vai direto à praia, parando apenas em Cosme e Damião?

Resp.: Sim, nós passamos, e há grupos que não querem nem que pare, vão direto a Itamaracá. Principalmente o pessoal de Minas Gerais, de Belo Horizonte, que acha que já tem muitas igrejas, que é o mesmo padrão de lá; então, preferem ir direto para a praia, não querem perder tempo visitando uma igreja, uma pinacoteca. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

O sítio histórico é a única área explorada pelas agências de receptivo em Igarassu, durante o passeio à Ilha de Itamaracá. Os ônibus e vans de turismo chegam ao Pátio dos Santos Cosme e Damião entre 09:00 e 10:30 hs. Fora deste horário, o número de visitantes é muito pequeno; os guias da Associação dos Agentes de Viagem de Igarassu e avulsos esperam os turistas apenas no período da manhã. O movimento concentra-se às terças e sextas-feiras, de acordo com diversos guias mirins e avulsos entrevistados, com algum movimento também aos

sábados²⁰⁵. A Igreja dos Santos Cosme e Damião é o único monumento histórico visitado na cidade.

Os guias de turismo falam pouco sobre Igarassu durante o passeio; a maior parte do tempo é dedicada a Itamaracá e descrição de outros passeios da agência de receptivo, com atrações, saídas, preços e condições de pagamento. A narrativa de um guia de turismo da Panorama ilustra a forma como Igarassu é abordada:

A cidade de Igarassu é histórica como Olinda, mas bem menor. Há um casario histórico e muitas ladeiras, igrejas e outras coisas antigas para se ver. [...] Nós vamos visitar a Igreja de Cosme e Damião, a mais antiga do país. Ela foi construída por Duarte Coelho, em 1535. Duarte Coelho que foi o nosso primeiro donatário da Capitania de Pernambuco. [...] Vamos ficar apenas quinze minutos, pois temos que chegar a Itamaracá. A Igreja de Cosme e Damião é a primeira, não vamos visitar a outra [Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus] por causa de tempo, temos que chegar em Itamaracá antes das 11:00 hs. (Observação participante em Igarassu, julho de 2005).

Os guias de turismo, de forma geral, não falam sobre a Igreja dos Santos Cosme e Damião. Eles delegam a função de falar sobre o monumento e história da cidade para guias avulsos ou mirins, que se concentram em frente à Igreja dos Santos Cosme e Damião a espera de turistas. Estes guias acompanham os turistas até Itamaracá, falando sobre a história e atrações da ilha e do litoral norte como um todo, retornando ao sítio histórico de Igarassu através de ônibus regulares²⁰⁶.

A narrativa e visita organizada por guias de turismo e guias avulsos ou mirins não incluem o Museu Histórico de Igarassu e Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, monumentos localizados a poucos metros da Igreja dos Santos Cosme e Damião, no Pátio dos Santos Cosme e Damião. Durante o trabalho de campo em Igarassu, nos meses de dezembro de 2004 e junho e julho de 2005, perguntei a mais de quarenta turistas, em passeios de diversas agências de receptivo, se o guia tinha falado sobre a existência de um museu nas casas que

²⁰⁵ De acordo com Inaldo Félix, presidente da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, e guias mirins e avulsos entrevistados, 90% do fluxo de visitantes em Igarassu vêm através de agências de receptivo.

²⁰⁶ A atuação dos guias avulsos e mirins em Igarassu será vista com mais detalhes na parte final deste tópico.

ficam ao lado da igreja recém visitada. Apenas dois turistas disseram que o guia de turismo indicou o MHI, dando cinco minutos para os passageiros que quisessem visitar o equipamento cultural. A maior parte dos turistas entrevistados afirmaram que não visitaram a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pois o guia de turismo deu apenas quinze minutos na cidade²⁰⁷.

Os ônibus e *vans* de turismo estacionam irregularmente no Pátio dos Santos Cosme e Damião, às vezes em cima do calçamento histórico cabeça-de-negro. Os turistas, desta forma, descem perto da entrada da Igreja dos Santos Cosme e Damião, fazendo o trajeto ônibus-igreja-ônibus. A menos de cem metros do Pátio dos Santos Cosme e Damião, a PMIg construiu uma alça de estacionamento para ônibus, *vans* e automóveis de passeios; o trajeto entre a alça e a Igreja dos Santos Cosme e Damião possibilitaria aos turistas ver o Sobrado do Imperador e passar em frente à Casa do Artesão e Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus. A foto 24 mostra a alça construída pela PMIg na parte alta do sítio histórico:



Foto 24 – Alça de estacionamento de veículos na parte alta do sítio histórico.

²⁰⁷ Ao sair da Igreja dos Santos Cosme e Damião, o guia chama os turistas para o ônibus, para não atrasar a chegada em Itamaracá. Os ônibus estacionam irregularmente no Pátio dos Santos Cosme e Damião, perto da igreja, fazendo com que o turista não consiga visitar outras atrações nem ver a vista dos arredores do sítio histórico, marcados por remanescentes de mata atlântica, mangues, alagados, coqueirais e tabuleiros litorâneos.

A foto 25 mostra o estacionamento irregular de veículos de passeio no Pátio dos Santos Cosme e Damião²⁰⁸:



Foto 25 – Estacionamento irregular de veículos.

Os guias de turismo conseguem ganhar comissão sobre o gasto total dos turistas em barracas, bares e restaurantes localizados na beira mar da Ilha de Itamaracá, principalmente nos arredores do Forte Orange. O sítio histórico de Igarassu não oferece oportunidades ao guia de turismo de ganhar comissão, pois os dois bares, localizados na parte baixa do sítio, estão fechados no período da manhã e há apenas uma pequena loja de artesanato, inaugurada recentemente.

A Ilha de Itamaracá possui diversos bares e restaurantes nos arredores do Forte Orange, que pagam 20% de comissão aos guias de turismo sobre o gasto total dos turistas²⁰⁹. Isto representa um forte incentivo para que o guia de turismo reduza a visita em Igarassu, bem

²⁰⁸ Infelizmente, as duas fotos que retratam o estacionamento irregular de ônibus e vans de turismo no Pátio dos Santos Cosme e Damião queimaram. Em virtude disto, optou-se por colocar uma foto que retrata o estacionamento irregular de veículos de passeio durante a realização de uma missa na Igreja dos Santos Cosme e Damião.

²⁰⁹ Os guias de turismo e donos de estabelecimentos que pagam comissão recusam-se a comentar esta prática; muitos dizem que nunca pagaram ou receberam um centavo de comissão, até pelo fato de ser ilegal. Os guias avulsos de Igarassu falam abertamente que recebem 20% de comissão de bares e restaurantes localizados no entorno do Forte Orange, quando conseguem levar um turista para lá. Eles dizem que não ganham comissão de nenhuma loja ou restaurante de Igarassu.

como em outras atrações turísticas da Ilha de Itamaracá, e leve os turistas aos bares e restaurantes a beira mar que pagam comissão. Inaldo Félix, tesoureiro da Associação dos Agentes de Viagem de Igarassu, diz:

Muitas empresas de turismo dizem que o MHI está em restauro, que a Igreja e Convento de Santo Antonio está fechado desde 1985 e não pode ser visitada. Nós temos prova disto porque, algumas vezes, nós dizemos aos turistas o que a cidade tem, falamos sobre a Igreja e Convento de Santo Antonio, e o turista diz que está fechada, que o guia de turismo disse que o monumento não pode ser visitado. Eu não sei se é a empresa ou o guia de turismo que fala isto para o turista. E este é um dos motivos que fazem com que a Igreja e Convento de Santo Antonio não receba muitas visitas. Os guias de empresa recebem uma porcentagem, por exemplo, no Forte Orange, em Itamaracá²¹⁰. Eles ganham a porcentagem também em Porto de Galinhas. Se o guia tiver a porcentagem em cima de alguma coisa, então, com certeza, ele vai vender aquele monumento, nem se a visita demorar cinco horas. Se ele tiver 10% de porcentagem, ele vai. (Entrevista em dezembro de 2004).

Jorge Barretto diz:

[...] os guias de turismo estão retirando a Igreja e Convento de Santo Antonio de propósito, para ganhar tempo na Ilha de Itamaracá.

Perg.: Por que eles tiram de propósito?

Resp.: Para ganhar tempo na ilha. Os guias, infelizmente, têm acordos, pactos com proprietários de bares e restaurantes, e quanto mais tempo o turista tem em Itamaracá, mais os turistas consomem e mais os guias ganham de comissão. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

O padrão de exploração turística é um fator de degradação da Igreja dos Santos Cosme e Damião. A concentração do fluxo turístico no período da manhã, e em apenas dois dias da semana, faz com que o monumento passe a maior parte do tempo vazio, sem nenhum visitante, mas sofra com congestionamentos às terças e sextas-feiras, no período da manhã. Em algumas ocasiões, a igreja é visitada simultaneamente por três grupos de excursão, com aproximadamente oitenta turistas no total.

Os turistas tiram fotografias com uso do *flash*, sem que os guias de turismo, avulsos ou mirins preocupem-se com isto. Numa terça-feira de manhã, o interior da Igreja dos Santos

²¹⁰ Inaldo Félix refere-se a bares e restaurantes no entorno do Forte Orange, na Ilha de Itamaracá.

Cosme e Damião recebe aproximadamente cento e cinquenta *flashes*, sendo o altar-mor o principal alvo.²¹¹ Alguns visitantes pegam nas talhas barrocas e sentam nas tribunas de jacarandá da capela-mor, após cruzar uma corda que isola esta parte do monumento histórico. De acordo com a responsável pela loja de artigos religiosos da igreja, poucos turistas compram alguma coisa ou doam dinheiro para a manutenção do monumento histórico.

Os turistas não têm muitas oportunidades de gastar dinheiro no sítio histórico de Igarassu. O tempo de visita varia entre quinze e vinte minutos, e contempla apenas a Igreja dos Santos Cosme e Damião. As únicas duas atrações que cobram ingresso, o MHI e a Igreja e Convento de Santo Antonio, não fazem parte do roteiro. A loja de artigos religiosos vende produtos industrializados comprados no Recife, não sendo indicada aos turistas pelos guias de turismo, avulsos e mirins. Com isto, o fiteiro localizado em frente ao MHI é praticamente o único negócio local que consegue beneficiar-se do gasto dos turistas que chegam em passeios de agências de receptivo.²¹² A foto 26 mostra este pequeno negócio local:



Foto 26 – Comércio ambulante no Pátio dos Santos Cosme e Damião.

²¹¹ Esta observação foi feita em julho de 2005, durante a baixa estação turística pernambucana.

²¹² Aos domingos, dois fiteiros – comerciantes ambulantes que vendem balas, doces, salgadinhos e outras guloseimas – ocupam o Pátio dos Santos Cosme e Damião, na ocasião da missa. É um indicativo de que os fiéis gastam mais do que os turistas no sítio histórico de Igarassu.

De acordo com observações feitas no sítio histórico de Igarassu em julho de 2005, os turistas que chegam à cidade em passeios de agências de receptivo gastam, em média, algo entre R\$ 0,07 e R\$ 0,27. Um grupo de vinte e oito turistas da Asa Branca, que visitou o sítio histórico em julho de 2005, ilustra o gasto dos turistas no sítio histórico de Igarassu. Os passageiros saltaram do ônibus em direção à Igreja dos Santos Cosme e Damião, acompanhados por um guia de turismo e um guia avulso. Nenhum turista comprou algum produto na loja de artigos religiosos da igreja. Todos visitaram apenas esta igreja, não entrando na Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus ou MHI. Três turistas compraram guloseimas e um comprou um coco-da-baía para beber no fiteiro, gastando, no total, R\$ 2,00. Dividindo o gasto total pelo número de turistas, chega-se ao gasto médio deste grupo de excursão: R\$ 0,07 por passageiro²¹³.

A Igreja e Convento de Santo Antonio é excluída da narrativa e roteiro turístico das agências de receptivo. O monumento foi reaberto à visitação em 2000, mas muitos guias de turismo dizem que ele ainda passa por reformas, não podendo ser visitado internamente. Gustavo Luck, sócio e diretor da LUCK Receptivo, pensa que a Igreja e Convento de Santo Antonio ainda esteja em reforma. Ele apresenta isto como justificativa para as agências de receptivo não entrarem no monumento; perguntado sobre o roteiro de visita, feito a pé, que demoraria aproximadamente uma hora, e se ele é viável de ser explorado turisticamente, dentro do passeio à Ilha de Itamaracá ou como um outro produto, Gustavo Luck responde:

Eu acho que ele é viável.

Perg.: Mas, atualmente, não só a LUCK Receptivo, mas grande parte das companhias de receptivo, param apenas na Igreja dos Santos Cosme e Damião...

Resp.: Sim, é verdade. Isto ocorre porque uma das grandes atrações da cidade, o Convento de Santo Antonio, vive sempre fechado²¹⁴. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

²¹³ Há dois gastos não computados nesta conta: doações à Igreja dos Santos Cosme e Damião e gorjetas ao guia avulso, que acompanhou o grupo até a Ilha de Itamaracá. De acordo com a responsável pela loja da igreja, os turistas deixam poucas contribuições. A questão dos guias avulsos e mirins será vista na parte final deste tópico.

²¹⁴ Após o fim da entrevista, Gustavo Luck perguntou-me se eu tinha certeza de que a Igreja e Convento de Santo Antonio não estava mais fechada para reformas. Ele disse-me que conversaria com alguns guias de turismo a respeito. Os passeios da LUCK Receptivo, entretanto, continuam a excluir este monumento do passeio a Itamaracá.

Renata, estudante de pós-graduação fluminense, relata sua experiência de viagem no passeio para Itamaracá, organizado pela Panorama²¹⁵, e conta a visita a Igarassu:

Eu fui pela Panorama. Igarassu foi muito rápido, porque eles deram quinze minutos no Sagrado Coração de Jesus, e Cosme e Damião não pudemos visitar muito, porque estava tendo um batizado; eles não mostraram nem falaram sobre Santo Antonio.

Perg.: Eles falaram sobre o Museu Histórico de Igarassu?

Resp.: Não, eles praticamente não pararam em Igarassu. Quem queria conhecer Igarassu ficou meio frustrado.

Perg.: Muitas pessoas queriam?

Resp.: Sim, muita gente queria. Porque assim: eu vim do Rio, e praia tem no Rio de Janeiro. Eu quero conhecer a cultura local. E aí nós fomos para a Ilha de Itamaracá, e o maior tempo foi destinado à praia. Como eu não quis ficar, fui para o Forte Orange e tive a oportunidade de conhecer um guia por lá, que foi me explicar Igarassu, porque ele morava em Igarassu. Ele falou-me da pinacoteca e de outros lugares que passaram despercebidos. Quer dizer, se eu não tivesse conhecido um guia, não saberia a história de Igarassu. [...] Eles ficam querendo levar para comprar artesanato, pois tem a comissão deles, e os locais que seriam de interesse cultural passam despercebidos, infelizmente. Não fui só eu, tinha uma outra menina de Minas Gerais que também ficou muito frustrada com isto, e outras pessoas que estavam no passeio”. (Entrevista no Recife, julho de 2005).

Alguns turistas chegam a Igarassu em táxis alugados. Os dois motoristas entrevistados cobram R\$ 150,00 para levar até quatro turistas a Itamaracá ou Porto de Galinhas, com quilometragem livre e gasolina por conta do motorista. A viagem começa de manhã, por volta das 09:00 hs, e termina à noite, por volta das 19:00 ou 20:00 hs. Na excursão à Ilha de Itamaracá, os motoristas param em Igarassu, visitando a Igreja dos Santos Cosme e Damião e o Museu Histórico de Igarassu. Os turistas são acompanhados por guias avulsos.

Durante o trabalho de campo, eu abordei dois motoristas de táxi, um com três turistas do Rio de Janeiro (casal e filho) e o outro com um casal, de Minas Gerais. Em ambos os casos, a

²¹⁵ A entrevista ocorreu em um *city tour* Recife e Olinda, feito pela MARTUR Viagens e Turismo em julho de 2005. Ao notar que eu era pernambucano, ela me perguntou sobre o que fazer na cidade do Recife, dizendo que os passeios das agências de receptivo são muito ruins e os guias de turismo não falam nada sobre o que fazer na cidade. Renata veio ao Recife participar de um congresso no Centro de Convenções.

visita restringiu-se à Igreja dos Santos Cosme e Damião e Museu Histórico de Igarassu. Nenhum dos dois planejava levar os turistas para a Igreja e Convento de Santo Antonio, por desconhecer a atração²¹⁶. O motorista que trazia o grupo de turistas fluminenses diz, quando perguntado sobre qual seria a programação para os três turistas:

Resp.: Na verdade, o passeio é para Itamaracá, mas eu sempre paro em Igarassu. Eles vêem esta igreja, que é patrimônio e a mais antiga em funcionamento do país. Depois, podem ver o museu, se quiserem entrar, e Itamaracá. Eu passo no Forte Orange, no Projeto TAMAR, que é do IBAMA, e levo eles para conhecer a ilha.

Perg.: Você visita a Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu?

Resp.: Santo Antonio? Eu nunca entrei lá, sempre passo pela frente.

Perg.: Por que você nunca entrou lá?

Resp.: Rapaz, boa pergunta. Nunca passou pela minha cabeça parar para visitar a igreja. Mas o que tem lá para se ver? Eu acho que Cosme e Damião é mais importante. [...]

Perg.: Aceita levar os turistas lá, para ver se vale a pena incluir na programação das próximas vezes?

Resp.: Claro. Depois do museu, passamos lá então. (Observação participante em Igarassu, 20.07.2005).

Após a visita, o grupo de turistas é entrevistado; pergunto a eles: vocês moram no Rio de Janeiro, e vieram passar férias em Pernambuco?

Resp.: [Homem] Sim.

Perg.: Compraram um pacote de viagem?

Resp.: Não, vim por conta própria. Trouxe esposa e meu garoto para conhecermos Pernambuco.

Perg.: Por que você comprou este passeio a Itamaracá?

Resp.: Eu não sabia disto aqui. Sabia que tinha a primeira igreja do Brasil, a mais antiga, mas esta história toda descobri agora. Eu achei interessantíssimo, acrescenta muito. [...] O que eu mais gostei é o que Igarassu representa. A cidade é de fundamental importância, tem um peso enorme na história. Ela é muito importante.

²¹⁶ Os guias avulsos não levam turistas à Igreja e Convento de Santo Antonio, como será visto a seguir.

Perg.: Qual dos três monumentos visitados você achou mais interessante?

Resp.: Santo Antonio. Depois, Cosme e Damião e, por fim, o museu. (Observação participante em Igarassu, 20.07.2005).

O trabalho de campo examinou a oferta de mais de quinze agências de receptivo pernambucanas, e encontrou apenas duas que desenvolvem passeios de receptivo “alternativos” ou mais elaborados. A Idéia Tours é uma agência de receptivo especializada em prestar serviços para operadoras de turismo internacionais, como locação de automóveis, traslados, reservas de hotéis e passeios, entre outros produtos. Trabalha também com viagens de incentivo, fornecendo soluções completas ao cliente. A empresa tem sede no Recife, mas presta serviços em diversas cidades brasileiras através de parcerias com outras agências de viagens.

Ao contrário de outras agências de receptivo, o passeio a Igarassu e Ilha de Itamaracá é mais vendido do que Porto de Galinhas. Kees, gerente de produtos, comenta a principal motivação dos turistas estrangeiros que se hospedam no Recife e Olinda, bem como a programação do passeio a Igarassu e Ilha de Itamaracá:

Em minha opinião, o patrimônio é a atração turística mais importante. Aparece em primeiro lugar. Turistas estrangeiros que visitam o Recife e Olinda vêm em primeiro lugar para ver o patrimônio histórico e artístico das duas cidades. [...] Em princípio, [o passeio a] Itamaracá foi escolhido em virtude do Forte Orange, que, para o mercado holandês, é uma atração interessante. Então, acrescentamos Igarassu por estar no caminho, e o restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio deu maior destaque à cidade. Depois, através de outras pessoas, conhecemos a reserva ecológica Charles Darwin e incluímos ela no roteiro, e mais tarde incluímos também Vila Velha, Coroa do Avião e o centro do peixe-boi. O passeio atualmente é bem puxado, das 08:00 hs as 19:00 hs. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Kees comenta a respeito do roteiro de visita a Igarassu, que eu elaborei:

É quase igual ao [passeio] que eu faço, muito parecido. Só que eu vou até a ponte para mostrar aos turistas o mangue, que eles não conhecem, e depois eu volto. Eu não vou até a Capela de São Sebastião, porque ela está sempre fechada. [...]

Perg.: Muitas agências de turismo receptivo não visitam a Igreja e Convento de Santo Antonio...

Resp.: É um dos destaques de Pernambuco.

Perg.: Sim, mas a maioria das agências prefere visitar apenas a Igreja dos Santos Cosme e Damião...

Resp.: Que não tem nada a ver. Não é uma igreja muito interessante não. [...] Não tem nada aqui que seja original. E é vendida como a igreja mais antiga do Brasil, que não é verdade. Há duas igrejas que são mais antigas no Brasil, só que essas igrejas não existem mais. Uma delas era em São Vicente. Nada na Igreja dos Santos Cosme e Damião é original. [...] A pinacoteca é tão importante que agora, de novo, três quadros estão faltando por estarem em uma exposição em São Paulo, e dois anos atrás quatro foram para uma exposição no Guggenheim de Nova Iorque. Os estrangeiros acham que esta pinacoteca é a mais importante de toda a América do Sul. E as outras agências não visitam? É meio ridículo, não é mesmo? [...] Com isto, é possível ter uma idéia sobre o nível das agências de turismo receptivo de Pernambuco²¹⁷. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

A SítioTour é uma pequena agência de receptivo, fundada no final de 2003. Os três sócios têm experiência no mercado de agências de receptivo, e decidiram trabalhar com roteiros alternativos para se diferenciar no mercado. Os passeios são vendidos por recepcionistas de hotéis e outras agências de viagens, como a MARTUR, que ganham comissão sobre o preço do passeio. Os roteiros contemplam sítios históricos, antigos engenhos e reservas ecológicas em municípios como Ipojuca, Igarassu, Goiana, Vicência, Nazaré da Mata e Lagoa do Carro. O passeio “Regresso ao Brasil Colonial” contempla, em sua programação, o sítio histórico de Igarassu e o Engenho Uruaê, em Goiana. O roteiro no sítio histórico de Igarassu é muito parecido com o que eu propus; apenas a Capela de São Sebastião não é visitada na caminhada a pé pelo centro histórico.

Valdir Bezerra Jr, sócio e diretor da SítioTour, diz: “Os turistas falam que Igarassu é uma história viva, não é? Onde as coisas foram mantidas como eram no passado, lógico que com reformas para manter o patrimônio em pé e apto a ser visitado. As pessoas gostam muita da história que ouvem na cidade.” (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

Perguntado sobre qual atração os turistas mais gostam durante a visita a Igarassu, ele responde: “É a Igreja e Convento de Santo Antonio, com a pinacoteca. (...) Se você fosse

²¹⁷ Kees é responsável pela programação dos passeios da Idéia Tours e regularmente acompanha os turistas nas excursões, verificando o trabalho feito pelo guia de turismo prestador de serviços. O material promocional da SEVAGTUR e MARTUR Viagens e Turismo destinado ao público estrangeiro consiste na tradução do material em português. De acordo com um funcionário da SEVAGTUR, a programação é a mesma para os turistas nacionais e internacionais.

perguntar o que realmente valeu a pena, se fosse para escolher apenas um local, os turistas escolhem a Igreja e Convento de Santo Antonio²¹⁸. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

A promoção e oferta de produtos de operadoras de turismo nacionais e agências de receptivo pernambucanas deixam poucos espaços para que o turista tenha conhecimento dos elementos culturais e naturais de interesse turístico de Igarassu, até mesmo de seu sítio histórico.

Os turistas que comprem o passeio à Ilha de Itamaracá de agências de receptivo pernambucanas têm uma experiência superficial do sítio histórico de Igarassu; mesmo durante a visita, não há oportunidade de conhecer outras atrações da área, como o MHI e a Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus. Quem viaja de forma independente, ou que compra um pacote de viagens de operadora de turismo, mas monta sua própria programação, tem dificuldade de saber até que Igarassu existe, que é uma cidade histórica e se localiza na Região Metropolitana do Recife, a poucos quilômetros da capital pernambucana.

O turista que teve conhecimento da cidade, através de alguma publicação do IPHAN, indicação de parentes e amigos ou visita ao *stand* do Pólo Matas, Mangues e Engenhos no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, enfrenta uma série de dificuldades na obtenção de informações sobre a cidade (atrações turísticas, meios de hospedagem, bares, restaurantes, etc.) e para chegar a Igarassu, seja através do sistema coletivo de transporte ou carro alugado.

No Portal Brasileiro do Turismo, mantido pelo Ministério do Turismo e EMBRATUR, não há informações sobre o município de Igarassu. Na seção “Encontre seu destino”, o destino Igarassu apresenta como resultado “Nenhum registro encontrado”.²¹⁹ A promoção turística do Estado de Pernambuco, como visto anteriormente, centra-se na divulgação de Porto de Galinhas, Recife e Olinda. O *workshop* Pernambuco visita São Paulo, realizado em 12.05.2005, é uma parceria entre RCVB, EMPETUR e Secretaria de Turismo e Esportes da PCR. O evento tem como público alvo agentes de viagens e representantes de operadoras de turismo, mas foi aberto ao público que queria conhecer as atrações e destinos turísticos pernambucanos.

²¹⁸ De acordo com Valdir Bezerra Jr., os clientes da SítioTour são turistas estrangeiros e do Sul e Sudeste do Brasil hospedados no Recife e em Porto de Galinhas.

Na palestra de apresentação, feita pelo ator e apresentador Sérgio Gusmão, o litoral norte de Pernambuco vai até Paulista: Igarassu, Ilha de Itamaracá e Goiana não são consideradas destinos turísticos. Os destaques do Estado, em outra parte da mesma apresentação, são:

- a) Recife;
- b) Olinda;
- c) Porto de Galinhas;
- d) Arquipélago de Fernando de Noronha;
- e) Ilha de Itamaracá – Coroa do Avião;
- f) Gravatá – Bezerros – Caruaru;
- g) Nazaré da Mata;
- h) Petrolina – Vale do São Francisco.

O sítio da EMPETUR é voltado à divulgação do composto “sol, mar e praia” que o Estado de Pernambuco oferece aos turistas. A página inicial contempla seções como “Nossas Praias: que tal uma visita virtual ao litoral Pernambucano”, “Pernambuco ao vivo”, que mostra imagens de trechos do litoral pernambucano, e a sugestiva enquete “Qual é a praia mais bonita de Pernambuco?”, com as seguintes alternativas: Praia do Sancho – Fernando de Noronha, Porto de Galinhas – Ipojuca e Boa Viagem – Recife²²⁰.

Na seção de atrativos turísticos, o sítio disponibiliza cinco opções: artesanato, folclore, gastronomia, praias e turismo rural/ecoturismo/aventura. Não há serviço de busca por palavra-chave, sendo possível pesquisar os municípios pelo nome ou atrativo turístico – turismo histórico é uma das opções. Em turismo histórico, o sítio lista as seguintes cidades:

- a) Belém de São Francisco;
- b) Bom Jardim;
- c) Cabo de Santo Agostinho;
- d) Camocim de São Félix;
- e) Carpina;

²¹⁹ Informações retiradas do sítio www.embratur.gov.br em 19.05.2005.

- f) Exu;
- g) Goiana;
- h) Igarassu;
- i) Ilha de Itamaracá;
- j) Itapissuma;
- k) Jaboatão dos Guararapes;
- l) Nazaré da Mata;
- m) Olinda;
- n) Palmares;
- o) Paulista;
- p) Petrolina;
- q) Recife;
- r) Sirinhaém;
- s) Surubim;
- t) Triunfo;
- u) Venturosa;
- v) Vitória de Santo Antão.

A página dedicada a Igarassu apresenta uma descrição sumária de elementos naturais e culturais de interesse turístico da cidade, bem como fotos de três atrações turísticas: pinacoteca do Convento de Santo Antonio, pequeno museu na ilhota Coroa do Avião e Igreja de São Gonçalo do Amarante e cais do Canal de Santa Cruz (Itapissuma).

O sítio da EMPETUR não indica meios de hospedagem, bares, restaurantes e outros serviços disponíveis em Igarassu. Não há nenhum roteiro de visita da cidade ou do Pólo Matas, Mangues e Engenhos; não se informa também como um turista hospedado no Recife, Olinda ou Porto de Galinhas consegue chegar ao município.

A promoção turística desenvolvida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg resume-se à eventual distribuição de panfletos e *folders* no sítio histórico da cidade; Maxi

²²⁰ Informações retiradas do sítio www.empetur.com.br em 09.05.2005. O pesquisador entrou novamente no sítio da EMPETUR em 07.11.2005, e parece que não houve nenhuma modificação; até as notícias em destaque na primeira página são as mesmas.

Oliveira, diretor de promoções e eventos, não consegue citar nenhuma outra ação concreta de divulgação de Igarassu, mesmo dentro da própria cidade²²¹.

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg distribuiu, durante a segunda gestão Yves Ribeiro (2001-2004), *folders* e panfletos com a indicação do sítio www.igarassu.com.br. O problema é que o sítio nunca existiu. No início de 2005, este endereço levava para um sítio de email gratuito, chamado @mail.

A foto 27 ilustra o resultado do endereço www.igarassu.com.br em 23.11.2005:



Foto 27 – Resultado do endereço www.igarassu.com.br.

O atual sítio da PMIg, www.igarassu.pe.gov.br, foi feito em meados de 2005, pela assessoria de imprensa da PMIg. Trata-se, atualmente, da melhor opção na internet para ter informações turísticas sobre a cidade. O sítio conta com um *tour* panorâmico, em forma de vídeo, por atrações naturais e culturais de Igarassu, e a descrição dos principais monumentos do sítio histórico e das praias da cidade. Entretanto, o sítio não apresenta roteiros de visita ao sítio histórico e cidade de Igarassu, nem nada que englobe outras cidades do litoral norte, Região Metropolitana do Recife ou Pólo Matas, Mangues e Engenhos. Não há indicação sobre como chegar à cidade, a partir de cidades como Recife, Ipojuca (Porto de Galinhas) ou João Pessoa, ou em atrações distantes do sítio histórico. O sítio também não lista os meios de hospedagem, bares, restaurantes, postos de venda de artesanato e outros serviços da oferta turística de Igarassu, e recomenda a visita a atrações pouco acessíveis ou perigosas, como o Sítio dos Marcos.

O turista hospedado em hotéis ou outros meios de hospedagem na cidade do Recife não tem acesso a informações sobre Igarassu. A recepção de hotéis, por exemplo, restringe-se a informar os passeios de receptivo disponíveis, em virtude da comissão ganha pelos recepcionistas. Há mapas do Recife e Olinda, da empresa Display Turismo, mas os folhetos

²²¹ A exceção é a participação de Igarassu no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, dentro do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

turísticos abordam apenas bares, restaurantes e empresas de mergulho do Recife e outras cidades turísticas pernambucanas. Moisés França, diretor do Recife Plaza Hotel, principal hotel do centro do Recife, aponta a falta de interesse e capacitação dos funcionários dos hotéis de Pernambuco:

A nossa real vocação é a cultura nordestina mesmo. Nós temos vários pontos turísticos no Recife que poderiam ser mais bem explorados e divulgados. Outra coisa: a classe hoteleira, os funcionários e donos de hotéis, deveriam ser mais orientados sobre a cultura local. O caboclinho, o bumba-meu-boi, aquela coisa bem nordestina mesmo. O turista, quando vem para cá, fica encantado com isto, e a gente não está nem aí, ao acaso, achamos até ridículo estas coisas. [...] Pernambuco legou ao acaso as suas manifestações culturais, não achou interessante mexer nisto. [...] A maioria dos funcionários do hotel não sabe bem o roteiro turístico do Recife. [...] A gente tem tão pouca cultura que, se você perguntar onde fica a Sala de Reboco²²² na recepção, muita gente não sabe. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Os quatro postos de informação turística da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR e EMPETUR, localizados na cidade do Recife, não conseguem suprir informações sobre Igarassu, e muitas vezes não indicam a cidade para um turista interessado em conhecer sítios e monumentos históricos²²³. O atendimento é, via-de-regra, muito ruim. O secretário adjunto de turismo e esportes do Recife, Carlos Braga, reconhece a precariedade do atendimento e falta de controle da PCR sobre o que é distribuído aos turistas; comparemos a atitude de dois atendentes da PCR em postos de informação turística diferentes:

Perg.: O que mais me surpreendeu foi que, no posto do Bairro do Recife, o mapa do Bairro do Recife foi o principal instrumento para me falar sobre a cidade, e a atendente do Aeroporto Internacional dos Guararapes não quis me mostrar o material, dizendo que ele apresentava muitas falhas. Houve alguma indicação da Secretaria de Turismo e Esportes para ele não ser mostrado?

Resp.: De meu conhecimento não, mas posso tentar te justificar. Por que o posto do Bairro do Recife baseou-se nisto? Porque isto é um mapa

²²² Casa noturna que fez muito sucesso no final de 2004 e início de 2005, a menos de dez minutos de carro do Recife Plaza Hotel. A casa foi muito frequentada por turistas, por contar com apresentações de cantores e grupos culturais pernambucanos e nordestinos famosos.

²²³ Há quatro postos de informação turística na cidade do Recife. Os postos do Aeroporto Internacional dos Guararapes e do Terminal Integrado de Passageiros funcionam em parceria entre EMPETUR e Secretaria de Turismo e Esportes da PCR. O posto da Casa da Cultura é do órgão estadual, e o posto do Bairro do Recife é da PCR.

específico do Bairro do Recife. [...] Outro ponto é que há carência de material, eu concordo. Eles trabalham muito em cima do inventário, e são estagiários de turismo que trabalham única e exclusivamente seis meses nisto e, então, são mudados. [...] Primeiro, eles não têm conhecimento profundo disto tudo e, como eu disse, existe uma carência de material. (Entrevista no Recife, 07.07.2005).

No final da entrevista, após questionamentos sobre outras práticas verificadas nos postos de informação turística da PCR, Carlos Braga desabafa: “Eu posso reconhecer, dar a mão a palmatória, de que nossos postos de informação turística são um pouco deficientes por causa de carência de material e qualificação do pessoal.” (Entrevista no Recife, 07.07.2005).

Gilson Azevedo, assessor técnico da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR, responsável pelos postos de informação turística, diz:

O inventário de Pernambuco possui todos os municípios com potencial turístico; então, o estagiário tem que ir buscar esta informação. Muitas pessoas que estão no turismo não querem estar nesta área. [...] Nós fazemos a seleção e damos o treinamento, mas depende muito do interesse e da vontade da pessoa que está lá em passar a informação. [...]

Perg.: Certo, mas como vocês controlam isto?

Resp.: Quem vai controlar isto é a reclamação ou o elogio de quem está sendo atendido. [...] é muito complicado fazer um controle vinte e quatro horas de todo mundo, a não ser no Disque Turismo. (Entrevista em São Paulo, junho de 2005).

A visita a três postos de informação turística mostra as deficiências dos atendentes, sejam estagiários da PCR ou funcionários da EMPETUR. Na Casa da Cultura, os dois funcionários da EMPETUR faziam trabalho interno e demonstraram certo incômodo com minha presença, talvez por estar atrapalhando o trabalho deles. O material fornecido foi apenas o Mapa Turístico do Estado de Pernambuco e a Agenda Cultural da Cidade do Recife. O Mapa Turístico de Pernambuco apresenta apenas dois mapas, sem descrição: um mapa das cidades do Recife e Olinda e outro do Estado de Pernambuco.

A visita ao posto de informações turísticas da Casa da Cultura foi feita em 30.06.2005. Ao ser questionada sobre o que visitar no entorno da cidade do Recife, para conhecer sítios e monumentos históricos, a atendente indica uma visita à cidade de Igarassu, onde está localizada a igreja mais antiga do Brasil. Ela não consegue falar mais sobre a cidade. Outro

atendente diz que eu posso visitar também a Ilha de Itamaracá, onde existe o Forte Orange, Vila Velha e o Engenho São João. Pergunto o que é Vila Velha, e nenhum dos dois consegue falar sobre o local ou seus monumentos; apenas dizem que é uma vila muito bonita e que os turistas adoram o lugar.

Pergunto se existe alguma coisa mais ao norte para se ver, mas os atendentes ignoram Goiana e respondem que não. Insisto em pedir informações sobre um lugar onde eu possa ver casario colonial, monumentos antigos e manifestações populares, mas os atendentes têm dificuldades para apontar um destino. Após certo tempo e insistência, a funcionária da EMPETUR indica Nazaré da Mata, apontando a existência de apresentações de manifestações populares ainda não “comercializadas”. Mas, após a indicação, ela avisa que eu dificilmente conseguirei ver uma apresentação de maracatu, já que os grupos se reúnem apenas durante o mês de novembro e no carnaval.

No posto de informações turísticas do Aeroporto Internacional dos Guararapes, sou atendido por estagiária da PCR e funcionária da EMPETUR. Apresento-me como turista interessado em conhecer sítios históricos, monumentos, igrejas barrocas e manifestações culturais pernambucanas. De forma espontânea, apenas o sítio histórico de Olinda é indicado como passeio, fora da cidade do Recife. As duas atendentes não conseguem elaborar um roteiro de visita, ou falar sobre as principais atrações de Olinda, ou mesmo do Recife. Após muita insistência em conhecer uma cidade histórica, a funcionária da EMPETUR fala sobre Igarassu:

Igarassu é um município pequenininho, mas é interessante de conhecer. Tem a Igreja de São Cosme e Damião, que tem uma pinacoteca junto. É uma das igrejas mais antigas do Brasil.

Perg.: Tem uma pinacoteca dentro?

Resp.: Tem uma pinacoteca próxima. A pinacoteca fica ao lado, mas não é dentro não. Ela tem um acervo... a igreja também é muito bonita, foi revitalizada em parceria com os portugueses, recentemente.

Perg.: O que tem na pinacoteca?

Resp.: É coisa da história do município de Igarassu, alguma batalha, alguma coisa. (Observação participante no Recife, 02.07.2005).

A Secretaria de Turismo e Esportes da PCR contratou o Instituto ADM&TEC, com dispensa de licitação, para elaborar um projeto que permitisse aumentar o tempo do turista na cidade do Recife, a partir do aproveitamento dos atrativos existentes em um raio de cerca de cem quilômetros da capital pernambucana²²⁴. O trabalho, denominado “Recife e arredores”, foi feito e publicado em forma de brochura, com o apoio do SEBRAE-PE. O roteiro de número dez, “Roteiros de ecologia, cultura e lazer litorâneo”, inclui as cidades de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, explorando o sítio histórico da primeira cidade e indicando a Igreja dos Santos Cosme e Damião, Museu Histórico de Igarassu, Igreja e Convento de Santo Antonio, Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, Casa de Câmara e Cadeia, Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Capela de São Sebastião e as ruínas das igrejas de Nossa Senhora da Misericórdia e Nossa Senhora do Rosário (RECIFE; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE PERNAMBUCO, 2004).

Apesar de ser impresso através de uma parceria entre SEBRAE-PE e PCR, esta brochura não foi disponibilizada em nenhum posto de informação turística, nem mesmo para consulta. Diversos integrantes do *trade* turístico pernambuco, em entrevistas ou notícias de imprensa, reclamaram da pequena tiragem deste material, que não foi distribuído nos postos de informação turística ou nos hotéis da cidade. Alguns entrevistados não conheciam o material, pois ele foi distribuído em feiras e eventos fora do Estado de Pernambuco.

O SEBRAE publicou duas brochuras com o título “Roteiros de Pernambuco”. A primeira, “Roteiros de Pernambuco: Recife e arredores”, foi feita em parceria com a PCR e se baseia no trabalho executado pelo Instituto ADM&TEC. A segunda brochura, “Roteiros de Pernambuco: agreste, litoral e mata norte e sertão”, é fruto do trabalho realizado por duas consultorias contratadas pelo SEBRAE: Creato – Oficina de Roteiros e Ruschmann Consultores de Turismo S/C Ltda. A PCR não participou da confecção desta segunda brochura.

No posto de informações do Aeroposto Internacional dos Guararapes, a estagiária da PCR, após trinta minutos de atendimento, mostra-me a brochura “Roteiros de Pernambuco: agreste, litoral e mata norte e sertão”:

²²⁴ O aproveitamento dos atrativos existentes em um raio de cerca de cem quilômetros do Recife já estava previsto no Plano Diretor para o Turismo da Cidade do Recife.

“Nós temos este material para consulta.

Perg.: Este material é bom; você pode me dar?

Resp.: Se o senhor for ao SEBRAE-PE, eles provavelmente darão uma cópia ao senhor...

Perg.: Há algum material como este sobre a cidade do Recife e as cidades em volta, como Olinda?

Resp.: Não, apenas do interior do estado.” (Observação participante no Recife, 02.07.2005).

O Mapa Turístico do Recife, distribuído nos postos de informação turística, não aborda a cidade de Igarassu. O mapa descreve algumas atrações e passeios no Recife, bem como aponta, em um mapa, a localização das principais atrações da cidade e sítio histórico de Olinda. Mayse Cavalcanti, diretora geral de turismo da PCR, diz que o objetivo da secretaria, na nova versão do Mapa Turístico do Recife, é abordar os arredores da cidade, dentro da proposta apresentada pelo Instituto ADM&TEC no Plano Diretor para o Turismo na Cidade do Recife:

Nós vamos pincelar os arredores em todos estes produtos. Por exemplo, no caso de cultura, quando falarmos de patrimônio, vamos citar Olinda e Igarassu dentro do material de cultura. [...]

Perg.: No produto cultura, quais destinos e atrações terão destaque no Mapa Turístico do Recife?

Resp.: Olinda como um todo e Igarassu. [...] Não dá para ser muito detalhado, então colocaremos a primeira igreja e a pinacoteca, que são produtos mais consolidados.” (Entrevista em São Paulo, junho de 2005).

Os arredores do Recife não são abordados no novo Mapa Turístico do Recife; ao que parece, o espaço destinado a Igarassu, Olinda, Porto de Galinhas e Jaboatão dos Guararapes foi ocupado por propaganda do Shopping Center Recife²²⁵.

²²⁵ O mapa anterior esgotou-se no início de 2005, e a Secretaria de Turismo e Esportes da PCR não reimprimiu o material. O Shopping Center Recife bancou a impressão de 440.000 exemplares da nova versão do Mapa Turístico do Recife, que começou a ser distribuído em outubro de 2005.

O turista possui duas opções para visitar a cidade de Igarassu, caso não deseje comprar o passeio a Itamaracá de uma agência de receptivo: utilizar o sistema de transporte coletivo, que liga o Recife a Igarassu, ou alugar um carro e chegar à cidade por conta própria.

O ponto inicial da linha que liga Recife a Igarassu localiza-se no Cais de Santa Rita, perto da Ponte Maurício de Nassau. Os pontos não são bem sinalizados, e há muita sujeira e presença maciça de vendedores ambulantes e odor forte. Os ônibus deixam o ponto inicial lotados, e as cadeiras são de plástico, pouco confortáveis. Há diversas paradas, sendo a de maior duração no terminal do Paulista, o que faz a duração da viagem levar quase uma hora.

O ponto final é o centro comercial da cidade, localizado a aproximadamente um quilômetro do sítio histórico de Igarassu. Não há placas que indiquem a direção do sítio histórico. O trânsito é caótico, as calçadas mal cuidadas e há muitos vendedores ambulantes e barracas de frutas e quinquilharias nas calçadas.

Caso o turista decida alugar um carro, o primeiro problema que ele enfrenta é não encontrar mapas da cidade. O material promocional da PMIg não traz mapas de direcionamento, que permitam a um motorista chegar ao sítio histórico com base neste material. Os postos de informação turística da PCR e EMPETUR também não possuem material sobre a cidade. Resta dirigir pela BR-101, à espera de uma placa que indique a entrada do sítio histórico de Igarassu. Do Recife a Igarassu, há apenas uma placa de trânsito que indica a entrada para o sítio histórico, localizada poucos metros antes do Posto Sertã. Ela é relativamente pequena e acanhada, dada a dimensão da rodovia, e está posicionada a poucos metros da entrada. A foto 28 mostra a única placa de direcionamento existente na BR-101, entre o Recife e Igarassu²²⁶:

²²⁶ Em meados de 2005, foi instalado um pórtico alguns metros antes desta placa, que indica a distância do sítio histórico de Igarassu. Isto foi feito após o trabalho de campo em Igarassu, não sendo possível analisar a nova sinalização nem tirar fotos da mesma.



Foto 28 – Única sinalização do sítio histórico de Igarassu.

O motorista que venha de João Pessoa e deseje conhecer o sítio histórico de Igarassu guiando-se apenas pelas placas de trânsito chega num cruzamento onde há duas opções: seguir à direita ou à esquerda. De acordo com a escolha, o motorista pega de novo a BR-101 e continua a viagem em direção ao Recife, ou pega a estrada que liga Igarassu a Itapissuma. Na área urbana de Igarassu, os dois caminhos são cheios de quebra-molas e passam por bairros pobres da cidade, não sendo possível chegar ao sítio histórico através das placas de trânsito.

Inaldo Félix, presidente da Associação dos Agentes de Viagem de Igarassu, comenta a falta de sinalização turística em Igarassu:

Atualmente, nós não temos uma sinalização em Igarassu. Existe uma deficiência incrível em relação à sinalização. Em gestões passadas, houve uma sinalização de todos os monumentos da cidade, praças, ruas, e colocação de placas nas BRs que cortam a cidade e nas rodovias estaduais. O atual secretário municipal de turismo da cidade [Márcio Rodrigues], quando entrou, resolveu retirar todas as placas de sinalização, pois elas estavam envelhecidas, e não recolocou nenhuma até hoje. Fazem três anos que as placas foram retiradas, e até hoje nenhuma foi recolocada. [...] Nós sentimos que isso é uma deficiência enorme, pois eu moro do outro lado da

rodovia e, muitas vezes, encontrei vários ônibus perdidos, sem conseguir chegar ao sítio histórico de Igarassu. Então, eu aproveito para mostrar a minha carteira de guia e venho conduzindo os turistas até aqui. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Eu pergunto se um turista que não conhece Igarassu consegue chegar aqui olhando as placas, e a resposta é: “Não, não chega nunca. Nós temos apenas uma placa que indica o caminho para o sítio histórico, mesmo assim muito baixa e coberta pela vegetação”. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Os primeiros projetos e ações de fomento ao turismo na cidade de Igarassu, por parte da PMIg, datam de meados dos anos 1970, com a criação da Secretaria de Turismo²²⁷. Nos anos 1970, a nova secretaria divulga, em conjunto com a EMPETUR, a Festa dos Santos Cosme e Damião e a “Buscada e Levada” de São Gonçalo, cria a Festa do Coco e propõe a criação de um centro de artesanato típico em Itapissuma, então distrito de Igarassu, e o aproveitamento turístico do Sítio dos Marcos, local onde desembarcou o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira²²⁸.

Nos anos 1980, houve propostas e projetos de fomento ao turismo no Engenho Monjope e sítio histórico de Igarassu. O projeto Casa Grande e Senzala, desenvolvido em meados dos anos 1980, pretendia fomentar apresentações de maracatu, marujada, caboclinhos e frevo no sítio histórico da cidade, com a finalidade de atrair turistas interessados nas manifestações culturais pernambucanas. O projeto nunca saiu do papel. A partir do início dos anos 1980, sucedem-se projetos de restauro e utilização do Sobrado do Imperador; o prédio, atualmente, está em avançado estado de deterioração. A PMIg elabora um projeto, com o apoio da EMPETUR, de desapropriação do Engenho Monjope:

²²⁷ A Secretaria de Turismo, Esportes e Cultura não possui registros dos projetos e ações desenvolvidos pela pasta nos anos 1970, 1980 e 1990, o que torna difícil analisar sua atuação desde a fundação. A secretaria não tem registros de projetos, estudos e ações datados de 2004, último ano da gestão Yves Ribeiro.

Jorge Barretto, funcionário da PMIg desde 1977, também não consegue falar sobre os projetos dos anos 1970 e 1980; segundo ele, a maior parte das propostas que eu apresentei, com base em artigos de jornal, nunca saíram do papel. A questão da não implementação de projetos será vista a seguir.

²²⁸ O centro de artesanato típico nunca saiu do papel. O Sítio dos Marcos teve algumas obras de infraestrutura turística apenas em 1999, na primeira gestão Yves Ribeiro (1997-2000).

Presentemente, o Prefeito Jurandir Bezerra está envidando esforços, juntamente com o Secretário [estadual] de Turismo, Cultura e Esporte, Francisco Bandeira de Melo, no sentido de desapropriar, restaurar e fazer voltar a funcionar o Engenho Monjope. Projeto neste sentido já foi preparado pela Secretaria de Turismo de Igarassu e encaminhado à Seplan – através da Fidem, para as necessárias providências. [...] O estado de conservação do conjunto é precário. Parte da moita encontra-se em ruína. A casa grande está interditada, tendo em vista as condições de deterioração do imóvel. A capela está em razoável estado de conservação. As senzalas também estão em razoável estado de conservação. [...] A área é atualmente ocupada pelo Camping Club do Brasil – CCB, que mantém “precariamente um camping”. (...) O conjunto não é convenientemente mantido pelo camping. (Diário de Pernambuco, 08.12.1985).

O Engenho Monjope está fechado à visitação e em avançado estado de deterioração. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes propôs a criação de um museu de arte sacra na Igreja de Nossa Senhora do Livramento, após o primeiro restauro dos anos 1980, mas o monumento continua a ser utilizado como posto de saúde da PMIg. Recentemente, a igreja voltou à administração da Arquidiocese de Olinda e Recife e funciona como templo religioso.

O trabalho de campo e a pesquisa documental permitem analisar com maior profundidade a gestão da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes a partir de 1997, início da primeira gestão Yves Ribeiro. As principais questões analisadas são formação e atuação do corpo funcional da secretaria, posição da pasta dentro da estrutura da PMIg, foco de atuação no restauro de monumentos históricos e desenvolvimento de grandes projetos.

A atual equipe da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu é formada por funcionários de carreira, com estabilidade no trabalho, e em cargos de confiança, escolhidos por critérios preponderantemente políticos, em um total de aproximadamente quinze pessoas. A maior parte dos funcionários ocupa cargos meramente operacionais, não se envolvendo diretamente nos projetos e ações de fomento e regulação do turismo em Igarassu.

Os três entrevistados que trabalham ou trabalharam na pasta – Márcio Rodrigues, Maxi Oliveira e Jorge Barretto – não conseguem se posicionar diante de uma série de questões ligadas ao desenvolvimento do turismo em Igarassu, por absoluta falta de conhecimento e experiência. A cidade não conta com conselho municipal de turismo, plano diretor ou qualquer legislação específica para regular e fomentar o turismo na cidade e sítio histórico.

A população local não participa de discussões sobre turismo em Igarassu; mesmo atores importantes, como Inaldo Félix, tesoureiro da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, não participam da formulação de políticas e discussão de projetos da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg.

Márcio Rodrigues, Secretário de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu no período 2001-2004, explica a formação do corpo funcional da pasta, com a preponderância de elementos políticos na escolha de funcionários:

A [minha] ida a esta secretaria foi por determinação política e administrativa do prefeito [Yves Ribeiro], como em todo o município. Eu fui secretário de governo e também de planejamento na primeira gestão de Yves Ribeiro²²⁹, e, na segunda gestão, fui deslocado para a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu, onde permaneci até o fim [da segunda gestão]. Antes, o secretário de turismo era Rubens Conde. A montagem da equipe técnica tem algumas nuances, sendo a determinação política mais forte. Em virtude da montagem da base de sustentação do governo, a equipe técnica de fato é muito reduzida na administração pública municipal. A gente procura capacitar e avaliar a potencialidade de cada pessoa que foi indicada, a fim de tentar dar o rendimento esperado. [...] Nós tínhamos uma equipe entre 15 e 20 pessoas, sendo metade da casa e metade em cargos de confiança. O Centro de Artes e Cultura e o Museu Histórico de Igarassu eram subordinados à secretaria, além de fazermos um trabalho integrado na gestão do atendimento na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, junto com as irmãs do Sagrado Coração de Jesus²³⁰. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Maxi Oliveira, atual diretor de promoções e eventos, lista os funcionários da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu, descrevendo suas funções, a partir de minha pergunta: qual é a equipe da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes?

Resp.: O nosso secretário municipal é Almir Rouche, nosso...

Perg.: Ele é cantor?

²²⁹ Entre os anos de 1997 e 2000.

²³⁰ Atualmente, Márcio Rodrigues ocupa o cargo de Secretário de Turismo, Cultura, Desporto e da Juventude do Paulista. As duas funcionárias da pasta entrevistadas (enquanto eu esperava para ser atendido e retirar cópias de um documento cedido por Márcio Rodrigues), ocupam cargos de confiança e nunca trabalharam com turismo anteriormente. Ambas trabalharam na campanha de Yves Ribeiro para a Prefeitura Municipal do Paulista, em 2004.

Resp.: Sim, é cantor. O nosso secretário adjunto é Frederico Brederode, o diretor de promoções e eventos sou eu, e Rodrigo Raposo é o diretor cultural.

Perg.: Rodrigo Raposo vem da gestão passada?

Resp.: Não, ele compõe esta nova gestão. Nós temos a coordenadora de eventos, Heloísa Costa, temos Guel Garcia, contínuo, e Mônica Alves, que cuida da nossa parte administrativa. Temos a Fátima, que é a nossa colega do computador e faz ofícios e documentos. Temos dois apresentadores – Fernando Alves e Missinho – que são chamados de locutores. [...] Eles são responsáveis pela apresentação das festas, entre outras coisas. Elysio Alecrim é geógrafo e especialista em turismo e o professor Jorge Barretto é museólogo e cuida do Museu Histórico de Igarassu. Na minha concepção, é uma das pessoas que mais conhecem e podem falar sobre Igarassu de maneira detalhada²³¹. [...]

Perg.: E Inaldo Félix?

Resp.: Inaldo Félix é funcionário também, e atua no Convento de Santo Antonio. Ele tem outras funções na secretaria, mas é guia de turismo regional. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

Após uma série de questionamentos a respeito da atuação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Maxi Oliveira coloca:

O que eu posso te dizer é que as pessoas que trabalham na prefeitura municipal, em particular na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, têm uma vaga noção do que seja turismo. [silêncio] Isto não é suficiente. Nós precisamos sensibilizar não só as pessoas que trabalham na prefeitura e Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, mas as pessoas que moram e que não fazem idéia do que o turismo pode gerar para o município. Não a visitação, mas o turismo propriamente dito. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

Jorge Barretto, diretor do Museu Histórico de Igarassu, descreve a equipe da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Igarassu, retratando a concentração de funções e responsabilidades técnicas em apenas quatro funcionários:

A nova equipe administrativa tem uma postura diferente, mas não houve descontinuidade administrativa. Nós temos hoje, na equipe da secretaria, o secretário adjunto, que é administrador de empresas, Maxi Oliveira, que é turismólogo, Elysio Alecrim, que é turismólogo especialista em geografia, e

²³¹ Máxi Oliveira diz que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg mantém funcionários na Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, Igreja e Convento de Santo Antonio, Igreja dos Santos Cosme e Damião e Museu Histórico de Igarassu, além de haver outros funcionários na sede da secretaria. Em alguns destes monumentos, a secretaria mantém guias mirins, e não funcionários.

eu, que sou historiador. Essas quatro pessoas são o tripé (sic) da secretaria. Almir não trabalha sem nos consultar. Ele criou um colegiado de turismo dentro da secretaria dele. [...] Nós levantamos todos os problemas e potenciais nos seis primeiros meses, e nós discutiremos agora, com a criação do conselho, propostas para o turismo. O conselho será formado, no máximo, por dez pessoas com qualidade. Ele já existe na lei, mas nunca foi implementado. [...]

Perg.: Almir Rouche é cantor?

Resp.: Sim, ele está envolvido em uma série de movimentos culturais. Eu acho que a escolha dele para secretário municipal passa pela política de trabalhar o máximo possível com pessoas da terra. Ele é nascido e criado em Igarassu. Ele tem um acesso extraordinário à mídia; eu acho que este foi o ponto principal para sua escolha.

Perg.: Ele interrompeu a carreira de cantor?

Resp.: Não, ele não parou a carreira dele, mas vem regularmente por aqui. Ele passa as coisas para outras pessoas fazerem. Antes, os secretários centralizavam as coisas. Agora, Almir passa as coisas para a gente. [...] A proposta de recuperação do Sobrado do Imperador está sendo montada por todo mundo da secretaria, que se reúne uma vez por mês.

Perg.: Quem é ‘todo mundo’?

Resp.: Eu, Maxi Oliveira, Elysio Alecrim e Frederico Brederode, além do secretário, Almir Rouche²³².

Perg.: Inaldo Félix não participa?

Resp.: Não. Ele não participa das discussões, apenas representa a Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, que é uma organização não governamental”. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Segundo Jorge Barretto, muitos secretários municipais centralizaram as atividades da pasta, não discutindo ou delegando atividades aos funcionários. Sobre Rubens Conde, secretário municipal entre 1997 e 2000, Jorge Barretto comenta, a partir da minha pergunta: Houve um projeto de transformar parte do sítio histórico em um novo Pólo Pina, na gestão Rubens Conde. Você chegou a participar de alguma discussão neste sentido? A resposta foi: “Rubens Conde é uma incógnita para mim. Ele passou quatro anos como secretário municipal e nunca conversou comigo”. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

²³² Jorge Barretto classifica Almir Rouche de “boi de piranha”, por representar a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu, mas não entender muito de turismo. O grande mérito do secretário municipal, de acordo com este entrevistado, é delegar responsabilidades para outros funcionários da pasta, inclusive ele.

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes ocupa uma posição periférica dentro da estrutura da PMIg. Isto se traduz em falta de verbas para a pasta, que não consegue implementar projetos importantes, como a recuperação do Sobrado do Imperador. Além disso, o diálogo e trabalho coordenado com outras pastas e órgãos municipais é fato raro na cidade, como diversos casos recentes demonstram.

Márcio Rodrigues justifica a não reposição da sinalização turística de Igarassu, retirada no início de seu mandato, pela pouca importância dada ao turismo na PMIg, a partir da pergunta: “Em relação à sinalização turística, tanto de trânsito quanto de monumentos, houve a retirada de placas no ano 2001...”:

Resp.: Foi feita, na primeira gestão [Yves Ribeiro], uma sinalização turística. Nós refizemos o projeto, orçamos e tentamos captar um patrocinador, mas não conseguimos. Como o material colocado estava deteriorado, eu pedi que o retirasse, pois não estava mais cumprindo o seu papel, e fiquei tentando, junto ao colegiado de secretários e ao prefeito, recursos, mesmo da fonte 1, que são os nossos recursos próprios, e não consegui. Eu não consegui concretizar a sinalização turística e rodoviária por falta de recursos.

Perg.: Quanto custaria a nova sinalização turística, e quanto você não conseguiu captar?

Resp.: A questão principal é que os recursos para a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes são muito poucos; Saúde, Educação e Assistência Social determinam o que deve ser gasto dentro do orçamento. Como Igarassu é uma cidade pobre, a área social sempre tem o maior orçamento e consegue, durante o ano, ter um desempenho melhor, também porque tem a grita do povo e da Câmara Municipal para que elas sejam atendidas. Depois da área social, vem a questão da infra-estrutura, principalmente calçamento, pavimentação e drenagem de ruas. Depois que tudo isto acontece, sobram pouquíssimos recursos para outros detalhes [sentido irônico], como o detalhe da sinalização. [...] Eu creio que 70% das ruas de Igarassu não são pavimentadas e drenadas. Quando nós íamos discutir, no colegiado de secretários, para definir as metas, por ordem estas quatro áreas levaram praticamente todo o orçamento da cidade. [...] Eu creio que uns cem mil reais daria para fazer esta sinalização”. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Jorge Barretto confirma a pouca importância dada ao turismo na repartição do orçamento municipal, em virtude das carências sociais presentes em Igarassu²³³. Outro problema é a falta de coordenação entre as ações de diversas secretarias que são responsáveis por ações e projetos direta ou indiretamente ligados ao turismo na cidade. Jorge Barretto aponta:

Dentro da estrutura da prefeitura, existe a Secretaria de Trabalho e Ação Social. A nossa idéia era pegar os guias avulsos e, em conjunto com esta secretaria, fazer um trabalho de capacitação profissional. Mas nós temos problemas em fazer a máquina funcionar como ela deveria. Não há integração entre as secretarias municipais, elas não conversam entre si. Nós já tivemos reuniões com o prefeito, ele tenta consertar isto, mas existe uma ciúmeira por aqui... (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Márcio Rodrigues, ao falar sobre suas ações no sentido de sanar o problema dos guias avulsos na parte alta do sítio histórico, aponta a dificuldade de trabalhar em conjunto com outros órgãos e entidades da PMIg. Perguntado sobre a tentativa de marcar uma reunião para resolver a questão dos guias avulsos e o que faltou para isto, a resposta foi:

O Ministério Público, certa vez, não veio, mandou um funcionário administrativo como representante, e não um promotor. Outra vez, faltou o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Outra vez, faltou o Conselho Tutelar... [...] O que era necessário é que cada órgão envolvido, que tivesse uma responsabilidade, estivesse presente e decidisse fazer uma ação concreta, pois a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes sozinha não conseguirá resolver isto, agora ou no futuro. Isto envolve uma série de questões sociais, de segurança pública e de educação. É uma coisa muito complexa e difícil, não é simplesmente chegar e dizer, “Vamos dar um treinamento para os meninos e deixar tudo resolvido”. Isto fugiu da minha alçada e da minha possibilidade de agir enquanto secretário de turismo. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Projetos relacionados ao turismo em Igarassu, desenvolvidos por diversos órgãos e entidades da PMIg, são executados sem o conhecimento da equipe técnica da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, como a revitalização do Engenho Monjope, a construção de um posto de informações turísticas e a melhoria das condições de acesso ao Sítio dos Marcos.

A partir de 1997, com o início da primeira gestão Yves Ribeiro, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg começou a propor e desenvolver grandes projetos para fomentar o turismo na cidade e sítio histórico de Igarassu. Cinco projetos destacam-se: recuperação do Museu Histórico de Igarassu (MHI), criação de pólo de animação noturna no sítio histórico (novo Pólo Pina), aproveitamento turístico do Sítio dos Marcos (Refazendo os Caminhos de Duarte Coelho), recuperação do Sobrado do Imperador e revitalização do Engenho Monjope.

²³³ Diálogo não gravado, ocorrido em visita ao Museu Histórico de Igarassu em janeiro de 2005.

As casas que abrigam o Museu Histórico de Igarassu passaram por serviços de restauro em 2003 e 2004, a partir de convênio firmado entre IPHAN e PMIg, que também contemplou algumas peças do acervo móvel em exposição, como visto no tópico 4.2.

A recuperação do Museu Histórico de Igarassu foi uma das prioridades da gestão Márcio Rodrigues na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg, custou aproximadamente R\$ 175.000,00 ao tesouro municipal e teve, em parte, justificativa turística, por ser uma atração do sítio histórico de Igarassu. Entretanto, o equipamento cultural, com gestão amadora, recebe poucos visitantes e sua receita própria cobre menos de 10% das despesas.

O MHI tem cinco funcionários: duas serventes, duas guias e recepcionistas e o diretor, Jorge Barretto.

As guias do museu não acompanham turistas e visitantes no passeio pelas diversas salas do equipamento cultural. Algumas peças são frágeis (leques e imagens barrocas de madeira), mas as funcionárias permitem que qualquer visitante entre no equipamento e conheça todo o acervo exposto livremente. Durante observação participante em dezembro de 2004, as duas guias não pararam de conversar nem quando um casal de turistas entrou no museu e começou a olhar o acervo na primeira sala, onde as duas estavam. O casal teve de pedir licença para perguntar qual era o acervo e o preço do ingresso para visitar o museu.

A narrativa turística das guias resume-se à leitura das legendas das peças expostas e alguns casos anedóticos, caso o turista insista em ser acompanhado por alguém durante sua visita. Inaldo Félix comenta sobre o comportamento das guias do Museu Histórico de Igarassu, quando questionado sobre o relacionamento entre os guias da associação e pessoas responsáveis pelo patrimônio da cidade, como igrejas, conventos e museus:

[...] Nós temos algumas dificuldades também no MHI, porque há guias turísticos do próprio museu, que são funcionárias assalariadas da PMIg, mas que não exercem esta função de guia turístico. Elas ficam o dia inteiro conversando, sem fazer nada – depois você tira isso daí, senão vai complicar para o meu lado –, não atendem os turistas como deveriam atender e querem obrigar os guias da associação a servirem de guia dentro do museu também. E isto não é nosso trabalho, o nosso trabalho é levar até o museu e, como elas são pagas para fazer o serviço de guia dentro do museu, dentro do MHI a responsabilidade de conduzir os turistas é delas. Os funcionários mais antigos do MHI não causavam tantos problemas, mas os mais novos, que

estão ali há dois ou três anos, são mais acomodados, por mais incrível que possa parecer. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Ao que parece, os funcionários do MHI não se preocupam em gerar receitas próprias, em virtude do modelo de gestão e transferência de recursos vigente no equipamento. A bilheteria e eventuais receitas adicionais são transferidas automaticamente ao tesouro municipal, não revertendo para o restauro de peças na reserva técnica, publicação da catalogação do acervo cartorial do município, impressão de material ou exposições. Da mesma forma, o tesouro municipal arca com todas as despesas; Jorge Barretto não é cobrado por questões como número de visitantes e receita auferida.

Jorge Barreto diz, a respeito da bilheteria, se ela seria suficiente para saldar todos os gastos do museu:

Não.

Perg.: Salda mais ou menos quanto, em relação ao total?

Resp.: Uns 60% dos gastos totais podem ser mantidos com a bilheteria, e o restante vem de transferências do tesouro municipal. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

A tabela de visitantes do Museu Histórico de Igarassu, fornecida pelo próprio Jorge Barretto, mostra que o museu consegue arcar com uma parcela ínfima de seus gastos totais. A receita própria do museu não cobriria nem ao menos 5% da folha salarial do equipamento, caso os cinco funcionários recebessem apenas um salário mínimo. A Tabela 8 mostra que a receita média mensal não consegue chegar a R\$ 100,00 entre 2001 e 2004.²³⁴

²³⁴ Seria necessário algo em torno de duzentos ou trezentos anos de bilheteria para custear os R\$ 175.000,00 investidos pela PMIg no restauro do MHI, em 2003 e 2004. Os dados fornecidos por Jorge Barretto não indicam a arrecadação do Museu Histórico de Igarassu, apenas o número de visitantes, dividido em diversas categorias. A renda total e mensal real deve ser ligeiramente menor à apresentada na tabela, em virtude de idosos e crianças pagarem meia entrada.

TABELA 8
Arrecadação de bilheteria no Museu Histórico de Igarassu (R\$) - (2001-2004)

Ano	Visitantes internacionais (1)	Visitantes nacionais (1)	Est. Particulares (2)	Renda total	Renda mensal
2001	98,00	513,00	92,00	703,00	58,58
2002	55,00	334,00	33,00	422,00	35,17
2003 (3)	11,00	80,00	-	91,00	22,75
2004 (4)	82,00	546,00	-	628,00	62,80

Fonte: IGARASSU, 2005b.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) O ingresso para visitar o MHI custa R\$ 1,00.

(2) O ingresso para visitar o MHI custa R\$ 0,50.

(3) O MHI ficou aberto apenas entre os meses de janeiro e abril 2003, em virtude do processo de restauro.

(4) O MHI ficou fechado em janeiro e fevereiro de 2004, em virtude do processo de restauro.

O ingresso custa apenas R\$ 1,00, com meia entrada para estudantes de escolas particulares, crianças e idosos; estudantes de escolas públicas não pagam ingresso. Este preço é o mesmo desde 1994, início do Plano Real, e nunca foi alterado. Trata-se, na prática, de uma convenção, presente também na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, como será visto a seguir. Jorge Barretto diz, a respeito de como foi estipulado o valor de R\$ 1,00 para o preço do ingresso:

Este valor foi estipulado por consenso na reunião do Fórum Pernambucano de Museus. Nós estipulamos que, no caso de equipamentos no interior do Estado, caso mantivéssemos o mesmo preço cobrado na capital, sem ter a mesma infra-estrutura de lá, seria difícil haver uma boa visitação. Então, optou-se, naquele momento, por estipular o preço de R\$ 1,00 para a região de Igarassu. Não se pensou se, com esse ingresso, é possível custear o museu. Este fórum ocorreu em 2004.

Perg.: Tem certeza? Eu já vim aqui muitas vezes e a entrada sempre custou R\$ 1,00...

Resp.: Sim, mas a estipulação deste preço, com estes objetivos, foi apenas no ano passado.

Perg.: Certo, mas a entrada custa R\$ 1,00 há quanto tempo?

Resp.: Desde 1994, quando a moeda real entrou em vigor.

Perg.: Entre 1994 e 2005, houve uma inflação de cerca de cerca de 130%...

Resp.: Sim, mas se você aumentar o preço, o turista não entra.

Perg.: Não entra mesmo?

Resp.: Ele já reclama por ter que pagar R\$ 1,00. Ele diz, “- Ah, eu vim não sei da onde, e não sei o que...”, e eu pergunto, “- O senhor veio de onde, Minas Gerais? O senhor já foi para Congonhas do Campo?”

Perg.: Quanto custa para visitar Congonhas do Campo [Santuário de Bom Jesus do Matosinhos]?

Resp.: Cada sala custa R\$ 1,00.

Perg.: Por R\$ 1,00, o turista não entra mesmo? Se você aumentar para R\$ 2,00, você teria uma queda muito grande no número de turistas que entram aqui?

Resp.: Com certeza. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

A maior parte do fluxo de turistas no Museu Histórico de Igarassu é formada por estrangeiros e turistas independentes, que se interessam em conhecer a cultura da cidade. Não é possível afirmar com certeza, mas parece improvável que o aumento do preço do ingresso de R\$ 1,00 para R\$ 2,00, por exemplo, possa causar uma queda no reduzido número de visitantes.

O MHI, apesar de possuir área livre na primeira sala do museu, não conta com material promocional da cidade de Igarassu, como *folders*, panfletos e cartazes, nem pequena loja de livros, lembranças ou artesanato. Os guias avulsos, considerados um dos maiores problemas do sítio histórico, de acordo com Jorge Barretto, têm livre acesso a todas as salas do museu; entram com grupos de turistas sem pagar ingresso, e não são acompanhados por nenhuma das guias do equipamento.

A recuperação do Museu Histórico de Igarassu custou aproximadamente R\$ 300.000,00, mas medidas simples e menos onerosas, como a instalação de uma pequena placa de identificação (de madeira) na fachada, ou de um sistema de segurança, não são efetivadas. A foto 29 mostra como o MHI não possui nenhum tipo de identificação ou sinalização turística, mesmo sendo localizado ao lado da Igreja dos Santos Cosme e Damião:



Foto 29 – Museu Histórico de Igarassu.

Jorge Barretto justica a falta de placa ou qualquer outro tipo de sinalização no Museu Histórico de Igarassu:

Nós estamos com um problema na sinalização da fachada. O IPHAN, após a última restauração, não permitiu mais que nós abrissemos um letreiro na fachada. Ele passou, na semana passada e depois de muita confusão, um modelo de placa de madeira para ser entalhada e colocada na fachada do museu. Quando nós tivermos a sinalização, o número de visitas será legal, o pessoal de agência entra legal. Agora, sem a sinalização, fica muito complicado. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

Em 21.07.2005, quando da minha última visita a Igarassu, o MHI continuava sem identificação, como mostram a foto 29.

O museu também não conta com sistema de segurança, o que faz com que seja fácil entrar no equipamento e roubar peças do acervo exposto. Nos últimos trinta e cinco anos, diversas peças foram roubadas, sem que tenha havido reposição do acervo. As doações cessaram nos anos 1970, e o MHI não recebe recursos nem para o restauro de peças em reserva técnica. Percebe-se, desta forma, a diminuição lenta e gradual do acervo. Jorge Barretto fala sobre furto ou roubo de peças do acervo do MHI. Se houve, quando e o que foi levado:

Na década de 1980, foram diversos roubos: os quadros do imperador Pedro II e do Barão de Igarassu, telas a óleo de um metro por um metro de meados do século XX, uma imagem do Menino Jesus, do século XVIII, que ficava deitado no berço, e uma palmatória que pertenceu à antiga Casa de Câmara e Cadeia, do século XVIII. Nos anos 1990, levaram um mosquete de pederneira, do século XVIII, duas pistolas garruchas, também do século XVIII, um facão que pertenceu a um cangaceiro e uma espada com o emblema da coroa imperial, do século XIX.

Perg.: Para o tamanho do museu, são roubos significativos, não é?

Resp.: Sim, são significativos. Hoje, eu tenho em exposição duzentas e cinquenta peças. [Silêncio] Sim, em fins dos anos 1970, nós tivemos um roubo significativo aqui. Uma moeda holandesa da Frísia foi roubada. Este é o tipo de roubo de colecionador, porque é uma moeda extremamente rara. [...]

Perg.: O MHI possui recursos para aquisição de acervo?

Resp.: Não. Todas as peças são adquiridas diretamente pela edilidade, através de indicação nossa, ou são doadas ao MHI. Mas nós não dispomos de uma verba específica para a aquisição de peças. [...] Dos anos 1980 para cá, quando começou a valorização deste tipo de bem e o debate sobre a preservação da memória, o nível de doações caiu assustadoramente.

Perg.: Ou seja, o MHI não recebeu muitas coisas nos últimos vinte e cinco anos, certo?

Resp.: Eu acho que apenas duas peças, no máximo. E em péssimas condições. [...] Nestes últimos vinte e cinco anos, compramos poucas peças para o acervo do MHI. Investiu-se mais em manutenção do que em compra²³⁵. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

No início da primeira gestão Yves Ribeiro (1997-2000), Rubens Conde, então secretário de Turismo, Cultura e Esportes, propôs transformar parte do sítio histórico de Igarassu em um novo Pólo Pina, que era então o conjunto de ruas com maior concentração de bares da cidade do Recife:

De acordo com Rubens Conde, o largo do centro histórico, na Praça da Bandeira, onde se localiza a prefeitura, será transformado numa espécie de Pólo Pina. O local – onde também funcionam as secretarias – tem uma arquitetura singela. Quase todas as casas, apenas com térreo, têm a aparência típica das de uma cidade do interior, com fachada em azulejos e cores verdes nas portas e janelas. (Jornal do Comércio, 02.10.1997).

²³⁵ Após a entrevista, durante visita ao Museu Histórico de Igarassu, Jorge Barretto disse-me que as armas que foram roubadas nos anos 1990 foram usadas, algumas semanas depois do roubo, por meninos de rua para assaltar transeuntes perto da BR-101. Ele diz que os assaltantes simplesmente pularam o muro, durante o dia, entraram no salão de armas, pegaram as peças e fugiram pela parte de trás do museu. Jorge Barretto diz que não há verbas para instalar um sistema de segurança no MHI.

A proposta não foi implementada na primeira gestão Yves Ribeiro. Márcio Rodrigues diz, em resposta à minha pergunta: “O secretário que antecedeu o senhor, Rubens Conde, tinha o projeto de transformar o sítio histórico em um novo ‘Pólo Pina’, nas palavras dele. A idéia era fechar a Av. Dantas Barreto ao tráfego de veículos e apoiar apresentações de grupos culturais locais, entre outras ações. Isto chegou a ser feito em algum momento?:

Não.

Perg.: Você teve acesso a esta proposta?

Resp.: No início da primeira gestão de Yves Ribeiro, não havia um projeto orçado e acabado, apenas uma idéia. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Secretaria de Planejamento, onde eu trabalhava na época, e gabinete do prefeito pensavam em retirar do sítio histórico os órgãos públicos que funcionam ali, e repassar os prédios históricos para bares, restaurantes e pousadas. Era esta a idéia: retirar o centro administrativo da prefeitura do sítio histórico e colocar os órgãos juntos, para reduzir despesas com combustível e telefone, em um núcleo administrativo comum, que seria construído. Era uma proposta, mas isto não aconteceu, não conseguimos concretizar. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Inaldo Félix diz:

O secretário de turismo anterior, Rubens Conde, fez um projeto ‘magnífico e colossal’, onde, de quinta-feira a domingo, a Avenida Dantas Barreto seria fechada nos dois sentidos, as casas seriam transformadas em bares e haveria sempre apresentações culturais, em uma espécie de Recife Antigo de Igarassu. Com este projeto, não apenas os turistas de fora, mas as pessoas do Recife e Olinda, iriam, com certeza, vir para Igarassu.

Perg.: Este projeto não foi para a frente?

Resp.: Ele foi feito, mas não foi implementado, até porque exigia uma contrapartida do setor privado. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

O sítio histórico de Igarassu não possui vida noturna. Inaldo Félix diz: “Não há nada que prenda o turista à noite, por exemplo. Igarassu não tem vida noturna. (...) É morto.” (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Maxi Oliveira aponta a mesma situação no sítio histórico de Igarassu, quando instado a falar da vida noturna em Igarassu:

Praticamente não existe.

Perg.: Em nenhum ponto da cidade?

Resp.: Sim, nós temos alguns bares e restaurantes no centro comercial, que minimamente movimentam.

Perg.: Existe alguma coisa no sítio histórico, à noite?

Resp.: Não tem nada, é parado. (...) O prédio que hoje abriga a sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu já foi o Restaurante Senzala. Bom, eu não conheço nenhum projeto até então, mas uma de nossas preocupações é criar equipamentos: restaurantes, bares e lojas de artesanato. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

A proposta de desenvolver atividades noturnas de lazer e diversão no sítio histórico de Igarassu dependia da construção de um centro administrativo e retirada de secretarias e órgãos públicos da cidade. Márcio Rodrigues não consegue estimar o custo total do projeto, que nunca saiu do papel. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu não possui cópia do documento, logo não é possível analisar mais detalhadamente a proposta.

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu não apóia, de forma regular, a apresentação de grupos culturais no sítio histórico de Igarassu. A secretaria chegou a promover apresentações de grupos culturais locais na parte alta do sítio histórico para representantes de Viana do Castelo, cidade portuguesa “irmã” de Igarassu, mas foi apenas uma iniciativa pontual, sem continuidade. Márcio Rodrigues diz:

Junto com o gabinete do prefeito, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes fez um intercâmbio cultural entre as cidades ‘irmãs’ de Igarassu e Viana do Castelo, com o estabelecimento de alguns termos de cooperação técnica e cultural. [...] Nós mostramos ao pessoal que veio de Viana do Castelo um pouco da cultura de Igarassu, no sítio histórico. [...]

Perg.: Isto chegou a ser feito para o público de turistas? Houve algum projeto neste sentido?

Resp.: Não, não houve. Quando do evento para as pessoas de Viana do Castelo, a comunidade foi convidada e estava presente, mas não foi voltado aos turistas.

Perg.: Por que não?

Resp.: Porque houve muito pouco tempo para articular e o evento aconteceu à tarde. O fluxo de turistas em Igarassu é pela manhã.

Perg.: Já se pensou em fazer algo deste tipo para os turistas? Por exemplo, colocar o Maracatu Estrela Brilhante ou o grupo Obá Omin no sítio histórico?

Resp.: [Fica pensativo, com expressões do tipo ‘Ehhhh’] Nós já tentamos fazer isto, mas sempre esbarramos na questão dos custos, porque os grupos querem uma remuneração pela apresentação. O Maracatu Estrela Brilhante só se apresenta mais no período da noite ou nos fins-de-semana, porque a maioria dos integrantes trabalha. [...] A gente colocava apresentações de manifestações culturais perto da ladeira, mas apenas em alguns eventos culturais, não de uma forma contínua. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

A Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu tenta conseguir recursos para a apresentação de manifestações culturais e peças de teatro com temas históricos na parte alta do sítio histórico de Igarassu, mas sem sucesso. Inaldo Félix apresenta a proposta, a partir da minha pergunta: “Em Igarassu, há uma série de monumentos históricos, mas é impossível para o turista saber o que acontece na cidade. Não há uma agenda cultural, ou outras formas de divulgação. Em sua opinião, isto é um problema grande na cidade, e por que acontece?”:

É um problema seríssimo. [...] Nós temos grupos fantásticos em Igarassu. Por exemplo, foi feita uma parceria entre a PMIg e Portugal. Então, foi pago a grupos culturais para que eles se apresentassem aos portugueses. E isto não foi mantido. A nossa entidade está com um projeto de teatro e dança. O objetivo é encenar, na parte alta da cidade, a chegada de Duarte Coelho em Pernambuco, com atores vestidos como portugueses e outros como escravos. Nós já estamos treinando para colocar isto em prática.

Perg.: Você pode explicar melhor este projeto?

Resp.: Há dois projetos: teatro e dança. A idéia do teatro é encenar não apenas a realidade para a comunidade, em temas como drogas, sexualidade e conflitos familiares, mas mostrar um pouco da história do Brasil, especificamente para os turistas. Então, por exemplo, encenar na cidade alta a chegada dos portugueses em Pernambuco, em Igarassu especificamente, com meninas vestidas como senhoras de engenho, os negros podem ficar segurando aquelas enormes sombrinhas, conversando com os turistas e dando as boas-vindas, apresentando a cidade, falando com o sotaque português e os meninos negros falando com o dialeto escravo. O problema deste projeto é a falta de dinheiro; nós não temos as vestimentas, nós podemos entrar apenas com a parte humana, com a parte financeira estamos tentando fazer parcerias com empresas locais, para pagar as roupas, as perucas, a maquiagem...

Perg.: É muito complicado para a associação custear isto?

Resp.: Sim, porque nós não temos fundos. Infelizmente, muitas empresas em Igarassu e no Estado de Pernambuco ainda não acreditam nas ONGs. Não conhecem o papel das ONGs. E o outro projeto é a questão da dança: colocar apresentações na cidade alta de frevo, caboclinhos e maracatu. E transformar isto em atração. [...] As apresentações de dança, capoeira e teatro têm que ser feitas em um espaço de tempo não muito grande, até porque as agências de turismo têm um roteiro a cumprir, mas que possa beneficiar a comunidade e a empresa de turismo. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

O Sítio dos Marcos é o local onde Duarte Coelho Pereira desembarcou em 1535, vindo de Portugal para tomar posse da Capitania de Pernambuco. Após permanecer alguns meses nesta área, organizou incursão ao interior da capitania, que viria a fundar a Vila de Igarassu em setembro daquele ano.

A primeira proposta de transformar o Sítio dos Marcos em atração turística foi feita no final dos anos 1970, por Rosa Maria, então secretária municipal de turismo. O local ficou abandonado e coberto pelo mato até o final dos anos 1990, quando Rubens Conde elaborou projeto para dotar o local de infra-estrutura turística e restaurar a réplica do marco de pedra original colocada no local:

A cinco quilômetros do centro histórico o visitante encontra o único marcador de capitânias hereditárias existentes no país: hoje um atrativo que resiste ao tempo e ao homem. O Marco de Pedra é o ponto que demarcava os limites entre as capitânias de Pernambuco e Itamaracá. No local, Duarte Coelho tomou posse da capitania de Pernambuco. O projeto da prefeitura prevê acesso ao lugar, refazendo os caminhos do donatário, que em 1535 fundou a vila de Igarassu e, dois anos depois, a de Olinda. A trilha turística segue até a Coroa do Avião, num passeio ecoturístico que inclui passeios de barco e banhos nas piscinas naturais do local. (Jornal do Comércio, 02.10.1997).

O projeto “Refazendo os caminhos de Duarte Coelho” foi apresentado ao Sistema de Incentivo à Cultura do Estado de Pernambuco (FUNCULTURA), sendo aprovado e contemplado com R\$ 133.422,98: “O projeto prevê o agenciamento paisagístico da área do entorno do marco, com a construção de praça arborizada, área para eventos, estacionamento, bancos, gruta, quiosque para informações turísticas e comercialização de artesanato”.²³⁶

²³⁶ É difícil referenciar as informações recolhidas na FUNDARPE. A pasta do projeto possui diversos documentos, muitos sem identificação suficiente, e as informações são consideradas confidenciais pelo órgão estadual. Maxi Oliveira, diretor de promoções e eventos da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, diz que não há nenhum documento sobre este projeto na secretaria municipal. Em virtude

Entre outros, o projeto tinha por objetivos:

Resgatar a memória histórica de Pernambuco e do Brasil, através da revitalização do Sítio dos Marcos, onde está erguido o marco real de pedra, divisório das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, transformando-o em um importante pólo de turismo histórico-cultural e natural. [...] Criar oportunidades de negócios para a comunidade local. [...] O aumento de turistas ao Sítio dos Marcos contribuirá para o aumento da geração de empregos, elevando também a renda da população e promovendo uma maior conscientização da importância da sua identidade histórico-cultural dentro do cenário de Pernambuco e do Brasil.

De acordo com documentos da pasta da FUNDARPE, o projeto teve um custo total de R\$ 514.089,42 e foi concluído em fevereiro de 2000. A verba do FUNCULTURA foi destinada ao agenciamento e paisagismo do Sítio dos Marcos (R\$ 33.703,98), conscientização e mobilização da população (R\$ 82.246,00) e capacitação de recursos humanos e treinamento de pessoal (R\$ 11.473,00)²³⁷.

O projeto previa também, numa segunda fase, a construção de ancoradouro na Praia dos Marcos, perto do Sítio dos Marcos, para embarcações que levariam os turistas e visitantes a um passeio até a Coroa do Avião, mostrando a mesma paisagem que Duarte Coelho viu em 1535, quando chegou a Pernambuco.

O projeto consumiu aproximadamente R\$ 500.000,00, mas nunca conseguiu atrair muitos turistas. Uma das causas disto é que ele ainda não foi concluído, conforme Márcio Rodrigues, perguntado sobre o que aconteceu com o projeto 'Refazendo os caminhos de Duarte Coelho', que contou com aproximadamente R\$ 500.000,00 do governo estadual, PMIG e da empresa GERDAU:

disto, optou-se por não referenciar as citações retiradas de materiais da pasta do projeto na FUNDARPE.

²³⁷ As verbas para capacitação de recursos humanos e treinamento de pessoal foram redirecionadas para a construção de placa luminosa na BR-101 Norte, na divisa entre os municípios de Igarassu e Abreu e Lima, a pedido do secretário municipal Rubens Conde. Esta placa foi retirada no início de 2001.

Eu acho que foi menos de R\$ 500.000,00, e foi um projeto proposto pela PMIg ao sistema de incentivo à cultura estadual, então não teve dinheiro do governo estadual. A GERDAU, que tem uma unidade no município, propôs-se a dirigir parte do seu ICMS para o projeto. [...] Ali é um sítio arqueológico de primeira mão, porque existem muitos objetos a serem encontrados para contar a história do início da colonização do Brasil. [...] O prefeito desapropriou a área onde foi fincado o marco de pedra e criou uma praça com quiosque, jardim, iluminação e telefone público, junto com algumas melhorias de acesso – uma estrada de barro, sem pavimentação e drenagem. A segunda etapa seria pavimentar e drenar a estrada de acesso. A terceira etapa seria desapropriar a área que fica entre o marco e o Canal de Santa Cruz, com 300 ou 400 metros. [...] Os proprietários são de Belém do Pará e compraram aquela área para investir em terra, pensando no futuro fazer algumas pousadas, mas, como o turismo no litoral norte não está muito atrativo, eles estão com a área para o futuro. [...]

Perg.: Mas hoje não é um ponto de consumo turístico, é?

Resp.: Não, porque faltaram estas etapas importantes para se consolidar o projeto. Para um ônibus de turismo, a estrada tem algumas curvas muito acentuadas, e houve alguns avanços dos donos de sítios que ficam nos limites da estrada, que praticamente impossibilitam a entrada dos ônibus de turismo. [...] O prefeito Severino já fez um pedido ao deputado federal Miguel Arraes, para que ele apresente uma emenda parlamentar para pavimentar e drenar a estrada. Não é que o projeto parou, mas ele não teve como ter continuidade nas outras etapas por falta de recursos.

Perg.: Houve recursos municipais próprios, ou apenas do FUNCULTURA e da Gerdau?

Resp.: Houve recursos municipais, mas na parte de infra-estrutura: as máquinas para melhorar a estrada e a terraplanagem da área, mas eu não tenho detalhes nem certeza sobre isto. Quem conduziu o processo foi Rubens Conde ainda. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

De acordo com guias avulsos e mirins entrevistados durante o trabalho de campo em Igarassu, o Sítio dos Marcos nunca foi muito visitado por turistas, pois não há nada para se fazer lá. Há apenas uma praça, uma cabana, sempre fechada, e a réplica do marco de pedra original. O ancoradouro, que possibilitaria passeios de barco entre o Sítio dos Marcos e ilha Coroa do Avião, nunca saiu do papel. Inaldo Félix diz:

Nós temos um leque de produtos. Temos o relógio solar, que fica em Araripe e não é explorado, e o Sítio dos Marcos, que foi onde tudo começou e é um ícone da cidade. Houve um projeto para a revitalização do Sítio dos Marcos, que começou a ser implantado, mas foi interrompido por um

O projeto foi contemplado com R\$ 133.422,98 do FUNCULTURA, mas os três gastos correspondem a R\$ 127.422,98. Não há discriminação, em nenhum outro documento, dos outros gastos do projeto, que totalizam R\$ 514.089,42.

motivo que eu desconheço. O projeto consistia em o turista sair de Igarassu, chegar ao Sítio dos Marcos, ver onde Duarte Coelho chegou e o marco de pedra e seguir o passeio de barco, visitando a Coroa do Avião, Vila Velha e Forte Orange. O projeto acabou não sendo operacionalizado. É um local que, mesmo sendo a origem de tudo, não é muito valorizado, até mesmo pelos próprios igarassuenses. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Jorge Barretto aponta a falta de resultados práticos do projeto, quando instigado com minha observação: “Ele [Rubens Conde] fez este projeto [novo ‘Pólo Pina’] e o ‘Refazendo os Caminhos de Duarte Coelho’...:

Ele apenas implantou o “Refazendo os Caminhos de Duarte Coelho”. O projeto já existia nos anos 1970, foi uma idéia de Rosa Maria, então secretária municipal de turismo. [...] O projeto está meio parado, no meio do mato, apesar de a estrutura estar toda montada.

Perg.: Foram gastos quase R\$ 500.000,00 neste projeto, entre recursos municipais, do FUNCULTURA e do Grupo Gerdau, não é?

Resp.: Sim. O problema é que sempre se gastou muito dinheiro em projetos que geraram poucos resultados. Agora, a filosofia é fazer ações mais simples, mas que gerem retorno para a cidade. De que adiantou gastar R\$ 500.000,00 no Sítio dos Marcos? (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Na entrada da Estrada dos Marcos, há duas placas de sinalização, que Márcio Rodrigues não retirou quando dos planos de implementar nova sinalização turística em Igarassu, em 2001. Em uma, lê-se “Aqui nasceu Pernambuco”, em razoável estado de conservação. A outra placa está ilegível, enferrujada e torta, quase caindo no chão. A Estrada dos Marcos é em terra batida, com muitos buracos e ondulações. A pista é única, com apenas um sentido; é possível passar apenas um carro de cada vez. Em muitos pontos, granjas ocupam irregularmente o acostamento. O acesso ao Sítio dos Marcos é muito difícil em época de chuvas. Há outras placas de sinalização do Sítio dos Marcos no trajeto, todas enferrujadas e deterioradas.

A visita ao Sítio dos Marcos aconteceu em 21.07.2005. No local, não há absolutamente ninguém. O Sítio dos Marcos consiste de uma praça, cujo único mobiliário urbano são lixeiras da PMIg. Há uma caixa d’água, em mau estado de conservação, uma pequena cabana, fechada, a réplica do marco de pedra e uma placa de inauguração do projeto, onde está escrito:

Marco de Pernambuco: Este marco de pedra foi erguido por Duarte Coelho 09 de março de 1.535, assinalando a separação das capitanias de Pernambuco, da qual era donatário, e Itamaracá. Trata-se de uma réplica da peça original, que faz parte do acervo do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Em maio de 1.997, o prefeito de Igarassu, Yves Ribeiro, deu início à implantação do projeto “Refazendo os caminhos de Duarte Coelho” para comemorar os 500 anos do Descobrimento do Brasil. Neste local, segundo o professor Marcos Albuquerque, da UFPE, foi implantado o primeiro assentamento europeu em terras brasileiras²³⁸.

O Sítio dos Marcos é cercado por cercas de arame farpado, já que as terras em volta são ocupadas por granjas particulares. O projeto da PMIg de construir um ancoradouro na foz do Canal de Santa Cruz, perto da Praia dos Marcos, ainda não saiu do papel, e a porteira que dá acesso à praia está fechada com cadeado. A réplica do marco de pedra está degradada, com a perda de detalhes em alto relevo. De certo modo, parece estar em pior estado de conservação do que o original, que ficou quase 400 anos ao relento.

O Sítio dos Marcos será alvo de nova intervenção da PMIg, de acordo com Antônio Correia, secretário de planejamento, patrimônio histórico e meio ambiente²³⁹:

Segundo Correia, a cidade recebe uma média de 1,6 mil turistas por mês. “Para incrementar o fluxo estamos com o projeto de pavimentação da estrada que dá acesso ao local onde Duarte Coelho desembarcou em março de 1.535.” Hoje o trajeto só pode ser feito por via de barro. A verba de R\$ 100 mil já foi liberada pelo Ministério do Turismo e deve estar disponível em dois meses²⁴⁰. (Jornal do Comércio, 27.10.2005).

O Sobrado do Imperador, localizado na parte alta do sítio histórico, perto da Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, já foi sede do Fórum Municipal e Museu Histórico de Igarassu. Desde 1974, o imóvel aguarda serviços de restauro e nova utilização; trata-se,

²³⁸ O nome Yves Ribeiro aparece em letras maiúsculas e em negrito na placa comemorativa; Duarte Coelho é escrito sem nenhuma distinção.

²³⁹ A função de conservar o patrimônio histórico de Igarassu foi transferida da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes para a Secretaria de Planejamento, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente no início de 2005, na gestão Severino. Apesar disto, a pasta de turismo continua a elaborar projetos de restauro de monumentos, como a recuperação do Sobrado do Imperador.

²⁴⁰ Jorge Barretto, Maxi Oliveira, Inaldo Félix e guias avulsos e mirins demonstraram não conhecer o projeto de pavimentar a estrada de acesso ao Sítio dos Marcos; ao que parece, é um projeto que não contou com a participação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu.

atualmente, do único monumento em avançado estado de deterioração do sítio histórico de Igarassu:

O “Casarão de Igarassu”, a conhecida casa que hospedou D. Pedro II quando de sua visita à histórica cidade, e que mais tarde funcionou como Fórum, encontra-se fechado. A Prefeitura aguarda instruções do Patrimônio Histórico, para iniciar as reformas. (Diário de Pernambuco, 28.02.1975).

Na segunda gestão Yves Ribeiro, foi elaborado um projeto de revitalização do Sobrado do Imperador, que objetivava transformar o local em memorial do maracatu. Márcio Rodrigues, perguntado sobre o Engenho Monjope e o Sobrado do Imperador e por que os projetos de restauração ainda não saíram, diz:

No caso do Sobrado do Imperador, nós trabalhamos junto com o IPADE, o IPHAN e o Ministério da Cultura; apresentamos o projeto, mas ele não foi liberado em Brasília. O IPADE foi o instituto que conduziu, junto com o IPHAN, o projeto de restauro do Museu Histórico de Igarassu. [...] O projeto do museu saiu, pois houve emendas parlamentares dos deputados Pedro Eugênio e Roberto Freire: isto abriu caminho para que o projeto do museu saísse. Foram apenas R\$ 100.000,00, o restante dos trabalhos foi pago pela gestão municipal, eu acho que ficou em torno de R\$ 300.000,00. [...] Como era prioridade do nosso governo, nós investimos mais no museu. [...] O projeto do Sobrado do Imperador foi encaminhado, mas não foi aprovado.

Perg.: Qual era a utilização proposta ao Sobrado do Imperador?

Resp.: Ele foi pensado como centro cultural. Nós temos em Igarassu um patrimônio imaterial, que é o Maracatu Estrela Brilhante, o mais antigo do país²⁴¹. [...] Nós pensamos em fazer um memorial do maracatu, com oficinas para a confecção de alfaías e de roupas, além de mostrar o maracatu rural que temos, o Águia de Ouro. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Jorge Barretto, no começo da gestão Severino, diz:

O projeto [de restauro do Sobrado do Imperador] existe, mas eu não sei quando ele será implantado. [...] O projeto está pronto, inclusive com destinação para a casa.

Perg.: Qual é a verba necessária?

Resp.: Este é o detalhe. [...] O projeto que eu vi, nas mãos do ex-prefeito de Igarassu, Yves Ribeiro, orçava a recuperação na faixa de R\$ 1.000.000,00.

²⁴¹ O Maracatu Estrela Brilhante foi fundado em 1824, na cidade de Igarassu.

[...] Ele seria transformado no Museu do Maracatu ou, se não me falha a memória, em um cine teatro. Eram as duas opções que existiam para a Casa do Imperador. Com a mudança de prefeito em 2005, nós não sabemos se este projeto será contemplado, pelo menos, com a destinação final do bem.

Perg.: Qual é a sua opinião sobre este projeto?

Resp.: O projeto é bom, muito bem elaborado, agora se pode questionar o que foi escolhido para a utilização do bem. Eu não faria, por exemplo, a Casa do Maracatu lá. Não existe nenhuma vinculação entre a Casa do Imperador e sua história e esse destino. Eu colocaria lá a secretaria de turismo, e, na parte de baixo, faria um quiosque para os guias municipais. Já existe uma alça para o estacionamento dos ônibus, eu cuidaria de reordenar esta parada, para os ônibus não pararem no Largo de Cosme e Damião. A partir dali, você começaria a reordenar todo o núcleo histórico. E, onde hoje existe a secretaria de turismo, em uma casa que pertenceu a ex-escravos, eu montaria o Memorial do Maracatu. Porque aí existe um relacionamento entre a história da própria casa e a destinação que se quer dar à edificação. E você tem, inclusive, uma área ao lado para fazer os ensaios de maracatu, que não existe no Sobrado do Imperador. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

Inaldo Félix aponta que a recuperação do Sobrado do Imperador é prioridade da gestão Severino (2005-2008): Pergunto se há algum projeto de restauro do Sobrado do Imperador:

Ele tem um projeto faz muito tempo para restauro, e está parado, ainda não se conseguiu fazer nada. Eu sei que a PMIg tinha um plano de começar a trabalhar no monumento em setembro deste ano [2004], mas não foi para a frente. Este projeto contava com verbas federais do Ministério da Cultura, que financiaria parte do investimento. [...] Recentemente, o telhado do Sobrado do Imperador caiu, e o prefeito eleito de Igarassu disse que o primeiro passo na prefeitura é a restauração do Sobrado do Imperador e transformar o monumento em mais um atrativo turístico. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

De acordo com Jorge Barretto, a recuperação do Sobrado do Imperador possibilitará um novo padrão de exploração turística do sítio histórico de Igarassu, com a resolução de problemas de estacionamento irregular de ônibus e *vans* de turismo no Pátio dos Santos Cosme e Damião, presença de guias avulsos, falta de informações turísticas da cidade, entre outros. Maxi Oliveira, diretor de promoções e eventos, também aponta a recuperação do Sobrado do Imperador como a redenção de Igarassu, a partir de sua transformação em sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e posto de informações turísticas. Jorge Barretto diz que há uma emenda parlamentar do deputado federal Roberto Magalhães, no Orçamento Geral da

União, para a recuperação da edificação. Segundo ele, o prédio será fundamental para mudar o padrão de exploração turística presente em Igarassu:

O Sobrado do Imperador servirá de sede à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu, e será o pólo catalisador das atividades turísticas na área. Haverá um posto de informações turísticas e as paradas dos ônibus não serão mais no largo, mas na alça que existe em frente ao edifício. O guia da associação ficará lá esperando os turistas, para acabar com esta desordem que você vê aí em frente. [...] A idéia é, terminada a restauração do Sobrado do Imperador, reordenar toda a política de trânsito e circulação dentro do sítio histórico. Com isto, estes guias avulsos serão enquadrados. [...] Nós trataremos desta questão dos guias avulsos a partir da recuperação do Sobrado do Imperador, pois haverá uma nova infra-estrutura da cidade. [...] Com o Sobrado do Imperador recuperado, a secretaria municipal terá à disposição quatro guardas municipais no sítio histórico. As coisas realmente vão acontecer, mas tudo isto depende da recuperação do Sobrado do Imperador. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Ao que parece, a Secretaria de Planejamento, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente, responsável pelo projeto de restauro do monumento, não tem conhecimento dos planos da equipe de turismo da PMIg:

Outra obra prevista é a recuperação do sobrado do imperador dom Pedro II. O Ministério da Cultura disponibilizou R\$ 100 mil e a Prefeitura aguarda a liberação de mais R\$ 112,5 mil da Petrobrás Cultural. Após a restauração, a idéia é transformar o local em um centro de oficinas do Maracatu Estrela Brilhante²⁴². (Jornal do Comércio, 27.10.2005).

A crença de que grandes projetos de fomento ao turismo e conservação patrimonial mudarão o padrão de exploração e desenvolvimento turístico permeia a atuação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, sem que problemas básicos da cidade, como a presença de guias avulsos e estacionamento irregular de veículos de turismo no Pátio dos Santos Cosme e Damião, sejam resolvidos.

Enquanto o projeto de restauro do Sobrado do Imperador é discutido intensamente na secretaria, de acordo com Jorge Barretto e Maxi Oliveira, questões como o valor do ingresso do MHI e Igreja e Convento de Santo Antonio e capacitação e treinamento de funcionários da

²⁴² O restauro e transformação do Sobrado do Imperador em oficina do Maracatu Estrela Brilhante era o objetivo do projeto de Márcio Rodrigues. De acordo com a reportagem, o responsável pelo novo

PMIg que trabalham nestes locais, entre outras, não constam das preocupações dos principais integrantes da equipe municipal de cultura e turismo.

A falta de memória administrativa na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes torna difícil analisar mais detidamente os diversos projetos e propostas elaborados nos últimos anos pela pasta. O trabalho de campo, realizado em 2004 e 2005, não conseguiu encontrar cópias de documentos feitos na primeira gestão Yves Ribeiro (1997-2000). Da mesma forma, não foi possível encontrar pessoas que exerceram cargos importantes na área de turismo municipal, como Rubens Conde e Rosa Maria.

A descontinuidade administrativa é outro problema sério enfrentado pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu, conforme atesta Jorge Barretto em resposta à minha pergunta, “Existe o problema da descontinuidade administrativa em Igarassu?”:

Infelizmente sim. Agora não mais, pois o grupo atual está no poder há oito anos. [...] Mas, oito anos atrás, quando este grupo político assumiu, houve uma ruptura em relação ao que estava sendo feito. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

Em 2002, a E.L.T. Consultoria Ltda., que conta com a mesma equipe de trabalho do Instituto ADM&TEC, elaborou um plano de desenvolvimento turístico de Igarassu, através de uma parceria entre SEBRAE-PE e PMIg (E.L.T. CONSULTORIA; IGARASSU; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE PERNAMBUCO, 2002). A maior parte do documento consiste na reprodução de partes do Inventário do Potencial Turístico de Igarassu, elaborado pela própria PMIg, e caracterização social e econômica do município. Conforme Márcio Rodrigues:

[...] Nós fizemos o plano de gestão do turismo, que é uma visão de médio e longo prazos para o turismo de Igarassu, feito em conjunto com o SEBRAE-PE e uma consultoria especializada. Ele foi uma vitória da nossa gestão. Outra coisa foi o esboço de um plano de gestão para a conservação do patrimônio, cuja primeira etapa foi a restauração do Museu Histórico de Igarassu. Nós temos que pensar a gestão do turismo a médio e longo prazo, e a continuidade da gestão com o prefeito Severino será importante para que as coisas se consolidem, inclusive este plano de gestão prevê uma estrada

projeto de restauro do Sobrado do Imperador é Antônio Correia, Secretário de Planejamento, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente de Igarassu.

alternativa ligando o centro histórico às praias da Coroa do Avião e do Capitão²⁴³. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

O documento elabora proposições para fomentar o turismo em Igarassu, mas sem especificar meios de implementar as propostas, prazos, responsáveis, fontes possíveis de financiamento e investimento necessário; segue-se a linha do “Eu acho que...” na maior parte do texto. Problemas sérios do sítio histórico, como a presença de guias avulsos na parte alta, “favelização” do entorno, com problemas de tráfico de drogas e prostituição, amadorismo na administração de monumentos e atrações turísticas, entre outros, não são abordados em nenhuma parte do plano.

O fomento ao turismo em Igarassu, de acordo com as proposições do documento, passa por grandes projetos: construção de via que ligue o sítio histórico municipal à Praia do Capitão, evitando a necessidade de passar pela BR-101, e construção de mais dois ancoradouros na cidade, além do *pier* previsto no projeto Circuito Náutico de Pernambuco da EMPETUR, além de outras ações.

Jorge Barretto, Maxi Oliveira e Inaldo Félix não conhecem o plano elaborado pela ELT Consultoria. Apesar do atual prefeito de Igarassu ter sido vice-prefeito de Yves Ribeiro no período 1997-2004, não houve continuidade administrativa na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Maxi Oliveira confirma, a partir da minha questão, “Havia, na gestão passada, um diretor de promoções e eventos? Quem era ele?”:

Havia, mas eu não tenho certeza, não cheguei a conhecer pessoalmente. Se eu não me engano, era o senhor Rubens Conde. Ele fez parte da equipe do ex-secretário Márcio Rodrigues, que hoje é o secretário de turismo do Paulista. [...]

Perg.: Você falou que não há nenhum projeto na secretaria...

Perg.: Na verdade, nós estamos elaborando projetos...

Perg.: Vocês não pegaram nenhum projeto da gestão passada?

Resp.: Não, estamos elaborando projetos... [...] Não houve nenhum encontro, nenhuma transição entre a equipe de turismo passada e atual.

²⁴³ Após o fim da entrevista, Márcio Rodrigues disse-me que o projeto não acrescentou nada de novo ao conhecimento da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu, com uma única exceção: a proposta de construção de uma estrada que ligue o sítio histórico de Igarassu à Praia do Capitão.

Nunca houve uma reunião ou encontro para sabermos o que a gestão passada fez ou deixou de fazer. [...] Eu não conheço o antigo diretor de promoções e eventos. [...] Eu não tive acesso a nenhum projeto da gestão passada. A atual equipe, que veio toda do Recife, está começando do zero. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

Na parte final da primeira entrevista com Jorge Barretto, após o entrevistado defender algumas ações da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, eu questiono o fomento ao turismo na cidade, caracterizando a atividade, em Igarassu, como predatória e, de certa forma, regressiva. Pergunto: “O turista que visita Igarassu, chamado de ‘passante’, não deixa muito pouco dinheiro aqui?”:

Quase nada.

Perg.: E, de certa forma, ele não dá prejuízo a cidade?

Resp.: Na perspectiva de que ele suja...

Perg.: Ele tira fotos com uso de *flash* e degrada a Igreja dos Santos Cosme e Damião...

Resp.: Sim, hoje o custo dele é maior do que o benefício.

Perg.: Eu gostaria de saber se você compartilha este pensamento: a PMIg gasta muito dinheiro para manter o MHI e as igrejas, paga bolsas aos guias mirins, mas os turistas muitas vezes entram apenas na Igreja dos Santos Cosme e Damião, que não cobra ingresso, não têm um lugar para comprar nada e voltam ao ônibus. Num município relativamente pobre, comparado ao Recife, a PMIg não está pagando para que um turista venha visitar a cidade?

Resp.: Sim, mas acreditando que, no futuro, isto possa ser revertido. Agora, eu volto à questão que falei anteriormente a você: se o município não prepara uma infra-estrutura... Por exemplo, têm-se a idéia de implantar um pólo de gastronomia no sítio histórico, que seria utilizado nos fins-de-semana. São idéias antigas...

Perg.: Sim, mas já houve um projeto...

Resp.: Não!! São apenas idéias que se discutem na secretaria. Eu tenho vinte e sete anos na Secretaria de Turismo de Igarassu, então eu já vi muitas coisas serem discutidas, tanta coisa ser jogada fora, tanta coisa ser feita e... às vezes, nada redundar em nada, não é? [...] Nós tivemos algumas conquistas interessantes nestes últimos oito anos: a retomada das obras de restauração da Igreja e Convento de Santo Antonio, o contrato com Viana do Castelo, que transformou Igarassu e este município português em ‘cidades-irmãs’. Há uma série de atividades que foram feitas em conjunto com o IPHAN, como a restauração do prédio e de parte do acervo do MHI, a sinalização turística que foi implementada na época, avançou-se muito.

Mas chegou em um determinado momento que parou. [...] Há pouco mais de um ano, em cima dessa idéia que eu disse; o município é muito pobre e tem uma série de problemas. Se a gente continua investindo apenas aqui e não tem um retorno mais rápido, é melhor desacelerar o que está sendo feito, para fazer com mais calma e para não haver uma demanda superior à nossa capacidade de receber bem o turista. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

Na penúltima entrevista do trabalho de campo, Jorge Barretto coloca que o restauro do Sobrado do Imperador revolucionará o turismo no sítio histórico de Igarassu, com a solução dos problemas de estacionamento irregular no Pátio dos Santos Cosme e Damião, presença de guias avulsos na parte alta, falta de segurança e ausência de infra-estrutura turística. Questiono a posição do entrevistado, com base nos resultados deste padrão de intervenção nos últimos trinta e cinco anos, com a pergunta:

Perg.: Deixe-me apresentar uma opinião pessoal: nestes últimos trinta anos, poucas cidades do Brasil conseguiram recuperar seu patrimônio como Igarassu. A Casa de Câmara e Cadeia chegou a estar em semi-ruínas, a Igreja e Convento de Santo Antonio quase perdeu seu acervo, a Igreja dos Santos Cosme e Damião sofreu várias intervenções, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento foi restaurada nos anos 1970 e a Capela de São Sebastião foi restaurada pelo PCH. Ou seja, quase todos os monumentos históricos da cidade, que estão hoje bem conservados, estavam com sérios problemas de conservação há trinta anos atrás. É o oposto do que ocorreu em diversas cidades históricas do país. Atualmente, o único monumento em mau estado de conservação é o Sobrado do Imperador. A PMIg tem uma proposta para restaurar o Sobrado do Imperador, com custo de aproximadamente R\$ 1 milhão, que, segundo ela, dará um novo direcionamento ao desenvolvimento turístico da cidade, junto com a nova equipe da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Mas me parece que algumas ações necessárias a este novo direcionamento são muito simples e não dependem de grandes investimentos. Os ônibus de turismo podem ser retirados do Pátio dos Santos Cosme e Damião com a presença de apenas um guarda municipal ou policial militar, que impeça o estacionamento irregular ou multe os veículos. A colocação de estacas em volta do pátio impediria também o estacionamento de veículos de passeio, fato comum no local. Eu sempre fico com a seguinte noção: gasta-se 90% dos recursos necessários ao restauro dos monumentos, mas sempre faltam os 10% relativos à gestão destes equipamentos e do sítio histórico como um todo. Fazer com que os ônibus estacionem na alça depende de soluções que custam muito pouco, mas elas não são efetivadas. Restaurar monumentos demanda milhões de reais e, nestes últimos trinta anos, aconteceram maravilhas na cidade. Quase todo o acervo monumental e o casario histórico foi recuperado. Você concorda com esta opinião?

Resp.: Sim.

Perg.: Nós já estamos no sétimo mês da nova gestão. O projeto de recuperação do Sobrado do Imperador parece estar bem encaminhado, mas

problemas como o estacionamento de ônibus de turismo no pátio, a presença de guias avulsos na parte alta da cidade e a ausência de um posto de informações turísticas seguem sem solução. Por quê? Há grandes obras de restauro, mas problemas graves de gestão...

Resp.: Pare a fita!!! [A gravação é interrompida] Veja bem, o grande problema de Igarassu é a política. É por isto que as coisas não vão pra frente aqui na cidade. Em meados dos anos 1990, foi feito um projeto para colocar quiosques de informação turística nas duas entradas do sítio histórico: Posto Sertã e Porta Larga. A proposta era parecida com o que existe em Paulo Afonso. Os ônibus de turismo seriam obrigados a parar em um quiosque e pegar um guia mirim, que falaria sobre a história de Igarassu, seus monumentos, distribuiria material informativo e recolheria uma taxa para sustentar o serviço. Os guias avulsos, surgidos pouco antes disto, reclamaram, e o projeto não foi pra frente. Meninos de 14, 16 ou 18 anos conseguiram fazer com que o prefeito desistisse da idéia, pois não haveria mais turistas para eles. Aqui é assim. Eu já vi uma infinidade de projetos serem feitos e não irem para a frente. Restauram-se monumentos, como você disse, mas não tem administração, nunca se resolveram problemas básicos do sítio histórico. Como eu te disse, não temos um só sanitário público. Gasta-se muito, mas o turismo não anda na cidade. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

A ênfase em grandes projetos é bem resumida na seguinte passagem da entrevista com Maxi Oliveira, após minha observação, com a pergunta: “Pelo que eu pude perceber, o gasto médio do turista ou visitante em Igarassu é baixíssimo. Ele variou, no trabalho de campo que eu fiz, de R\$ 0,07 a R\$ 0,27 por pessoa. Você vê alguma alternativa para, em curto prazo e com poucos recursos, aumentar este gasto médio dos turistas?”:

Um paliativo seria a criação de uma feira de artesanato, por exemplo. [...] Eu acho que uma feirinha de artesanato... [silêncio] Seria um paliativo, mas não podemos pensar em paliativos, temos que procurar resolver os problemas. [...] Eu acho que este gasto médio pode aumentar, mas a partir do momento em que a gente implantar os projetos. É necessário esquecer os paliativos e executar os projetos. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

A cidade de Igarassu conta com dois serviços de guias locais: avulsos, organizados através de cooperativa informal, e mirins, formalmente vinculados à Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu. Até meados dos anos 1980, não havia guias locais em Igarassu. Jovens e crianças carentes pediam esmolas na parte alta do sítio histórico, mas não sabiam prestar informações sobre a cidade e seus principais monumentos. Jorge Barretto diz: “Eu trabalho no Museu Histórico de Igarassu desde 1977, e já havia meninos pedindo esmolas de turistas no Pátio dos Santos Cosme e Damião. Só que, antes deste curso, as crianças apenas pediam, sem dar informação nenhuma.” (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

A realização de um curso de valorização patrimonial pela FUNDARPE, no início do processo de restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio, deu informações básicas sobre a história da cidade e seus principais monumentos para as crianças em regime de externato no Convento de Santo Antonio e habitantes do sítio histórico de Igarassu. Jorge Barretto diz que a criação da Associação das Meninas e Meninos de Rua de Igarassu organiza os guias e é o embrião da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu. Pergunto: “Quando eles param de pedir esmolas e começam a prestar informações aos turistas?”:

Isto começou a mudar em meados dos anos 1980, quando foi criada a Associação das Meninas e Meninos de Rua de Igarassu. Ela foi criada por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, dentro do conceito de criar movimentos sociais. Esta associação é que deu origem à Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu. Inaldo Félix foi um dos fundadores da Associação das Meninas e Meninos de Rua de Igarassu. [...] Depois do curso, amadurece a idéia de se criar uma associação de guias locais, a partir da Associação das Meninas e Meninos de Rua de Igarassu.

Perg.: E quando surgem os guias avulsos?

Resp.: Bem, Inaldo Félix percebeu que os outros meninos queriam apenas pedir dinheiro dos turistas no Pátio dos Santos Cosme e Damião. Então, ele deixou o grupo e aproveitou as chances que apareceram. Tinha um menino chamado de Juanito, muito inteligente, que eu disse para ele que, se quisesse ser guia regional, eu pagava o curso. Não se interessou, e era um menino bom. Terminou envolvendo-se com uma turma barra pesada, e teve que sair do sítio histórico. Hoje, ele vende artesanato de casca de cajá em João Pessoa. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

O curso de valorização patrimonial, dado no início do processo de restauro da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, deu noções básicas aos jovens e crianças carentes, que passam a prestar serviço de guia aos turistas que chegam em grupos de excursão ou táxis. Inaldo Félix não faz nenhuma referência à Associação das Meninas e Meninos de Rua de Igarassu²⁴⁴; nenhum dos sete guias avulsos entrevistados sabe do que se trata, inclusive o mais experiente de todos, que trabalha há doze anos na parte alta da cidade. Jorge Barretto não conhece esta proposta em detalhes, o que torna difícil analisar se esta associação fomentou, de alguma forma, a organização de cooperativa informal entre os guias avulsos da cidade.

²⁴⁴ Infelizmente, o trabalho de campo não abordou o posicionamento e opiniões de Inaldo Félix sobre a criação e atuação da Associação das Meninas e Meninos de Rua de Igarassu, formação da Associação dos Agentes de Viagem de Igarassu ou seu trabalho como guia avulso.

Jorge Barretto explica as transformações ocorridas no serviço de guias avulsos, a partir de meados dos anos 1980:

Esta associação, lá no começo, era simplesmente um grupo de meninos que se reunia e ordenava quem abordava cada grupo de turistas, ficando as gorjetas com o guia que atendia. Depois, mais experientes, os meninos instituíram um esquema de cooperativa, com o rateio, no final do dia, de todo o dinheiro recolhido. E, com o passar do tempo, eles começaram a ter a idéia de fundar uma associação formal, para controlar o atendimento a turistas na cidade. A associação foi fundada e organizada formalmente, mas, para receber subvenções do Conselho da Criança e do Adolescente, teve que se enquadrar no público-alvo: menores de idade.

Perg.: Então, isto gerou uma exclusão automática de uma série de guias de turismo...

Resp.: Sim, porque só recebiam subvenção os menores de idade. E muitos preferiram prestar o serviço de forma independente. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Um experiente guia avulso coloca que, no início, era “cada um por si”, o que gerava brigas, discussões e competição entre os guias, sempre que um ônibus, *van* ou táxi parava no sítio histórico. Com mais maturidade e experiência de trabalho, instituiu-se a divisão de veículos e, depois, o sistema de cooperativa.

Os guias avulsos entrevistados colocam que a criação da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu não foi uma requisição do grupo, mas uma idéia da PMIg, que quis organizar o serviço de guia no sítio histórico da cidade. Alguns guias avulsos, como Inaldo Félix, foram aproveitados na associação, mas a maior parte optou por continuar a prestar serviços de forma independente na parte alta da cidade.

A Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu foi fundada em 10.06.1999. Trata-se de uma organização não governamental formalmente independente da PMIg, com diretoria executiva e conselho fiscal próprios. Possui sessenta e dois associados: trinta guias de turismo, com idades entre 14 e 18 anos incompletos, e trinta e dois voluntários, que ocupam cargos administrativos ou fazem parte do conselho fiscal. Alguns destes voluntários atuam também como guias locais, sem receber a bolsa da PMIg, e fazem parte do grupo de teatro e dança da associação.

A associação mantém o grupo de guias mirins que atende turistas e visitantes no Pátio dos Santos Cosme e Damião, monta palestras sobre drogas, sexualidade, meio ambiente e conflitos familiares em comunidades carentes e tem projetos para apresentar peças de teatro e manifestações culturais no sítio histórico de Igarassu. Há apenas duas fontes de recursos: transferência de R\$ 1.500,00 da PMIg à associação, para a distribuição de bolsas de R\$ 50,00 a todos os guias mirins, e rateio das gorjetas recebidas pelos guias mirins. A PMIg cede o imóvel onde funciona a sede da associação e paga as contas de água e luz; o imóvel não tem telefone. Inaldo Félix, líder e tesoureiro da associação, presta serviços à PMIg na Igreja e Convento de Santo Antonio.

As bolsas de R\$ 50,00 são repassadas pelo Conselho da Criança e do Adolescente de Igarassu, mas a associação está sob a influência da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, que controla seu funcionamento e dá o treinamento aos guias mirins.

Os guias mirins são adolescentes entre 14 e 18 anos incompletos. Eles são treinados pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e recebem bolsa de R\$ 50,00 do Conselho da Criança e do Adolescente de Igarassu. Trata-se, pelo menos na teoria, de menores de idade carentes ou em situação de risco, que recebem uma ajuda financeira da PMIg para completar seus estudos e, em troca, atendem turistas na parte alta do sítio histórico.

De acordo com Inaldo Félix, todas as gorjetas recebidas pelos guias mirins são entregues à associação e rateadas no esquema de cooperativa. Os cinco guias mirins entrevistados dizem que não repassam nada à associação; cada um fica com o dinheiro que recebe dos turistas atendidos. Eu pergunto se eles recebem gorjetas dos turistas;

Francisco²⁴⁵: Sim, alguma coisa.

Perg.: Vocês dão o dinheiro à associação, que depois redistribui...

Francisco: Eu não, fico com o dinheiro para mim.

Agamenon: Eu também não, vou dar o dinheiro para a associação para quê? Fico com ele para mim. (Entrevista em Igarassu, 21.07.2005).

²⁴⁵ Os nomes de guias mirins e avulsos citados na dissertação são fictícios.

Os guias mirins reclamam que a bolsa de R\$ 50,00 atrasa freqüentemente, sendo, às vezes, cancelada. Pergunto se a bolsa da associação, de R\$ 50,00, ajuda muito a família deles:

Francisco: A gente não conta com este dinheiro.

Agamenon: Conta não. Para mim, este dinheiro nunca valeu a pena não. É um dinheiro, sei lá, que demora muito.

Alberto: Demora muito.

Perg.: Sim, mas ele sai...

Francisco: Sim, mas, agora mesmo, atrasou três meses. Quando saiu, foram apenas R\$ 50,00.

Perg.: O que vocês fazem com o dinheiro?

Agamenon: Eu dou para minha mãe, para ela comprar alguma coisa. Não vale a pena, até passagem a gente gasta para vir trabalhar. São dois dias por semana, das 08:30 às 11:30 hs. Ninguém fica no domingo.

Perg.: Ou seja, vocês gastam mais ou menos R\$ 16,00 de passagem por mês?

Francisco: É isto. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Os trinta guias mirins revezam-se no atendimento a turistas: dez guias ficam nas segundas e quintas-feiras, dez nas terças e sextas-feiras e outros dez nas quartas-feiras e sábados, sempre das 08:30 às 11:30 hs. Não há serviço de guias mirins aos domingos.

Há aproximadamente quinze guias avulsos no sítio histórico de Igarassu; todos se concentram no Pátio dos Santos Cosme e Damião, no período da manhã. O grupo funciona como uma cooperativa informal; o dinheiro coletado dos turistas é somado e dividido por igual entre todos os que trabalharam naquele dia. Isto faz com que não seja comum acontecer brigas para atender grupos de turistas que chegam à cidade. Dos oito guias avulsos entrevistados, cinco já foram guias mirins, abandonando a associação após completarem dezoito anos. Márcio, guia avulso de apenas catorze anos, diz:

Nós aqui criamos uma associação também, que chamamos de ADII: Associação dos Embaçadores de Igarassu²⁴⁶. Muitos meninos já trabalharam

²⁴⁶ Trata-se de uma brincadeira, com referência à Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu. Embaçar, na gíria pernambucana, significa perturbar ou atrapalhar outras pessoas.

como guias da associação, só que a gente não quis ficar na associação deles, pois tem que seguir várias regras. Nem todo mundo tem calça jeans, ou o mesmo sapato que o outro tem, então a gente decidiu ficar por conta própria. Como guia voluntário, a gente ganha melhor, faz o nosso trabalho melhor. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

A maior parte dos guias avulsos são jovens entre 18 e 25 anos, que já foram guias mirins, apesar de haver alguns menores de idade. Eles se concentram no Pátio dos Santos Cosme e Damião, em frente à Igreja dos Santos Cosme e Damião, no período da manhã. À tarde, o pátio fica vazio, pois praticamente não há movimento de turistas. Jorge Barretto diz: “Os guias avulsos já foram guias mirins, e criaram uma espécie de organização silenciosa entre eles. Muitas vezes, eles cobram dinheiro dos turistas na visita a monumentos, e o visitante, com medo, dá”. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Os guias mirins, de forma geral, afirmam que a bolsa não é muito importante, pois atrasa e alguns meses eles ficam sem receber. Os guias avulsos afirmam que o trabalho no Pátio dos Santos Cosme e Damião é a única forma de eles sobreviverem, já que todos são de famílias pobres. O caso de Mateus é exemplar neste sentido. Ele tem vinte e um anos e está no primeiro ano do colegial, já tendo repetido seis vezes na escola. Atua como guia avulso na parte alta da cidade desde meados dos anos 1990. A família dele mora na periferia de Igarassu, em um apartamento pequeno, tipo COHAB. Moram sete pessoas com ele: mãe, padrasto e cinco irmãos. Todos os irmãos são menores de idade e não trabalham. A mãe está desempregada e não consegue encontrar emprego. Além de seu trabalho como guia avulso, a única fonte de renda da família é a aposentadoria do padrasto, por invalidez. Mateus afirma que precisa chegar com dinheiro em casa, senão não há o que comer²⁴⁷.

De acordo com diversos guias avulsos entrevistados, a remuneração mensal varia entre R\$ 150,00 e R\$ 250,00, de acordo com o mês. O período de maior movimento vai de novembro a janeiro. Pedro diz que o movimento de ônibus de turismo caiu muito nos últimos cinco anos. Eu pergunto: “Quantos ônibus param aqui por dia, em média?”:

²⁴⁷ Quase todos os guias avulsos entrevistados estudam, mas estão muito atrasados na escola. Mateus repetiu seis anos, Márcio tem catorze anos e cursa a quinta série do ginásio, Pedro tem vinte e um anos e cursa o primeiro ano do colegial, Olegário tem dezoito anos e está na sétima série do ginásio. Joaquim tem dezessete anos e largou a escola.

Pedro: No início da nossa carreira de guia, há sete ou oito anos atrás, chegou a parar quinze ou vinte ônibus por dia. Hoje, a média de turistas baixou muito, quando param cinco ou seis ônibus já é maravilhoso. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Não há disputa ou conflito entre os guias mirins e avulsos quando da chegada de ônibus e vans de turismo no Pátio dos Santos Cosme e Damião. Apenas os guias avulsos abordam os guias de turismo e grupos de excursão, pois os guias mirins permanecem sentados, conversando entre si ou esperando o tempo passar. Agamenon, Francisco e Alberto colocam, quando perguntados sobre os guias avulsos:

Francisco: Eles vêm quando querem e fazem o que quiser.

Agamenon: Perturbam, discutem com turistas, brigam por visitantes, saem no tapa, essas coisas.

Perg.: Vocês têm medo destes guias? Por que é que, quando chegam ônibus de turismo, eles recebem os turistas e vocês ficam atrás?

Francisco: Nós não iremos disputar com eles, porque é capaz da gente perder a vida.

Agamenon: Arrumar briga para que? Para levar um tiro?

Perg.: Quantos turistas vocês pegam em média por dia?

Francisco: Tem dias que a gente não pega ninguém, outros dá para guiar turistas. Às vezes, está lotado de gente, aí sobra turista para a gente. No verão, vêm mais turistas.

Perg.: Vocês falaram que não brigam com turistas, não querem perder a vida e tal. Os guias avulsos são tão perigosos assim?

Francisco: Depende. Depende do momento.

Alberto: A gente não pega, porque aqui os turistas são muito disputados. Aí, como você falou, por que vocês não vão em cima? Se a gente for, os guias avulsos xingam e fazem confusão. A gente vai de farda, mas os turistas não conhecem e pensam que a gente está no meio. Eu mesmo não vou atrás de turistas, a não ser que esteja tudo calmo, daí eu poderia até ir. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Os guias avulsos abordam os veículos que chegam ao Pátio dos Santos Cosme e Damião de forma organizada, sem concorrência dos guias mirins e, em alguns casos, em parceria com guias de turismo que prestam serviços às agências de receptivos. Pedro coloca, quando questionado sobre a média de ônibus param em Igarassu por dia:

Pedro: Nós trabalhamos por semana. Nós ligamos para os guias de turismo para saber quem vem para cá. A gente depende muito da LUCK Receptivo. Sem ela, resta esperar as pequenas empresas e táxis. [...]

Perg.: Os guias das agências de turismo cobram comissão sobre o que vocês recebem dos turistas?

Pedro: Não, eles não cobram comissão. Nós devemos muito a eles, pois confiam no nosso trabalho e dão oportunidade de trabalho para a gente. Nenhum cobra nada da gente, independentemente da empresa. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Jorge Barretto diz:

Os próprios guias de turismo registrados na EMBRATUR, que prestam serviços às agências [de receptivo], utilizam os serviços dos guias avulsos. É incrível, mas acontece. Alguns guias avulsos têm telefone celular, e os guias de turismo ligam para avisar quando chega o ônibus de turismo. E eles não pegam os guias mirins. (Entrevista em 20.07.2005).

Muitos guias de turismo delegam a narrativa turística de Igarassu a guias avulsos, que, depois, acompanham os turistas até a Ilha de Itamaracá, falando sobre a história de Itapissuma, Ilha de Itamaracá e litoral norte de Pernambuco. Os guias avulsos recebem gorjetas dos turistas, em geral R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 dos que decidem dar. Em duas ocasiões, o pesquisador conversou com guias avulsos sobre a fêria do serviço. Em um grupo da Asa Branca com aproximadamente trinta turistas, em janeiro de 2005, o guia avulso recolheu R\$ 18,00. Em julho de 2005, Mateus recolheu R\$ 22,00 de um grupo de aproximadamente quarenta turistas da MARTUR Viagens e Turismo. Com o pagamento da passagem de volta ao sítio histórico de Igarassu, sobrou R\$ 20,00, a ser dividido entre os seis guias avulsos que foram trabalhar naquele dia.

Inaldo Félix aponta que os guias avulsos são escolhidos por repassarem parte das gorjetas dos turistas aos guias de turismo, prática não aceita pela associação e guias mirins. Eu pergunto: “Qual é o relacionamento dos guias de Igarassu com as agências de viagem e guias de turismo?”:

Resp.: Com as agências de viagens, nós já tivemos ótimos relacionamentos. Este tipo de relacionamento não existe mais, em virtude do trabalho dos

guias das agências de viagens. Os guias das empresas, quando chegam a Igarassu, querem colocar os guias locais para mostrar as atrações de Igarassu aos turistas e, no final da visita, ficar com uma parcela do que estes guias mirins recebem, na forma de gorjeta. Isto, para mim, é exploração. Isto, para nós, não existe; se ele colocar um guia mirim para mostrar a cidade ao turista, o dinheiro deve ficar com o guia mirim, sem precisar dar nada ao guia da empresa. [...] Existe inclusive, na parte alta do sítio histórico, um grupo de pessoas, formado por antigos guias mirins da associação, que nós chamamos de ‘embaçadores’. Este grupo é formado por catorze pessoas atualmente. Eles sujeitaram-se a pagar uma gorjeta aos guias de agências, logo esses guias colocam eles, e não os uniformizados da associação.” (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Todos os guias avulsos entrevistados garantem que nunca repassam nada aos guias de turismo; o trabalho de campo não detectou nenhum sinal ou evidência de que há o repasse de parte da gorjeta recebida pelos guias avulsos dos turistas aos guias de turismo.

Enquanto alguns guias de turismo conhecem os guias avulsos pelo nome e têm até certa amizade, conversando amenidades durante a visita dos turistas à Igreja dos Santos Cosme e Damião, outros aceitam o serviço por medo ou impossibilidade de conhecer Igarassu sem aceitar o serviço. Quando um ônibus ou *van* de turismo pára no pátio, dois guias avulsos vão à porta do veículo e ajudam os turistas a descer, estendendo a mão para mulheres e idosos, e os encaminham para a Igreja dos Santos Cosme e Damião.

Um guia de turismo da Asa Branca diz:

Não é possível fazer nada em Igarassu sem esses meninos, quando o ônibus pára eles já estão na porta, falando sobre a cidade e mandando os turistas irem a Cosme e Damião. [...] Daí, a gente leva para Itamaracá, pois é quando eles pedem dinheiro dos turistas, não tem opção. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

O grupo e sistema de cooperativa informal montados pelos guias avulsos não são imunes a conflitos internos. Eu presenciei duas brigas a murros, pontapés e cotoveladas, entre guias avulsos, em janeiro de 2005, por problemas na distribuição da fêria.

No meio de uma entrevista, em julho de 2005, o guia entrevistado foi abordado por outro guia avulso, que queria sua parte da fêria naquele momento; a recusa de Mateus gerou uma discussão áspera, que terminou com um “você vai ver só” do outro guia.

Alguns guias avulsos já tiveram que deixar o sítio histórico, ou foram assassinados. Juanito, conforme passagem já citada da segunda entrevista com Jorge Barretto, teve que fugir para João Pessoa. No final de 2004, um guia avulso foi assassinado, em virtude do envolvimento com tráfico de drogas e pequenos delitos em Igarassu. Os guias avulsos o apontam como exceção. Pergunto a Pedro, guia avulso, se já houve algum guia avulso, ou mesmo da associação, que gerou problemas para os turistas; ele responde: “Sim, havia um guia [avulso] que praticava crimes e consumia drogas, mas o ruim, por si só, se destrói. (...) Mataram ele há oito meses, fora do sítio histórico.” (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

A narrativa turística dos guias avulsos centra-se na descrição dos principais monumentos do sítio histórico de Igarassu, com destaque para a Igreja dos Santos Cosme e Damião. São citadas datas, estilos arquitetônicos e alguns casos anedóticos. A maior parte dos guias não consegue falar sobre a história da própria cidade, enquanto origem das incursões que fundaram Olinda e João Pessoa, alvo de invasões holandesas, palco de autos da inquisição em Pernambuco, entre outros. A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, por exemplo, não faz parte da descrição dos monumentos do sítio histórico, em virtude de atritos entre freiras do convento e guias avulsos.

A maior parte dos guias avulsos aprende a história da cidade e seus monumentos no curso da PMIg, quando ainda são guias mirins. Os menores de idade, que não passam pela associação, aprendem vendo outros guias avulsos trabalharem. A falta de escolaridade e de capacitação gera uma narrativa pobre, marcada por erros de português e outras precariedades. Jorge Barretto aponta falhas no curso dado pela PMIg e a necessidade de repensar a utilização de crianças e adolescentes como guias mirins na cidade:

Hoje, isto é feito como: a pessoa salta no sítio histórico de um táxi, o próprio motorista fala sobre as atrações, ou então pega um dos guias turísticos da cidade. Os guias uniformizados da PMIg sabem falar alguma coisa sobre a cidade, embora ainda existam erros grosseiros por parte deles. Eu penso que este curso de guia turístico deveria sofrer uma reestruturação por parte da PMIg. Mas é, pelo menos, melhor do que os outros que eles pegam. Quando os turistas vêm em pacote fechado, através de empresas, geralmente o guia que acompanha o grupo também é deficiente em termos de história de Igarassu. Eu já me cansei de corrigir guias falando que a Igreja dos Santos Cosme e Damião apresenta estilo barroco, quando na verdade trata-se do rococó. [...]

Perg.: Gostaria que você explorasse mais a questão: o que você pensa dos guias mirins de Igarassu?

Resp.: Pode melhorar. [...] Este projeto precisa ser repensado. A idéia de tirar a criança da ociosidade é válida, mas, em várias cidades que já visitei, como Paulo Afonso e Cumbuco, no Ceará, não são mais crianças que atuam como guias turísticos. Crianças vão para a escola, passam o dia inteiro na escola. Quem trabalha como guia turístico são jovens, entre 18 e 21 anos, que estão desempregados. [...] Eu acho que está na hora de repensar a questão da utilização da mão-de-obra mirim. [...] A maior parte destes guias *free lancers* são meninos que pertenciam à própria associação, que completaram 18 anos e saíram. E que não se preocupam em arranjar outra ocupação. Quando os turistas chegam, eles recebem o turista de forma errada, parecem que esqueceram tudo o que aprenderam no curso que fizeram. Chegam a montar em cima dos carros que chegam, inclusive afastam as empresas de turismo daqui de Igarassu. Algumas grandes empresas, inclusive, já cortaram Igarassu de seus roteiros turísticos por conta das abordagens erradas destes não-guias. (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

A narrativa turística dos guias avulsos no Museu Histórico de Igarassu, por exemplo, apenas poupa os turistas de lerem as etiquetas das peças expostas. João, guia avulso na faixa dos quinze anos de idade, fala sobre o acervo do MHI da seguinte maneira:

[...] Este santo veio da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Pasmado. [...] Isto é uma cana de leme. [...] Esta cadeira veio de Nazaré da Mata, era usada pelo juiz. [...] Isto é uma escarradeira antiga, era usada para as pessoas cuspirem dentro. [...] (Observação participante em Igarassu, julho de 2005).

A presença de guias avulsos no Pátio dos Santos Cosme e Damião afugenta turistas e grupos de excursão de Igarassu. A simples parada de qualquer ônibus ou *van* de turismo faz com que dois ou três jovens aborem os passageiros que descem do veículo, contando a história da cidade e dizendo que trabalham como guias para sobreviver. Durante o trabalho de campo, o pesquisador observou duas *vans* e quatro táxis com turistas que pararam no Pátio dos Santos Cosme e Damião, foram abordados pelos guias avulsos e foram embora sem que os turistas saíssem do veículo. As guias do MHI afirmam que isto é freqüente, e que já aconteceu de os guias de turismo treparem no carro para ele não ir embora.

Outro problema apontado por muitos entrevistados é ligação de guias avulsos com tráfico de drogas e prostituição no sítio histórico e arredores, e a sensação de violência que a presença deles traz para quem mora ou trabalha nesta área da cidade. Em janeiro de 2005, observei

guias avulsos fumando maconha na porta da Igreja dos Santos Cosme e Damião, durante o horário de almoço dos funcionários do monumento. Muitos guias avulsos portam pequenas facas e canivetes, o que aumenta a sensação de insegurança e de intimidação sobre os guias mirins. Inaldo Félix aponta os problemas que os guias avulsos causam aos guias mirins e ao turismo em Igarassu, a partir da pergunta: “Os guias avulsos atrapalham muito os guias da associação?”:

Sim, atrapalham. Enquanto eles competiam pelos turistas apenas na questão oral não havia problemas, mas agora eles partiram para a agressão física. Eles andam armados com canivetes e com facas, muitos aparecem drogados e vendem maconha na cidade alta. A situação complicou muito desde então. Quando um guia uniformizado vai trabalhar com um visitante, os “embaçadores” empurram o guia mirim, ameaçam ele mostrando canivetes, dizem que vão pegar ele depois do passeio, chamam ele de mentiroso; tudo isto existe. [...] Certa vez, um desses meninos [guias avulsos] acompanhou um grupo de excursão e recebeu apenas R\$ 2,00. Então, esse menino esculhambou o guia da agência, esculhambou turistas e apedrejou o ônibus de excursão. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Márcio Rodrigues aponta a “favelização” do entorno do sítio histórico como principal problema para a falta de segurança e tráfico de drogas na área. Comento que muitos entrevistados consideram a presença de guias avulsos um dos principais problemas de Igarassu, e pergunto. “O que você pensa sobre isto? Foi feito algo a este respeito?”:

Resp.: [Silêncio] No início da minha gestão, não existiam os guias da associação. Havia guias em Igarassu, mas eles não eram ordenados, treinados e com farda, de uma forma organizada para atender aos turistas. Ainda na gestão Rubens Conde, foi organizado um curso de guia de turismo e criada a Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, cujo presidente é Inaldo Félix. [...] Nos últimos anos da minha gestão, começaram a aparecer uma série de outras crianças que não se propuseram a fazer o curso e o treinamento, mas que querem abordar o turista até de forma irregular, grosseira e agressiva. O problema é esse. Muitos não estudam e são obrigados pelos pais a estarem ali, às vezes até pedindo. [...] Há uma segunda agravante: devido à favelização do entorno do centro histórico, algumas crianças estão sendo usadas para conduzir drogas, segundo informações que eu comecei a ter no último ano que trabalhei na secretaria. A presença dos guias avulsos envolvia também problemas com traficantes. Com isto, eu fiquei imobilizado, porque são pessoas agressivas e que andam supostamente armadas, e o meu pessoal, que tentava conter os guias avulsos um pouco, se sentiu ameaçado, e eu não tinha como garantir a segurança dos funcionários. É um problema que a gente não vê nem percebe, mas que está nas entrelinhas.

Perg.: Sim, inclusive há consumo de drogas em algumas partes do sítio histórico...

Resp.: Como ali é o centro, eu acho que é um lugar de entrega. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

A questão dos guias avulsos está sem solução de curto prazo em Igarassu. Márcio Rodrigues diz que tentou resolver o problema no final de sua gestão na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg, mas não conseguiu envolver outros atores importantes na questão:

Nós chamamos o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar para tentar, junto aos pais, dar uma alternativa. Alguns nós colocamos na Escola Aberta Paulo Freire, que funciona no horário fora da escola normal, com atividades de formação como cursos de padeiro, de música, plantação de ervas, entre outros. O problema é que nós não conseguimos trabalhar com todos eles. Alguns foram e não se adaptaram, voltaram para ficar na ladeira, e outros quiseram ficar como guias avulsos. Nós damos uma bolsa de R\$ 50,00, e muitos acham que na ladeira conseguem mais, e muitos pais não ajudaram a gente. Agora, é um problema da área social, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Ministério Público também. Na época em que eu fui secretário, tentei organizar uma reunião na qual o Ministério Público participasse, para haver maior poder de persuasão junto aos pais, mas ela nunca aconteceu.

Perg.: Por quê?

Resp.: A gente tentou articular esta reunião, mas ela não aconteceu. [...] Convocar os pais, através do Ministério Público, e dar uma possível punição, já que a gente não tem poder para isto. [...] A gente não tem este poder de determinar que os pais mantenham os alunos na escola. (Entrevista em Igarassu, 21.07.2005).

No início de 2005, a PMIg planeja disciplinar o turismo na parte alta do sítio histórico, através da instalação de posto de informações turísticas no Pátio dos Santos Cosme e Damião e policiamento da guarda municipal. O posto de informações turísticas não sai do papel. A presença da guarda municipal consegue afastar temporariamente os guias avulsos, mas eles pressionam a PMIg e conseguem permanecer no local. Os guias avulsos falam sobre isto como uma vitória do grupo:

Pedro: O nível de organização aqui está lá em baixo, precisamos muito do apoio da PMIg neste sentido, que, infelizmente, tem um desgaste diante da gente.

Perg.: Como assim, um desgaste diante de vocês?

Olegário: No início do ano, a PMIg tentou tirar a gente daqui com a Guarda Municipal. Eles tiraram diversas vezes, mas a gente sempre voltava e acabamos ficando.

Pedro: É aí que a gente tira o chapéu para ato do nosso prefeito Severino, o Ninho. Os guardas municipais estavam aqui, ele chegou, conversou conosco, disse que nunca tinha dado ordens para os guardas municipais atrapalharem nosso trabalho, liberou e até hoje estamos trabalhando aqui. [...]

Mateus: A PMIg já tentou várias vezes retirar a gente daqui, mas não adianta. A gente sempre volta. A gente precisa do dinheiro, e aqui conseguimos ganhar R\$ 150,00, R\$ 200,00 para ajudar a família da gente. Os guias mirins só podem ficar dois dias aqui em cima, e recebem a verba atrasada. [...] A gente já falou para o prefeito Ninho: é melhor a gente ficar aqui em cima do que por aí, roubando, cheirando cola e chateando. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

Jorge Barretto aponta que o restauro do Sobrado do Imperador, com a instalação de posto de informações turísticas no monumento e presença de guardas civis, é a única saída para resolver o problema da presença de guias avulsos na parte alta do sítio histórico, como visto anteriormente.

Maxi Oliveira mostra, mais uma vez, a dependência de grandes projetos para resolver os problemas do sítio histórico de Igarassu. Pergunto:

Existe, em Igarassu, além dos guias mirins, os chamados guias avulsos ou “embaçadores”. Estes guias são apontados por muitos como uma praga em Igarassu. Já houve um diálogo sobre o que fazer com estes guias, entre a equipe da Prefeitura Municipal de Igarassu?

Resp.: A gente hoje ainda não tem o controle disto, pelo fato de não estarmos com uma estrutura pronta para receber turistas. Talvez um paliativo fosse colocar seguranças, ou um ou dois guardas municipais, para só deixar circular com turistas os guias fardados. Seria um paliativo, mas não resolve.

Perg.: Há algum projeto...

Resp.: Não.

Perg.: ...de colocar um posto da Guarda Municipal no sítio histórico?

Resp.: A proposta é colocar um posto de informações turísticas no sítio histórico. [...] Neste posto isolado, nós teríamos material informativo e publicitário, pessoas atendendo em português, inglês e espanhol e

seguranças, que fariam o controle da abordagem dos turistas pelos guias de turismo mirins. (Entrevista em Igarassu, 05.07.2005).

A promoção turística da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg resume-se à entrega de panfletos e cartazes na sede da secretaria, MHI, Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, além de manter o serviço de guias mirins na parte alta da cidade, que divulga os atrativos turísticos municipais. A PMIg não participa de feiras e eventos nem faz propaganda em rádio, revistas e televisão – com raras exceções – como a participação no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em junho de 2005. O sítio www.igarassu.pe.gov.br é mantido pela assessoria de imprensa da PMIg.

Os panfletos e cartazes turísticos de Igarassu sempre priorizaram os monumentos localizados no sítio histórico e o Engenho Monjope. Parte da folheteria dos anos 1980, elaborada pela EMPETUR, não chega a citar o Sítio dos Marcos nem nenhuma praia do município; a cidade, neste material, resume-se a seus monumentos históricos e artísticos localizados no sítio histórico.

A partir da primeira gestão Yves Ribeiro (1997-2000), duas atrações são adicionadas à folheteria produzida pela PMIg: Coroa do Avião e Sítio dos Marcos. No final dos anos 1990, a ilha é reconhecida como integrante do território do Igarassu pela FIDEM, após anos de disputa entre Igarassu, Paulista e Itamaracá, por sua propriedade.

O projeto de transformar o Sítio dos Marcos em mais uma atração turística da cidade inclui o marco de pedra nos panfletos elaborados pela PMIg. O material, intitulado “Descubra Igarassu: um dos começos do Brasil”, coloca:

Berço da história do Brasil, foi Igarassu que, em 1535, no seu Sítio dos Marcos, recepcionou a comitiva portuguesa que conduzia o então donatário, Duarte Coelho Pereira, à capitania de Pernambuco. Nesse local, a Prefeitura de Igarassu desenvolve o projeto Refazendo os Caminhos de Duarte Coelho.

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg não cataloga o material promocional distribuído na cidade. O panfleto “Descubra Igarassu: um dos começos do Brasil” e “Museu Histórico de Igarassu” foram recolhidos nos anos 1990, durante minha visita à cidade de

Igarassu, não havendo nenhuma cópia deste material nos arquivos da EMPETUR ou na sede da secretaria municipal. O material “A história de Igarassu: aqui nasceu Pernambuco” e “Descubra Igarassu: aqui nasceu Pernambuco” foi recolhido nos arquivos da EMPETUR; não há cópias deles na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.

O material “Mergulhe nesta história: aqui nasceu Pernambuco” foi elaborado na segunda gestão Yves Ribeiro, sendo reimpresso na atual gestão e entregue no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, junto com cartazes da cidade. A maior parte do folheto é ocupada por fotos, com pequeno texto sobre as atrações turísticas destacadas: Convento de Santo Antonio/Museu Pinacoteca, Igreja dos Santos Cosme e Damião, Convento Sagrado Coração de Jesus, ilha Coroa do Avião, Engenho Monjope e Sítio dos Marcos.

O texto sobre o Convento do Sagrado Coração de Jesus diz: “Foi o primeiro convento da ordem do Sagrado Coração de Jesus, fundado no Brasil em 1742”.

O texto sobre o Convento de Santo Antonio prende-se a detalhes da história do conjunto arquitetônico e paisagístico sem conexão entre si, apresenta erros grosseiros e necessita de revisão de semântica e sintaxe:

Construída em 1588 em estilo Barroco, foi o terceiro Convento Franciscano fundado no Brasil e o primeiro sob a invocação de Santo Antônio. Transformada em Escola de Noviciado no século XVII, motivo que levou a ampliação do convento, concluída em meados do século XVII. Em 1848 durante a Revolução Praieira, serviu de quartel general para as tropas revolucionárias.

O panfleto “Dive into the history”, em inglês, mostra a falta de qualidade do material elaborado pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Em primeiro lugar, todo o texto do panfleto é escrito em inglês, mas as legendas das fotos são em português: “Praia do Capitão”, “Sítio Histórico”, “Engenho Monjope”, “Igreja dos Santos Cosme e Damião” e “Coroa do Avião”. O texto, em inglês precário, apresenta desafios para a compreensão do turista em potencial:

Igarassu, (in Tupi – Indian language – ‘Canoa Grande’, which means Big Canoe in English) is a historical city, where can be found one of the most important and well-preserved architectural religious and civil complex of

Pernambuco. The historical place of Igarassu has an area of nearly 0,4 km. It's main monuments are: the Cosme and Damião Saints' Church, founded in 1535 and considered the oldest still up, in Brazil, Santo Antônio Convent founded in Brasil, where the Pinacoteca Art Museum is installed.

In the museum, an important collection of the Brazil colonial.

As a seaside city, the small island Coroa do Avião is one of the most important natural tourist attraction. With 20.000 m in extension.

The maracatu (in Pernambuco, a group of street dancing, merry-makers at Carnival time) and baque-virado maracatu; a sea food based gastronomy. Igarassu has hotels and restaurants, especially in the seaside district of Nova Cruz.

Nenhum panfleto elaborado nos últimos dez anos conta com mapa de localização da cidade e atrações turísticas, nem com instruções sobre como chegar a Igarassu e visitar seus principais atrativos. Serviços de apoio, como bares, restaurantes, meios de hospedagem e lojas de artesanato, não são abordados em nenhum material. Os guias mirins também não são citados, mesmo sendo um serviço organizado pela PMIg.

O panfleto “Mergulhe nesta história: aqui nasceu Pernambuco”, distribuído no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, indica duas atrações de difícil acesso aos turistas: Engenho Monjope e Sítio dos Marcos. A situação do Sítio dos Marcos já foi discutida neste capítulo.

O Engenho Monjope está em avançado estado de deterioração e fechado para visitas. O responsável pela área, um ex-funcionário do Camping Club do Brasil, afirmou, em janeiro de 2005, que não pode deixar ninguém entrar, em virtude de proibição da FUNDARPE. Rosa Bonfim diz:

Já ligaram para cá, por sinal fui eu que atendi, para liberar a visitação ao Engenho Monjope. Eu respondi, “- Espere aí, liberar por quê?”. E a pessoa disse: “- Porque eu cheguei lá e me disseram que a FUNDARPE tinha proibido”.

Perg.: Mas eu fui ao Engenho Monjope, tentei visitar, e me falaram que a FUNDARPE proibia a entrada...

Resp.: O que houve muito, em determinado momento, é que, no caso do Engenho Monjope, havia muitas excursões de escolas, com muitas crianças, e havia o risco de desmoroamento em determinados pontos. Então, se pedia uma determinada cautela com relação a este tipo de visita, mas com um adulto ou um turista isto não acontece nunca, mas eles usam isto como um escudo. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Em 05.07.2005, vou ao Engenho Monjope, após trabalho de campo no sítio histórico de Igarassu. Como sempre, o responsável encontra-se no bar em frente, conversando com o dono do estabelecimento. Não há ninguém no engenho, e as três placas de sinalização turística estão deterioradas. Vou ao bar e questiono o responsável sobre a visita ao monumento. Perguntei se o Engenho Monjope não estava aberto à visitação:

Resp.: Não, só com a autorização da FUNDARPE.

Perg.: Eu telefonei para a FUNDARPE semana passada e eles disseram que o engenho pode ser visitado, não precisa de autorização.

Resp.: Eles disseram isto, mas depois vão vir para reclamar de mim caso algum turista se machuque. Traga a autorização da FUNDARPE e eu deixo o senhor se balançar na torre da igreja. (Entrevista em Igarassu, 05.07.2005).

Maxi Oliveira, diretor de promoções e eventos, justifica a inclusão do Engenho Monjope e Sítio dos Marcos na folheteria da cidade, afirmando que as duas atrações são parte do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo ele, mostrar o Engenho Monjope e Sítio dos Marcos nos panfletos da PMIg é uma forma de incentivar o restauro destes monumentos.

Pergunto: “No Salão do Turismo foi distribuído o material ‘Mergulhe nesta história: aqui nasceu Pernambuco’. Além das igrejas e da ilha Coroa do Avião, foram colocadas duas atrações turísticas na parte de trás: Engenho Monjope e Sítio dos Marcos. O primeiro está em semi-ruínas e é fechado para visitação, e o segundo está abandonado. (...) Por que, neste material, foram colocadas duas atrações que não são muito acessíveis ao visitante, ao invés de colocar outras atrações como a Casa de Câmara e Cadeia, o Museu Histórico de Igarassu, as igrejas de São Sebastião e de Nossa Senhora do Livramento, entre outras coisas? Como foi feita a elaboração deste panfleto?”:

Este panfleto já existia quando nós chegamos na PMIg, ele é da gestão anterior. O que eu posso te passar é que o Engenho Monjope passa por uma reforma ainda muito vagarosa, sob a responsabilidade da FUNDARPE.

Perg.: Não é reforma, é uma pesquisa arqueológica.

Resp.: Bom, o projeto prevê a reforma.

Perg.: Sim, mas a reforma ainda não começou.

Resp.: Sim, ainda não começou, foi muito boa a sua colocação. A gente está aguardando a reforma deste complexo. [...] O projeto de recuperação do Engenho Monjope está sob a responsabilidade da FUNDARPE. É preciso que nós nos organizemos melhor e procuremos esta equipe que está responsável por este projeto. É mais uma ação que nós precisamos colocar em prática. [...]

Perg.: Você conhece o projeto de restauração e de gestão?

Resp.: Não, ainda não tive acesso a ele. No caso do Sítio dos Marcos, nós temos o mínimo de estrutura possível. Temos uma réplica, uma área pavimentada e, em março, nós realizamos uma confraternização com as escolas municipais, pois o nove de março é muito importante para nós.

Perg.: Fica a questão: o Sítio dos Marcos hoje pode ser considerado uma atração turística de Igarassu?

Resp.: Sim.

Perg.: Existe algo para se fazer lá?

Resp.: Sim, mas é preciso se avaliar da seguinte forma: nós não temos lá um ponto de apoio, apenas a estrutura física, mas está aberto à visitação, não há problemas quanto ao acesso. [...] O Sítio dos Marcos precisa ser melhor explorado, e será. Eu acho que você tem feito colocações muito pertinentes, as perguntas são muito interessantes.

Perg.: Mas eu volto ao cerne da pergunta: por que estas duas atrações foram incluídas? Trata-se de material antigo?

Resp.: Sim, é um material antigo.

Perg.: Você incluiria estes dois atrativos?

Resp.: Sim, eu incluiria, porque faz parte do patrimônio histórico municipal. Até porque é uma forma também de se cobrar uma atenção especial. Quando o turista vir as imagens do Engenho Monjope ou do Sítio dos Marcos, perguntará, “- Ah, como está esta estrutura aqui?”. Isto pode servir como um empurrão para que estas estruturas sejam melhor aproveitadas. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

Durante os meses de dezembro de 2004 e janeiro, junho e julho de 2005, não havia panfletos e cartazes para distribuição aos turistas nas principais atrações do sítio histórico: Museu Histórico de Igarassu, Igreja dos Santos Cosme e Damião e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu. Inaldo Félix aponta que o material da cidade está quase sempre em falta e, quando chega, acaba rápido:

Nós temos alguns cartazes e *folders* bastante numerosos... mas são restritos, na verdade, não é? [...] São restritos, não são impressos muitos, e, se são, são pouco divulgados na verdade. As principais empresas do *trade* turístico do estado receberam o material da cidade. [...] É bem restrito. Como eles fazem uma quantidade insignificante em relação à demanda, a PMIg solicita que a gente selecione para quem dar material. Eu não gosto de selecionar, se um turista pede eu me sinto na obrigação de entregar. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Maxi Oliveira diz que o problema não é falta de material, mas distribuição deficiente, apesar de todos os “anexos” da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes estarem localizados a menos de quinhentos metros da sede da secretaria e contarem com guias mirins ou funcionários da PMIg. Pergunto:

De forma geral, o material turístico está sempre em falta na cidade, inclusive nos diversos monumentos. E também não existe nada sobre Igarassu no Recife. Por que o material está sempre em falta?

Resp.: Serei bem sincero: o material não está em falta, o problema é que ele não está sendo bem distribuído. O material existe na nossa secretaria, que está se organizando, eu gostaria de frisar isto mais uma vez e este é mais um dos problemas que nós estamos tentando resolver. Nós precisamos criar uma forma de melhorar a nossa comunicação com os anexos da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, ou seja, os prédios históricos que funcionam e estão sob a nossa responsabilidade: Convento do Sagrado Coração de Jesus, convento franciscano, Museu Histórico de Igarassu e Igreja dos Santos Cosme e Damião. Precisamos melhorar a distribuição para estes prédios históricos²⁴⁸. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

A folheteria turística do Paulista, distribuída no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, ilustra o tipo de promoção turística presente em Igarassu nas duas gestões Yves Ribeiro (1997-2004)²⁴⁹. Foram distribuídos três panfletos no evento: praias, igrejas e ruínas de Nossa Senhora dos Prazeres. O material apresenta fotos e pequenos textos sobre as atrações ilustradas.

As ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres estão dentro de reserva de mata atlântica, em Maranguape II, bairro pobre e violento da periferia do Paulista. O folheto não indica a

²⁴⁸ A Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus localiza-se a menos de quinhentos metros da sede da secretaria, mas não conta com funcionários da PMIg ou guias mirins.

²⁴⁹ Muitas pessoas que trabalharam na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu entre 1997-2004 trabalham, atualmente, na Secretaria de Turismo, Cultura, Desporto e da Juventude do Paulista.

localização das ruínas, e não há sinalização ou posto de informações turísticas na cidade, onde o turista consiga obter instruções.

Em Maranguape II, a maior parte das ruas e estradas é esburacada, com péssima condição de tráfego em alguns pontos. Para chegar às ruínas, foi necessário solicitar constantemente informações de moradores e transeuntes. Todas as pessoas abordadas aconselham não ir até as ruínas; muitos demonstram preocupação com o meu interesse de conhecer o local:

É esquisito; melhor não ir lá não.

Foi onde estupraram e mataram duas meninas há alguns meses atrás. É muito perigoso, fica dentro do mato. É melhor não ir até lá não.

É perigoso, não tem ninguém lá. [...] Se vocês tiverem que visitar para fazer algum trabalho, é melhor chamar a polícia. (Observação participante no Paulista, julho de 2005).

A entrada para a mata onde se localizam as ruínas tem um portão, que estava fechado. A aparência é de propriedade particular. Em virtude dos conselhos recebidos da população local, o trabalho de campo não incluiu a visita às ruínas.

Márcio Rodrigues diz, quando perguntado se os panfletos apresentam atrações que os turistas já podem vir conhecer:

Exatamente. [...] Nós temos aqui, desconhecido, um patrimônio histórico vasto, que está abandonado. [...] Nós temos as ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que fica em uma reserva de mata atlântica e tem um sítio arqueológico que tentaremos fazer com que seja tombado pelo IPHAN. O único monumento tombado pelo IPHAN é o Forte de Pau Amarelo. [...] Nós não estamos indicando a visitação [das ruínas de Nossa Senhora dos Prazeres] agora, por falta de infra-estrutura. Nós estamos apenas divulgando, mas não indicamos até para não haver depredação. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

No Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, o panfleto das ruínas de Nossa Senhora dos Prazeres foi distribuído sem avisos ou contra-indicação aos visitantes do evento. Igarassu não conta com posto de informações turísticas em seu sítio histórico ou outras partes da cidade. Já houve diversos projetos para dotar a cidade deste equipamento, mas nenhum nunca saiu do papel. A atual gestão prevê a instalação de centro de atendimento a turistas e visitantes no

Sobrado do Imperador, após o restauro do monumento, que permitirá, segundo alguns entrevistados, reordenar todo o fluxo turístico na parte alta do sítio histórico.

Márcio Rodrigues diz que tentou implantar um posto de informações turísticas no sítio histórico da cidade, mas a falta de recursos inviabilizou as propostas. Minha pergunta, “Por que a cidade de Igarassu ainda não possui um posto de informações turísticas? Houve algum projeto neste sentido?”, levou ao seguinte:

Nós queríamos colocar um posto entre o Museu Histórico de Igarassu e a Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, mas não conseguimos, pois seria necessário fazer obras de construção civil ou montar um quiosque de madeira, e não tínhamos verba para isto. Então, ficamos fazendo o atendimento na sede de Turismo Igarassu, que fica a poucos metros dali, dando informações e distribuindo material na recepção da secretaria. E também na Igreja e Convento de Santo Antonio, no Museu Histórico de Igarassu e na Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, que tinha funcionários nossos. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Inaldo Félix diz que propôs à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes a instalação do posto na sede da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, sem sucesso: “Nós sugerimos a eles colocar na sede da associação um posto de informações turísticas, que, por nossa conta, iremos colocar. A PMIg não quis fazer uma parceria com a associação para montar este posto no sítio histórico”. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Maxi Oliveira aponta a precariedade do atendimento na sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, que supostamente funciona como posto de informações turísticas. Perguntei se a própria sede da secretaria não poderia servir de posto de informações turísticas, ao que ele respondeu:

[...] Sim, poderia sim. [...] Lá são fornecidas informações turísticas [...] Talvez, por isto [baixa capacitação dos funcionários da pasta], as informações não sejam passadas da melhor maneira possível, mas a recepção da secretaria funciona como um posto de informações turísticas. Não é o posto que a gente idealiza, mas, entre trancos e barrancos, funciona de maneira muito superficial. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes funciona numa casa vermelha, entre as Igrejas dos Santos Cosme e Damião e Igreja e Convento de Santo Antonio. A casa fica a menos de

cinquenta metros do Pátio dos Santos Cosme e Damião, onde se concentra o fluxo turístico. Na prática, não há atendimento a turistas no local, em virtude de uma série de problemas.

A casa não possui nenhum tipo de identificação. Quem passa em frente não tem como saber que ali funciona a sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, ou que haja distribuição de material turístico da cidade. O calçamento histórico cabeça-de-negro está desgastado, tomado pelo mato e com muitas pedras soltas. A própria PMIg construiu pequenas rampas para melhorar o acesso de carros à calçada, incentivando uma prática irregular: o estacionamento de veículos em cima do calçamento histórico.

As fotos 30, 31 e 32 mostram a sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, a situação do calçamento cabeça-de-negro e as pequenas rampas de acesso à calçada:



Foto 30 – Calçada da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes



Foto 31 – Aspecto da Ladeira dos Santos Cosme e Damião.



Foto 32 – Rampa para acesso de carros em frente à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.

Não há guias mirins ou algum funcionário que saiba prestar informações na sede da secretaria. A recepcionista limita-se a pedir que alguém traga panfletos de dentro da casa e entrega o material ao turista. Ela indica que o turista ou visitante procure os guias mirins que ficam em frente à Igreja dos Santos Cosme e Damião, que usam camisas azuis.

O sítio histórico de Igarassu não possui nenhum meio de hospedagem, nem ao menos pousadas familiares. Há apenas dois bares, que não atendem muitos turistas. O bar localizado

ao lado da Igreja e Convento de Santo Antonio abre apenas no final da tarde, pouco depois de o monumento ser fechado a visitas. Há um bar na Praça da Bandeira, que também não abre no período da manhã, e seu público é composto por habitantes locais. O cardápio do estabelecimento é sugestivo: cerveja e cachaça, nada mais.

O sítio histórico conta com apenas uma loja de artesanato, a Casa do Artesão²⁵⁰. A casa pertence à PMIg, que cedeu o imóvel em comodato a um grupo de artesãos e artistas de Igarassu para exposição e venda de artesanato. A PMIg também paga as contas de água, luz e telefone. Tentei marcar uma entrevista com a responsável pela Casa do Artesão, mas não houve interesse da pessoa em me receber.

O sítio histórico de Igarassu não tem sanitários públicos; os banheiros do Museu Histórico de Igarassu, Igreja dos Santos Cosme e Damião e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu são as únicas alternativas para o visitante necessitado. A parte alta do sítio histórico não tem lixeiras ou cestos de lixo; nem o fiteiro que fica em frente ao Museu Histórico de Igarassu preocupa-se em colocar um pequeno balde de lixo ao lado de sua barraca. Na parte baixa, há lixeiras somente na Praça da Bandeira, localizada em frente à Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Os próprios guias mirins, todos menores de idade, não têm condições adequadas de trabalho. Eles permanecem no Pátio dos Santos Cosme e Damião, em frente à Igreja dos Santos Cosme e Damião e perto dos guias avulsos. Sentam-se no chão à espera do tempo passar, ou ficam dentro da igreja conversando entre si.

O calçamento cabeça-de-negro é um elemento histórico em processo de extinção na cidade. Na parte baixa foi retirado no início dos anos 1990, para melhorar o tráfego de veículos na Rua Marechal Hermes da Fonseca e Praça da Bandeira. Na parte alta, o calçamento está em avançado estado de deterioração em diversos pontos, como no Pátio dos Santos Cosme e Damião, Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus e Ladeira dos Santos Cosme e Damião. A foto 33 mostra o estado de conservação do calçamento em frente ao Convento do Sagrado Coração de Jesus:

²⁵⁰ Há outras duas pequenas lojas, perto da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, que vendem artigos para o lar, jornais e revistas, picolés e quinquilharias.



Foto 33 – Calçamento histórico em extinção, em frente ao Convento do Sagrado Coração de Jesus.

A foto 34 mostra as dificuldades que os turistas encontram para visitar a Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus:



Foto 34 – Entrada e escadaria da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

A Ladeira do Livramento, que liga a Igreja dos Santos Cosme e Damião à Igreja de Nossa Senhora do Livramento, é o único logradouro que mantém a maior parte do calçamento cabeça-de-negro em bom estado de conservação. A passagem de veículos de passeio,

deposição de lixo e falta de serviços de manutenção começam a degradar o calçamento, com expansão do matagal e abertura de buracos. A foto 35 mostra o calçamento da ladeira, e a foto 36 alguns dos problemas de conservação, com buracos e matagal:



Foto 35– Ladeira do Livramento.



Foto 36 – Buracos e matagal na Ladeira do Livramento.

O calçamento da Praça Marechal Deodoro, feito no final dos anos 1970, está desgastado, com ondulações e muitos buracos. Uma das moradoras do casario histórico da Praça Marechal Deodoro aponta que muitas pessoas tropeçam e caem na calçada, em virtude do mau estado

de conservação; ela, inclusive, diz que quase quebrou o pé em certa ocasião. A moradora conta que foi feito um projeto para refazer a calçada em frente ao casario histórico, orçado em R\$ 6.500,00, mas o prefeito Severino disse que não tinha verbas para a obra. Ela gostaria de fazer uma calçada de cimento em frente à casa dela, mas o IPHAN não permite.

Caso um turista decida sair da Igreja dos Santos Cosme e Damião e visitar a Igreja e Convento de Santo Antonio, terá que passar pela Ladeira dos Santos Cosme e Damião, que conta com dois calçamentos: de paralelepípedo, com obstáculos para os pedestres (vegetação) e cabeça-de-negro, em péssimo estado de conservação. A foto 37 mostra o estado dos dois calçamentos em frente à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da PMIg:



Foto 37 – Caminho entre o Pátio dos Santos Cosme e Damião e Igreja e Convento de Santo Antonio.

A foto 38 mostra que não há faixa de pedestres ou sinal de trânsito no cruzamento das Ladeira dos Santos Cosme e Damião e Rua Marechal Hermes da Fonseca:



Foto 38 – Cruzamento das Ladeiras dos Santos Cosme e Damião e Rua Marechal Hermes da Fonseca.

Caso o turista queira sair da Igreja dos Santos Cosme e Damião para conhecer o casario histórico da Rua Marechal Hermes da Fonseca, terá que atravessar a Ladeira dos Santos Cosme e Damião, pois só há calçada num lado deste logradouro, e tomar cuidado com as tampas de bueiros abertas, como mostra a foto 39:



Foto 39 – Passagem da Ladeira dos Santos Cosme e Damião a Rua Marechal Hermes da Fonseca.

A implementação de sinalização turística em Igarassu foi uma das prioridades na área de turismo durante a primeira gestão de Yves Ribeiro (1997-2000):

A primeira etapa [do programa de governo] é a sinalização turística. “Numa recente pesquisa descobrimos que o visitante do Centro-Sul deixa de vir ao litoral norte-nordeste devido à falta de limpeza urbana e sinalização”, explica o secretário de Turismo, Rubens Conde. “No litoral sul você tem belíssimas praias, mas aqui, além disso, temos muita história para contar”, acrescenta. Segundo o secretário, serão fixadas 172 placas nos principais pontos da cidade, concentrados em dois pólos: no centro histórico e em Nova Cruz, incluindo a Coroa do Avião. As placas terão informações sobre a cidade em português, espanhol e inglês. (Jornal do Comércio, 02.10.1997).

A sinalização turística foi implantada no início da gestão Rubens Conde, e abarca o sítio histórico de Igarassu, as praias da cidade e algumas atrações isoladas, como Engenho Monjope e Sítio dos Marcos. Apenas três anos depois, todas as placas foram retiradas, em virtude de terem se deteriorado. Jorge Barretto diz, quando perguntado: “O que o senhor acha da sinalização turística de Igarassu, tanto de monumentos como de trânsito?”:

Já foi melhor. Na segunda administração de Yves Ribeiro, houve a implementação de uma sinalização que obedecia a padrões internacionais²⁵¹. Mas essa sinalização, por descuido, degradou-se e não foi repostada. Ela hoje é extremamente deficitária. O novo secretário de turismo, Luís Ernesto, já autorizou refazer a sinalização de Igarassu, adequando-a à nova realidade do município²⁵². (Entrevista em Igarassu, janeiro de 2005).

Maxi Oliveira aponta a falta de sinalização turística como um dos principais problemas de Igarassu, mas não apresenta projetos ou ações concretas para reverter este problema. Digo a ele, à guisa de pergunta, que “fiz um trabalho de campo em Igarassu e, até pouco tempo atrás, só havia uma placa em todo o município para se chegar ao sítio histórico, que ficava perto do Posto Sertã. Quem vem da Paraíba ou do Rio Grande do Norte muitas vezes não consegue chegar ao sítio, pois não há placas. Por que não existe sinalização turística em Igarassu? Ela foi retirada no ano 2001, faz 4 anos, e ainda não foi repostada...”:

²⁵¹ Evidente lapso de Jorge Barretto; a sinalização turística foi feita no primeiro governo Yves Ribeiro e retirada no início do segundo governo.

²⁵² O atual Secretário de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu é Almir Rouche, e a nova sinalização turística ainda não saiu do papel.

É uma pergunta que eu gostaria muito de responder, porque também não entendo como um município tão rico histórica, cultural e naturalmente não tem sequer a sinalização turística, a tão básica sinalização turística. Eu acredito que até pelo fato de não se ter despertado que o município tem, de fato, potencial turístico. [...] Estamos indo para o sétimo mês de gestão, é uma equipe que ainda mora no Recife, mas que está levando uma nova roupagem, uma nova forma de avaliar o turismo como atividade que gera emprego e renda. As concepções estão mudando. O trabalho de conscientização para o turismo leva tempo.

Perg.: Esta falta de sinalização de trânsito se repete nos próprios monumentos e equipamentos culturais. O Museu Histórico de Igarassu não é sinalizado e tem aparência de casa de família. [...] Há algum projeto para sinalizar o museu, ou que indique a pinacoteca em Santo Antonio? Existe alguma coisa neste sentido?

Resp.: Sim, a nossa Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico tem um projeto que está sendo discutido conosco. Eu posso te colocar da seguinte forma: nós passamos o primeiro semestre de gestão para conhecer o município, até porque a equipe é do Recife, para que, a partir destes seis primeiros meses, a gente possa ter parcerias, principalmente com a Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, somar informações e colocar algumas coisas em prática. Este segundo semestre promete muita coisa, muitas ações. Tivemos o primeiro semestre para conhecer melhor o município, os equipamentos e as pessoas, e o segundo semestre é de ações. (Entrevista no Recife, 05.07.2005).

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu é propriedade da Arquidiocese de Olinda e Recife. O conjunto arquitetônico e paisagístico é ocupado por oito religiosas da Ordem do Sagrado Coração de Jesus, mas não há ligação com as freiras da mesma ordem que ocupam a Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, na parte alta do sítio histórico de Igarassu.

A Igreja e Convento de Santo Antonio possui intensa agenda de atividades religiosas. Irmã Plácida responde, quando questionada sobre quais são as principais atividades da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu:

Há missas na igreja às terças e aos sábados. Há casamentos quase toda semana, festas de quinze anos, batizados, encontros de pastorais da igreja, encontros religiosos, há grupos de oração, a assembléia de Cristo reúne-se aqui quase toda semana, crismas; ainda há muitos eventos religiosos aqui. No dia de Santo Antonio, há todo ano a Procissão de Santo Antonio, em 13 de junho. Ela sempre sai de uma capela e termina aqui. Há também a trezena de Santo Antonio, além de coisas com as crianças, como a primeira comunhão, a Páscoa, e com alguns colégios também, que sempre pedem para fazer coisas aqui, como a Páscoa ou encerramento de ciclos escolares. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

O Convento de Santo Antonio funciona como escola em regime de externato; há um convênio entre a Ordem do Sagrado Coração de Jesus e PMIg. Irmã Plácida diz, quando pergunto sobre a quantidade de crianças que atualmente estudam lá:

Eu esqueci de dizer também que nós temos a escola da congregação, que é conveniada com a PMIg. A matrícula é da primeira à quarta série, as crianças passam o dia aqui. A PMIg entra com os professores, alguns funcionários e a merenda escolar, mas a diretora é da congregação. Este é o convênio que foi feito: sempre será uma religiosa como diretora da escola. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

A PMIg, além de ceder professores, alguns funcionários e a merenda escolar, paga as contas de água e luz do convento. Ou seja, além de subsidiar o funcionamento da escola, também apoia as atividades religiosas da ordem e a utilização do monumento como atração turística da cidade.

A ordem mantém uma pequena loja, na galilé, onde se vendem lembranças, artigos religiosos e artesanato. De acordo com Irmã Regina e Irmã Plácida, a loja rende entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 por semana. Irmã Plácida comenta outras fontes de renda do convento, a partir de minha pergunta sobre quais são as principais fontes de renda da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu; como isto aqui se sustenta?:

Pela providência, nós recebemos donativos. Providência divina. Quem mais contribui é Alphaville.

Perg.: O que é Alphaville? É uma empresa?

Resp.: Sim, é uma empresa de condomínios. (...) É Dr. Renato Albuquerque, da Alphaville Urbanismo S/A. Eles fizeram uma fundação, também inspirados na gente. Há mais de vinte anos, Dr. Nuno Albuquerque veio visitar Igarassu e, vendo a igreja, encontrou o trabalho das freiras de forma muito precária, e então prometeu ajudar pessoalmente. [...] todo mês ele contribui.

Perg.: O que mais? Ainda há verbas do estrangeiro?

Resp.: Sim. Há vinte e sete crianças apadrinhadas de uma instituição da REK, R\$ 63,00 por mês para cada uma²⁵³. Há outra instituição também, a ZHB, que cuida da saúde bucal das crianças. Vêm dentistas voluntários que

²⁵³ Organização não governamental alemã.

também arranjam padrinhos na Alemanha. [...] A renda das irmãs, nossa aposentadoria, tudo é colocado aqui dentro.²⁵⁴ (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

A Ordem do Sagrado Coração de Jesus fica com toda a bilheteria de turistas e visitantes do monumento. A Tabela 9 mostra a bilheteria entre 1995 e 2003, de acordo com o livro de registros mantido pela PMIg na recepção do monumento. O ingresso custa R\$ 1,00 para turistas e visitantes, R\$ 0,50 para estudantes de escolas particulares e não é cobrado para estudantes de escolas públicas. Idosos e crianças pagam meia entrada: R\$ 0,50.

TABELA 9
Arrecadação de bilheteria na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu (R\$) - (1995-2003)

Ano	Visitantes internacionais (1)	Visitantes nacionais (1)	Est. Particulares (2)	Renda total	Renda mensal (3)
1995	367,00	1.559,00	-	1.926,00	160,50
1996	341,00	737,00	25,00	1.103,00	91,92
1997	205,00	669,00	51,00	925,00	77,08
1998	259,00	884,00	69,50	1.212,50	101,04
1999	644,00	2.147,00	110,00	2.901,00	241,75
2000	1.233,00	3.120,00	289,00	4.642,00	386,83
2001	966,00	2.601,00	957,50	4.524,50	377,04
2002	1.040,00	2.514,00	1.612,00	5.166,00	430,50
2003	927,00	2.378,00	1.768,50	5.073,50	422,79

Fonte: IGARASSU, 2005c.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) O ingresso para visitar a Igreja e Convento de Santo Antonio custa R\$ 1,00.

(2) O ingresso para visitar a Igreja e Convento de Santo Antonio custa R\$ 0,50.

(3) Idosos e crianças pagam apenas R\$ 0,50 e, em algumas ocasiões, Irmã Plácida cobra apenas R\$ 0,50 de turistas e visitantes. Logo, a arrecadação real é um pouco inferior à apontada nesta tabela.

_ _ Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

A renda gerada pela bilheteria cresceu nos anos 1999 e 2000, provavelmente em virtude do fim dos trabalhos de restauro e das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, tendo se estabilizado nos anos subsequentes.

A PMIg mantém seis funcionários e prestadores de serviço na recepção do monumento, dois no período da manhã e quatro no período da tarde. Francisco Lima, funcionário público concursado, trabalha também como guia no monumento, pois participou do treinamento dado pela FUNDARPE em 1994. Os outros cinco costumam ficar na recepção, e não sabem falar muito sobre a Igreja e Convento de Santo Antonio.

²⁵⁴ Irmã Plácida não cita as receitas advindas de serviços religiosos, como realização de casamentos e batizados, e coleta em missas, talvez pela imagem de gratuidade da vida religiosa.

Os funcionários e prestadores de serviços dão as boas-vindas aos turistas, recolhem o valor da bilheteria e chamam um guia para acompanhar os visitantes ao conjunto arquitetônico. Eles também pedem que o turista assine o livro de registro, com nome, local de residência e profissão. Não encontrei, nas diversas vezes que visitei o monumento (nos meses de dezembro de 2004 e janeiro, junho e julho de 2005), material promocional de Igarassu para entrega aos turistas.

Em janeiro de 2005, havia cartões postais de Igarassu para venda na recepção, ao preço de R\$ 1,00 cada, apesar de estarem destinados a distribuição gratuita, de acordo com Inaldo Félix. A recepção da Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu não funciona como posto de informações turísticas. Alguns funcionários da PMIg não conseguem falar nem ao menos sobre o monumento no qual trabalham e não há material promocional da cidade.

O serviço de guia no monumento é prestado por Francisco Lima, guias mirins e guias da associação (mas que não são mais “mirins”). Inaldo Félix, por exemplo, presta serviços de guia de turismo à PMIg na Igreja e Convento de Santo Antonio, apesar de ficar a maior parte do tempo na sede da Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu.

O turista só pode conhecer o conjunto arquitetônico acompanhado de guia; a Igreja de Santo Antonio, sacristia e pinacoteca são trancadas à chave, para impedir que as crianças entrem sozinhas. Francisco Lima confirma, quando questionado se é obrigatório conhecer a atração acompanhado de guia: “Sim, o turista não pode percorrer a edificação sozinho. Ele não pode ficar só pois, em geral, os turistas querem fotografar e pegar nos objetos, e essas atividades são proibidas dentro da igreja. A FUNDARPE possui o direito de imagem da Igreja e Convento de Santo Antonio.” (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

Todos os guias fazem o mesmo itinerário: claustro do convento, igreja, sacristia e, por fim, a pinacoteca.

A narrativa é pobre, com foco em comentários sobre datas de construção, reforma do monumento e detalhes arquitetônicos, sem conexão entre si. A história do monumento, apresentada logo no início da visita, fala rapidamente da construção e evolução arquitetônica do convento, mas omite fatos interessantes, como as duas invasões holandesas, uso da igreja como templo calvinista, ocupação do convento por tropas na Revolução Praieira, entre

outros. Os guias não falam sobre a história de Igarassu ou outros monumentos da cidade, a não ser que sejam questionados a respeito.

A exposição não aborda elementos e características que tornaram a Igreja e Convento de Santo Antonio um monumento e atração turística singular, de relevância nacional e internacional. O turista acaba a visita ao conjunto arquitetônico sem saber que visitou um dos catorze exemplares da Escola Franciscana do Nordeste, um dos dois estilos arquitetônicos singulares do país. Na sacristia, ele não é informado que os azulejos do lavabo são considerados os exemplares mais bonitos e completos do mundo, de acordo com conhecido historiador português.

Alguns guias esquecem de dizer que a pinacoteca instalada no Convento de Santo Antonio é considerada, por muitos historiadores e críticos de arte, a mais importante da fase colonial brasileira. A narrativa turística contempla a descrição de cada quadro individualmente, mas nenhum guia fala que alguns quadros já foram expostos no Museu Guggenheim de Nova Iorque.

A narrativa turística de Francisco Lima na sacristia ilustra o tipo de informações que o turista tem à disposição na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu:

A pintura no teto é na técnica têmpera. Jogo de sombras, ilusão de ótica. É o ilusionismo. A têmpera é pigmentação natural de pintura, pintado com sangue de animais, gema de ovos, parte vegetal, óleo de peixe²⁵⁵. Esta é Nossa Senhora da Assunção. [...] Esta parte aqui é o lavabo. Muitos pensam que é a pia batismal, mas não é. A azulejaria mostra a finalidade da água: fonte de alimentação, matar a sede e transporte. E a água como fonte de purificação do corpo, não é? O padre vinha para aqui, antes da missa, para se purificar no lado direito, e, após a missa, no lado esquerdo. (Observação participante em Igarassu, 20.07.2005).

O passeio restringe-se ao claustro, igreja, sacristia e pinacoteca. A Capela do Capítulo não é citada pelo guia de turismo, apesar de apresentar belo forro pintado e quadros com motivos sacros. O coro alto também não faz parte do circuito turístico, sob a justificativa de que a FUNDARPE proíbe a visita ao local. Inaldo Félix diz que a visita é proibida pela FUNDARPE. Francisco Lima coloca simplesmente que é proibido, mas não fornece

²⁵⁵ Francisco Lima corrige isto mais tarde, dizendo que se trata de óleo de baleia.

nenhuma explicação; segundo ele, “falaram que é proibido”. Rosa Bonfim e Roberto Carneiro da Silva explicam, a partir da minha pergunta sobre a proibição de visitas ao coro alto da Igreja de Santo Antonio, e se ele ainda necessita de alguma restauração:

[Roberto Carneiro da Silva]: Ele não é fechado à visitação. O que acontece ali é que muitas vezes não há uma pessoa para guiar e, por conta de um acontecimento, onde tentaram remover o olho da imagem do Cristo crucificado vivo, o coro passou a ser fechado. Eu não sei com precisão, não posso comentar isto, mas foi um comentário que surgiu, talvez tenha sido até uma invenção ou uma justificativa para a não abertura do coro²⁵⁶. Como há uma movimentação de crianças e adolescentes, e muitas vezes as pessoas que recepcionam os turistas não estão sempre lá em cima, aqueles podem ir para a torre sineira. Agora, veja só, é deixado claro que a visitação ao coro alto é aberta, desde que uma das pessoas acompanhe.

[Rosa Bonfim]: Em muitas coisas, o pessoal usa a FUNDARPE como escudo, porque não existe isto não.

[Roberto Carneiro da Silva: Isto não existe, eu estou até surpreso. [...] O coro alto está restaurado, tem estrutura e está aberto ao público, é preciso deixar claro isto, desde que uma pessoa acompanhe. (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

Irmã Plácida aponta que a restrição à entrada no Coro Alto não parte da ordem. Pergunto: “O coro alto da Igreja de Santo Antonio é o único local fechado à visitação, além de áreas privativas das freiras. A senhora sabe o porquê de ele ser fechado?”:

Resp.: Eu acho que não há nenhum impedimento para mostrar o coro alto. É falta de iniciativa de mostrar, pois, quando eles pedem a chave, ela já fica ali. É pressa do visitante ou falta de iniciativa do guia. Quando o guia tem iniciativa, mostra, “- Vamos ver o coro alto”, e leva também. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

O passeio restringe-se ao conjunto arquitetônico da Igreja e Convento de Santo Antonio. O entorno do monumento, balizado por mangues, alagados, pés de fruta e mata atlântica, são de acesso restrito aos visitantes. O trabalho social das religiosas também é ocultado na narrativa turística de muitos guias.

A pinacoteca é a parte do conjunto arquitetônico onde os guias mantêm os turistas por mais tempo. Os guias fazem questão de falar sobre cada quadro, um a um, com base nas informações recebidas no curso da FUNDARPE em 1994. Em alguns casos, isto gera

impaciência no turista. Mesmo guias que fazem uma exposição resumida da sacristia e igreja, não entrando na capela-mor, dedicam muito tempo à visita à pinacoteca.

Irmã Plácida, que não se envolve diretamente com a exploração turística no monumento, diz:

Alguns turistas passam tão rápido e os meninos demoram muito na explanação dos quadros, então tem uns que querem que acabe logo. Os guias fazem uma explanação muito demorada de cada quadro, eu já percebi que acontece isto, e os turistas já estão pensando em ir para Itamaracá muitas vezes, então ficam agoniados querendo que aquilo ali seja mais rápido. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

A narrativa turística de cada quadro varia muito de guia para guia, talvez pelo fato de o último treinamento sobre o acervo da pinacoteca ter acontecido em 1994. Sobre um dos quadros, que retrata, de um lado, uma mulher decapitada e, do outro, um jovem entrando para a ordem franciscana, o pesquisador ouviu quatro histórias diferentes, além de variações sobre uma mesma história. O maior tempo de permanência na pinacoteca não significa que esta parte do Convento de Santo Antonio seja alvo de narrativa turística mais correta ou historicamente mais rica.

Francisco Lima apresenta a seguinte narrativa sobre o quadro com quatro histórias diferentes:

Aqui é uma crônica. Esta história deve ter sido tirada de algum livro e mostra a perseguição aos cristãos. Ela foi decapitada porque estava orando. É engraçado porque este quadro conta duas histórias. Na outra parte, é a história de um jovem se entregando à Ordem Franciscana, fazendo o juramento de obediência, castidade e pobreza e recebendo o hábito. Até trocando de nome, não é? (Observação participante em Igarassu, dezembro de 2004).

O ingresso, de apenas R\$ 1,00, foi estabelecido por Irmã Plácida e vigora desde o início do Plano Real, em 1994. O valor atual, portanto, é inferior a R\$ 0,40, a preços de 1994.

O preço de R\$ 1,00 não leva em conta os custos de manutenção e estrutura de visitas do monumento, disponibilidade de pagamento maior por parte dos turistas ou qualquer outro cálculo elaborado. Todos os entrevistados ficam um pouco incomodados com perguntas

²⁵⁶ A imagem do crucificado está em excelente estado de conservação, sem problemas nos olhos de

sobre o preço do ingresso, e não sabem explicar direito como ele foi estipulado. É um assunto fora da pauta de discussão entre PMIg e Ordem do Sagrado Coração de Jesus.

Irmã Plácida diz que um aumento no preço do ingresso afastaria turistas e visitantes do monumento. Pergunto por que o ingresso custa apenas R\$ 1,00, e ela responde:

Resp.: Porque, se você colocar mais de R\$ 1,00, não vem ninguém.

Perg.: Tem certeza?

Resp.: Absoluta. Teve gente que já voltou para não pagar, aqui é assim. Se colocar mais de R\$ 1,00, vai ser difícil de entrar gente.

Perg.: Você acha que se colocar R\$ 2,00... já fez a experiência?

Resp.: Não, mas tem uns que não querem, acham que R\$ 1,00 é muito, pedem para pagar menos.

Perg.: [...] Este R\$ 1,00 está desde o início do Plano Real, não é?

Resp.: Sim, já está defasado. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

Inaldo Félix defende que R\$ 1,00 é o preço ideal, pois ajuda na manutenção dos monumentos e faz com que todo turista possa pagar: “Eu acho que R\$ 1,00 é o preço ideal, não está caro e é um preço acessível, qualquer pessoa pode pagar R\$ 1,00 para entrar em um monumento. [...] Cultura não tem preço, e a taxa simbólica de R\$ 1,00 serve para a manutenção dos prédios”. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

A renda gerada pela bilheteria não é relevante para a manutenção da Igreja e Convento de Santo Antonio. Ao ser questionada sobre as principais fontes de receita da ordem, Irmã Plácida esquece de citar a arrecadação de bilheteria, listando apenas as principais doações recebidas e a loja na galilé.

Francisco Lima diz que a bilheteria é insuficiente para pagar a manutenção e estrutura de visitas do monumento, mas também acha que não é possível aumentar o preço do ingresso, a partir da pergunta: “O que vocês recolhem com a bilheteria é relevante para o convento?”:

Deveria ser mais, porque, em outros países, há lugares que não oferecem o que aqui tem e se cobra mais caro para entrar. Há museus no Recife com ingressos mais caros do que aqui...

Perg.: Por exemplo...

Resp.: Não sei, nada posso dizer a você quais são os museus.

Perg.: Ou seja, a bilheteria não é muito relevante, ajuda...

Resp.: Ajuda, ajuda as irmãs um pouco, para a manutenção do convento...

Perg.: Mas não manteria a Igreja e Convento de Santo Antonio...

Resp.: Não, não manteria o conjunto. [...]

Perg.: E como este valor de R\$ 1,00 foi estipulado? Por que R\$ 1,00, e não R\$ 2,00 ou R\$ 0,50? Como vocês chegaram a este valor?

Resp.: [Risos] Faz tanto tempo que está R\$ 1,00. [...] Faz muito tempo, sempre foi R\$ 1,00 mesmo.

Perg.: Por que R\$ 1,00, e não R\$ 2,00, ou R\$ 0,50?

Resp.: É como eu disse: nem R\$ 1,00 está dando, se colocar R\$ 0,50 ficará pior ainda, não é? [...] É verdade, por que não R\$ 2,00, não é? É que se aumentar mais, tem pessoas que podem querer não entrar mais. Há turistas que não querem entrar, em virtude da cobrança de R\$ 1,00. Aham que isto é caro.

Perg.: É comum isto acontecer?

Resp.: É, um ou outro se queixa do valor, de apenas R\$ 1,00.

Perg.: Certo, mas você falou que muitas pessoas ficam encantadas com a Igreja e Convento de Santo Antonio. Você acha que elas não pagariam mais?

Resp.: Sim, acho que sim. [...] Talvez as irmãs tenham receio em aumentar o preço do ingresso e fazer com que os turistas não venham mais. Alguns se queixam do ingresso custar R\$ 1,00, se aumentar para R\$ 2,00 o aumento de pessoas que irá queixar-se será maior, talvez eles não entrem. (Entrevista em Igarassu, dezembro de 2004).

O preço do ingresso em equipamentos como o Museu Histórico de Igarassu e Igreja e Convento de Santo Antonio não é alvo de análises mais elaboradas pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Márcio Rodrigues, respondendo à minha pergunta, “O ingresso no Museu Histórico de Igarassu e na Igreja e Convento de Santo Antonio custa apenas R\$ 1,00. Por que é tão barato assim?”, responde:

“De fato, a taxa acompanha um pouco o que é cobrado em outros lugares no Estado de Pernambuco. Se isto está desatualizado, eu até desconheço, mas a gente cobrava isto e eu acho que R\$ 1,00 é a taxa para estudantes, não?”

Perg.: Não, estudantes pagam R\$ 0,50.

Resp.: Exato, R\$ 1,00 é o ingresso inteiro, e nós isentamos escolas públicas. [...]

Perg.: Porque me parece que é um recurso muito baixo para a manutenção, a PMIg sempre tem que colocar recursos próprios nos monumentos...

Resp.: Sim, é verdade, é muito pouco para a manutenção, mas normalmente cai nestes valores porque há dificuldades de as pessoas pagarem e o preço acompanha o que é cobrado no Recife e em Olinda. (Entrevista no Paulista, 21.07.2005).

Rosa Bonfim aponta que a prática de cobrar um valor simbólico pelo ingresso, ou mesmo não cobrar, é uma prática disseminada na Região Nordeste, e, em parte, deve-se à mentalidade dos turistas e visitantes nacionais:

Este mal de não cobrar ingresso é um mal do Nordeste. [...] R\$ 1,00, quando cobram R\$ 1,00, porque os turistas locais não querem pagar. Cobram R\$ 2,00 no Forte Orange, mas o pessoal reclama para pagar [ênfase na palavra ‘reclama’]. Tem que ser um trabalho muito bom para oferecer uma lanchonete, uma lojinha boa, para a pessoa pagar. [...] O turista de outro país, que está acostumado a pagar, até estranha, “- Nossa, só vou pagar R\$ 1,00, ou não vou pagar nada!” (Entrevista no Recife, 28.06.2005).

A falta de análise e discussão sobre o preço do ingresso é encontrada em outros monumentos históricos pernambucanos, como o Conjunto Franciscano do Recife. A Ordem Terceira de São Francisco do Recife cobra apenas R\$ 2,00 de ingresso para a visita ao Museu Franciscano de Arte Sacra e Capela Dourada, considerada o ápice do barroco nacional por Robert Smith e classificada com três estrelas no Guia Quatro Rodas Brasil 2005. Gilvandro Coelho, ministro da ordem terceira e principal responsável pelo conjunto arquitetônico, diz, a partir de minha pergunta se a renda da bilheteria é importante, em relação a outras receitas da ordem terceira:

Não, é secundária, principalmente porque o preço do ingresso é irrisório, de apenas R\$ 2,00. [...]

Perg.: Como o valor do ingresso para o Museu Franciscano de Arte Sacra foi estipulado? Por que não R\$ 1,00, como na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, ou R\$ 3,00, por exemplo?

Resp.: Não sei, não faço a menor idéia. Quando eu cheguei aqui, eu já encontrei este valor, que está assim há mais de dez anos.

Perg.: Ou seja, desde o início do Plano Real?

Resp.: Eu acredito que sim, mas não tenho muita certeza não. [...] Eu acho que este valor é apenas simbólico, para que as pessoas paguem alguma coisa para verem o acervo da ordem. Porque, como dizem, quando uma coisa é oferecida de graça, é porque ela não vale nada. Quando ela custa alguma coisa, mesmo que seja pouco, valoriza²⁵⁷. (Entrevista no Recife, 21.12.2004).

A lanchonete, instalada em uma antiga cela do claustro, está fechada. De acordo com Irmã Plácida, são servidos lanches e guloseimas apenas quando um grupo de turistas ou visitantes requisita este serviço antecipadamente. Ao que parece, o pequeno fluxo de visitantes não permite que haja movimento para sustentar uma lanchonete dentro do claustro. Irmã Plácida diz, quando perguntada se a lanchonete chegou a funcionar, ou ficou apenas em projeto:

Ela começou a operar, mas faltaram fregueses. Ela está aí, bem arrumadinha, mas a gente coloca as coisas e ninguém vem. Quando houve uma capacitação aí, nós abrimos direitinho, mas quando a gente abre para visitas, ela não fica aberta não. A FUNDARPE deixou ela quase pronta, e eu terminei. Três pessoas da comunidade já tentaram fazer esta lanchonete funcionar, mas ninguém teve sucesso. O pessoal daqui não dá para isto, eu acho, não é? (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

O claustro também abriga a oficina de um artista igarassuense, que pinta quadros a óleo. A antiga cela abrigava a loja de artigos religiosos da ordem, que se mudou para uma sala ao lado da galilé. O artista não paga aluguel às freiras; ele ensina artes para as crianças e, em troca, utiliza o espaço dentro do Convento de Santo Antonio para trabalhar e expor suas obras.

A loja na galilé é administrada por Irmã Regina, uma das freiras da Ordem do Sagrado Coração de Jesus. A loja vende artigos religiosos, comprados no Recife, produtos doados,

²⁵⁷ Gilvandro Coelho afirma que o valor arrecadado com a bilheteria e eventual venda de postais e livros na portaria mal dá para cobrir a estrutura de visitas, como os salários dos guardas e recepcionista e impressão do catálogo. Segundo ele, parte dos aluguéis do Edifício São Francisco, de propriedade da ordem terceira, sustenta o Museu Franciscano de Arte Sacra.

artesanato feito pelas crianças (principalmente bonecas de pano), e mel de abelhas. De acordo com Irmã Plácida e Irmã Regina, a loja rende entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 por semana.

Em todas as minhas visitas à Igreja e Convento de Santo Antonio, nos meses de dezembro de 2004 e janeiro, junho e julho de 2005, a loja da galilé estava fechada. Apenas Irmã Regina trabalha e administra a loja; os guias são proibidos de entrar lá, e mesmo Irmã Plácida, madre superiora do convento, não controla os produtos vendidos, receitas auferidas e horário de funcionamento da loja.

Irmã Plácida comenta o controle de Irmã Regina sobre a loja, a partir de minha pergunta: “Só quem cuida da loja na galilé é Irmã Regina?”:

Sim, é Irmã Regina. Ela é muito assim, digamos assim, muito voltada para isto. Quando ela vai sair, e eu sei que vão vir turistas, eu peço para ela deixar a chave, e ela não deixa [risos]. [...]

Perg.: Quanto rende a venda deste artesanato [feito pelas crianças]? Quanto rende aquela lojinha?

Resp.: Eu tenho impressão... É porque não há um caderno onde se anota, mas toda semana Irmã Regina me dá R\$ 100,00 ou R\$ 150,00”²⁵⁸. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

A principal tática de vendas de Irmã Regina é apelar ao sentimento de culpa. Ao entrar na loja, o turista começa a ouvir que a Ordem do Sagrado Coração de Jesus do Convento de Santo Antonio é a mais antiga e pobre do Brasil, que falta tudo às crianças, que as freiras são necessitadas, e outras coisas como essas. Irmã Regina pediu insistentemente que eu doasse o livro comemorativo de Igarassu feito pela Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS) em 1998, com edição esgotada, utilizado no meu trabalho de campo.

O caso deste livro é interessante. Foi impresso em 1998, em parceria entre a FRESS e o Real Hospital Português de Beneficência, de Pernambuco. Algumas cópias do livro foram cedidas ao Museu Histórico de Igarassu e Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, e foram vendidas rapidamente. Jorge Barretto, Irmã Plácida e Irmã Regina falam que muitos

²⁵⁸ Após o fim da gravação, Irmã Plácida diz que Irmã Regina não deixa ninguém trabalhar na loja, seja outras irmãs, crianças atendidas no Convento de Santo Antonio ou guias locais, e que não há nenhum controle sobre o que e quanto é vendido lá dentro.

visitantes procuram o livro, com intenção de comprar, e que seria ótimo receber mais cópias, mas nenhum deles jamais entrou em contato com a editora responsável pela impressão, com a FRESS ou mesmo com o Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco, para falar a respeito de uma nova impressão do material.

Os guias avulsos não indicam mais a Igreja e Convento de Santo Antonio aos turistas. A visita, atualmente, restringe-se à parte alta do sítio histórico, em virtude de eles não serem bem recebidos nesta atração. Eles dizem:

Pedro: Na Igreja e Convento de Santo Antonio, nós somos proibidos de entrar, as freiras não deixam. Mesmo assim, nós contamos a história de todas as igrejas da cidade, independentemente de podermos entrar ou não. [...] Nós não temos acesso ao Convento de Santo Antonio, em virtude da freira que fica na recepção, Irmã Regina. Sábado passado, um guia de turismo veio para Igarassu, dentro do passeio a Itamaracá, e o primeiro ponto que ele visitou foi o Convento de Santo Antonio. Ela não deixou o guia de turismo entrar no convento. Às vezes, nós levamos os turistas para lá e ela “queima” a gente, dizendo coisas de nós.

Olegário: Ela é uma pessoa muito ambiciosa. Quando os turistas chegam lá, ela sempre pede dinheiro e quer levar as pessoas à lojinha. Ela pega dinheiro dos turistas dizendo que é para as crianças, e não vai para as crianças.

Pedro: Muitos de nós sabemos explicar as coisas lá dentro melhor do que quem trabalha no convento. Eu mesmo não me troco por nenhum. Pelo simples fato de não fazer parte da associação, existe esta discriminação dela com a gente²⁵⁹. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, exemplar da Escola Franciscana do Nordeste, alvo do maior processo de restauro da FUNDARPE (que pretendia transformá-la em marco cultural e atração turística de Pernambuco), primeiro monumento recuperado com recursos da União Européia fora da Europa, via Programa Raphaél, e sede de uma das pinacotecas mais importantes da América Latina, está subutilizada como atração turística e é alvo de obras irregulares, que prejudicam o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado.

O turismo não gera benefícios líquidos para a Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu; os gastos com manutenção, limpeza, funcionários e estrutura de visitas é maior do que as receitas geradas pela bilheteria e venda de produtos na galilé.

Ana Beatriz Farias surpreende-se com a exclusão da Igreja e Convento de Santo Antonio do roteiro de visitas das agências de receptivo, no passeio a Itamaracá; após apresentação de roteiro de visita ao sítio histórico, elaborado por mim, pergunto: “O que você acha de um roteiro como este, de aproximadamente uma hora de duração, pela cidade de Igarassu? Ele é viável?”:

Muitas agências de viagens já fazem, mais ou menos, este tipo de roteiro em Igarassu.

Perg.: Praticamente nenhuma faz, elas param neste largo e visitam a Igreja dos Santos Cosme e Damião.

Resp.: Bom, elas visitam também Santo Antonio, não é?

Perg.: Pouquíssimas, quase nenhuma.

Resp.: Você tem pesquisado isto?

Perg.: Sim, eu conversei com nove agências de receptivo, algumas de grande porte, e apenas duas param aqui.

Resp.: É uma pena. Param em Cosme e Damião e não mostram mais nada. É triste, o trabalho não está sendo feito da forma como deveria. Veja bem: na minha visão como usuária, e quando levo pessoas para Igarassu, entro em Cosme e Damião e no Museu Histórico de Igarassu, mas acho que Santo Antonio é o ponto alto da história. E é uma surpresa, porque você não imagina que, dentro do convento, você encontrará a pinacoteca. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Inaldo Félix pretende transformar a Capela do Capítulo, localizada no claustro do Convento de Santo Antonio, em espaço de apoio a guias de turismo. A idéia considera a utilização do adro da Igreja de Santo Antonio como estacionamento de ônibus e *vans* de turismo. Ele diz:

Espaço de apoio para os guias de turismo, professores de escolas e motoristas também. A idéia que se tem é que, como eles já saem muito cedo, precisando de um pouco de descanso, teriam nesta sala acesso a vídeos culturais, revistas e jornais do dia, e poderão optar por um café, água, biscoitos, confeitos e chá...

Perg.: Mas tudo isto de graça?

²⁵⁹ Irmã Regina é uma unanimidade no sítio histórico de Igarassu: Inaldo Félix diz que ela é uma freira mercenária, e todos os guias mirins, avulsos e da Igreja e Convento de Santo Antonio questionados a seu respeito, manifestaram restrições a ela.

Resp.: Sim, de graça, para eles trazerem os turistas para cá para visitar a pinacoteca e o Convento de Santo Antonio.

Perg.: Eles poderão estacionar o ônibus na frente do convento?

Resp.: Sim, eles podem estacionar o ônibus na frente do convento e deixar o grupo com o guia local, enquanto ficam descansando aqui na sala. (...)

Perg.: De quem foi esta idéia?

Resp.: Eu tive a idéia, vendo isto em Itamaracá, no Orange Hotel, e em Fazenda Nova, no teatro. Resolvi adotar e fiz a proposta para a superiora do convento, que é Irmã Plácida; ela aprovou, gostou e estamos sentados, esmiuçando o projeto, para levar ao Sindicato dos Guias de Turismo de Pernambuco e também para algumas empresas locais, de Pernambuco. O nosso alvo são as que mais vêm a Igarassu, mas que menos visitam o convento. [...] A PMIg não está envolvida, é uma parceria entre a Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu com o museu pinacoteca, que é o Convento de Santo Antonio. (Entrevista em Igarassu, 08.07.2005).

Inaldo Félix presta serviços à PMIg, mas não inclui a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes no projeto. Segundo ele, a burocracia da pasta faz com que os projetos não saiam do papel na cidade.

O projeto de criar um espaço de apoio prevê a ocupação e remodelação de recinto tombado pelo IPHAN e FUNDARPE, com elementos artísticos frágeis: forro e quadros com motivos sacros. A transformação do adro em estacionamento reduz o valor paisagístico do conjunto, e aumenta o risco de sinistro no cruzeiro fronteiro, perto da entrada de automóveis. Sem fiscalização, o projeto corre o risco de ser implementado sem que IPHAN e FUNDARPE avaliem a intervenção.

6. TURISMO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL NA IGREJA E CONVENTO DE SANTO ANTONIO E SÍTIO HISTÓRICO DE IGARASSU: PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES.

Since the main tourist attraction has always been nature, culture comes as an added extra, unplanned and (perhaps) unrecognised by tour organisers. The City of Bergen is presented as ‘The Gateway to the Fjords’ by the Bergen Tourist Board in its *Strategic Plan for Tourism Development 1996-2000*, in spite of the city’s UNESCO World Heritage status and many outstanding historical attractions. In addition, wherever Norwegian cultural heritage is “sold” through the various tourist organisations throughout the country, the “Lillehammer Olympic version” prevails: the inland Telemark and Gudbrandsdal valley cultures comprising of ski, snow, mountains and wooden crafts in combination with the folklore of trolls and pixies. (MYRVOLL, 1999, p. 44).

O capítulo contempla propostas e recomendações de políticas públicas de regulação e fomento ao turismo e conservação patrimonial na Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu, com sua transformação em marco cultural e ícone turístico do Estado de Pernambuco. A construção de infra-estrutura de apoio ao turismo, reversão de parte da verba advinda do turismo para serviços de restauro e conservação do monumento, participação da comunidade local e novas formas de intervenção e regulação da PMIg são elementos vitais ao desenvolvimento turístico sustentável desta atração.

As propostas e recomendações contemplam também questões que afetam o desenvolvimento do turismo no sítio histórico de Igarassu, como o controle e regulação do serviço de guias mirins e avulsos, fomento a um padrão de exploração turística sustentável por parte de agências de receptivo, promoção do sítio histórico como produto turístico, apoio à apresentação de grupos artísticos e culturais locais no sítio histórico de Igarassu, entre outras medidas.

Por fim, discutem-se modelos de gestão e intervenção da PMIg no sítio histórico de Igarassu: criação de conselhos municipais de turismo e cultura, agência regulatória independente do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Igarassu e câmara multidisciplinar de turismo e cultura.

Urry (1996) aponta que a visita a objetos tidos como únicos, como a Torre Eiffel e Palácio de Buckingham, é uma das principais motivações de viagem de turistas ao redor do mundo; trata-se de uma espécie de peregrinação a lugares famosos e conhecidos, que se transformam em atração obrigatória do destino turístico.

Os turistas também procuram signos e visões que sustentem e confirmem significados e interpretações do destino turístico, formados por textos e imagens socialmente construídos e que, em muitos casos, guardam pouca relação com a realidade (URRY, 1996). Os turistas procuram conhecer símbolos como a aldeia inglesa “tradicional” e a “típica” cervejaria alemã, que supostamente representam características singulares do destino turístico.

McKercher (2002), em pesquisa que entrevistou 2.066 turistas internacionais em Hong Kong, conclui que 33,3% do fluxo total é composto por turistas culturais, divididos em cinco nichos de mercado. Os nichos apresentam diferenças em termos de importância de elementos culturais na decisão de visitar Hong Kong, profundidade da experiência cultural e atrações culturais consumidas durante estadia no arquipélago. Mas contam com uma característica comum: a visita aos ícones e grandes atrações culturais de Hong Kong, como o Hong Kong Cultural Centre, The Peak e Big Buddha, entre outros.

Pernambuco apresenta elementos culturais materiais de interesse turístico nacional e internacional, como os conjuntos franciscanos do Recife, Olinda e Igarassu, o Mosteiro de São Bento, em Olinda, e o Pátio de São Pedro, com a Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Recife. Apesar disso, nenhum deles constitui atração “obrigatória” dentro da oferta turística estadual, nem consegue representar o estado no Brasil e no exterior. A cidade do Recife, que conta com diversas igrejas, fortes, casario histórico, museus e outros monumentos de relevância nacional e internacional, também não possui bem cultural edificado que represente seu patrimônio cultural material.

A EMPETUR e a Secretaria de Turismo e Esportes da PCR, a partir de meados dos anos 1990, passam a privilegiar o casario histórico da Rua do Bom Jesus na promoção turística estadual e municipal, respectivamente, transformando-o na principal atração cultural de Pernambuco. O processo de revitalização permitiu aproveitar a área que compreende a Rua do Bom Jesus e seus arredores como produto turístico, com o restauro das fachadas do

casario e a instalação de bares e restaurantes requintados, além do Arquivo Histórico Judaico, no lugar onde funcionou a primeira sinagoga do continente americano.

A Rua do Bom Jesus ainda é presença obrigatória no material promocional da EMPETUR e da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR, apesar de a quase totalidade dos imóveis revitalizados nos anos 1990 estar desocupada e com problemas de conservação, principalmente na pintura. A promoção utiliza fotos do final dos anos 1990, mostrando a efervescência noturna e o excelente estado de conservação do patrimônio, circunstâncias que não existem mais.

Apesar dos serviços de restauro e presença obrigatória na promoção turística da EMPETUR e da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR, a Rua do Bom Jesus e seus arredores não conseguiu transformar-se em grande atração cultural do Recife e do Estado de Pernambuco, talvez pela falta de atrações, além do casario que servia de moldura para atividades de lazer e entretenimento, ou interrupção precoce do processo de revitalização da área.

Perguntado sobre qual o tema e ícone turístico da cidade do Recife, Carlos Braga, secretário adjunto de turismo e esportes da PCR, responde: “Não, eu diria que não tem. O coco foi criado por lei, pela Câmara Municipal do Recife, na época em que [Carlos Eduardo] Cadoca era secretário e Jarbas Vasconcelos prefeito. Quando [os dois] foram ao governo do Estado [em 1999], levaram a marca com eles.” (Entrevista no Recife, 07.07.2005).

Gilson Azevedo, assessor técnico da Secretaria de Turismo e Esportes da PCR, confirma a noção de que o Recife não possui tema, *slogan* ou ícone turístico:

Perg.: O Recife possui um *slogan* ou ícone turístico?

Resp.: Sim, Veneza brasileira. [...] Nós tínhamos um material nosso onde Recife era descrita como a Veneza brasileira, que é como a cidade é mais conhecida. A foto no nosso *stand* mostra isto [trata-se de uma foto aérea que mostra os bairros do Recife, Santo Antonio e Boa Vista, com as diversas pontes que ligam as três ilhas].

Perg.: E qual é o ícone?

Resp.: As pontes e os rios. Eu acho que a questão de rios, pontes e Veneza brasileira, como eu estava falando sobre os passeios de catamarã, é um dos

grandes potenciais nossos que pode ser explorado. (Entrevista em São Paulo, junho de 2005).

Sérgio Junqueira Arantes, diretor da revista *Eventos e Prêmio Caio*, aponta a falta de referências turísticas do Recife, em relação a outros destinos da Região Nordeste:

Perg.: Você acha importante a cidade ter uma marca turística?

Resp.: Grande parte das cidades tem. Mais importante do que uma marca é a cidade ter um ícone.

Perg.: Como assim?

Resp.: Por exemplo, Paris?

Perg.: Torre Eiffel.

Resp.: [...] Bilbao?

Perg.: Museu Guggenheim. [...] Salvador, Recife e Fortaleza?

Resp.: Em Salvador, você tem o Elevador Lacerda, o Pelourinho e as igrejas. Em Fortaleza, há o Centro Cultural Dragão do Mar.

Perg.: E o Recife?

Resp.: [silêncio] Ah, o Recife não tem, eu não me lembro. Não chega a ter um ícone. E Brasília é um ícone [risos] (Entrevista em São Paulo, 24.05.2005).

A Igreja e Convento de Santo Antonio em Igarassu reúne as principais condições para ser trabalhada como ícone cultural do Estado de Pernambuco e atração turística “obrigatória” para turistas com diversas motivações, mas que pretendam consumir elementos culturais dentro da experiência de viagem.

O conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja e Convento de Santo Antonio possui rico passado e elementos arquitetônicos e artísticos singulares, de importância nacional e internacional. O visitante conta com diversas atrações em um mesmo lugar: Igreja de Santo Antonio, com nave, capela-mor, sacristia e coro alto, Convento de Santo Antonio, com claustro, Capela do Capítulo, pinacoteca e outros ambientes de interesse, o cruzeiro fronteiro, remanescentes de mata atlântica, mangues e alagados.

Bauer (1997), baseado na análise do 1992 Heritage Programme na Savóia, França, aponta que a resistência de clérigos e outros religiosos à exploração turística de igrejas barrocas é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de propostas de turismo cultural nesta região, elaboradas pelo Ministério da Cultura francês e autoridades regionais.

A Ordem do Sagrado Coração de Jesus, atual responsável pelo conjunto arquitetônico e paisagístico, não impõe muita restrição à visita à Igreja e Convento de Santo Antonio e tem atitude favorável à exploração econômica do monumento; a renda da bilheteria e loja da galilé ajuda na manutenção do monumento e em outras atividades da ordem.

A Ordem do Sagrado Coração de Jesus necessita de subsídios da PMIg para manter suas atividades educacionais, na forma de pagamento de contas de água e luz, cessão de professores e funcionários e fornecimento da merenda escolar às crianças em regime de externato; a prefeitura municipal também é responsável por manter a estrutura de visitas do monumento, com seis funcionários e prestadores de serviços. Isto torna as religiosas mais suscetíveis a aceitar projetos de desenvolvimento turístico da PMIg.

A Igreja e Convento de Santo Antonio localiza-se no sítio histórico de Igarassu, a apenas quinze minutos de caminhada de atrações como a Igreja dos Santos Cosme e Damião, Museu Histórico de Igarassu, Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus e Casa de Câmara e Cadeia, entre outras. Em menos de uma hora, através de carro de passeio ou ônibus e *van* de turismo, pode-se visitar o Engenho Monjope, Engenho Gongagary, Praia do Capitão e Sítio dos Marcos, em Igarassu, ou diversas atrações nas cidades de Itamaracá, Goiana, Paulista e Olinda. O litoral norte possui adensamento de atrações naturais e culturais que permite programações e roteiros destinados a grupos de turistas com diversas motivações de viagem.

Stanton (1989) aponta que o Polynesian Cultural Center (PCC), segunda maior atração cultural em número de visitantes do Havaí, localizado a quarenta milhas de Waikiki, é visto como a “isca” ideal por locadoras de automóveis e agências de receptivo locais, ávidas por vender seus serviços a turistas hospedados nas praias do Havaí e que precisam de um bom argumento para deixar temporariamente de lado o composto “sol, mar e praia” e visitar o interior da ilha.

Localizada a apenas trinta e dois quilômetros do marco zero do Recife e aproximadamente oitenta quilômetros de Porto de Galinhas, a Igreja e Convento de Santo Antonio pode constituir atração obrigatória na pauta de passeios de agências de receptivo, tanto em opções de turismo histórico e cultural, com Igarassu, Goiana e Ilha de Itamaracá, quanto em passeios baseados no composto “sol, mar e praia”, como uma “pitada” de patrimônio cultural.

A utilização de bens culturais materiais como atrações turísticas envolve não apenas o aproveitamento de elementos presentes no próprio bem, mas também a criação de outras atrações e serviços de apoio que adensem e enriqueçam o produto turístico.

A visita ao Discovery, em Dundee, Reino Unido, é complementada por um centro de interpretação patrimonial construído em frente ao local onde o navio está ancorado, com vídeos e exposições sobre o navio (PRENTICE; GUERIN; MCGUGAN, 1998).

O sítio histórico de New Lanark é uma das principais atrações culturais da Escócia, tendo recebido aproximadamente 410.000 visitantes em 1994. A visita ao sítio histórico compreende as instalações da antiga fábrica têxtil, com maquinário dos séculos XVIII, XIX e XX e fechada desde 1968, antiga vila dos trabalhadores da fábrica, trilhas ecológicas na reserva natural que circunda o sítio histórico e a “Annie McLeod Experience”:

“The dark ride uses multimedia facilities as well as the fabrication of sounds and smells. Visitors are seated in two-seater suspended pod-like modules and are guided through re-created scenes of life at New Lanark in 1820 by the voice and spirit of Annie, a 10-year-old mill girl who appears as a hologram. The ride is designed to give visitors an emotive impression of what a typical day at New Lanark was like under Robert Owen’s management and how the effects of his ideas affected the daily lives of ordinary people. To this end, on leaving the ride, visitors can listen to short taped stories of past New Lanark villagers describing aspects of their daily lives.” (BEEHO & PRENTICE, 1997, p. 80).

Entrevistas em profundidade com quarenta turistas no sítio histórico de New Lanark apontam a “Annie McLeod Experience” como atração mais apreciada pelos visitantes, em virtude de ser diferente, interessante e passar informações de forma leve e afetuosa (BEEHO & PRENTICE, 1997).

A instalação e funcionamento de um centro de interpretação patrimonial, posto de informações turísticas, lanchonete e loja de artesanato aumentariam a atratividade turística da Igreja e Convento de Santo Antonio, reforçando seu papel de pólo catalisador do turismo em Igarassu e grande atração turística de Pernambuco²⁶⁰. O monumento possui diversos espaços ociosos ou subaproveitados no Convento de Santo Antonio, como celas no claustro, Capela do Capítulo e sala em cima da sacristia, além de áreas no entorno do monumento, que poderiam receber alguns destes equipamentos mediante autorização do IPHAN e FUNDARPE.

O centro de interpretação patrimonial permitiria ao turista ter mais informações sobre o monumento e sítio histórico de Igarassu, e interagir com elementos da cultura local, através do uso da tecnologia da informação.

O centro de interpretação patrimonial pode ser instalado em espaços ociosos do Convento de Santo Antonio, ou em pequeno anexo construído perto do conjunto arquitetônico tombado. O equipamento proposto contemplaria a reconstrução e exposição do altar primitivo da Igreja de Santo Antonio, a partir dos diversos fragmentos recolhidos pela FUNDARPE durante o processo de restauro, exposição de objetos encontrados em prospecções arqueológicas nos anos 1980 e 1990 e informações sobre os trabalhos de restauro e prospecção arqueológica empreendidos no monumento nos períodos 1985-1993 e 1997-2000, através de vídeos e exposições, entre outras formas.

O centro aqui pensado propõe-se também a reunir elementos das principais atrações de Igarassu, como imagens barrocas da Igreja dos Santos Cosme e Damião e peças do Museu Histórico de Igarassu, além de maquete do sítio histórico, para mostrar ao turistas menos interessados em cultura um pouco mais sobre a cidade e despertar em turistas mais cultivados e curiosos o desejo de explorar outros pontos de Igarassu.

A PMIg fomenta a produção e comercialização do artesanato local através da Casa do Artesão; trata-se de uma casa no sítio histórico, de propriedade da PMIg, cedida em comodato a uma associação de artesãos de Igarassu, que expõe e vende peças produzidas

²⁶⁰ Outras estruturas, como sanitários e estacionamento para carros de passeio e ônibus e vans de turismo, são necessárias para suportar o crescimento do fluxo de turistas e visitantes no monumento.

por seus associados. De acordo com Jorge Barretto, a PMIg paga as contas de água e luz do imóvel.

A Casa do Artesão localiza-se a poucos metros do Pátio dos Santos Cosme e Damião, perto do Sobrado do Imperador, mas não é muito visitada por turistas, até pela falta de sinalização. A PMIg cede o espaço, mas nunca realizou levantamento acerca dos artesãos em atividade na cidade ou projetos de melhoria do artesanato produzido em Igarassu.

A instalação de loja de artesanato tenderia a aumentar o gasto médio dos turistas que visitam a Igreja e Convento de Santo Antonio, dotando o monumento de serviços solicitados por turistas e guias. Sérgio Brasileiro, gerente de *marketing* do Paço Alfândega, diz que a montagem de dois pontos de venda de artesanato no centro de compras partiu de solicitações de guias de turismo:

Nós temos um prédio agradável, mas, em compensação, nós tivemos que criar algumas coisas. Por exemplo, nós não tínhamos artesanato, e os guias de turismo solicitavam algumas coisas neste sentido. Então, entramos em contato com a AD/DIPER e temos, hoje, duas lojas que vendem produtos diferenciados de artesanato. Produtos que vão de R\$ 1,00 a R\$ 4.000,00, para aquele público que pode pagar e para aqueles que querem levar apenas uma lembrança. (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

A AD/DIPER poderia apoiar e financiar a instalação dessa loja de artesanato, já que o órgão público empenha-se em fomentar a produção e comercialização do artesanato produzido em Pernambuco. A agência apoiou a instalação de lojas de artesanato no Paço Alfândega, foi responsável pelo projeto do Centro de Artesanato de Pernambuco, em Bezerros, que consumiu R\$ 1,1 milhão do governo estadual e conta com museu, loja de artesanato, auditório, área de exposições e estacionamento para cento e trinta automóveis, e ademais organiza a maior feira de artesanato do país, a Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENNEART).

A realização de censo dos artesãos e artistas plásticos em atividade em Igarassu permitiria conhecer a qualidade e variedade das peças produzidas, principais pontos de venda e formas de comercialização, situação sócio-econômica e nível de organização dos produtores e representatividade das associações e cooperativas existentes. As informações permitem que a PMIg desenvolva ações no sentido de fomentar a criação e fortalecimento de associações e

cooperativas que congreguem artesãos da cidade, melhorem a qualidade da produção local, proporcionem melhor ambiente de trabalho aos artesãos e forneçam meios para que a produção local seja comercializada nos principais pontos turísticos da cidade, como o sítio histórico, Praia do Capitão e ilha Coroa do Avião.

Nos anos 1990, uma associação de moradores do vilarejo de San Jose Succotz, em Belize, começou a promover a idéia de reviver a produção de cerâmica maia que existia no local, extinta há aproximadamente mil anos. Para isto, membros da associação freqüentaram oficinas financiadas por uma agência canadense e com professores desse país, montadas com o objetivo de ensinar aos habitantes locais técnicas de produção em massa de máscaras e vasos de cerâmica com motivos maias, para que eles conseguissem vender o artesanato produzido aos turistas que visitam as ruínas maias de Xunantunich, perto de San Jose Succotz (MEDINA, 2003).

O incentivo à produção de peças de ferro, inclusive facas decorativas e utilitárias ligadas à “tradição” da antiga Vila de Pasmado, possibilitaria a oferta de artesanato diferenciado e com mais rica narrativa. A formação de jovens e artesãos na técnica de forjaria poderia contar, inclusive, com apoio de agências e organizações não governamentais estrangeiras; técnicos em patrimônio do governo francês, por exemplo, deram aulas de forjaria para adolescentes e jovens carentes do centro do Recife, dentro do projeto de recuperação das fachadas da Rua Velha, em 2004.

O Instituto Estrada Real, através do Projeto de Produção Associada ao Turismo, promoveria mudanças e adaptações no artesanato produzido em diversas cidades mineiras participantes da estrada real. Os trabalhos em coco e ouro de Diamantina, feitos com técnicas remanescentes do período colonial, passariam por mudanças para se adequar ao gosto dos turistas. O fomento à produção de malhas em Barroso parte da constatação de que as peças de tecido produzidas em tear manual na cidade não conseguem competir com a produção de municípios vizinhos (informação verbal)²⁶¹.

As ações de melhoria da qualidade do artesanato produzido em Igarassu precisam criar oferta diferenciada de produtos, com identidade própria. O aproveitamento da matéria prima

²⁶¹ Palestra fornecida por Eberhard Hans Aichinger, diretor geral do Instituto Estrada Real, no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, em junho de 2005.

existente na região, principalmente o coco-da-baía, e a reprodução de elementos artísticos locais com interpretação contemporânea, como os santos barrocos das igrejas de Santo Antonio e dos Santos Cosme e Damião, podem ser caminhos para a criação de peças de maior valor agregado, que distingam a produção de Igarassu do artesanato à venda nos principais mercados da Região Nordeste²⁶².

A operacionalização da lanchonete teria as mesmas justificativas da instalação da loja de artesanato: serviço demandado por turistas e guias de turismo e aumento do gasto médio dos visitantes no monumento. Cabe destacar que a lanchonete pode vender produtos à base do coco-da-baía (alfenins, cocadas, canjicas, etc.), mariscos e cana-de-açúcar (açúcar mascavo, aguardente, doces, etc.), e ser administrada por cooperativa local.

Russo (2002) aponta que a falta de informações turísticas é a principal responsável pela concentração de turistas e visitantes em poucas áreas de atração na cidade de Veneza; enquanto os monumentos da Praça São Marcos, como o Palácio dos Doges, sofrem com o excesso de visitantes, a Accademia Art Gallery, que conta com uma das maiores coleções de arte renascentista da Itália, é pouco visitada pelos turistas²⁶³.

A instalação de posto de informações turísticas na Igreja e Convento de Santo Antonio supriria uma carência histórica de Igarassu: centro de atendimento a visitantes e turistas que forneça informações sobre a cidade e litoral norte de Pernambuco.

Trata-se de equipamento indispensável a Igarassu, onde o turista consiga obter informações sobre meios de hospedagem, pontos de venda de artesanato, bares, restaurantes, atrações naturais e culturais, serviço de guia e roteiros pela cidade e litoral norte de Pernambuco.

Meelissen (1999) aponta que a instalação de *displays* turísticos em diversos pontos do West Frisian Ring Dyke (West-Friese Omringdijk) foi uma das formas encontradas pelo governo

²⁶² O Programa Cara Brasileira, do SEBRAE, busca agregar a identidade cultural do Brasil a serviços e produtos feitos no país, principalmente artesanato. O programa capacita artesãos e empresas para a produção de peças que tenham identidade e representem elementos da cultura local, além de criar selo de procedência.

O SEBRAE poderia ser um dos parceiros no projeto de melhoria da qualidade do artesanato produzido na cidade de Igarassu.

regional da província de North Holland, nos Países Baixos, para fomentar o turismo na mais conhecida e importante atração cultural da região, dentro do projeto intitulado Culture, History and Tourism Project (CHT Project). As placas são escritas em holandês, inglês e alemão, descrevem os aspectos mais relevantes e atrativos do dique e são ilustradas com diversas fotos da atração turística, que possui cento e vinte e seis quilômetros de extensão.

A instalação de *displays* nos principais pontos turísticos de Igarassu permite que o turista localize na cidade outros pontos de interesse, elabore programação ou pequenos roteiros turísticos e atenda necessidades de meios de hospedagem e alimentação, entre outras. Os painéis poderiam contar com mapas do sítio histórico e cidade de Igarassu, localização das principais atrações e serviços turísticos, sugestões de passeios, fotos das atrações e telefones úteis, como polícia militar, guarda civil, estabelecimentos comerciais, posto de informações turísticas da Igreja e Convento de Santo Antonio, entre outros.

A consulta ao painel instalado no Pátio dos Santos Cosme e Damião indicaria ao turista que a Ladeira do Livramento, logradouro com calçamento cabelo-de-negro, leva à Igreja de Nossa Senhora do Livramento e Praça Marechal Deodoro. O visitante da ilha Coroa do Avião poderia ter informações sobre o sítio histórico de Igarassu, programando uma visita à área no próximo passeio ao litoral norte de Pernambuco. A proposta contemplaria a instalação de oito painéis em Igarassu: Pátio dos Santos Cosme e Damião, Praça Marechal Deodoro, Praça da Bandeira, Igreja e Convento de Santo Antonio, Engenho Monjope, Praia do Capitão, Sítio dos Marcos e ilha Coroa do Avião.

A cidade de Bonn, capital provisória da República Federal da Alemanha no pós-guerra, e os distritos de Rhine-Siegburg e Ahrweiler uniram-se para trabalhar conjuntamente a região como produto turístico, a partir da criação de rotas turísticas e ações de promoção conjunta. Uma das formas encontradas para aumentar a atratividade da região e incentivar maior permanência e gasto médio dos turistas é o Regio Bonn Card (SCHILD, 1999).

O Regio Bonn Card é um cartão que permite entrada gratuita nos mais importantes museus e centros culturais da cidade de Bonn e arredores, em um total de mais de vinte equipamentos. O cartão dá descontos em diversos serviços turísticos, bares, restaurantes, passeios de barco

²⁶³ A concentração do fluxo turístico no Pátio dos Santos Cosme e Damião, como visto anteriormente, é o resultado mais visível da falta de informações turísticas no sítio histórico de Igarassu.

pelo Rio Reno e viagens de trem, além de incluir um jogo de golfe grátis, com almoço e bebidas. O Regio Bonn Card é vendido acompanhado de brochura em alemão e inglês, com recomendações de uso e principais vantagens; ele pode ser encontrado em pontos de venda espalhados por toda a região turística.

Em Lisboa, a distribuição de *kit* com cartão de vantagens e brochuras incentiva turistas a visitarem atrações menos conhecidas na cidade, que não seriam, de outro modo, incluídas na programação destes visitantes, com impacto significativo na permanência média dos turistas no destino (RUSSO & BORG, 2002).

A folheteria de Igarassu poderia ser complementada por conjunto de brochura e cartão, com informações sobre a cidade e que possibilite entrada gratuita nas principais atrações da cidade e descontos em lojas, bares, restaurantes e serviços turísticos, como passeios de catamarã à ilha Coroa do Avião, aluguel de automóveis e passeios de agências de receptivo.

O conjunto poderia ser vendido em Igarassu (Igreja e Convento de Santo Antonio e MHI), nos postos de informação da PCR e EMPETUR na cidade do Recife e em hotéis do Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Porto de Galinhas, Paulista e Ilha de Itamaracá. Caso o produto se mostre viável, poderá ser ampliado para cobrir outras cidades do litoral norte de Pernambuco, como Goiana, Ilha de Itamaracá e Paulista, em parceria com as prefeituras municipais e o *trade* turístico destes municípios.

A PMIg, em conjunto com a Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu, poderia organizar passeios pela sítio histórico e cidade de Igarassu – o cartão permitiria o turista ter desconto nestes produtos. Um passeio sairia da Igreja e Convento de Santo Antonio e envolveria uma caminhada guiada pelas principais pontos do sítio histórico de Igarassu. Outro passeio, também com ponto de partida na Igreja e Convento de Santo Antonio, levaria os turistas às principais atrações fora do sítio histórico, como Engenho Monjope, Engenho Gongagary, Praia do Capitão e igrejas, entre outras, através de vans ou microônibus de turismo.

Trata-se de criar produtos onde o turista poderia conhecer a cidade de Igarassu em companhia de igarassuenses, sentindo-se hóspede da cidade. Isto, inclusive, pode ser combinado com agências de receptivo para criar um novo produto; a agência de receptivo venderia o traslado

para Igarassu, e a PMIg e Associação dos Agentes de Turismo de Igarassu cuidariam do receptivo na cidade.

A criação de pousadas familiares é uma das alternativas disponíveis a pequenas e médias cidades, que ainda não têm fluxo turístico consolidado, de dispor de meios de hospedagem. Em muitos casos, a instalação de *resorts* e complexos hoteleiros não representa de fato possibilidades reais de emprego e renda à maior parte da população, em virtude da baixa capacitação da mão-de-obra local, controle estrangeiro dos negócios e sazonalidade, além de gerar problemas sociais e ambientais. Neste sentido, o apoio à instalação de pousadas familiares é uma alternativa de política pública preocupada em gerar desenvolvimento turístico que traga benefícios para os habitantes locais.

As pousadas familiares são negócios comuns em diversas partes dos Estados Unidos da América e Europa. Os moradores recebem os turistas em suas casas, podem fornecer informações turísticas e facilitar o contato dos visitantes com outros habitantes locais, oferecendo oportunidades de interação social a seus clientes. O sistema de pousadas familiares permitiria que a população tivesse maior controle sobre os visitantes, restringindo atitudes agressivas, atos de vandalismo e falta de respeito à cultura local (LOTTA; PIMENTEL; PAULICS, 2005).

Em Tejuçuoca, no Ceará, a prefeitura implementou um projeto de pousadas familiares, voltadas ao atendimento da demanda por hospedagem de turistas que visitam a cidade para participar da “Tejubode”, festa em homenagem ao bode, no sertão cearense. Os proprietários cadastram seus imóveis na prefeitura, que faz a vistoria e aponta as adaptações e reformas necessárias para o funcionamento do imóvel como meio de hospedagem (LOTTA; PIMENTEL; PAULICS, 2005).

Tucker (2001, p. 881) aponta algumas vantagens do sistema de pousadas familiares, no estudo de caso sobre o desenvolvimento turístico em Göreme, pequena vila da região da Capadócia, na Turquia:

The *pansiyon* accommodation, which developed largely because of the restrictions prohibiting the building of large hotels, fits perfectly with these expectations [dos turistas] for various reasons. First, *pansiyon* are small-scale and so allow the tourists to indulge in the idea that they are not

participating in what they see as more ‘typical’ tourism activity. Similarly, they allow the tourists to meet with other like-minded backpackers to swap tales of their travels and to experience an important sense of ‘community’ in their traveling (Riley 1988). At the same time, since many are set in converted cave homes, Göreme’s *pansiyons* are suitably ‘other’ and consistent with the place, allowing tourists to engage in the fantasy that they are also, for a time, cave people. [...] This aspect of experience is strengthened by the point that these small businesses are mostly owned and run by local men. [...] Tourists find themselves constantly being entertained by their hosts in the way of *pansiyon* barbecues, full-moon parties, and trips to the disco. By managing the tourists through hospitality, the villagers place the requirement of ‘good guest’ onto their visitors (Sant Cassia 1999). In so doing, while providing adequate services and entertainment for them, they demand that their relations and identities are negotiated in a context of mutual respect.

O litoral norte de Pernambuco enfrenta longo processo de decadência como destino turístico, e Igarassu não conta com fluxo de turistas consolidado, que torne viável a instalação de hotéis e resorts de grande porte na cidade. Além disto, a baixa capacitação da mão-de-obra local e proximidade do Recife colocam em xeque a capacidade dos igarassuenses de se beneficiarem da instalação de grandes empreendimentos hoteleiros no município.

Algumas casas do sítio histórico de Igarassu, com função residencial, poderiam funcionar como pousadas familiares, permitindo que moradores complementassem a renda familiar com a oferta de acomodação a turistas interessados na cultural local e hospedagem de baixo custo, como mochileiros, estudantes e turistas do interior de Pernambuco e de estados vizinhos da Região Nordeste.

A PMIg poderia incentivar a criação de sistema de pousadas familiares através de cursos de economia doméstica, culinária e administração de pousadas e apoio a pequenas reformas e compra de mobiliário. Entidades como Banco do Nordeste, SEBRAE e Caixa Econômica Federal poderiam ser parceiros neste projeto. A transformação de casas do sítio histórico de Igarassu **exige baixo investimento financeiro e reduzido custo fixo, pontos importantes em um negócio marcado pela sazonalidade.** O sistema de pousadas familiares também poderia colocar Igarassu na rota do turismo social no Brasil.

A PMIg, além de fomentar a criação de pousadas familiares, poderia elaborar estudo de viabilidade econômica e negociar com a ordem religiosa responsável pelo monumento a

transformação de parte do Convento do Sagrado Coração de Jesus em hotel padrão três ou quatro estrelas, com área de convenções. A utilização de parte do convento como meio de hospedagem demandaria a construção de prédio para abrigar as crianças que frequentam a escola mantida no local, bem como autorização do IPHAN para a reforma e nova utilização do convento.

Tratar-se-ia de investimento de grande porte, superior a um milhão de reais, que poderia ter como fontes de financiamento o MTur, Banco do Nordeste e BNDES²⁶⁴; o equipamento poderia funcionar como hotel-escola, formando mão-de-obra capacitada a trabalhar na hotelaria do litoral norte e outras cidades de Pernambuco e estados vizinhos²⁶⁵.

O turismo cultural baseia-se no “consumo” de elementos materiais (igrejas, monumentos, casario, mercados, etc.) e imateriais (manifestações culturais, práticas e saberes populares, etc.) do destino turístico. Enquanto elementos materiais costumam receber atenção de políticos e gestores públicos, por representarem obras visíveis, de fácil capitalização política e com justificativas culturais e econômicas, elementos imateriais costumam ser negligenciados (RICHARDS, 1997).

Dood (1999) mostra que o investimento feito em novos equipamentos e reforma de museus e centros culturais em Barcelona, dentro da estratégia de transformar a cidade em novo centro cultural europeu, não foi acompanhado por ações de fomento à produção cultural e às indústrias criativas da cidade. Barcelona investiu poucos recursos no subsídio às artes e no enriquecimento do acervo de museus restaurados, o que faz com que os novos “templos” de cultura da cidade contem com oferta de programação e atrações culturais de baixa qualidade, principalmente do ponto de vista de um turista internacional.

De acordo com Richards (1999), o turista tende a consumir, em sua experiência de viagem, atrações como museus e galerias de arte com mais intensidade do que apresentações artísticas e festivais. De acordo com pesquisa feita em 1997, com turistas em diversas atrações da Europa, mais de 50% dos entrevistados visitaram um museu e 40% uma galeria de arte durante estadia no destino turístico, mas apenas 23% atenderam a apresentações artísticas e

²⁶⁴ O BNDES financia, a fundo perdido, restauro de bens culturais edificados tombados pelo IPHAN.

²⁶⁵ O Estado de Pernambuco não conta com nenhum hotel-escola.

9% a festivais. Enquanto atrações como museus, galerias de arte e monumentos históricos são mais acessíveis, apresentações artísticas e festivais acontecem em períodos limitados de tempo e ainda apresentam possíveis barreiras de língua para turistas internacionais.

Os turistas que visitam Olinda e Recife têm poucas oportunidades de conhecer as manifestações culturais pernambucanas. Diversos entrevistados do *trade* turístico pernambucano apontam que o Recife é vendido como a terra do frevo, mas o turista passa uma semana na cidade e não consegue ver uma apresentação de frevo, nem de maracatu, caboclinhos, pastoril, ou qualquer outra manifestação cultural. Roberto Pereira, secretário executivo da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (Fundação CTI/NE), comenta:

Quando se fala em cultura, nós temos a capital brasileira da poesia, mas é preciso entender que este traço de nossa identidade (não deixa de ser um traço!), não é suficiente para atrair turistas. Suficiente é o mar. É preciso agregar valor ao mar. [...] O próprio frevo consiste na música, no passo e na dança. Nós fomos deixando ele cair, aparece no carnaval, mas ele não tem a devida divulgação. Se você for no Clube Vassourinhas, onde a música é um dos maiores rendimentos do clube devido aos direitos autorais, a festa é aberta à meia noite com uma música baiana, rola o baile inteiro e o frevo não é tocado. Já estive lá várias vezes. Pedi para tocar o disco de frevo, eles disseram que não tinha. Pedi para comprar o disco, eles disseram que não tinha. É uma perda. E, se um turista quiser assistir a essas coisas, apesar de nós estarmos as vésperas do carnaval, eu acho que você não assiste a um frevo, a não ser que eu dance para você²⁶⁶. (Entrevista no Recife, janeiro de 2005).

Kees, gerente de produtos da Idéia Tours, aponta a falta de informações sobre a programação cultural das cidades do Recife e Olinda, assim como a ausência de *shows* turísticos em Pernambuco, como acontece regularmente em João Pessoa e Natal:

E a questão de como fazer com que os turistas aproveitem a noite e como divulgar a cultura pernambucana, que é, segundo não apenas minha opinião, mas a de muitas outras pessoas, a cultura folclórica mais rica do país. Os estrangeiros escutam sobre as manifestações culturais pernambucanas, lêem sobre elas, chegam aqui com interesse em ver apresentações de frevo, saber o que é o maracatu, e estes turistas não tem essa possibilidade, porque essas manifestações culturais acontecem apenas de vez em quando. [...] O Recife divulga-se como capital do frevo, e o turista que possui apenas três dias não

²⁶⁶ Roberto Pereira já foi secretário de educação e cultura do Estado de Pernambuco e presidente da Fundação de Cultura Cidade do Recife, ligada à PCR.

sabe onde encontrar esta manifestação cultural. Não existe atualmente um local para que os turistas vejam uma apresentação de frevo. [...] Nós temos atualmente um grupo em Olinda, que permanece duas ou três noites na cidade. Cada grupo tem um guia turístico. Então, eu digo para o guia turístico, “A noite, você simplesmente coloca o ouvido fora da janela, escuta muito bem, e, quando você escutar uma música, vá até lá, porque pode estar ocorrendo alguma coisa interessante”. E alguns guias fizeram isso e tiveram noites maravilhosas. [...] Quando isto é a agenda cultural da cidade de Olinda, é um coisa muito rudimentar, não é? (Entrevista no Recife, dezembro de 2004).

O fomento à apresentação de grupos artísticos e culturais no sítio histórico enriqueceria a oferta de atrações turísticas de Igarassu, atrairia novos turistas e visitantes, com pouco ou nenhum interesse no acervo cultural material da cidade, e geraria visitas repetidas de pessoas que já conhecem os principais monumento do sítio histórico.

A proposta contempla apresentações de grupos tradicionais, como o Maracatu Estrela Brilhante e Maracatu Águia de Ouro, e grupos formados recentemente, com propostas contemporâneas, como o Grupo de Percussão e Dança Obá-Omin e a Companhia Nova Geração. Trata-se de proposta que permitiria gerar renda a componentes de grupos artísticos e culturais, conferir importância às tradições igarassuenses e revigorar manifestações em vias de extinção, como a marujada²⁶⁷.

As apresentações poderiam vir em complemento de outras atrações turísticas do sítio histórico, através da realização de encenações e espetáculos no adro da Igreja e Convento de Santo Antonio, por exemplo. Ou desconcentrar o fluxo turístico, através da utilização de espaços como as praças da Bandeira e Marechal Deodoro, para festivais e eventos diversos.

Em 1993, a Província de Utrecht, nos Países Baixos, publicou plano para fomentar o turismo cultural na região por um período de seis anos, feito pela consultoria KPMG. Dentro deste plano, a cidade de Utrecht é promovida como uma cidade histórica, com centro medieval, localizada a poucos quilômetros de distância do maior destino turístico do país, Amsterdam (HUIBERS, 1999).

²⁶⁷ A marujada representa o auto da Nau Catarineta, que ficou perdida em alto mar durante sete anos e um dia. Atualmente, há poucos grupos de marujada em Pernambuco

A localização e oferta turística de Igarassu tornam possível desenvolver programações e roteiros turísticos para diversos segmentos e nichos de mercado. Em conjunto com o litoral norte de Pernambuco, Igarassu poderia ser destino de diversos tipos de turismo: cultural, religioso, náutico, ecológico, social e baseado no composto “sol, mar e praia”.

O cerne da promoção turística, entretanto, deveria focar a Igreja e Convento de Santo Antonio e o sítio histórico. Igarassu poderia promover-se como cidade histórica das mais bem conservadas e interessantes do país e sede da maior atração cultural do Estado de Pernambuco, localizada a menos de uma hora do Recife e duas horas de Porto de Galinhas, principais destinos do estado.

A PMIg pode elaborar diversas programações para turistas que desejem conhecer melhor a cidade de Igarassu, com foco histórico e cultural, baseada no composto “sol, mar e praia”, de ecoturismo, entre outras. A programação com foco cultural, por exemplo, poderia englobar visitas ao sítio histórico, Engenho Monjope e Engenho Gongagary, além de apresentações culturais locais.

A instalação de pousadas familiares permitiria que turistas hospedados em Igarassu explorassem a oferta turística do litoral norte pernambucano, na forma de roteiros turísticos integrados, que poderiam ou não contemplar hospedagem também em outras cidades da região.

A criação de roteiros permitiria adensar a oferta de atrações de uma região, assim como trabalhar temas turísticos, a partir de elementos comuns presentes nos diversos destinos. O Council of Europe, por exemplo, fomenta a criação de roteiros na Europa, a partir da identificação de temas históricos, artísticos ou sociais de natureza patentemente européia que ligam regiões de dois ou mais países do continente (RICHARDS, 1997).

O Programa de Regionalização do Turismo do MTur pretende fomentar a criação de roteiros integrados nas regiões turísticas das vinte e sete unidades da federação; o Pólo Matas, Mangues e Engenhos, por exemplo, conterà, de acordo com os planos do ministério, com roteiros que englobam dois ou mais municípios desta região.

A proposição de roteiros de três, cinco e sete dias em Igarassu e litoral norte de Pernambuco permitiria que o sítio histórico e a Igreja e Convento de Santo Antonio fossem explorados por diversos segmentos do mercado turístico, que tenham interesse primário ou secundário nas atrações culturais da região.

A mudança no padrão de exploração turística do sítio histórico de Igarassu passa pelo controle efetivo e regulação do serviço de guia local. O problema dos guias avulsos precisará ser solucionado através de medidas rigorosas; **uma cidade com mais de 80.000 habitantes não pode ficar refém de apenas quinze jovens e adolescentes**, que controlam a maior parte do fluxo turístico no sítio histórico. As ações neste sentido não podem ficar restritas à Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, tendo que envolver o Ministério Público de Pernambuco, Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e todas as secretarias, órgãos e serviços municipais envolvidos na questão: educação, desenvolvimento econômico, assistência social, guarda municipal, etc.

A organização e funcionamento do serviço de guias mirins precisaria sofrer alterações. Atualmente, o adolescente recebe um curso de história de Igarassu e principais monumentos, além de noções básicas de atendimento a turistas, mas não tem um acompanhamento efetivo de seu trabalho, ou oportunidades de capacitação e formação profissional, trabalhando em condições precárias e, de certo modo, perigosas na parte alta do sítio histórico. Quando o guia mirim completa dezoito anos, ele perde a bolsa e não tem oportunidade de trabalhar em atividades ligadas ao turismo; não é uma coincidência o fato de muitos guias avulsos já terem sido guias mirins²⁶⁸.

O guia mirim trabalha apenas dois dias por semana no sítio histórico; o período da manhã dos outros quatro dias pode ser aproveitado para cursos de formação profissional e capacitação em conservação patrimonial, artesanato, culinária, economia doméstica e artes e danças, entre outros, que possam formar mão-de-obra preparada para sustentar as propostas de fomento ao turismo cultural no sítio histórico de Igarassu.

²⁶⁸ Outra discussão necessária é se o serviço de guias locais deve ser feito por menores de idade, ao invés de pessoas desempregadas ou mesmo idosos, como acontece em algumas partes do mundo. O trabalho de campo e pesquisa documental não fornecem subsídios para uma discussão a este respeito nesta dissertação. Para um estudo de caso bem elaborado a respeito de serviço de guia local feito por idosos, ver Dahles (1996).

A Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, em São Paulo, através do projeto Oficina-Escola de Artes e Ofícios, oferece formação profissional em serviços de restauro a adolescentes e jovens entre dezesseis e vinte e um anos²⁶⁹ (PEDROTTI, 2005). Isto permite que adolescentes e jovens em situação de risco e com poucas perspectivas de emprego sejam responsáveis pelo restauro da maior parte do patrimônio histórico e artístico municipal, composto por edificações de taipa de pilão e tombado pelo IPHAN, executem serviços de restauro em outros municípios, como Iporanga, e consigam emprego na indústria da construção civil.

A PCR, em convênio com o governo francês e Caixa Econômica Federal, forneceu treinamento em forjaria, pintura e cantaria, entre outras técnicas de restauro, a jovens carentes moradores do centro do Recife. O resultado mais concreto deste projeto foi o restauro, em 2004, das fachadas do casario histórico da Rua Velha, no Bairro da Boa Vista²⁷⁰.

O curso de conservação patrimonial permitiria que alguns guias mirins fossem capacitados em técnicas de restauro, como forjaria, cantaria, pintura e estuque, entre outras. Trata-se de iniciativa destinada a preparar mão-de-obra capaz de executar serviços de restauro e conservação do patrimônio cultural edificado de Igarassu e cidades vizinhas, como Olinda, Goiana, Paudalho e Paulista, entre diversas outras. O curso prepararia adolescentes para ingressar na indústria da construção civil, em serviços como pintura e bricolagem. A própria Oficina-Escola de Artes e Ofícios, com sede em Santana do Parnaíba, poderia fornecer a metodologia para o projeto e passar conhecimentos em algumas técnicas de restauro. O projeto pode contar com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), BNDES, fundações e organizações não governamentais nacionais e internacionais, empresas da construção civil, IPHAN e FUNDARPE, entre outras fontes.

Outro grupo de adolescentes pode combinar o serviço de guia mirim com aulas de capacitação e formação profissional em atividades relacionadas ao turismo: culinária,

²⁶⁹ O projeto conta com o apoio das seguintes entidades: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de Portugal, Instituto Politécnico de Tomar – Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro, Escola Nacional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), SEBRAE de Osasco, Fundação Kellogg, Instituto IBI e Construtora Tamboré S.A.

economia doméstica, administração de pousadas, artesanato, dança, teatro e manifestações culturais, etc. Isto possibilitaria formar mão-de-obra capacitada para sustentar propostas de pousadas familiares e melhoria do artesanato local, além de preparar a cidade para o aumento de fluxo turístico planejado. Os guias mirins que mais se destacam no trabalho poderiam ganhar bolsas para fazer o curso de turismo do SENAC, sendo habilitados e cadastrados como guias de turismo na EMBRATUR.

Com isto, o guia mirim passaria a ter perspectivas de trabalho após o fim da bolsa, aos dezoito anos de idade; a PMIg formaria mão-de-obra qualificada para receber o fluxo de turistas e visitantes que visita a cidade de Igarassu. Projetos de qualificação da mão-de-obra poderiam contar com apoio e financiamento do SEBRAE, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), agências e organizações não governamentais nacionais e internacionais, etc.

Infelizmente, a estrutura e o modelo de gestão presentes na PMIg, tanto na Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes quanto em outros órgãos e pastas ligadas a turismo e conservação patrimonial, **tornam difícil a implementação da maior parte das propostas aqui apresentadas.**

As políticas públicas municipais de fomento ao turismo e conservação patrimonial são fragmentadas, com o desenvolvimento de projetos e ações de forma descoordenada entre Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e Secretaria de Planejamento, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente. Não há fóruns, comissões ou outros meios formais de discussão e coordenação de ações e projetos empreendidos por diversas áreas da PMIg.

Questões importantes ligadas ao turismo e conservação patrimonial no sítio histórico parecem não ser de responsabilidade definida dentro da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e PMIg tais como a presença de guias avulsos, a visita ao coro alto da Igreja e Convento de Santo Antonio, o valor do ingresso do MHI, a “favelização” do entorno do sítio histórico e as construções irregulares no conjunto arquitetônico e paisagístico da Igreja e Convento de Santo Antonio.

²⁷⁰ O projeto de recuperação das fachadas da Rua Velha contou também com recursos do Ministério do Trabalho, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para a capacitação da mão-de-obra em restauro de imóveis.

Projetos de revitalização de áreas centrais degradadas e sítios históricos contemplam, em muitos casos, a criação de órgãos, departamentos e agências responsáveis pelo processo de revitalização dos bens culturais edificados, administração do patrimônio público, fomento à dinamização econômica e regulação de uso da área recuperada (WAITT, 2000). A Sydney Cove Redevelopment Authority (SCRA) é responsável por todas as decisões de restauro, sinalização turística, *marketing* e regulação de uso do conjunto de ruas e edificações de The Rocks, na Austrália, área urbana revitalizada perto do centro de Sydney e segunda maior atração cultural do país, após a Ópera de Sydney.

O sítio histórico de New Lanark é administrado pela New Lanark Conservation Trust (NLCT), responsável pela administração do parque, serviços de restauro e conservação do patrimônio cultural e criação de atrações turísticas, como o centro de visitantes construído em 1990. O NLCT já investiu mais de £ 16 milhões no sítio histórico, desde sua fundação, no final dos anos 1970 (BEEHO & PRENTICE, 1997).

De acordo com Majone (1999), o modelo de agência regulatória independente distingue-se do modelo burocrático tradicional por combinar, em uma mesma estrutura, experiência e especialização de conhecimento, independência, processo de decisão transparente e resistência a ingerências políticas. A atuação da agência regulatória independente não depende de orçamento, pois consiste na formulação de regras e monitoramento do comportamento dos atores públicos e privados envolvidos na questão alvo da regulação.

A independência das agências regulatórias independentes não implica falta de controle democrático. As agências funcionam através de estatutos criados por autoridades democraticamente eleitas, e os reguladores são por elas nomeados.

O processo de tomada de decisões das agências regulatórias independentes permite o acompanhamento público da atuação destas agências, pois obedece a regras formais e todas as decisões são obrigatoriamente justificadas e abertas à contestação judicial (MAJONE, 1999). Em muitos casos, o processo de tomada de decisões envolve a participação pública, através de fóruns e consultas públicas.

O modelo de agência regulatória independente vem se expandindo no mundo nos últimos trinta anos, em resposta ao declínio do Estado positivo e emergência do Estado regulador (MAJONE, 1999). Entretanto, não é possível pensar em semelhante instrumento para o caso de Igarassu. A criação de agência regulatória independente do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Igarassu tombado pelo IPHAN não se mostra viável, pelo menos a curto prazo.

A PMIg não possui capacidade institucional para criar este tipo de estrutura, ou para garantir que os funcionários da agência cumpram os estatutos e funções previstas. A cidade de Igarassu não conta com conselho municipal de turismo, plano diretor ou qualquer outra peça de legislação referente ao desenvolvimento do turismo da cidade; não há grupos de interesse suficientemente organizados e representados politicamente em questões ligadas a turismo e patrimônio no sítio histórico de Igarassu.

Além disto, a atuação e formação do corpo funcional das secretarias atende, em primeiro lugar, a determinações políticas; a proposta de criar uma agência regulatória independente responsável pelo conjunto tombado pelo IPHAN fomentaria, como represália, a criação de uma frente de resistência à proposta, certamente formada por grupos políticos que costumeiramente dominam as pastas e órgãos públicos municipais.

A criação de conselhos municipais de turismo e cultura parece ser a proposta mais viável para garantir a participação da comunidade local, visões de médio e longo prazo, integração do trabalho entre diversas áreas da PMIg, envolvimento do *trade* turístico igarassuense e divisão de responsabilidades nas políticas públicas de turismo e conservação patrimonial no sítio histórico e cidade de Igarassu²⁷¹.

A participação de integrantes de diversos órgãos e secretarias da PMIg permitiria que houvesse integração de ações e projetos de fomento ao turismo e conservação patrimonial, evitando-se duplicidade de esforços e ausência de responsabilidade em diversas questões importantes que afetam ambas as áreas, em Igarassu. A discussão entre membros das

²⁷¹ A cidade de Igarassu conta, formalmente, com Conselho Municipal de Turismo, mas ele nunca funcionou. A cidade do Recife apresenta caso similar; o Conselho Municipal de Turismo foi criado no final dos anos 1980, mas, de acordo com Carlos Braga, secretário adjunto de turismo e esportes da PCR, nunca funcionou de forma efetiva, reunindo-se apenas duas vezes em quase vinte anos de existência!

secretarias de Turismo, cultura e esportes e de Planejamento, patrimônio histórico e meio ambiente, evitaria que projetos de fomento ao turismo em Igarassu, por exemplo, seguissem objetivos e diretrizes diferentes e mesmo conflitantes, como é o caso da utilização prevista para o Sobrado do Imperador.

A participação da comunidade local e do *trade* turístico igarassuense²⁷² nesses conselhos é condição necessária ao desenvolvimento de padrão de desenvolvimento turístico sustentável e que contemple os interesses dos habitantes locais, e não apenas de empresas localizadas fora de Igarassu, como operadoras de turismo do Centro Sul e agências de receptivo recifenses. Trata-se de garantir o acesso a informações e fórum de discussões sobre políticas públicas que afetam a vida de comunidades inteiras da cidade, como as do sítio histórico, Praia do Capitão e Nova Cruz.

A criação de conselhos municipais independentes, com mandato fixo e representação de diversos grupos de interesse e atores envolvidos com a exploração turística e conservação patrimonial do sítio histórico e cidade de Igarassu, permitiria redirecionar a atuação da PMIg nas duas áreas; trata-se de abandonar, ou pelo menos minorar, a forma de atuação centrada em grandes projetos desarticulados, marcados por visão imediatista, e atuar a partir de visões de médio e longo prazos, através de discussão plural, multidisciplinar e transparente.

A criação desses conselhos poderia ser **complementada por fórum ou câmara multidisciplinar do sítio histórico de Igarassu**, que congregasse membros destes dois conselhos e integrantes de órgãos, associações e entidades ligados ao turismo e conservação patrimonial nesta área da cidade: IPHAN, FUNDARPE, EMPETUR, Sindicato dos Guias de Turismo de Pernambuco (SINGTUR-PE), Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Pernambuco (SINDETUR-PE), entre outros.

Tosun (2000) afirma que nos países subdesenvolvidos há limites à participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico; o turismo, de forma geral, é

²⁷² Além do Gavia Beach Resort, hotel com 262 leitos, Igarassu conta com duas pequenas pousadas, bares, restaurantes e duas agências de viagem. A participação no Conselho Municipal de Turismo é uma forma de estes estabelecimentos defenderem projetos que façam com que eles se beneficiem do fluxo turístico em Igarassu.

desenvolvido por investidores internacionais e elites econômicas nacionais, que não levam em consideração especificidades e necessidades da comunidade local. De acordo com ele, as principais barreiras à participação são:

- a) centralização das políticas públicas de turismo, o que limita a influência da comunidade e pequenos negócios locais no processo de planejamento e implementação de projetos²⁷³;
- b) falta de coordenação entre órgãos públicos de turismo de diversas instâncias de governo, entre o setor público e privado, entre organizações e entidades do setor privado e entre órgãos públicos de fomento ao turismo e conservação patrimonial e ecológica, entre outros;
- c) ausência de informações e canais de comunicação, por parte dos cidadãos e comunidades alvo da exploração turística, com órgãos públicos de fomento ao turismo²⁷⁴;
- d) presença de tecnocracia que, de forma geral, vê a participação popular como algo que politiza e desvirtua processos de planejamento técnico, elaborados por técnicos treinados supostamente capazes de chegar na melhor solução possível;
- e) baixa capacidade institucional dos órgãos públicos de turismo, que se preocupam com crescimento do número de visitantes, número de leitos e infra-estrutura turística, não conseguindo pensar em questões como benefícios líquidos e impactos sociais do turismo nas comunidades receptoras do fluxo, deterioração do patrimônio histórico e artístico nacional, etc.;
- f) falta de legislação específica que facilite a participação dos habitantes em questões que afetam a comunidade local. Em muitos casos, a legislação coloca barreiras entre a comunidade e as autoridades, já que é de difícil compreensão e não encoraja a educação da comunidade sobre seus direitos, ou como ela pode criar associações para promover seus interesses;

²⁷³ O autor refere-se a políticas públicas de turismo de países unitários, como México e Turquia, onde os governos subnacionais não possuem autonomia ou influência no desenvolvimento do turismo em suas regiões.

²⁷⁴ No Estado de Pernambuco e cidades do Recife e Igarassu, mesmo um estudante de pós graduação em administração pública e governo, como eu, tem dificuldades de encontrar informações sobre projetos e ações de desenvolvimento turístico.

- g) custo financeiro de processos de participação popular, que demandam capacitação dos habitantes locais e de servidores públicos, recursos financeiros e tempo, combinado com restrições orçamentárias e outras prioridades governamentais.

Neste sentido, as entrevistas com Jorge Barretto e Maxi Oliveira são preocupantes no sentido de como a criação de um Conselho Municipal de Turismo em Igarassu poderia não trazer muito benefício à população local, nem mudar o modelo de gestão da PMIg.

A proposta de criar um Conselho Municipal de Turismo passa pela necessidade formal de contar com um conselho, para que a PMIg se habilite a receber recursos e participar de programas de órgãos e entidades de fomento ao turismo, e não para criar fórum de debate e congregação de atores com posturas e propostas diversas ao desenvolvimento do turismo em Igarassu. Ou seja, **trata-se de exigência legal**, não uma opção da PMIg de instaurar processo participativo na condução de políticas públicas de turismo na cidade.

Jorge Barretto, na segunda entrevista, não resiste ao meu comentário sobre a paridade do Conselho Municipal de Turismo:

Este núcleo que sobrou [Frederico Brederode, Maxi Oliveira, Jorge Barretto e Elysio Alecrim], a gente está se dedicando, única e exclusivamente, à política de turismo. Nos seis primeiros meses, nós levantamos tudo que é problema e potencialidades, e, agora, a gente vai encaminhar, com a criação do conselho, e discutir propostas. Nós vamos ter um representante do hotel, representante do restaurante, o cara da tapioca e outros, em um conselho no máximo com dez pessoas, com paridade, evidentemente, hoje, precisamos trabalhar com este negócio da paridade...

AFK: É uma paridade fictícia, porque metade é um voto só e o resto é dividido, então o poder público sempre é preponderante...

Jorge Barretto: [risos] É por isto que eu digo, infelizmente há a paridade, porque eu não vejo a necessidade desta paridade, mas está na lei, nós temos que ver, porque ela já chegou pronta, mas esse conselho nunca foi criado. (Entrevista em Igarassu, 20.07.2005).

A participação da comunidade local e mudanças nas políticas públicas de fomento ao turismo e conservação patrimonial em Igarassu encontram resistências na estrutura e modelo de gestão presente na PMIg; Tosun (2000) afirma que mudanças no processo de desenvolvimento turístico, que permitam a participação das comunidades locais neste

processo, **dependem, em grande parte, da ajuda e intervenção de organizações não governamentais, agências internacionais e empresas estrangeiras**, interessadas em formas sustentáveis de desenvolvimento turístico.

A criação do Sistema Nacional de Cultura, pelo Ministério da Cultura, e a maturação do Programa de Regionalização do Turismo, pelo Ministério do Turismo, podem representar iniciativas que promovam mudanças nas políticas públicas de fomento ao turismo e conservação patrimonial de municípios com rico acervo patrimonial e potencial turístico, mas baixa capacidade institucional ou interesse político para desenvolver propostas de turismo cultural.

REFERÊNCIAS

ABRAM, Simone A. Reactions to tourism: a view from the deep green heart of France. In: BOISSEVAIN, Jeremy (Ed.). *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books, 1996. Cap. 6, p. 174-203.

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung e.V., 1999.

EDITORA ABRIL. *Guia quatro rodas Brasil 2005*. São Paulo: Editora Abril, 2004.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Costa Dourada: Centro Turístico de Guadalupe. Recife, 199-.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Plano de revitalização Bairro do Recife: planejamento urbano e economia*. Recife, 1992.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A lição do amigo: Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, [Rio de Janeiro], nº 26, p. 22-23, 1997.

ARRETCHE, Marta. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BALCAR, Mark J. O.; PEARCE, Douglas G. Heritage tourism on the West Coast of New Zealand. *Tourism management*, v. 17, nº 3, p. 203-212, 1996.

BAUER, Michel. Cultural tourism in France. In: RICHARDS, Greg (Ed.). *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford: CAB INTERNATIONAL, 1997. Cap. 8, p. 147-164.

BEEHO, Alison J.; PRENTICE, Richard. Conceptualizing the experiences of heritage tourists: a case study of New Lanark World Heritage Village. *Tourism management*, v. 18, nº. 2, p. 75-87, 1997.

BENHAMOU, Françoise. Is increased public spending for the preservation of historic monuments inevitable? The french case. *Journal of Cultural Economics*, v. 1, p. 1-18, 1996.

BENHAMOU, Françoise. Who owns cultural goods? The case of the built heritage. In: GINSBURGH, V. (Ed.) *Economics of the arts and culture*. [S.I.]: Elsevier, 2003. P. 187-202.

BENNETT, Oliver. Cultural policy in the United Kingdom: collapsing rationales and the end of a tradition. *Cultural policy*, v. 1, nº 2, p. 199-216, 1995.

BIANCHINI, Franco. The relationship between cultural resources and tourism policies for cities and regions. In: DOOD, Diane;HEMEL, Annemoon van. *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation;Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 78-90.

BLACK, Annabel. Negotiating the tourist gaze: the example of Malta. In: BOISSEVAIN, Jeremy. *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books, 1996. Cap. 4, p. 112-142.

BOISSEVAIN, Jeremy. Introduction. In: _____ (Ed.) *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books, 1996. P. 1-26.

BOORSTIN, Daniel J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Harper & Row, 1961.

BORBA, Fernando de Barros (Org.). *Pernambuco: patrimônio cultural de todos*. Recife: FUNDARPE, 1998.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, nº. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974 (org. de Sérgio Miceli).

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Parecer da secretaria executiva do programa sobre o projeto de agenciamento da Praça Marechal Deodoro e restauração do mercado municipal, da casa nº 83 e fachadas do casario da Rua Joaquim Nabuco, em Igarassu, Estado de Pernambuco*. Recife: Seplan/PR; FUNDARPE, 1976. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Mecenato – captação de recursos por ano e área cultural*. Brasília, 2005a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Consolida%E7%E3o%20Capta%E7%E3o%20por%20%C1rea%20Atualizado%20290805_1125328201.pdf>. Acesso em 23 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Consolidado de projetos c/ captação por ano/Região/unidade da federação*. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/capta%E7%E3o%20nacional%2024_1125327138.08>. Acesso em 23 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Exposição de motivos nº 017/GM/MinC*. Brasília, 2005c. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Exposicao_de_motivos_17_1124994959.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Federal de Cultura. Brasília, 2005d. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/gestao_da_politica_de_cultura/sistema_nacional_de_cultura/index.php?p=1878&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 23 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, 2005e. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/gestao_da_politica_de_cultura/sistema_nacional_de_cultura/index.php?p=1716&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 23 nov. 2005.

BRIASSOULIS, Helen. Sustainable tourism and the question of the commons. *Annals of Tourism Research*, v. 29, nº 4, p. 1065-1085, 2002.

BRITO, Marcelo. *Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro*. Comunicação realizada no Seminário Internacional de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos. Brasília: IPHAN, 2002. Mimeografado.

CENSO DEMOGRÁFICO/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1940-.

CHAMBERS, Erve. *Native tours: the anthropology of travel and tourism*. Prospect Heights: Waveland Press, 2000.

CHHABRA, Deepak; HEALY, Robert; SILLS, Erin. Staged authenticity and heritage tourism. *Annals of tourism research*, v. 30, nº. 3, p. 702-719, 2003.

COLMAR BRUNTON SOCIAL RESEARCH AGENCY. *Demand for cultural tourism: summary of research findings*. [S.I.], 200-?.

COOPER, Chris et al. *Turismo: princípios e práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTA, Lúcio. Prefácio. In: ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

CRAIN, Mary M. Contested territories: the politics of touristic development at the shrine of El Rocío in southwestern Andalusia. In: BOISSEVAIN, Jeremy. *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books, 1996. Cap. 1, p. 1-26.

CRYSTAL, Eric. Tourism in Toraja (Sulawesi, Indonesia). In: SMITH, Valene L (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 7, p. 139-168.

DAHLES, Heidi. The social construction of Mokum: tourism and the quest for local identity in Amsterdam. In: BOISSEVAIN, Jeremy (Ed.). *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books, 1996. Cap. 8, p. 227-246.

DEITCH, Lewis I. The impact of tourism on the arts and crafts of the indians of the Southwestern United States. In: SMITH, Valene L (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 11, p. 223-235.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Estimativa da população local e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos. São Paulo, 2005. Taxas globais de participação e taxas de desemprego total: Região Metropolitana do Recife*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/tab1.pdf>>. Acesso em 23.11.2005.

DODD, Diane. Barcelona, the making of a cultural city. In: DODD, Diane;HEMEL, Annemoon van (Eds.). *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation;Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 53-64.

DURAND, José Carlos. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Editora Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

DURAND, José Carlos Garcia. Le Corbusier no Brasil: negociação política e renovação arquitetônica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, nº 16, p. 5-26, jul. 1991.

DURAND, José Carlos Garcia; GOUVEIA, Maria Alice; BERMAN, Graça. Patrocínio empresarial e incentivos fiscais à cultura no Brasil: análise de uma experiência recente. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 37, nº 4, p. 38-44, out./dez. 1997.

DURAND, José Carlos. *Public and private art funding in Brazil*. São Paulo: FGV-EAESP, 2000. (Relatórios de pesquisa, n. 03/2000).

E.L.T. CONSULTORIA; IGARASSU; Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE PERNAMBUCO. *Plano de gestão do turismo para o município de Igarassu*: versão final. Recife, 2002. Mimeografado.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO. *Rota da memória histórica pernambucana* – Igarassu. Recife, 198-?. Mimeografado.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO. *Agenda 98 – plano de ações da EMPETUR*: versão para análise e apreciações. Recife, 1997. Mimeografado.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. P. 21-39

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

FOLEY, Malcolm. Cultural tourism in the United Kingdom. In: RICHARDS, Greg (Ed.). *Cultural tourism in Europe*. Wallingford: CAB INTERNATIONAL, 1997. Cap. 16, p. 283-309.

FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1968a.

FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2.º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1968b.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.
Projeto de Turismo Social Integrado para o Eixo Igarassu/Itamaracá. Recife, 1981.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO.
Restauração e instalação do museu do Convento de Santo Antonio. Recife, 1985.
Mimeografado.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO.
Pesquisa de arqueologia e história: Igreja e Convento de Santo Antonio de Igarassu/PE.
Recife, 1991. Mimeografado.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO.
Restauração do Convento Santo Antonio de Igarassú. Recife, 1993. Mimeografado.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO.
Treinamento dos guias da pinacoteca de Igarassu. Recife, 1994?. Mimeografado.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto interno bruto dos municípios: 1999-2002*. Rio de Janeiro, 2005.

GARROD, Brian; FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, v. 19, nº 3, pp. 199-212, 1998.

GARROD, Brian; FYALL, Alan. Managing heritage tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 27, nº 3, p. 682-708, 2000.

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. *Turismo em análise*, São Paulo, v. 14, nº 2, p. 77-89, nov. 2003.

GAZETA MERCANTIL. *Análise setorial: operadoras de turismo e agências de viagens*. São Paulo, 2000.

GOUVEIA, Maria Alice. Políticas de preservação do patrimônio (três experiências em confronto): Inglaterra, Estados Unidos e França. In: MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: FUNARTE; Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo; Financiadora de Estudos e Pesquisas-FINEP, 1985. P. 35-64.

GOUVEIA, Maria Alice Machado; LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. *Marketing da cultura e das artes: a dinâmica do consumo de produtos culturais*. São Paulo: FGV-EAESP, 2005. (Relatórios de Pesquisa, n. 30/2005).

GRABURN, Nelson H. H. Tourism: the sacred journey. In: SMITH, Valene L. (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 1, p. 21-36.

HALE, Amy. Representing the Cornish: contesting heritage interpretation in Cornwall. *Tourist Studies*, London, v. 1, nº 2, p. 185-196, 2001.

HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. P. 139-171.

HOVINEN, Gary R. Heritage issues in urban tourism: an assessment of new trends in Lancaster County. *Tourism Management*, v. 16, nº 5, p. 381-388, 1995.

HUIBERS, Monica. The Province of Utrecht, historic heart of Holland. In: DODD, Diane & HEMEL, Annemoon van (Eds.). *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation; Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 65-75.

IGARASSU. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. *Inventário do potencial turístico de Igarassu*. Igarassu, 2005a.

IGARASSU. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. *Livro de registros do Museu Histórico de Igarassu*. Igarassu, 2005b. Mimeografado.

IGARASSU. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. *Livro de registros da Igreja e Convento de Santo Antonio*. Igarassu, 2005c. Mimeografado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Estudo do mercado interno de turismo 2001. Brasília, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. *Anuário Estatístico EMBRATUR – 2004*. Brasília: Ministério do Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo; Diretoria de Estudos e Pesquisas, v. 31, p. 1-180, 2004.

IOANNIDES, Dimitri. A flawed implementation of sustainable tourism: the experience of Akamas, Cyprus. *Tourism management*, v. 16, nº 8, p. 583-592, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Relatório de Atividades 2001/2002*. Brasília: IPHAN, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Relatório de Atividades 2003/2004*. Brasília: IPHAN, 2005.

JEONG, Sunny; SANTOS, Carla Almeida. Cultural politics and contested place identity. *Annals of Tourism Research*, v. 31, nº 3, p. 640-656, 2004.

LACERDA, Norma. Os valores das estruturas ambientais urbanas. In: JOKI, Lehto J.; ZANCHETTI, S. M. (Orgs.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife, Editora Universitária UFPE, 2002. Cap. 4, 59-70.

LEITE, Rogerio Proença. *Retradicionalização e gentrification*. In: XXV Congreso ALAS: Asociación Latinoamericana de Sociología. Grupo de Trabajo: Consumos Culturales: practicas, mercados y políticas. Porto Alegre, 2005. P. 1-11. Mimeografado.

LONDRES, Maria. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Cap. 4, p. 85-101.

LOTTA, Gabriela; PIMENTEL, Plínio; PAULICS, Veronika. Hospedagens domiciliares. *Dicas Instituto Pólis – idéias para a ação municipal*, São Paulo, nº 225, 2005.

MACCANNELL, D. *The tourist: a new theory of the leisure class*. New York: Shocken, 1976.

MACHADO, Mario Brockmann Machado. Notas sobre política cultural no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. P. 5-19.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAJONE, Giandomenico. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, ano 50, nº 1, jan./mar. 1999.

MARINHO, Teresinha. Notícia biográfica. In: ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

MCINTOSH, Alison J.; PRENTICE, Richard C. Affirming authenticity: consuming cultural heritage. *Annals of tourism research*, v. 26, nº 3, p. 589-612, 1999.

MCKEAN, Philip Frick. Towards a theoretical analysis of tourism: economic dualism and cultural involution in Bali. In: SMITH, Valene L (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 6, p. 119-138.

MCKERCHER, Bob. Towards a classification of cultural tourists. *International journal of tourism research*, v. 4, nº 1, p. 29-38, jan./feb. 2002.

MCKERCHER, Bob; DU CROS, Hilary. Testing a cultural tourism typology. *International journal of tourism research*, v. 5, nº 1, p. 45-58, jan./fev. 2003.

MEDINA, Laurie Kroshus. Commoditizing culture: tourism and maya identity. *Annals of Tourism Research*, v. 30, nº 2, p. 353-368, 2003.

MEELISSEN, Hélène. The west frisian ring dyke project. In: DOOD, Diane & HEMEL, Annemoon van (Eds.). *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation; Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 112-121.

MESQUITA, Liana. A paisagem natural e o paisagismo. In: ROCHA, Edileusa da (Org.). *Guia do Recife: arquitetura e paisagismo*. Recife: Ed. dos autores, 2004. P. 16-21.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____ (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. P. 53-83.

MILLER, Graham. The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. *Tourism management*, v. 22, [VER NÚMERO], p. 351-362, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

MORAES, Fabiana. De Veneza, o mau cheiro. *Jornal do Comércio*, 09 jun. 2005. Disponível em: < http://jc.uol.com.br/jornal/2005/06/09/col_55.php>. Acesso em 23.11.2005.

MOTA, Mauro. A mãe de Olinda. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 abr. 1983.

MUNSTERS, Wil. Cultural tourism in Belgium. In: RICHARDS, Greg. *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford: CAB INTERNATIONAL, 1997.

MYRVOLL, Siri. Cultural heritage tourism in Norway, with the focus on Bergen. In: DODD, Diane; HEMEL, Annemoon van (Eds.). *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation; Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 44-52.

NASH, Dennison. Tourism as a form of imperialism. In: SMITH, Valene L (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 2, p. 37-52.

NATIONAL TRUST FOR PLACES OF HISTORIC INTEREST OR NATURAL BEAUTY. *Progress at the membership department*. [S.I.], 2005a. Disponível em: <http://www.nationaltrust.org.uk/main/w-trust/w-support/w-jointoday-membership_department.htm>. Acesso em: 22 nov. 2005.

NATIONAL TRUST FOR PLACES OF HISTORIC INTEREST OR NATURAL BEAUTY. *Annual report and financial statement*. [S.I.], 2005b. Disponível em: <http://www.nationaltrust.org.uk/main/annual_report_0405_web_final1.pdf>. Acesso em 23 nov. 2005.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

OOI, Can-Seng. Tourist historical products: packaged pasts of Denmark and Singapore. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, v. 1, nº 2, 2001.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. *Sociologia do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

PAN-EUROPEAN FEDERATION FOR HERITAGE. Special issue: awards 2003. *European Cultural Heritage Review*, Den Haag, nº 2, 2004.

PAN-EUROPEAN FEDERATION FOR HERITAGE. Annual Report 2003. Den Haag: EUROPA NOSTRA, 2004b.

PATIN, Valéry. Cultura e turismo: rumo a uma economia de mercado. *O Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 9/10, p. 35-36, set./out. 1999.

PECK, John Gregory; LEPIE, Alice Shear. Tourism and development in three North Carolina coastal towns. In: SMITH, Valene L (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

PEDROTTI, Paula Maciel. Oficina-escola de artes e ofícios. In: OLIVEIRA, Fernanda Martinez de; BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. *20 experiências de gestão pública e cidadania – ciclo de premiação 2003*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005.

PICK, James B.; HETTRICK, James; BUTLER, Edgar W. Tourism in Mexico: its development, dependency and spatial patterns. In: BALAS (The business association of Latin American Studies), 2001, San Diego, CA. *Designing the 21st century Latin American Organization*. P. 295-305.

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard; AIREY, David. The core of heritage tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 30, nº 1, p. 238-254, 2003.

PRENTICE, Richard; GUERIN, Sinéad; MCGUGAN, Stuart. Visitor learning at a heritage attraction: a case study of Discovery as a media product. *Tourism Management*, v. 19, nº 1, p. 5-23, 1998.

PRIDEAUX, Bruce. Creating rural heritage visitor attractions – the Queensland heritage trails project. *The international journal of tourism research*, v. 4, nº 4, p. 313-323, jul./aug. 2002.

RECIFE. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Lei nº 16.284, de 22 de janeiro de 1997. Imóveis especiais de preservação – IEP. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1997. Mimeografado.

RECIFE. Secretaria de Turismo e Esportes; SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE PERNAMBUCO. *Roteiros de Pernambuco: Recife e arredores*. Recife, 2004.

RECIFE. Secretaria de Cultura. *SIC - Sistema de Incentivo à Cultura*. Recife, 2005. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/sicm.html>>. Acesso em 23 nov. 2005.

RICHARDS, Greg (Ed.). *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford: CAB INTERNATIONAL, 1997.

RICHARDS, Greg. European cultural tourism: patterns and prospects. In: DODD, Diane;HEMEL, Annemoon van (Eds.). *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation;Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 16-32.

ROCHA, Edileusa da (Org.). *Guia do Recife: arquitetura e paisagismo*. Recife: Ed. dos autores, 2004.

ROCHA, Tadeu. *Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)*. Recife: [s.n.], 195-?.

ROTH, Peter;LANGEMEYER, Alfred. Cultural tourism in Germany. In: RICHARDS, Greg (Ed.). *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford: CAB INTERNATIONAL, 1997.

RUSSO, Antonio Paolo Russo. The “vicious circle” of tourism development in heritage cities. *Annals of tourism research*, v. 29, nº 1, p. 165-182, 2002.

RUSSO, Antonio Paolo Russo; BORG, Jan van der. Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities. *Tourism management*, v. 23, p. 631-637, 2002.

SÁ, Rosana Bignami Viana de. *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. São Paulo: Aleph, 2002.

SCHILD, Hans-Helmut. Bonn, an example for regional co-operation in the field of culture and tourism. In: DOOD, Diane; HEMEL, Annemoon van (Eds.). *Planning cultural tourism in Europe: a presentation of theories and cases*. Amsterdam: Boekman Foundation; Ministry of Education, Culture and Science, 1999. P. 91-100.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SETTE, Débora Nascimento. *O guia do guia pernambucano*. Recife: Editora Raiz, 1987.

SILBERBERG, Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. *Tourism Management*, v. 16, nº 5, p. 361-365, 1995.

SMITH, Valene L. Introduction. In: _____ (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. P. 1-17.

STANTON, Max E. The Polynesian cultural center: a multi-ethnic model of seven pacific cultures. In: SMITH, Valene L (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2nd ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. Cap. 13, p. 247-262.

TADDEI, Pedro. Os grandes projetos. In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

TEIXEIRA, José Monterroso. *Igarassu*. Rio de Janeiro: Agir; Recife: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 1998.

TEO, Peggy; YEOH, Brenda S. A. Remaking local heritage for tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 24, nº. 1, p. 192-213, 1997.

TIRAPELI, Percival. *As mais belas igrejas do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 1999.

TRIBE, John. The indiscipline of tourism. *Annals of tourism research*, v. 24, nº. 3, p. 638-657, 1997.

TOSUN, Cevat. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. *Tourism management*, v. 21, p. 613-633, 2000.

TOSUN, Cevat. Challenges of sustainable tourism development in the developing world: the case of Turkey. *Tourism management*, [LOCALIZAÇÃO], v. 22, p. 289-303, 2001.

TOWSE, Ruth. Achieving public policy objectives in the arts and heritage. In: _____ (Ed.) *Cultural economics: the arts, the heritage and the media industries*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997. Cap. 42, p. 697-719.

TUCKER, Hazel. Tourists and troglodytes: negotiating for sustainability. *Annals of Tourism Research*, v. 28, nº 4, p. 868-891, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Igarassu: proposições urbanológicas*. Recife: UFPE, 1974.

URRY, John. *The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies*. London: SAGE Publications, 1996.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VOLKERLING, Michael. Deconstructing the difference-engine: a theory of cultural policy. *Cultural policy*, Amsterdam, v. 2, nº 2, pp. 189-212 1996.

ZARKIA, Cornélia. *Philoxenia* receiving tourists – but not guests – on a greek island. In: BOISSEVAIN, Jeremy (Ed.). *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books, 1996. Cap. 5, p. 143-173.

WAITT, Gordon. Consuming heritage: perceived historical authenticity. *Annals of tourism research*, v. 27, nº 4, p. 835-862, 2000.